

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

DIEGO RAFAEL BETTI RUSSO

Subjetivação, temporalidade e discurso: atualizações da forma-*homem*

**SÃO PAULO
2022**

DIEGO RAFAEL BETTI RUSSO

Subjetivação, temporalidade e discurso: atualizações da forma-*homem*

Tese apresentada no Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

**SÃO PAULO
2022**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Russo, Diego Rafael Betti

Subjetivação, temporalidade e discurso: atualizações da forma-homem / Diego Rafael Betti Russo; orientador Julio Groppa Aquino. - São Paulo, 2022.
327 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Processos de subjetivação. 2. Michel Foucault. 3. Temporalidade. 4. Arquivo.
5. Gilles Deleuze. I. Aquino, Julio Groppa, orient. II. Título.

Nome: RUSSO, Diego Rafael Betti

Título: Subjetivação, temporalidade e discurso: atualizações da forma-*homem*

Tese apresentada no Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Odete, minha falecida avó: matriarca, agregadora, teimosa/taurina; fonte inesgotável de histórias sobre a proveniência dos seus; a melhor narrativa memorial, de longe; e, mesmo munida de um vasto arquivo de todos nós, ainda assim era capaz de amar-nos incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Este processo foi marcado por presenças e ausências, nascimentos e mortes e, sobretudo, por muita solidão e isolamento. Assim que, em vez de listar as pessoas, listarei as ocasiões, os encontros, os acontecimentos, disruptivos em algum grau, que tive a ventura e a honra de vivenciar antes e depois do acachapante contexto pandêmico.

ago. /out. 2022: tempo que pude contar sobremaneira com meus pais, bem nos meses mais intensos de escrita. Demonstraram que ainda sabem cuidar, cada um do seu modo. Sem dúvida, não fosse a acolhida final, tudo seria muito mais complicado.

jul. 2022: do nascimento da Emilia, minha segunda filha. Pequenininha a quem ainda pouco convivi, e que só me faz sorrir ao pensar que logo estarei bem mais perto dela.

jan. /mai. 2022: não fossem a Hemeroteca da Mario de Andrade em meados de janeiro e, sobretudo, a biblioteca da Escola de Comunicação e Artes no fim de março até maio, esta pesquisa não teria terminado. Depois que a editora Abril tornou indisponível o acervo digital da fonte documental sem nenhuma explicação, as duas bibliotecas eram as únicas que estavam parcialmente abertas e detinham o acervo quase completo das revistas. Devo um agradecimento especial à bibliotecária Marina Macambyra da ECA, como a todos os funcionários. Sempre super solícitos e compreensíveis, possibilitando longos períodos de pesquisa diária, mesmo com tantas restrições por conta da COVID-19.

jul. 2021: momento em que conheci a Dida Bessana – divisor de águas, certamente. Além de ser uma exímia revisora e editora (e que me foi fundamental para voltar à labuta da escrita depois de um momento bem crítico), acabou, ainda, desde o ano passado, fazendo as vezes de uma sagaz interlocutora periódica.

dez. 2019: mês em que eu apresentei o primeiro texto no grupo das/os orientandas/os do Professor Julio. Destaco essa ocasião pela intensidade: muito assustado e tenso, fui surpreendido por imenso acolhimento e generosidade de todas/os ali. Pessoas muito prestativas, perspicazes, disponíveis e implicadas. Me fez rever minha própria concepção de grupo, de coletivo, de interesse franco. Só tenho a agradecer; espero retornar em breve para, de algum modo, ao menos retribuir.

dez. 2018: momento em que fui contemplado pela bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou uma parte do tempo de pesquisa, bem quando eu estava bem próximo de desistir dela pela falta de tempo e recursos.

out. 2018: mês que fui acometido pelo o que chamei, à época, de *aparição* Elisa. De um esbarrão fortuito em sua tese de doutorado, encantei-me com a ternura e a precisão daquelas palavras. Estava, há tempos, buscando pesquisas que norteassem uma inquietação procedimental que fora aberta em uma disciplina proferida pela Professora Dora e pelo Professor Julio, no início de 2017. Comentei algo sobre com a querida Aline, que, de pronto, passou-me o contato de sua amiga Elisa. A melhor das coincidências, pensei. Depois de um papo, de uma apresentação dela no meu antigo grupo de orientação e de apontamentos anímicos no meu então esboço do relatório de qualificação, o rumo de todo o processo rodopiou por completo; uma aparição, decerto.

fev. 2018: nascimento da minha primeira filha, Marieta; não me venham falar de convenções, padrões culturais etc. Marieta é a experiência de um amor outro, gratuito, sem querer nada em troca.

mar. 2017: momento de ingresso no doutorado, no grupo da querida Professora Adriana. Sorte por ter conhecido, lá, pessoas bacanas, generosas, implicadas. Algumas muito queridas ainda hoje, mesmo depois de filhas, pandemia, isolamento acadêmico etc. Bons e saudosos momentos.

ago. 2014: se não me falha a memória, foi o semestre que cursei a disciplina da pós da Professora Adriana, na época do mestrado, todavia. Ali, outro acontecimento vital. Atração e admiração instantâneas: doçura e sutileza que se compõe com muita potência, muita força, e engenhosidade. Não à toa, é ela quem está há mais tempo me acompanhando nesse percurso acadêmico, desde da qualificação/banca do mestrado: só posso sentir-me extremamente honrado.

mai. 2011: mês/ano que conheci o amor de uma vida. Desde quando a conheci, faltavam palavras para dar sentido àquilo que se sentia: *porque era ela*, roubei (roubamos) de algum cantor/poeta. E, mesmo após uma década, ainda creio no *porque era ela*. E, depois de tantos anos, só posso ser grato por ela querer partilhar a vida dela comigo. Grato pelas duas filhas, duas gatas, um cachorro, viagens inesquecíveis. Grato por toda a revolução ocasionada. E pela paciência ímpar nesse período acadêmico.

nov. 2009: já tinha me graduado na Unesp-Assis e voltava de lá meio sem rumo. Alguém da faculdade, talvez alguma professora, disse-me para, ao chegar em São Paulo, procurar pelo Julio Aquino, na Faculdade de Educação da USP. Procurei e cursei pela primeira vez (pois foram algumas) sua disciplina na licenciatura. Experiência arrebatadora, anímica. Toda uma aula-vida pulsante. Foi ali, com o Professor Julio, que pude presenciar o que tanto se propalava no meio esquizoanalítico, de onde eu vim: a postura ético-política em ato – e não apenas falada.

Novembro de 2009 foi quando terminou a disciplina e eu me senti desamparado de tamanha intensidade. Foi quando eu lhe enviei um e-mail, dizendo querer/precisar de mais. O Professor, sempre muito gentil, respondeu com a ligeireza e a delicadeza costumeira. De fato, desde então, sempre tentei me manter por perto, mas não tão perto, pois nunca me senti à altura ou merecedor. Ainda hoje não me sinto. A vida me levou para outros rincões, mas sabia, contudo, que, ora menos ora, iria (ou teria que) buscar um contato maior com ele, uma aproximação de pensamento, ver de perto essa maquinaria operando. De um jeito todo torto e por caminhos árduos, eis que foi. Hoje, o admiro ainda mais. Pois, além da delicadeza rara, conheci também o rigor, o trabalho incansável, a disciplina. Conheci a acidez, a exasperação, a cobrança. Mas nunca como desconfiança, suspeição, indiferença ou insensibilidade. Conheci também o Orientador Julio. Hoje, mais de dez anos daquela admiração com a distância controlada (nem tão perto e nem tão longe), depois de ver e sentir, agora sim, tudo isso mais de perto, passou a reverberar duas coisas em mim, banais talvez: primeiro, uma reverberação que diz de uma perspectiva de vida: “a vida não é aquilo que acontece lá fora, fora da sala de aula, fora de um grupo de orientação, fora do doutorado; a vida é isso tudo, a vida é aqui dentro, onde você se meteu porque quis”. Toda uma mobilização ético-política: a vida está por todos os lados. Já a outra, depois de quatro décadas de vida cumpridas, pude ouvir um quase estranho dizer “confie em mim, sou mais experiente, o intuito é ajudar, só; se não quiser confiar, obedeça então. Obedecer não é nenhum crime”. Mais do que ouvir isso, pude, de fato, lançar-me, me permitir obedecer, ouvir, aprender; só. No fundo, creio que o invejo: em um devaneio, é como se ele tivesse não uma ou duas, mas várias Marietas e Emílias, alunas/os e orientandas/os com as quais ele poderá, até não quiser mais, exercitar esse afeto que é outro, que diz da confiança, da generosidade, da gratuidade, mas também da disciplina e do rigor. Da vida, pois.

Quando o fim se aproxima, já não restam imagens da recordação; só restam palavras. Não é estranho que o tempo tenha confundido as que certa vez me representaram com as que foram símbolos do destino de quem me acompanhou por tantos séculos. Eu fui Homero; em breve, serei Ninguém, como Ulisses; em breve, serei todos: estarei morto.

[...]

A meu ver, a conclusão é inadmissível. “Quando o fim se aproxima [...], já não restam imagens de recordação; só restam palavras.” Palavras, palavras deslocadas e mutiladas, palavras de outros, foi a pobre esmola que lhe deixaram as horas e os séculos.

Jorge Luis Borges (2008)

RESUMO

RUSSO, Diego Rafael Betti. **Subjetivação, temporalidade e discurso:** atualizações da forma-homem. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

No encaixe das contribuições fulcrais de Michel Foucault acerca da noção de subjetivação, tomando-a como uma produção datada, contínua e historicamente forjada, em contraste com a noção de sujeito universal, metafísico e atemporal, esta investigação dedica-se a analisar a discursividade referente a certo ideário em torno do presente e do futuro daquilo que é comumente representado pelo termo *homem*. Para tanto, retomou-se, primeiro, o famigerado diagnóstico foucaultiano sobre a iminente *morte do homem* no livro *As palavras e as coisas* e, depois, o prognóstico de Gilles Deleuze que, ao revisitar a pista de Foucault sobre os limites da forma-homem duas décadas mais tarde, entreviu nos acontecimentos do fim do século XX a ocasião capaz de fissurar tal formação subjetiva e, quiçá, franquear a emergência de outra. Diante da questão da temporalidade, inerente a um conjunto discursivo sobre o *homem* proferido no passado, fez-se necessário operar de acordo com um duplo viés teórico-metodológico inspirado no pensamento de Michel Foucault. De um lado, junto das noções de veridicção, problematização, acontecimento e, sobretudo, arquivo, tratou-se de recusar uma concepção de tempo calcada em atributos como linearidade, sucessão e causalidade, facultando uma analítica extemporânea com base na justaposição de múltiplas temporalidades. De outro, a fim de perspectivar o horizonte discursivo acerca do presente e do futuro da forma-homem, foi preciso recuar temporalmente: em vez de manter a mirada nos acontecimentos coetâneos, fez-se necessário voltar a mirada da investigação para a época logo após o anúncio da *morte do homem*, precisamente no ano de 1968, notabilizado tanto por ocasionar um sem-fim de acontecimentos de grande monta pelo mundo, como por irradiar toda sorte de análises e reflexões sobre o *homem*. Desta feita, o *corpus* do trabalho foi constituído por 1.681 reportagens de capa da revista *Veja*, tomando-a como caixa de ressonância fática dos discursos sobre o *homem*, desde sua primeira edição, em setembro de 1968, até a última publicação do ano 2000. Em um primeiro momento, as reportagens foram mobilizadas para alicerçar uma plataforma discursiva extensiva e longitudinal, por meio de um procedimento analítico inspirado no livro *As palavras e as coisas*, acerca dos deslocamentos das *empiricidades* do *homem* na qualidade de ser vivente que lida com seu corpo (vida), que organiza o trabalho e a produção (trabalho), e que fala e se comunica (linguagem), com vistas a dimensionar as mutações das práticas sociais e dos modos existenciais no decurso de pouco mais de três décadas. Em seguida, o arquivo foi mobilizado para compor uma espécie de inventário topológico das temporalidades aí em causa, objetivando dar a ver os diagnósticos-prognósticos sobre o presente e o futuro do *homem*, bem como perscrutar sua lida diante dos acontecimentos que ensejavam anúncios de futuro, dos mais ufanos e celebrados aos mais vilipendiados e aviltados. Como saldo analítico da investigação, desponta uma engrenagem de governo dos homens que opera sobremaneira pelos imperativos autonomia e fluxo em detrimento das noções de determinismo/subordinação e fronteira/imobilidade; termos cujo significado era constantemente atualizado e indexado até chegarem às acepções atuais. Verificou-se, igualmente, se tratar de um governo que, imantado a uma operatividade ressignificada do tempo futuro, visou entrever o porvir do *homem*, de modo a não deixar a forma-homem arrefecer. Tal governo, gestor anímico do porvir, não objetivaria outra coisa senão operar a manutenção da forma-homem com vistas a não deixar prescrever sua data de validade; um governo do futurível, em suma.

Palavras-chave: Processos de subjetivação; Michel Foucault; Temporalidade; Arquivo; Gilles Deleuze.

ABSTRACT

RUSSO, Diego Rafael Betti. **Subjectivation, temporality and discourse**: updating *man*-form. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

In pursuit of Michel Foucault's key contributions on the notion of subjectivation, taking it as a dated, continuous and historically forged production, in contrast to the notion of universal, metaphysical and timeless subject, this investigation is dedicated to analyzing the discursivity concerning a certain ideology around the present and the future of what is commonly represented by the term *man*. In order to do so, the famous Foucauldian diagnosis of the imminent *death of man* in the book *The Order of Things* was taken up again, and then, the prognosis of Gilles Deleuze who, when revisiting Foucault's clue about the limits of the *man*-form two decades later, glimpsed in the events of the end of the 20th century the opportunity capable of cracking such a subjective formation and, perhaps, opening the emergence of another one. Faced with the question of temporality, inherent to a discursive set about man uttered in the past, it was necessary to operate according to a double theoretical-methodological bias, inspired by the thought of Michel Foucault. On the one hand, along with the notions of veridiction, problematization, event and, above all, archive, it was a matter of rejecting a conception of time based on attributes such as linearity, succession and causality, providing an extemporaneous analysis based on the juxtaposition of multiple temporalities. On the other hand, in order to put into perspective the discursive horizon about the present and the future of the *man*-form, it was necessary to go back in time: instead of keeping an eye on contemporary events, it was necessary to return the gaze of the investigation's to the time immediately after the announcement of *the death of man*, precisely in the year 1968, notable both for causing an endless number of events of great importance around the world, and for irradiating all sorts of analyzes and reflections on *man*. This time, the *corpus* of the work consisted of 1,681 cover stories from *Veja* magazine, taking it as a phatic resonance box of discourses about *man*, from its first edition, in September 1968, until the last publication in the year 2000. At first, the reports were mobilized to support an extensive and longitudinal discursive platform, through an analytical procedure inspired by the book *The Order of Things*, around the displacements of man's *empiricities* as a living being who deals with his body (life), which organizes labor and production (work), and which speaks and communicates (language), aiming to scale the changes in social practices and existential modes over the course of little more than three decades. Then, the archive was mobilized to compose a kind of topological inventory of the temporalities in question, aiming to show the diagnostic-prognostics about the present and the future of *man*, as well as to scrutinize his dealings with the events that gave rise to announcements of the future, from the most vaunted and celebrated to the most vilified and debased. As an analytical balance of the investigation, a mechanism for the governance of men emerges that operates largely through the imperatives of autonomy and flow to the detriment of the notions of determinism/subordination and border/immobility; terms whose significance was constantly updated and indexed until reaching current meanings. It was also verified, likewise, that it was a government that, magnetized to a re-signified operativity of the future time, aimed to glimpse the future of *man*, so as not to let the *man*-form quench. Such government, the soul manager of the future, would aim at nothing other than operating the maintenance of the *man*-form with the goal of not allowing its expiration date to expire; a government of the future, in short.

Keywords: Subjectification processes; Michel Foucault; Temporality; Archive; Gilles Deleuze.

SUMÁRIO

INFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS	4
1. UM DIAGNÓSTICO, UM PROGNÓSTICO, O <i>HOMEM</i>	20
1.1. Um sem-fim de diagnósticos-prognósticos sobre o <i>homem</i>	24
1.1.1. Mapa das empiricidades I: <i>vida</i> , biologia molecular	26
1.1.2. Mapa das empiricidades II: <i>linguagem</i> , tecnologia digital	29
1.2. Diagnósticos-prognósticos: problematização de um tempo	35
1.3. A morte do <i>homem</i> : preâmbulo e epílogo de um acontecimento	43
1.4. 1968: às <i>coisas</i> , uma miríade de <i>palavras</i>	47
1.4.1. Mapa das empiricidades III: <i>trabalho</i> , o eu neoliberal	51
1.5. 1968, um acontecimento	56
2. CONCEITOS E GESTOS PROCEDIMENTAIS	61
2.1. Temporalidades: a questão da atualidade e a <i>acontecimentalização</i>	62
2.2. Do pretérito do presente ao futuro do presente: uma mirada arqueogenealógica.....	70
2.3. Covil da temporalidade, o arquivo.....	73
2.3.1. Arquivo, a luz e a escuridão do tempo.....	75
2.3.2. Arquivo, o presente em suspensão.....	81
2.3.3. Arquivo e memória: desdobrar o tempo	85
2.4. Editar o arquivo: pistas de um cinema-pesquisa para uma pesquisa-cinema	92
2.5. Arquivo, arquivista, arqueogenealogista	101
3. O SEMANÁRIO, O <i>HOMEM</i> , O TEMPO: TENSIONAMENTOS E ATUALIZAÇÕES	104
3.1. Revista <i>Veja</i> , caixa de ressonância dos diagnósticos-prognósticos	105
3.1.1. Mídia impressa, arquivo luminoso.....	109
3.1.2. Mapear e cortar: agulhões da pesquisa	113
3.1.3. Reunir e montar: reportagens de capa.....	115
3.2. Empiricidades em movimento	118
a. Vida.....	120
b. Trabalho	160
c. Linguagem	184
3.3. Empiricidades: deslocamentos e tensionamentos	197
a. Autonomia <i>versus</i> subordinação/determinismo	198
b. Fluxo <i>versus</i> fronteira	222
c. Mutação e indexação.....	237
3.4. Reminiscências do tempo: breve inventário topológico do futuro	252
1968-1969: <i>vejam o que chegou de repente, o futuro</i>	254
1970-1974: <i>debitar ao passado os erros do presente a serem creditados ao futuro</i>	258
1975-1979: <i>teria o futuro valido a pena?</i>	263
1980-1984: <i>moldar o futuro</i> (e ajustar o presente)	266
1985-1989: <i>futuro, do recuo ao entusiasmo colossal</i>	269
1990-1994: <i>o futuro marcando passo</i> (verve <i>retrotopológica</i>)	271
1995-1999: <i>o futuro chegou; e agora?</i>	274
Ano 2000: <i>futuro antecipado, porvir imediato</i>	280
INFLEXÕES EXTEMPORÂNEAS	285
Governo do porvir: antropotécnicas <i>finito-ilimitadas</i>	285
Jovens: retrato do presente, epígonos do <i>homem</i>	292
Saldo final: dois desvios e um sobressalto.....	297
REFERÊNCIAS	302
FONTES: REPORTAGENS DE CAPA	313

INFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

A cada época os contemporâneos estão, portanto, encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um dizer verdadeiro, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde.

Paul Veyne (2011, p. 25)

Já eram quase 23 horas de uma terça-feira quando os primeiros portais eletrônicos da imprensa noticiaram, no dia 25 de fevereiro de 2020, a confirmação do primeiro brasileiro infectado pela então incipiente e pouco conhecida doença que vinha assolando e inquietando boa parte do planeta. Consta que uma fonte do Ministério da Saúde brasileiro antecipara a informação, o que justifica o fato de o órgão oficial ratificar a primeira infecção de seu concidadão apenas no dia ulterior – em todo caso, o dia 26 de fevereiro foi o dia registrado nas estatísticas nacionais (FOLHA DE S. PAULO, 2020b).

Àquela altura, alguns aspectos da doença já não eram totalmente desconhecidos; noticiava-se que se tratava da COVID-19, moléstia causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2, assim batizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início de fevereiro do mesmo ano – “‘Co’ significa corona, ‘vi’ vem de vírus, e ‘d’ representa ‘doença’. O número 19 indica o ano de sua aparição, 2019” (FOLHA DE S. PAULO, 2020a).

Quem detinha, todavia, muito pouco conhecimento sobre as formas de tratar ou deter a ação letal do vírus no organismo humano eram, fatalmente, os profissionais e pesquisadores/cientistas da saúde: até o último dia daquele fevereiro, contabilizava-se em torno de três mil mortes em cerca de onze países (OUR WORLD IN DATA, 2020) – desde a primeira ocorrência em 11 de janeiro na China –, além do aumento exponencial de contágio em todo o mundo. Uma dentre tantas outras pesquisas – hipóteses, estudos, vaticínios etc. ventilados à época – foi divulgada no sítio da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em 30 de março daquele ano e estimava, com base nas taxas de infecção/letalidade da China e da Itália – então países com cenários endêmicos distintos, em que o primeiro conseguira conter e estabilizar os casos, ao passo que no segundo os números de contágio e óbitos ascendiam

exponencialmente –, um total de óbitos variáveis de 240.281 a 2.010.405 para o Brasil (ABRASCO, 2020).

Passado menos de um mês entre a notícia do primeiro contágio brasileiro à funesta estimativa, importantes eventos decorreram do calamitoso contexto no Brasil e no mundo; dentre tantos, tinha-se que, no dia 11 de março, depois de o número de casos de COVID-19 aumentar 13 vezes e se alastrar por todos os continentes, a OMS alterou o status de emergência de saúde pública de epidemia para pandemia; do dia 13 de março em diante, com o objetivo de conter o avanço da doença, os estados e os municípios brasileiros iniciaram a suspensão das aulas presenciais – do mesmo modo, muitos trabalhadores passaram a trabalhar remotamente sendo o distanciamento social medida para evitar o contágio. No dia 17, confirmou-se o primeiro óbito em território nacional; no restante do planeta, somavam-se mais de oito mil (MACHADO; FREITAS, 2021).

A pandemia tornou-se praticamente onipresente nos interstícios do cotidiano, direta ou indiretamente: quem adoecia, dependendo da idade ou das comorbidades prévias, considerava o diagnóstico quase um atestado de óbito antecipado, e, os demais, viviam, em sua maioria, desassossegados, seja pela iminência infecciosa, seja por lidar com entes enfermos e, por vezes, distantes – por conta da prática de isolamento a fim de frear a propagação viral. Para amenizar a inquietude súbita – afinal, tal cronologia nem sequer datava o fim de março –, grande parte da população buscava informações nos meios de comunicação, os quais, por sua vez, dedicavam praticamente toda sua grade à pandemia. As pessoas reaprenderam a importância de lavar as mãos, foram atrás de máscaras faciais, de álcool em gel e, por algum motivo passível de estudo, correram para estocar, o quanto mais, papel higiênico (GRAGNANI, 2020).

Ademais, alguns virologistas e microbiologistas, alçados a uma espécie de oráculo, experienciaram uma autoridade e legitimidade discursiva sem precedentes nas últimas décadas, mobilizando-se, tanto na mídia tradicional quanto nas redes sociais, para informar, averiguar e refutar toda a sorte de *fake news* que se disseminavam com tanta ou mais celeridade do que o próprio vírus: achismos, preconceitos, teorias conspiratórias, ou mesmo hipóteses e pesquisas científicas contestáveis e controversas – embora ainda passíveis de confirmação.

Em muitas ocasiões, intentava-se, sobretudo nos Estados Unidos, responsabilizar a China pela calamidade global, discriminando alguns aspectos da cultura ou da posição político-ideológica do país como comprovação das condições que teriam determinado a eclosão da peste: a difusão global tanto de imagens e vídeos das feiras livres aparentemente imundas comercializando um sem-fim de animais vivos, quanto de descrições que enfatizavam (e condenavam) as peculiaridades da culinária local, cuja maior alegoria tinha a hoje famigerada

sopa de morcego; passando por afirmações que acusavam a China de criar o vírus artificialmente em laboratório com fins bélico-econômicos, para citar apenas algumas das mais notórias. Eram enunciados usados, criados ou proferidos por aqueles que impugnavam a ideologia comunista chinesa ou os valores da esquerda-partidária em geral – dentre eles, inclusive, autoridades oficiais de países, como o então presidente estadunidense Donald Trump e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, ideologicamente posicionados à extrema-direita (SANCHES; MAGENTA, 2020).

No dia 30 de março, também de súbito – como quase tudo naquele momento – foi disponibilizado nas diversas redes sociais um livro digital que reunia textos de renomados intelectuais e acadêmicos contemporâneos,¹ cujo mote comum permeava o fenômeno da pandemia, e logo passou a circular copiosamente nas searas do campo das *Humanidades*.²

Todos os textos já tinham sido publicados em outros meios de comunicação no intervalo de um mês, e foram então reunidos sob o título *Sopa de Wuhan* pelo editor argentino Pablo Amadeo. Tratava-se, para o editor, de uma compilação do pensamento contemporâneo em torno da COVID-19 e das realidades desdobradas ao redor do mundo. Os textos foram dispostos respeitando as respectivas datas de publicação – de 26 de fevereiro a 28 de março de 2020 –, com o fito de “[...] refletir as polêmicas recentes em torno dos cenários que se abrem com a pandemia do Coronavírus, os olhares sobre o presente e as hipóteses sobre o futuro” (AMADEO, 2020, p. 13, tradução nossa).

Tamanha visibilidade na seara das *Humanidades* rendeu ao livro desdobramentos quase imediatos: logo a compilação tornou-se foco de muita celeuma, ganhou algumas tantas resenhas, passou a ser referenciada nas bibliografias de artigos acadêmicos e conseguiu até superar o quase intransponível muro que por vezes dissocia a esfera acadêmica e intelectual do restante da sociedade – provavelmente a reboque dos notáveis nomes mundialmente reconhecidos nas áreas afins, o compilado ganhou certo destaque na mídia tradicional.

¹ Seguindo a disposição do livro, estão: Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Jean Luc Nancy, Franco Berardi, Santiago López Petit, Judith Butler, Alain Badiou, David Harvey, Byung-Chul Han, Raúl Zibechi, María Galindo, Markus Gabriel, Gustavo Yáñez González, Patricia Manrique, Paul B. Preciado (AMADEO, 2020).

² Doravante, todas as vezes em que o termo *Humanidades* aparecer em formato itálico e em caixa alta e baixa, o serão para 1) designar um campo que reúne um grupo de disciplinas (ou áreas) voltadas ao estudo dos seres humanos e das sociedades; as disciplinas principais são, basicamente: Antropologia, Ciência Política, Comunicação, Direito, Economia, Filosofia, Geografia, História, Linguística, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, como qualquer ramificação que se dedique às dinâmicas humanas e sociais e às subjetivações; e 2) para circunscrever, dentro do das *Humanidades*, os estudos de pesquisadores/pensadores comumente atrelados às correntes de pensamento balizadas como pós-modernidade e pós-estruturalismo; o uso do prefixo *pós* remete a uma cisão perspectiva do que condicionava a existência e a sociedade em categorias universais e hegemônicas, atuando a contrapelo das metanarrativas (ABBAGNANO, 2007, p. 907-910; PETERS, 2000).

Em âmbito nacional, em 17 de abril, o *Le Monde Diplomatique Brasil* abriu espaço para o professor Elias Jabbour tecer ásperas críticas ao livro. Ao largo de escrever uma resenha ou apresentação, ele é taxativo quanto a seu objetivo: “[...] demonstrar certa perplexidade sobre o esforço de todos esses renomados intelectuais em exilar a China como parte fundamental do mundo pós-pandemia” (JABBOUR, 2020).

Para além de destacar *graves limites de análise* provenientes do eurocentrismo que perpassava os textos – comumente acolhida ou não problematizada *no seio da esquerda brasileira* –, seu alvo era denunciar e confrontar as teses, os dogmas e as visões distorcidas que tendiam a relacionar o regime chinês a um *despotismo oriental* desde *Aristóteles, Voltaire e Wittfogel*, e ressuscitada, mais recentemente, pelo marxismo ocidental (JABBOUR, 2020).

O projeto econômico chinês seria, para Jabbour, *a antítese da financeirização que acelera a decadência moral e intelectual* que teria acometido *todo o Ocidente*, fazendo com que *intelectuais honestos* jogassem *no ar* tanto os fatos mais significativos sobre o enfrentamento ora eficaz da China diante da pandemia – tais como alguns *arranjos institucionais que permitiram a pronta reação chinesa à doença* –, quanto dados mais gerais, a exemplo da retirada de *840 milhões de pessoas da linha da pobreza nos últimos quarenta anos*. Sobre tais desdêns, findava questionando, primeiro, se tais fatos significam algo *a nossos ocidentais gastrônomos de Wuhan* e, por fim, perguntava-se o porquê de os *intelectuais de “esquerda”*, em vez de apelarem *a títulos racistas para debater uma tragédia humana*, ao olharem para a China, não conseguirem enxergar ali *tempos de grandes esperanças para a Humanidade* (JABBOUR, 2020).

No dia 25 de abril, foi a vez de *Carta Capital* veicular em seu portal eletrônico um artigo de autoria do pesquisador André Kunigami (2020), o qual, ao abordar o racismo e a sinofobia difundidos principalmente pelos mesmos governos de extrema-direita nos primeiros meses de peste, advertiu sobre a existência de um *imaginário racista* que se instalava *não apenas entre os setores conservadores, mas também entre a intelectualidade progressista e branca*, citando, como exemplo, a supracitada coletânea dos notáveis intelectuais: “[...] é interessante notar [...] que mesmo a intelectualidade ‘progressista’ mobilize imaginários racistas” (KUNIGAMI, 2020). Kunigami todavia ressaltou que *Sopa de Wuhan*, ao estampar *na sua capa uma gravura com morcegos* – segundo ele, desenhada em *1904 pelo alemão Ernst Haeckel, notório adepto da eugenia e do racismo científico* –, remetia *imediatamente* a China à *iconografia do “perigo amarelo”*, uma antiga *estratégia Ocidental de animalização de asiáticos* (KUNIGAMI, 2020).

E, para findar a lista, tem-se a crônica do colunista da *Folha de S. Paulo*, datada de 1º de abril. Diferentemente dos dois primeiros, Marcelo Coelho não tinha um tema principal ou

adjacente (racismo e civilização chinesa) em seu texto, salvo o de criticar veementemente alguns dos escritos dos pensadores em *Sopa de Wuhan*: “A direita, como sabemos bem, tem os filósofos que merece. [...] a vontade *bolsonarista* de negar os perigos do vírus se relaciona com seu obscurantismo face ao aquecimento global, aos direitos humanos, ao multiculturalismo” (COELHO, 2020); ele lamentou, contudo, *verificar que alguns dos mais célebres gurus da esquerda* foram *capazes de grandes esparrelas* naquele momento pandêmico (COELHO, 2020).

Os alvos principais do colunista foram os intelectuais cujos textos apresentavam maiores contrastes diante dos avanços da ciência no combate à pandemia; o filósofo italiano Giorgio Agamben foi, por isso, um dos mais alvejados: ele teria afirmado, em 26 de fevereiro, com base em “[...] um documento científico segundo o qual o vírus provoca sintomas leves [...] em 80% ou 90% dos casos, e que só 4% dos contaminados terminam precisando de cuidados intensivos” (COELHO, 2020), que a então epidemia (a OMS ainda não havia alterado o estado para pandêmico) *era uma “invenção”* para suspender *a liberdade de ir e vir* e instituir um *“estado de exceção”*. Coelho, no início de abril, munido de mais informações que Agamben em 26 de fevereiro, pôde explicar ao filósofo que, diante de “[...] um vírus novo, em tese toda a população fica infectada. Numa cidade de 10 milhões de habitantes, esses 4% significariam 400 mil pessoas que teriam de entrar na UTI. Bem mais [...] do que os leitos disponíveis” (COELHO, 2020).

Já ao filósofo franco-marroquino Alain Badiou, que aventou a possibilidade de a epidemia ter surgido em meio da “[...] sujeira perigosa e por seu gosto irreprimível pela venda ao ar livre de todos os tipos de animais vivos, empilhados uns sobre os outros” (BADIOU, 2020, p. 71, tradução nossa), Coelho disse esperar que “[...] nenhuma epidemia comece na França, e que os compatriotas de Badiou não sejam responsabilizados por sua ‘notória’ aversão ao banho ou pelo estranho hábito de comerem rãs e caramujos” (COELHO, 2020).

Por fim, Coelho focalizou o segundo artigo de Agamben no mesmo livro, publicado um mês depois do primeiro, definido por ele como uma *olavice de esquerda* (em alusão a um conjunto de posições negacionistas, retrógradas, racistas, xenófobas, conservadoras etc. do astrólogo Olavo de Carvalho, considerado, à época, o *guru da direita*), que analisava a incapacidade da Igreja em suprir a necessidade religiosa das pessoas, o que acabava franqueando à ciência ocupar e desempenhar a sacra função na atualidade: *bela forma de somar uma banalidade reacionária à extravagância de esquerda* – um sem-fim de *charlatanices*, concluía (COELHO, 2020).

A coluna de Coelho, no momento em que esta avizinhava os enunciados que, em tese, deveriam operar em regimes discursivos diametralmente contrários, tornava patente os primeiros contornos daquilo a que esta investigação aspira. Em que pese o fato de muitas vezes os discursos político-ideológicos operarem em polos opostos salvaguardando o mesmo eixo dos valores do próprio tempo – então os imperativos democrático-capitalistas –, neste caso, porém, embora aqui se reconheçam os distintos matizes dos personagens envolvidos, gerava algum sobressalto a maneira como, em face do calamitoso cenário, pessoas com visões e valores ético-políticos antagônicos ora reproduziram as mesmas hipóteses, vaticínios etc., e se valeram de enunciados idênticos para corroborar algum diagnóstico ou prognóstico a respeito do presente ou do futuro da humanidade, ainda que enviesados pelos polos opostos.

Sobre tal replicação discursiva, eis um breve exemplo: enquanto, por um lado, o então deputado federal Eduardo Bolsonaro e filho do presidente brasileiro comparava a pandemia do coronavírus ao acidente nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética, em 1986, supondo que, em ambos os casos, as autoridades teriam ocultado a dimensão dos danos para escamotear do mundo a falência do governo comunista (*FOLHA DE S. PAULO*, 2020c); por outro, apenas dez dias antes, o filósofo esloveno Slavoj Žižek usara exatamente o mesmo acontecimento histórico para vaticinar que, tal como *a catástrofe de Chernobyl foi o evento que desencadeou o fim do comunismo soviético*, a epidemia do coronavírus, por sua vez, seria “[...] uma espécie de ataque [...] contra o sistema capitalista global, um sinal de que não podemos seguir o mesmo caminho de então, que uma mudança radical é necessária” (ŽIZEK, 2020, p. 23, tradução nossa).

Àquela altura, pois, houvesse ou não futuro, decerto havia, nos textos compilados em *Sopa de Wuhan*, diagnósticos e prognósticos de toda sorte – e esse é outro contorno importante para esta pesquisa. Dentre tantos, Agamben, por exemplo, questionava o papel dos meios de comunicação e dos governos que estariam disseminando um clima de pânico, instaurando um *ciclo vicioso perverso*: “[...] a limitação da liberdade imposta pelos governos é aceita, em nome de um desejo de segurança, que tem sido induzido pelos mesmos governos que agora intervêm para satisfazê-la” (AGAMBEN, 2020, p. 19, tradução nossa). Depois de alastrar o medo, a população assujeitar-se-ia ao cerceamento da liberdade em nome de um desejo de segurança que teria sido induzida pelos próprios governos: seria um modo de tornar operante um *estado de exceção*, como um modo de controle social desejado. O temor de ser contaminado pelos outros corroboraria sua tese de que estaríamos sempre na iminência de um *estado de exceção* de restrição e controle da liberdade, do qual o coronavírus seria apenas um disparador (AGAMBEN, 2020).

Já Zizek pensava que a COVID-19, ao contrário de alguns, não sinalizava o fim do comunismo chinês, mas, sim, uma oportunidade de reviravolta contra o capitalismo e seu regime de desigualdades. Com alguma sorte, além do vírus pandêmico, esperava ele, espalhar-se-ia e seríamos infectados por um vírus *mais benéfico*: “[...] vírus do pensar em uma sociedade alternativa, uma sociedade para além dos Estados-nação, uma sociedade que se atualiza nas formas de solidariedade e cooperação global” (ZIZEK, 2020, p. 22, tradução nossa). A epidemia seria uma espécie de ataque contra o sistema capitalista global, um sinal de que não se poderia mais seguir o caminho sem que uma mudança radical acontecesse.

A filósofa estadunidense Judith Butler, por sua vez, denunciava as desigualdades ocasionadas pelo capitalismo e apontava para o fato de não existirem fronteiras para o vírus e muito menos para a ideia de um território nacional, o que a fazia refletir sobre temas como a *igualdade*, a *interdependência global* e as *obrigações mútuas* – embora destacando que a exploração capitalista encontraria um jeito de se fortalecer e se reproduzir durante a pandemia. De todo modo, dizia ser preciso manter vivo o *imaginário socialista* revigorado pela proposta de um sistema americano de saúde público universal nas lutas políticas e nos movimentos sociais “[...] para deixar cada vez mais pessoas – algumas pela primeira vez – desejando um mundo transformado. Oxalá possamos manter vivo esse desejo” (BUTLER, 2020, p. 65, tradução nossa).

Para o filósofo sul-coreano Byung Chul Han, o coronavírus não seria capaz de produzir uma mudança radical diante de um *capitalismo destrutivo* por si mesmo. Não se poderia *deixar a revolução nas mãos do vírus*: a revolução viria de uma solidariedade coletiva, mas não de uma *solidariedade que consiste em guardar distâncias mútuas* – esse seria o efeito que distanciaria e individualizaria, segundo o qual *cada um se preocupa apenas com sua própria sobrevivência*, ou seja, *não gera nenhum sentimento coletivo forte*. Ao contrário, o filósofo esperava *uma solidariedade que permita sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica, mais justa* (HAN, 2020): “Somos NÓS, PESSOAS dotadas de RAZÃO, que temos que repensar e restringir radicalmente o capitalismo destrutivo, e também nossa ilimitada e destrutiva mobilidade, para salvar-nos a nós mesmos, para salvar o clima e nosso belo planeta [...]. Confiemos que atrás do vírus venha uma revolução humana” (HAN, 2020, p. 111, tradução nossa).

O professor inglês David Harvey fez, na ocasião, uma análise econômica global: acreditava que o coronavírus dava um golpe devastador na economia, tanto por conta do congelamento de grande parte das atividades lucrativas desenvolvidas pelos modos de consumo, quanto por conta da falta de interesse em investimentos da indústria farmacêutica em

pesquisas sobre doenças infecciosas, por exemplo, tal como em prevenção ou estrutura para evitar crises de saúde pública. Ademais, ressaltava que o então presidente estadunidense *havia cortado o orçamento do Centro de Controle de Doenças, dissolvido o grupo de trabalho sobre pandemias do Conselho de Segurança Nacional e cortado todo o financiamento de pesquisas, inclusive sobre as mudanças climáticas*: “[...] Se eu quisesse ser antropomórfico e metafórico sobre isso, concluiria que o COVID-19 é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus tratos brutos nas mãos de um violento e não regulamentado extrativismo neoliberal” (HARVEY, 2020, p. 88, tradução nossa).

O filósofo espanhol Paul Preciado, por seu turno, partia de algumas noções do pensador francês Michel Foucault para analisar o contexto sob a ótica do corpo humano como o objeto central de toda a (bio)política – um mecanismo de poder regulador da vida e da morte das populações –, evidenciando que estaríamos diante de tais mecanismos de controle do corpo, e que seria “[...] imperativo mudar a relação de nossos corpos com as máquinas de biovigilância e biocontrole [...]” (PRECIADO, 2020, p. 185, tradução nossa), já que tais máquinas não operavam como *simples dispositivos de comunicação*. Para tanto, propôs utilizar o *tempo e a força do confinamento para estudar as tradições de luta e resistência minoritárias*: “Desliguemos os celulares, desliguemos a internet. Façamos o grande *blackout* perante os satélites que nos vigiam e imaginemos juntos a revolução que vem” (PRECIADO, 2020, p. 185, tradução nossa).

Com base em resenhas sobre o livro encontradas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), poder-se-ia resumir que *Sopa de Wuhan* era composto por análises que, por um lado, viam uma novidade radical na situação pandêmica que teria escancarado o esgotamento do sistema neoliberal e os limites das políticas do capitalismo hegemônico, solidificando as condições propícias para sua transformação e, por outro, inclinavam-se mais a uma continuidade do momento pré-COVID-19, denotando crerem menos nos efeitos disruptivos ocasionados pelo contexto pandêmico em relação a uma possível mutação nos arranjos existenciais/modos de vida sociais (COÊLHO, LARA, 2020; DUGARTE, 2021; NAVIERA, 2020; QUEIROZ, 2020). Outrossim, todos os autores de *Sopa de Wuhan* teceram críticas e análises ao então cenário e vaticinaram e fabularam o amanhã; em suma, lograram diagnósticos e prognósticos sobre o nosso presente e futuro.

O terceiro contorno a ser destacado, aqui, implica as considerações finais que cada resenha dedicou ao livro. Embora cada uma tenha enfatizado, por vezes, mais um autor ou tema do que outro, críticas e elogios etc., em todas pôde-se verificar uma espécie de coro uníssono

advogando a favor da importância de tais análises: “[...] Sopa de Wuhan é um *convite ao conhecimento, ao debate de ideias e à noção do bom senso* – que *deveria ser comum a todos* nesses árduos tempos em que vivemos [...]: ‘cambiar la mirada abre puertas a nuevas soluciones’” (COÊLHO, LARA, 2020, p. 305, grifo nosso); “[...] o grande grupo formado por pensadores e acadêmicos [...] com o qual se consegue uma interessante diversidade, *abordando questões que foram cruciais* ao longo do ‘isolamento social, preventivo e obrigatório’, e que *parece continuar a ser representativo* daqui para a frente (DUGARTE, 2021, p. 210, grifo e tradução nossa); “[...] Sopa de Wuhan deixa claro que a pandemia *abriu um espaço imaginativo* que, se não era completamente insuspeito antes dela, não contava com o aval de um evento global tão concreto, repentino e mobilizador quanto o novo coronavírus” (NAVIERA, 2020, p. 209, grifo nosso); “[...] essa é uma leitura que vale a pena não só como *forma de se manter atualizado* com o que se discute além do nosso quintal, mas também pela *qualidade geral de frescor e estímulo ao pensamento* dos textos aí reunidos” (QUEIROZ, 2020, p. 3, grifo nosso).

Fosse como um *convite ao conhecimento, ao debate de ideias e à noção do bom senso* para abrir portas e novas soluções, fosse por *abordar questões cruciais ao longo do isolamento social*, por ter aberto *um espaço imaginativo*, por ser uma *forma de se manter atualizado pela qualidade geral de frescor e estímulo ao pensamento*, todas as resenhas pareciam ratificar a importância das análises feitas, ainda que algumas guardassem algumas ressalvas. Também o editor enfatizava que *Sopa de Wuhan* buscou “[...] mostrar as polêmicas recentes ao redor dos novos cenários que surgem com a pandemia do Coronavírus, os olhares sobre o presente e as hipóteses sobre o futuro”, com o objetivo de ser um “[...] ponto de fuga criativo ante a infodemia, a paranoia e a distância lasciva autoimposta como política de proteção ante um perigo invisível” (AMADEO, 2020, p. 13, tradução nossa). Todos pareciam querer abrir, o quanto mais, um leque de explicações e elucubrações sobre o que acontecia no mesmo instante em que o vivia, algo como uma *Gazeta das Humanidades* cuja periodicidade aprazível seria, o quanto menos espaçada, melhor.

Vale destacar que *Sopa de Wuhan* não foi a única compilação de textos que circulou tão logo o início da COVID-19. Para citar só algumas das publicações ainda em 2020 – além das continuações fomentadas pelo mesmo editor e estrutura editorial daquele: *La fiebre*, publicado em abril, e *Posnormales*, em junho –, tem-se: *Coronavírus e a luta de classes* (DAVIS et al., 2020), *Pandemia Crítica outono 2020* (PELBART, FERNANDES, 2021a) e *Pandemia Crítica inverno 2020* (PELBART, FERNANDES, 2021b). Sobre os últimos, embora datem de 2021, os textos que os compõem foram todos escritos entre o outono e o inverno de 2020.

Todas essas obras foram estruturadas como compilações de textos aparentemente dispersos, reunidos, sobretudo, tanto por tematizar a COVID-19 quanto pela assinatura das análises – a maior parte de acadêmicos e intelectuais das *Humanidades*. De qualquer forma, talvez tenha sido o filósofo Peter Pál Pelbart (e também organizador de duas das coletâneas) quem melhor explicou a emergência de todos esses livros, ainda que estivesse justificando apenas o dele. Pelbart dizia identificar, no início da pandemia, o começo não só da contaminação viral, como também uma “*pandemia*” de *leitura e escrita*: enquanto a “[...] sede por ler interpretações frescas era imensa [...], cada nova interpretação percorria a rede numa espécie de frenesi transversal”, paralelamente “[...] parecia haver uma febre para escrever, expressar-se, montar sua hipótese própria sobre o sentido do acontecimento, manifestar com as próprias palavras a indignação com as mortes evitáveis, dizer a dor alheia ou da Terra, a solidão ou a impotência” (PELBART; FERNANDES, 2021b, p. 16). Sede por ler e febre por escrever: no limite, é como se a ocasião pandêmica pusesse em funcionamento – ou, catalisasse, exponenciasse algo que não seria novo – uma espécie de usina de produção de narrativas *in loco* e em tempo real.

Caso se fosse avizinhar os contornos anunciados gradativamente que tocam às inquietações desta pesquisa, ter-se-ia em mãos uma miríade de interpretações de intelectuais e acadêmicos produzida a partir de um repertório de enunciados que se atualizava à guisa dos eventos da pandemia, fosse por diagnósticos que intentavam contemplar nosso presente, fosse por prognósticos que fabulavam os melhores ou os piores cenários futuros – isso tudo, se possível, num hiato temporal mínimo. *Sede por ler e febre por escrever* que impressiona, justamente, pelo hiato temporal: parte do sobressalto aqui ocasionado, advém do fato do primeiro diagnóstico de *Sopa de Wuhan* datar 26 de fevereiro de 2020, ou seja, pouco mais de um mês depois das primeiras confirmações de casos de COVID-19 fora da China.

Mas o intento, aqui, não é o de armar um júri a fim de normalizar o tempo correto para as pessoas se manifestarem e tampouco o de querer, agora, aferir a necessidade de cada um em lidar com a angústia diante de um acontecimento de tamanha monta – disso, a psiquiatria já se encarrega. Tampouco poder-se-ia ou se quereria afirmar tratar-se da primeira ocasião na história a se produzir, fazer circular e se consumir tantos escritos, reflexões, opiniões, análises, impressões etc. quase imediatos a um acontecimento para tentar ofertar a ele uma resposta, ou um vaticínio.

Para esta pesquisa, entretanto, coetânea à magnitude do ocorrido, essa talvez seja a ocasião que, nos últimos anos ou décadas, mais propiciou visibilidade a uma espécie de afã

narrativo: tanto o de querermos, nós mesmos, diagnosticar o que está acontecendo agora, quanto o de querermos prognosticar o que acontecerá com nossas formas de vida e relações sociais.

Quiçá estivéssemos, sim, todos em uma sopa, caudalosa, farta: não a de Wuhan, mas a de discursos que se multiplicavam, se replicavam e se atualizavam incessantemente. Kunigami, em seu artigo, quem sabe com algum grau de complacência com o que ele considerou deslizos dos renomados intelectuais, quis crer que “[...] a urgência das redes faz com que mesmo a intelectualidade ‘progressista’ mobilize imaginários racistas. Quanto mais urgente, mais despercebido o fantasma do racismo retorna” (KUNIGAMI, 2020).

Ao largo de querer cotejar os efeitos das redes sociais com o que se chamou aqui de afã narrativo (e menos ainda querer ignorar sua pujança), o que decerto mobiliza esta investigação parte da suspeição de que esse aparente *leitmotiv* diagnóstico-prognóstico pudesse ser totalmente atrelado ou justificado pela suposta urgência que nos exigiriam as redes sociais, de modo a obliterar uma premência que, antes de ser incitada pelas conexões virtuais, parecem dizer algo sobre as pessoas que estão nelas interagindo: algo que faz com que haja uma urgência cada vez maior em emitir análises, interpretações, opiniões, vaticínios, fabulações etc. Não por acaso, vemos (ou fazemos) isso a todo momento nas redes sobre qualquer tema ou circunstância; fazemos as vezes, hoje, de especialistas ou *experts* de qualquer coisa, e ainda que, de fato, a Internet possa ser um meio propício, certamente não é a única causa dessa urgência que se acentua mais e mais; desse afã, dessa sede e febre de escrever, compartilhar e ler.

O último contorno que alicerça os rumos deste trabalho advém de uma das referidas resenhas sobre o compilado *Sopa de Wuhan*: Dugarte (2021), possivelmente um tanto menos imbuído do turbilhão primevo do evento patológico, considerando sua resenha datar no primeiro semestre de 2021, já ciente de que muitas das conjecturas que embasavam vários dos textos do compilado de *Sopa* já estavam *superadas pelas demonstrações científicas ou retificações políticas*, conclui que o livro poderia ser, ainda, “[...] interessante e importante nos registros historiográficos para investigar a COVID-19, especialmente para estabelecer quais eram a percepção e as preocupações daquelas primeiras nevrálgicas semanas no início da terrível Pandemia Mundial que nos marcará para sempre” (DUGARTE, 2021, p. 210, tradução nossa).

Se Dugarte, porventura, concordasse com algumas noções do pensamento de Michel Foucault – tanto quanto esta pesquisa o faz –, então não seria em vão ele tratar essa miríade de narrativas sobre um tempo-presente como valiosas fontes documentais de um acontecimento a serem investigadas em um tempo-futuro, por pesquisadores vindouros que as teriam à

disposição: uma massa discursiva que, mobilizada como um arquivo, ser-lhes-iam como epígonos documentais das problematizações do nosso tempo. Afinal, como bem descreveu o professor e autor da resenha, não se tratou de um acontecimento vão, ao menos pela mirada incrustada por tal experiência – ou, nas palavras de Foucault, um *foco de experiência*, acaso se entendesse que se tratou de um acontecimento tamanho a ponto de articular “[...] primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis”. (FOUCAULT, 2010a, p. 4).

Esta investigação que ora se inicia decerto não tem como mote analítico a pandemia, mas, antes, o que, em parte ao que ela deu visibilidade e, dali, pôde-se entrever: diante da intempestividade e das vicissitudes de um acontecimento incipiente e assombroso, emerge um conjunto documental de diagnósticos-prognósticos incitado a responder sobre o nosso presente e futuro, produzidos e publicados (em mídias tradicionais ou nas redes sociais) no instante mesmo do acontecimento – e, por isso, por vezes valendo-se de um repertório discursivo escasso, ainda que circulando em alta frequência, com recepção, salvo algumas exceções, aparentemente benfazeja.

Em certa medida, será pelos contornos ora aventados desse afã diagnóstico-prognóstico o que, aqui, se intentará acoessar: partindo de uma espécie de diagnóstico feito pelo próprio Foucault, a famigerada *morte do homem*, cunhada por ele no fim da década de 1960, quando o pensador francês aventava, com base em sua análise lograda no livro *As palavras e as coisas*, o *homem*³ como uma formação histórica datada e forjada no século XIX, e, por isso, fadada a desaparecer – escrutínio que gerou profundo mal-estar entre os intelectuais à época –, para chegar até o prognóstico do filósofo Gilles Deleuze, quem, ao revisitar duas décadas mais tarde a pista foucaultiana da anunciada iminência dos limites da forma-*homem*, entreviu, na ocasião de alguns acontecimentos no fim do século XX, um eminente condão capaz de fissurar tal formação subjetiva e, quiçá, franquear a produção de outra, tal como afirmara Foucault.

Não por mera coincidência, em algum grau, tal como a febre e a sede de diagnósticos e prognósticos da atualidade, foi que o último terço do século XX encampou, por seu turno, uma

³ Doravante, o termo *homem* aparecerá sempre em itálico para ressaltar a noção de uma formação subjetiva datada, em produção contínua, e não para designar uma generalização sexista para pessoas.

miríade de estudos do campo das *Humanidades* que tomou os acontecimentos de então para balizar seus próprios diagnósticos-prognósticos acerca de um aparente desvanecimento do *homem* e, por conseguinte, sobre sua nova forma-subjetiva: um *homem* por vir. Bem ali na última década do segundo milênio, pululavam, no campo das *Humanidades*, estudos que proclamavam as mutações subjetivas e sociais já consumadas ou que, certamente, se consumariam; estudos que diziam de mutações que seriam ocasionadas, mormente, pelos avanços da biologia genética, pela popularização dos computadores e da Internet e pelas novas dinâmicas econômicas neoliberais. Tratava-se, pois, comumente, do advento do *homem pós-orgânico* e *biossocial*; do *homem-máquina* e da *cibercultura*; do *homem endividado* e *empreendedor de si* etc.

Do mesmo modo, talvez não tenha sido por acaso que, à época do diagnóstico da *morte do homem*, pôde-se verificar, facilmente, a notabilidade da década de 1960 (e, sobretudo o ano de 1968), tal como se atribui ao fim daquele século, que se destaca historicamente tanto por imprimir um sem-fim de acontecimentos de grande monta pelo mundo, quanto por irradiar e difundir toda sorte de análises e reflexões sobre o período, as quais, decerto, caracterizam-no como um tempo de grande inflexão dos modos de viver do *homem*.

Levada então a focalizar ambos os contextos supracitados, esta investigação passou a se atentar à conjectura de dois estratos operativos oriundos das inflexões e dos questionamentos do fim da década de 1960 e dos diagnósticos-prognósticos da última década do século XX, principalmente. O primeiro estrato indicava um *leitmotiv* temporal inerente às tais análises sobre o *homem*, pois remetiam não só ao presente, mas também ao futuro: estudos que visavam diagnosticar o que supostamente nos tornávamos, bem como prognosticar o que nos tornaríamos; ou seja, tanto diagnósticos do presente quanto diagnósticos do futuro daquele presente. O segundo estrato dava a ver que cada diagnóstico-prognóstico adjazia, intrinsecamente, a vestígios da história de seu próprio presente, as problemáticas ora em voga que subsidiavam os predicados subjetivos dos diagnósticos do ser e dos prognósticos do porvir: a história do presente quanto à história do futuro possível daquele presente.

Desta feita, esta investigação, quando diz se atentar menos aos predicados subjetivos em si (ou mesmo aos eventos que os subsidiavam), e mais ao contexto que franqueava tal afã diagnóstico-prognóstico, busca ressaltar que seu foco está, sobretudo, nos vestígios da história das problematizações que, crê-se, encontram-se adjacentes, justamente, nos predicados discursivos que compõem tais diagnósticos-prognósticos.

Em outras palavras, do mesmo modo que esta não é uma pesquisa sobre a pandemia de 2020, ela tampouco será sobre uma determinada ocasião aparentemente disruptiva (fosse ela a

viagem à Lua, a Guerra Fria, o maio de 1968 francês; fosse ela a genética, a Internet, o neoliberalismo, por exemplo), mas, sim, uma investigação que visa mapear e analisar o que se chamou aqui de afã discursivo do *homem* sobre si próprio, sobre seu presente e futuro para, no melhor dos casos, poder dar a ver, no decurso de pouco mais de três décadas, sobretudo, o que esteve à baila, em cada tempo, que motivava o *homem* a produzir tais descrições ou vaticínios sobre si; quais as solenidades ou as inquietudes que o incitava a tanto querer se debruçar sobre alguma ocasião de seu presente e os supostos futuros lá fabulados.

Destarte, pelo fito de perspectivar o horizonte discursivo acerca do presente e do futuro do *homem*, fez-se pertinente não manter a mirada tão só nos acontecimentos do fim do século XX, aproximando esta pesquisa da época do anúncio foucaultiano da *morte do homem*, movido pelo intuito de explorar, em paralelo, as condições que imputou, ao fim do mesmo século, a suposta onda de diagnósticos e prognósticos sobre o presente e futuro do *homem*. Assim foi que, todo o primeiro capítulo desta investigação dedicou-se a elencar, primeiro, alguns dos enunciados proferidos tanto em 1968 quanto nos últimos anos do século por intelectuais e/ou acadêmicos notáveis em seus respectivos campos, que visavam responder sobre o futuro do *homem* e da sociedade para, então, verificar cada contexto – os debates, as celeumas, as reverberações oriundas dos marcos temporais da pesquisa para criar as primeiras conjecturas analíticas.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta as escolhas e os aliados conceituais ciente de que, para dar conta, analiticamente, das questões relativas à temporalidade que esta pesquisa entende arregar ao anunciar os dois estratos que seriam inerentes ao intento investigativo, apenas alguns dos gestos metodológicos e procedimentais forjados por Foucault para responder às próprias questões poderiam subsidiar, em alguma medida, as nossas: seja para lidar com diagnósticos-prognósticos proferidos em tempos distintos, seja para acessar a historicidade problematológica de cada um deles, haver-se-ia de desentranhar a concepção de tempo comumente pensada pelos atributos de linearidade, sucessão e causalidade, para, assim, facultar a possibilidade de uma analítica extemporânea com base na justaposição de múltiplas temporalidades. Para tanto, características da arqueologia e da genealogia criadas pelo pensador francês, além das noções foucaultianas de processos de subjetivação, de relações de poder, de regimes de veridicção e, sobretudo, de arquivo, teriam que ser mobilizadas e operacionalizadas adiante.

Um prognóstico, pois, que vislumbra o *homem* em um dado tempo só pode dizer de um futuro invariavelmente amalgamado àquele presente. Não se trata, assim, do futuro como uma temporalidade metafísica e acrônica; ao contrário, parte-se, aqui, da conjectura de que cada

futuro só pode existir e ser fabulado partindo do repertório discursivo de cada tempo: acaso se perguntasse em 1968, em 2000 ou em 2022, por exemplo, como será o ano 3000, decerto as respostas seriam totalmente distintas. Ladeada com o que dizia o historiador Paul Veyne, esta pesquisa crê, tal qual, que cada época estaria encerrada em discursos como em aquários falsamente transparentes, ao passo que, embora os discursos variem ao longo do tempo, eles passam por verdadeiros em cada época.

Partindo, por fim, da ideia de que operamos uma espécie de dupla-posição, ou seja, de que nós não só éramos aqueles que recebemos/lemos passivamente as conjecturas e os vaticínios da nossa própria existência, como também fomos quem as escreveram ativamente, esta investigação foi impelida a acossar longitudinalmente uma porção da gama discursiva que escrevemos e nos anunciava, copiosamente, aquilo sobre o que parecíamos ser – o que pensávamos, ansiávamos, temíamos, desejávamos etc. – e o que aparentemente nos tornaríamos: como seria a Humanidade depois da viagem à Lua ou no pós-Guerra Fria, dotados talvez de carros voadores ou transformados em homem-máquina, seríamos capazes de garantir à geração vindoura recursos naturais de sobrevivência (ou, ao menos, se haveria um porvir); o faríamos do nosso corpo depois de franqueada a manipulação genética, como seriam as relações depois da Internet ou os arranjos sociais diante das dinâmicas neoliberais de produção e trabalho?

Foi assim que, para não ficar no encalço dos diagnóstico-prognósticos especializados do campo das *Humanidades*, o *corpus* deste trabalho foi constituído pelas reportagens de capa da revista *Veja*, entendida como uma caixa de ressonância fática dos discursos sobre o *homem*, desde sua primeira edição, em setembro de 1968, até a última publicação do ano 2000 – o que contemplava, em uma mesma plataforma discursiva/documental, todo o arco temporal a ser mapeado e analisado. Mas, muito além de apenas buscar por enunciados diversos, tomar um semanário desde sempre voltado a ser popular e de grande tiragem, dá ensejo a lograr uma espécie de história das culminâncias, uma descrição topológica das luminosidades do *homem*, dos eventos notáveis, dos ápices, dos apogeus, sejam eles dos mais solenes e celebrados aos mais vilipendiados e aviltados, dos mais utópicos aos mais distópicos: afinal, para um semanário com tais características, apenas interessam os eventos e os acontecimentos de grande monta e legitimidade social.

Será no terceiro capítulo, pois, que a discussão acerca do semanário se desdobrará, já que determinante para a forja da plataforma analítica dos enunciados sobre o *homem*: o semanário foi arrolado, primeiro, para alicerçar uma plataforma discursiva extensiva e longitudinal a fim de analisar, por meio de um procedimento analítico inspirado no livro *As*

palavras e as coisas, os deslocamentos das empiricidades do *homem* na qualidade de ser vivente que lida com seu corpo, organiza o trabalho e a produção, e que fala e se comunica com vistas a dimensionar as possíveis mutações dos modos existenciais e das práticas sociais no decurso de pouco mais de três décadas. Em seguida, a revista foi mobilizada para compor uma espécie de inventário topológico das temporalidades, objetivando dar a ver os diagnósticos-prognósticos sobre o presente e o futuro do *homem*, bem como escrutinar sua lida diante das culminâncias/acontecimentos que ensejavam anunciações de futuro.

Doravante, visou-se cotejar os fios analíticos levantados: *grosso modo* verificou-se a operatividade de uma prática de governmentação que, imantado a uma noção ressignificada do tempo-futuro, visava entrever o porvir do *homem*, de modo a não deixar a forma-*homem* arrefecer e esgotar-se. Tal governmentação, gestor anímico do porvir, não objetivaria outra coisa senão operar na manutenção da forma-*homem* com vistas a não deixar prescrever sua data de validade. Por fim, tal desfecho analítico foi tomado por um sobressalto: se, por um lado, objetivou-se, aqui, interrogar o afã narrativo e discursivo da atualidade em vez de fomentar outros tantos diagnósticos-prognósticos sobre o *homem*, por outro, fez-se indispensável, ao fim e ao cabo, rever e ponderar se o saldo geral desta investigação afiançaria uma análise que, no limite, tão só poderia disputar, com outras, o estatuto de um estudo mais ou menos legítimo ou verdadeiro na contenda dos discursos cerceados pelo aquário próprio da atualidade, alinhavando-se com aquilo que fará sorrir os coetâneos do século seguinte.

1. UM DIAGNÓSTICO, UM PROGNÓSTICO, O *HOMEM*

Do mais infeliz dos homens, não se dirá que ele é alienado ou trabalha para as potências, mas que ele é sacudido pelas forças.
Gilles Deleuze (2006, p. 207, 208).

Este trabalho nasceu de um texto de Gilles Deleuze – assim, parafraseando a primeira linha do Prefácio de *As palavras e as coisas* do pensador francês Michel Foucault, publicado em 1966, ressalta-se a presença pujante do pensamento de ambos nas linhas e entrelinhas desta pesquisa. O referido texto, *Sobre a morte do homem e o super-homem*, consta no Anexo do livro *Foucault* (1988), homenagem póstuma a seu conterrâneo francês, em que Deleuze faz o que se poderia chamar de um ensaio prognóstico sobre a forma-*homem*, uma espécie de atualização da investigação foucaultiana de *As palavras e as coisas*.

O prognóstico deleuziano convoca as linhas finais do livro de 1966, onde Foucault o arremata, por sua vez, com um diagnóstico sobre o *homem*:

[...] se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico — então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia. (FOUCAULT, 2016, p. 536).

Linhas afamadas no transcorrer do tempo e do livro cujas análises seriam tomadas como jargões de toda sorte; aquele mais atrelado ao seu nome, talvez, seja o bordão *a morte do homem*, tema de entrevistas até seu ano derradeiro, inclusive.

O diagnóstico de Foucault sobre o aparecimento e o inevitável desaparecimento do *homem* no curso do tempo – “O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo” (FOUCAULT, 2016, p. 536) – permite-lhe não mais que pressentir a iminência de seu desvanecimento, prudente quanto ao seu momento e forma. Deleuze, vinte anos mais tarde, vislumbra tanto o momento quanto elenca as condições de uma possível mutação, de uma outra forma-*homem*.

Para tanto, o filósofo traz consigo um dos agulhões que permitiram a Foucault cortar o fluxo do tempo e analisar a ordem do saber proeminente em cada época desde o século XVI “[...] refazendo, como que contra a corrente, o percurso da linguagem tal como foi falada, dos seres naturais, tais como foram percebidos e reunidos, das trocas, tais como foram praticadas” (FOUCAULT, 2016, p. XVIII), atento às continuidades e às discontinuidades desses *percursos* empíricos – ou seja, a maneira de se lidar, historicamente, com a linguagem (signos), vida/seres

naturais (corpo) e trabalho/trocas (produção) –, para urdir as condições de possibilidade que culminaram uma distinta e singular organização e ordenação do saber nos séculos XIX e XX como ciências humanas.

Em tal configuração, o *homem* irrompe na história em posição ambígua, oriunda do encontro entre as ciências empíricas e a filosofia transcendental, onde tanto suas empiricidades como ser que vive, trabalha e fala se tornam objeto das ciências, quanto é elevado à condição de transcendência na qualidade daquele a que são atribuídas condições de conhecer tais empiricidades. E é justamente essa *dupla posição o limiar da nossa modernidade* (FOUCAULT, 2016). Nas argutas palavras do filósofo Roberto Machado:

Os homens, pelo fato de viverem, trabalharem e falarem, constroem representações sobre a vida, o trabalho e a linguagem: essas representações são justamente os objetos das ciências humanas. Estas estudam o homem enquanto ele se representa a vida na qual está inserida sua existência corpórea, a sociedade em que se realiza o trabalho, a produção e a distribuição, e o sentido das palavras. (MACHADO, 2006, p. 130).

Pode-se dizer que o estudo das empiricidades *vida, trabalho e linguagem* é o solo das ciências do *homem* e que o objeto científico não é o *homem per se*, pois, no limite, o *homem* existe não mais como uma forma em produção contínua que não existe em si mesmo, mas que pode sintetizar o que ele representa empiricamente, ainda que uma síntese sempre em mutação. O objeto das ciências humanas, pois, é a representação que o próprio *homem* faz, na qualidade de ser dotado da capacidade de produtor e objeto de saber, da forma como vive ou, como ser vivente, do modo como organiza as relações de trabalho e os signos da linguagem.

Ademais, essa posição do *homem*, dupla, acarreta a medida mesma da noção de sua finitude: por um lado, tão finito quanto as ciências que estudam suas empiricidades – “[...] sabe-se que o homem é finito, como se conhecem a anatomia do cérebro, o mecanismo dos custos de produção ou o sistema da conjugação indo-europeia” (FOUCAULT, 2016, p. 432). Por outro, tão histórico na condição forma-*homem* que pode transcender filosoficamente a ordem do saber, a ponto de notar que suas próprias empiricidades – *vida, trabalho e linguagem* – são mais antigas e distantes do que seu próprio aparecimento.

A análise de Foucault arriscou-se a mostrar um avizinhamento, com as devidas continuidades e descontinuidades, entre os distintos ordenamentos do saber ao longo da história. Antes do aparecimento das ciências modernas, que estudaram a *vida* com a biologia, o *trabalho* com a economia política e a *linguagem* com a linguística e a filologia, já existia um ordenamento de saber renascentista que pensava os seres, os objetos de necessidade e as palavras, e um saber da idade clássica com os seres naturais, as riquezas e a gramática geral (FOUCAULT, 2016).

Ao prognóstico de Deleuze interessa a noção de finitude contígua à forma-*homem* e suas empiricidades – e seu conseqüente desaparecimento – tal como a provável mutação da própria noção de finitude do *homem*, visto que esta também se compõe como um elemento de uma ordem do saber – *episteme* nas palavras de Foucault, ou *formação histórica*, nas de Deleuze –, cuja resultante seria a atualização da forma-existencial, por assim dizer.

Formas produzidas historicamente, compostas, cada qual, por relações de forças singulares, que, quando combinadas com outras forças, produzem as condições de emergência de uma nova forma: “Toda forma é um composto de relações de forças. Estando dadas forças, perguntar-se-á [...] com que forças de fora elas entram em relação e, em seguida, qual a forma resultante” (DELEUZE, 1988, p. 132). O filósofo atenta à atualização e à sucessão das formas, movimento que não se dá o tempo todo, nem pela combinação de quaisquer forças. Embora elas se relacionem incessantemente, poucas são as *forças de fora* que atravessam uma determinada formação histórica e irrompem em outra forma. As forças em jogo são a da finitude – constituinte ao *homem* – e a anterior, a força da infinitude da *formação histórica* clássica e, quiçá, a por vir.

Se a forma-*homem* pôde variar a ponto de conceber sua finitude – os limites de seu conhecimento e de sua existência – foi porque, antes, os seres se compunham pela relação com forças eleváveis ao infinito, das quais derivavam e por onde se sustentava a existência de Deus, da perfeição. Era a forma-*Deus*, quando o saber “[...] pode ser desenvolvido até o infinito [...], numa série ilimitada, num *continuum* prolongável. É o signo das científicidades clássicas [...]. Tais ciências são gerais, o geral indicando uma ordem de infinidade” (DELEUZE, 1988, p. 134). Então, o saber operava em descrever as coisas da forma mais representacional possível, de forma enciclopédica, universal e suprema:

[...] na formação histórica clássica as forças no homem entram em relação com forças de fora de tal modo que o composto é a forma-Deus, nunca uma forma-Homem. Esse é o mundo da representação infinita. [...] O que é Deus, senão a explicação universal, o desdobramento supremo? (DELEUZE, 1988, p. 134).

Sempre no encalço do diagnóstico de Foucault, Deleuze, a seu modo, explica a mutação da formação clássica à moderna: “Alguma coisa vem romper as séries, fraturar os *continuums*, que não podem mais se desenvolver na superfície. É como o advento de uma nova dimensão da profundidade irreduzível que vem ameaçar as ordens da representação infinita” (DELEUZE, 1988, p. 135-136). A forma-*homem*, que toma lugar quando do encontro com a força de finitude, faz emergir um saber que também comporta as séries e as linearidades, reorganizadas em camadas limitadas e funcionando em paralelo, produzindo uma dimensão de *profundez*

irredutível à linearidade clássica: “[...] a metafísica do infinito é substituída por uma analítica do finito que encontra na vida, no trabalho e na linguagem suas estruturas ‘transcendentais’” (DELEUZE, 2006, p. 124-125).

À luz do aguilhão analítico de *As palavras e as coisas*, essa espécie de tríade *empírico-transcendental – vida, trabalho e linguagem –*, Deleuze faz avançar a análise foucaultiana mirando uma importante variação na maneira de se lidar com a *vida* (corpo), com o *trabalho* (desejo/produção) e com a *linguagem* (signos) no fim do século XX, antevendo algo intensamente disruptivo às tais empiricidades do *homem*. Decerto, a mesma finitude que acomete o *homem* haveria de, por inerência, acometer a maneira como se faz a representação de suas empiricidades: “A evolução da espécie não está talvez concluída; as formas da produção e do trabalho não cessam de modificar-se [...], e nada prova que ele não descobrirá sistemas simbólicos suficientemente puros para dissolver a velha opacidade das linguagens históricas” (FOUCAULT, 2016, p. 432-433). Ao *homem* incide a capacidade de conhecer, questionar, vislumbrar ou temer a finitude e a historicidade de seu corpo, de seu sistema social, as variações da linguagem, de como se comunica.

Na trilha da *formação histórica* moderna analisada em *As palavras e as coisas*, em que *vida, trabalho e linguagem* já se organizavam como biologia, economia e linguística, Deleuze (1988, p. 140-141) pôde avistar, no fim do século XX, uma aparente variação nas empiricidades do *homem*, proveniente de-uma reorganização na ordem do saber: a biologia passava à biologia molecular e reagrupava a *vida* com o código genético; os computadores reordenavam o *trabalho* partindo da informática automatizada; e a *agramaticalização* e a dispersão dos significantes da literatura operavam na *linguagem* (DELEUZE, 1988).

O prognóstico deleuziano sugere que já ocorria no fim daquele século uma reconfiguração das formas existenciais, o que o leva a indagar – talvez com a justa serenidade em face de um problema cuja resposta lhe seria sabidamente extemporânea – qual seria, caso consumado seu próprio prognóstico, a nova forma por vir, se nem mais à imagem de *Deus*, como no classicismo, se nem mais à imagem do *homem*, na modernidade.

Se tais atualizações empíricas do *homem* não fossem suficientes para garantir sua dissolução e a emergência de outra formação histórica, ao menos, diz Deleuze, já seria possível visualizar uma variação da condição de finitude da forma-*homem* para outra, a *finito-ilimitada*, “[...] se dermos esse nome a toda situação de força em que um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações” (DELEUZE, 1988, p. 141).

A aposta do filósofo compreende que, em comum, as atualizações das *superfícies de projeção* das empiricidades possibilitam-lhes operar justo nos limites antes findados da *vida*,

trabalho e linguagem: seja pela morte do corpo biológico, seja pelas necessidades e formas limitadas de produção, seja, ainda, pelo sistema de regras gramaticais da língua. Se se tem acesso ao modo de ser da *vida* por intermédio do corpo, às determinações da *produção* por meio do desejo, à historicidade das *línguas* no instante em que são pronunciadas (FOUCAULT, 2016, p. 433-434), o advento da biologia molecular e da genética já podia operar ilimitadamente, senão na superação de sua finitude, ao menos no aprimoramento e na otimização de um corpo. O trabalho informatizado e automatizado, com sua ilimitada capacidade de processamento, somado às novas dinâmicas econômicas, apontava uma superação de certo limite da produção humana. Por fim, toda uma modalidade de escrita e de circulação de imagens pela digitalização dos meios de comunicação não cessava de forjar novos e ilimitados signos e sentidos.

Tudo isso, pela análise prognóstica de Deleuze, já lograria alguma expansão de limites da forma-*homem*, mesmo que por dentro do contorno da finitude do corpo humano, ainda. De qualquer modo, tal prognóstico não só corroboraria sua suspeita de uma variação – ou mesmo esgotamento – da então forma-subjetiva, como, ao lançar luz às atualizações das empiricidades do *homem* no fim do século XX, dá ensejo a toda sorte de elucubrações acerca da emergência de uma outra forma.

1.1. Um sem-fim de diagnósticos-prognósticos sobre o *homem*

O prognóstico deleuziano não foi o primeiro e tampouco será o último a respeito do *homem* ou da sociedade. Nele, Deleuze forja uma reunião dos pontos de injunção entre as empiricidades atualizadas do *homem*, balizadas por alguns acontecimentos que insurgiram na segunda metade do século XX e ganharam maior visibilidade no fim do mesmo século.

À primeira vista, tais atualizações em si podem não expressar nada mais do que descrições fenomenológicas datadas, mas dá a ver curiosas convergências em estudos das mais diversas áreas do conhecimento, coetâneos em maior ou menor grau do prognóstico de 1986 – desde os anos 1960-70 até os dias atuais –, concatenados, no mínimo, pelo gesto de cunhar, nomear, dar sentido (diagnosticar e prognosticar, pois) às aparentes cisões na sociedade e nas formas existenciais, cada qual com as mais novas assinaturas para um suposto novo *homem* ou sociedade.

Um breve recorte nos estudos no campo das *Humanidades*, sobretudo, que circularam ou circulam em alguma medida na sociedade, assinados por autores/intelectuais precursores ou percursores de correntes de pensamento balizadas como pós-modernidade e pós-

estruturalismo,⁴ dá azo a, ainda que arbitrariamente, dispô-los à luz das próprias empiricidades aventadas pelo prognóstico deleuziano; se tais estudos, por um lado, correlacionar-se-iam epistemologicamente nas *Humanidades*, por outro, talvez, se lhes pudesse extrair, transversalmente, uma espécie de verve em torno da noção de subjetividade.

Tem-se, por exemplo, a assunção de uma *bioidentidade*, cunhada pelo antropólogo Paul Rabinow (2002) e pelo sociólogo Nikolas Rose (2013), que antevê uma sociedade que se organizaria e identificaria as pessoas pelo seu estatuto biológico/patológico; a *bioascese*, assinalada pelo filósofo Francisco Ortega (2003), que supõe a emergência de uma série de práticas contemporâneas de aperfeiçoamento biocorporal; ou de um *homem pós-orgânico*, diagnosticado pela antropóloga Paula Sibilia (2014), que já visualizava um modo existencial que prescindiria do limite orgânico. Todos esses estudos talvez derivem de outra prática sobre o corpo que emerge com a evolução tecnocientífica da biologia molecular e da genética que alçaria a ideia de *vida* a outro patamar.

Por outra via, a noção de *Império*, dos filósofos Toni Negri e Michael Hardt (2001), de *homem endividado*, do sociólogo Maurizio Lazzarato (2014), ou de *24/7*, do historiador Jonathan Crary – *viver para consumir e trabalhar 24 horas por dia, 7 dias por semana* –, diagnosticariam a capilarização da dinâmica neoliberal que se instala nos interstícios da subjetividade humana. Quanto ao *ciborgue*, da filósofa e bióloga Donna Haraway (2009), ou ao *homem-máquina*, do sociólogo Laymert Garcia dos Santos (2003), em caminho parelho, argumentam a respeito de um compósito entre homem e máquina nas relações sociais e econômicas. Nessa via, todos parecem subordinados à informatização e à automação tecnológica direcionada pelas novas dinâmicas econômicas neoliberais, fazendo variar as relações de *trabalho*.

Ademais, ressalta-se a insurgente experiência social com um modo de *linguagem* comumente atrelada ao advento das tecnologias da comunicação, principalmente pelo seu processo de digitalização, que forjaria termos como *cibercultura*, do sociólogo Pierre Levy (2011), e *sociedade pedagógica* e *geração digital*, utilizadas, respectivamente, pelo sociólogo Stephen Ball (2013) e pelo filósofo Michel Serres (2015).

Outros estudos, na mesma toada das empiricidades atualizadas, denotam diante dessas um hibridismo. A ideia de *biocapitalismo*, de Toni Negri (2015), destaca uma sociedade e uma subjetividade perpassadas tanto pela evolução biológica da *vida* quanto pela dos sistemas econômicos do *trabalho*; a de *Genética neoliberal*, da antropóloga Susan McKinnon (2021),

⁴ Epígonos, muitos, do próprio pensamento de Foucault ou Deleuze.

associa a base da psicologia evolucionista e a genética do comportamento aos valores econômicos neoliberais; a de *Asfixia*, do filósofo Franco Bernardi (2020), que diante da crise social e econômica exige uma nova linguagem não coagida pelos limites do significado para enfrentá-la; ou a de *Revolução das plantas*, do especialista em neurobiologia vegetal Stefano Mancuso (2019), que parte da capacidade das plantas de aprender, memorizar e se comunicar para pensar o futuro da tecnologia, da política e da sociedade.

Em que pese o fato de tais estudos estarem aqui previamente alocados no encaixe do prognóstico deleuziano, todos intentam forjar algum diagnóstico ou prognóstico sobre o *homem* e a sociedade à guisa dos acontecimentos do último terço do século XX. Se se pudesse tomar o prognóstico de Deleuze como uma espécie de mapa das empiricidades do *homem*, cartografado inicialmente por Foucault em 1966, mas atualizado, duas décadas mais tarde, dos subsequentes acontecimentos –, então esta investigação poderia, ainda que sumariamente, inventariar outros tantos estudos diagnósticos-prognósticos à luz das coordenadas por ele ventiladas, a fim de dar a ver alguns dos predicados e das adjetivações empregados/atrelados a uma forma-subjetiva supostamente fadada a, ora menos ora, desvanecer, ou, ao menos, atualizar-se tal qual suas empiricidades.

1.1.1. Mapa das empiricidades I: *vida, biologia molecular*

O sociólogo Laymert Garcia dos Santos – cujo problema de pesquisa das últimas décadas é o futuro do humano e a experiência com as tecnologias –, por sua vez, equacionaria deliberadamente dois dos termos do mapa das empiricidades em um texto publicado em meados do ano 2000, ao afirmar que a desorganização dos limites da forma-*homem* oriunda no fim do século XX “[...] passa a ser vista como parte do movimento constitutivo da nova relação de forças [para a forma Além-do-Homem], na qual a biologia molecular e a informática assumem um papel da maior importância” (GARCIA DOS SANTOS, 2003, p. 293), e ressalta que uma “[...] nova relação de forças, as forças da vida e do trabalho, já estariam indicando a virtualidade de outra história” (GARCIA DOS SANTOS, 2003, p. 293).

Aquilo a que o sociólogo se refere como a *desorganização dos limites da forma-homem* provém do mesmo prognóstico de Deleuze e, como tal, parte das atualizações das empiricidades ocorridas no fim do século XX indicadas pelo filósofo francês, cujo mote principal consiste na aparente passagem da condição de finitude do homem para a de finito-ilimitado.

Por ora, Garcia dos Santos, em 2001, parece confiante nas empiricidades *vida e trabalho* como aquelas que liberariam o *homem* dele mesmo, rumo a uma nova forma – em outro sentido

consta a aposta de Foucault, em 1966, quando conferia à *linguagem* o estatuto da empiricidade capaz de arrebatar os limites do *homem*, ponto que será esmiuçado adiante.

Anos antes, em 1992, o antropólogo Paul Rabinow, atento em descrever o que estaria acontecendo na atualidade sem visar um julgamento das transformações da sociedade, pergunta: “[...] como irão mudar nossas práticas e éticas sociais à medida que este projeto avance?” (RABINOW, 1999, p. 137). O referido projeto é o Genoma e sobre esse o antropólogo concentrou suas pesquisas. Pode-se dizer que Rabinow apostou em uma única empiricidade capaz de dissolver a forma-*homem*, embora fosse distinta: “[...] a nova genética deverá remodelar a sociedade e a vida com uma força infinitamente maior do que a revolução na física jamais teve, porque será implantada em todo o tecido social por práticas médicas e uma série de outros discursos” (RABINOW, 1999, p. 143). Era a biologia que se molecularizava com a genética e era alçada a um outro patamar pelos feitos práticos e, principalmente, pelas promessas de ilimitadas manipulações orgânicas que visavam transgredir e reformular os limites humanos, que se debruçava parte dos diagnósticos-prognósticos tanto de Rabinow como de um contingente de pesquisadores.

O avanço tecnocientífico da biologia, não à toa, merecia à época todos os holofotes. O fim do século XX é tratado como o momento cujos eventos fariam advir aquele que seria o *século biotécnico* (ROSE, 2013, p. 13), e o decênio de 1990 ainda é lembrado como a *década do cérebro* – quando o então presidente estadunidense George Bush inaugurou um conjunto de iniciativas governamentais em pesquisa sobre o tema –, tal como a década em que se iniciou o Projeto Genoma Humano, envolvendo cientistas de vários países. Essas pesquisas angariaram um considerável aumento de investimentos e podem ser consideradas importantes eventos científicos, históricos, culturais e midiáticos ao redor do mundo. Ou seja, toda uma década dedicada às ciências que se organizavam em torno da empiricidade *vida*.

Outros pesquisadores seguiram a mesma trilha de Rabinow, que tinha a biologia molecular como aquela que subjetivaria, eminentemente, o *homem* – seus modos de viver e de se organizar socialmente. O filósofo Francisco Ortega, por exemplo, se fez notável nesse campo, com várias publicações em que “[...] examina as formas pelas quais as ciências biomédicas e as práticas de saúde contribuem para moldar a identidade pessoal” (VIDAL, ORTEGA, 2019), tema de pesquisa sobre a qual se debruça há tempos.

O sociólogo Nikolas Rose é, provavelmente, um dos grandes expoentes desse percurso. Já nos primeiros anos do século XXI, publicou artigos como *Genetic risk and the birth of the somatic individual* ou *Normality and pathology in a biological age*, além de livros como *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI* (2013), ou *Neuro:*

The New Brain Sciences and the Management of the Mind e Our Psychiatric Future (2018),⁵ avolumando quase duas décadas de pesquisas na área.

Tanto Rose quanto Rabinow – em trabalhos conjuntos, inclusive – já podiam diagnosticar, por um lado, um novo arranjo de valores em circulação, culminando em uma sociedade caracterizada pela manipulação da vida pela via das promessas da biologia molecular, produzindo subjetividades no entorno dos avanços biotecnológicos, no campo da condução da vida e pelas práticas do corpo. Por outro, uma organização social que constituído de grupos de interesses específicos, reunidos, fundamentalmente, segundo critérios de saúde, como performances corporais, doenças cromossômicas, longevidade etc., fomentando o que Rabinow chamou de *biossociabilidade*, ou seja, pessoas reunidas em torno de uma doença qualquer com “[...] especialistas médicos, laboratórios, histórias, tradições e uma forte intervenção dos agentes protetores para ajuda-los a experimentar, partilhar, intervir e ‘entender’ seu destino” (RABINOW, 1999, p. 147).

No mesmo golpe, anteviam a proeminência de um regime discursivo em torno dos avanços biotecnológicos que pareciam incitar cada vez mais as condutas das pessoas atraídas pelas possibilidades ilimitadas de manipulações no corpo orgânico:

Essas novas tecnologias, pois, não buscam apenas curar dano orgânico ou doença, nem incrementar a saúde, tal como em regimes dietéticos de boa saúde física, mas mudar o que deve ser um organismo biológico, possibilitando calcular novamente – ou esperando poder recalcular – os próprios processos vitais, a fim de maximizar seu funcionamento e incrementar seus resultados. (ROSE, 2013, p. 34).

Tais autores, ladeados pelo procedimento analítico de Foucault, justificavam a pertinência de suas pesquisas no encaixe da noção de um *biopoder* que passava a governar a conduta das pessoas – um governo da vida em toda a sua extensão – tendo o campo da biologia como um potente vetor produtor de subjetivação. Para eles, em consonância com o próprio procedimento analítico foucaultiano, faziam-se necessários alguns requisitos para tal feita:

[...] uma forma de discurso de verdade sobre os seres vivos; um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte; e modos de subjetivação, nos quais os indivíduos podem ser levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a estes discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 37).

⁵ Informações disponíveis em: <https://nikolasrose.com/books>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Rabinow e Rose advertiam que, para uma prática social tornar-se passível de investigação, haveria a necessidade da articulação de três elementos-chave, operando no mesmo eixo da definição de Foucault sobre *focos de experiência*. Para os autores, pois, o campo do governo da vida, pela via da biologia, já era capaz de suprir tais requisitos, haja vista sua própria organização como um saber científico, a abundância normativa propagada pelos discursos dos especialistas, e as formas subjetivas performadas pelo saber-poder, pelos regimes de verdade que normatizavam valores e incitavam às pessoas uma série de ações sobre si mesmas – uma *bioascese*, nos termos de Ortega (2003).

1.1.2. Mapa das empiricidades II: *linguagem, tecnologia digital*

Doravante, na esteira do prognóstico deleuziano, o filósofo explica que em *As palavras e as coisas* Foucault apostou em uma única empiricidade capaz de tensionar os limites da *forma-homem* até ocasionar seu desaparecimento: “Foucault dá à linguagem um privilégio que ele recusa à vida e ao trabalho” (DELEUZE, 1988, p. 140). Nas palavras de Foucault, havia uma dispersão operando no campo da linguagem que lhe impunha,

[...] se não um privilégio, ao menos um destino que parece singular quando comparado ao do trabalho ou da vida. Quando o quadro da história natural foi dissociado, os seres vivos foram dispersados, mas reagrupados, ao contrário, em torno do enigma da vida; quando a análise das riquezas desapareceu, todos os processos econômicos se reagruparam em torno da produção e do que a tornava possível; em contrapartida, quando a unidade da gramática geral – o discurso – se dissipou, então a linguagem apareceu segundo modos de ser múltiplos, cuja unidade, sem dúvida, não podia ser restaurada. (FOUCAULT, 2016, p. 419-420).

Para Foucault, a *linguagem* não pôde ser reunida tal como aconteceu com a *vida* e com o *trabalho* na passagem da época clássica à modernidade, já que se manteve dispersa em modalidades bem delimitadas como a filologia, a linguística e a literatura. As duas primeiras modalidades, *grosso modo*, tratavam a linguagem como “[...] objetos constituídos e depositados pela história” (FOUCAULT, 2016, p. 419), ora pelo ato de formalização, despojando-a de seu conteúdo concreto para fazer aparecerem seus sentidos universais, ora pelo ato de interpretação, fraturando-a em textos passíveis de revelar um sentido oculto (FOUCAULT, 2016).

São unidades de linguagem que produziram mais e mais discursos sobre o *homem*, mantendo-o em uma posição de síntese, de objeto discursivo. A aposta de Foucault pela *linguagem* está atrelada a uma espécie de contradiscurso da linguagem interpretativa, formal e representacional, a saber, a literatura moderna. Nas palavras de Deleuze, a literatura moderna esboçou “[...] um contragolpe, na medida em que a literatura assumia uma função

completamente nova, que consistia, ao contrário, em ‘reunir’ a linguagem, em fazer valer um ‘ser da linguagem’ para além do que ele designa e significa” (DELEUZE, 1988, p. 140).

A *linguagem* teria a primazia de operar a contrapelo dos signos do *homem* como objeto, enquanto o próprio *homem* protagonizaria uma disjunção nos sentidos da forma-*homem*; “[...] o tempo que transporta as linguagens, nelas se aloja e acaba por desgastá-las, é esse tempo que alonga meu discurso antes mesmo que eu o tenha pronunciado numa sucessão que ninguém pode dominar” (FOUCAULT, 2016, p. 434). Ou seja, para Foucault, apenas a literatura poderia liberar o ser de si mesmo, poderia verter o *homem* às forças de fora de uma formação histórica – de uma episteme –, fazendo romper com os limites da forma-*homem*.

Poder-se-ia questionar se a literatura realmente lograra sua pretensa função, seja a de reunir o ser por via das modalidades discursivas que visavam uma representação do *homem*, seja a de oferecer ao ser um espaço fora da representação, da formalização e da interpretação, capaz de liberá-lo do lugar de objeto-*homem*. Intentar responder tal questionamento, contudo, seria o mesmo que formular outro diagnóstico-prognóstico sobre o *homem*, seria fazer o que passa ao largo do intento desta investigação, tal qual ficará mais claro adiante.

Por ora, verte-se, aqui, o olhar outra vez para o prognóstico de Deleuze, quando dali se escancara o papel disruptivo da literatura: “Esta literatura moderna que escava uma ‘língua estranha em sua língua’ e, através de um número ilimitado de construções gramaticais superpostas, tende a uma expressão atípica, agramatical, como que visando ao fim da linguagem” (DELEUZE, 1988, p. 141).

A todo instante, Deleuze lança luz a um *modus operandi* que parecia irromper com eventos que se tornavam visíveis no século XX: as combinações ilimitadas que uma quantidade finita de elementos podia propiciar. Era o caso – para além das construções gramaticais ilimitadas pela literatura –, das ilimitadas combinações no incipiente campo da genética e das máquinas cibernéticas autônomas, como computadores, que automatizavam as atividades/funções cotidianas propiciando mais tempo e produção de trabalho ilimitado, por exemplo (DELEUZE, 1988).

Ao largo da modalidade-literatura da *linguagem*, não é difícil, contudo, fazer um paralelo da fórmula-prognóstica de Deleuze do *finito-ilimitado* com o advento das tecnologias de comunicação digital, como mais uma modalidade de combinações ilimitadas que emergia com a empiricidade da linguagem, com maior ênfase na última década do século XX. Tempo de grandes avanços tecnocientíficos na área da comunicação, em que pese as tecnologias de comunicação atingirem outro patamar com a crescente popularização dos computadores pessoais, da Internet e, mais adiante, dos *smartphones* etc. Esse avanço tecnológico no campo

das comunicações, sobretudo depois do advento das tecnologias digitais, fomentou um considerável foco de atenção dos estudos e das pesquisas especializadas, seja sobre a relação do *homem* diante delas, seja sobre os efeitos/impactos das tecnologias na vida do *homem* desde o fim do século XX até a atualidade.

Alguns estudos tentam dar contorno às aparentes transformações subjetivas e sociais sinalizando a materialização discursiva das tecnologias da comunicação – desde as analógicas até as digitais –, por classificações que balizam os seres em categorias geracionais e acabam por salientar o lugar decisivo da relação humano-tecnológica em sua própria estrutura. Criados principalmente pelo *marketing* estadunidense (OLIVEIRA; CRUZ, 2016), visam estabelecer e atualizar, de tempos em tempos, crivos de gerações humanas, estabelecendo para cada uma um conjunto de práticas e predicados comuns, com a curiosidade de se valerem muito do grau da relação dos seres com as tecnologias da comunicação. São estudos que passaram a circular intensamente tanto no meio corporativo e em algumas áreas das ciências humanas – psicologia e sociologia –, quanto na cultura geral por via das mídias populares.

São classificações lineares, em que cada nova geração sucede a anterior. Desta feita, pode-se dizer que o mais atual crivo humano recebe a alcunha de Geração Alfa, composta por pessoas nascidas após 2010, atribuída ao sociólogo Mark McCrindle. Como característica decisiva, teria a qualidade de ser a primeira geração totalmente nativa digital e *alfabetizada tecnologicamente* (OLIVEIRA; CRUZ, 2016).

Essa classificação sucedeu a chamada Geração Z, cuja origem imprecisa remete a uma mescla de outros tantos diagnósticos – *iGeneration, Net Generation, Post-Millennials* (THE TELEGRAPH, 2014). Ambas as categorias tentam classificar as pessoas que nasceram em torno da virada do século e, por isso, já em meio às tecnologias digitais. Contudo, ainda que a Geração Z se constitua de coetâneos à Internet, isso não lhes concede a chancela de nativos digitais, já que a criação e a popularização dos novos aparelhos e ferramentas digitais – como *smarthphones*, redes sociais e aplicativos de toda ordem – ocorreria só mais tarde (INDALÉCIO; RIBEIRO, 2016).

A Geração Y, por sua vez, agrupa os nascidos entre o fim da década de 1970 e o início da de 1980 e é lembrada pelo contato com as tecnologias de informação por nascerem no início das evoluções tecnológicas e, por consequência, da globalização (THE TELEGRAPH, 2014). Embora tais classificações situem as gerações no enalço da relação humana com as tecnologias de comunicação, equacionam seus esforços, mormente em razão das dinâmicas organizacionais das relações de trabalho, referindo-as como tônica de um minucioso cálculo comportamental

acerca dos hábitos, das capacidades profissionais e dos padrões de consumo (*THE TELEGRAPH*, 2014).

No meio acadêmico, o filósofo Pierre Levy foi, possivelmente, um dos intelectuais que mais se debruçaram sobre esse tema ainda na década de 1990, quando publicou, por exemplo, *O que é o virtual?* (1995) e *Cibercultura* (1997) e, mais recentemente, *O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária* (2010) e *A esfera semântica: tomo I, computação, cognição, economia da informação* (2011).

Na década em que a Internet começava a ser comercializada amplamente, Levy (2011) buscava explicar a possível relação entre o conceito de virtual e o de tecnologia digital, evidentemente, em meio à ascendente popularização dos computadores pessoais, principalmente entre os países mais ricos.

O filósofo da cibernética trata o conceito como uma abstração com a qual o humano se relaciona desde sempre; como exemplo, oferece a linguagem, cujos signos seriam virtuais. Se, por um lado, as tecnologias digitais e os computadores pertencem à realidade, por outro, argumenta, o que não é físico, mas virtual e imaterial, é a significação. Seu diagnóstico, contudo, é de que o advento da digitalização transformaria a relação com a linguagem quando o digital se apropriasse do campo da significação e da informação semântica: “A informatização acelera o movimento iniciado pela escrita ao reduzir todas as mensagens a combinações de dois símbolos elementares, zero e um. Esses caracteres são os menos significantes possíveis” (LEVY, 2011, p. 88).

A digitalização conseguiria tanto reunir as significações dispersas partindo de uma linguagem binária como separar elementos não significantes para recombiná-los de forma ilimitada: “Seja qual for a natureza da mensagem, elas compõem sequências traduzíveis em e por qualquer computador. A informática é a mais virtualizante das técnicas por ser também a mais gramaticalizante” (LEVY, 2011, p. 88). Levy, por conseguinte, sugere que a informática seria capaz de recombinar os elementos não significantes de forma ilimitada, partindo de um processo de gramatização para, em seguida, realocá-los à realidade sob a forma de significantes em uma tela de computador, por exemplo.

Não seria difícil assentar, à guisa do prognóstico deleuziano, a digitalização da linguagem como mais um dos termos da tríade empírica do *homem*, em comunhão com a biologia molecular e com as novas dinâmicas econômicas e do trabalho/produção, ainda que o próprio filósofo não pudesse, todavia, alcançá-la temporalmente. Parece incontestado, afinal, que a relação do ser com as tecnologias digitais – tal qual o argumento de Rabinow e Rose sobre a relação com a biologia molecular – já se materializa como um *foco de experiência*, quando já é

possível acessar tanto os saberes organizados ao redor desse tema quanto as normativas de especialistas cunhando saberes a esse respeito; por fim, já se torna visível toda uma subjetivação oriunda da relação humano-tecnológica, que passa a conduzir os modos existenciais.

* * *

O trajeto artístico do compositor brasileiro Gilberto Gil quiçá dê a ver as performatividades e os processos de subjetivação a reboque da tecnologia digital operando como um foco de experiência.

No Brasil, um evento sem dúvida memorável para as pessoas *analógico-digitais* ou para quem se interessava pelos temas relacionados à Internet e às tecnologias digitais ocorreu em 14 de dezembro de 1996, quando o músico Gilberto Gil lançou a canção na Internet – ao vivo – intitulada *Pela Internet*, onde internautas puderam ouvi-la e, depois, conversar com o compositor via sala de bate-papo *on-line*, feito que ganhou manchete no caderno *Ilustrada* do jornal *Folha de S. Paulo* no mesmo dia.⁶ Evento peculiar naquele momento, afinal há apenas dois anos a Internet passara a ser comercializada para o público em geral, tornando-se rapidamente assunto midiático e artístico e popularizando-se cada vez mais: em 1998, o Brasil já ocupava o 19º lugar em número de *hosts* no mundo e liderava o pódio na América do Sul; no continente americano, perdia apenas para os Estados Unidos e o Canadá.⁷

Ora, a letra da música não era nada menos do que uma materialização dessa experiência com a tecnologia, pela qual Gilberto Gil expressava seu estranhamento, suas impressões e expectativas sobre a então recente relação tecnológica de grande visibilidade sociocultural.

O compositor manifestava sua vontade de experimentar as ofertas conectivas da rede, que prometia um espaço ilimitado de possibilidades, de explorar a condição inédita de se navegar por um *infomar*, por uma rede que digitalizava um universo de informações e que o lançava à experiência com a virtualidade via rede mundial de computadores (*World Wide Web*). O canto de Gil diz que lançar mão dessa tecnologia significava encurtar as distâncias espaciais, oferecendo meios para “Que aproveite a vazante da infomaré/ Que leve meu e-mail até Calcutá/ Ao porto de um disquete de um micro em Taipé” (GIL, 1996).

⁶ Gilberto Gil lança música pela Internet. *Folha de S. Paulo*, p. 16, 14 dez. 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13368&keyword=Gil%2CGilberto%2CInternet%2CGil%2CGilberto&anchor=5423597&origem=&pd=e6fca5ea47149e960651cf716c82dde>. Acesso em: 4 fev. 2019.

⁷ 20 anos de Internet no Brasil: aonde chegamos? [S. l.], 4 mar. 2011. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/8949-20-anos-de-internet-no-brasil-aonde-chegamos-.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

Três anos mais tarde, o filósofo francês Michel Serres vem a São Paulo para uma série de eventos, dentre os quais uma entrevista aos professores Ricardo Teixeira e Rogério da Costa (SERRES, 2000), em que discorreu sobre as transformações sociais em curso impulsionadas, segundo ele, pelas novas tecnologias de comunicação.

É possível entrever, em um paralelo temático entre essas duas fontes (canção e entrevista), algumas problemáticas comuns que continuavam a suscitar interesse; afinal, o que significava acessar a rede, a conectividade, essa outra configuração espacial, as recentes relações e percepções perpassadas pelas virtualidades de uma plataforma digital?

Ricardo Teixeira: As novas tecnologias são muitas vezes chamadas de vias, de autoestradas da informação...

Michel Serres: Ah não! [...]. Eu contesto a analogia com a autoestrada, porque ela não é verdadeira. Diz-se autoestradas da informação, mas não é o caso da Internet. A gente diz sempre navegar... A gente diz sempre surf... [...]. Ora, no mar não existem autoestradas... Quer dizer que se você quer ir um pouco mais à esquerda ou um pouco mais à direita, você tem muito mais liberdade do que numa autoestrada. A autoestrada é direcional. Não, o mar. E, portanto, a metáfora da navegação me parece mais justa, porque há flutuação, há tempestade, há turbulências, há coisas que não são assim tão direcionais; no fundo, é a diferença que há entre o sólido e o líquido. A metáfora da autoestrada é uma metáfora sólida e a metáfora da navegação é uma metáfora líquida. (SERRES, 2000, p. 133).

Dentre tantas direções, não é fácil ignorar a tensão da disputa pela metáfora que nomearia a relação com essa tecnologia (*mar* ou *autoestrada*?): por qual maneira movimentar-se-ia pela rede? Qual termo melhor representaria a conectividade ilimitada? Sem dúvida esse não era um problema qualquer quando a ideia de liberdade e acesso democrático ao conteúdo digitalizado circundava o início da experiência tecnodigital: liberdade para navegar, possibilidade de desbravar uma rede cósmica de conteúdo, conhecimento, informação etc.

Aparentemente, o único incontestado, ali, sê-lo-ia que navegar era preciso. Afinal, em meio à década de 1990, a tecnologia possibilitava desbravar um (info)mar não dimensionado e desconhecido, o que lhe parecia suscitar outra necessidade, que ia ao encontro das singularidades de um mar digital, exploratório, ilimitado e virtual: “Eu quero entrar na rede pra contatar/ Os lares do Nepal, os bares do Gabão”, de um querer conectivo com pessoas ou coisas: “Eu quero entrar na rede/ Promover um debate/ Juntar via Internet/ Um grupo de tientes de Connecticut”. O cantor descrevia sua experiência enfatizando a benfazeja de um oceano de informação, de conhecimento, de relações acessíveis de forma infindável, mesmo que alguns perigos também já se anunciassem: navegar era preciso, seja por “Um barco que veleje nesse infomar”, e mesmo ciente de que “Um hacker mafioso acaba de soltar/ Um vírus pra atacar programas no Japão” (GIL, 1996).

Uma nova tecnologia que propiciava uma experiência que parecia corroborar, em comunhão ao avanço biotecnológico, a antevisão deleuziana, já que mais afirmava as possibilidades ilimitadas – até mesmo impensadas, mas que já estavam a pairar e a compor o arranjo social – contidas no potencial latente, virtual da navegação tecnológica, do que um bloqueio diante do desconhecido promissor.

1.2. Diagnósticos-prognósticos: problematização de um tempo

Mais de duas décadas depois de seu evento de 2018, Gilberto Gil lançava uma nova versão da música de 1996, *Pela Internet 2*, com a mesma temática e melodia, mas com a letra totalmente atualizada pelas mutações que sua própria experiência com a Internet e com outras tecnologias digitais inscreveram em seu corpo em mais de vinte anos.

Se, na primeira versão, a pergunta inicial era “Com quantos gigabytes/ Se faz uma jangada/ Um barco que veleje?” (GIL, 1996), a segunda alude a uma resposta àquela, sugerindo um incômodo pela quantidade de dados: “Agora é terabyte/ Que não acaba mais/ Por mais que se deseje” (GIL, 2018). E se, mesmo depois desse intervalo, navegar ainda era preciso – “Se o desejo agora é navegar/ Subindo o rio Tejo tenho como achar/ Num site de viagem a melhor opção/ Com preço camarada bem no meu padrão” (GIL, 2018) –, em 2018, talvez, navegar-se-á com uma bússola norteadora menos pautada pela vislumbrada liberdade do ato exploratório e aventureiro do que pelas coordenadas dos algoritmos dos sites de consumo: menos a ideia de um navegar ao léu e mais a configuração de um governo digital, um navegador.

Se antes Gil (1996) dizia: “Eu quero entrar na rede”, décadas depois constata: “Estou preso na rede/ Que nem peixe pescado”, embora notadamente ciente de algumas das estratégias do aprisionamento: “É zapzap, é like/ É instagram, é tudo muito bem bolado” (GIL, 2018). Sua percepção espaço-temporal também foi atualizada: “O pensamento é nuvem” parece remeter à questão do espaço – tudo armazenado na virtualidade espacial ilimitada da nuvem –, enquanto o tempo ganharia um novo parâmetro de velocidade quando “O movimento é drone” (GIL, 2018). Gil ressalta, ainda, em reportagem do jornal *O Globo*, que, “nessa nova letra, a dose apologética diminuiu e a crítica aumentou” (OLIVEIRA, 2018).

Ao que parece, se em 1996 o teor de sua *Pela Internet* era mais da ordem de um vislumbre, um prognóstico benfazejo ancorado nas expectativas de incipiente relação ~~por vir~~, na versão revisitada Gil lograva não mais do que um diagnóstico crítico de seu presente, sustentado por um retrospecto empírico de vinte anos de prática digital em face de sua experiência com a tecnologia. Pois bem: haveria aí uma superfície capaz de oferecer um

marcador de tais diagnósticos-prognósticos às questões em torno da experiência humana com a tecnologia digital em um intervalo de duas décadas, cujo interlúdio adjaz a um emaranhado de discursos sobre a experiência do humano com o digital.

Afinal, de 1996 a 2018, houve certamente uma difusão discursiva de autoridades consideradas competentes para diagnosticar, prognosticar ou mesmo prescrever, propiciando uma disputa sobre o que seria verdadeiro ou falso em um dado tempo sobre tal experiência. Ademais, com uma mirada atenta, dificilmente não se focalizariam as normas que adviriam (e advieram) dessa profusão de discursos, especializados ou não, acerca do comportamento das pessoas diante das tecnologias digitais – o que torna possível, por exemplo, à Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) diagnosticar e prescrever, em manual, o uso correto dos aparelhos digitais para as crianças.⁸

No limite, a linguagem como uma das empiricidades encarnadas por uma tecnologia que digitaliza sua estrutura, criando, à baila do prognóstico de Deleuze, ilimitadas combinações comunicativas – Internet, principalmente – poderia muito bem ser a responsável por fazer emergir, no fim do século XX, uma prática social suficientemente intensa capaz de irromper um incontestado *foco de experiência* – propulsor, ademais, de uma miríade de diagnósticos-prognósticos.

Poder-se-ia questionar, então, se o ensejo a uma investigação que conjecturasse sobre a experiência com as tecnologias digitais seria possível à luz das matrizes foucaultianas, tomando-a como uma experiência que seria fonte e, antes, objeto dos saberes especializados; que já comporia um crivo normativo que naturalizava determinadas regras e normas sociais (com céleres atualizações, inclusive) em detrimento de outras e, no mesmo golpe, fazia eclodir um sem-fim de estudos especializados a fim de compreender os processos de subjetivação, as condutas específicas e uma espécie de governo dessas condutas. Pois era isso tudo o que parecia imprimir e fomentar, ainda que com base no breve paralelo das duas canções apartadas temporalmente: nada menos do que a lida de um compositor que exprimia artisticamente parte desse processo, dessa experiência, transverberando e reverberando algumas das problemáticas que a relação com uma nova tecnologia suscitaria, e nada mais.

Mas o próprio arquivo-Gil, contudo, permite questionar o ensejo a um suposto único vetor capaz de se tornar um *foco de experiência*, direcionando o olhar a um hibridismo vetorial de experiências sociais. Atentando-se ao entorno de sua própria canção de 1996, torna-se visível

⁸ SBP lança conjunto de orientações em defesa da “Saúde das crianças e adolescentes na Era Digital”. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-lanca-conjunto-de-orientacoes-em-defesa-da-saude-das-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

outra parte de sua historicidade. *Pela Internet* é uma espécie de resposta/homenagem, oitenta anos mais tarde, à *Pelo Telefone*, do compositor Ernesto Donga,⁹ de 1916; uma *telecomunicação* musical, nas palavras do Gil de 1996:¹⁰

[...] uma transposição no tempo daquela mesma qualidade, daquele mesmo propósito, daquele mesmo encantamento. Quer dizer, eu imagino que o encantamento que nós temos hoje com a Internet é da mesma natureza. E, provavelmente, da mesma medida, da mesma intensidade que o deles naquele momento. (GIL, 1996).

E, ainda, em um simples recuo temporal na musicografia do próprio Gil, ver-se-ia que o compositor, muito antes de compor sua vivência pelos *infomares*, já musicara, em 1992, suas impressões espaço-temporais advindas de outra tecnologia, a antena parabólica (“Antes mundo era pequeno/ Porque Terra era grande/ Hoje mundo é muito grande/ Porque Terra é pequena/ Do tamanho da antena parabólicamará”). E, antes ainda, o músico já compusera as canções *Cérebro Eletrônico* e *Futurível*, por exemplo, ambas de um mesmo álbum lançado em 1969, com letras que tratavam das inovações tecnológicas de então, principalmente da relação *homem-máquina* que ora despontava, mas que, aos olhos de hoje, quiçá fazem jus às ficções científicas, das mais utópicas às distópicas:

Em relação às perspectivas de um “mundo novo” e suas implicações, [...] *Cérebro Eletrônico* já as admitia, mas com uma certa ironia; ali, o homem diz para o computador: “Tudo bem você, mas eu sou mais eu”. *Futurível* vai além, a ponto de propor um futuro possível (“futurível”: mais uma vez, o procedimento concretista). O eu da música é o cientista detentor da tecnologia (ou o extraterreno mais avançado) falando para o homem comum (a cobaia...) do teste de iniciação aos novos tempos a que ele será submetido, nesses termos: “Olha, você está sendo trazido pra um novo estágio de humanidade, mas não se preocupe, isso é muito natural”. (GIL, 2000).

As canções de Gilberto Gil que tratavam da relação humana com as tecnologias digitais já estavam, de antemão, inseridas em um campo discursivo onde a experiência com o digital já se mostrava inscrita na história justamente por já performar subjetivações na esteira do digital. Revisitar o próprio Gil lança luz para outras tantas tecnologias (rádio, televisão, telefone, computador, Internet etc.) que, assim como vetores de toda sorte, poderiam oportunizar, caso o intento fosse, exclusivamente, o de lograr uma analítica da relação entre os seres humanos e as tecnologias, outras tantas entradas recuadas no tempo que, decerto, ampliariam sobremaneira o leque investigativo, se comparadas a um vetor analítico cerrado em si mesmo, como a do digital.

⁹ FOLHA DE S. PAULO. A letra do samba ‘Pelo Telefone’, registrado por Donga em 1916. [S. l.], 1916. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/100-anos-de-samba/curiosidades/a-letra-do-samba-pelo-telefone-registrado-por-donga-em-1916.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2018.

¹⁰ A título de curiosidade, destaca-se a alusão de Gil ao samba de Donga, atualizando, contudo, a letra de “O chefe da polícia pelo telefone mandou avisar/ Que na Carioca tem uma roleta para se jogar.”, para “Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular/ Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar”. (GIL, 1996).

Outrossim, um cálculo projetivo feito em 2006 por Konstantinos Karachalios (GARCIA DOS SANTOS, 2017), um especialista do Escritório Europeu de Patentes, mensura a aceleração tecnológica sobre o humano e sua inevitável lida com uma quantidade exponencial de invenções tecnológicas, tanto nas últimas décadas quanto nas próximas, testemunha em favor da hipótese de uma década altamente disruptiva:

Se você considerar o progresso tecnológico realizado no ano 2000 como uma “unidade de tempo tecnológico”, então calcula-se que o século XX teve, ao todo, 16 dessas unidades. Todo o século XX é equivalente a apenas 16 anos do progresso tecnológico medido pelo ano 2000; isto é, em termos tecnológicos o século todo poderia ser comprimido em apenas 16 anos com desenvolvimentos cada vez mais concentrados em seu final. Levando em conta esse efeito de aceleração, você poderia imaginar quantas unidades de tempo tecnológico nós e nossos filhos vamos experimentar durante o século XXI? [...] pode ser que tenhamos que lidar com um progresso tecnológico equivalente a 25 mil anos (baseados na tecnologia do ano 2000) dentro de duas gerações. (KARACHALIOS apud GARCIA DOS SANTOS, 2017, p. 60).

Se, por um lado, tal projeção, que toma como base a quantidade de tecnologias patenteadas no século XX, pode soar impressionante para os coetâneos de 2006 dada a magnitude de uma eminência tecnológica supostamente fora dos limiões do pensável, por outro, ela já opera nos limites dos discursos daqueles já objetivados e marcados pela experiência tecnológica ocorrida no fim do século XX, e, mesmo que não possam dimensionar estritamente o significado de tal experiência para a geração vindoura – sequer para *seus filhos* –, isso não significa que não possam vislumbrar diagnósticos, prognósticos, antevistas etc.

Em tal caso, tampouco parecem poder dimensionar a experiência que os antecedeu. Para tanto, haveria de se considerar, no mínimo, a experiência dos seres com as tecnologias para além daquelas que lhe são coetâneas, muito embora dificilmente poder-se-ia decantar uma tecnologia qualquer de toda engrenagem discursiva que funciona só pela comunhão de saberes legitimados/ordenados pelos valores e pelas políticas de verdade em cada tempo, para findar o básico.

E mesmo se o intento de uma investigação sobre o humano e a tecnologia se mantivesse, ainda que lateralizando o desdobramento digital, seria necessário, antes, buscar os vestígios de sua história: uma versão acerca da origem da Internet, por exemplo, confere-lhe a data de 1969 nos Estados Unidos, com o objetivo de interligar os laboratórios de pesquisa e militares no auge da Guerra Fria (SILVA, 2001). A própria historicidade de uma tecnologia já adjaz a articulação de um contexto político, econômico e científico, com a temporalidade.

A dúvida sobre a pertinência de lograr uma pesquisa sobre a relação dos seres com o digital como um *foco de experiência* irrompe quando se tangencia a limitação discursiva/analítica, quando se toma uma única empiricidade para balizar os tantos diagnósticos-prognósticos a respeito da noção de sujeito e de sociedade.

Afinal, desses tantos, pôde-se ver que as três empiricidades continuam a emprestar seus predicados aos estudos que intentam diagnosticar a atualidade ou prognosticar o futuro do *homem*: tanto os prefixos quanto os sufixos tomados da biologia, da economia ou da linguagem tecnológica (*bioidentidade, homem pós-orgânico; homem endividado, sujeito neoliberal; cibercultura, geração digital* etc.), continuam, em maior ou menor grau, a estampar os intentos nomencladores de toda sorte, desde meados do século XX até os tempos mais próximos, no mínimo.

Deleuze, em seu revisitado prognóstico, também profere em favor de uma mirada que espreita às empiricidades articuladas. Pois, se o que estava em jogo tanto em *As palavras e as coisas* como nesse prognóstico era a indelével superação do limite do *homem*, o filósofo antevia que tal logro – diferentemente do que pensou Foucault em 1966 sobre o caráter disruptivo da literatura – efetivar-se-ia não somente pela dispersão da linguagem que não se reuniu na modernidade (DELEUZE, 1988), mas também pela recombinação das três empirias: seja, igualmente, pelos *componentes genéticos, que se vingam do organismo* no plano da *vida* – da manipulação genética tensionando os limites da finitude do *homem* –, seja pela *vingança do silício sobre o carbono* (DELEUZE, 1988, p. 141) no plano do *trabalho* – pois inimaginável, já naquele momento, o presente e o futuro sem a capacidade de processamento e de automação do trabalho pela informática – prelúdio, quiçá, de outra superação do limite do *homem*.

Em tal sentido, talvez menos do que verificar se as atualizações das empiricidades impressas nos diagnósticos-prognósticos seguem de modo análogo, operando não um, mas três possíveis focos de experiência desde o século XX, oportunizar-se-ia, antes, considerar a combinação desses domínios empíricos em favor de algo heterogêneo e híbrido, de ciências, saberes e poderes que performariam subjetivações.

“Está bem, é uma etiqueta lixo. Seria de esperar que já tivessem arranjado algo melhor [...]. Pobres cordeiros, ainda estão na adolescência e alguém já lhes pôs um rótulo” (*THE TTELEGRAPH*, 2014, tradução nossa). Desse modo, o notório jornal britânico *The Telegraph*

inicia a reportagem que se apresenta como um guia das gerações humanas desde a metade do século XX.

A esse crivo das gerações, por pior que pareçam os rótulos a elas atribuídos – embora se reconheça a rotulação prematura – é-lhe conferido, neste trabalho, o título de mais um dentre tantos diagnósticos ou prognósticos inseridos nos limites de um tempo histórico, detentores de uma considerável circulação nos meios sociais – tão ou mais que aqueles dos estudos acadêmicos, embora isso importe pouco ao que se intenta lograr. No limite, tanto o assombroso cálculo de Karachalios sobre a vertiginosa lida com novas tecnologias quanto as classificações geracionais corporativas, somados aos tantos diagnósticos-prognósticos das ciências ou das artes, pouco diferem quanto ao uso que lhes serão concedidos para esta pesquisa.

Em comum, pois, são todos discursos saturados de nomeações – mesmo as letras que assinam as gerações têm uma historicidade¹¹ – e predicados que anunciam o advento de uma história potencial das experiências e das práticas sociais de certo tempo, visto que são como batismos de uma gestação supostamente consumada (ou em vias de), nomeados com os imperativos subjetivos em cada tempo presente, angariadas pelos elementos em voga em cada tempo. Afinal, se o prefixo *bio* prolifera no início da década de 1990 precedendo em alguns anos o *ciber*, um pouco antes, aqueles com predicativos econômicos (*capital*, *neoliberal* etc.) pululam no último terço do século XX até os dias atuais, ao passo que as letras que classificam toda sorte de gerações surgem em meados do mesmo século.

Isso significa que tais predicados evocados para pormenorizar as formas subjetivas e modos de vida são datados, uma vez que atrelados a algum grande evento; imperativos peremptórios em um dia, mas que se desvanecem no outro. Ademais, se o recorte aqui ofertado seguiu as coordenadas do mapa empírico do *homem* de Foucault e Deleuze, outros poderiam ser explorados. A ficção científica, a título de exemplo, não cessa de emanar prospecções sobre o futuro existencial e social, tais quais as expressões artísticas de modo geral.

Em última instância, todos os diagnósticos-prognósticos aqui subsumidos parecem apontar, antes, para os efeitos ou resultados das problematizações históricas de seu tempo, mas não para a própria problematização: afinal, para além da adjetivação, talvez fosse mais relevante acossar o que estaria em jogo quando, em um rápido lançar de olhos, termos como *pós-modernidade* (BAUMAN, 1998; LYOTARD, 1998), *sociedade pós-disciplinar* (LIPOVETSKY, 1990), *pós-estruturalismo* (PETERS, 2000), *sociedade de controle*

¹¹ Segundo Cristiane Kämpf (2011), o “Z” da Geração Z advém de “zapear”, gesto comumente associado ao de trocar os canais de uma TV de maneira rápida e constante, seja “em busca de algo que seja interessante de ver ou ouvir ou, ainda, por hábito”.

(DELEUZE, 1992), *sociedade pedagógica* (SERRES, 2000; BALL, 2013), *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1991), *biossociabilidade* (RABINOW, 1999; ORTEGA, 2003), *modernidade líquida/vida líquida* (BAUMAN, 1998, 2005) etc. saltam à vista estampados nos livros apinhados nas prateleiras destinadas ao campo das Humanidades em alguma livraria ou biblioteca.

Talvez os tantos diagnósticos atentos às incontestes mutações do último terço do século XX tenham captado algo intensamente disruptivo. Talvez esses, por certo, tenham conseguido elencar peremptoriamente os predicados em voga que operavam nas subjetividades e nas formas de existência em cada momento. Talvez a turbulência daquele tempo até as primeiras décadas do novo século tenha acentuado, de fato, tanto a profusão de prospecções com prefixos que cindiam o conceito de modernidade da sociedade quanto a profusão de predicados rebatizando *homem*-híbridos.

Têm-se, por um lado, diagnósticos-prognósticos que se preocuparam menos em tratar de uma suposta eminente cesura do que de suas iminentes vicissitudes e, por outro, os vestígios de cada momento histórico intrínseco a cada diagnóstico ou prognóstico, donde cada qual alumia a própria história de sua condição de emergência, o contexto topológico da atenção, as intenções e as intervenções dos discursos que circulam socialmente.

Se este trabalho tanto evoca o prognóstico de Deleuze, a justificativa advém de seu duplo funcionamento. Uma vez que ele pode ser pensado como apenas mais um dentre tantos prognósticos sobre o *homem*, ele oferta um percurso, desde Foucault, que traz à baila a noção de historicidade não só do *homem*, mas também de suas empiricidades e atualizações. Por isso, tanto quanto o prognóstico, torna-se patente a onipresença de Foucault nestas linhas: é como se seu diagnóstico sobre o *homem* como uma síntese das representações de suas próprias empiricidades históricas datadas, tão caro aqui, lançasse luz tanto ao prognóstico de Deleuze (este, na verdade, foi parido pelo foucaultiano), quanto aos outros tantos estudos, análises, reflexões etc. que partilham uma ideia de sujeito ou de organização social fadadas a serem balizadas com algum predicado em voga em determinada época.

Destarte, franqueadas tais visibilidades, pôde-se conjecturar, aqui, que cada um dos diagnósticos-prognósticos, independentemente do que se sugere ou do nome que carrega, advém das questões de um dado presente, funcionando como um farol costeiro que emite feixes de luz às problematizações de cada atualidade. Cada qual comportaria, pois, incrustado nas tantas assinaturas de sujeito e de sociedade, um manancial de vestígios de experiências e práticas sociais imbuídas de postulados que circularam no campo social em algum momento.

E, muito embora alguns diagnósticos-prognósticos carreguem grãos germinais de futuro – isto é, de sujeitos e sociedades supostamente vindouros –, é certo que a polinização recaia no presente, e tão somente nele. Cada nomeação carregaria consigo os vestígios da história de sua condição de emergência, e cada diagnóstico ou prognóstico – essas miragens de porvires – propagariam e fomentariam imagens de presente e de futuro-do-presente – estratos de iminência de um dado tempo em que *não ainda* –, que, quiçá, incitariam outras maneiras de condução da vida, outras organizações sociais, outras ações e projeções de si-mesmos oriundos, num só golpe, de outros jogos de veridicção e processos de subjetivação.

Logo, não só o diagnóstico de Foucault sobre o *homem* ou sua atualização prognosticada por Deleuze merecem holofote, quanto o seu sem-fim de respostas também. Não se trata aqui, frisa-se, de tachar quais diagnósticos-prognósticos sobre o *homem* teriam mais ou menos validade ou estariam mais ou menos alinhados aos ditames veridictivos do presente. Tampouco se busca elucubrar sobre as intenções de cada autor ou de cada estudo, como uma tribuna que ajuizaria cada acerto ou erro descritivo, analítico, representacional: interessa, sim, sem perder de vista a maneira pela qual circularam em determinado tempo,¹² verificar o funcionamento dos diagnósticos-prognósticos no decurso do tempo, tomando-os como fonte de análise.

O intento não é de forma nenhuma, vale a ressalva, o de uma investigação que vise prognosticar o que seríamos ou diagnosticar o que supostamente somos; ou seja, de mapear, prever, auscultar, analisar, ou mesmo alcunhar um predicado subjetivo atual e, assim, adjetivar, batizar a mais nova forma-subjetiva contemporânea; fazê-lo seria como operar no mesmo registro problematológico daquela verve predicativa do *homem* e da sociedade que esta pesquisa espreita e quer problematizar. Afinal, se é certo que o prenúncio de um novo sujeito não é aleatório e que depende dos acontecimentos de um tempo, seus batismos haveriam de carregar consigo vestígios dos problemas de seu próprio tempo, embora a própria verve em predicar, de querer nomear os supostos sujeitos conferidos nas últimas décadas, seja, ao que parece, algo pouco aventado, e que nem sequer irrompe como um problema.

¹² A título de exemplo, questionar-se-ia a inclusão, na vertente de um diagnóstico sobre a sociedade, a noção foucaultiana de *sociedade disciplinar*. Tão incontestado quanto o fato de que tal noção não foi fruto de uma descrição fenomenológica e, sim, de uma problematização genealógica, também o é seu uso em muitos estudos, no mínimo, descontextualizado, a fim de lhe dar um funcionamento imperativo, ao quererem adjetivar, de modo absoluto ou universal, toda uma época ou funcionamento social, legando à pesquisa de Foucault (e à de ulteriores) o logro de uma história linear e sucessória, tal como, sumariamente, *sociedade de soberania*, *sociedade disciplinar*, *sociedade pós-disciplinar*, *sociedade de controle* etc. Sobre isso, Deleuze dirá, por exemplo, que “Às vezes se acreditou que Foucault levantava o quadro das sociedades modernas como outros tantos dispositivos disciplinares, por oposição aos velhos dispositivos de soberania. Mas não é nada disso: as disciplinas descritas por Foucault são a história do que pouco a pouco deixamos de ser, e nossa atualidade se desenha em disposições de controle aberto e contínuo, bem diferentes das recentes disciplinas fechadas. Foucault concorda com Burroughs, que anuncia nosso futuro controlado em vez de disciplinado” (DELEUZE, 2016, p. 366).

É, pois, no exato a contrapelo desta presumida verve prognóstica que esta pesquisa se ancora: não repetir o que já se fez visível e dizível, mas mapear longitudinalmente o que já enunciamos sobre *nós mesmos*: os diagnósticos que intentavam balizar a forma que supostamente tínhamos, e os prognósticos que buscavam antever a forma que teríamos para, lateralmente, angariar subsídios que sustentem interpelar as condições sob as quais o *homem* pôde legitimar visibilidades e dizibilidades sobre si.

Para tanto, faz-se imprescindível mobilizar os enunciados não para revelar retratos estáticos do *homem*, mas para tangenciar os deslocamentos (variações, atualizações, mutações etc.) de sua forma no decurso do tempo e, quem sabe, desconjuntar da forma-*homem* o estatuto hegemônico e absoluto, natural e imutável; não para prontamente ofertar algum outro predicado ao *homem*, mas para, tão só, franquear a tessitura de uma história que focalize os diagnósticos e prognósticos de *nós mesmos*, para, quiçá, dar a ver a problematização acerca das noções de sujeito e subjetividade no nosso tempo, no encaixo da formulação de Foucault para tal – problematização como “[...] a história da maneira como as coisas se constituem como problema em certo momento” (FOUCAULT, 2018, p. 213-214).

Em suma, intenta-se, pelo rastro da historicidade dos diagnósticos-prognósticos que vislumbraram, no passado, um presente e um futuro, um gesto inspirado pela arqueogenealogia foucaultiana que nos possa avizinhar, na atualidade, um pouco mais dos processos de constituição dos valores e das racionalidades, dos jogos veridictivos que legitimaram normas e imperativos, dos processos de subjetivação que imprimiram os modos de vida contemporâneos.

A este trabalho, por isso, importam, como fonte analítica, quaisquer discursos prospectivos sobre o presente e o futuro do humano e da sociedade; diagnósticos-prognósticos que adjazem, intrinsecamente, a história tanto de seu presente – passado, daqui – quanto do que lá se vislumbrou. A história tanto de um presente quanto a história do futuro daquele presente. Desta feita, reside o meio pelo qual se abordará o foco propriamente dito desta pesquisa: os processos de subjetivação contemporâneos – noção que será pormenorizada no segundo capítulo, assim como o gesto procedimental arqueogenealógico.

1.3. A morte do *homem*: preâmbulo e epílogo de um acontecimento

Tanto o diagnóstico de Foucault quanto o prognóstico de Deleuze acerca do *homem* corroborariam uma mirada certa, seja no fim do século XIX, seja no fim do século XX, constituindo dois marcos, pontos de inflexão, ao menos. Em que pese em ambos a indiscernibilidade entre tantos estudos – ou, por que não, entre outros diagnósticos-

prognósticos do presente –, poderiam, em contrapartida, diferenciar-se deles quando não sucumbem a uma aparente ânsia de cravar algum batismo em uma nova subjetividade ou sociedade, e cumprem, tão só, o papel de lançar luz e dar visibilidade a um momento histórico turbilhonar que parecia estar em franco processo, tanto em 1966 quanto em 1986, ou seja, ao tempo presente de cada obra – embora, analiticamente, o primeiro aluda ao fim do século XIX e o segundo dê ensejo tanto ao fim do século XX quanto às primeiras décadas do XXI.

O que concerne ao diagnóstico foucaultiano, como se viu, independentemente de seu intento, toda a temática de *As palavras e as coisas* e, em especial, suas linhas derradeiras, erigiram-se ao estatuto de um bordão, comumente replicadas, questionadas, criticadas etc., até as últimas linhas de sua própria vida; o nome de Foucault tornar-se-ia inseparável do diagnóstico da morte do *homem*.

É bem verdade que Foucault, nas inúmeras ocasiões em que fora provocado a falar sobre seu diagnóstico, reposicionou-se sempre a esse respeito, seja criticando uma interpretação feita de seu livro, seja admitindo um diagnóstico antecipado, ou aludindo a um embate contra o humanismo. Em 1969, ele explicará que “Não se trata de afirmar que o homem está morto, [...], trata-se de ver de que maneira, segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. [...] Contenhamos então nossas lágrimas.” (FOUCAULT, 2013a, p. 298).

Em 1980, interpelado sobre o tema em uma entrevista, asseverou que ao probabilizar o desaparecimento do *homem*, foi para “[...] pôr um fim em tudo o que quer fixar uma regra de produção, um objetivo essencial a essa produção do homem pelo homem. Em *As palavras e as coisas*, enganei-me ao apresentar essa morte como alguma coisa que estava em curso em nossa época” (FOUCAULT, 2010b, p. 325). Mesmo em 1984, no ano de sua morte, Foucault é levado a justificar tal bordão:

É preciso lembrar-se do contexto em que escrevi essa frase. O senhor não pode imaginar em que charco moralizador de pregações humanistas nós estávamos mergulhados no pós-guerra. Todo mundo era humanista. Camus, Sartre, Garaudy eram humanistas. Stálin também era humanista. Eu não farei a grosseria de lembrar que os discípulos de Hitler se chamavam de humanistas. Isso não compromete o humanismo, mas permite muito simplesmente compreender que, na época, eu não podia mais pensar nos termos dessa categoria. (FOUCAULT, 2014a, p. 343).

Consta, ademais, segundo o próprio pensador, que sobre o tema da *morte do homem* não apenas não lhe cabe nenhum mérito inventivo quanto tampouco lhe é conferido seu primado; trata-se, afinal, de um tema “[...] que não parou de ser repetido após o fim do século XIX” (FOUCAULT, 2013a, p. 298). Contudo, como ensina Roberto Machado, Foucault, querendo ou não, tornou-se legatário direto de Nietzsche na filosofia francesa daquele momento, quando o filósofo alemão já houvera decretado, no século anterior, a *morte de Deus* e ansiava pelo

trágico destino humano por vir, sem transcendência ou metafísica, à espreita do *super-homem*, a nova forma subjetiva sem imagem e semelhança nem de Deus, nem mais do *homem* (MACHADO, 2005, p. 86).

O intento elucidativo sobre seu filho bastardo, ironicamente sob a forma de um diagnóstico sobre sua própria morte, leva Foucault a questionar o quão, de fato, os franceses – os intelectuais em especial – pormenorizaram seu invólucro ventral, *As palavras e as coisas*. Primeiro na conferência *O que é um autor*, em 1969, Foucault desconfia da leitura além das últimas e afamadas linhas do livro:

[...] a morte do homem é um tema que permite revelar a maneira pela qual o conceito de homem funcionou no saber. E se avançassem na leitura, evidentemente austera, das primeiras ou das últimas páginas do que eu escrevi, perceber-se-ia que essa afirmação remete à análise de um funcionamento. (FOUCAULT, 2013a, p. 298).

Depois, em uma entrevista de 1978, Foucault dirá que seus críticos tendem a totalizar um livro, uma obra, sem se atentarem ao que se operaria em um conjunto de livros, na forja do pensamento:

Se tivessem, verdadeiramente, prestado atenção na *História da loucura* e no *Nascimento da clínica*, que a seguiu, teriam percebido que *As palavras e as coisas* não representava absolutamente, para mim, um livro total. [...] Aliás, no fim do livro, não deixo de reafirmar que se trata de uma análise conduzida no nível das transformações do saber e do conhecimento, e que há, de hoje em diante, todo um trabalho de causalidade e de explicação, em profundidade, que vai ser necessário fazer. Se meus críticos tivessem lido meus trabalhos precedentes, ou se não tivessem desejado esquecer-los, teriam podido reconhecer que eu já havia avançado em algumas dessas explicações. É um hábito bem enraizado, ao menos na França; lê-se um livro como se fosse absoluto; cada livro deve ser considerado único, quando escrevo meus livros em série: o primeiro deixa abertos problemas nos quais o segundo se apoia e solicita um terceiro; sem que haja, entre eles, uma continuidade linear. Eles se cruzam, recortam-se. (FOUCAULT, 2010b, p. 316).

E talvez por esse hábito atribuído aos franceses foi que ele, antes, tenha precisado explicar, na mesma entrevista em 1975, a localidade de sua arqueologia no mesmo livro, e não um estudo absoluto ou totalizante: “Em *As palavras e as coisas* não pretendi fazer uma arqueologia geral do saber ocidental em sua profundidade [...]. Não se tratava de uma radiografia da cultura ocidental em toda a sua espessura” (FOUCAULT, 2011c, p. 346). Foucault refutava qualquer leitura ou interpretação que coadunasse seus escritos com uma racionalidade de totalização ou de hegemonização, ou, no limite, com um intento de ofertar uma resposta absoluta para um determinado problema – seu diagnóstico que assinalava a *morte do homem* estava inserido no bojo dessa alegada incompreensão.

Em meio a tantos entreveros a respeito de seu diagnóstico em *As palavras e as coisas*, é no mínimo curioso o modo como Foucault, em 1980, retoma sua repercussão no momento de seu lançamento e nos anos vindouros a 1966.

Diria, repensando essa época, que, em definitivo, o que estava se passando não tinha sua própria teoria, seu próprio vocabulário. As mutações em curso produziam-se em relação a um tipo de filosofia, de reflexão geral, a um tipo, mesmo, de cultura que era, *grosso modo*, o da primeira metade do nosso século. As coisas estavam dissociando-se, e não existia vocabulário apto a exprimir esse processo. Ora, em *As palavras e as coisas*, as pessoas reconheciam, talvez, uma diferença, e, ao mesmo tempo, estavam revoltadas pelo fato de que não reconheciam o vocabulário do que estava se passando. (FOUCAULT, 2010b, p. 320).

Se, de 1966 em diante, Foucault não cessava de tentar desatar o corolário oriundo de seu diagnóstico sobre o *homem* que parecia soar aos ouvidos alheios mais como um decreto, um atestado de óbito de uma subjetividade imutável e transcendental – e menos como uma forma-subjetiva em produção perene que não existe em si mesma ou por si só e não é anterior a nada, cuja visibilidade só se faz possível levando em conta o *a priori* da história, de sua arqueologia –, uma década mais tarde o francês revisitava os eventos do icônico ano de 1968 sugerindo que, em meio às notáveis mobilizações daquele período, havia uma dissociação justamente entre as palavras e as coisas todas que ocorriam, uma ausência de vocabulário que as pudesse nomear. Talvez uma falta – ou recusa, ou um não reconhecimento – de um repertório de linguagem que pudesse dar um contorno àquilo tudo.

A ironia, caso se possa aludir a isso – com o risco justo da presunção –, refere-se, justamente, ao que ficou marcado como um obituário do *homem*. Pois, ou Foucault realmente anteviu em seu diagnóstico os sinais das hesitações em curso que tomariam a forma-*homem* de assalto culminando nos eventos de 1968, ou Foucault, como um ser de seu próprio tempo, já pudera ofertar com *As Palavras e as coisas* um vocabulário que poderia gerar algum contorno ao que irromperia como uma crítica ferrenha aos modos de vida e de sociedade naquele momento.

Conjecturou-se, em suma, que naquele icônico momento que adviria, às *coisas* rareavam as *palavras*, faltavam-lhe os nomes. Seu diagnóstico sobre o recém-aparecimento e iminente desaparecimento do *homem* na história poderia servir tanto como um epílogo, uma demarcação do que estava prestes a irromper, quanto como um contorno, bem no turbilhão dos eventos de 1968, pois o que se poria à baila ali – ver-se-á adiante – não era muito mais do que as próprias empiricidades do *homem*, a saber, a forma pela qual se relacionava com o corpo, com o desejo e os modos de produção e com a linguagem e os signos.

1.4. 1968: às coisas, uma miríade de palavras

Mais de cinco décadas depois, não foram poucos aqueles que tentaram oferecer palavras àquelas coisas todas que pareciam em vias de desvanecer no fatídico 1968. Famigerado ano por carregar a marca de um momento de grande inflexão e insurgência por quase todos os rincões do planeta no século XX, fonte de diagnósticos durante e, principalmente, depois, seja em análises acadêmicas, produções artísticas, reportagens jornalísticas etc. Sua insígnia provém de um sem-fim de eventos ocorridos naquele momento, o que incita, ainda hoje, enorme alteração.

Diante de tantas e tantas fontes sobre o período, poder-se-ia lançar mão de apenas uma: o belo texto da professora Sandra Corazza, muito pelo condão de performar no próprio ato da leitura, por seu estilo de escrita, a vertigem que toda aquela série de episódios parecia propiciar à época:

Sem dúvida, 1968 foi um período dos mais imprevistos, inesperados, arrebataadores, vigorosos, turbulentos, indisciplinados, desobedientes e ousados do século 20. Vindo do ordenamento das pós-guerras, é denominado: ano louco, utópico, revolucionário, radical, rebelde, mítico, inesperado, surpreendente, profético, prometeico, das ilusões perdidas, olho do furacão, o ano que abalou o mundo, o ano que não terminou. (CORAZZA, 2018, p. 5).

Corazza arrebatada, em linhas introdutórias e precisas, o que é conferido ou salientado noutros tantos estudos sobre o ano.

Em um deles, o jornalista Roberto Sander apresenta uma descrição cronológica dos eventos, dimensionando os que seriam os mais impactantes daquele ano: em janeiro, por exemplo, descreve a simbólica ofensiva vietcongue na guerra estadunidense contra o Vietnã, que fortaleceu o movimento pacifista dos Estados Unidos e deu visibilidade ao movimento *hippie* pela postura contrária à guerra e por seu modo rebelde e contestador à época (2018, p. 22). Em junho, a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, a maior manifestação contra o governo militar desde que o regime ditatorial foi implantado em 1964, organizada por estudantes e apoiada por artistas, religiosos e intelectuais; parte da população passou a reivindicar direitos: da valorização da educação pública ao fim da censura e da repressão às liberdades. Em julho, ressalta que durante a Primavera de Praga, o governo da Tchecoslováquia – um dos países pertencentes ao bloco socialista soviético –, anunciou um plano de reformas para construir um “socialismo com rosto humano” (SANDER, 2018, p. 69): mais direitos à população, liberdade de expressão e descentralização econômica. Já em dezembro, no fim de um ano em que parte do mundo fez uma série de greves, passeatas e manifestações estudantis

e da sociedade em defesa de liberdade e de direitos civis, o então presidente brasileiro Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5) que, em nome da segurança nacional, “[...] suprimia o último resquício de democracia no país” (SANDER, 2018, p. 282).

Meses antes, em maio de 1968, a França foi palco de uma série de manifestações de estudantes universitários, que tomaram as ruas de Paris. Se, de partida, os protestos eram contra a reforma educacional, o autoritarismo do Estado e a violência policial fizeram com que outros grupos aderissem às mobilizações, culminando em uma greve geral que paralisou o país e fortaleceu o movimento que provocaria a renúncia, no ano seguinte, do então presidente Charles de Gaulle (SANDER, 2018). As ruas tornaram-se espaço de mensagens políticas, com grafismos e cartazes: *É proibido proibir, A imaginação no poder, Viva o surrealismo, Sejam realistas, exijam o impossível*; rapidamente, tal legado espalhou-se pela Europa e por outros continentes (SANDER, 2018, p. 121-124). Esse mês avalizou aos intelectuais da época – filósofos, cineastas, sociólogos, escritores etc. –, um eminente destaque de análises, diagnósticos e prognósticos, reverberado em boa parte do mundo tanto naquele momento como depois de uma-duas-três-quatro-cinco décadas – os livros sobre o Maio francês, bem como sobre o ano de 1968, são relançados até hoje, década após década, em reedições comemorativas.

Marilena Chauí, decênios mais tarde, define o Maio francês como um mês simbólico e 1968 como um “[...] ano emblemático porque recolhe numa unidade de sentido o que se passou antes dele – no correr dos anos 1960 – e do que viria a acontecer depois dele – no correr dos anos 1970” (CASTORIADIS; LEFORT; MORIN, 2018, p. 19): de insurreição ao totalitarismo à Guerra do Vietnã, o “servilismo das ciências sociais” às imposições do capitalismo na França, o florescimento do feminismo, do pacifismo e de movimentos ecológicos, da guerrilha revolucionária sul-americana, da experiência universitária brasileira, da contracultura como expressão de todos os movimentos e lutas; somam-se a esses os movimentos pacifistas, a rebeldia *hippie*, as reivindicações por direitos – de educação à liberdade de expressão.

O escritor Zuenir Ventura talvez seja o escritor brasileiro que mais esmiuçou o ano com dois livros: *1968: o ano que não terminou* (1988) e *1968: o que fizemos de nós* (2013), publicados originalmente em 1989 e 2008. Se, no primeiro, Ventura narra como transcorreu no Brasil o ano que se tornaria lendário na história por conta das inúmeras manifestações e revoltas contra os valores, os costumes e as formas de viver de então, no segundo, buscou averiguar os ecos dos sonhos e as decepções de uma geração que pretendeu mudar o mundo, ouvindo os filhos da revolução que, segundo o autor, não aconteceu (VENTURA, 2013).

Em *1968: o ano que não terminou*, em um estilo narrativo confessional, Ventura exalta as mutações e as rupturas daquele momento, destacando como aquele ano trouxe o presente para o centro das atenções, relegando o futuro, dantes protagonista, a outro patamar:

Simone de Beauvoir escreveu que em setembro de 1944 ter 20 ou 25 anos em Paris era um golpe de sorte: “Todos os caminhos estavam abertos”. Como tinha então 36 e Sartre, 39 anos, a observação deixa escapar uma compreensível insinuação de inveja: “Jornalistas, escritores, cineastas nascentes discutiam, faziam planos, tomavam decisões com tal paixão, como se o futuro só dependesse deles.”. Em maio de 68, seus olhos já sexagenários puderam se espantar de novo vendo um fenômeno parecido, muito mais ampliado, na mesma Paris. Os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gestos mais decididos do que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só na França. (VENTURA, 1988, p. 42).

Quanto ao Brasil, tal como explanou em relação à França, Ventura ressalta uma geração de jovens que também primou pelo presente, marcada, por sua vez, por dois intensos eventos; era a *geração 64/68*: “Onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré-64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação [...]. Essa ilusão terminou em 64; a inocência, em 68” (VENTURA, 1988, p. 44).

O primeiro evento, consta, é o golpe militar brasileiro. “No Brasil, o golpe de Estado se autoproclama Revolução. Há luta armada e clandestina contra a ditadura militar”, lembraria Corazza (2018). Assim, um dos traços da geração 64/68 “[...] foi uma desconfiança que, misturada a uma febril exaltação com o aqui e o agora, produzia uma original síntese de desprezo ao passado e impaciência com o futuro” (VENTURA, 1988, p. 46). E se tal geração, menos ou nada iludida quanto inocente, primava pela ação no presente, temia-se, ao mesmo tempo, pelo futuro que lhes seria tomado:

[...] aquela tribo estava formando uma cultura, com linguagem, ideologia, ritos, hierarquia e objetivos próprios. Por isso, [o cronista José Carlos Oliveira] lamentava com antecedência: “Que belo material humano estamos jogando fora. Na clandestinidade. É com essa matéria-prima que se faz uma nação”. (VENTURA, 1988, p. 48).

A preocupação com o tempo presente parecia ser uma das tônicas do momento: o presente como superfície de ação dos jovens revolucionários e do governo repressor; como se o futuro importasse só pelos vislumbres dos porvires capturados pela ação repressiva naquele presente.

Ainda a respeito da intensidade do presente, agora com o foco voltado a uma espécie de dissintonia geracional entre as mobilizações da juventude estudantil e ao seu entendimento para os intelectuais já mais velhos, o cineasta João Moreira Salles, em seu visceral documentário *No intenso agora*, aborda o espanto de Sartre e de outros intelectuais franceses pelo fato de os

jovens que se rebelavam contra os valores da sociedade à época não terem ou não quererem propor uma opção futura de modelo de sociedade àquela que parecia em vias de ser substituída: “Sartre achou estranho os estudantes não terem um programa: vocês querem quebrar tudo sem saber direito o que pôr no lugar” – espanto semelhante ao de Sartre acometeria, também, Morin e Castoriadis.

Ambos, embora apoiassem o movimento estudantil e concordassem com seu caráter extremamente revolucionário, cobravam uma influência marxista no movimento: pois mesmo a revolta estudantil, insurgindo-se contra todas as formas de poder, não pretendeu sua tomada (CASTORIADIS; LEFORT; MORIN, 2018) –, ao que Daniel Cohn-Bendit, jovem franco-alemão que no turbilhão do Maio francês foi alçado ao lugar de liderança estudantil, responde a Sartre:

A força do movimento é justamente que ele se apoia numa espontaneidade incontrolável. Todo programa é paralisante. A força é essa desordem que permite que todos falem livremente. O importante é dar corpo a uma experiência que rompe com essa sociedade. Experiência que não dura, mas que permite entrever alternativa. (SALLES, 2017).

Havia ali, claramente, uma apropriação distinta da intensa experiência vivenciada por alguns dos estudantes quando comparada à de alguns dos intelectuais que pareciam querer dos jovens um plano de futuro, um projeto substituto de sociedade, uma filiação política etc. Atribuiu-se, assim, a Cohn-Bendit a reflexão de que o Maio francês provocou uma *expansão no campo do possível*, e que isso já lhe seria suficiente (COHN; PIMENTA, 2008).

Reflexão a partir e a contrapelo daquilo que Cohn-Bendit exaltara como uma expansão do possível, rendeu a Deleuze, décadas mais tarde, atentar-se ao êxito *dos poderes* diante de tantos eventos disruptivos da ordem. Seu diagnóstico atribuía à insipiência da sociedade francesa na lida com o que se abria em 1968 a responsabilidade pelo campo do possível ter sido *continuamente fechado* (DELEUZE, 2016, p. 246). Explica-se: “[...] quando uma mutação social aparece, não basta tirar suas consequências ou seus efeitos [...]. É preciso que seja capaz de formar agenciamentos coletivos que correspondam à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a mutação” (DELEUZE, 2016, p. 246). Aconteceu que, segundo o filósofo, “[...] depois de 68, os poderes viveram com a ideia de que ‘tudo iria se ajeitar’. E, com efeito, tudo se ajeitou, mas em condições catastróficas” (DELEUZE, 2016, p. 246).

Foucault, em 1975, parece corroborar o diagnóstico deleuziano sobre a atenção dos poderes às mobilizações da época, ainda que uma década antes, em uma entrevista em que analisava o interesse da sociedade sobre suas pesquisas a respeito do poder disciplinar na esteira da loucura e das prisões; dirá Foucault que “[...] o problema dos controles sociais [...] só

apareceu no grande fórum depois de Maio de 1968. Ele se viu catapultado de um só golpe ao centro das preocupações comuns” (FOUCAULT, 2012, p. 37).

Em outra entrevista, Foucault afirma, ainda sobre 1968, que “[...] sem a abertura política realizada naqueles anos, sem dúvida eu não teria tido coragem para retomar o fio destes problemas e continuar minha pesquisa no domínio da penalidade, das prisões e das disciplinas” (FOUCAULT, 2014b, p. 15).

O foco dos poderes de resistência operava, aparentemente, um duplo golpe: por um lado, em virtude dos eventos de 1968, os temas sobre as disciplinas e os controles sociais elevariam de estatuto, ao passo que, por isso mesmo, Foucault se viu com mais condições para prosseguir suas temáticas analíticas cujo foco eram justamente as relações de poder. É possível incluir, a respeito das relações de poder no campo político, a fala atribuída a Cohn-Bendit por Salles em seu documentário: “Cohn-Bendit disse que, diferentemente de 1917, em 1968 o Estado já não tinha um centro, estava em todo lugar” (SALLES, 2013), o que justificaria a recusa dos jovens em prognosticar um novo Estado.

Em suma, um sem-fim de diagnósticos que analisam eventos que sugerem um embate do *homem* contra tudo o que se lhe atentava contra, ao passo que se atacavam os valores do próprio *homem*: de contramovimentos culturais e políticos que interrogavam desde as convenções, seja das estéticas corporais, seja dos relacionamentos amorosos, às relações belicosas entre países, até as tratativas de humanização das relações internas entre governo e população, resultando, principalmente, em reivindicações de direitos civis.

Por um lado, o *homem* parecia querer transgredir tudo o que o delimitava; por outro, parecia querer resistir à parte do que o ameaçava na condição de forma-subjetiva, cultura, organização social. Sobre isso, talvez o próprio Salles ofereça sua ambivalência:

No Brasil, o 68 francês é um mito que não se abala. Mas, na hora em que as idealizações se encontram com os factos, você percebe que as coisas são muito impuras. O [Daniel] Cohn-Bendit é um sujeito que na segunda semana de Maio vai em viagem a Berlim à custa de uma revista de fofocas e de celebridades. Do meu ponto de vista, isso torna-o maior: tenho uma profunda admiração por ele, inclusive por causa disso. O Cohn-Bendit é humano, é meio malandrão: isso eu admiro, disso eu gosto. (SALLES apud NUNES, 2018).

1.4.1. Mapa das empiricidades III: *trabalho*, o eu neoliberal

Os filósofos franceses Luc Ferry e Alain Renaut, duas décadas mais tarde do famigerado mês, revisitaram aquele momento para analisar o papel da filosofia francesa para a culminância e a ressonância no pensamento da sociedade no pré e no pós-1968.

Certamente permeados pela reverberação dos eventos no entorno do famigerado ano, os filósofos diagnosticaram uma espécie de aporia entre uma dupla insurgência em 1968, humanista e anti-humanista, no mesmo golpe. Primeiro, o retorno ao *homem* e o do advento de um *humanismo* quando, naquele Maio, ocorrera “[...] a defesa do homem contra o sistema” (1988, p. 15), seja pela reivindicação de direitos sociais, seja pelo posicionamento contra as guerras, seja, ainda, contra tudo o que acomete violentamente a população ou desvaloriza o *homem* como sujeito (FERRY, RENAUT, 1988). Depois, um anti-humanismo que emergia da filosofia francesa à época – o *nietzschianismo francês* –, que intentava implodir qualquer sinal de metafísica ou transcendência que sustentaria, quer a noção de sujeito e de subjetividade – o *homem* e suas empirias, desejo, o eu psicanalítico, loucura etc.; quer toda ordem de instituições – família, escola, medicina, prisões etc. (FERRY, RENAUT, 1988).

É certo que os autores buscaram nos eventos de 1968 uma resposta a um problema do próprio tempo, onde constatavam, em meados da década de 1980, um “[...] desenvolvimento do culto das felicidades privadas e a perseguição bastante liberal das felicidades individuais” (FERRY, RENAUT, 1988, p. 17); o que lhe sugeria, portanto, que aquele momento histórico e os anos subsequentes não desfizeram a tal aporia e, em consequência, tampouco puderam lograr uma descontinuidade no pensamento e nas formas de vida, tomando o *Pensamento 68* como apenas o prolongamento de epígonos da longínqua história do anti-humanismo (FERRY, RENAUT, 1988, p. 265).

Se para Ferry e Renaut a aporia entre o humanismo e o anti-humanismo que irrompe a partir de 1968 não demarcou uma ruptura aos modos de subjetivação e ao pensamento, o artigo de José Carlos Ruy, *1968, A revolução do eu*, parece seguir na mesma toada, embora o autor perceba no afamado ano uma espécie de assunção do *eu* pela via de um individualismo que não cessaria, a partir de então, de azeitar o que seria um epílogo dos eventos daquele ano.

Para tanto, Ruy recorre aos estudos do historiador Eric Hobsbawm em *A era dos extremos* (1995), tal qual abordará o significado das mudanças sociais e culturais oriundas do recém-ampliado campo de comportamento da chamada *A revolução cultural* ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970 que “[...] implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam” (HOBSBAWN, 1995, p. 327); com efeito, seria uma rejeição sem modelo substituto, mas que

Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam

mais eficazes para promover sua venda. Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em vários bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos — não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham. (HOBSBAWM, 1995, p. 327).

Assim, Ruy argumentará que no mesmo golpe dos movimentos revolucionários de 1968 em diante que fazia aflorar um viés humanista que reivindicava uma autonomia e uma liberação do desejo, houve também, como um contragolpe, a eleição e a reeleição do estadunidense republicano Richard Nixon *para restaurar a lei e a ordem* e, adiante, a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, conhecidos por políticas econômicas precursoras do neoliberalismo. Para o autor, tal desfecho “[...] deixou a impressão amarga de que todo aquele vigoroso movimento foi parte do ensaio geral da globalização e do neoliberalismo” (RUY, 2008).

Tudo isso remete à mobilização dos poderes aventada por Deleuze e Foucault no item anterior, cuja análise do primeiro apontava a uma aposta dos poderes de que tudo se ajeitaria, e a do segundo reconhece um grande interesse social sobre o tema dos controles sociais pós-1968. Nessa mesma esteira, pode-se elencar algo parecido narrado no documentário de Salles quando Cohn-Bendit volta à França depois de ter aceitado um acordo comercial proposto por uma revista para que ele se fotografasse durante seu trajeto. No documentário, “[...] isso era a rebeldia sendo apropriada pelo comércio; o início desse processo. Tudo, até mesmo a experiência radical, é passível de ser comprado e vendido.” (SALLES, 2013). Ou seja, um poder econômico que parecia não se opor à rebeldia; ao contrário, apropriava-se dela, embutia-lhe valor e a inseria, como qualquer outro produto, no mercado. O diagnóstico de Salles, vale a ressalva, diz respeito a um processo que se fazia visível no ano turbilhonar.

Se, por um lado, mobilizações de toda ordem tensionavam as estruturas sociais, por outro, parecia incontestemente um contramovimento de salvaguarda à *forma-homem*; desse embate, aparentemente para Ruy, outras dinâmicas advieram: o individualismo e a racionalidade neoliberal, ao menos. Ao que tudo indica, alguns diagnósticos, como os de Ferry e Renault, Hobsbawm, Ruy, Salles, Deleuze e Foucault etc., já sinalizavam o advento de uma outra dinâmica que implicaria a subjetividade e as formas de vida.

Por conseguinte, à guisa das empiricidades do *homem* percorridas nessa investigação, valer-se-ia subsumir a possibilidade da empiricidade *trabalho* – se pensada como um desdobramento da racionalidade econômica somado à automatização dos processos de trabalho que tensionaria os limites da *forma-homem* tal como queria Deleuze em seu prognóstico –, ter seu advento atrelado tanto aos eventos de 1968 quanto aos anos antecedentes e subsequentes;

décadas antes, pois, da materialização mais precisa – porque mais visível e dizível – da *biologia* como biologia molecular ou da *linguagem* como um reagrupamento dos signos operado pelas tecnologias digitais, nas quais a relevância discursiva irromperia nos últimos anos do século XX.

O professor Carlos Noguera-Ramírez pormenoriza o que se aventou acima como um ensaio da globalização, neoliberalismo e do individualismo em seu artigo dedicado à problemática procedimental de Foucault, *A última lição do professor Foucault* (2020, tradução nossa). Ali, o autor retornará ao curso proferido pelo francês – *Em defesa da sociedade*, de 1976 –, para demarcar uma espécie de impasse metodológico que Foucault, então, anunciava.

O problema aventado por Noguera-Ramírez (2020) evoca ao mesmo ano do curso, quando Foucault manifestava um certo cansaço com seus temas de pesquisa que pareciam girar em círculo nos últimos dez ou quinze anos; retrospectivamente, o período exposto recai justamente em meados de 1968. Com isso em vista, o colombiano encontrará uma resposta tanto no curso de *O nascimento da biopolítica*, proferido por Foucault em 1982, como no texto *O sujeito e o poder*, do mesmo ano: “[...] para estudar a *objetivação do sujeito*, era necessário estender as dimensões de uma definição de poder, extensão que o levaria, como mostram seus últimos cursos, em direção ao problema do governo (de si e dos outros)” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2020, p. 226, tradução nossa, grifos do autor).

Noguera-Ramírez explica que a Foucault foi necessário forjar outra ferramenta procedimental, pois tanto as estratégias analíticas das relações de poder (genealógicas) quanto às de saber-poder (arqueológicas) não alcançavam mais outro modo de subjetivação que parecia emergir nos meandros dos eventos de 1968; tratava-se, pois, para o francês, da noção de governamentalidade como um novo procedimento de pesquisa. É possível, a respeito da conclusão de Noguera-Ramírez, que houvesse algo de embrionário sobre isso na resposta de Foucault, anos antes, ainda sobre a *morte do homem*:

Quando falo da morte do homem, quero pôr um fim em tudo o que quer fixar uma regra de produção, um objetivo essencial a essa produção do homem pelo homem [...] no curso de sua história, os homens jamais deixaram de construir a si mesmos, quer dizer, de deslocar, continuamente, sua subjetividade, de se constituírem em uma série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que jamais nos colocarão em face de alguma coisa que seria o homem. Os homens engajam-se perpetuamente em um processo que, constituindo objetos, os desloca, ao mesmo tempo que os deforma, os transforma e os transfigura como sujeitos. (FOUCAULT, 2010b, p. 325-326).

A transfiguração indelével da face humana dá ensejo ao que ele viria a desenvolver anos depois, a noção de governo de si e dos outros, que só pôde advir pela sua mirada às dinâmicas econômicas que já rondavam – ou mesmo, germinavam – em 1968. Diferentemente de autores que delegam a Foucault uma *apologia ao neoliberalismo*, a hipótese de Noguera-Ramirez supõe que, diante de uma forma inédita de subjetivação, Foucault apenas se reposiciona procedimentalmente às vistas das novas dinâmicas econômicas:

O que quero dizer é que – por exemplo, e para rememorar novamente os 50 anos de “Maio de 68” francês –, poderia se ver nesse movimento súbito e espontâneo, uma manifestação contundente, já não de novas formas de luta (linguagem ancorada nas concepções economicistas, repressivas e belicosas de poder) senão as contracondutas que se opunham às antigas formas de governo baseadas na autoridade e nas disciplinas. Tratou-se de uma mobilização “juvenil” que anunciava uma nova era da governamentalidade, sua versão neoliberal (NOGUERA-RAMÍREZ, 2020, p. 227, tradução nossa).

Desta feita, a hipótese Noguera-Ramírez arrebatava contundentemente os anseios desta pesquisa: as novas formas de luta percebidas por Foucault, as quais o fizeram cambiar sua estratégia de pesquisa talvez sinalizem para uma ruptura, uma descontinuidade que reluziria, tomando de empréstimo as palavras de Paul Veyne,

[...] a descrição mais precisa, a mais cerrada de uma formação histórica na sua nudez, é o pôr em dia da sua última diferença individual. Ir assim até à *differentia ultima* de uma singularidade datada exige um esforço intelectual de apercepção: há que despojar o acontecimento da roupagem demasiado ampla que o banaliza e racionaliza (VEYNE, 2009, p. 12).

Não seria nenhum contrassenso tomar o argumento de Noguera-Ramirez como um indicativo de que todos aqueles acontecimentos e desdobramentos em torno de 1968 já poderiam dar indícios da *figura que fizemos no passado* e, salvo algum sobressalto, a figura que permanece ainda hoje; afinal, ainda com Veyne, se é certo que *nós próprios não podemos prever antecipadamente a figura que faremos no futuro*, embora *aqueles que um dia*, no futuro, *nos considerarem diferentes deles*, *quicá, saberão o que fomos nós próprios – quais foram os nossos discursos sobre os diversos objetos que compuseram a nossa atualidade* (VEYNE, 2009, p. 97), então é correto que nós, cinco décadas depois daquele momento turbilhonar, *quicá já podemos vislumbrar – se porventura nos considerarmos diferentes deles*, do passado – *senão aquilo que somos, ao menos aquilo que acabamos de deixar de ser* (VEYNE, 2009, p. 97).

Resta saber, pois, se *o esforço intelectual de apercepção* desta investigação seria apurado o suficiente para, se não conjecturar, ao menos espreitar se a miríade de diagnósticos e prognósticos sobre o *homem* e a sociedade, a partir das últimas décadas do século XX até a

atualidade, tangencia um regime discursivo, as *descrições mais precisas e cerradas*, capaz de criar visibilidades, amiúde, *àquilo que acabamos de deixar de ser*. Em suma, se 1968 pode ser pensado como um marco histórico-temporal do que *já não éramos mais*; quiçá, os últimos anos do século, poderiam sinalizar o que já estávamos deixando de ser; o incipiente processo de mutação da *figura* recém-sublevada na década de 1960.

1.5. 1968, um acontecimento

Torna-se cada vez mais difícil a este trabalho não se alinhar aos tantos diagnósticos sobre o icônico ano e replicar aquilo que, consta, ser-lhe-ia inconteste: ali, algo aconteceu – um acontecimento; talvez, haver-se-ia de tomá-lo tal como Foucault o apreende em suas investigações:

[...] apreender um acontecimento que me parece importante para nossa atualidade, mesmo sendo um acontecimento anterior [...]. Todos esses acontecimentos me parecem repetidos por nós, em nossa atualidade. Procuo, então, apreender qual é o acontecimento sob cujo signo nascemos e qual o que continua a nos atravessar. (FOUCAULT, 2011a, p. 225).

Assim, é possível visualizar uma articulação ao uso que Foucault confere às noções de acontecimento e atualidade. Pois, questionar a atualidade, seria tomá-la como um acontecimento; no limite, acontecimento seria aquilo que permite questionar o que somos, “[...] na direção dos ‘limites atuais do necessário’: ou seja, na direção do que não é, ou não é mais, indispensável para a constituição de nós mesmos” (FOUCAULT, 2000e, p. 345).

Não por acaso, a quem se interessa pelos eventos de 1968, seja possível deparar-se com uma copiosa variedade de estudos e publicações sobre o ano de 1968. Atendo-se apenas aos livros publicados no Brasil, pode-se acessar, já em seus subtítulos, uma vastidão de descrições que tentam sintetizar as marcas avultantes dentre tantos eventos passados ali.

De Zuenir Ventura, como se viu, há títulos como *1968: O ano que não terminou* (2018) e *1968: o que fizemos de nós* (2013); da mesma feita, outros tantos valem menção: *1968. O tempo das escolhas* (MELONI; REIS, 2009), *1968: a paixão de uma utopia* (REIS; MORAES, 2018) – livros que ressaltaram as mobilizações de diversos grupos sociais em várias frentes em solo nacional (culturais, morais, artísticos), para além da luta contra a política ditatorial; e *1968: Eles só queriam mudar o mundo* (ZAPPA; ERNESTO, 2018) e *1968: Quando a Terra tremeu* (SANDER, 2018) – publicações cuja estrutura narrativa visam uma minuciosa sumarização dos eventos. Ademais, aqueles que deram ênfase ao famigerado maio francês: *Maio de 68: a brecha* (CASTORIADIS; LEFORT; MORIN, 2018), *Paris 1968. As barricadas do desejo* (MATOS,

2005), ou o *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo* (FERRY; RENAUT, 1988).

Perfilando os subtítulos de alguns desses livros, veem-se frases ou termos que designam marcas ao momento em questão: *que não terminou, das escolhas, paixão de uma utopia, quando a Terra tremeu, brecha, desejo*. Outros, por sua vez, revisitam o ano (ou seu entorno) para diagnosticar seus sentidos e possíveis legados, ou para balizar, a fundo perdido, *o que fizemos de nós*.

Se é possível perfilar alguns dos nomes que indicam um tanto das apropriações feitas do ano pregnante, pode-se também, em um esforço de enfileiramento atemporal, elencar tematicamente, quem sabe, algumas das afamadas frases escritas em Paris durante o mês fatídico.¹³ Sobre economia e política: *Abaixo o realismo socialista. Viva o surrealismo; A economia está ferida, pois que morra; A humanidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado com as tripas do último esquerdista*. Sobre a cultura, a educação e a linguagem: *Corram camaradas, o Velho Mundo está atrás de vocês; A arte está morta, liberemos nossa vida cotidiana; Professores, vocês nos fazem envelhecer; Libertem a expressão*. Sobre as noções de liberdade, de autogestão, de direitos: *A emancipação do homem será total ou não será; Autogestão da vida cotidiana; A felicidade é uma ideia nova; Sejam realistas, exijam o impossível; É proibido proibir*. E, por fim, sobre os anseios: *A ação não deve ser uma reação, mas uma criação; A barricada fecha a rua, mas abre a via; A imaginação toma o poder*.

Dentre tantas ofertas de palavras que buscaram nomear, designar, materializar os anseios, os vislumbres e afins – sejam aquelas coetâneas às coisas, aos eventos que aconteciam; sejam as legatárias das marcas – parece possível imantar o fatídico ano ao que a historiadora Arlette Farge, a seu modo, entende por *acontecimento*:

O acontecimento que sobrevém é um momento, um fragmento de realidade percebida que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá. Sua chegada no tempo é imediatamente partilhada por aqueles que o recebem, o veem, ouvem falar dele, o anunciam e depois o guardam na memória. (FARGE, 2011, p. 71).

Um acontecimento pode ser pensado como aquilo que produz marcas que se imprimem, ora de súbito, ora com vagar, no corpo – por vezes com grande atraso temporal, geracional, uma espécie de *delay*: em sistemas de comunicação, é a diferença de tempo entre o envio e o recebimento de um sinal ou informação –, e que se virtualiza como uma reminiscência

¹³ Conheça 68 das frases mais marcantes de maio de 68: Slogans nos muros e cartazes espalhados por Paris marcaram o movimento. Irreverentes, buscavam provocar os cidadãos e as autoridades francesas. In: **Globo.com**. São Paulo, 10 maio 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL463636-15530,00-CONHECA+DAS+FRASES+MAIS+MARCANTES+DE+MAIO+DE.html>. Acesso em: 31 out. 2019.

performadora que se reverberará como epígonos, e assim, e somente assim, poderá liberar o condão de tornar possível questionar, noutra tempo mas partindo das marcas do acontecimento, aquilo sobre o que pensamos ser, o que supostamente nos tornamos ou nos tornaremos, ou mesmo o que pensávamos ser e já não somos. Por isso, poucos são os eventos capazes de imprimir marcas que ficam como que inoculadas e cortam o fluxo temporal, maculando *ad eternum* a noção do que supomos ser ou porvir.

Desta feita, Corazza pôde pensar os eventos de 1968 como um acontecimento:

[...] o que não podemos negar é que existiu aí uma parte de acontecimento puro, irredutível aos determinismos sociais e às causalidades normais. Assim, ao integrar a ordem de um acontecimento, Maio de 68 está em desengate ou em ruptura com as causalidades, como uma bifurcação, um meandro relativamente às leis, um estado instável, que abre um novo campo de possíveis. [...] o acontecimento Maio de 68 é sempre aquilo que passa e permanece, tanto no interior de cada indivíduo como na espessura de uma sociedade. (CORAZZA, 2018, p. 14).

Em todo caso, se é certo que um acontecimento acomete aos seres a interrogações sobre o próprio tempo, então não haveria de ser em vão que Corazza, cinco décadas mais tarde, problematize se ainda somos o que, dizia-se, éramos: “Somos hoje tão críticos quanto éramos em 68? Ou chegou um outro tempo, como o politicamente correto, que torna difícil exercer a oposição crítica? Temos a mesma coragem insurrecional de então? Somos tão combativos?” (CORAZZA, 2018, p. 15).

Se esse outro tempo já chegou – ou se ainda chegará – é difícil dizer ou mesmo elucubrar – afinal, como enxergar algo quando o holofote do presente está todo voltado aos olhos? –, salvo se a gana for a de buscar algum conforto: caso seja, têm-se ao alcance dos olhos as miradas balizadoras e provisórias dos diagnósticos-prognósticos de toda sorte.

Seja como for, pode-se afirmar que já se tatearam alguns indícios que poderiam deslocar temporalmente tal provocação, do presente para o passado: seria o acontecimento de 1968 a materialização mais cerrada do que já se deixou de ser? Poder-se-ia, pois, lograr um *esforço intelectual de apercepção* para, como diria Foucault, *estudar a maneira como um ser humano se transforma em sujeito*, a um conceito-sujeito que, ao que parece, o acontecimento-1968 pôde imprimir o estatuto daquilo do que não se é mais, do *não mais*, para recomençar a forja o que nos tornaríamos, embora *não ainda* – menos pelo intento de se chegar à hipotética diferença cerrada em 1968 e mais para, ao contrário, partir da investigação daquela diferença última, tomando-a como um marco inicial de investigação?

Para algumas das questões acima, o escritor Ruy Castro talvez ofereça algum contorno, ao menos, ao referir que “[...] 1968 foi um ano como todos os outros, constituído de meses,

semanas e dias. A diferença é que, em cada um desses meses, semanas e dias, o mundo estava sendo dividido em antes e depois. Eu devo saber – porque estava lá” (in: SANDER, 2018).

* * *

Por ora, é certo que neste trabalho a pergunta que se faz não se detém a uma resposta possível sobre a morte do *homem* ou a uma análise do anti-humanismo que faria emergir o humanismo, seja pela aparente emergência do neoliberalismo, do individualismo, ou de tudo aquilo que tensionaria os limites e avalizaria, por conseguinte, a dissolução da forma-subjetiva/*homem*; *contenhamos nossas lágrimas*, diria Foucault ironicamente a esse respeito.

Ao largo de querer fomentar um velório ou um obituário, ou de reaver ao *homem* a segunda via de sua certidão de nascimento, antes, o que se fez possível mirar até aqui foi que a maneira como o *homem* lida com seu corpo, como ser vivente; a maneira como trabalha e produz, ou a maneira como se comunica, como um ser que fala; tudo isso parecia estar em profundo questionamento, irrompendo em maior grau em 1968.

A pergunta deste trabalho, então, aproxima-se tanto da própria pergunta de Salles em seu documentário *No intenso agora*, quanto daquilo a que o diretor mobiliza ao acossar uma resposta a ela.¹⁴ Explica-se: Salles tomará de empréstimo a intensidade de 1968 (tal como a de outros eventos históricos e familiares) para forjar a questão anímica de seu documentário: a possibilidade ou não de dar sentido à vida, ao futuro, ao amanhã, depois de passado o ápice da experiência de um acontecimento e de sua intensidade.

Aparentemente um tanto desalentado ao esboçar sua resposta, Salles lança mão, dentre tantos, do filme francês *Morrer Aos Trinta Anos* do diretor Romain Goupil (1982) – “[...] ao menos para mim esse é o filme mais bonito sobre o período” (SALLES, 2013) –, cujo tema aborda o suicídio do amigo (Michel Récanati)¹⁵ durante os eventos do Maio francês; sobre o que Salles afirma:

[...] como se dissesse [Goupil, sobre o amigo morto] que era impossível seguir adiante sem ter uma razão forte para se levantar da cama todas as manhãs. Ao dizer isso descreveu o dilema que, nos anos seguintes, seria enfrentado por quem viveu com paixão as semanas de maio. (SALLES, 2013).

¹⁴ A mobilização procedimental-cinematográfica que subsidia a problemática do diretor será pormenorizada no Capítulo 2.

¹⁵ Sobre a exposição do nome, um agradecimento especial à Dida Bessana que, gentilmente, preocupou-se em descobri-lo.

E, antes, referindo-se à entrevista de Cohn-Bendit a Sartre, Salles, enquanto vislumbra que “Olhando para Cohn-Bendit nessa entrevista e vendo nesse seu arrojo toda a potência da geração que ele representava, a impressão é de que 1968 estava apenas começando, de que o futuro era brilhante”, no mesmo golpe, sente que “[...] assistindo às imagens daquela semana [de maio de 1968 em Paris] em vários momentos é quase como se fosse possível dizer: esse é o ponto alto da vida desses jovens; dificilmente voltarão a ser tão felizes” (SALLES, 2017).

Parece que a anímica pergunta de Salles por todo o documentário é aquela que só poderia provir das marcas de um acontecimento, de uma *diferença última*: sobre o que fazer de nós mesmos ao cabo de uma experiência intensamente disruptiva; se seria possível manter tal intensidade vital quando e depois que algo de muito intenso acontece; se se pode viver fora de seu ápice ou, oxalá, recuperá-lo, ou forjar um novo sentido; se se pode fazer algo hoje e amanhã sobre nós mesmos diante de um acontecimento etc.

Seria essa, aliás, a grande aporia de 1968: enquanto alguns intentavam, naquele presente, romper com valores, hábitos, costumes etc., outros se perguntavam, ao mesmo tempo, o que seria daquilo tudo amanhã – a necessidade de uma revolução, de um outro estado, de um plano; sobre a suficiência ou não de se fazer emergir uma alternativa, uma brecha, uma possibilidade.

A esta investigação, por sua vez, se é correto que se viveu um momento de intenso questionamento acerca da *forma-Homem*, buscar-se-á no arquivo, então, o que se vislumbrou como possível e provável, seja para a manutenção da velha forma, seja para sua fragmentação, ou, ainda, para uma atualização, uma recauchutagem, a depender do rumo a que nossa fonte empírica direcionará, valendo-se do modo de reverberação de um acontecimento pelo tempo, perpassando-o.

Até, afinal, ser possível avizinhar a questão de Salles à desta pesquisa: como tentamos responder a nós mesmos – uma resposta para o presente ou para os anseios de um futuro –, ao longo dos anos e das décadas seguintes a 1968, aquilo que pensamos nos tornar, aquilo que quereríamos ou temíamos vir a ser, em forma de vislumbres, vaticínios, diagnósticos e prognósticos.

2. CONCEITOS E GESTOS PROCEDIMENTAIS

Uma investigação que tem como problema os processos de subjetivação, verte-se por um solo movediço. Haja vista a difusão do problema em muitas das pesquisas no campo das *Humanidades*, há ainda sua variação proeminente, o tema da subjetividade, que abrange campos dos mais diversos, como a psicanálise, a psicologia social, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a história, a pedagogia etc., e compele às linhas conseguintes referenciar o leitor ao mote conceitual inerente ao seu, *a priori*, vasto objetivo.

Este trabalho permeia a noção de sujeito e subjetividade, no enalço das contribuições fulcrais de Foucault para esse problema e nos estudos de pensadores que estabeleceram ressonâncias teórico-procedimentais com ele. Do cerne da vastidão teórica e empírica inerente ao problema da subjetividade, a especificidade da noção foucaultiana de *processos de subjetivação* subsidia a necessidade desta pesquisa amalgamá-la à experiência da temporalidade (correntemente representada pelas ideias de passado, presente e futuro), o que se dá sem esforço, pois, no limite entre uma e outra, a relação é de imanência.

Em contraste com a noção de um sujeito que prescinde do tempo e da história para existir – noção de sujeito universal e metafísico, invariável pelo tempo passado, presente e futuro –, ou mesmo daquele pensado como uma plataforma, um substrato empírico-transcendental – sujeito modulável historicamente, mas com estrutura atemporal –, o sujeito foucaultiano é aquele que não existe *per se*. Aprioristicamente, não é mais do que uma indelével forja na relação de uma forma com os jogos de veridicção vigentes em cada época (FOUCAULT, 2006a); logo, uma forma constituída em imanência ao tempo e à história – e, como tal, sempre inacabada, mas temporalizada, materializável e passível de nomeação.

Caso lograda a necessidade de amalgamar os processos de subjetivação e a temporalidade, dá-se ensejo, então, a expor sua importância para esta pesquisa. Objetiva-se uma investigação de inspiração arqueogenealógica que parta de uma analítica das prospecções que circularam no passado, cuja mirada incida, de algum modo, no tempo presente ou futuro, contanto que em referência à ideia de sujeito, de sociedade, aos modos de vida etc.

Uma mirada arqueogenealógica aos processos de subjetivação em vista dos discursos sobre o presente e o futuro do *homem* e da sociedade, visando a arregimentar e investigar um escopo de tais diagnósticos-prognósticos aportada pelo pressuposto de uma incidência discursiva que extrapolaria os limites do tempo presente e, em algum grau, inclinar-se-ia ao futuro; ou melhor, menos extrapolaria os limites do presente do que incitaria miragens de futuro no próprio presente, em parte forjadas e já convocando imagens futuríveis a ele coetâneas, uma

vez que invariavelmente atreladas aos discursos que lá circularam. Discursos que só puderam ser produzidos e propagados pelos jogos de veridicção forjados nas relações de poder que operavam em uma época: diagnósticos-prognósticos difundidos por um sem-fim de autoridades que enunciam sobre o que é possível ver e dizer acerca do que somos ou vivemos, ou que vislumbram, na mesma medida, o que poderíamos ou quereríamos nos tornar.

Se as inclinações temporais dos enunciados – prospecções, vaticínios, fabulações etc. – são como miragens de porvires, se se pode chamá-las assim, então é certo que elas, em algum grau, propagar-se-iam e, possivelmente, fomentariam imagens de futuro – mas que condiz com um futuro delimitado pelos valores do próprio presente em voga. Se esta pesquisa parte do pressuposto de que os discursos de um tempo poderiam performar, no próprio presente, as formas existenciais por vir, pode-se dizer, por isso, que seu objeto conferido – os diagnósticos-prognósticos –, analisados do momento-presente, assumem a curiosa conjugação temporal de *futuro do pretérito*.

Destarte, se é certo que os enunciados de um tempo já performam subjetivações no mesmo instante de sua enunciação – mesmo porque os enunciados, eles mesmos, são produzidos e produzem os valores em circulação na contenda veridictiva do próprio presente –, logo, os enunciados que nos chegam à atualidade como *futuro do pretérito* são, antes, *futuro do presente*, se levado em conta o momento de seu advento: assim, os diagnósticos-prognósticos nada dizem sobre o *homem* afiançado no futuro, mas decerto delineia os anseios e vislumbres do *homem* sobre o seu futuro em seu próprio tempo.

Não obstante, cada diagnóstico-prognóstico operaria em duas camadas temporais: aquela de quando são enunciados, onde são tanto diagnósticos-prognósticos do presente quanto diagnósticos-prognósticos sobre o futuro do presente; e a camada atual, cuja análise se dá com os mesmos diagnósticos-prognósticos tomados do passado em um momento-presente, quando serão destarte operacionalizados na condição de diagnósticos-prognósticos do futuro do pretérito. Os diagnósticos-prognósticos são, no mesmo golpe, como estratos de iminência e de eminência: do que se poderá performar e do que, topologicamente, se faz visível e dizível num dado tempo. Em suma, uma pesquisa de inspiração genealógica que tem os diagnósticos-prognósticos de presente e de futuro enunciados no passado como fonte de investigação empírica, intenta pensar o próprio tempo, a atualidade. A recorrência dos termos *tempo*, *passado*, *futuro* e *presente* não é vã; e, por isso mesmo, algumas considerações são necessárias.

2.1. Temporalidades: a questão da atualidade e a acontecimentalização

Comumente certa noção de temporalidade é pensada, segundo o *Dicionário de filosofia* de Nicola Abbagnano, como uma instância mensurável do movimento, organizada pelas noções de sucessão e de causalidade; subdividida em tempos sucessivos em que o tempo precedente determina o seguinte (ABBAGNANO, 2007): o passado representa o que já passou, o que é anterior; o presente, o agora, o simultâneo; e o futuro, os porvires, o que é posterior. Doutra feita, o passado irreversível e imutável, o presente como ato e o futuro um campo de possíveis. Em um caso, o presente pode avizinhar-se mais ao passado – é-se por aquilo que foi; em outro, ao futuro – por aquilo que se faz agora, será. Tampouco é difícil imaginar passado, presente e futuro alinhados perfeitamente às noções de sucessão e causalidade – é-se por aquilo que passou e será pelo que se faz; ou, no limite, a quase contingência das noções – é-se, sem importar como ou quando.

Por outro viés é que a filosofia de Deleuze – em seu livro *Bergsonismo*, sobre o também filósofo francês Henri Bergson – opera a ideia de temporalidade. Primeiro, a noção de sucessão é questionada, por exemplo, quando se diz que passado e presente têm, antes, relação de coexistência um com o outro: “O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não para de passar; o outro, que é o passado e não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam” (DELEUZE, 2012, p. 50). Depois, a noção de causalidade é fissurada quando Deleuze, munido dos conceitos bergsonianos de virtual e atual – *o virtual não se opõe ao real, mas apenas ao atual* –,¹⁶ aproxima a ideia de presente à de atual e considera ambas portadoras do que é virtual, ou seja, portadoras de um campo de possibilidades em vias de se atualizar como real no presente: o presente sempre em devir. O presente portaria o real, pois carrega consigo as virtualidades do passado e logo as aponta ao futuro; mas o futuro, por sua vez, apareceria tão somente como algo do imprevisível. Desta feita, o presente, sim, estaria em incessante processo de formação e atualização, e não o futuro; o futuro é relegado da representação última da causalidade do passado e do presente.

Não é de estranhar, pois, quando o filósofo faz operar tais conceitos relativos à temporalidade na medida em que se propõe a caracterizar o procedimento analítico de Foucault. Em *O que é um dispositivo?*, Deleuze (2016) afirma que o pensador francês criara uma *filosofia dos dispositivos* para refutar a categoria dos universais, do metafísico e de tudo o que sugere um absolutismo com efeito de naturalização da história e do pensamento e, logo, abrir espaço

¹⁶ Ver *Diferença e repetição*, 2018, p. 276.

para a possibilidade de criação e intervenção – descolonizar e desobstruir o presente das narrativas universais e metafísicas fabricando uma história outra.

Para Deleuze, um dispositivo, pensado como um conjunto multilinear de natureza heterogênea, seria constituído a partir de três grandes estratos de linhas: a do saber, a do poder e a da subjetivação; um emaranhado de linhas cuja analítica acurada forjada por Foucault faz possível tornar visíveis e dizíveis os regimes de saber, as relações de poder e os modos de subjetivação/veridicção em um momento histórico. Constituído que é por *regimes de luz* (formas de visibilidades) e *de enunciação* (discursos, saberes e regimes de verdade), “[...] cada dispositivo tem seu regime de luz [...], distribuindo o visível e o invisível, fazendo nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela [a visibilidade]” (DELEUZE, 2016, p. 360), dependendo das condições históricas pontuais e locais.

A especificidade multilinear do dispositivo não estaria condicionada tão só por criar visibilidades e dizibilidades de um tempo, mas doravante deflagraria a transitoriedade, a efemeridade e sua precondição a variações de intensidade e direção daquilo que se faz possível ver e falar, justamente por sua materialidade tácita (visível e audível) depender do momento histórico – não existe dispositivo supra-histórico e, como tal, seu funcionamento analítico está amalgamado ao tempo e em iminência de devier.

Pertencemos a tais dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo relativamente aos anteriores, chamamo-la sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que devíamos [nós nos tornamos], o que estamos em via de devir [aquilo que estamos nos tornando] [...]. Em todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: *a parte da história, e a parte do atual*. (DELUZE, 2016, p. 365-366).

Deleuze, no excerto acima, arroga à sua conceituação-tempo aquilo a que se apropria da noção foucaultiana de dispositivo, fazendo-a operar amalgamada à temporalidade e, em última instância, à forja/fabricação da história – uma *fissura ou fratura* de qualquer universal (subjetividade, história etc.). Afeito aos conceitos criados desde Bergson, o filósofo demarca a existência de termos temporais em franca operação: o passado, o presente, o futuro e o atual.

Por tal viés, o atual estaria relacionado mais ao futuro do que ao presente, visto ser, o atual, referendado por aquilo que indelevelmente estaríamos nos tornando. Por sua vez, o passado pode ser pensado tanto como uma dimensão do presente ao denotar aquilo que quase-somos, pois no mesmo átimo já se estaria deixando de ser; quanto aquilo que se materializa como história e guarda, em adjacência, a matéria discursiva que distancia o presente – *o que somos (o que já nem somos mais)* – do atual – *o que estamos em via de devir* –, ou seja, o elemento portador da diferença do que estamos deixando de ser, do que, supostamente,

estariamos nos tornando. Dessa maneira, não é o passado o que fundamenta o que seríamos; a professora Heliana Rodrigues dirá que, ao largo de ser fonte de uma identidade, por exemplo, ele é produzido/ficcionado partindo da diferença inerente entre o presente e o atual (em constante atualização, sempre), “[...] facultando uma reflexão sobre a mesma e alimentando experimentações com o que se está em vias de ser” (RODRIGUES, 2015, p. 15).

Isto quer dizer que o atual só se relacionaria com o futuro caso não o relegasse ou o confundisse com um mero esboço de futuro condicionado como completude ou realização – ou seja, um futuro já colonizado. Antes, o futuro operaria como um porvir que só se faz possível na condição de virtual, como aquilo que porta tanto as virtualidades do que se é possível (ou não) tornar real em uma certa época, quanto os vestígios do passado passíveis de fraturar a escrita do próprio passado e abrir, quiçá, fissuras no presente que incida e atue no atual.

O objetivo aqui, ressalva-se, não é o de apresentar a melhor ou a mais aprazível forma de se lidar com a noção de temporalidade, não mais do que forjar uma vereda que dê ensejo às diferentes maneiras de se haver com tal noção, haja vista sua importância para esta investigação: ora, tudo parece lançar luz a uma forma singular de mirar os processos de subjetivação, à noção de constituição de um sujeito, às subjetividades. Ademais, se se apregoa o famigerado procedimento analítico deleuziano – aquele que acossa o pensamento de outros pensadores compondo-o ao seu –, é porque, crê-se aqui, que a definição regalada ao dispositivo foucaultiano condensa, em latência, um útil percurso argumentativo passível de desdobramento. Por ora destaca-se, em contiguidade à maquinaria temporal de Deleuze, a posição tão cara a Foucault frente a sua lida com sua atualidade e a escrita da história, seu uso estratégico e bélico no presente – posição ético-política, pois.

Em uma entrevista em 1983, Foucault diz-se incomodado com a maneira solene pela qual o momento-presente é tomado por qualquer um que sustente um discurso filosófico, “[...] como sendo precisamente, na história, aquele da ruptura ou o do ápice, o da realização ou o da aurora que retorna” (FOUCAULT, 2000b, p. 324).

Para o pensador, é necessário um outro trato com o presente, uma espécie de *modéstia*: ao passo que cada presente “[...] não é esse momento único, fundamental ou irruptivo da história, a partir do qual tudo se realiza ou tudo recomeça”, *o momento em que se vive* não deixa de ser, ao mesmo tempo, “[...] muito interessante e exige ser analisado, decomposto, e que de fato saibamos nos colocar a questão: o que é a atualidade?” (FOUCAULT, 2000d, p. 324).

Questão que o permeou intensamente desde as interrogações primevas de suas pesquisas, mas que foi revisitada e atualizada quando do encontro com o filósofo alemão Immanuel Kant. O que Foucault encontra, para bem dizer, é um texto em que Kant respondia, em 1784, *Was ist Aufklärung? – O que são as luzes?*.¹⁷ Em suma, Foucault toma o texto de Kant como o ato inaugural de certa vertente da filosofia moderna que passaria a interrogar a própria atualidade: “[...] pela primeira vez problematizar sua própria atualidade discursiva, atualidade que ela interroga como um acontecimento” (FOUCAULT, 2011b, p. 261).

No texto homônimo – originalmente publicado no livro *The Foucault reader* –, Foucault subsidia a crítica ao uso do *momento presente*, ao afirmar que, antes da resposta de Kant, o presente era pensado, basicamente, de três maneiras: o presente representado pertencente a alguma era do mundo, separada das outras por algum acontecimento dramático; o presente passível de interrogação, quando se intenta decifrar os sinais de um acontecimento futuro iminente; e o presente como ponto de transição em direção à aurora de um novo mundo (FOUCAULT, 2000e, p. 336, 337). Em lugar desses enfoques *solenes* – tal como ao modo que os intelectuais de seu tempo solenizam o *momento presente* (FOUCAULT, 2000e), do presente portador do grande evento, do presente que interroga o futuro ou do presente como portal da grande novidade –,

Foucault, a reboque de Kant, forja a abertura de outro campo problemático que passa a interrogar o que ocorre na atualidade; como falar sobre o presente no interior da atualidade; o que se arroga quando se quer falar da atualidade etc.

A essa outra maneira de se interrogar o próprio tempo, Foucault, a depender dos distintos momentos em que opera procedimentalmente a tal endereçamento, chama de ontologia – *ontologia do presente*, *ontologia da modernidade*, *ontologia da atualidade*, *ontologia de nós mesmos* – distinções exploradas mais adiante.

Por ora, cabe retomar aquele que seria o marco da formulação da noção de *ontologia* ocorrido no curso *O governo de si e dos outros*, em 1983. Ali, Foucault apresenta uma primeira elaboração de sua ferramenta metodológica:

Essa outra tradição crítica não coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, é uma tradição que coloca a questão de: o que é

¹⁷ Na coleção *Ditos e escritos* dedicada aos textos, artigos, entrevistas etc. de Foucault para além de seus livros ou aulas publicadas, há dois textos cujo nome é traduzido da mesma maneira – “O que são as luzes?”. No volume II da coleção, trata-se de uma tradução do texto *What is Enlightenment?* de Foucault, publicado originalmente no livro de Paul Rabinow, *The Foucault reader*, de 1984. Já o texto homônimo em português chama-se, em francês, “Qu'est-que les Lumières?” e consta no volume VII, publicado na revista *Magazine Littéraire*, n. 207, em maio de 1984, mas que fora, antes, usado em parte por Foucault em seu curso de 1983, no Collège de France. São textos diferentes, embora partam do mesmo disparador kantiano.

a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos. (FOUCAULT, 2010a, p. 21).

No momento da referida citação, importa pouco a variação dada ao nome condizente à ontologia, visto que todos caracterizam um modo singular de interrogação da atualidade, o que transformaria os acontecimentos do presente em focos de análises, modo de interrogação que Foucault assume procurar desenvolver em seus estudos, possibilitando-lhe lançar luz sobre questões como sobre qual a atualidade de que somos parte, sobre a experiência que fazemos de nós mesmos pertencendo a tal momento-presente, ou sobre as formas de luta e resistências contemporâneas.

Se Foucault, pois, já estudara os mecanismos de poder e regimes de saber que engendraram práticas coercitivas de controle dos corpos, modos de normatização de comportamentos, jogos de veridicção e processos de subjetivação, a noção de *ontologia do presente* o fará lograr a crítica dessas práticas pelo intento de fraturar os discursos naturalizados do presente para, quiçá, abrir valas para ações ético-políticas sobre *nós mesmos*.

Uma entrevista de 1983, quando questionado sobre a atualidade e sobre a necessidade de uma crítica das racionalidades que operam no presente, talvez elucide, em parte, o que se quer, aqui, como uma ação ético-política: “[...] elas [as formas de racionalidade] repousam em uma base de prática e de história humanas, e já que essas coisas foram feitas, elas podem, com a condição de que se saiba como foram feitas, ser desfeitas” (FOUCAULT, 2000d, p. 326); posição ético-política que intenta pôr à baila toda a sustentação da racionalidade operante nas ciências humanas – ou, quem sabe, no pensamento ocidental –, nada afeita a uma mirada perspectivista, senão universalista, por assim dizer.

Posição subsidiada pelo seu próprio percurso de pensamento, como na ocasião em que Foucault, em debate com historiadores em 1978, torna necessário tomar o acontecimento histórico passível de interrogação para poder problematizar os mecanismos de saber-poder que subjetivam e objetivam os seres no momento-presente, justificando sua crítica à História em geral:

[...] os historiadores não gostam muito dos acontecimentos, e fazem da “desacontecimentalização” o princípio da inteligibilidade histórica. Eles o fazem ao referir o objeto de sua análise a um mecanismo, ou a uma estrutura, que deve ser o mais unitário possível, o mais necessário, o mais inevitável possível, enfim, o mais exterior à história possível. (FOUCAULT, 2006b, p. 341).

No mesmo debate, todavia, o pensador tenta se fazer compreendido ao explicar, por conseguinte, o que se deve entender por *acontecimentalização*:

Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. [...] Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. [...] a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação causal. (FOUCAULT, 2006b, p. 339).

Torna-se patente, pois, que o afã procedimental de Foucault passa ao largo de relegar o momento-presente a uma instância operativa menor, de pouco valor, salvo quando é tomado com a indevida solenidade, cujo efeito é incontestemente defronte à História como saber organizado.

Apropriado dos embates de Nietzsche frente a história de seu tempo, Foucault (2000b) pôde embasar sua posição contrária à uma História linear e evolutiva dotada de origem e destino – a *supra-história*; *grosso modo*, o pensador esmiúça e se opõe à sua estrutura *monumental* (grandes vultos e feitos), *antiquária* (acentuação da continuidade-tradição) e *crítica* (julgamento-condenação do passado em nome do presente, tornando o primeiro algo fixo, paralisado e menor). Ao contrário, o pensador toma procedimentalmente o presente não apenas para interrogar como se constituem os sujeitos e como eles se constituem a si próprios (por via de objetivações e subjetivações): a atualidade “[...] não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é” (FOUCAULT, 2000d, p. 325).

Desta feita, Foucault assevera que uma análise da atualidade “[...] deve sempre ser feita de acordo com essa espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendido como espaço de liberdade concreta, ou seja, de transformação possível” (FOUCAULT, 2000d, p. 325). No limite, tal logro dependeria da pena do historiador/pesquisador a insidiosa labuta de garantir, ético-politicamente, uma escrita da história que fracture as narrativas hegemônicas dos problemas de um passado para talhar, concomitantemente, uma superfície de espessura suficientemente capaz de atizar a mirada dos contemporâneos aos problemas do próprio presente, ponderando, ainda, que tais problemas não cindem de outros de outrora, mas que deles se avizinham ou devieram.

Doravante, entende-se aqui que uma *problematização* no viés foucaultiano é primeva ao gesto de *acontecimentalizar* um evento do tempo, pois um acontecimento só pode ser

tomado como tal depois que lhe é atribuída uma problematização. O que não quer dizer que qualquer evento histórico, experiência ou prática social derive um acontecimento *per se*, mas significa que qualquer coisa pode ser problematizada e *acontecimentalizada*, a depender do quê e de como se interroga a própria atualidade.

* * *

A título de exemplo, tem-se a própria apropriação *acontecimental* do ano de 1968, lograda por esta pesquisa. Embora este seja um ano que arregimenta uma série de importantes eventos, irrompendo outras práticas e experiências sociais e culturais, isso por si não lhe facultaria, automaticamente, o estatuto de um acontecimento, caso alinhavado ao *modus operandi* analítico de Foucault e Farge.

Quando a historiadora, por exemplo, afirma que “[...] Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão [...]” (FARGE, 2011, p. 71), seu auxílio consiste em deslindar o duplo gesto da condição de existência do acontecimento: ele é fabricado ao passo que ele mesmo passa a fabricar. Isto é, se não é refutável tudo o que 1968 fabricou na experiência e práticas humanas, é inconteste, do mesmo modo, que 1968 foi fabricado por culminâncias também de experiências e práticas humanas. Doutra feita, ele pode ser fabricado historicamente como um acontecimento (ou *acontecimentalizado*) à guisa de uma problematização concernente a uma atualidade, e tão só.

Destarte, se 1968 é aqui tomado como um acontecimento, seu encargo é referenciado pela aposta procedimental desta pesquisa que credita à analítica histórica do acontecimento as credenciais para subsidiar a interrogação que se faz hoje: o que fora dito pelo *homem* sobre si mesmo a respeito de seu presente e futuro em conchavo com as produções veridictivas e subjetivas que, no mesmo golpe, tanto possibilitou sua própria forja discursiva, quanto já cria e incita outras produções, de modo a angariar circulação social/cultural.

À mesma função subsidiária da forja a uma resposta de um problema do presente, poder-se-ia edificar o fim do século XX ao estatuto de acontecimento; no mínimo, pela incumbência de um sem-fim de inovações tecnológicas que transfigurariam a face do *homem* por suas empiricidades, por outro modo de se relacionar com o corpo, com a produção e com a comunicação.

E se a pergunta a que se propõe este trabalho pode, de fato, *acontecimentalizar* tanto 1968 quanto o fim do século XX, destaca-se, antes, que, em comum, ambos portam a

especificidade de suscitar questionamentos dos mais diversos sobre a maneira pela qual o *homem* estrutura sua existência, ou, ao contrário, como a existência estruturaria os discursos sobre o futuro do *homem* ou sobre a forma-subjetiva por vir; especificidade essa materializada por uma copiosidade de diagnósticos e prognósticos sobre o presente e o futuro do *homem*.

2.2. Do pretérito do presente ao futuro do presente: uma mirada arqueogenealógica

Ao revisitar a resposta de Kant sobre *O que são as luzes?*, tomando-a como um acontecimento, o ato inaugural que focaliza a mirada de um foco possível da filosofia ocidental ao presente e a tudo ao que incide sobre a atualidade, Foucault, em texto de 1984, atina o decurso legatário que se instaurou tanto à filosofia quanto, posteriormente, às ciências humanas: duas maneiras opostas de interrogar a atualidade, seja como uma analítica da verdade sobre um acontecimento, seja como uma “[...] ontologia do presente, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT, 2010a, p. 21).

Foucault não hesitará em se alinhar ao segundo grupo. Não a uma análise que pretende alçar a verdade como um valor universal exercendo uma espécie de essencialização das coisas (sujeito, sociedade, práticas sociais etc.) desatrelando-a de qualquer acontecimento, mas uma ontologia histórica de “[...] como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações” (FOUCAULT, 2000e, p. 350).

Esse modo interrogativo do próprio tempo, uma *ontologia do presente*, uma *ontologia de nós mesmos*, fará Rodrigues sugerir que “[...] a alternativa [nominal] não é gratuita: ‘nós-mesmos’ implica um nós-enquanto-presente, desde que este ser – uma ontologia – seja constituído na qualidade de modo histórico de ser” (RODRIGUES, 2015, p. 11). Vale lembrar, pois, do endereçamento ao procedimento da *ontologia de nós mesmos* que Foucault faz em referência a toda a sua labuta investigativa, que lhe permitiu amalgamar os processos de subjetivação à atualidade, ou melhor, como um problema do próprio tempo: “[...] produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”, buscando evidenciar os “[...] modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 2014c p. 118), e, no mesmo golpe, constatar a *atualidade* como superfície onde “[...] o problema filosófico mais infalível é o da época presente, do que somos neste momento preciso” (FOUCAULT, 2014c, p. 118).

Se é certo que Foucault intentou uma história dos processos de subjetivação dos seres humanos, cuja história produzida por ele remonta ao indelével processo de objetivação

transformando-o em sujeitos (subjativação) em constante refazimento – pois o processo não cessa –, sua estratégia procedimental de pesquisa histórica passa ao largo de uma analítica que opera via uma metafísica que redundaria em conceitos universais, ou a produção de uma *supra-história*. Daí que, para lidar com a escrita de uma história do presente, Foucault vê-se compelido a uma forja constante, no decorrer de sua trajetória intelectual e em face aos diferentes problemas a que buscava responder, seu próprio modo de fazer história.

O pensador francês, defronte às regras que regiam as práticas discursivas, fez uso da arqueologia como um procedimento metodológico, que lhe permitia descrever os discursos das diferentes epistemes – conjuntos de regras a que obedecem os modos de ver e dizer presentes em um conjunto de domínios de saber – a partir, como se viu, das empiricidades. Contudo, pelas epistemes (como as empiricidades) estarem inseridas na ordem do discurso, dentro dos regimes de saber, o método arqueológico permitia a Foucault não mais do que descrever analiticamente as regras discursivas dos regimes de saber que lá operavam.

Sobre isso, Edgardo Castro explica que Foucault admitia que “[...] faltava ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo. A essa necessidade responde a introdução do conceito de dispositivo como objeto da descrição genealógica” (CASTRO, 2009, p. 124). Nas palavras de Foucault, a “[...] arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (FOUCAULT, 2005, p. 16). Ou seja, a arqueologia teria como função analisar a ordem dos discursos locais que operam em regimes de saber para, então, a genealogia liberá-los da sujeição aos discursos universais partindo da análise das relações de poder em voga.

Assim, a genealogia é pensada por Foucault pela necessidade de inflexionar suas pesquisas à análise dos modos de exercício do poder que operam e estão localizadas no âmbito do saber, acessado pela arqueologia. Em suma, é a própria arqueologia que fornece o ponto de partida para fazer convergir as formas modernas dos regimes de saber com a dinâmica peculiar das relações de poder que as envolve e, ao fazê-lo, atina sem cessar o caráter local e singular (construído historicamente, pois) das práticas que sustentam toda uma articulação entre os regimes de saber e as relações de poder, normatizando formas de vida pela disciplina individual e pelo governo das condutas da população.

No limite, tratava-se, para Foucault, de situar os regimes de saber (objeto próprio da arqueologia) no âmbito das relações de poder e das lutas políticas próprias do seu próprio tempo aos problemas que lhe eram coetâneos e o instigavam – por exemplo, as práticas psiquiátricas e médicas, as práticas prisionais e disciplinares, as práticas acerca da sexualidade etc. Isso quer

dizer que a Foucault não interessava responder, em seu momento-presente, sobre o que seríamos, mas, antes, o que estaríamos deixando de ser por uma análise arqueogenealógica que lhe permitia entrever as condições que possibilitaram a constituição de uma determinada forma-subjetiva; a título de exemplo, quando Foucault, em *As palavras e as coisas*, atrela a emergência das ciências humanas à do próprio *homem*, interessava-lhe menos diagnosticar a subjetividade ora coetânea e mais dar a ver as condições de possibilidade de tal emergência subjetiva.

É por isso mesmo que quando Foucault credita a Kant seu modo de interrogar a racionalidade, o qual se desdobrara em um viés iluminista do pensamento – “[...] como queria Kant, [a Razão] como caminho para a dignidade e para uma suposta maioridade humana” (VEIGA-NETO, 2011, p. 26) –, ele intentava não uma crítica que iluminaria a humanidade em seu progresso, mas uma crítica ressonante à sua atualidade, *uma crítica da racionalidade moderna*. Nas palavras de Veiga-Neto, “[...] a crítica foucaultiana à racionalidade [ao conceito moderno de Razão] não quer jogar fora a própria racionalidade, mas quer, sim, colocar em xeque a ideia iluminista, unificadora e totalitária da Razão” (VEIGA-NETO, 2011, p. 23).

Não à toa Foucault, no mesmo texto de 1984, toma o termo *ontologia*, então atrelado à noção de crítica da Razão, operando-o de modo a tensionar a ideia de limite engendrado pela racionalidade em voga legatária, em algum grau, do iluminismo e do positivismo, levando-o a ressaltar a importância de se “[...] tentar fazer a análise de nós mesmos como seres historicamente determinados, até certo ponto, pela *Aufklärung*” (FOUCAULT, 2000e, p. 345).

Tal crítica flui radicalmente a contrapelo de um intento interrogativo transcendental ou metafísico justamente por partir de uma mirada à história “[...] dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos” (FOUCAULT, 2000e, p. 347). Por isso, trata-se de uma crítica

[...] arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral possível: mas tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E [...] genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. (FOUCAULT, 2000e, p. 336-337).

Daí, talvez, far-se-ia possível acessar a articulação foucaultiana que lhe tornara indispensável no decurso de seu pensamento: uma arqueologia que torna visível as estruturas dos regimes de saber-poder no discurso e uma genealogia que não apenas torna tangível os investimentos de objetivações ininterruptas que forjam veridicções que se imprimem nos corpos performando subjetivações, como permite interrogar o presente menos para lhe conferir

mais um diagnóstico, e mais para nele lograr uma fratura que possibilite a escrita de uma história outra, uma história daquilo que já não éramos mais.

Uma *história do presente* faz bem mais do que reafirmar que uma história só pode ser feita no presente, motivados por problemas formulados na atualidade. O procedimento arqueogenealógico foucaultiano, pois, torna o presente historicizável, e não o passado: uma história feita no presente sobre os problemas da atualidade que convoca as fontes do passado (arquivo) que descrevam o que já não somos mais, instaurando a possibilidade de questionar, sempre no presente, o que podemos deixar de ser. Uma escrita, por fim, que intenta desincrustar todo o acosso discursivo universal e hegemônico das práticas sociais para lograr uma história outra, visando desestabilizar algo no presente e, quiçá, descolonizar o que já se materializara como um coro uníssono dos imperativos do próprio tempo.

2.3. Covil da temporalidade, o arquivo

Caso o intento de articular a arqueologia e a genealogia como inerentes ao gesto procedimental de Foucault para a feitura de uma *ontologia do presente* tivesse sido suficiente, poder-se-ia, agora, voltar ao artigo de Deleuze dedicado à noção foucaultiana de *dispositivo*; se, em um primeiro momento, ele serviu aqui para dar ensejo ao percurso argumentativo que trazia à baila as estratégias engendradas por Foucault ao lidar com as questões da atualidade, doravante o estudo deleuziano oferta de bom grado não apenas uma articulação entre a arqueologia e regimes de saber à genealogia e relações de poder com escrita de uma história dos processos de subjetivação do presente, como, também, amalgama-as à noção de temporalidade.

De início, Deleuze (2016) imantará a história e o arquivo tanto como aquilo que materializaria uma espécie de desenho cujo contorno delimitaria o que nós somos e, por isso – pelo limite do traço do desenho, do contorno –, já não somos mais, quanto aquilo que nos separaria de nós mesmos do esboço daquilo que nos tornamos pelo atual.

Assim, para o filósofo, haver-se-ia de “[...] desemaranhar as linhas do passado recente e as do futuro próximo: a parte do arquivo e a parte do atual, a parte da história e a do devir, *a parte da analítica e a do diagnóstico*” (DELEUZE, 2016, p. 366). O que Deleuze faz é desembaraçar as linhas de um dispositivo, separando-as temporalmente: por um lado, a história e o arquivo – passado –, e, por outro, o atual em devir – futuro. É o que leva Deleuze a ressaltar como um dos grandes méritos de Foucault, justamente, seu manejo temporal com a história:

“[...] agir contra o tempo e, assim, sobre o tempo, em favor [...] de um tempo por vir” (DELEUZE, 2016, p. 366).

Para tanto, se ao filósofo lhe é franqueado o condão analítico foucaultiano que lhe permitia mobilizar, no mesmo golpe, o tempo passado, presente e futuro, seu argumento convoca uma passagem do livro *A arqueologia do saber*, publicado por Foucault em 1969:

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades [...] a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva. (FOUCAULT, 1987, p. 150-151)

Da convocação deleuziana arrebatam-se algo medular da vinculação do procedimento histórico de Foucault aos parâmetros temporais: o arquivo como operador de um múltiplo paralelismo temporal. Tal como queria Foucault: “A história não é [...] uma duração; é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (FOUCAULT, 2000c, p. 293). Pois é somente da análise conferida ao arquivo é que se faz irromper, no pensamento, a possibilidade de atinar sobre aquela matéria discursiva que circunda o momento-presente, mas que sinaliza o que já se estaria deixando de ser quando demarca um limiar daquilo que já não pode ser mais dito e, simultaneamente, forçando, assim, às interpelações daquilo que poder-se-á falar ou pensar no futuro.

Desta feita Deleuze pôde sintetizar a faculdade da articulação do procedimento investigativo foucaultiano à guisa do arquivo com a temporalidade: “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de outra forma’ (futuro)” (DELEUZE, 1988, p. 127). Se o filósofo faz desse excerto um suporte para sustentar sua apropriação filosófico-conceitual de *dispositivo* – dividindo suas linhas em dois grupos – linhas de estratificação ou de sedimentação, linhas de atualização ou de criatividade (DELEUZE, 2016, p. 367) –, este trabalho, por sua vez, fará uso do percurso analítico deleuziano que avizinha a noção de temporalidade à de arquivo, em vista da operação dupla que aqui se intenta. Por ora, será suficiente apresentar alguns parâmetros da ideia de temporalidade que abarca o procedimento analítico de Foucault – que vem a ser, aqui, a inspiração metodológica.

Eis que Foucault, em entrevista de 1969, torna indubitável a apropriação da noção de arquivo pretensa a este trabalho:

Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados: e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam

ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos (FOUCAULT, 2000a, p. 145).

Ora, o que seria o arquivo senão uma materialidade discursiva que, pronunciada em dada época, tornar-se-ia capaz de cortar o fluxo do tempo, portando, em adjacência, os vestígios da passagem temporal e da escrita de certa história; do mesmo modo, vincularia e acarretaria, em sua matéria discursiva, tanto as produções veridictivas e subjetivas problematizadas no passado, quanto a iminência da produção de mesma natureza, caso acionado à urgência de uma problematização do presente e, se sim, facultando, ao e no mesmo tempo, o aparecimento de outros discursos, outras histórias.

O arquivo, retifica-se, não é uma soma de textos que uma cultura conseguiu armazenar e, tampouco, um espaço de memória das instituições ou da identidade da sociedade estudada; nas palavras do professor Julio Aquino,

Trata-se, assim, do conjunto de disposições que regem, em dada época e para determinada sociedade, os limites do dizível e, por extensão, os contornos cambiantes da memória coletiva, instaurando um movimento de apropriação e reativação incessantes de determinados enunciados (AQUINO, 2019, p. 106).

O arquivo, por fim, sinaliza Foucault, é “[...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimento singulares” (FOUCAULT, 1987, p. 158). Muito embora ele não possa salvaguardar os discursos de seu envelhecimento natural ou de seu provável esquecimento arbitrário, ele opera aos discursos uma escolta que faz perder de vista um desvanecimento capaz: o arquivo é aquilo que encapsula toda uma organização discursiva de um tempo.

Ao largo de ser somente sua guarida, o arquivo está mais para uma espécie de covil da ordem temporal do discurso, passível que é de regularidades específicas da contingência da natureza ou da condicionalidade das relações de poder – arqueogeneologicamente, não se convoca o arquivo para angariar a paz discursiva; ele é convocado, da atualidade, para acessar a ordem discursiva doutro tempo e transgredir tal ordenamento linear das narrativas do passado, mas que desembocam, operam e performam o presente.

2.3.1. Arquivo, a luz e a escuridão do tempo

Talvez a relação do arquivo com o gesto metodológico se tornasse mais nítida quando Foucault retoma, em entrevista de 1983, a noção de ontologia; dessa vez, como *ontologia histórica*, cuja ênfase será aferida a seus procedimentos e objetos de pesquisa.

De modo geral, o pensador destrincha sua genealogia em domínios e, em cada qual, operar-se-ia uma ontologia distinta, mas complementar uma à outra, acoplando os três eixos que performam subjetividades – os jogos veridictivos/saber, as relações de poder/biopoder e a governamentalidade e as técnicas de si/ética. O primeiro domínio reputa “[...] uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber”; o segundo domínio confere “[...] uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros”; e o último, por fim, “[...] uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais” (FOUCAULT, 1995, p. 262).

Daí que o gesto procedimental de uma *ontologia histórica de nós mesmos* estará imantado ao gesto arquivístico, donde subtraem-se os três eixos de objetivação e subjetivação ao menos para fins didáticos, pois sua delimitação só pode ser fabulada na medida em que, entre tais eixos, haja uma relação indissociável.

Entre 1970 e 1971, Foucault, em suas aulas do curso *A vontade de saber*, quer interrogar uma *morfologia da vontade de saber*: “[...] está em causa a vontade de verdade ou a vontade de saber? E, entre essas duas noções, o que acontece com aquela que não podemos deixar de encontrar, se analisarmos uma ou a outra – quero dizer: o conhecimento?”; para tanto, seria necessário “[...] precisar, portanto, o jogo entre essas três noções: saber, verdade, conhecimento” (FOUCAULT, 2014a, p. 4).

Foucault recupera a metafísica de Aristóteles que, ao supor um desejo de conhecer que seria natural aos homens, desdobra três questões: primeiro, se existe um desejo relacionado ao saber; segundo, se esse desejo é universal a todos; e, finalmente, se o desejo é natural ou um dado universal. Em resumo, o pensador assevera que “[...] em Aristóteles o desejo de conhecer supõe e transpõe a relação prévia entre o conhecimento, a verdade e o prazer” (FOUCAULT, 2014a, p. 205).

Para contrapor a relação aristotélica estabelecida entre o desejo de saber e o conhecimento e a verdade, Foucault convoca o pensamento de Nietzsche no qual o saber é desnudado de qualquer metafísica, aproximando-se da tragédia no sentido de ser concebido mediante um processo que supõe lutas, conflitos e violência. É isso que está à baila quando se pensa na configuração do saber. Afinal, Foucault subtrai de Nietzsche a ideia de que o “[...] conhecimento é uma ‘invenção’ atrás da qual há algo muito diferente dele: um jogo de instintos,

de impulsos, de desejos, de medo, de vontade de apropriação. É nesse cenário em que lutam que o conhecimento vem a produzir-se” (FOUCAULT, 2014a, p. 205).

O interesse em retomar o argumento de Foucault em torno da *vontade de saber* se dá ao ensejo de suas distintas miradas sobre o que seria a modernidade. Castro dirá que, ao pensamento foucaultiano, é possível distinguir cinco sentidos de modernidade; dois deles teriam relação com seu decurso investigativo histórico-filosófico (CASTRO, 2009). Por esse prisma, um decorre de *As palavras e as coisas*, precisamente da noção de episteme Moderna, inaugurada pelo aparecimento do *homem*: “[...] a Modernidade é equivalente à época do homem, ao sonho antropológico, à época da analítica da finitude e das ciências humanas” (CASTRO, 2009, p. 301). O outro surge depois das publicações de *Vigiar e punir* e do primeiro volume de *A história da sexualidade*, quando a Modernidade passa a ser pensada com base nas formas de exercício do poder, “[...] equivalente à época da normalização, ou seja, à época de um poder que se exerce como disciplina sobre os indivíduos e como biopolítica sobre as populações. A Modernidade é, definitivamente, a época do biopoder” (CASTRO, 2009, p. 301).

Há ainda – e talvez o mais importante aqui –, aquele que seria, para Castro (2009, p. 302), o último sentido de modernidade em Foucault, e que se diferenciaria dos demais por uma ideia de atitude, explicitada nos textos de Foucault a respeito da resposta de Kant sobre *O que são as luzes?*

Referindo-me ao texto de Kant, pergunto-me se não podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história. Por atitude quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade, uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. (FOUCAULT, 2000e, p. 341-342).

Se, antes, este trabalho tomou tal apropriação foucaultiana de Kant para marcar o ponto de instauração procedimental da *ontologia histórica de nós mesmos*, retomar-se-ia agora o tema justamente pela mesma emergência, mas fitando outra senda, a saber, com o sociólogo Jürgen Habermas (1986) que parece ter notado uma aporia à apropriação de Foucault a Kant, nos dois momentos em que o pensador convoca o filósofo alemão.

Primeiro, em *As palavras e as coisas*, quando Foucault demarca a modernidade no momento em que um “[...] sujeito cognoscente, tornado autorreferente, se extirpa das ruínas da metafísica para se dedicar, tendo consciência dos limites das suas forças, a um projeto que exigiria uma força infinita” (HABERMAS, 1986), projeto que se constitui sob o terreno das ciências humanas erigido, ainda segundo Habermas, “[...] por meio de suas exigências pretensiosas e nunca sustentadas, a fachada perigosa de um saber universalmente válido atrás

do qual se esconde a realidade de uma pura vontade de autodomínio pelo conhecimento” (HABERMAS, 1986).

No limite, Foucault já denunciava, desde então, “[...] o rastro dessa vontade de saber nas formações modernas de poder” (HABERMAS, 1986), pois uma vontade de saber que Kant tomava como a construção de sua teoria transcendental do conhecimento, cuja ideia de progresso é infinita. Assim, legou-se ao *homem*, além de se tornar sujeito e objeto de conhecimento, a infundável incumbência de progresso subsidiada por uma irrefreável *vontade de saber*.

Ademais, depois da retomada do pensador francês ao texto kantiano *O que são as luzes?*, Habermas nota em Foucault uma nova perspectiva diante dessa vontade de saber que, até então, era supostamente rastreada e denunciada pelo francês por sua articulação às estratégias de poder – a *vontade de saber*, própria das ciências humanas, teria sido o objeto das primeiras críticas de Foucault acerca da Modernidade. Foucault passaria, destarte, a compreendê-la como um impulso crítico que mereceria ser conservado contanto que renovado (HABERMAS, 1986).

Na esteira da breve contextualização sobre a *vontade de saber* é que se poderia engajar algumas análises que o filósofo italiano Giorgio Agamben faz, também, a reboque das ideias de Aristóteles. No texto *A potência do pensamento* (2006), Agamben arroga, ao ato do pensamento, a escuridão e não a iluminação como potência; ou seja, independentemente de toda insistência dos pensadores pós-socráticos em iluminar, as trevas sempre escapariam.

Agamben parece dizer que há uma espécie de iluminação que está presente desde a formação do pensamento ocidental atrelada de forma natural ao conhecimento – algo análogo à vontade de saber, talvez – que estrutura, na atualidade, os diversos campos de saber fundamentando, por exemplo, as ciências. Argumento que lhe permite questionar se tal excesso de luminosidade que parece persistir durante tantos séculos poderia potencializar outras formas de pensar, tal qual queria ele.

Mas será no texto *O que é o contemporâneo?* que Agamben (2014) tratará do que considera contemporâneo, ou melhor, de como as pessoas se relacionam com seu próprio tempo, o que as distanciariam ou não da condição de contemporaneidade defronte, justamente, do condão analítico de focalizar não as luzes do tempo, mas a escuridão.

Para o filósofo, a condição de contemporâneo seria “[...] uma relação singular com o próprio tempo, que adere a ele e, ao mesmo tempo, toma distância dele; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que adere a ele através de uma dissociação e de um anacronismo” (AGAMBEN, 2014, p. 22). Agamben ressalta nessa relação, inerentemente defronte aos acontecimentos do próprio tempo, a necessidade de um posicionamento especular: “Aqueles

que coincidem muito plenamente com a época, que se ligam em todos os pontos perfeitamente com ela, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (AGAMBEN, 2014, p. 22).

É como se, para o filósofo, nada valesse poder captar somente as luzes do próprio tempo, pois não se poderia ver nada para além das problematizações que já caducaram (ou estão em vias de), embora ainda refletidas pelos holofotes do presente e que ainda reluzem aquilo que já não se é ou ao que já se está deixando de ser. Portanto, ser contemporâneo é avocar/buscar menos as luzes do que a escuridão: “Todos os tempos são, para quem os experimenta na sua contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, exatamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2014, p. 25). O que não quer dizer que mirar a escuridão seja permanecer em um estado de inércia, ou que a escuridão não se relaciona com as luzes; perceber tal escuridão “[...] implica uma atividade e uma habilidade especiais, que, no nosso caso, equivalem a neutralizar as luzes que provêm da época para descobrir as suas trevas (...) que não é, no entanto, separável daquelas luzes” (AGAMBEN, 2014, p. 26).

Poder-se-ia, a respeito dessa equação ofertada por Agamben entre a luz e a escuridão, fazer um paralelo com o que Foucault, em curso proferido em 1981, explica como *história das problematizações*:

[...] nas práticas humanas, há um momento em que de algum modo as evidências se confundem, as luzes se apagam, tudo escurece, as pessoas começam a perceber que estão agindo às cegas, e, por isso, é preciso uma nova luz [...]. É preciso uma nova iluminação, é preciso novas regras de comportamento. E então aí, eis que surge um novo objeto, surge um objeto como problema. (FOUCAULT, 2018, p. 214).

Tal paralelo é evocado, aqui, para dar subsídios à argumentação que intenta averiguar a operacionalidade do arquivo em face do presente. Pois seria no apagar das luzes de um tempo – sua diferença última, um acontecimento – que, no melhor dos casos, seus coetâneos dar-se-iam conta do excesso de luminosidade que lhes ofuscam os olhos e até os cegam, entranhados que estão da vontade de saber, da vontade da luminosidade, da iluminação das ciências, por exemplo; ou, em todo caso, dos regimes de saber que produzem as veridicções do próprio tempo, ditando normas, convenções, regras de comportamento etc. Afinal, como bem explica Aquino, “[...] o arquivo caracteriza-se fundamentalmente por sua produtividade veridictiva, isto é, a delimitação não apenas das fronteiras entre o verdadeiro e o falso, mas também daquelas do pensável e do impensável em certo espaço-tempo histórico” (AQUINO, 2019, p. 106).

Destarte, a escuridão, sempre no melhor dos casos, poderia fazer aos coetâneos da contemporaneidade de Agamben – pois, para ele, raros são os contemporâneos do próprio

tempo –, tornarem-se contemporâneos pelo gesto *corajoso* que “[...] significa ser capaz não só de manter fixo o olhar na escuridão da época, mas também de perceber nessa escuridão uma luz que, dirigida até nós, afasta-se infinitamente de nós” (AGAMBEN, 2014, p. 27). E o que poderia ser essa luz senão os regimes de saber e as relações de poder doutro tempo – problematizações do passado –, encapsuladas pelo arquivo?

Ora, tudo isso parece se avizinhar justamente do que Foucault (2006) mostrava em seu texto *A vida dos homens infames*,¹⁸ quando, ao se deparar com as *lettres de cachet*¹⁹ dos anos 1728 a 1758, pôde lograr uma *antologia das existências* que, não fosse pelo encontro com os feixes luminosos das relações de poder, permaneceriam despercebidas como vidas fora da ordem do discurso e do saber; iluminadas pelo clarão do poder tornaram-se vidas anônimas, mas dentro dos regimes discursivos, pois, porventura, iluminadas.

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. (FOUCAULT, 2006a, p. 207).

Se as *lettres de cachet* inseriram tais existências na positividade discursiva de uma época, os discursos sobre elas se mantêm como que encapsulados desde então, passíveis às contingências de encontros com aqueles que, diante do excesso de luminosidade de seu próprio tempo, entreveem, na escuridão problematológica de sua contemporaneidade, os feixes luminosos para tentar responder às problematizações que urgem no próprio tempo:

¹⁸ Foucault explica seu texto como “[...] uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos. [...] Eu quis que se tratasse sempre de existências reais; que se pudessem dar-lhes um lugar e uma data [...]. Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro” (FOUCAULT, 2006a, p. 203, 206-207).

¹⁹ Segundo uma nota do tradutor da edição portuguesa de *A vida dos homens infames*, *lettres de cachet* eram “[...] documentos emitidos em nome do rei, mas não necessariamente, nem na sua maioria, por sua própria iniciativa, e que tinham como função sujeitar a medidas de segurança, tais como a prisão ou o internamento todo indivíduo cujos comportamentos eram, no discurso desses mesmos documentos, tipificados de ‘indesejáveis’” (FOUCAULT, 1992, p. 105). Enquanto a tradução brasileira trata-as como *cartas régias*, a portuguesa prefere manter o termo no original francês por se tratar de uma “[...] instituição confinada a determinado período da história de França, nada havendo, portanto, que em rigor possa ser considerado seu equivalente em qualquer outra época ou lugar” (FOUCAULT, 1992, p. 105).

Isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo a escuridão do presente, apreende a sua luz inalienável; é também aquele que, dividindo e interpelando o tempo, é capaz de transformá-lo e de relacioná-lo com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira alguma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual não pode não responder. (AGAMBEN, 2014, p. 32).

Se, por um lado, os discursos do arquivo são materializados pelo encontro do clarão do poder, pela luz do presente, por outro, eles permanecem na escuridão – como em uma biblioteca –, não porque estariam em algum local sem tanta visibilidade ou acesso, mas porque não foram, todavia, mobilizados ou operacionalizados. Discursos nem sempre visíveis, é bem verdade, mas nunca secretos, ao que parece.

Na esteira de Agamben, poder-se-ia dizer que o arquivo portaria a luz ao mesmo tempo não visível e inalienável de um tempo presente, mas que, caso operacionalizado como tal, “É como se aquela luz invisível, que é a escuridão do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora” (AGAMBEN, 2014, p. 33). Ora, a arqueogenealogia, por sua vez, seria então um gesto forçoso *a golpes de martelo*, cujo intento, caso logrado, seria o de trazer um pouco de escuridão e afastar a claridade, erigindo análises menos iluminadas pelos modos contemporâneos de veridicção e subjetivação.

Veyne sintetiza precisamente a tratativa, tal qual se quer aqui, de articular, primeiro, as noções de discurso, subjetivação e arquivo: “[...] sem um discurso, não haveria para nós objeto conhecido, não existiria sujeito humano sem uma subjetivação” (VEYNE, 2011, p. 179); e, depois, a noção de temporalidade e o gesto arqueogenealógico: “Engendrado pelo dispositivo de sua época, o sujeito não é soberano, mas filho de seu tempo; não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época [...]” (VEYNE, 2011, p. 179).

2.3.2. Arquivo, o presente em suspensão

Diante da labuta de uma escrita do passado no presente pelo arquivo, o que se poderia esperar dos vestígios do tempo? É desta feita que Aquino arroga o tema da estatuária em um ensaio da escritora Marguerite Yourcenar: “[...] qual outra solução de compromisso haveria entre a carne em iminente dissolução e a promessa de indestrutibilidade da pedra ou do ferro?” (AQUINO, 2019, p. 118).

A questão posta diz do trágico intento existencial de transpor o indelével desaparecimento espaço-temporal – menos, talvez, da finitude da carne e mais do desbotamento memorial. A estátua performaria, assim, como uma alegoria reminiscente, uma materialização possível – “[...] insistia também com que o mármore [...] adquirisse o brilho e quase maciez de

uma carnadura jovem” (YOURCENAR apud AQUINO, 2019, p. 118) – de representação, em face da irremissível impotência humana em reproduzir todos os matizes memoriais de um corpo, de uma paisagem, de um átimo de presente – um espaço, um tempo, uma verdade. Pelas palavras de Veyne, “[...] as falsas generalidades e os discursos variam através do tempo; mas, em cada época, passam por verdadeiros” (VEYNE, 2011, p. 25), passíveis de serem tomados como arquivo, recapturados no instante seguinte, no futuro, já como passado; eis o gesto temporal do arquivo.

A passagem pelo tempo – seja essa ao sabor da *inclémencia da natureza* quanto dos *humores humanos* –, já se configura, de partida, como outro impasse. Afinal, não só a carne do corpo sofre a decomposição temporal, como também a pedra ou o bronze das estátuas – cuja função seria transgredir o tempo preservando a memória empedrada que representaria a carne carcomida – tampouco estarão imunes à movência do presente “[...] para assegurar um repouso digno àquelas vidas ali emparedadas, as quais, mais tarde, serão adulteradas, estilhaçadas e, no limite, condenadas ao desaparecimento” (AQUINO, 2019, p. 119).

Quando Aquino, a seguir, compara a falibilidade reminescente das estátuas – tal qual a das palavras – nesse intento de conservar, impunemente, as memórias de um tempo, isso não quer dizer que nada é propagado, que nenhum enunciado perpassa, ou que, invariavelmente, tanto as estátuas quanto as palavras se tornariam ruínas ou enunciados carcomidos, tal como fragmentos assignificantes espalhados nos entremeios espaciais no decurso de uma linha temporal; ao largo de tal contrassenso que inviabilizaria a existência da história e dos enunciados textuais de toda ordem, nada é assignificante quando os signos de um arquivo qualquer são tomados pelas lentes sempre inebriadas por “[...] uma miríade de forças que se emaranha no solo do presente e, de lá, emite seus sinais ininterruptamente” (AQUINO, 2019, p. 119).

E o que se poderia pretender dos vestígios do presente encapsulados pelo arquivo, salvo enunciações/discursos que só podem emanar as problemáticas do próprio presente – no limite, seria possível empreender uma história outra senão a do presente? Foucault, por seu lado, alude seu atino à direção de uma *história das veridicções*: “[...] analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas ‘ideologias’, mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (FOUCAULT, 1994, p. 15).

Talvez agora, depois de tanto, poder-se-ia dizer que emprenhar uma história dos jogos veridictivos seja o mesmo que lograr uma história das problematizações, as quais, por sua vez, quase não diferem caso se intentasse uma história dos processos de subjetivação, “[...] dos jogos

entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 1994, p. 11).

Os *jogos de veridicção* prefiguram, em última análise, os limiares de qualquer ação humana, não porque representam uma máxima instância portadora da verdade substantiva, mas por trazer consigo as relações de poder que performam – incessantemente e, por isso, em atualização constante – a veracidade dos gestos e das palavras, do visível e do dizível, alçando-os a um estatuto de legitimação social. A produção veridictiva não visa a zelar – moralmente, por exemplo – tal ou qual conduta humana; mas estar sob o juízo bipartido do verdadeiro e do falso, independentemente da conduta (des)atinada, já performa a subjetivação quando transmuta valores e engendra normatividades ou convenções.

Os *processos de subjetivação* não dizem outra coisa senão da inscrição na relação com os *jogos de veridicção*. A constituição de um sujeito é a materialidade mais mal-acabada – possível, porém – da relação imanente da subjetivação transfigurada no tempo pelo que se configura como o verdadeiro e o falso em determinada época. Tais contornos, frágeis, tonar-se-ão visíveis em outro tempo, futuro, pelo arquivo, e já por uma mirada que cintila outra problematização, forjada por outra experiência, outra miríade de forças.

Incomensurável e incessante, a noção de processos de subjetivação alça o conceito-sujeito a um estatuto de incessante vir a ser – pois sempre malogrado e inacabado, sempre em iminência de novas análises e estudos. Ora, se o jogo veridictivo operador do verdadeiro e do falso em cada época está em perene mutação, o conceito-sujeito também estará, e sua carcaça só poderá ser analisada por escafandristas/genealogistas do futuro – que precisarão de toda astúcia para não se deslumbrarem, em seu presente, pelos solenes diagnósticos-prognósticos passados dos taxidermistas-do-sujeito – e, assim mesmo, como um conceito movente, um conceito-ação – conceituação, pois:

Enquanto a vida evapora em disparada de nossos órgãos, o tempo queima gentilmente em nossa pele, tatuando-nos os signos que, à primeira vista, escapam-nos por completo, já que em permanente estado de devir. A prontidão para deixar-se chamuscar por tais signos corresponderá, então, à forja de um diálogo franco, não obstante sempre em *delay* com o próprio presente. (AQUINO, 2019, p. 119).

Diante da prontidão do pesquisador em interpelar os signos, as marcas, as experiências num presente ainda tão vivaz e radiante encapsuladas pelo arquivo, lhe será obliterada, como se viu, a insipiência de sua mirada demasiadamente defronte a luminosidade irradiada pelos matizes dos problemas inscritos, tanto na superfície do tempo e espaço presente quanto, por imanência, na pele do próprio pesquisador, no corpo:

[...] superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2000b, p. 267).

Será no corpo, sob sua superfície, que se problematizará, que se dará o limite, que resistirá. O que é eclipsado ao pesquisador/arqueogenealogista, então, seriam outros tantos signos e marcas ofuscados pelo holofote de um tempo que, talvez com menos intensidade, reluzia outros rincões: “Precisamente em Foucault, a superfície torna-se essencialmente superfície de inscrição: é todo o tema do enunciado ‘ao mesmo tempo não visível e não oculto’. [...] Se você não constituir uma superfície de inscrição, o não oculto permanecerá não visível” (DELEUZE, 2013, p. 113). Forjar, nessa superfície de inscrição, uma lente extemporânea não para rarear as luzes de um tempo, mas para, quiçá, dimensionar o jogo móvel de luminosidade e sombra que não cessa em variar.

Eis o intento trágico de uma pesquisa de inspiração arqueogenealógica; a esta pesquisa, quando confere avocar – sempre em *delay*, como quer Aquino – uma analítica dos diagnósticos do presente e prognósticos de *futuro do presente* que circularam no passado, não supõe visibilizar os desenhos de uma forma universal ou as latências de um esboço de sujeito por vir, como tampouco mapear as alegorias mais ou menos futuríveis outrora prospectadas. Intenta-se, antes, trazer à baila os jogos de veridicção, desincrustar – tal como aos microprótalos desses grãos que polinizam de presente, o futuro – as condições de veridicção da própria verdade em voga, tornada imperativa; conquanto sejam, eles mesmos – os grãos futuríveis –, já polinizados pelo presente.

Miragens de futuro – futuríveis, quiçá –, o são menos pelos vaticínios mais ou menos verossímeis acerca do porvir – e tão só lá faturados –, e mais pelo próprio átimo enunciativo que já performa o presente no enalço da ideia mesma de futuro, como uma espécie de governo do presente orientado por regimes de verdade que coadunam imagens futuríveis arbitrarias; e, muito antes, por uma enunciação que já traz consigo uma história, um escopo futurível que só o é ou só pode sê-lo como derivativo de problematizações anteriores, doutros tempos. Destarte, esse futuro não existe senão como futuro do presente, ao passo que cada presente carrega consigo seu futuro cambiante, tal como o é o conceito-sujeito. Nesse caso, a ideia de sujeito é correlata à noção de futuro: ambos não existem *per se*, salvo como miragens daquilo em que estão sempre em vias de, amalgamados que são aos cambiantes jogos de veridicção do próprio tempo.

Em comum, por ora, entre o tempo sucessivo e causal; o virtual e o atual; a estátua e o *delay*; há a exasperada comunhão da lida do ser com o tempo, como quer este trabalho. Do paralelo entre um dicionário de filosofia, Deleuze e Bergson, Aquino e Yourcenar, Agamben e Veyne, em que pese a tamanha dispersão problematológica, espera-se extrair de tal comunhão, no melhor dos casos, uma linha – tênue, que seja – que se avizinha e se conecte ao pensamento de Foucault para dar a ver os processos de subjetivação invariavelmente amalgamado à temporalidade – passando ao largo, pois, de uma concepção/conceitualização de *homem*, intemporal e universal.

Pois se Deleuze pôde afirmar que “[...] da idade clássica à modernidade, passamos de um estado no qual o homem ainda não existe a um estado no qual ele já desapareceu” (DELEUZE, 2006, p. 125), o que restaria neste ínterim espaço-temporal senão as memórias, os escritos, as histórias, as estátuas e, inclusive, o rastro representacional das empiricidades do *homem* produzidas pelas ciências humanas: vestígios espalhados no tempo de um conceito-sujeito sempre em desfazimento, embora, muito embora, ocasionando o acúmulo e a propagação das materialidades e documentos legando, às gerações vindouras, pistas daquilo que já se deixou de ser, como que pegadas fantasmagóricas que já não mais assombram.

E o que se pode pretender dos tais vestígios senão discursos, ora inclinados ao futuro, mas que só podem dizer dos problemas do próprio presente, “[...] esse intervalo de suspensão entre o tempo do não mais e o do não ainda” (AQUINO, 2011, p. 19). Nesse sentido, pensar o presente como um intervalo de suspensão temporal o faz reconciliar-se com o passado (*não mais*) e com o futuro (*não ainda*); não uma conciliação por uma linha sucessiva do tempo, e sim por uma condição de coexistência temporal.

No limite, uma pesquisa que opera com o arquivo toma o presente como um bloco espaço-temporal em suspensão, um arranjo estático, mas em estado de iminente atualização. Quando varia, os vestígios do passado, do *não mais*, também variam, pois, tal como cada tempo-presente carrega seus próprios grãos germinais de futuros possíveis, ele também cria visibilidades e naturaliza os vestígios de passado que mais lhe convém em dado tempo. E, o futuro, reunido como os vislumbres do *não ainda*, cujo esboço, sempre pode ser visto, com algum esforço, no presente, também varia no encaixo do presente.

2.3.3. Arquivo e memória: desdobrar o tempo

O renomado escritor e professor argentino Jorge Luis Borges lida com afã da questão do tempo ao longo de sua obra. Ao fim de uma conferência na Universidade de Belgrano (1978), ele a aduz para outra questão cabal de sua obra, a imortalidade e seu liame à memória:

[...] eu acredito na imortalidade. Não na imortalidade pessoal, mas na cósmica [...]. Após nossa morte física, fica nossa memória e, depois de nossa memória, restam nossos atos, nossas realizações, nossas atitudes, toda essa maravilhosa parte da história universal, mesmo que não o saibamos – e é melhor que não o saibamos. (BORGES, 1987, p. 20).

A memória, assim como sua escrita, seria como uma espécie de margem possível para o fluxo temporal que transcorre infindavelmente como o rio de Heráclito de margens sempre cambiantes, pois nunca o mesmo rio. O argentino, valendo-se da analogia do famigerado rio, advoga em favor de um tempo presente que operaria sempre como fluxo por portar partículas de passado e de futuro – das águas passadas e das águas vindouras –, justamente porque, tal como o fluxo do rio que nunca é o mesmo, o presente tampouco se deteria, pois sempre cambiando de partículas de passado e futuro. O que leva Borges a afirmar que “[...] somos, portanto, algo cambiante e algo permanente” (1987, p. 48), tal como o rio de Heráclito que se diz nunca ser o mesmo, ao passo que, séculos e séculos mais tarde, todavia se pode chamá-lo de rio de Heráclito.

Mas, se a memória for como essa margem que resguarda um respiro àquele fluxo indelével do tempo, aquele algo *permanente*, é porque, como escreve em *O imortal*, “Ser imortal é insignificante; exceto o homem, todas as criaturas o são, pois ignoram a morte” (BORGES, 2008, p. 19). Os humanos, pois, tornam-se mortais quando, cientes de sua finitude, tendem a lançar mão da memória para assegurarem algo *permanente*, à exceção de todas as outras criaturas que, por desconhecerem a morte, não carecem permanecer com nada.

E caso se possa pensar a finitude como o refreamento absoluto do fluxo temporal, sua margem última, a memória escrita, em contrapartida, garantiria a manutenção, no mesmo golpe, tanto do fluxo quanto da parada, tanto da parte *cambiante* quanto da *permanente* do ser – qualidades que não operam em separado, sempre maquinados, e tão somente: “[...] quando o fim se aproxima, já não restam imagens de recordação; só restam palavras” (BORGES, 2008, p. 24). Ou seja, a memória materializada em palavras tanto tende a resguardar o passado como invariavelmente performará o presente por vir: sempre um jogo de permanências e mutações.

Ademais, se a relação entre a memória e a mortalidade/finitude é tão cara a Borges – “Somos nossa memória, somos esse quimérico museu de formas inconstantes, esse amontoado de espelhos quebrados” (BORGES, 2009, p. 29) –, ele opõe uma noção de memória que supõe o ser como *um museu de formas inconstantes* à outra, encarnada na personagem do conto *Funes, o memorioso*.

Ireneo Funes, a personagem, é dotado de uma memória implacável, embora capaz apenas de descrever o que apreende do mundo: “Disse-me [Funes]: ‘Mais recordações tenho eu

sozinho que as que tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo’. E também: ‘Meus sonhos são como a vigília de vocês’” (BORGES, 2007, p. 105). Seu interlocutor reconhecia “[...] que o menos importante de suas lembranças era mais minucioso e mais vivo que nossa percepção de um prazer físico ou de um tormento físico” (BORGES, 2007, p. 108). Mas, ao remeter-se à mera descrição ou reprodução da realidade, Funes parecia nada acrescentar e apenas repetir o mesmo como um amontoado de recordações estéreis: “Minha memória, senhor, é como um monte de lixo” (BORGES, 2007, p. 105).

Funes necessita, inexoravelmente, ver o objeto para nomeá-lo. Talvez por isso, para ele “[...] o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e assim também as memórias mais antigas e mais triviais” (BORGES, 2007, p. 104), no lugar de um “[...] lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente preciso” (BORGES, 2007, p. 107).

Tratava-se de uma espécie de prontidão em nomear lucidamente o presente, a tal ponto que “Para ele, dormir era muito difícil. Dormir é distrair-se do mundo” (BORGES, 2007, p. 108), embora, diante do não apreendido, tal como *num trecho de quarteirão incompleto*, onde *havia casas novas, desconhecidas*, “Funes imaginava-as pretas, compactas, feitas de treva homogênea; nessa direção voltava o rosto para dormir” (BORGES, 2007, p. 108).

Uma memória incapaz de imaginar, de criar ou de abstrair, haveria de ser incapaz de qualquer pensamento analítico. Caso não conhecesse algum objeto – como as casas ao leste em um trecho não demarcado – imaginava-os primeiro de modo homogêneo, para só então tergiversar; seria uma memória que lhe suprimia não apenas a faculdade de *pensar*, como também lhe imprimia outra lida com a linguagem: “[Funes] Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não fosse muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair” (BORGES, 2007, p. 108).

Do mesmo modo, poder-se-ia aproximar a lida de Funes à linguagem dos imortais do conto *O imortal*, pois, embora Funes pudesse vocalizar infinitamente suas descrições e representações da realidade visível do presente, a ele só lhe provia a linguagem imediata, instantânea, representável.

Por sua vez, o então imortal protagonista de *O imortal*, ao querer reaver sua antiga condição de mortal por conta do desalento gerado à experiência da imortalidade, donde tudo era traduzido em mundos idênticos *ad infinitum* – pura repetição e tédio em um mundo atemporal –, diz sobre os imortais: “[...] não me surpreendi que não falassem” (BORGES, 2008, p. 11), e continua: “[...] cada ato (e cada pensamento) é o eco de outros que no passado o antecederam, sem princípio visível, ou o fiel presságio de outros que no futuro o repetirão até

a vertigem. Não há coisa que não esteja como que perdida entre incansáveis espelhos” (BORGES, 2008, p. 21).

Por conseguinte, a recorrência borgeana aos espelhos ganha força: se, por um lado, aos mortais lhe é regalada uma memória ambígua, *como um quimérico museu de formas inconstantes, como espelhos quebrados*; aos imortais, ao contrário, de forma alguma poderia o espelho ser comparado à memória, quando inútil em um mundo acrônico. Ali, tal como escreve Borges, não há *princípio* nem *presságio*, somente apreensões refletidas e infindáveis repetições: espelhos infatigáveis, sem analogia nenhuma.

Funes, talvez, posicione-se em uma espécie de entremeio entre um e outro espelho; já que, definitivamente, sua capacidade escópica tenaz de reluzir o presente não poderia ser análoga à de um espelho quebrado, senão à de um espelho tão infatigável quanto o dos imortais, embora limitado pela finitude do tempo e do espaço, condição inextinguível dos mortais. Afinal, Borges entrevê a insuficiência da linguagem em abarcar toda a plenitude de detalhes e minúcias da realidade, ou, por que não, de sua intrínseca limitação de subordinar a si todo o presente no próprio presente, em ato: “No mundo entulhado de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos” (BORGES, 2007, p. 108). Destarte, os imortais valem-se dos espelhos inteiros e límpidos, e não da linguagem.

No limite, se Funes inflaciona o presente com palavras saturadas de representações, os imortais nada falam, tampouco escrevem; só refletem ou ecoam a repetição acrônica. Ora, Borges não cessa de interpelar a questão da memória e da escrita para sublevar os mortais não à condição de imortalidade – já recusada no conto –, senão para lhes afiançar a possibilidade de, em face da finitude e do decurso temporal, desencarnarem, quem sabe, na superfície última do arquivo, na medida de, nas palavras de Aquino, uma “[...] força recalcitrante de uma tragicidade que habita o arquivo, oriunda das vidas que teimam em arrastar seus movimentos para além de seu próprio tempo” (AQUINO, 2020, p. 344).

Seja a memória acumuladora de Funes que opera apenas no presente pelo presente – em descrições, nomeações e representações congeladas sempre pelo exato instante de sua mirada –, seja a inocuidade da memória dos imortais que não carecem de assegurar a verdade e tampouco escrevê-las, para Borges, a memória está condicionada à mortalidade, à passagem do tempo, e isso é o que torna patente a escrita da história, único legado possível capaz de subverter o tempo, afinal: “Vidas tão precárias quanto infinitas povoam o arquivo, em situação de exasperação, já que no aguardo de alguma repatriação, mínima que o seja, no presente” (AQUINO, 2020, p. 344).

A memória e a escrita franqueadas aos mortais lhes outorga, no mesmo golpe, o condão de reencarnarem noutra tempo presente, caso inscritos nas barafundas discursivas porventura tomadas como arquivo – embora entre a memória e o arquivo, Aquino atente a uma importante distinção: “A memória conserva os feitos; o arquivo refaz, em outras bases, o que o tempo desfez. A memória ainda é brasa; o arquivo, cinzas” (AQUINO, 2020, p. 346).

Aquino quiçá toma de empréstimo uma passagem do historiador francês Didi-Huberman que, ao querer lograr uma história das imagens inspirada pela genealogia foucaultiana, dirá: “O arquivo é cinza, não só pelo tempo que passa, como pelas cinzas de tudo aquilo que o rodeava e que ardeu. É ao descobrir a memória do fogo em cada folha que não ardeu, onde temos a experiência” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 211); e continua: “[...] a imagem arde pela memória, quer dizer que de todo modo arde, quando já não é mais que cinza” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 216). Do mesmo modo, Foucault, bem antes, também tonalizava tal qual o gesto genealógico: “A genealogia é cinzenta; ela é meticulosa e pacientemente documentária” (FOUCAULT, 2000b, p. 260).

No limite, o que irrompe é a necessidade de se lidar junto ao arquivo, em relação; uma labuta com e sobre o conjunto de arquivo, em que, nas belas palavras de Didi-Huberman, “[...] é preciso atrever-se, é preciso acercar o rosto à cinza. E soprar suavemente para que a brasa, sob as cinzas, volte a emitir seu calor, seu resplendor, seu perigo. Como se, da imagem cinza, elevara-se uma voz: ‘Não vês que ardo?’” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 216), para, doravante, tratar-se “[...] de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, simultaneamente metafísico e antropológico, da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar, conseqüentemente, uma forma diferente do tempo” (FOUCAULT, 2000b, p. 277).

A pretensão de apresentar o gesto procedimental de Foucault, mesmo que sumariamente, justifica-se por, primeiro, esboçar como o pensador elaborou as próprias estratégias para lidar com um intento investigativo que tem o momento-presente o epicentro das inquietações problematólicas e, segundo, para desentranhar/abrir caminho ao percurso teórico-procedimental desta pesquisa.

Em primeiro lugar, perguntar-se-ia, afinal, sobre os modos de se escrever uma história. Pergunta retórica, por um lado, arranjo tematizado, por outro: o ato de escrever já está imbuído dos jogos veridictivos de um tempo; a trágica aporia é que o próprio ato da escrita, cujo atributo ético-político tensiona justamente a representação, a naturalização, a universalização de

qualquer coisa, já está, o próprio ato, regido por signos mais legitimados do que outros, por embates veridictivos que modulam o pensamento e, inexoravelmente, a escrita.

Uma primeira pista para se empreender uma escrita à lida com o arquivo é ofertada por Aquino a reboque da cara noção procedimental de Didi-Huberman, que remete ao arquivista a função de remontar as temporalidades aparentemente escamoteadas em seu decurso, mas que, todavia, reverberam intimamente na contemporaneidade (AQUINO, 2019a).

Nesse sentido, poder-se-ia convocar, como exemplo, o modo a que o historiador Durval Albuquerque Júnior, legatário que é do gesto procedimental-metodológico foucaultiano, lidou, perante seu ofício, com o problema da escrita do e no presente amalgamada ao arquivo e à temporalidade.

Sem embargo, o historiador parece romper com o *modus operandi* relativo à temporalidade sucessiva e causal quando da escrita da História, ao notar o uso recente e recorrente por diversos pensadores do termo *invenção* relacionado à escrita da História e, portanto, à escrita do passado no presente: o exercício historiográfico, pois, de invenção do passado – seu próprio livro tem como subtítulo *A arte de inventar o passado*. Para ele, o uso do termo *invenção* ao se referir ao passado condiz com uma posição afirmativa antitética à ideia convencional de passado, pensado como um conjunto de eventos imutável, fático, absoluto; ao contrário, ele operaria toda uma transmutação perspectiva e paradigmática na produção do conhecimento.

Com efeito, o historiador alerta para certo paradoxo no exercício histórico, quando da lida crucial com o anacronismo: evitá-lo é tanto um grande perigo do ofício quanto inexorável – a História será sempre anacrônica, e sua escrita será sempre nas condições e nos pressupostos do presente, mas assevera a necessidade de

[...] um esforço para não cometermos anacronismos bárbaros como, por exemplo, de fazer uma História da Homossexualidade ou chamar “os gays” no período colonial [...]. Não existia a palavra “gay” no período colonial. Gay é um termo americano que vem do movimento homossexual norte-americano, dos anos 60. Então, precisamos datar essas expressões. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 25).

Albuquerque Júnior, ao dimensionar a insurgência de uma produção historiográfica que opera em contraste com as hegemonias históricas, os universais, as linearidades, inventando um passado outro – e não um outro passado que visasse ser mais verossímil do que outras historiografias –, dá relevo, antes, à relação da escrita da história com o presente, com a constituição de valores e os processos de subjetivação: “A tarefa do historiador é entregar versões da realidade, [...] o que implica amalgamar a experiência do arquivo e o relato. A dimensão política do ofício de historiador é construir narrativamente versões do passado e

entregá-las para o uso público, no presente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019b, p. 209) – e, embora referenciando os historiadores, não obstante, qualquer escrita sobre o passado sob tal prisma habitaria a mesma vala ético-política no labor de um arquivista.

Quando se pensa sobre a escrita e o arquivo, o pesquisador/arquivista põe-se defronte à face do tempo; a questão não haveria de ser outra senão aquela que interroga a possibilidade de contar uma história em vista de seu anacronismo inerente, sem tomar o presente como ponto de chegada – ao contrário, o presente não seria outra coisa senão o ponto de partida. Ou seja, lidar com o arquivo é lidar, no mesmo golpe, com a tragicidade de uma escrita invariavelmente anacrônica, e que convoca palavras já sufocadas, soterradas, sem visibilidade, sem luz, sem clarão, pois naturalizadas: há de lhes dar voz, não as interpretar ou dublá-las, mas fazê-las remontar um passado, uma história.

Diante do risco de tropeçar nas veredas estéreis do problema das formas-escrita do presente, melhor seria, antes, mirar a possibilidade de forjar, na escrita com o arquivo – donde nada está visível de antemão e tampouco oculto –, uma lente extemporânea não para rarear/exacerbar as luzes de um tempo, mas para, quiçá, redimensionar o jogo móvel de luminosidade e sombra que não cessa em variar.

Resistir a uma escrita-representação do passado no presente é manter-se sempre à espreita do que naturaliza e hegemoniza os valores de um tempo, do que permite nomear, significar as coisas; é o que dirá Deleuze em 1986 quando perguntado sobre sua afinidade ao pensamento de Foucault:

Não possuíamos o gosto pelas abstrações, o Uno, o Todo, a Razão, o Sujeito. [...] Era preciso, não remontar aos pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas [...]. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno [...], mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de “a atualidade”. (DELEUZE, 2013, p. 113).

Resistir à representação (à *supra-história*) não é ignorar a nomeação, sua condição de possibilidade e emergência, mas desconfiar; é querer *rachar as coisas, as palavras*. Para uma pesquisa de inspiração arqueogenealógica, pois, é poder se misturar ao arquivo como um arquivista, esquivando-se o quanto for possível de um *anacronismo bárbaro*, não para representar o presente no passado, acachapando-o, mas para reescrever um outro passado possível e fissurar algo no presente; e, no melhor dos casos, se ao pesquisador lhe for concedida a duração suficiente, ver irromper o novo, outra forma, outro jogo veridictivo, a diferença última discursiva, outra problematização, outra *atualidade*..

2.4. Editar o arquivo: pistas de um cinema-pesquisa para uma pesquisa-cinema

Entre a memória, o arquivo e o tempo, irrompe uma condição relacional pela qual aquele que se dispõe a escrever uma história tomando as fontes documentais terá de zelar. Um trabalho de montagem, de construção e reconstrução; um processo de edição, tal como se executa, por exemplo, nas ilhas de montagem e edição das produções fílmicas.

Cabe retomar, agora, aquilo que esta investigação arrogou concernir ao gesto procedimental-cinematográfico que o diretor João Moreira Salles opera em seu último documentário, *No intenso agora* (2017), depois de vivenciar uma guinada procedimental à qual, segundo ele mesmo, inicia-se em seu filme anterior, *Santiago* (2007), momento em que o diretor se introduz como presença explícita em seus filmes.

Para balizar o que aproxima procedimentalmente este trabalho ao gesto de Salles – como também ao de Foucault –, há-se de descrever, mesmo que sumariamente, um pouco do que foi mobilizado pelo diretor no decurso da construção de *No intenso agora*.

Salles, partindo de um modo singular de cinema-pesquisa, arregimenta um volumoso e heterogêneo arquivo de filmagens profissionais e cenas amadoras, embora disponha de uma única imagem filmada por ele próprio, uma tomada da estação *Gaité* (*alegria*, traduzido do francês) do metrô parisiense (FRANCO, 2019). Todo o documentário foi disposto depois de um árduo trabalho de seleção do arquivo para, então, um trabalho não menos fastidioso de conexão e edição dessas imagens para poder sustentar sua questão durante todo o filme: “[...] uma tentativa de entender como uma pessoa chega a perder a capacidade para a alegria” (SALLES apud NUNES, 2018), “[...] uma espécie de ensaio sobre a vida nos momentos em que é vivida na sua máxima intensidade, e sobre o que acontece às pessoas quando esse momento passa” (NUNES, 2018).

O disparador do que viria a ser o documentário foi o conteúdo filmográfico pessoal e amador de sua mãe, Elisa, durante uma viagem dela à China em meio à famigerada Revolução Cultural ocorrida no país, e encontrado por Salles enquanto finalizava seu filme anterior, *Santiago* – outras imagens pessoais também foram usadas, com menor ênfase, mas sempre com algum destaque à sua mãe. “Eu tinha dela apenas as imagens da China e nunca imaginei que usaria mais do que isso. Mas o filme nasce de uma questão biográfica, minha e da minha mãe: a incapacidade de se recuperar uma alegria que já se teve, o medo de que as coisas percam o sentido” (SALLES apud ALPENDRE, 2017).

De modo geral, o filme mobiliza desde imagens do acervo pessoal da família do diretor, quanto diversas imagens de Maio de 1968 na França – televisivas, amadoras e de cineastas,

como também de vários filmes de antes, durante ou depois do maio francês,²⁰ além de outras imagens que dialogavam, em maior ou menor grau, com tais eventos históricos; dentre os quais, filmes amadores feitos durante a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, que pôs fim à Primavera de Praga em agosto de 1968, ou imagens de eventos sociais (enterros, velórios, manifestações) resultantes da morte de estudantes, operários e policiais ocorridos na França, Tchecoslováquia e Brasil durante os eventos do mesmo ano.

Para tanto, tomando de empréstimo os termos de Aquino (2019), em um primeiro momento, pode-se dizer que o Salles, com os montadores Eduardo Escorel e Laís Lifschitz, fazem o que o professor chamaria, primeiro, de *arquivamento* – termo esse que, com o outro (*arquivização*), dá contorno a um modo possível de fazer pesquisa com o arquivo e, não por acaso, foi criado justamente partindo da sua mirada ao *modus faciendi* do diretor em *Santiago* e *No intenso agora*:

O termo montagem define exatamente a operação do arquivamento: atividade avizinhada a um quebra-cabeça ou, em alguma medida, a um caleidoscópio. O processo inicia-se com o manuseio de um amplo conjunto de documentos e, em seguida, de classificações dos enunciados, a fim de que seja possível isolar peças-chave e elementos adjacentes, com vistas à proposição de um mapa dos discursos que foram possíveis em uma dada época e em um local específico. (AQUINO, 2019, p. 111-112).

Em uma entrevista, a comontadora Laís Lifschitz, quando perguntada sobre sua participação no processo de pesquisa das imagens, relata sua lida com parte do arquivo e oferece um belo paralelo à labuta do que se chama, aqui, de montagem ou *arquivamento*:

A primeira coisa que João [Moreira Salles] fez foi ler praticamente tudo o que foi escrito sobre Maio de 68. A partir dessas leituras, ele conheceu algumas situações que haviam sido filmadas, que estavam descritas nos livros [...]. A gente teve acesso a quase todos os filmes que foram feitos em 1968. Junto a isso, tinha o material da China, que João encontrou quando estava fazendo *Santiago*, um material que faz parte do acervo do Instituto Moreira Salles. E também algumas coisas oficiais de pronunciamentos, essas imagens de televisão. Eu diria quase com certeza que o INA [Instituto Nacional de Audiovisual francês] foi o acervo do qual usamos mais materiais, um arquivo gigantesco da França. E tinha a separação desse material. Foi preciso fazer uma planilha monstruosa com não sei quantos milhões de linhas, especificando por exemplo de onde vem cada coisa, um processo que fiz sozinha [...]. (LIFSCHITZ apud FRANCO, 2019, p. 119-120).

Pelo modo aqui compreendido, todo o processo de *arquivamento* só se relaciona com a criação de uma pergunta propriamente, seja a de um documentário, seja a de uma tese etc. Ou

²⁰ Entre os quais um filme feito em 1967 sobre a greve dos operários e estaleiros intitulado *Primeiro de maio em Saint-Nazaire*, de Hubert Knapp e Marcel Trillat, e também *Noites longas e manhãs breves* (1978), de William Klein, e ainda *Morrer aos trinta anos*, de Roman Goupil, além de *Sáida dos operários da fábrica* (1895), dos irmãos Lumière. (FRANCO, 2019, p. 13).

seja, apenas depois de um sistemático ordenamento das fontes é que se poderia entrever, tomando certa distância dele, e partindo de uma mirada extemporânea ou mesmo descontextualizada do arquivamento, uma questão que possa tramar todo o arquivo. Ao que Salles, sobre isso, oferta outro paralelo:

Naquela altura [após encontrar as filmagens da viagem da mãe à China] eu já tinha começado a pensar no filme, que então era só sobre a minha mãe e sobre a Revolução Cultural. Lendo sobre a China, começaram a aparecer-me relatos dos jovens maoístas franceses que por lá passaram no mesmo período. Um deles foi o Robert Linhart, que passa pela China poucos meses antes da minha mãe e sente um encantamento que me chamou muito a atenção. Por conta disso, acabei por ir ler o Linhart sobre a experiência dele em 1968, e depois as memórias de outras pessoas – trotskistas, como o Alain Krivine, o Daniel Bensaïd, anarquistas, como Cohn-Bendit e outros. E então dei-me conta de que – em todos eles – existe essa questão: aquilo foi tão poderoso, como se pode viver depois disso? Foi aí que a conexão se fez – uma conexão que não é política, mas que é, digamos, “existencial”. As coisas foram-se juntando de maneira muito intuitiva, sem muita certeza de que fosse possível transformar isso em filme. (SALLES apud NUNES, 2018).

Desse modo é que Salles consegue costurar aquelas imagens-arquivo aprioristicamente desbaratadas e tramar uma pergunta que as mobilizassem. Contudo, claro está, tal costura entre (e dos) arquivos não está dada de antemão à própria lida com eles; algo com que Salles corrobora quando afirma que “[...] a ideia deste filme não precedeu o trabalho de fazê-lo. Aconteceu o contrário. Foi só ao entrar na ilha de edição que o filme foi tomando forma, quase como uma secreção do trabalho de montagem” (SALLES apud FONSECA, 2017).

Avizinhando-o, quem sabe, à forma de escrita da história foucaultiana, destaca-se que o diretor, antes, cria uma *tipologia* dos documentaristas, categorizando-os em dois grupos: os que trabalham com mapas e os sem mapas. Os primeiros “[...] já sabem qual o caminho antes de sair e vão para o mundo já sabendo mais ou menos o que o mundo pode dar. Colhem as imagens que confirmam aquilo que sabem de antemão”. Por outro lado, “[...] têm aqueles que saem sem mapa, no sentido de que tudo que acontece pode servir ou não, cabe escolher, embora estejam sujeitos a surpresas” (SALLES, 2011, p. 5).

Salles, ao menos desde de *Santiago*, parece pender mais ao segundo grupo. De qualquer forma, o diretor não diz outra coisa salvo de seu embate com o arquivo durante o processo de arquivamento: quando a mirada derivada da relação com o arquivo passa a espreitar os limites inerentes a cada conjunto de imagens, seus pontos cegos, suas lacunas, é o momento em que o editor/arquivista se vê obrigado a, ora revisitar seu próprio argumento temático, ora a costurar o arquivo de tal modo que suas lacunas sejam preenchidas, no mínimo, pelas linhas próprias da sutura/tessitura, linhas menos correlatas à sua dimensão física – ou seja, a de uma simples junção do arquivo – e mais à sua funcionalidade no trato da trama arquivística, que pode ser

desde aquilo que faz perpassar pelo arquivo o *leitmotiv* problematológico, e/ou aquilo que tangencia as descontinuidades inerentes a qualquer discurso e, por sua vez, às lacunas do arquivo.

As linhas de uma costura, no caso do filme de Salles, talvez sejam tudo aquilo que, a partir de sua experimentação arquivística, preencheu os espaços entre as filmagens da viagem da mãe à China até Maio de 1968: imagens, textos, narrativas etc. Daí que, na perspectiva do processo de edição/montagem, todo o processo de tecelagem, já se estaria, de sobressalto, logrando aquilo que Aquino chama de *arquivização*:

A operação de arquivização assemelhar-se-ia analogicamente à composição de um thriller policial, na medida em que as evidências não estão ocultas, embora não sejam imediatamente aparentes às lentes daquele que as observa. Isso porque o quebra-cabeça arquivístico é composto não apenas por imagens desconexas, mas sobretudo por peças faltantes. Será preciso, então, recriá-las por meio da imaginação analítica. (AQUINO, 2019a, p. 220).

É na esteira da díade imaginação-montagem atrelada ao procedimento analítico de Didi-Huberman e do modo singular com que Foucault opera o arquivo em seus cursos derradeiros que Aquino arroga ao gesto arquivístico a imprescindibilidade de uma operatividade sincrônica entre montagem/imaginação e arquivamento/arquivização: “Assim, se a obstinação documentária constitui a marca fundamental da prática do arquivamento, a imaginação recriadora o é da arquivização” (AQUINO, 2019a, p. 221).

No que respeita novamente ao *No intenso agora*, Lifschitz propicia um prático exemplo daquilo a que se chamou *arquivização*, embora tal distinção seja meramente didática, tal qual se entende, aqui, o processo da lida com o arquivo:

Quando a gente começou a criar a estrutura do filme, elaborar conexões entre materiais tão diversos – o que era uma coisa difícil, pensar como a gente conectaria coisas tão diferentes, de lugares tão diferentes, que querem dizer coisas tão diferentes. [...] Porque queríamos que o espectador fizesse um pouco o processo que a gente fez, de ver uma coisa pela primeira vez e, a princípio, não ter uma identificação direta ou impressão qualquer sobre ela e depois de ver um monte de outras coisas, ela aparecer de novo, ganhando nesse processo um outro sentido. Até que chegamos nessa estrutura onde a primeira parte é o surgimento do Maio de 68, essa alegria, essa efusividade e intensidade máxima, total, e que a segunda parte seria o que aconteceu a partir daí, quando tudo serenou, o que aconteceu com essas pessoas, o que elas sentiram, onde elas estão. (LIFSCHITZ apud FRANCO, 2019, p. 119-121).

Tal operatividade conjugada – a *montagem-imaginação e arquivamento-arquivização* – teria por finalidade evidenciar as lutas, os enfrentamentos e mesmo as incongruências pelas quais toda história é forjada. Talvez seja possível, pois, avizinhar o modo de fazer documentário de Salles ao modo que esta pesquisa, ladeada pelo gesto procedimental de Foucault, entende por uma escrita, por uma história de inspiração genealógica.

Não sou historiador e nem vivi o período. Não me sentiria autorizado a fazer um filme sobre 68 – já são tantos, por que mais um? – se não fosse por essa perspectiva familiar, por essa mirada desde a porta de casa, por assim dizer. Não sei bem o que é o passado simbólico, mas se ele for esse amálgama de mitos que o tempo fez chegar até nós, então confesso que tenho interesse em oferecer contranarrativas que possam devolver vitalidade a uma história que, ao menos em parte, está cristalizada em nossa cabeça. Tirar as estátuas do pedestal às vezes é bacana. (SALLES apud FONSECA, 2017).

Quando Salles explica o que o autorizou a se aproximar de 1968, por exemplo, traça-se um paralelo com o intento desta pesquisa, cuja coincidência temática com o ano afamado erige ainda mais sua vizinhança. Este trabalho, na esteira mesma de Salles, diga-se, tampouco trata da morte do *homem*, ou quer entrar no jogo veridictivo do presumido nascimento do novo *homem*; sequer trata dos marcos histórico-culturais, como 1968, o fim do século XX com seus incontestes avanços bio/tecnológicos e, menos ainda, intenta outorgar outro diagnóstico ou prognóstico sobre o *homem* e a sociedade – *já são tantos, por que mais um?* Trata-se, sim, de acostrar os discursos proferidos pelo próprio *homem* ao designar ou vaticinar sobre o que seria seu respectivo desenho em um momento-presente ou o esboço futuro de si mesmo.

Se é certo que Salles logra um modo singular de cinema-pesquisa, o é porque ele catalisa todo o questionamento sobre a lida com um acontecimento passado que, visto do futuro (do pretérito), faz-se tornar uma questão de seu próprio tempo, tal como quer Aquino quando afere que

O processo de análise do material parte de uma problematização do presente para arguir o passado, tomando a história como um âmbito de rupturas e descontinuidades, no rastro do qual se poderia estimar a emergência de tais problemas como uma irrupção, uma cisão arbitrária, a inauguração de um valor. (AQUINO, 2019, p. 111).

Nesse caso, como se viu, uma *problematização* difere de uma verve ou um afã que supõe a necessidade de solenizar o próprio presente avocando-lhe a instauração do novo – da mais nova forma-subjetiva ou social; ao contrário, problematizar, aqui, comporta o sentido de forjar problemas para as respostas por vir, a serem faturadas no futuro, com o devido distanciamento, pelas gerações vindouras. Eis o ciclo infundável e trágico: sempre que se mapeiam as problematizações do passado para responder a uma questão do presente, instantaneamente já se produzem, também, outras problematizações do próprio tempo a serem recuperadas, quem sabe, noutro tempo: por que aquilo se constituía como uma questão naquele tempo – perguntar-se-iam os genealogistas do futuro – ao passo que tal interrogação se tornará, quem sabe, uma nova problematização.

Ao implicar um arquivo heterogêneo de imagens do passado, Salles evoca, mobilizado por uma questão do presente, uma mirada para trás, mas em movimento, sempre. De todo modo,

como já indicado aqui, não seria, *a priori*, pela tônica existencial-desalentada de Salles à forja de sua resposta que esta pesquisa buscaria a sua, salvo se o arquivo assim o sinalizasse. Em comum, porém, há o intento analítico de vasculhar, nos arquivos do passado, as condições para a forja de uma resposta para uma questão que só pôde ser problematizada no presente à guisa das marcas de um acontecimento que sobrevoou e cortou o tempo pelas fontes já reunidas e montadas como arquivo.

Destarte, para balizar a própria questão desta investigação, pode-se tomar de empréstimo a cara questão de Veyne que interroga “[...] o que somos nós mesmos, nós os modernos?”, não sem antes interrogar, ainda com o historiador “Quais são os nossos discursos sobre os diversos objetos que compõem nossa atualidade?” (VEYNE, 2011, p. 156), mas não sem antes – o que pode ser considerada a pergunta cabal de uma pesquisa que tem nos processos de subjetivação contemporâneos seu matiz primevo. Em outras palavras, em vez de perguntar *o que somos nós*, perguntar-se-á sobre o que aprendemos, no presente, acerca da nossa própria história, acerca dos discursos do passado sobre nós mesmos e de que modo nos representamos na atualidade.

Para tanto, é preciso, antes ainda, atentar-se à resposta ofertada pelo historiador aos questionamentos acima expostos, caso o esforço e o intento seja o de aproximar o gesto procedimental foucaultiano àquele que, aqui, intenta-se tornar tangível:

Somente o saberão aqueles que, um dia, nos acharão diferentes deles próprios: eles saberão o que havia sido nossa modernidade; nós mesmos não podemos prever “por antecipação a figura que teremos no futuro”. Podemos, contudo, entrever, se não o que somos, ao menos, o que acabamos de deixar de ser. (VEYNE, 2011, p. 156).

Uma história que quer interrogar as problematizações do passado para forjar seu próprio problema será sempre uma história do que *deixamos de ser* – uma história das diferenças, como quer Veyne –, que é o único o que se pode almejar e lograr no tempo-presente, quando em face da excessiva luminosidade da atualidade, e nunca responder o que somos ou o que seremos.

O que este trabalho visa lograr é uma espécie de inventário topológico tanto da movência das empiricidades da forma-*homem* quanto das performances ocasionadas pela lida do *homem* em face do seu futuro, suas projeções de porvir quando diante de eventos considerados, em algum grau, atribulados; para assim, quem sabe, com base na conjectura de que o intervalo temporal do estudo é circunscrito por dois acontecimentos potencialmente disruptivos, dar a ver os traços ou os sinais de uma diferença última no discurso do *homem* sobre si mesmo no decurso temporal, aquilo que indicaria alguma mutação subjetiva, que delimitaria o que já se estava deixando de ser.

No limite, intenta-se mapear e acessar as supostas atualizações na ordem discursiva que comporta os jogos de veridicção/subjetivação em torno de determinadas racionalidades enraizadas nos enunciados do passado cujos nexos cognitivos já não circulam ou operam na atualidade – ou, ao menos, que já estejam arrefecendo –, mas que comporta parte das marcas das performatividades que se imprimiu na pele do *homem*, sinalizando o que já deixamos ou estaríamos deixando de ser.

Assim, no melhor dos cenários, poder-se-ia dar visibilidade, na atualidade, às racionalidades que tendem perenemente a se cristalizar nos enunciados diagnósticos e prognósticos que não cessam de querer responder o que somos ou seremos, para, quiçá, ou franquear a saliência de uma (nova) metanarrativa sobre nós mesmos que opera colonizando o porvir, ou semear, ao menos, mais uma problematização passível de ser tomada como arquivo em um tempo pósteros.

Ainda à guisa de pormenorizar a relação estético-procedimental entre acontecimento tomado como arquivo e o próprio gesto arquivístico tão cara a esta pesquisa, vale destacar um excerto de Farge sobre a escrita da história: “Em face do acontecimento encontrado, ou relatado, está diante de uma ausência de ordem. [...] sua estrutura, percebida através dos textos, dos testemunhos ou das imagens, é já em si uma colocação em relação” (FARGE, 2011, p. 71); não como *um dado nem um clichê fotográfico*, como salienta Farge, contudo. Afinal, da própria estrutura do acontecimento espera-se uma “[...] maneira de sobrevir, de ser transmitida, oferecida e depois falada e projetada no porvir [pois] faz parte de sua existência e dissemina à sua volta uma infinidade de sentidos, pouco fáceis de demarcar” (FARGE, 2011, p. 719); ou seja, menos uma relação estático-fotográfica com o acontecimento-arquivo, mas uma comunhão movente a cortar o fluxo temporal.

Tomando de empréstimo os termos dos audiovisuais já tão reputados aqui, ter-se-ia que, polaroide, como substantivo masculino significa, em seu sentido léxico, “[...] uma folha transparente que polariza a luz que a atravessa” (HOUAISS, [s.d.]), ou seja, diz de algo que inscreve, em sua superfície, sua relação com o binômio luz e sombra.

Em seu texto *A vida dos homens infames*, viu-se que Foucault chama de *clarão* a própria estilística de inscrição, se se pode chamar assim, das relações de poder: do encontro com tal clarão, com os feixes luminosos do poder, foi que algumas existências, então paisagens e tão somente, puderam se polarizar na história; *existências-clarão*, pelas palavras do pensador. As

polaroides, por isso, poderiam ser pensados como aqueles documentos sobre os quais o pensador francês se debruçou no famigerado texto; um polaroide, forçando o paralelo, seria uma *lettres de cachet* antes ainda do encontro com Foucault, talvez.

Clarão, feixes luminosos do poder; relações de poder não dizem só do que faz cessar, que reprime, mas do próprio jogo de luz e sombra: se um clarão pode iluminar e circunscrever uma existência, também faz ficar, simultaneamente, no breu tudo o que ficou na margem exterior ao contorno do diâmetro luminoso – algo sempre escapa do holofote luminoso, mas não da relação: tão necessário quanto a luz para compor a inscrição em um polaroide, também o é a sombra para polarizar a intensidade de luz, muito embora nem sempre as relações de poder ou os jogos de veridicção tornem tais processos visíveis ou dizíveis

A cada *homem infame*, a cada existência-clarão, quantos outros não passaram incólumes de qualquer inscrição, mesmo depois do encontro com os feixes de luz? Quantos não vaguearam, toda uma vida, se não só pelas sombras, ao menos não polarizados pelos dispositivos de poder/saber de um tempo? Nenhuma existência escapa do jogo de luz e sombra; não obstante, algumas apenas não têm o mesmo suporte de inscrição de uma polaroide.

Um *frame*, por sua vez, palavra de origem inglesa, significa um quadro, uma moldura (MICHAELIS, 2022b); mas em sua operatividade, com base na maneira em que lhe fora atribuída pelo audiovisual, um *frame* se torna indissociável de outro *frame*: não há um único *frame* senão por representação, ele não existe *per se*, e, caso separado dos outros em uma série filmográfica, não se poderá dizer que aquilo ainda seja um filme ou parte de um, embora seja possível (re)imputá-lo como uma imagem estática. O *frame* só o é dentro de uma série de outros *frames*.

À forja de um paralelismo com a noção de processos de subjetivação foucaultiana, o sujeito seria aquilo que se vê quando se pausa/congela a imagem-movimento de um filme, e tão somente. Mas enquanto se captura e se contempla a imagem paralisada de tal ou qual *frame* – ou, por sua vez, enquanto se nomeia/taxidermiza um sujeito –, sua representação só é possível em suspensão (como quando se faz da vida/história um filme pausado), pois a ação do tempo não cessará o caráter serial inerente ao *frame*. O sujeito só o é como a imagem-*frame* de uma série-movimento congelada; existências-*frame*, por assim dizer – talvez, esse seja o momento mais oportuno para acessar o modo que Foucault equipara sua concepção de história e temporalidade: “A história não é [...] uma duração”, na medida em que o tempo da história não porta uma evolução linear perfilando os acontecimentos, mas “uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (FOUCAULT, 2000c, p. 293).

Polaroide, substantivo feminino, é o nome dado à máquina fotográfica afamada pela característica ímpar à época de revelar, no ato, uma fotografia; de polarizar um instantâneo – *instantâneo*, inclusive, foi como ficaram conhecidas as fotografias reveladas pelas máquinas Polaroides.

Um instantâneo já supõe um tratamento de luz e sombra, da luz que atravessa, do encontro com o clarão, tal como o polaroide; mas, diferentemente daquele, um instantâneo carrega consigo a insigne de um registro e de uma inscrição, resultante, por sua vez, da ação de uma máquina: como exemplo, se um polaroide poderia se equivaler às *lettres de cachet* antes do encontro com Foucault, um instantâneo de uma Polaroides, então, seria como as mesmas *lettres de cachet* depois do encontro. Vale ressaltar, ainda, que um instantâneo não é o mesmo que um *frame* e, menos ainda, que *frames*-movimento. Um polaroide torna-se um instantâneo somente se e depois do trato de uma máquina.

Aquino (2020), pois, propiciara, aqui, o acesso ao funcionamento de uma engrenagem composta por polaroides, instantâneos e *frames*, destrinchando-a em três estratos conectados: primeiro, a necessidade de se atentar para quais forças obedecem às polarizações possíveis em cada tempo; o que regem as intensidades de luz e sombra polarizadas em cada um dos polaroides/instantâneos.

Segundo, propõe eleger e organizar, partindo de determinado problema, os polaroides e instantâneos que resistiram ao tempo e cujo jogo de luz e sombra ali polarizados, supõe-se, já pouco se parecem com os polaroides e instantâneos coetâneos a nós; ambos não são outra coisa senão fontes, e quanto mais desbotados eles estiverem, mais resquícius problematológicos eles portarão, por inerência a seu estatuto; e quanto mais camadas problematológicas, mais nos avizinharemos, quem sabe, de nossos próprios problemas polarizados em instantâneos atuais, de nossa própria existência-*frame*.

Terceiro, talhar os polaroides e instantâneos até se tornarem *frames*; eles não o são de antemão e não basta apenas perfilá-los; fazê-lo assim, perfilando polaroides e instantâneos, seria como contar uma história linearizando passado e presente. Ao contrário, a aposta/desafio é gerar movimento às fontes: entre um polaroide e outro, entre um instantâneo e outro, entre um polaroide e um instantâneo, há sempre uma vacância: não se pode filmar sem forjar *frames* para habitar os entremeios e entretempos dos polaroides e instantâneos – que também serão, ao fim do processo de edição, não mais que *frames* –, mas não para simplesmente preencher, costurar continuidades – afinal, nada falta às lacunas de um arquivo –, mas para, com os *frames*, fazer performar o movimento que desestabilizaria o caráter estático associado aos

polaroides/instantâneos, sedimentando, destarte, o jogo de luz e sombra a eles imanente, ao passo que, oxalá, tudo não seja outra coisa senão *frames* em movimento.

Doravante, depois de tanto, poder-se-ia inverter a ordem, e propor, aqui, uma pesquisa-cinema, mas ainda à guisa de um cinema-pesquisa. O arquivo pode ser como fotografias, aquelas tais da captura imagética depois da intensidade luminosa do *flash*, o que não é outra coisa senão o encontro do clarão das relações de poder, como se pôde ver. Uma pesquisa de inspiração arqueogenealógica, contudo, há de fazer operar a tais instantâneos uma movência, uma pesquisa-cinema, como a de um filme, de tal modo que só reste do arquivo não mais uma matéria-fotografia, mas uma existência-*frame* serializada.

2.5. Arquivo, arquivista, arqueogenealogista

Arquivo é algo que se movimenta, invisível e silenciosamente entre práticas, ideias e palavras que parecem ser a mesma coisa, sinônimas, mas não são. Antes, arquivo não o é *per se*: ele supõe um gesto, um arquivista, sua relação com. “O arquivo supõe o arquivista; uma mão que coleciona e classifica” (FARGE, 2017, p. 11).

O arquivo não existe sem a mão do arquivista que o inventariaria e, tampouco, antes de um acontecimento – “[...] um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão: é através dos farrapos de sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele [...]” (FARGE, 2011, p. 71) – a ser problematizado; se *o mais profundo é a pele*, como diria Deleuze, serão as marcas dos acontecimentos na superfície do próprio corpo do arquivista que o farão forjar seu problema, lançando-o em um gesto de espreita das práticas, ideias e palavras a ele coetâneas, todas elas superfícies também marcadas, noutra tempo contudo, no passado, pelos mortos.

Acontece que tal indissociação arquivo/arquivista tem como condição primeva uma relação maltrapilha; o arquivista há de saber de antemão que, ao convocar o arquivo, lidará com materialidades carcomidas, farrapos do tempo – “Palavras, palavras deslocadas e mutiladas, palavras de outros [...] a pobre esmola que lhe deixaram as horas e os séculos” (BORGES, 2008, p. 25). Tal como o tema da estatuária ora aventado pela pena de Aquino, as estátuas, embora imbuídas da finalidade última de preservar a memória, manter acesa sua brasa, invariavelmente sofrerão modificações no decurso do tempo, seja pela inclemência da natureza, seja pelos humores humanos (AQUINO, 2019, p. 118); ao arquivo, submete-se algo análogo: “O próprio do arquivo é a lacuna, sua natureza lacunar. [...] frequentemente, as lacunas são resultado de

censuras deliberadas ou inconscientes, de destruições, de agressões, de autos de fé” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 211).

Mas, se em cada tempo-passado, da superfície de inscrição dos enunciados, nada se oculta quando do labor do arquivista, então o mais profundo será o arquivo, de modo que suas lacunas não farão falta: nada falta às lacunas de um arquivo e, muito embora ao arquivista seja facultado não mais do que *farrapos, lacunas, palavras mutiladas*, pesquisar com o arquivo, em relação, supõe imputar-se de historiar em face da própria fragmentação e dispersão a ele inerente, pois de daí reside parte da potência criativa laboral: o ato da montagem, da edição, da colagem.

Tal liame arquivo/arquivista não seria, sobremaneira, da ordem de um sujeito (arquivista) com seu objeto (arquivo), mas só uma relação entre marcas, de inscrições problematológicas em temporalidades distintas. Daí que o problema do arquivista o fará movimentar e arregimentar um arquivo, ao passo que ele mesmo será deslocado quando mobilizado/implicado pelo arquivo; de bussolar, restaria ao arquivista suas próprias marcas como ponto de partida, nunca de chegada. Daí que, com o arquivo – nem sempre visível de pronto, mas nunca oculto –, o arquivista forjará visibilidades na própria topografia da superfície de inscrição, por assim dizer. Daí que, tão silencioso quanto o movimento do arquivo, o arquivista haverá de se fazer todo ouvido para auscultar o (quase) inaudível zumbido que ressoa das práticas, ideias e palavras legatárias dos mortos; o arquivista, em relação com as marcas do passado, passará a ouvir e ver coisas que ninguém mais vê; *a priori*, sua opção, única, será acreditar, de bom grado, em fantasmas.

O gesto de espreita e ausculta dos vestígios incrustados haverá de ser aguçado: práticas, ideias e palavras até podem soar semelhantes e, distraidamente no cotidiano, ser aplicadas em um mesmo contexto; mas, se bem logrado, esse mesmo gesto permitirá entrever que entre uma e outra há guardadas diferenças sensíveis, deslocamentos pequenos que alteram toda a regra do jogo. Restará acostrar, inventar, inventariar esse matiz lacunar próprio do arquivo para cumprir o papel, então, de arqueogenealogista: tramar-se-á o ponto de irrupção operativa de outras regras – de outro jogo, quem sabe –; afiliar-se-ão tanto seus embates e suas condições de possibilidade, quanto suas descontinuidades; demarcar-se-á o que já não se é, o que se deixou de ser.

E eis que o arqueogenealogista poderá escrever, oxalá, uma história dos entrelugares de coisas avizinhas, contanto que na passada do giro dos pesos e contrapesos de um relógio que marcam a imperceptível passagem entre um instante e outro, possibilitando entrever as diferenças sutis, que até soam naturais, mas que inscrevem, no corpo, marcas culturais

potencialmente singulares. E, se sim – da escrita –, o arqueogenealogista, *a posteriori*, pudera fazer reencarnar, em palavras, os fantasmas que só a ele assombravam; se sim, ético-politicamente, o arqueogenealogista houvera emprenhado uma história intensamente dissonante em contraste, ora ao silêncio, ora ao coro uníssono que já não constrangiam seu próprio tempo.

3. O SEMANÁRIO, O *HOMEM*, O TEMPO: TENSIONAMENTOS E ATUALIZAÇÕES

1) *Instalaram-se em amplos salões, muito limpos e iluminados por luz fluorescente, construíram-se pátios de estacionamento, desenvolveram-se tanto que acham necessário entrar agora nos bairros pobres e nas cidades médias e pequenas. E estão vencendo um problema que havia no passado: os fregueses eram tímidos e pareciam ter vergonha de enfrentar a sofisticação do ambiente. Os proprietários [...] notaram, logo após a inauguração, que os moradores do lugar olhavam desconfiados para a roleta da porta de entrada. Era preciso pagar ingresso? A roleta foi eliminada e os mais corajosos começaram a penetrar na loja enorme [...]. Muitos, porém, ficavam parados diante dos balcões, encantados com o suave fundo musical, esperando que alguém viesse servi-los.*

2) *O Professor, geneticista [...] sabe que o futuro nasceu e caminha rápido. “Hoje não se pode dizer o que é um futuro longínquo. As conquistas da ciência nuclear pareceram por demais remotas para um homem de trinta anos atrás. O mesmo pode acontecer no campo da Biologia e da Genética.” [...] Hoje, uma máquina chamada “esqueleto externo” transforma um homem qualquer, franzino, fraco, [...] capaz de levantar com as mãos uma tonelada de granito, segurá-la sobre a cabeça e sair correndo pela rua com sua estranha carga. O esqueleto externo, ou “amplificador do homem”, é uma espécie de roupa de braceletes de couro e peças e articulações de metal, acionadas por um pequeno motor hidráulico, que está sendo desenvolvido no Laboratório de Cornell, perto de Nova York. O homem, assim, passa a ser, literalmente, uma peça de uma máquina, que combina a flexibilidade dos movimentos do ser humano com a força que um homem não pode ter. [...] O homem moderno aceitou a ambição eletrônica como um dos caminhos do futuro conjunto do homem e da máquina.*

3) *“A língua pátria está agonizante.” [...] Manipulada à vontade, comprometida em sua clareza por metonímias e elipses, conspurcada por catacrezes e anacolutos, submetida a desvarios retóricos e a efeitos artificiais, a linguagem passa a funcionar apenas como disfarce. [...] “As linguagens técnico-científicas e seus usuários estão a todo momento preservando o poder que representam, daí seu hermetismo intencional.” [...] “É uma subjetividade dissimulada pela objetividade que tais manipulações de linguagem sugerem”. [...] “Seremos um mundo de mudos e idiotas?”, indagou, preocupada com as cifras oficiais, uma prestigiosa revista [...]. Outros se perguntam que linguagem estarão falando as futuras gerações.*

Os excertos acima não são, por exemplo, o relato de uma malfadada estratégia empreendedora de marketing; o anúncio de um próspero experimento ciborgue; ou a denúncia de uma nova técnica de programação neurolinguística. Decerto, somente uma mirada preñe de valores do próprio tempo, coetânea, quiçá, à desta pesquisa, tornaria possível tais divagações. Afinal, alguns desses termos nem sequer corresponderiam semanticamente aos da época; prevaricação anacrônica, no mínimo.

Aparentemente dispersos, todos são excertos extraídos de reportagens da mídia impressa brasileira entre 1968 e 1975, que noticiavam, respectivamente, a implementação de uma nova metodologia de disposição dos produtos alimentícios importados dos supermercados estadunidenses em 1968; o avanço do campo da ciência tecnológica na esteira das viagens espaciais comuns no fim da década de 1960; e uma aparente crise pela qual passava a língua portuguesa tal como era falada em território brasileiro em 1975, suscitando debates de várias frentes. As reportagens foram publicadas na revista *Veja* (1968c; 1969a; 1975i), cuja edição inaugural data de 11 de setembro de 1968 e se mantém até os dias atuais. Tais excertos exemplificam, antes de tudo, aquilo a que se chamou aqui de diagnósticos-prognósticos sobre o *homem* e a sociedade.

Em vista do que propõe esta pesquisa, viu-se com Aquino, Deleuze, Foucault, Salles, Veyne etc.– muito pelas noções de arquivo e de história aqui aventadas –, no que tange ao processo de formar o *corpus* do arquivo para um problema de pesquisa, que, *a priori*, não se confere primazia alguma a determinado gênero discursivo. Isso quer dizer que importa pouco a fonte dos enunciados – quem enuncia, de onde etc. –, contanto que, ao pesquisador, não lhe escape da vista que o processo de arregimentar a(s) fonte(s) do arquivo compete dar conta do problema da pesquisa; que há certa indissociabilidade entre o problema da pesquisa e a escolha da fonte: um determinado problema pode mobilizar uma fonte, e vice-versa, e a fonte – no processo de arquivamento e arquivização –, pode equacionar deslocamentos ao problema inicial. Tão importante quanto a constituição de um campo problemático de pesquisa, pois, é a mobilização de um arquivo que o subsidie – e a recíproca é verdadeira.

3.1. Revista *Veja*, caixa de ressonância dos diagnósticos-prognósticos

A escolha da revista *Veja* como fonte desta pesquisa deve-se, em boa medida, à sua longevidade, sendo o periódico semanal brasileiro mais antigo ainda em publicação, além de ser a revista que, alguns anos depois de sua inauguração no fim de 1968 – mesmo com vários percalços –, tornou-se o semanário nacional mais importante já nos idos da década de 1970

(CASADEI, 2013). Vale destacar, ainda, a informação contida na pesquisa de França (2001) que coaduna a tiragem da revista com o número de leitores: “*Veja* é a revista mais vendida e mais lida no Brasil. Trata-se da única revista semanal de informação no mundo a desfrutar de tal situação. Em outros países, revistas de informação têm grandes tiragens, mas nenhuma é a mais vendida de seu país” (FRANÇA, 2011, p. 64-65).

Daí, pode-se constatar que *Veja* conquistou e goza, até os dias atuais, de hegemonia entre as revistas de informação no país. Longevidade e hegemonia são predicados importantes para uma pesquisa que tem suas reportagens de capa como objeto de análise – mas não as únicas nem as principais, como se verá.

Segundo algumas pesquisas que, do mesmo modo, usaram a revista *Veja* – ou (ou mais de um) outro semanário, outras mídias impressas etc. – como fonte/objeto de análise,²¹ pode-se verificar, por exemplo, que a mídia impressa em geral vem sendo frequentemente mais empregada nas pesquisas acadêmicas, a ponto de, segundo Ricardo Filho, propiciar reflexões [...] “sobre o papel dos jornais e revistas tanto quanto sobre as formas como as informações são difundidas, as fontes para a produção das notícias e a formação dos jornalistas que produzem essas matérias [...]” (RICARDO FILHO, 2005, p. 26). Tais reflexões, ainda conforme o autor – cuja pesquisa se valeu da *Veja* para analisar o campo educacional –, ativeram-se ao estatuto documental da fonte das pesquisas que, pouco a pouco, passou a dividir o espaço dantes tomado majoritariamente pelos periódicos especializados e pelos *cânones acadêmicos*, com *os produtos da cultura da mídia*. (RICARDO FILHO, 2005, p. 26). Tal dilatação do escopo documental pareceu particularmente proveitosa para Ricardo Filho para o logro da própria pesquisa.

A ampliação do conceito de documento, com a incorporação dos produtos dos meios de comunicação de massa, se mostrou profícua em relação às reflexões realizadas acerca da redefinição do campo educacional, tornando-se, assim, uma das fontes utilizadas nesta pesquisa [...]. (RICARDO FILHO, 2005, p. 26).

Algumas dessas pesquisas que tematizam a própria história e noções da mídia impressa (além do campo da Comunicação de mídia em geral),²² lançando mão de conceitos próprios do campo, distinguiram os impressos semanários (revistas) dos diários (jornais), duas das quais vale a pena mencionar adiante.

²¹ O levantamento foi feito junto ao Banco de Teses e Dissertações da Capes e à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Para a busca, usou-se como palavra-chave principal “*revista Veja*” ou “*mídia impressa/impresso*” (somada ora com subjetividade/subjetivação, ora com *história*), delimitando-a ao campo do título e ao resumo das pesquisas.

²² Para um dos maiores dados quanto à diversidade de áreas ou campos de conhecimento que usam a revista *Veja* como fonte de pesquisa, consultar as páginas 26 e 27 da dissertação de Alaina Alves (2015).

Cibelia Pires (2018) difere o jornalismo de revista daquele praticado pelo impresso diário pela perspectiva do tempo. A revista pode contextualizar e aprofundar a notícia, ser mais analítica e menos factual, ao passo que os jornais, cuja essência está na velocidade das informações, focam mais no relato factual da notícia; ou seja, enquanto o jornal retém a notícia da informação, a revista semanal visa transformar a notícia em informação (PIRES, 2018). Pela mesma trilha, Silvestri ressalta a efemeridade de um jornal, cuja função de noticiar os fatos do dia já o invalidam para o subsequente: “[...] aparece para desaparecer. Envelhecimento precoce da informação que só pode durar de acordo com o ritmo do tempo que a própria mídia impõe, que varia de veículo para veículo” (SILVESTRI, 2007, p. 19).

A segunda distinção salienta o formato do impresso.

Um ponto que diferencia visivelmente a revista dos outros meios de comunicação impressa é o seu formato. Ela é fácil de carregar, de guardar, de colocar numa estante e colecionar. Não suja as mãos como os jornais, cabe na mochila e disfarçada dentro de um caderno na hora da aula. Seu papel e impressão também garantem uma qualidade de leitura – do texto e imagem – invejável. (SCALZO, 2004, p. 39).

Essa característica material e espacial pode implicar uma incomensurável inserção social das revistas, haja vista a facilidade de esta ser veiculada, armazenada, acessada e lida não apenas por quem a compra ou a assina. Ademais, considerando ainda a capa dos semanários e os textos nessa contidos, sabe-se que sua profusão é acrescida por quem a olha:

São imagens e manchetes às quais é impossível ficar indiferente, dada a sua onipresença nas bancas e em variados locais, como salas de espera, salões de beleza, barbearias e outros espaços públicos: mesmo quem não a lê, tem a oportunidade de visualizar sua capa. (FRANÇA, 2011, p. 65).

Ademais, boa parte das pesquisas consultadas (ALVES, 2015; CASADEI, 2013; MACHADO, 2017; MILANEZ, 2006; OLIVEIRA, 2015; PIRES, 2018; RICARDO FILHO, 2005; SILVA, 2007; SILVESTRE, 2007, VAL, 2011) sustentam a escolha da mídia impressa como fonte/objeto por importância, grande circulação, penetração social, apelo das capas, poder de influência etc. Do mesmo modo, nota-se que parte delas tendem a mobilizar a revista, tomando-a como uma plataforma que reúne uma série de escritos autorais; ou seja, garimpam e recortam da revista as opiniões, as entrevistas, o posicionamento etc. de autoridades e especialistas notáveis, com legitimação social. Visam, no limite, suas assinaturas.

Duas pesquisas, em especial (MILANEZ, 2006; VAL, 2011), justificam a escolha de outro modo, direcionando-a menos pelo poder de inserção social da mídia impressa ou pela coletânea de notáveis autores e especialistas, e mais por sua faculdade de plataforma que sustenta, produz e emite enunciados sobre seus respectivos problemas. Isso não significa que

um procedimento é melhor do que o outro, mas serve de ocasião para situar este trabalho: avizinjado às referidas pesquisas, esta investigação buscou mapear, extrair, editar e analisar os enunciados contidos na revista avaliando, assim, uma assinatura que fosse dela própria – seja quando não identifica jornalistas, especialistas, anônimos; seja quando permite que a revista fale em nome próprio (quando faz sugestões, tira conclusões etc.).

Isso não quer dizer que o intento fosse fazer a *Veja* falar por ela – ou falar pela *Veja*: embora todos os enunciados provenham do periódico: o árduo processo de arquivamento e arquivização, de edição e montagem dos enunciados já despersonaliza, desautoriza as assinaturas das autoridades. Não se trata aqui, tampouco, de uma análise personificada (se não de autores humanos, da personificação de *Veja* como pessoa física), mas de uma aposta nas regularidades das enunciações nela contidas.

A revista, assim, menos como um catálogo de autores e especialistas notáveis – ou de qualquer outra assinatura –, e mais como uma singular caixa de ressonância dos enunciados que aloca os regimes de veridicção de um tempo-presente; enunciados que circularam socialmente e marcaram, em maior ou menor grau, seus interlocutores diretos e indiretos, imprimindo-lhes algo que, por sua vez, também fora passado e repassado a tal ponto que, no limite, restariam menos os nomes próprios do que um compósito discursivo-veridictivo: uma luz lançada em uma coisa (valores, práticas) gera sombra no que está a ela ladeada, à margem, assim como pode ofuscar o que está demasiadamente próximo – nada que um luxímetro não possa medir, muito embora, para o pesquisador, conseguir mirar o jogo de luz e sombras seja uma das tarefas mais desafiadoras e laboriosas.

Afinal, repetiu-se aqui, não por acaso – mesmo que de modo disperso nos capítulos – o objetivo de mapear, arregimentar e analisar os discursos prospectivos sobre o presente e o futuro do *homem* e da sociedade; diagnósticos-prognósticos que adjazem, intrinsecamente, elementos de uma história não muito conhecida do *homem*, pois uma história dos vislumbres, das fabulações, das certezas, dos receios etc., mobilizada e editada partindo dos enunciados da revista *Veja*.

Seja na forma de diagnósticos, de prognósticos, de antevisões, de vislumbres, de vaticínios; seja de uma entrevista de especialista sobre o iminente caos sociopolítico, uma reportagem sobre os impactos do avanço biotecnológico no presente e no futuro; seja de recomendação de um filme utópico ou distópico qualquer; seja de uma matéria que repercute as prescrições e os conselhos de educadores e *psis*; seja diante da mais nova invenção tecnológica etc.; tudo isso, contanto que atinente às reportagens de capa da revista, subsidiaram uma investigação que partiu de uma analítica de prospecções que circulavam em um dado

momento passado cuja mirada incidiu, de algum modo, ao tempo ou ao espaço futuro, do *homem* e da sociedade.

Desta feita, a referida longevidade da revista é aqui de grande importância, por se tratar de uma plataforma da mídia impressa que, ao abarcar toda a extensão do arco temporal desta pesquisa, desde sua fundação, datada de 11 de setembro de 1968, oferta-lhe, pela horizontalidade, a requerida regularidade enunciativa – ou, alinhados a Foucault, uma *formação discursiva*, “[...] se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (FOUCAULT, 1987, p. 43).

O fato de ser a revista de maior tiragem e, portanto, de maior inserção no cotidiano do brasileiro,²³ corrobora sua condição de espécie de caixa de ressonância do que circula socialmente, um caleidoscópio que arregimenta uma série de *enunciados jornalísticos* que têm o *homem* e suas empiricidades – a forma como ele organiza sua vida, produz e trabalha, comunica-se –, como seu foco principal; ou melhor, seu único foco (haveria outro, afinal?). Isto é, a revista difunde semanalmente, para quem quiser (ou puder) ler, representações acerca do *homem* sobre os mais diversos temas – política interna e externa, tecnologia, cultura, economia, trabalho, moda etc.

3.1.1. Mídia impressa, arquivo luminoso

A historiadora Arlette Farge, mobilizada por sua pesquisa que toma a especificidade do arquivo judiciário da França do século XVIII, compara-o, a certa altura, ao que ela nomeia *impresso*:

O arquivo não se parece nem com os textos, nem com os documentos impressos, nem com os “relatos”, nem com as correspondências, nem com os diários, e nem mesmo com as autobiografias. [...] Sua leitura provoca de imediato um efeito de real que nenhum impresso, por mais original que seja, pode suscitar. O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar um pensamento, modificar um estatuto de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. [...] Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros. Nada a ver com o arquivo; vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e

²³ O termo *brasileiro* dificilmente pode dizer mais do que *pessoas nascidas no Brasil*, haja vista as enormes disparidades culturais, socioeconômicas etc. Da mesma forma, embora *Veja* seja o semanário de maior circulação (e quase hegemônico) do país, é sabido, também, que seu alcance é limitado àqueles que têm recursos para sua aquisição. A incontestável questão da disparidade social do Brasil, portanto, não pode passar incólume e sem menção alguma. Ressalva-se, contudo, que para os objetivos desta pesquisa, o destinatário é menos importante do que aquilo que se enuncia periodicamente a respeito do *homem* e da sociedade. Não obstante, caso interesse ao leitor se aprofundar sobre o perfil do brasileiro leitor da revista, ver Cibélia Pires (2018, p. 101-102).

da repressão. [...] Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual que o impresso. Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador. De certo modo, revelam um não dito. (FARGE, 2017, p. 13).

Farge intenta esmiuçar a peculiaridade do arquivo que tem em mãos, pormenorizando o conjunto de dizeres que nada diriam senão pelo encontro luminoso e conflituoso dessas vidas com o feixe das relações de poder. A comparação com o *impresso* e a maneira como a historiadora o descreve, contudo, pode ser tomada por esta pesquisa de modo cirúrgico como subsídio para corroborar a escolha do semanário impresso como fonte.

Primeiro, é de grande valia para este trabalho o fato de o *impresso* ter o público como destinatário, tanto quanto importa que o impresso seja *organizado para ser lido e compreendido por grande número de pessoas*. Tal como aqui importa mais a busca do impresso em *divulgar um pensamento*, do que a de *modificar um estatuto de coisas partindo de uma história ou de uma reflexão*. E, quanto mais ele obedeça a *sistemas mais ou menos fáceis de decifrar* melhor, pois o que se faz necessário acessar é, antes, as regularidades e as discontinuidades de seu conjunto. *A priori*, pouco valem os possíveis efeitos engendrados pelo impresso, nem suas intenções, a aparência que venha a assumir, nem sequer se ele *existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos*. De modo inverso, importar-se-á sempre que exista enunciados que visem *divulgar um pensamento*; enunciados que visem *modificar um estatuto de coisas partindo de uma história ou de uma reflexão*; enunciados-intenções, enunciados de convencimento, enunciados-transformadores, enunciados-conhecimento etc.

É sabido que a historiadora francesa não se referiria aos impressos da mídia; ao menos não aos mais atuais. Assim, torna-se patente compor a argumentação sobre a fonte com outro historiador, cuja análise focaliza, justamente, as mídias impressas e a História. Para Pierre Nora, pois, as transformações dos *mass-media* – o conjunto dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, imprensa etc.) –, provocou uma mudança na natureza do que a História entendia por acontecimentos, eventos, marcos etc.

Em tempos passados, o ritmo do sistema tradicional de comunicação não era suficiente para uma informação gerar tanto impacto ou atenção: “[...], o acontecimento desenrolava-se a vários níveis e em vários tempos. Havia actores do acontecimento, os transmissores (sermões de paróquia, mercadores da Idade Média, agentes oficiais do poder) e o público que o recebia” (NORA, 1989, p. 46). E continua,

O nascimento e o desenvolvimento dos *mass-media* alteraram completamente a estabilidade do sistema: aquelas três instâncias não são agora mais que uma. Lembrome, por exemplo de certa noite das barricadas de Maio 68, encontrando-me eu numa

varanda do Boulevard Saint-Michel, ao lado de Julien Besançon, que “cobria o acontecimento” para uma estação de rádio. Encontrávamo-nos em cheio no meio da efervescência dos gritos e das cargas policiais, e eu ouvia Julien Besançon dizer ao microfone: rebentam granadas, sufoco, não posso falar-vos mais, e ouvia ao mesmo tempo a voz no transistor, numa sala ao lado, como a ouvia o farmacêutico de Carpentras, tranquilamente deitado na sua casa ao lado da mulher. E, nesse momento, tive a sensação duma mudança na própria percepção da História, que se colava a tal ponto ao presente que já nada os podia separar. (NORA, 1989, p. 46).

Nora parecia perceber os primeiros elementos que solapavam a escrita da História tradicional, diferenciando-a de outro modo da escrita que irrompia em um tempo ao qual a percepção da *história* se colava à noção do momento-presente. Defronte de informações de toda ordem, difundidas por todos os lados, e sem o crivo da História acadêmica, viabilizou-se ser escrita uma *história* concomitantemente ao momento em que os eventos aconteciam; uma história dos eventos do presente escrita no presente.

Uma *História instantânea* narrada, *in loco*, tão logo quanto se era impressa no papel. Não por acaso, Nora tanto associa sua ascensão à *mídia de massa*, como afirma ser o jornalista o primeiro a conseguir peneirar tamanha difusão de informações *não selecionadas* – “São os jornalistas que estão no início do desenvolvimento extraordinário desta História imediata” (NORA, 1989, p. 53) –, ao passo que a imprensa lhes conferia algum ordenamento e registro.

Embora Nora seja claro ao diferenciar o *emaranhado de atualidade* (essa abundância de eventos, de acontecimentos, de informações) como um fenômeno constituído por fatores próprios de uma época – e não apenas como um simples efeito ou consequência da progressão dos *mass-media* –, e volte a salientar que o jornalista operava como o eco instantâneo do *emaranhado de atualidade*, ele estaria bem aquém, porém, de algo muito mais abrangente que ocorria naquele momento (NORA, 1989, p. 48).

Hoje em dia, o mais pequeno acontecimento é vivido como sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se já na História, quando nem sequer se sabe se ele terá lugar ou se virá a ter alguma importância. Quantas vezes se ouve falar do “encontro histórico” entre dois personagens importantes, quando ele ainda nem sequer teve lugar e pode talvez ser anulado! Promove-se o vivido em histórico, o que muda completamente a natureza do histórico e também do vivido. Dentro de alguns anos, tudo terá caído e far-se-á uma filtragem considerável, separando aquilo que tiver mudado o curso das coisas e aquilo que as não tiver mudado. Acontece ainda que o facto de elas terem sido vividas como o foram afecta também em profundidade a maneira como permanecerão ou não permanecerão. (NORA, 1989, p. 47-48).

Talvez, isso a que Nora chamou de *História instantânea*, que acabava por inflacionar qualquer evento vivido em histórico, avizinha-se com o incômodo de Foucault sobre certa filosofia que enxergava com demasiada solenidade seu próprio tempo, como o tempo da ruptura, do ápice, da realização, da aurora que retorna (FOUCAULT, 2000b, p. 324); e, por conseguinte, à problematização própria desta pesquisa, quando se forja como objeto de análise

justamente a profusão dos diagnósticos-prognósticos no decurso das últimas décadas, convergindo temporalmente com ambos.

Por conseguinte, do excerto de Nora, mesmo ele não o referenciando unicamente à mídia impressa, pode-se denotar três observações sobre a lida desta pesquisa com a revista *Veja*: primeiro, o típico estilo escritural do semanário brasileiro em adjetivar, no estilo textual das reportagens, os eventos, as descobertas, as inovações, os feitos etc., como *históricos*, ainda que reportados previamente à sua ocorrência ou consolidação. Segundo, mesmo que algum fato, encontro, evento etc. venha, porventura, não ocorrer ou se consolidar, o gesto de reportá-lo, anunciá-lo e disseminá-lo faz possível pensar que, em alguma instância, a *promoção do vivido em algo histórico* ou solene venha a performar e imprimir-se subjetivamente, pois passa a operar discursivamente. E, por fim, mesmo que se possa legar a um tempo vindouro a função de crivar o que reconhecidamente transformou (ou não) o *homem* ou a sociedade, importa pouco tentar discernir se a reconhecida mutação – reconhecida pelos jogos de veridicção, pois – ocorrera pela performatividade das verdadeiras ou falsas informações.

Daí que, o verdadeiro ou o falso, neste sentido, são alçados ao estatuto de positividade, caso dali desponte uma transformação tal que venha a ser reconhecida, legitimada, historicizada. Daí que, do mesmo modo, torna-se possível falar dos processos de subjetivação. Afinal, se é certo que a positividade não se dissocia jamais dos jogos veridictivos por meio das quais ela se produz, então também é correto que sua produção derivará sempre do *homem*. Eis uma dupla-posição: o mesmo *homem* que vivencia os eventos (cujas marcas lhes são impressas na pele), também os legitimam como história – afinal, também é ele quem a escreve.

De certo modo, essa dupla posição do *homem* diante das experiências e da escrita da história também subsidiou a escolha de um semanário popular como fonte documental: o *homem* ao ler uma revista, é-lhe facultado, diante das suas palavras, aperceber como ela o representa naquele instante. Representações tais que, escritas, decerto foram extraídas das práticas, das experiências, de eventos, dos hábitos, dos costumes, dos saberes científicos etc. Daí que, ciente desta imagem refletida por essa espécie de espelho-impresso, franqueia-se a possibilidade de se aquietar ou de se incomodar com os reflexos de si que as palavras emanam, ao passo que, invariavelmente e no mesmo golpe, estar-se-ia criando ou recriando outras representações/imagens a serem refletidas nas edições por vir.

Diferentemente de Farge, cujo problema a fez recorrer a um arquivo para desse extrair um não dito em uma época, aqui foi sob a luz do grande holofote luminoso do presente, aquele que comumente ilumina os semanários impressos de grande circulação, de onde se extraíram os enunciados que compuseram o arquivo: só os discursos legitimados são enunciados pelas reportagens.

Apenas de enunciados luminosos as reportagens são perpassadas; e é sobre essa regularidade enunciativa iluminada pelos jogos de poder e de veridicção que se oportunizou escrever não uma história tal como à dos *homens infames*, mas uma história das positivities, dos feixes de poder e das tensões veridictivas – quase uma pequena história das luminosidades: das descrições dos eventos notáveis, dos ápices, dos apogeus (utópicos ou distópicos) do *homem*, ainda que, como ocorre com quaisquer eventos passados, dos mais ou menos luminosos ou infames, sejam-lhes obliteradas as condições que ocasionaram ou não tamanha luminosidade, pois incorporadas, naturalizadas ou mesmo dispersadas nos regimes discursivos de outro tempo.

Assim, não compete a esta pesquisa, pois tampouco lhe faria sentido, fiscalizar a veracidade dos fatos e das informações contidas no impresso, ajuizar sua linha editorial – seus interesses político-ideológicos, seu público-alvo etc. – depreciar os textos das reportagens sob censura nos tempos da ditadura militar brasileira, dentre outros: tudo era dito dentro dos limites do próprio tempo, crivado tanto pelo limiars do pensamento (de uma *episteme* ou de uma *formação histórica*), quanto pelos limiars impostos pelos interesses de um Estado. Em todo caso, tudo isso diz do próprio tempo, é a ele inerente. Destarte, alinha-se, aqui, ao que Deleuze dizia a seus alunos em aula sobre Foucault, sobre os jornais ou sobre as revistas especializadas: “Por isso é tão interessante ler jornais, porque de alguma forma tudo é dito, não há segredo” (DELEUZE, 2017b, p. 23). E, depois:

Que não nos venham dizer que é oculto! Vocês poderiam dizer que é dito somente nas revistas especializadas. E daí? As revistas especializadas não são secretas. Que um enunciado tenha um determinado emissor e um certo destinatário não implica que seja secreto. (DELEUZE, 2017b, p. 38).

É partindo dessa contextualização que se pode, então, evidenciar a lida da pesquisa com sua fonte. Caso sua escolha já esteja justificada, cabe, a seguir, tangenciar os passos que tornaram a fonte em um arquivo.

3.1.2. Mapear e cortar: agulhões da pesquisa

A decisão de priorizar a reportagem de capa, surgiu, principalmente, para preservar e assegurar aos textos analisados uma mesma superfície enunciativa. Perguntar-se-ia se tal superfície já não seria conferida a todos os textos das reportagens de uma mesma revista; a resposta é não – voltar-se-á a este ponto.

O problema da pesquisa fez necessária a constituição de dois agulhões principais para cortar a materialidade discursiva documental, cada qual operando em uma camada distinta. Ressalva-se, antes, que o uso do termo *agulhão* serve para diferenciar este procedimento metodológico daqueles que cortam o arquivo partindo de um termo predefinido. Como se tentará mostrar a seguir (tal como no próprio gesto analítico), caso se lançasse mão de um termo como *futuro*, no primeiro caso, ou *vida, trabalho e linguagem* no segundo, incorrer-se-ia em, no mínimo, gerar um direcionamento prévio à fonte, daquele que não se pode admitir em uma pesquisa inspirada pela arqueogenealogia foucaultiana: o de naturalizar, cristalizando um único sentido à palavra, o sentido da contemporaneidade; deliberar-se-ia de antemão ao termo um anacronismo semântico, o que só poderia resultar em uma análise de cartas marcadas pelos regimes veridictivos da atualidade.

O primeiro agulhão advém da questão da temporalidade: se o objeto principal desta investigação são os enunciados de presente e de futuro sobre o *homem* e a sociedade – os diagnósticos-prognósticos –, então as reportagens teriam de expressar, antes de tudo, algum direcionamento temporal mais enfático, seja ao presente, seja ao futuro. Ou seja, a acontecimentos/eventos à época imputados da potencialidade de tensionar – avivar, alentar ou, ao contrário, desassossegear, perturbar – o presente ou o ideal de futuro.

Desde sua primeira edição, pode ser conferida, às páginas de *Veja*, uma tendência escritural de solenizar tanto o presente quanto a noção de futuro atrelada àquele presente. Nesta perspectiva temporal, cada tempo-presente só comportaria um estrato limitado de futuro a ele relativo: *futuro do presente*. Isso não quer dizer que esse futuro não possa ser elucubrado de diferentes formas (utópico, distópico, otimista/pessimista etc.), mas seus regimes discursivos e veridictivos são delimitados em cada época.

A título de exemplo, dois dos excertos aqui expostos são compostos por ditos temporais. No primeiro, o futuro é duplamente solenizado por conta dos avanços científicos de então, tanto pelas palavras atribuídas a um professor, quanto pelas linhas da própria reportagem: “O Professor [...] geneticista [...] sabe que *o futuro nasceu e caminha rápido*. ‘Hoje não se pode dizer o que é um futuro longínquo [...]’” (VEJA, 1969a, grifo nosso).

O outro excerto, por sua vez, logo assevera: “[...] “A língua pátria *está agonizante*” [...]”. E continua: “É possível que haja exagero nesse desabafo. Mas, certamente, o português falado

e escrito hoje em dia no Brasil *está vivendo alguns dos seus piores momentos* – e ninguém, a rigor, está absolvido pelo mau uso do vernáculo, a começar pelos meios de comunicação” (VEJA, 1975i, grifo nosso).

Seja um *futuro* que *nasceu e caminha rápido*, um *futuro* aparentemente *não longínquo*, seja o diagnóstico de uma *língua* que está *agonizante*; esses são apenas alguns exemplos do recurso escritural com inclinação temporal que mobilizou, a esta pesquisa, o primeiro recorte documental. São figuras de linguagem que enfatizam algum aspecto da temporalidade e, por isso, foram arregimentados em uma primeira camada de enunciados.

O segundo agulhão provém do intento de acossar as empiricidades do *homem*. Caso seja correto que o *homem moderno* não é mais do que uma representação das ciências humanas que tem como seu próprio objeto de análise a dimensão funcional do corpo humano – o *homem* como ser vivente –, suas dinâmicas de produção e trabalho e os meios para satisfazer suas necessidades e desejos – *homem* como ser que trabalha e produz –, e sua comunicação, seu sistema de signos – *homem* como ser que fala, dotado de linguagem; então também seria certo que analisar os campos da *vida*, do *trabalho* e da *linguagem* seria analisar o *modus operandi* do *homem*, seus componentes constituintes.

Destarte, se o intento desta pesquisa é trilhar os passos do *homem* – sua movência, seus deslocamentos – pela maneira como lida com suas funções e normas corpóreas, pelas dinâmicas como lida com as regras e os conflitos do trabalho e da produção e pela maneira como significa e sistematiza sua comunicação e sua linguagem, para acessar as regularidades e as discontinuidades discursivas com que cada época o condicionou ora a um presente solene, ora a um futuro do presente, então esse segundo agulhão só poderia operar em uma camada posterior àquela do corte das temporalidades.

Caso contrário, dificilmente se poderia tornar patente, por um lado, o que se diagnosticou como o melhor ou o pior dos momentos-presente e, por outro, o que se prognosticou sobre os futuros-do-presente – as urgências de um tempo, as dúvidas e as certezas, às transformações ou às descobertas, os deslumbres e os receios diante de um atual advento, o otimismo ou o pessimismo acerca o futuro de cada tempo etc.) – senão por um arquivamento gradual, coadunando as camadas apenas em um segundo momento. De outro modo, os enunciados sobre o *homem* não estariam imantados aos da temporalidade, ou, ao menos, não às pretensas solenidades a ela atribuídas.

3.1.3. Reunir e montar: reportagens de capa

Doravante, contanto que deslindada a mobilização dos dois agulhões – primeiro em camadas distintas, para depois imantá-los –, então pode-se retornar à justificativa da escolha das reportagens de capa. Dado que quase todas as seções temáticas da revista surgiram, ou depois da primeira edição ou foram descontinuadas,²⁴ somado ao fato de que, mesmo as seções que compõem o corpo da revista desde o início até a atualidade, sua recorrência se deu, no entanto, de modo intervalado. É o caso das seções *Medicina, Ciência, Tecnologia e Economia e negócios*, cogitadas nos primórdios da elaboração do arquivamento para compor nosso *corpus* discursivo; contudo, com exceção de *Economia e negócios*, todas as outras seções se caracterizam pela intermitência.

As reportagens de capa, além de serem as únicas invariavelmente presentes em todas as edições, têm a seu favor a imprevisibilidade temática – e, com efeito, sua dispersão –, exigindo do arquivista uma postura de espreita constante diante do tema por vir, impossibilitando-lhe elucubrar, *a priori*, qualquer hipótese conveniente: não há nenhuma possibilidade de controle prévio sobre os rumos do arquivo e em qual direção ele irá desembocar. Claro que o arquivista, ciente da historiografia que já lhe fora apresentada, pode inferir e conjecturar alguns pontos de chegada, pode apostar que o arquivo atracará nesse ou naquele cais. Mas decerto isso não lhe assegura a certeza de que o semanário daria a mesma visibilidade que os intelectuais supracitados deram a respeito dos acontecimentos supostamente disruptivos da década de 1990 em diante, por exemplo; não assegura que temas tão incontestes nos estudos da subjetivação humana, como a genética, o neoliberalismo ou a Internet, sejam tão sobressalientes como se suporia perante as análises diagnósticas-prognósticas dos pensadores das *Humanidades*, ou, sequer, se tais temas estarão estampados nas páginas do impresso.

Tal dispersão, não obstante, também surte um efeito estafante e moroso, haja vista a copiosidade de temas a serem cotejados.

Haja vista que a reportagem de capa tem função estratégica para qualquer revista:

Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. “Capa”, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa, é feita para vender revista”. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor. (SCALZO, 2004, p. 39).

E, segundo Scalzo, em que pese toda a preocupação com a capa, serão sempre os enunciados o principal atributo da capa: “A chamada principal e a imagem da capa devem se

²⁴ É o caso, por exemplo, da afamada seção de entrevistas que estreou em junho de 1969, meses depois da primeira edição, e batizada de *Páginas Amarelas* só anos mais tarde. A seção *Vida moderna*, cogitada para compor o arquivo deste estudo, estreou em março de 1970, mas não existe mais.

complementar, passando uma mensagem coesa e coerente. Por melhor que seja a imagem escolhida, o fundo da capa [...] não pode atrapalhar a legibilidade das chamadas” (SCALZO, 2004, p. 39). As estratégias mercadológicas a respeito de um semanário corroboram a primazia das chamadas de capa, cuja função é fazer referência à reportagem principal da revista. Por isso, são as reportagens de capa, sobretudo, que estão sempre diante do holofote luminoso das políticas veridictivas e de poder – na verdade, elas já são sua materialidade discursiva.

Desta feita, para os fins desta pesquisa, a maneira de propiciar a ambos os agulhões analíticos perfurarem a massa documental de modo a manter uma única superfície que abarca todo o arco cronológico investigativo, seria condicionando-os às reportagens de capa.

Como saldo da escolha da fonte à montagem documental, foram mapeadas, primeiro, as reportagens principais de 1.681 edições, de 11 de setembro de 1968 a 27 de dezembro de 2000, das quais 348 reportagens salientaram, em algum grau, enunciados que ora avultavam o tempo-presente, ora se afiliavam ao futuro do *homem*, do mais ao menos aprazível, utópico ou distópico.

A seguir, das 348 edições perpassadas e reunidas pelo agulhão temporal, verificaram-se, em cada uma das reportagens, enunciados que pudessem referir-se às empiricidades do *homem*. Condizente com o âmbito da *vida*, apinharam-se 184 reportagens; relacionadas ao âmbito do *trabalho*, 150 reportagens e, por fim, à *linguagem*, 45 diziam respeito ao seu âmbito. Vale destacar, do mesmo modo acima, que uma mesma reportagem pode conter enunciações acerca de uma, duas ou de todas as empiricidades – o que justifica a soma dos números acima ultrapassar o total de 348 reportagens. Antes de passar à análise empírica desta pesquisa, é necessário, todavia, tecer algumas considerações: i) pelo fato da revista *Veja* não estabelecer um padrão quanto à autoria das reportagens de capa, definiu-se, aqui, que todo o enunciado das matérias pertence à *Veja*. Isso se deu porque as autorias só foram constar nas reportagens depois de alguns anos e, mesmo assim, de modo intermitente e, ainda, por vezes, só constavam as iniciais dos jornalistas. Mas, sobretudo, como já mencionado, a ideia foi a de tratar toda a malha discursiva de modo homogêneo, sem autoria, pensando-a como enunciados do tempo; ii) as páginas das reportagens não foram especificadas devido à dificuldade de identificá-las, principalmente no arquivo físico, mas também no digital, quando ainda a revista disponibilizava acesso pelo site, serviço que findou em meados de 2021, sem previsão de retorno; iii) como já aventado anteriormente, o *corpus* documental da pesquisa foi composto de 1681 reportagens de capa. Não foram consideradas edições extras; a título de exemplo, a primeira de tal leva foi a edição 209A, datada de 06 de setembro de 1972, cujo tema era o aniversário da revista. Outras edições desconsideradas foram as que empreendiam uma retrospectiva dos eventos

considerados de maior importância, comumente a última publicação do mesmo ano (1978 foi quando se iniciou essa prática), pois tratavam-se de temas e enunciados repetidos que, julgou-se não ofertar novidades perante as edições do ano. Ademais, vinte edições, ao todo, não puderam ser cotejadas por conta da impossibilidade de encontrá-las nas pouquíssimas bibliotecas abertas durante a pandemia;²⁵ iv) por fim, das 348 edições recolhidas para compor o arquivo, por volta de 250 reportagens foram citadas, direta ou indiretamente, no texto da tese. As outras, ora pelos inúmeros arranjos e rearranjos analíticos para dar conta da copiosidade temática, ora pela necessidade de controlar o número de páginas, foram cortadas ou incorporadas a outros agrupamentos. Entretanto, pelo fato de que, certamente, o arranjo final não seria o mesmo sem todas as 348 edições entabuladas (ainda que não citadas), achou-se por bem mantê-las nas referências.

3.2. Empiricidades em movimento

É tempo de entrar na análise fática desta pesquisa. À guisa das empiricidades *quase transcendentais* do *homem* na *formação histórica moderna* – como queria Deleuze –, foi pelo lastro dos enunciados proferidos pela revista *Veja*, tal como pormenorizado seu procedimento nas linhas anteriores, que se logrou o objetivo de mapear e extrair tudo aquilo que pode ser referenciado como circunstância performadora nas três empiricidades.

Em um breve retorno a Foucault em *As palavras e as coisas*, vale lembrar que tais empiricidades são tomadas pelas ciências humanas não para analisar o que seria a natureza do *homem*, mas para estudá-lo “[...] em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar” (FOUCAULT, 2016, p. 488). Desta feita, o *homem* seria, ao mesmo tempo, fundamento que torna o saber possível em uma dada época, por um lado, e síntese das empiricidades dispersas reunidas pelos estudos das ciências humanas, por outro. São as representações sobre a *vida*, o *trabalho* e a *linguagem* – resquícios empíricos do *homem* como ser vivente, que produz pelo trabalho, e dotado de fala – os objetos das ciências humanas.

O intento das linhas por vir, portanto, foi o de tangenciar, no limite do arco temporal desta pesquisa, os movimentos e os deslocamentos performados pelos enunciados das empiricidades, em uma espécie de linha do tempo eminentemente descritiva, cujo decurso

²⁵ São as edições 369, 417, 418, 419, 420, 421, 492, 699, 821, 890, 902, 1009, 1193, 1255, 1526, 1548, 1564, 1649, 1661 e 1672.

comporte, na medida do possível, uma cronologia factual, ofertando, o quanto mais, os próprios termos e palavras ali utilizadas, ditas, proferidas pelas reportagens. Para tanto, e em face de toda a extensividade discursiva, desponta, como primeiro ato de montagem e edição do arquivo, a tarefa de circundá-la ao mote das empiricidades *vida, trabalho e linguagem*.

Tracejar cada campo, ainda que de forma branda, para delinear a representação discursiva das experiências e condutas do *homem* em sua existência, demanda, em adjacência, um segundo gesto de montagem: a de criar, então, subgrupos temáticos de modo a ordenar a vastidão de elementos que compõem os campos das empiricidades. A título de exemplo, ao perfilar os temas apenas do primeiro ano da revista *Veja*, defronta-se, respectivamente, com: *comunismo* (1968a), *igreja católica* (1968b), *regime militar* (1968c; 1968d; 1968e), *eleições dos EUA* (1968f), *rainha do Reino Unido* (1968g), *caçada a Marigueta* (1968h), *música popular brasileira* (1968i), *AI-5* (1968j; 1968l), *Pelé* (1968k), *viagem à lua* (1968m), *futuro promissor e conquistas da tecnociência* (1969a), *Israel versus árabes* (1969b; 1969j), *ascensão do papel social do cientista* (1969d), *satélite e televisão* (1969e), *caminhos para um Brasil do futuro* (1969f), *revolução do imposto de renda* (1969g), *idades/urbanização* (1969h), *invasão dos automóveis e dos telefones* (1969i; 1969o), *violência urbana* (1969j), *cinema nacional* (1969l), *Argentina* (1969m), *bomba atômica* (1969p; 1969u), *Portugal* (1969q), *chegada à lua* (1969r; 1969s), *a revolta dos índios* (1969t) etc.

Tanto a tarefa de avizinhar e recortar os discursos atinentes aos campos das empiricidades, como a de tematizá-los em subgrupos, provém do arbítrio legatário inerente à relação e ao manejo com a fonte documental, agrupamento o qual, na melhor das hipóteses, decorrerá da idiossincrasia oriunda de tal relação – da fonte com o arquivista –, o que faz configurar, aqui, um arquivo. Tal topologia temática, vale destacar, atém-se à apercepção em ato de certas recorrências e regularidades provenientes dos enunciados contidos no semanário, cujos eixos bem poderiam estar dispostos de outro modo, compondo outros tantos. Ademais, ressalva-se, ao ordenamento dos eixos temáticos não lhe é conferida nenhuma primazia analítica; refere-se apenas a uma disposição possível.

Tratar como fonte, pois, as reportagens de capa da *Veja*, levou à labuta com uma dispersão temática quase ilimitada, balizada tão só pelas fronteiras do possível demarcadas pelo tempo e, como tal, decerto pelos interesses editoriais ocasionais da própria revista – ressalva que, no limite, importa pouco, haja vista que seu regime discursivo comportará, igualmente, os valores imperativos de seu tempo. Dispersão temática da fonte documental que, tornada arquivo, não é outra coisa senão uma *coleção audiovisual* de uma época, uma estratificação

sobremodo iluminada e amalgamada do que se fez visível e enunciável em um dado tempo-presente.

Vale lembrar que esse primeiro tópico analítico, o das empiricidades, valeu-se dos dois recortes ocasionados pelos agulhões – do presente ou futuro solenes e o das empiricidades. Desta feita, em que pese o fato de se iniciar a analítica fática desta investigação pela tríade empírica do *homem*, é certo que a plataforma de análise estará imbuída de antemão pelas enunciações dos diagnósticos-prognósticos sobre o *homem* que solenizaram o presente ou o ideal de futuro daquele mesmo presente, já que recortados e separados antes. Isso quer dizer que a análise por vir já estará impregnada, ainda que em adjacência, tanto pelos mais ufanos e celebrados, quanto pelos mais vilipendiados e aviltados eventos de cada tempo.

a. Vida

Parte-se, então, pelo campo da *vida*, cujo recorte feito valeu-se de um avizinhamento dos enunciados que atinavam, de alguma forma, aos modos pelos quais o *homem* lidou com seu corpo na condição de detentor de tal materialidade. Assim, tudo aquilo que se fez junto a seu organismo corporificado, tudo o que se organizou, normatizou, conquistou, submeteu etc., foi levado em conta no processo de montagem desta espécie de história do *homem* vivente, partindo de como isso tudo foi representado pelo semanário no decurso do tempo.

Tecnociência

O subcampo da *tecnociência* contempla os avanços tecnocientíficos nos quais o *homem* é criador de realidades que lhe imprimem marcas, as quais serão enunciadas pelo modo como sua forma de vida pode ser alterada, descontinuada – seja por algum feito ou conquista humana considerada notória na época, seja pelo advento de algum aparato tecnológico que se capilariza e transmuta suas práticas sociais. Esse subgrupo é passível, ainda, de outra divisão, cindindo a confiança proeminente do *homem* nos proventos que a tecnociência produz na própria vida – e nessa ótica, as que, decerto, ainda promoverá – dos receios e prejuízos corolários dos avanços que, de imediato, teriam a face de um provento, mas que, posteriormente, revelar-se-iam como uma ambivalência, ao menos.

A título de exemplo, logo nos dois primeiros anos da revista (1968 e 1969), fartas são as referências que sustentam essa primeira disposição temática; uma delas, datada do fim de 1968, pouco antes do início da famigerada viagem espacial que levaria o *homem* à Lua – tida

como marco da humanidade –, expressava-se uma veemente confiabilidade na competência tecnocientífica; afinal, só o não científico poderia malograr o feito iminente:

[...] a possibilidade de os motores da nave falharem e não conseguirem tirar os três homens da órbita lunar no dia do Natal era considerada mínima. “Só o azar, o acontecimento não científico, o não previsível, nos surpreenderá”, dizia Thomas Paine, diretor da NASA. (VEJA, 1968m).

A edição seguinte talvez seja a que mais bem subsidie toda a armação inicial conferida ao tema da tecnociência. A começar pelo título – “Vejam o que chegou de repente: o futuro” (VEJA, 1969a) –, a reportagem exalta todo o progresso tecnocientífico de então, avalizando-o a adiantar um relógio cujos ponteiros indicam, antes, os imperativos de certa temporalidade, de certo tempo-presente. Se o futuro havia chegado, era porque esse materializava e reluzia os anseios tanto de seus coetâneos, como de seus antepassados, que só o podiam manter na maior estima, pois eles mesmos o haviam performado. Desta feita, a reportagem seleciona alguns feitos da humanidade que teriam levado o próprio homem, em 1968, a seu ápice, não obstante momentâneo, haja vista todo um futuro cuja rota parecia ainda longa, pouco explorada e bem-aventurada.

Entre 1900 e 1950 o homem dobrou o conhecimento que adquirira da natureza durante 100 mil anos. De 1950 a 1960, uma nova explosão de conhecimento, equivalente à dos cinquenta anos anteriores. O progresso sempre mais rápido, mais rápido: o último salto para tornar-se duas vezes mais sábio exigiu do homem apenas seis anos (de 1960 a 1966, mais uma duplicação de conhecimentos científicos, segundo os sociólogos). Finalmente, um clímax: num sábado, 21 de dezembro de 1968, três homens saíram da Terra pela primeira vez; viajaram sete dias e seis noites no céu, viram a Lua, voltaram. No sábado seguinte, quando aqueles três heróis descansavam, todos os outros homens viram que tinham pela frente o futuro, fascinante, vertiginoso. E quiseram saber aonde os levaria esta corrida sem fim. irrefreável. (VEJA, 1969a).

Enquanto os heróis descansavam, a reportagem da *Veja* elencou alguns dos adventos da *tecnociência* em curso naquele momento:

Hoje, uma máquina chamada “esqueleto externo” transforma um homem qualquer, franzino, fraco, num hércules capaz de levantar com as mãos uma tonelada de granito, segurá-la sobre a cabeça e sair correndo pela rua com sua estranha carga. O esqueleto externo, ou “amplificador do homem”, é uma espécie de roupa de braceletes de couro e peças e articulações de metal, acionadas por um pequeno motor hidráulico, que está sendo desenvolvido no Laboratório de Cornell, perto de Nova York. (VEJA, 1969a).

Em tal caso, a comunhão entre o homem e a máquina oferta proventos inquestionáveis ao primeiro, *amplificando-o*, além de regular seu coração por *marca-passos eletrônicos*, ajudar sua visão com *córnea e globo ocular de plástico*, sua respiração com *cartilagem do nariz e traqueia de silástico*, estimular eletronicamente sua bexiga etc. (VEJA, 1969a). Daí que se ratifica a relação do *homem* com a *tecnociência*, ou com a máquina, como ora queriam – por

conta da ênfase dada ao termo *máquina*, pois, foi que se avizinharam, aqui, tais enunciados ao tema da *tecnociência* e não ao da *biomedicina*, em que pesem os benefícios dos aparatos maquímicos ao funcionamento do organismo.

Em todo caso, revela-se patente ao *homem* a funcionalidade irreversível da tecnociência em suas práticas de vida – de então e no porvir –, desde quando “O homem moderno aceitou a ambição eletrônica como um dos caminhos do futuro conjunto do homem e da máquina” (VEJA, 1969a), ainda que, declarar sua *ambição por um caminho conjunto*, não o abstinhasse de se sobrepujar à máquina.

O cérebro humano tem, porém, uma vantagem: enquanto o computador só pode realizar uma operação de cada vez, a mente humana está sempre realizando milhões de operações. Além disso, o homem filtra as informações que recebe. Cada olho do homem recebe por segundo 1 bilhão de impressões luminosas, das quais são aproveitadas dez ou vinte. O computador, entretanto, só pode receber informações já selecionadas. (VEJA, 1969a).

Da promissora união com um *futuro fascinante pela frente* ocasionam-se, logo, algumas ambivalências provenientes da operatividade tecnológica na vida do *homem*. As linhas iniciais da reportagem que ponderava a *invasão dos automóveis* no Brasil anunciavam uma contrapartida da máquina: “O Brasil, depois de fazer 2 milhões de automóveis, já não tem as mesmas imagens. Os veículos não vieram apenas para prestar serviços. Têm mudado o brasileiro, exigido dêle casas e cidades onde possam rodar mais tranquilos” (VEJA, 1969i). No caso, era conferida ao carro atuação e aplicabilidade muito mais abrangentes para além da locomoção, sua reputada prestação basal.

Até as crianças foram cativadas pelo poder da máquina. Os cavalinhos são figuras de um mundo mais lento, que o automóvel empurra para longe. O carro tem apêlo nôvo, velocidade, sexo. Certos prazeres começam a ser associados ao carro. No cine *drive-in*, David Niven na tela é uma atração menor para os casais dos carrinhos de lanternas vigilantes. (VEJA, 1969i).

Da *invasão dos automóveis*, a reportagem relatava algumas importantes transformações no cotidiano do *homem*: no que tange aos *prazeres sexuais*, apresentaram-se dados que indicavam mais opções de trabalho para as prostitutas nos carros dos clientes, como maior autonomia daquelas que detinham o carro próprio: “Em São Paulo, atualmente, 20 por cento das 100 000 prostitutas da cidade exercem variações de seu duro ofício dentro dos automóveis. Trinta dessas mulheres que um delegado paulista chama de ‘pioneiras’ usam o próprio carro (e não o do freguês)” (VEJA, 1969i). Outra *benesse* automotiva provinha da graduação social que o carro proporcionava a quem paga o preço para tê-lo:

A rigor, R.S. não pode comprar um carro. E por que vai fazê-lo, sacrificando muita coisa? “O automóvel é o mais evidente símbolo social de nosso tempo”, diz Mário Guidi, psicólogo e professor universitário. “É a forma mais fácil de alguém comunicar seu ‘status’ social. A média das pessoas distingue mais facilmente um Volks 68 de um 65 que um terno de tropical inglês comprado sob medida de um terno de tergal comprado pronto.” O automóvel é um símbolo e o homem trai parte de suas intenções sociais no seu comportamento com o carro. É preciso adquirir o símbolo para ter “status”; é preciso cuidar diariamente do carro, limpá-lo, enfeitá-lo de badulaques, como quem cuida da sua própria imagem pessoal. (VEJA, 1969i).

Em contrapartida, no entanto, retoma-se a referida *exigência* que o carro tem recobrado de seu dono e criador, “[...] o carro também quer morar com o homem, integrar-se no humano. A casa do arquiteto paulista Zanetini, professor de Projeto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, é ‘uma sucessão de espaços que começam na garagem’” (VEJA, 1969i). Contrapartida que passa a ser recorrente nas reportagens – seja por espaço, seja por outras tantas consequências da comunhão homem-máquina –, evidenciando gradativamente o caráter ambivalente da relação que se anunciava como portadora de um futuro promissor, em que os avanços tecnocientíficos encarnavam o próprio encontro do *homem* com o futuro. Se o imbróglio do *homem* com o carro se resumisse à ordem do espaço em moradias e cidades em um tempo em que não se podia prever tal demanda, talvez seu enredo já estivesse menos intrincado.

Do mesmo modo, tampouco anteviram-se outras consequências propiciadas pela *invasão dos carros*: “Os veículos ainda envolvem as cidades com outras ameaças. Despejam nas ruas de todo o País diariamente 100 000 toneladas de gases que, no mínimo, não são benéficos à saúde. [...]” (VEJA, 1969i). Além dos gases despejados no ar, profissionais de saúde divulgavam a *doença de rodas*, ou o *mal das rodas*, que acometia aqueles que, de posse do carro, mudaram consideravelmente seus hábitos.

[...] muitos paulistas não querem mais andar, desaprenderam como subir escadas e odeiam deixar a condução num estacionamento a mais de dois quarteirões do trabalho. [...] Editha [Haem, médica] explica como nasce o mal das rodas: “Ninguém senta na posição vertical quando está guiando. E mesmo o melhor banco de carro, o do Volks, não é ideal. Com o corpo inclinado, os discos da espinha sofrem compressões. É a discopatía”. Editha quer dizer: as dores irritantes, o troco sádico que o automóvel dá aos que o usam abusivamente. (VEJA, 1969i).

Nos dois últimos casos, o alerta voltava-se menos para as exequíveis adaptações estruturais do meio – como a disputa pelos espaços nas cidades –, e mais para seu condão nocivo ao organismo humano.

Tanto a postura mais crítica referente aos males da tecnologia, quanto a suspeição diante de algum advento específico ou a lida em face das novas demandas oriundas da crescente indissociabilidade do *homem* a ela (corolários das adaptações ao *modus vivendi*), denotam uma

postura que despontará no semanário de modo gradativo no decurso do tempo. Suscintamente, tal disposição pode ser verificada no momento em que se contesta, em 1978, o uso excessivo de inseticidas no Brasil – o composto químico hexaclorobenzeno (BHC), por exemplo, que viria a ser proibido no país em 1985.

[...] o Brasil já é o quarto maior aplicador de inseticidas do mundo. Além disso, os pesquisadores do Adolfo Lutz admitem que não existe, no Brasil, ainda, nenhum trabalho que indique até que ponto o ser humano pode suportar a presença do BHC em seu organismo sem sofrer maiores danos. De todo modo, pesquisas em outros países indicam que ele acaba provocando, no mínimo, sérios riscos de degenerações metabólicas e hormonal. Tais fatos acabariam pondo em xeque a velha tese da quimificação, que defende o uso de produtos industrializados como inerente à produção agrícola em larga escala, destinada ao consumo de massas e erradicação da fome mundial. (VEJA, 1978b).

Falta de informações científicas quanto ao limite do organismo humano na presença do BHC à parte, o inseticida fora considerado, antes, um importante avanço tecnocientífico para o desenvolvimento da agricultura, cujo advento e uso involucrava em si a promessa da resolução de vários problemas da Humanidade – a fome, a escassez de alimento; a mesma coisa deu-se com outros tantos feitos tecnocientíficos – muitos célebres, por sinal –, que não apenas não respondiam e/ou resolviam as promessas e os propósitos que justificavam a união da humanidade com a tecnociência – e o anúncio da chegada do futuro –, como rendiam outras tantas indagações – nem sequer a aclamada viagem espacial à Lua passou, por elas, ilesa:

E os exploradores voltaram do novo mundo, cansados, sorridentes, felizes. Encontraram guerras em seu planeta, exatamente como na ocasião em que o haviam deixado, oito dias antes. Reencontraram as vilanias, as prepotências, e mesquinhez. E a fome de seus semelhantes, fome de multidões, imemorial, aparentemente imbatível, mesmo para a civilização que soube fazer dois homens andarem na Lua depois de um voo de 22 000 etapas matemáticas precisas, numa máquina com 9 milhões de peças mecânicas perfeitas. (VEJA, 1969s).

A ambivalência exposta no excerto acima – que se aproximaria mais de uma aporia – escancara seus dois polos antagônicos: por um lado, a opulência de uma civilização que consegue enviar pessoas à Lua e, por outro, sua incapacidade (ou parcimônia) para erradicar a fome no planeta – algo que se pode presumir, no mesmo excerto, como algo simples se comparado ao feito cósmico; pode-se notar que a postura crítica se destacava não apenas pela referenciação de um ou outro ônus tecnocientífico em particular, mas, antes, pela conveniência de seu cômputo ambivalente estrutural que passava a caracterizar a relação homem-máquina.

Não por acaso, a suspeição diante do polo crítico da tecnociência ressurgiria em outras ocasiões. A respeito, pois, de outra invasão tecnológica no Brasil, neste caso a do telefone, a indignada (e irônica) dúvida que pairava em meados de 1969 era a de quando ele, o telefone,

iria conseguir, enfim, *falar* – “Será maravilhoso o dia em que inventarem um telefone: mas um telefone de verdade, daqueles em que aparece uma voz do outro lado da linha depois que se acaba de discar” (VEJA, 1969o). Contexto tal que veio acompanhado, na reportagem, da desconfiança generalizada nos rumos da tecnociência: “Mas, será que é amplamente justificada esta confiança cega no progresso dos estranhos objetos eletrônicos?” (VEJA, 1969o). Haja vista a matéria elencar os problemas enfrentados por vários países do mundo para fazer *falar o telefone*, a reportagem arremata: “São indícios de que o Brasil deve preparar-se para ter mais telefones – e também para enfrentar as consequências da invasão de novas hordas desses diabólicos monstros negros” (VEJA, 1969o).

O fato é que tais suspeições insurgiam na medida diametralmente oposta da expectativa suscitada pela própria tecnologia. Afinal, não seria em vão que, mesmo em face da má eficiência e funcionamento precário, as pessoas ainda desejassem fazer uso de tal tecnologia, ainda que cientes do estampado desmentido: “[...] uma espera média de trinta minutos para cada chamada contradiz a todo instante o cartaz da Companhia de Telecomunicações do Paraná, que continua anunciando o imperturbável: ‘O telefone é o empregado mais eficiente que existe’” (VEJA, 1969o).

A estrutura ambivalente dada à tecnociência pelo *homem* ratificava-se em enunciados esparsos; em 1969, ainda, mesmo depois do sucesso do supracitado voo tripulado à Lua, tal ocasião não conteve o alerta do então Sumo Pontífice:

[...] “Que a euforia dêste dia memorável, verdadeiro triunfo dos meios produzidos pelo homem para o domínio do cosmo, não nos faça esquecer os perigos de idolatria dos instrumentos do progresso técnico”, disse o Papa, cumprimentando os astronautas e advertindo os planejadores do futuro. (VEJA, 1969s).

Do mesmo modo, quando a humanidade esteve em polvorosa às voltas com o recém-descoberto cometa Kohoutek em 1973, a reportagem a ele dedicada aludia a esse menos como uma conquista da ciência do que a tempos remotos quando tal evento adquiriria significado por outros elementos da imaginação humana – um tempo do *maravilhoso* e do *inexplicável*, como se verá adiante.

Como o céu da Idade Média, que estaria povoado de anjos e uma multidão de outras criaturas que a imaginação de hoje mal concebe, o de 1973 também está cheio de fábulas e abominações que a infinita misericórdia divina deve compreender. (VEJA, 1973x).

Na reportagem de 1973, a despeito da tecnociência, arrogava-se à *misericórdia divina* o condão de compreender as *fábulas e as abominações* de então; ou seja, atinava-se, às instâncias metafísicas, a tarefa de suprir o vazio nostálgico de um tempo em que se podia lidar

com o inexplicável com a imaginação. Imaginação essa que tinha a ciência como a responsável por malográ-la, ao *perseguir* tudo o que era inexplicável, não racional, para fundamentar seu método de conhecimento, significando, explicando o inexplicável, racionalizando o irracional:

O mundo do maravilhoso e do inexplicável foi sendo demolido pelas sucessivas pancadas de Descartes, Darwin, Einstein e Freud. A maioria dos indivíduos se acostumou a estas mudanças, mas provavelmente com uma surda nostalgia. O padre Quevedo, inimigo das magias, sustenta que a tecnologia escravizou e tornou monótona a vida na Terra. E num mundo racional onde o irracional é perseguido, algumas pessoas só encontraram refúgio na loucura. (VEJA, 1973x).

Se é certa a afirmação que responsabiliza a tecnologia pela racionalização e pelo desencantamento do mundo, tornando-o, assim, monótono, por uma simples inversão lógica, também é correto afirmar a pretensa do *homem* em recorrer à tecnociência para aplacar algumas das suas mazelas mais profundas, seja para construir o conhecimento que lhe possibilitaria acessar o futuro, ou mesmo para resolver problemas mais triviais. Da visita à Lua, por exemplo, o *homem* notou ser ali o lugar mais adequado para estudar o espaço, “[...] enigmático, enorme, repleto de interrogações. E o homem procura respondê-las sempre, ou porque elas explicam o futuro da Terra e ajudam a resolver seus problemas cotidianos, ou porque elas correspondem à sua inquietação e angústia diante do universo” (VEJA, 1969s).

A busca por respostas tecnocientíficas, contudo, não aplacou as questões existenciais humanas, por assim dizer. À ciência sucedeu-se maior grau de descrédito e, por outro lado, alçava-se Deus, religiões, misticismo, esoterismo etc. a uma nova prateleira de ofertas metafísicas para o *homem* poder lidar com suas angústias – algo que foi tratado na edição do fim de 1979.

Agora, em vez d’Ele, são as ciências e as ideologias que estão em franco descrédito. A autoridade leiga, que tanto trabalho teve para destronar sua adversária religiosa, começa a perder terreno em seus próprios domínios. A verdade, como se reconhece mais e mais, é que nossa época tem soado mentirosa, embora às vezes loquaz, em suas boas promessas: apesar de Copérnico, Darwin, Freud e Marx – e do cogumelo atômico –, Ele está de volta. (VEJA, 1979l).

Em todo caso, uma sucessão de capas do semanário salientou, no decurso de quase duas décadas – de modo disperso, contudo –, tal edificação metafísica. Na mesma edição de 1979, anunciava-se o *retorno de Deus* e das religiões:

Deus volta com pelo menos uma promessa comum: preencher o vazio espiritual do homem moderno. [...] A questão demasiado humana, microscópica, da angústia da morte permanece. E, para ela, religião e metafísica tradicionais ainda têm mais eficácia. Para apaziguar os homens que padecem dessa angústia, Deus – mesmo que comprovadamente não existisse – seria mais uma vez inventado. (VEJA, 1979l).

Em 1990 foi a vez do misticismo do escritor Paulo Coelho *consolar o homem*:

A própria permanência do fenômeno místico na história da humanidade é uma prova de que as pessoas buscam o conforto espiritual onde ele estiver. E, pelo menos para algumas centenas de milhares de brasileiros, essa fonte de consolo está atualmente nas páginas dos livros defeituosos mas generosos de Paulo Coelho. (VEJA, 1990e).

Em 1991, falava-se de uma noção de religiosidade/espiritualidade que, à guisa de um sentido para a vida, fez o *homem* tanto abarcar e fundir valores de diferentes religiões (como o catolicismo, o espiritismo, a umbanda ou o candomblé), quanto mesclá-las a outras instâncias e práticas, como cartomantes, videntes, tarólogos etc. (VEJA, 1991i):

A necessidade de encontrar um sentido para a vida e de tornar suportável a perspectiva da morte foi o que carregou a religiosidade por todas as sociedades humanas através dos séculos. Essa necessidade foi mais forte e onipresente num tempo em que os homens acreditavam que a vontade de entidades sobrenaturais controlava tudo – o regime de chuvas, as pestes, o humor do soberano. A ciência e a vida moderna cuidaram de esvaziar esse céu mágico. O mundo, como escreveu o francês Marcel Gauchet, desencantou-se. A religiosidade, no entanto, continua sendo na alma humana o mesmo lago plácido onde o homem busca repouso nas horas de sofrimento extremo. (VEJA, 1991i).

Em 1997, por fim, o Deus do catolicismo, novamente:

Mas acreditar ou não em Deus liga-se também a algo muito antigo. Apesar de todos os progressos da ciência, e de toda a liberdade para conjecturar, não há resposta humana ainda às perguntas cruciais a respeito de onde viemos, para onde vamos e o que fazemos aqui. Diante da perplexidade que elas provocam, somos frágeis como um pastor de ovelhas do tempo em que o mundo e as sociedades estavam se fazendo, tal como relatado na Bíblia. (VEJA, 1997d).

Em quase todas as ocasiões de recuperação metafísica, o argumento tange ora para a busca de um sentido para a vida em um mundo desencantado pela ciência, ora para a insuficiência do conhecimento científico em responder questões existências humanas, como a morte. De todo modo, traça-se, até aqui, um curioso deslocamento (tão ambivalente quanto a própria lida do homem com a tecnológica) que se inicia como uma crença quase irrefreável na tecnociência, provedora do futuro mais apazível para a vida do *homem*, e desemboca em um retorno a Deus (a uma dimensão metafísica, para ser mais exato), provedor do futuro menos angustiante para as questões da vida do *homem*.

A relação do *homem* com a tecnologia, evidentemente, não se findou por um retorno absoluto a Deus ou às religiões, como se sabe. E, bem mais importante do que redundar sobre o desfecho da referida relação, é retomar o prumo descritivo dos deslocamentos representacionais que o *homem* fez a respeito da própria vida – como ser orgânico,

corporificado –, deslocamentos que ganharão outros matizes depois do advento de novas tecnologias de grande capilaridade (e transformações) nas práticas sociais.

Para tanto, é inevitável recuperar o deslocamento da lida do *homem* com o já referido aparato tecnocientífico, o carro. Essa lida em especial acaba por condensar e interligar alguns vetores. Se se viu que, dentre os serviços prestados pelo carro, constam *status social, deslumbramento, velocidade, prazeres sexuais* etc., no mesmo golpe tem-se a *doença das rodas*, suas emissões gasosas *não benéficas à saúde*, o *sacrifício* financeiro e a necessidade de agraciá-lo com *cuidados diários*, dentre outros.

Para além dos bônus e dos ônus com os quais o *homem* pareceu ora desfrutar, ora padecer, mantendo-se em uma posição estável e passiva, o carro – assim como ocorreu com a tecnociência –, em contrapartida, é quem pareceu ter de lidar com todos os encargos, seja por querer “[...] morar com o homem, integrar-se no humano [...]”, seja por ter “[...] mudado o brasileiro, exigido dêle casas e cidades onde possam rodar mais tranquilos [...]”, por despejar gases não benéficos ao *homem* e, ainda, pelo “[...] trôco sádico que o automóvel dá aos que o usam abusivamente” (VEJA, 1969i).

Destarte, a posição passiva do *homem* parece se alterar no momento em que o carro deixa de ser exaltado como *maior símbolo social de uma época* em 1969, para ser tachado de arma mortífera em meio ao *faroeste do trânsito* em 1976.

[...] “Vivemos o faroeste do trânsito”, diz o advogado gaúcho Roberto Carrion, resumindo o ainda curto e tormentoso idílio entre homem e auto em terras nacionais. O gatilho se converteu em acelerador, o automóvel substituiu o revólver como credencial de valor e valentia. Que diferença existe, então, entre um veículo que irrompe uma via pública a 120 quilômetros e um bandido que brande uma metralhadora?, pergunta Altair Patittucci, juiz de Direito em Curitiba. (VEJA, 1976e).

Se o carro, em tal caso, não é mais do que uma arma, então caberia ao *homem* reaver o protagonismo ao fazer seu mau uso, ocorrendo por responder judicialmente por seus atos.

Anos antes, em reportagem que tratava do aumento de crimes cometidos nas brigas de trânsito por motoristas armados – nesse caso, não com o carro, mas com revólver ou soco inglês –, um coronel da polícia relatava sua versão sobre o fenômeno:

O cidadão colocado no volante de seu carro se sente um super-homem. Parece que atrás daquele volante ele pretende sobrepujar todos os obstáculos que encontre no seu caminho. A arma age como se complementasse o seu ego, como se diminuísse sua angústia. [...] Todos os contendores estavam armados. Para complementar o quê? A sua fraqueza. (VEJA, 1973c).

Mais do que oferecer uma explicação ao ocorrido, o coronel oferta um retrato da face oposta do *ainda curto e tormentoso idílio entre homem e auto* (VEJA, 1976e) – retrato que, no

limite, talvez não remeta apenas ao idílio com o carro, mas do *homem* com a tecnociência. Idílio que *amplifica o homem* não apenas para as grandes conquistas em favor da vida, como também para os acontecimentos banais do cotidiano ou mesmo atentando contra a vida. Ao largo de arregimentar um tribunal próprio para ajuizar o *homem*, destaca-se tão somente a autonomia do *homem* para, junto à tecnociência, explorar e amplificar a vida ou provocar a morte.

Enquanto a ambivalente posição de protagonismo e autonomia do *homem* junto ao carro (tomado aqui como analisador da relação do *homem* com a máquina/tecnologia), o ano de 1981 fazia pulular no impresso a emergência de uma nova comunhão que transformaria sobremaneira tal posição: era anunciado ao *homem*, com todas as letras do título e subtítulo da reportagem, que ele entrava na era da *cibernética*: “A vida cibernética. Uma revolução se arma no horizonte. O computador entra na vida das pessoas e provoca mudanças radicais por toda parte” (VEJA, 1981e). A bem dizer, a relação com o computador não fazia o *homem* entrar em outra era; ele já estava nela, ou melhor, esse *modus vivendi* já parecia circundá-lo:

O mundo atual na verdade, já está construído em boa parte sobre os sólidos alicerces da cibernética. Não haveria viagens espaciais, previsão meteorológica confiável, ou transmissões de TV via satélite sem o auxílio dos computadores. Os bancos não teriam como atualizar diariamente os saldos de seus clientes – a não ser que se contentassem com poucos clientes. Grandes estruturas, como a barragem de Itaipu, são hoje calculadas com a ajuda de computador, sem o qual não haveria reserva instantânea de passagens aéreas ou conversas telefônicas via DDD. A Loteria Esportiva não poderia existir sem computadores assim como não poderiam existir centenas, literalmente, de outras atividades cotidianas. (VEJA, 1981e).

Então escancarada no impresso, é fato que a comunhão já operava nas entranhas de muitas das práticas sociais, cuja integração era contínua e em alta velocidade: “[...] nada está-se desenvolvendo no mundo com a velocidade dos microcomputadores, e isso torna nosso futuro inevitavelmente subordinado a eles” (VEJA, 1981e).

Se, em 1969, a tecnociência assegurava ao *homem* um *futuro fascinante, vertiginoso*, pelo qual o *homem* queria saber para onde poderia levá-lo (VEJA, 1969a), em 1981, a cibernética e os computadores agregaram algumas pistas importantes: primeiro, que já se estaria “[...] mergulhando a fundo no milênio que começa com o ano 2000 [...]”, e que eles iriam “[...] levar a vida humana a modificações tão profundas e espetaculares que o homem ainda não é capaz de compreendê-las direito” (VEJA, 1981e). *Grosso modo*, a configuração de uma *subordinação* quase anímica do *homem* aos computadores pareceu pouco incomodar, embora tampouco o tenha impedido de fabular cenários distópicos:

Com o crescente desenvolvimento dos computadores, muitos receiam que as posições se invertam e o homem passe a se escravizar ao computador. Mas a própria ficção científica se redime fora dos livros. “Estamos chegando num ponto”, afirma um de

seus mais celebrados autores, Isaac Asimov, “no qual os problemas que precisamos resolver vão-se tornando insolúveis sem computadores. Não temo os computadores. Temo a falta deles.” (VEJA, 1981e).

Ao que tudo indica, o cenário realmente distópico para o *homem* seria o de uma vida sem computadores, ou melhor, um cotidiano sem as faculdades que facilitavam e resolviam os problemas e as tarefas humanas. Afinal, da relação com os computadores, já não importava ao *homem* qualquer adjetivação – subordinada, escravizada etc.; os lugares de ambos estavam bem delineados: o computador operava de forma quase onipresente no cotidiano do *homem*, afiançando-lhe muita serventia prática, como o *homem* tampouco se incomodava com a anunciada irreversibilidade de uma vida que se moldava às voltas daquilo que o computador lhe ensejava. O *homem* afigurava-se, assim, protagonista da própria vontade, embora boa parte de suas necessidades fossem inviáveis sem o computador – a posição ambivalente de sujeito e objeto de sua técnica. Quanto a isso, não havia segredo nenhum: os homens, “[...] que, ao mesmo tempo, são os agentes e os destinatários dessa transformação estão provando que podem e querem conviver com ela” (VEJA, 1981e).

Em um viés adjacente ao instaurado pelo computador – que passa pela sua relação com o *homem*, sua capilaridade e transformação dos modos de vida –, destacam-se as *telas brilhantes* – termo que reúne a televisão, o videocassete e o computador –, no momento em que o Brasil era acometido por outra *invasão* tecnológica; dessa vez, a dos videocassetes que iniciavam uma revolução na relação do *homem* com a televisão no início da década de 1980.

O vídeo-cassete revoluciona e amplia o uso da TV com o mesmo impacto com que os discos e gravadores mudaram a vida do rádio. [...] Basta enfiar um cartucho no aparelho e... plim, plim... adquire-se a mais absoluta liberdade em relação às redes de televisão do país. O dono de um desses aparelhos pode colocar no seu vídeo o filme que o distribuidor ainda não trouxe para o Brasil ou mesmo aquele que a Censura proibiu; pode ver ópera no lugar da novela das 8, desenhos animados à noite, filmes de terror ao meio-dia, amanhã o programa de ontem. E, qualquer caso, se gostar vê de novo, se não gostar apressa o fim e, se quiser, repete mil vezes a mesma cena. (VEJA, 1981g).

A noção de autonomia volta à carga no excerto acima – ciente, aqui, do risco de tomá-la por um avizinhamento à ideia de *liberdade*, termo usado na reportagem. No caso, o videocassete possibilitava ao *homem* uma experiência ímpar: a de escolher o quê, quando e o quanto assistir. Desta feita, não seria por acaso que o videocassete reapareceria em 1986 como assunto de destaque no impresso, em um ano cujas vendas superaram a dos computadores, inclusive.

Com toda a certeza o arrefecimento de vendagem dos microcomputadores pessoais não significa o fim de um período de ouro da informática. “Este ano valorizou-se mais

a diversão e menos o lado prático”, sugere Bitelman. “O vídeo venceu o computador.” Não se trata de uma vitória ocasional e tampouco excludente. O videocassete, tanto quanto o computador a seu modo e medida, está embalando sua própria revolução de hábitos e costumes no Brasil. (VEJA, 1986g).

A recorrência enunciativa do impresso que, em geral, é bem assertiva quanto às *invasões*, às *transformações*, às *revoluções de hábitos*, aos *costumes* etc., provocadas pela ascensão de alguma nova tecnologia à vida do *homem*, acentua, no caso, uma associação revolucionária que estaria ocorrendo entre as propriedades do computador e do videocassete, mesmo que os benefícios conferidos ao último não tenham se alterado em nada do que se descrevera cinco anos antes – “Com o vídeo, vê-se o que se quer, quando se deseja e, ainda, pode-se repetir a mesma cena quantas vezes se aprouver. [...] Essencialmente ele continua sendo o aparelho através do qual se foge da tirania da programação das redes” (VEJA, 1986g).

Em 1986, contudo, se o videocassete não apresentava nenhuma novidade técnica, nova era sua propagação na sociedade e o subsequente entrelaçamento à vida humana: “O videocassete é parte da experiência humana sobre a Terra’, diz o escritor americano John Naisbitt, autor do livro *Megatrends*, um apanhado do impacto das conquistas tecnológicas [da] década”, e continua: “[...] ‘Não adianta tentar encontrar pontos em que o vídeo é prejudicial, pois será impossível de agora em diante viver sem uma pequena tela brilhante por perto’ [...]” (VEJA, 1986g). Daí que, reunir os novos aparatos de *telas brilhantes* em um mesmo campo tecnológico não seria nenhuma vã especulação.

E eis que, em 1995, *Veja* lança mão de seu característico eufemismo temporal a propósito do mais recente advento tecnológico do campo das *telas brilhantes* passível de destaque mundial (logo, midiático) do século XX:

O americano Nicholas Negroponte costumava ser ouvido como um profeta. Diretor do Laboratório de Mídia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, MIT, ele é um desses conferencistas que fascinam as plateias quando falam sobre o futuro. Entre os ouvintes de suas palestras já estiveram diversos presidentes americanos, líderes europeus e cientistas ganhadores do Prêmio Nobel. De uns tempos para cá, Negroponte deixou de ser um anunciador do amanhã. Fala do presente. A razão, segundo ele, é simples. O futuro chegou. O ‘efeito Negroponte’, magistralmente descrito no seu novo livro, *A Vida Digital*, pode ser sentido na multiplicação do número de computadores interligados à rede mundial Internet, a mãe de todas as redes. (VEJA, 1995c).

Era a anunciação da Internet, trazendo, ainda, o futuro a tiracolo. Como se viu, no que concerne à tecnociência, a espera pelo futuro vem desde 1969, com a chegada dos astronautas à Lua. E quando a chegada do futuro é assim enunciada, presentificando-o no tempo-presente, algo de imponente costuma irromper. Parecia ser o caso:

[...] a Internet é uma experiência humana rara [...]. Está acontecendo agora, diante desta geração. ‘A sensação é tão fantástica que me sinto um astronauta em órbita. Não porque mereça, mas por mero acaso, por pertencer a uma geração que teve acesso à comunicação global sem limites’, diz o ator Robert Redford, um veterano membro da rede. (VEJA, 1995c).

Curiosamente, a analogia do afamado ator corrobora com o intervalo de ausência do futuro, cujo aparecimento esteja, talvez, condicionado às peripécias cósmicas. Futuro à parte, a analogia oferece uma clarividente fotografia à interação ainda tenra do *homem* com a Internet. Se *a mãe de todas as redes* podia interligar os computadores – em crescente popularização, diga-se –, criava-se uma estrutura dimensional similar ao cosmos, onde cada usuário faria as vezes de um astronauta diante não de um foguete, mas de um computador conectado à Internet e interligado a um universo de informações e novas possibilidades passíveis de desbravamento.

Em 1995, porém, a Internet encontrava-se em seus tempos remotos, destilando no *homem* dúvidas de toda ordem; a pergunta (e a resposta) fundamental à época, assim, era estampada, com todas as letras, no texto da reportagem: “Mas, afinal, para que serve a Internet?” (VEJA, 1995c).

Serve para que milhões de pessoas separadas por milhares de quilômetros conversem horas a fio teclando suas frases nos computadores e pagando o preço de uma ligação telefônica local. Serve para consultar um livro ou um documento em 2 000 bibliotecas que podem ser acessadas a distância, 24 horas por dia. É melhor ler *Guerra e Paz*, o romance épico de Tolstoi, num livro convencional. Mas que tal quando se trata de levantar informações sobre o próprio Tolstoi ou sobre religiões hindus? Uma consulta dessas não demora mais do que meia hora. Centenas de bibliotecas ao redor do mundo podem ser rastreadas automaticamente em busca da informação desejada. A Internet serve também para que pessoas com interesses comuns, como os ecologistas, os gays, os médicos ou os fanáticos por esportes, conversem com suas almas gêmeas espalhadas pelo mundo. Serve para que cientistas separados no tempo e no espaço possam trabalhar em projetos comuns, compartilhando uma mesma tela mas usando teclados diferentes, um deles em Paris e o outro em Nova York. (VEJA, 1995c).

A Internet, pelo visto, conferiu à tela do computador um brilho novo, tal como aquele, quiçá, conferido à televisão pelo videocassete – uma segunda geração de *telas brilhantes*, talvez – às quais, como já se disse, “[...] impossível de agora em diante viver sem uma pequena tela brilhante por perto” (VEJA, 1986g). Mais do que isso, para além de todo o leque de possibilidades ofertada pela nova tecnologia e de tudo o que dali adviria, oportunizava-se visualizar, também, algumas das práticas cotidianas das quais o *homem* estaria se despedindo:

Adeus, telefonemas internacionais a preço de caviar. Adeus, falta de informação só porque se vive numa cidade provinciana. Adeus, conversa com o vizinho maçante quando se tem o mundo inteiro para bater papo. (VEJA, 1995c).

Com os olhos inebriados pela contemporaneidade, pelos tempos atuais, disso de que o *homem* ora se despedia pode parecer pouco, banal, decerto. Os mesmos olhos, porém, coetâneos

ainda de igual atualidade, mas doutra perspectiva, ao mirarem tal conjuntura, poderiam espreitar a possibilidade de alguma ruptura nas práticas sociais, nos costumes, no cotidiano; o *homem*, quem sabe, despedindo-se dele mesmo, não apenas ali, mas a todo momento, a cada novo advento tecnológico, a cada nova promessa de futuro a ele adjacente.

Para encerrar, duas ressalvas factuais: primeiro, a vantagem conferida ao cérebro humano sobre as máquinas em 1969 é profundamente abalada em 1997 pela possibilidade do notável enxadrista Garry Kasparov ser derrotado pela máquina, decretando, dessa forma, a limitação do humano a contrapelo da ilimitada capacidade maquínica:

Mas há uma sensação fortíssima de que o atual torneio é fundamental. Não apenas porque Kasparov pode perder, mas pelo fato de que, ao final das seis partidas, poderá surgir, pela primeira vez na história, um computador imbatível diante de um tabuleiro. E, uma vez posto, o rei mecânico do xadrez nunca mais será deposto pela simples razão de que os chips de computador continuam melhorando enquanto o cérebro humano parece ter atingido os limites de sua aventura evolutiva. (VEJA, 1997e).

E, por fim, assim como, em 1969, cobrou-se do carro a responsabilidade pelo sedentarismo do *homem*, tal mácula continuou a ser debitada não só de sua conta, como da conta da vida modificada visceralmente pela tecnologia – nomeada ora como vida *morna*, vida *industrial*, vida *urbana* etc.

São os males da vida moderna jogando contra corpinhos esguios e esbeltos. Culpa dos eletrodomésticos com controle remoto, dos telefones sem fio, das escadas rolantes e dos automóveis com câmbio automático, direção hidráulica, quatro portas e vidro elétrico, afirmam unanimemente os médicos. (VEJA, 1998g).

Sobre o carro, ao que parece, mesmo trinta anos de sofisticações tecnológicas não bastaram para amortizar sua responsabilidade.

Natureza e progresso

Se, em um primeiro momento, intentou-se delinear sinteticamente os movimentos e os deslocamentos ocasionados pela relação do *homem* com os avanços da tecnologia de modo mais direto, e com alguns efeitos mais endógenos, voltados ao próprio corpo do *homem* como ser vivente, o intento, a seguir, foi o de cartografar como tais avanços suscitaram modificações ao meio em que vive o *homem*, transfigurando, principalmente, sua apropriação e aceção de *progresso e desenvolvimento*, de um lado, e *natureza*, de outro, como dois polos que passavam a se tensionar no mesmo eixo. Tensão que, com efeito, reconfiguraria sua própria forma de

ordenar e organizar os modos de vida no âmbito social, cujo deslocamento, exógeno à sua materialidade corpórea, foi o que se buscou, aqui, circunscrever e desdobrar, haja vista sua recorrência enunciativa.

Para melhor exprimir a lida do *homem* quando tensionado, ora pela manutenção e promoção do progresso, ora pela necessidade de cuidar da natureza – e, desse modo, assegurar a visibilidade dos deslocamentos –, optou-se por uma disposição factual que toma as diferentes posições do *homem* diante das referidas tensões como balizadoras do ordenamento do texto que se segue.

No fim de 1970, a revista *Veja* lançava luz a questionamentos sobre o futuro da Amazônia – e, em consequência, também do *homem*. Enquanto asseverava que naquela década “[...] para o bem ou para o mal, está sendo lançada a sorte da maior e última reserva natural do planeta” (*VEJA*, 1970k), antevia um futuro otimista quando conferiu ao *homem* a competência de equilibrar progresso e natureza, ainda que com algum resquício de incerteza.

Dentro de alguns anos, talvez no começo do século XXI, o homem poderá ver, no lugar da atual grande floresta amazônica, o extraordinário paraíso tropical onde a civilização conseguiu pela primeira vez harmonizar a natureza com o progresso. O futuro poderá ser também oposto: cinzento e absurdo. (*VEJA*, 1970k).

Na mesma trilha, o mote de outra reportagem, também de 1970, manteve inalterada a incumbência que se creditava ao *homem* anteriormente (a responsabilidade de equilibrar progresso e natureza), agora às voltas de – de novo com ele, o carro – resolver o impacto oriundo da grande quantidade de automóveis nas limitadas vias urbanas.

Em termos do fatídico ano 2000 as perspectivas tornam-se arrepiantes. Três bilhões de pessoas — quase o total de viventes acumulados até hoje desde a época das cavernas — viverão nas cidades. Representarão mais de 50% da humanidade (eram menos de 15% no começo do século). Nos países industrializados, mais de 90%. Enquanto isso, conservado o ritmo de hoje, a população de automóveis passaria, de cerca de 200 milhões atuais, para 850 milhões. Em peso, espaço ocupado para se mover, alimentar e repousar, uma horda muitas vezes mais exigente que a dos humanos. (*VEJA*, 1970p).

Como parte da solução, a reportagem elenca uma série de possibilidades antevistas por especialistas, os quais, em comum, apostavam em uma *cidade que incorpore e humanize a tecnologia atual*.

[...] ‘O homem está afinal em condições de transcender a máquina e de criar um novo ambiente biológico e social, onde serão realizadas as mais elevadas possibilidades de existência humana’, diz o filósofo americano Lewis Mumford. ‘O homem percebe hoje que a construção de seu hábitat é a tarefa que tem de enfrentar. Estão acabando o ar, a água, o equilíbrio e as condições de vida’ – diz Mendes da Rocha. Os homens estão tentando recriá-las, criando novas coisas. (*VEJA*, 1970p).

O *homem*, pois, mantinha-se digno de confiança, seja para harmonizar desenvolvimento e progresso com a natureza, seja para criar um *hábitat* tanto biológico quanto social.

Resolver a questão referente a seu meio vital, a sua morada – ali, proeminentemente, as cidades –, parecia não ser tarefa fácil ao *homem* no decurso da década de 1970; o impresso paulatinamente já não lhe creditava muita expectativa, ao menos. Em reportagem de abril de 1973 intitulada “O desespero das metrópoles” (VEJA, 1973e), anunciava-se que, a contrapelo do que se esperava como resolução à questão da presença pujante dos automóveis em seu *hábitat*, por exemplo, o *homem* tanto abriu mão de harmonizar e equilibrar os dois polos, como pendeu para um dos polos, respondendo com mais *progresso* ao problema da equação progresso-natureza.

Da noite para o dia, nos últimos dez anos, rasgaram-se avenidas, ergueram-se viadutos, alteraram-se os cursos dos rios, inverteram-se e reinverteram-se as mãos de direção, multiplicaram-se os novos órgãos planejadores, numa febre de progresso que se alastrou por todas as capitais brasileiras. Entretanto, nada se resolveu. Diabolicamente, as soluções transformaram-se logo em problemas ainda mais graves, e aquela atividade ininterrupta, hoje observada, assume cada vez mais as formas de uma batalha desesperada, onde a preocupação principal não é mais a vitória, mas sim a simples sobrevivência das metrópoles. (VEJA, 1973e).

A *febre de progresso do homem* em 1973, que continuava aumentando a todo vapor, era contagiada, então, pela expansão imobiliária nas grandes cidades brasileiras. A respeito do Rio de Janeiro, outra crítica à ação do homem, meses mais tarde, era suscitada pelo impresso:

Com o verde engolido progressivamente pelo cinzento, a forma da cidade se altera dia por dia, numa obsessão construtiva que, em vez de aprimorá-la, parece desfigurá-la gradativamente. Nesse processo, cicatrizes insanáveis estão sendo abertas na zona sul, a grande e última reserva estética da cidade – e, justamente, no que o Rio sempre teve de mais precioso e fundamental: sua própria natureza, cheia de encantos mil. (VEJA, 1973l).

Em novembro do mesmo ano, apenas dois meses depois, a revista reservava sua capa ao notável paisagista Roberto Burle Marx, que não deixa de apregoar seu profundo incômodo com a lida do *homem* do presente em face do meio ambiente, o que, segundo ele, recairia sobre as gerações vindouras.

[...] “É meu dever, como brasileiro, vir a público com o objetivo de denunciar um dos mais monstruosos crimes que se está cometendo livremente em nosso país. Refiro-me à devastação da flora, que se acentua de dia para dia. Sobre isso se instaura a extinção da fauna e a desertificação de extensas áreas, dificilmente recuperáveis. É um atentado da humanidade contra as fontes de vida e uma forma de destruição das gerações futuras” (VEJA, 1973t).

Tomado, ainda, pela *febre de progresso* em que o *verde era engolido pelo cinzento*, acusava-se, não obstante, “[...] o homem moderno de ter associado o cimento e o asfalto à ideia de progresso” (VEJA, 1973t).

Seguindo pelo mesmo mote, em 1975, com efeito, o impresso primeiro pormenorizou os malefícios do aumento da poluição causado aos habitantes de uma cidade em São Paulo:

[...] passarinhos morriam e crianças tossiam em desespero, em Santo André. Dentro das casas dos bairros Cipreste e Jardim, os mais atingidos, as luzes acesas denunciavam uma agitação incomum, logo transportada para as ruas, que uma quente nuvem branca – ou negra, como sustentam alguns – tornava opacas. As pessoas fugiam, perdidas na bruma seca, para casas de parentes, de amigos ou qualquer outro local distante onde conseguissem respirar. (VEJA, 1975e).

Para depois alertar, com as palavras de um especialista, o preço que seria recobrado no futuro caso o então presente se mantivesse tomado pela omissão:

E o ecólogo José Piquet Carneiro, ex-presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, costumava advertir que ‘o que não for feito hoje terá de ser feito amanhã, em outras condições e a um preço ditado pelo desespero’. (VEJA, 1975e).

Do mesmo modo pelo qual o *homem*, no intervalo de cinco anos, passou de agente competente para harmonizar natureza e progresso em 1970, àquele que se posicionara ao lado do progresso e da urbanização, a despeito, inclusive, das gerações futuras – rendendo-lhe críticas e denúncias no impresso –, o mesmo *homem* também foi apresentado como quem quis diretamente explorar e dominar a natureza. “[...] ‘Será que o homem reina na Amazônia? Ou será que a terra governa o homem?’” (VEJA, 1971d), era a pergunta de uma edição de 1971, que não apenas enfatizava a importância da exploração da floresta – pelas prováveis vantagens econômicas com a extração de minérios –, como, caso logrado o intento exploratório do *homem*, fá-lo-ia mudar de patamar: de um *pequeno*-assujeitado a *deus*-conquistador da natureza.

O professor Djalma Batista, um dos maiores estudiosos da região, confia nas condições do homem moderno como conquistador: ‘A terra pode e deve ser dominada pela técnica e pela ciência, e o homem pode e deve aprimorar sua cultura pela educação e pela higiene, dentro de uma sociedade regida por novas diretrizes econômicas’. Na Amazônia que se atualiza para ser um Eldorado do nosso tempo (só a exploração da serra dos Carajás, no Pará, garante ao Brasil hoje a maior reserva de ferro do mundo), o homem, até aqui pequeno, talvez possa se sentir finalmente como um deus. (VEJA, 1971d).

E, em 1987, quase dezesseis anos depois da condição existencial do *homem* ser posta à prova, a conquista do *homem* diante da natureza – no caso, para assegurar e propagar a espécie – era novamente salientada no momento em que a humanidade chegava à marca de 5 bilhões

de pessoas – o que suscitou grande debate acerca das consequências da temida superpopulação. Eis, pois, uma breve história de triunfo e superação do *homem*:

Para podermos ser 5 bilhões, hoje, muitas montanhas foram removidas pelo homem. Só no ramo da medicina, os saltos foram grandiosos, sempre no sentido de salvar ou prolongar a vida até a popularização da pílula anticoncepcional nos anos 60 e a revolução cultural que instituiu em seguida. Entre a “Peste” dos anos 500 d.C. – que matou um em cada dois habitantes da Europa – e a epidemia de Aids, que mobiliza todos os recursos da ciência deste final de século, sucederam-se marcos de genialidade humana. Da dissecação pioneira de cadáveres empreendida por Leonardo da Vinci no século XV à inoculação de um soro antivaríola, ainda em 1796, os mistérios da vida começaram a ser desvendados. No século XIX, as vitórias em favor da vida pareciam não ter fim: primeira transfusão de sangue, produção de leite em pó, comprovação da existência de micróbios, produção do primeiro analgésico, anestesia geral. Finalmente, com o século XX, o próprio domínio sobre a morte pareceu mais próximo com a identificação das vitaminas, a descoberta da penicilina, o uso da quimioterapia, a era dos transplantes, a geração dos bebês de proveta. Toda a saga da humanidade, em seu esforço rumo a novas descobertas, foi motivada pela necessidade de se ampliar o leque de opções oferecido pela natureza ao homem. Quando conseguiu fazer suas primeiras ferramentas, o homem ganhou o direito de optar pelo tipo de animal que desejava caçar – não tendo mais de se limitar apenas àquele que estivesse ao alcance de suas mãos. O fogo o libertou do frio excessivo e permitiu-lhe optar por viver nas cavernas. A agricultura deu-lhe a possibilidade de optar por uma vida sem migrações permanentes em busca de alimento. Com as caravelas, a civilização pôde optar por desenvolver-se nos trópicos – e assim por diante. A opção que a ciência colocou ao alcance da humanidade nessa altura do caminhar humano é inédita. Pela primeira vez na História, a humanidade pode optar por diminuir o número de seus semelhantes no planeta. Pela primeira vez, também, se pode escolher algo que contraria o instinto de preservação da espécie, que manda crescer e multiplicar à vontade. Essa nova opção pode simbolizar tudo o que a inteligência humana logrou até os dias atuais – uma vitória incessante sobre a tirania da natureza. (VEJA, 1987f).

Vale ressaltar, contudo, o modo ao qual o termo *natureza* é apropriado de distintas maneiras no escopo dessas reportagens. Nas edições 110, 116, 261, 273 e 353 (de 1970 a 1975), a natureza surge como passivo de atenção e preocupação do *homem*, principalmente pelo risco que sua destruição gera à própria Humanidade – por extensão, uma edição de fevereiro de 1987 destaca o crescimento do movimento ecológico no Brasil: “[...] a consciência ecológica tem nestes tempos em que sopram ventos de mudanças constitucionais suas maiores chances de vingar num país que aprende de ano a ano como abrigar o progresso sem expulsar o verde” (VEJA, 1987b). Não obstante, quatro anos depois, em 1991, o semanário tira de cena o *ecologista* para focar no *ecoxiita*:

Depois que sumiram todas as razões para o extremismo político, só faltava essa: surgiu o xiita ecológico. [...] Para esses novos cruzados da fé no verde, os problemas ambientais parecem sempre maiores do que realmente são e a solução estaria na regressão das pessoas a um estágio primitivo para que deixem de molestar a natureza. Essa crendice é forte, mas começa a ser desfeita. As pesquisas vêm mostrando que o planeta é mais resistente do que imaginam as seitas verdes. (VEJA, 1991d).

Grosso modo, estabeleceu-se uma equação que opôs, antes, *natureza* e *progresso*, cabendo ao *homem* performar como uma espécie de contrapeso, cuja finalidade primeva era a de assegurar um equilíbrio, mas que, logo depois, passou a pender ora para um lado, ora para o outro – ou para ambos, simultaneamente: o mesmo *homem* que visava o progresso, também criticava suas consequências, seus próprios atos.

As edições 153 e 984 (de 1971 e 1987, respectivamente), alteram a equação: não mais *natureza*, de um lado, e *progresso*, de outro, mas, sim, *natureza* versus *homem*, ou melhor, *natureza* versus *existência humana*. Coube ao *homem*, pois, travar um embate infindável com a natureza para lhe superar os limites (naturais) impostos e garantir seu próprio domínio como espécie – muito embora, como se via estampado no semanário, o que deveras ameaçava a espécie eram os malefícios do progresso; e a natureza preservada, por sua vez, assegurava-a.

Acontece que, na edição de julho de 1987 (VEJA, 1987f), quando se convocara o *homem* para *vencer a tirania da natureza* em face dos iminentes perigos da superpopulação, o sentido de *natureza* é deslocado: de coisa exógena ao *homem* passa a algo a ele endógeno. Afinal, caso o *homem* contrariasse seu instinto de preservação da espécie – freando a superpopulação e garantindo sua existência –, tal logro simbolizaria sua própria vitória sobre a natureza. No limite, *natureza* passaria de *meio ambiente* a *instinto* do *homem* – um deslocamento do campo da biologia para o da psicologia –, destituindo qualquer variável da referida equação: não mais *natureza* versus *homem*, mas tão só *natureza* do *homem*. Poder-se-ia questionar, pois, se a própria ideia de progresso passara a ser parte da natureza do *homem*, se o afã pelo progresso colonizara o *homem*.

De todo modo, a natureza – seja como meio ambiente biológico, seja como instinto psíquico – despontava como algo a ser superado, pois comumente tratada como uma adversidade, um contratempo ao *homem* que visava o desenvolvimento e o progresso; e, mesmo quando sua existência parecia ameaçada, ainda assim a luta haveria de ser contra a *tiranía da natureza*, e não contra si mesmo, contra seus próprios *instintos naturais* ou contra seu pendor em destruí-la em benefício do progresso e do desenvolvimento. E, de qualquer forma, tal pendor já era manifesto nas páginas do semanário. Restava verificar, pelas mesmas páginas, o fiel da balança: qual seria a avaliação retrospectiva sobre as consequências em primar o progresso diante da natureza.

Nas palavras da edição de 1991, a resposta não chega a ser ambivalente, pois mais eufemista do que depreciativa, mas, tampouco, plenamente satisfatória. De um lado, sentenciava-se: *O futuro é esplendoroso*,

É o resultado de um século inigualável na história humana. Computadores fazem em segundos cálculos que, se todos os sábios que a humanidade já produziu pudessem ser reunidos, levariam dezenas de anos para resolver. Cientistas geram em túneis subterrâneos frações da mesma energia primordial do Big Bang, a explosão que deu origem ao universo. As células entregam seus segredos mais íntimos aos pesquisadores da genética que criam novas formas de vida e preservam congeladas em tubos de ensaio as sementes de animais e plantas ameaçados de extinção. Guerras nos confins do deserto são exibidas ao vivo na televisão. (VEJA, 1991c).

Por outro lado, aventava-se a provável decepção dos *visionários, profetas, futurólogos* de outrora que, diante do então presente, disfeririam um sem-fim de indagações.

A vacina contra o câncer, onde está? Os carros voadores, as esteiras rolantes nas avenidas das grandes metrópoles, os robôs que fazem as tarefas domésticas, as pílulas do prazer, os tetos que cobririam as cidades para controlar o regime de chuvas e expulsar as trevas da noite, onde estão? Os fins de semana na Lua e a colonização de Marte, por que não se realizaram? Que fim levaram as drogas geriátricas que puxariam o limite da vida com qualidade até os 150 anos, o telefone com imagens e as pastilhas de proteína pura capazes de sustentar um homem durante uma semana? E as usinas de fusão atômica do hidrogênio, forma ilimitada, barata limpa de produzir energia, por que ainda não estão plugadas? (VEJA, 1991c).

Quem sabe encabulados e martirizados diante de tamanho desprovimento aos olhos dos anseios de outrora, os coetâneos do presente não pareciam estar, contudo, passivos ou impotentes:

Essas maravilhas todas continuam pertencendo àquela generosa região da mente, vizinha da esperança, que é a imaginação. [...] Colonizar os planetas, visitar as estrelas, debelar o câncer e a Aids são objetivos que por necessidade estão na alça de mira da humanidade. Não foram alcançados ainda pelas imensas dificuldades que oferecem – mas não deixarão de ser perseguidos. (VEJA, 1991c).

O saldo positivo na balança do início da década de 1990 não se repetira no cômputo do fim da mesma década. Em outubro de 1999, o saldo final, ao largo de responsabilizar o *homem* pela sua predileção ao progresso, tampouco o avalizou integralmente.

Sobre o ano 2000 errou-se comodamente. Quem previu maravilhas imaginou a humanidade garimpando ouro e diamante na Lua e nos meteoros. Os materiais preciosos seriam enviados à Terra por meio de dutos gigantescos cujas bocas ficariam na altura em que hoje giram os satélites orbitais. Colônias humanas em Marte estariam planejando já a próxima aventura da raça – a conquista das estrelas. (Veja, 1999e)

A poucos meses do ano 2000, pois, nem o *homem* logrou tudo o que ele próprio almejou/projetou em décadas passadas ao privilegiar o progresso, como nem mesmo pôde satisfazer plenamente a si, então a um passo do famigerado ano. Todavia, também não permitiu a concretização de um mundo antevisto no passado por aqueles que não creiam na opção do homem pelo progresso “[...] um mundo sem sexo, com megalópoles afogadas em plásticos e outros dejetos não degradáveis.” E sequer ocasionou sua própria extinção, vale lembrar.

Biociência

O tema da *biociência* é incontestemente aquilo que diz respeito ao campo da *vida*, haja vista sua recorrência discursiva na fonte documental desta pesquisa. Entende-se por biociência (ou *biomedicina*), aqui, um subgrupo temático da empiricidade *vida*, que se caracteriza por focalizar em uma espécie de atuação sobre o corpo humano, chancelada por alguma autoridade considerada competente e avalizada socialmente para tal; os ditames científicos, comumente. Tal atuação tende prover algum tipo de benefício ao organismo – aprimorar, curar, consertar, incitar etc. são verbos que exemplificam sua natureza –, e propicia a possibilidade de forjar uma bipartição técnica: a atuação direta de uma *expertise* biomédica sobre o corpo do homem, ou a atuação do *homem* sobre o próprio corpo, mesmo que, geralmente, atrelada aos ditames especializados, pois por eles incitadas.

Guiando-se pela ordem cronológica – de setembro de 1968 a dezembro de 2000 –, vale corroborar, antes, que a referenciação profusa da *expertise* científica nesse subgrupo (biologia, medicina etc.), é coadunada pela topologia enunciativa do impresso, como é possível verificar, logo em 1969, a distinção posta pela sua enunciação ao proeminente papel social do cientista, já no título da reportagem:

A sociedade industrial fez surgir o operário, a sociedade pós-industrial vê aparecer o cientista, o homem mais importante deste século. Aplaudido, cumprimentado, promovido, o cientista será cada vez mais convidado a assessorar os donos do poder. (VEJA, 1969d).

E, acaso algum contemporâneo da pesquisa questionasse o porquê de tamanha reverência ao cientista à época, o impresso não o frustraria:

[...] Por que, de repente, todo esse interesse pela ciência? O avanço do conhecimento científico à razão de 100% a mais cada seis anos; a corrida para a conquista do espaço sideral; a paz equilibrada sobre um poderio bélico que precisa aumentar e se sofisticar a cada dia, com novas descobertas e invenções, deslocaram o interesse da humanidade para uma classe que forneceu deuses ao velho Egito e bruxos às fogueiras da Idade Média: os cientistas. (VEJA, 1969d).

Haja vista sua atuação em distintas áreas estratégicas – *corrida espacial, poderio e sofisticação bélica* etc. –, está na conta do saber-poder do cientista o crédito de ser cada vez mais requisitado como um agente imprescindível às decisões políticas de um país.

Por essas descobertas, o cientista é a personagem-chave da aventura da humanidade, retém quase a totalidade do saber. Confirmada a tendência atual de influenciar cada vez mais, acabará também exercendo o poder, não diretamente, mas por força de seus conselhos. “A sociedade do futuro deverá ser dirigida por homens de mentalidade

científica”, diz Jacques Danon, “Não por um cientista, mas por políticos que raciocinem como cientistas.” (VEJA, 1969d).

Além do destaque dado à retenção de um saber de muita valia em um tempo marcado pela Guerra Fria – em decorrência da intensa disputa político-ideológica entre os EUA e a URSS –, extraem-se, da prática científica, os predicados que denotavam valor naquele momento, os quais deveriam ser imperativos agregados também aos políticos, ao seu *modus operandi* comportamental: *frieza, racionalismo, capacidade de decidir sem paixão*. Ademais, a monta de tais imperativos, encarnados ou não no cientista, era notabilizada pelos esforços tanto dos países que polarizavam o domínio científico, bélico e ideológico no mundo, quanto do Brasil para coadunar, a eles, seu futuro: “[...] os governos não podem mais viver sem a assessoria dos cientistas. Por isso, Estados Unidos e União Soviética têm assessores científicos. E, no Brasil, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas é uma espécie de ministro sem pasta” (VEJA, 1969d). Tamanha pujança conferida ao cientista e à ciência não haveria de ser em vão:

Em “O Ano 2000”, Herman Kahn prevê a evolução de alguns países para uma sociedade pós-industrial, especializada na prestação de serviço, e onde o cientista e o pesquisador serão os mais importantes. Mas, enquanto o futuro não chega, a preparação para a sociedade pós-industrial exige cada vez maior número de técnicos e as nações mais desenvolvidas se dispõem a pagar muito a esses homens. Neste momento, laboratórios americanos e russos estudam o desenvolvimento entre outros, da holografia (fotografia, cinema e TV em três dimensões reais, com a possibilidade de ver objetos por trás ou ao seu redor, bastando o observador mudar de posição), de métodos químicos para a melhora da memória, da automatização completa de mercearias, luas artificiais para iluminação de grandes áreas de cidades, controle da reprodução (com modificações genéticas visando a um melhor aproveitamento) de animais. (VEJA, 1969d).

E, dentre tantos projetos em marcha, um em especial inaugura a bifurcação aqui proposta, a que supõe a atuação direta ao que concerne o corpo humano: nesse caso, o estudo dos laboratórios *por métodos químicos para a melhora da memória do homem* (VEJA, 1969d). Embora a atuação inaugural acima esteja alocada na ramificação da atuação especializada direta – elencar-se-á, antes, as atuações do *homem* sobre o próprio corpo.

Biociência: atuação indireta

Coincidência ou não, não haveria melhor ocasião performadora a respeito da segunda ramificação, quanto o que se anunciava na reportagem da edição 203 da revista, em 1972. A matéria destacava o avanço do método Cooper, sobrenome do médico estadunidense (Kenneth), que viria a se afamar mundialmente tornando-se sinônimo, primeiro, de um teste de corrida para mensurar o condicionamento aeróbico e, mais tarde, simplesmente da prática da corrida.

O método Cooper popularizava-se pelo mundo em torno da expectativa atrelada a ele, tanto de prevenir doenças como de tratá-las: “[...] o chamado método de Cooper já parece ser um instrumento fundamental na prevenção, por exemplo, de doenças cardíacas — e no próprio tratamento de pessoas com problemas de coração” (VEJA, 1972i). Segundo a reportagem, não havia quaisquer dúvidas quanto a sua eficácia: “Hoje, já está provado que, com o treinamento atlético, um doente pode atuar diretamente sobre seu próprio organismo, em vez de depender da ação temporária das drogas” (VEJA, 1972i).

Para além dos promissores efeitos práticos, contudo, enunciava-se ao *homem* a opção de se subordinar menos à atuação e à intervenção direta da biomedicina sobre seu corpo (pela via dos medicamentos, no caso – *depende da ação temporária das drogas*), pela faculdade que lhe fora franqueada pelo novo método – ratificado pela biociência, vale lembrar – de atuar sobre si mesmo, ofertando-lhe, no limite, o condão de subordinar mais ou menos o próprio corpo, ou de atuar com mais autonomia sobre ele. Ou seja, não se trata de aferir o grau de condicionamento do *homem* aos imperativos da biociência – e, menos, conferir se ele estaria dentro ou fora dos tais jogos veridictivos: sabe-se, afinal, que o *homem* é tão só sua materialização última e em atualização, cuja constância será concomitante às mutações veridictivas do tempo. Trata-se, pois, apenas de tangenciar/distinguir as atuações cujos imperativos geram maior passividade ou protagonismo ao *homem*; atuações diretas ou indiretas, por assim dizer.

Pela mesma trilha segue-se, em 1974, a chamada *galopante dietomania*, um fenômeno que o brasileiro vivia, o de querer emagrecer, haja vista que “[...] dez anos para cá, as populações do Rio e de São Paulo têm engordado muito, em todos os sentidos” (VEJA, 1974i). A novidade naquele momento, no entanto, vinha da “[...] dietista atualmente mais procurada, dra. Berenice Carneiro, [que] acrescenta mais um dado, quando nega que a obesidade seja hereditária. ‘Hereditários são os hábitos alimentares’, garante” (VEJA, 1974i). E, se as causas da obesidade têm menos relação com a hereditariedade do que com os hábitos alimentares, delega-se à atuação do *homem* sobre si mesmo a incumbência de modificar a própria condição.

Esses se situam entre o que os médicos chamam de pessoas de força de vontade, expressão frequentemente aplicada para alcoólatras, toxicômanos ou fumantes que abandonam seus vícios. É que, perante os novos conceitos da endocrinologia, a obesidade não passa de um vício. E, em outro raro episódio de unanimidade, os dietistas afirmam que somente uma minoria de seus pacientes tem problemas glandulares ou metabólicos como causa de seus excessos de peso. (VEJA, 1974i).

Para o saber científico em voga naquele tempo-presente, o *homem* estava a cargo da sua própria *força de vontade* para, de fato, superar o *vício* alimentar.

De forma parelha foi que a ciência se ateuve sobre o câncer, no início de 1976. Na reportagem da edição 388, a revista partilhava, com os leitores, as indagações científicas a respeito das possíveis causas da doença: “Até que ponto, pergunta-se, o câncer não seria também um produto da própria vida que se leva hoje em dia?” (VEJA, 1976c).

Cientistas que lideravam estudos recentes à época apontavam o câncer como uma doença relacionada aos hábitos do *homem*, “Pois o câncer, pensam eles, poderia estar mais ligado aos hábitos cotidianos, desenvolvidos pela civilização industrial, do que à ação de algum vírus misterioso.” E, se até então “[...] a ênfase das pesquisas sobre as causas do câncer vem sendo posta em vírus e bactérias, em possíveis mutações no patrimônio genético do paciente, em eventuais fatores hereditários [...]”, o impresso afirma, por conseguinte, que “[...] se os pesquisadores decidissem retirar seus olhares do foco dos microscópios, poderiam observar curiosas coincidências relacionadas à propagação da moléstia. E, quem sabe, descobrir novas inspirações para seu trabalho” (VEJA, 1976c, 11/02/1976).

Que significado oculta, por exemplo, a relação, estatisticamente comprovada, entre o hábito de se comer carne de boi todos os dias e o câncer na vagina? Por que os empregados de indústrias de plástico são mais afetados do que outras pessoas aos tumores cancerígenos do fígado? Que motivo faz os japoneses se mostrarem mais vulneráveis do que os argentinos diante dos cânceres do estômago e esôfago? Que razões explicariam o fato de que metade dos pescadores de Sumatra e das ilhas Fiji morre antes dos 50 anos, vitimados frequentemente por erupções cancerígenas na pele? Todas essas indagações acabaram merecendo recentemente certa deferência por parte da Sociedade Americana do Câncer e do formidável Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos – as duas entidades decidiram convocar um grupo de conceituados especialistas, inclusive uma dezena de Prêmios Nobel, sugerindo-lhes que esquecessem suas habituais preocupações com a gênese interna dos tumores cancerígenos ou sobre as estruturas celulares afetadas, para se deterem nessa questão básica – o câncer não seria uma doença provocada pelo próprio homem? (VEJA, 1976c).

Diferentemente da responsabilidade conferida ao *homem* obeso, nesse caso, a margem de atuação sobre si mesmo é abalada na mesma medida dos fatores a ele exógenos, a saber, pelo desenvolvimento industrial e as possíveis consequências no organismo.

Em 544 páginas de relatório, reunidas sob o título de “Pessoas Sob Alto Risco de Câncer”, os cientistas insinuaram que o câncer vem se revelando, cada vez com maior clareza, uma doença típica do meio ambiente. Para contraí-la, portanto, não parece indispensável a intervenção do mecanismo hereditário ou de agentes viróticos desconhecidos. E nem mesmo que se desencadeiem, de dentro do organismo da eventual vítima, explosivas metamorfoses de caráter genético. Tais mutações podem realmente ocorrer, dizem os especialistas, contudo as causas vêm de fora. O simples ato de comer, beber, tocar um objeto ou respirar já pode ser suficiente para condenar qualquer indivíduo ao câncer. (VEJA, 1976c).

Desta feita, se não é conferido ao *homem* a possibilidade de atuar em si mesmo para evitar a doença, é-lhe conferido o encargo de alterar, quem sabe, os rumos do progresso, visto

que “As advertências continuam a brotar, em quatro pontos-chave da investigação cancerológica, ligados aos hábitos do cotidiano e ao meio ambiente” (VEJA, 1976c).

Doravante, em 1979, o denominado *culto ao corpo* foi, provavelmente, o fenômeno mais *autocentrado* do *homem* no que toca à atuação junto ao próprio corpo, ao menos no encaixe da superfície textual do impresso à época.

Forma física – estas duas palavras, que o brasileiro acostumou-se a ver associadas apenas a jogadores profissionais de futebol, desceram, definitivamente, para a vida cotidiana de cada um. Centenas de milhares de brasileiros, em suma, descobriram que um de seus maiores interesses, quando não é o maior, é o próprio corpo. (VEJA, 1979i).

Somadas às atividades físicas, o *culto ao corpo* exigia, para seu logro, tanto uma atenção especial ao que se comia – “A alimentação também é um ponto fundamental para o bom condicionamento físico e, aqui, entram as dietas” –, quanto o exercício de alguns predicados comportamentais. “A manutenção de uma silhueta afinada sempre dependerá, sobretudo, de uma dose considerável de disciplina” (VEJA, 1979i). Diante disso, caso não lhe faltasse nenhum dos tais requisitos – atividades físicas regulares, alimentação apropriada e disciplina –, franqueava-se ao *homem* a possibilidade de cultuar e esculpir sua forma corpórea.

Por outra vereda, foi possível frisar os termos *conscientização* e *responsabilização* para abarcar, no ano de 1980, tudo o que concernia à prática da defesa da saúde humana. Em abril do mesmo ano, enquanto no Brasil se discutia a proposta de “[...] uma ampla campanha educativa dos jovens, a proibição do fumo em ambientes fechados e uma limitação na propaganda de cigarros” (VEJA, 1980f), em Genebra, a 33ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) seria “[...] inteiramente dedicada ao combate ao fumo, um vício que, segundo o diretor geral da OMS, Halfdan Nahler, ‘é, provavelmente, a maior das causas evitáveis de má saúde no mundo’” (VEJA, 1980f).

E, já em agosto, uma reportagem do mês enfatizava o esforço necessário “Para salvar o coração”, haja vista o subtítulo da reportagem: “Um terço das mortes no Brasil se deve ao coração – e os médicos acusam a pressão alta, o fumo, a comida gordurosa e o stress” (VEJA, 1980o). Assim, organizou-se, no país, a *Semana do Coração*, “[...] patrocinada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, e a televisão transmitiu, no horário nobre, anúncios sobre a necessidade de medir a pressão, jornais e rádios alertavam para os riscos da obesidade, do fumo, da falta de exercício, da hipertensão ou pressão alta” (VEJA, 1980o).

Se as investidas, tanto ao combate ao fumo quanto às doenças do coração, visavam a conscientização da população quanto aos seus males e às possibilidades de prevenção, parece ser incontestável o intento de, partindo da sensibilização, transferir às pessoas a responsabilidade

pelos seus atos. O modo como se exerceram tais investidas, contudo – nas linhas do impresso, diga-se –, foi, no mínimo, bem incisivo. Primeiro, a advertência da OMS, sem delongas: “[...] ‘Fumo ou Saúde – A Opção é Sua’” (VEJA, 1980f). Depois, o arremate da própria reportagem: “Agora chegou a vez de a população tomar providências: cada um tem condições de, evitando os fatores de risco, não chegar ao centro cardiológico de maca – mas em pé para os exames preventivos” (VEJA, 1980o). Destarte, não restaria margem para duvidar de que ao *homem* foram conferidas e informadas as opções, as condições e a autonomia para escolher livremente, ao menos no que respeita, de um lado, a saúde e a prevenção e, de outro, a doença.

Depois de um intervalo de dez anos o impresso voltava a dar destaque de capa para um tema que contempla a atuação do *homem* sobre si, apesar do texto lá contido sugerir o oposto – “A conquista do sono: As novas armas da medicina para dormir melhor” (VEJA 1993a) –, pois, a respeito das referidas *armas da medicina* da época,

Os médicos acham difícil chegar a uma solução química do tipo bala de prata, mas apostam no avanço das drogas, terapias de relaxamento, na mudança de hábitos das pessoas e na exigência das empresas com relação a seus funcionários. (VEJA, 1993a).

Isto é, nem a medicina havia chegado, ainda, à desejada *solução química* – a contragosto daqueles que, tais como “Mães, estudantes, motoristas de caminhão, executivos compulsivos, leitores vorazes e outros insones por opção ou necessidade torcem para que a ciência consiga produzir um dia uma pílula do sono” (VEJA, 1993a) –, como tudo o que estava ao alcance do *homem* necessitava, em grande dose, de sua atuação direta – buscar terapias, mudar hábitos pessoais e de trabalho. E, àqueles que ansiavam tornarem-se perdulários da *pílula do sono* – afinal, “Bastaria um copo d’água e um comprimido para repor uma noite perdida” (VEJA, 1993a) –, eram, no fim das contas, advertidos de que o passivo do sono seria pago com irritação, dificuldade de concentração e lapsos de memória:

Quem fica acordado quando deveria estar dormindo, seja por algum distúrbio de saúde, por obrigação ou estilo de vida, tem uma conta a resgatar com o organismo. Os médicos dizem que essas pessoas têm um “déficit de sono”. Esse déficit é cobrado no dia seguinte. Muita gente paga a conta em todos os dias seguintes, ano após ano, na forma de irritação, dificuldade de concentração e lapsos de memória. (VEJA, 1993a).

Ou, ainda, que a consequência pelos (supostos maus) hábitos seria debitada da própria vida, a fundo perdido do mercado de trabalho.

“Para os que se sobrecarregam a ponto de ficar com poucas horas destinadas ao sono, trabalhando em três empregos, por exemplo, não há conselho possível”, garante o neurologista Martinez. “São pessoas que estão simplesmente vendendo sua saúde no mercado de trabalho.” (VEJA, 1993a).

Mas, enquanto em 1993 alertava-se para a importância do sono para o bom funcionamento da mente – “O sono é um investimento na manutenção e melhoria das capacidades mentais e do estado de alerta” (VEJA, 1993a) –, em 1998 já abundavam informações sobre formas ativas para aqueles que desejassem melhorar seu desempenho mental/cerebral, o que viabilizaria, sobretudo, a promessa de uma extensão vital orgânica.

Descobriu-se que, ao contrário dos outros órgãos do corpo humano, ele [o cérebro] pode melhorar seu desempenho durante a vida. A única exigência é que seja permanentemente treinado e exercitado em atividades intelectuais. [...] O cérebro bem estimulado em tarefas como leitura, aprendizado de novas línguas, resolução de problemas matemáticos ou mesmo em tarefas rotineiras no trabalho pode esticar a longevidade de uma pessoa e evitar que ela sofra de problemas típicos da velhice, como a senilidade e a perda de memória. (VEJA, 1998e).

Nada mal, aliás, para o futuro do *homem*, caso o vaticínio do professor Gilberto Xavier estivesse correto – “Para a ciência, a década de 90 está sendo a das descobertas sobre o cérebro. E acredito que o século XXI deverá ser o século cerebral.” (VEJA, 1998e). Caberia então ao *homem*, e tão somente, munido de tantas informações científicas, dobrar a aposta e atuar mais e mais sobre o próprio corpo, a fim de recuperar, oxalá no futuro, uma previdência de tempo-vital, uma espécie de *mais-vida*.²⁶

Biociência: atuação direta

A seguir, cabe seguir a trilha dos enunciados que performaram o outro eixo da bipartição caracterizada pela atuação da *expertise* biocientífica sobre o corpo do *homem*, elencando os modos de ação ou de intervenção direta que tencionavam, sobre o corpo/organismo, aprimorar sua capacidade, curar seus males, superar seus limites etc.

No início de 1970, pois, o texto de capa “Os problemas do bebê de laboratório” (VEJA, 1970c), a reportagem da Veja expunha algumas das questões que permeavam a sociedade com o advento dos “[...] bebês de proveta, embriões gerados na mistura de óvulos e espermatozoides sob a luz fria de um laboratório” (VEJA, 1970c).

Dentre tantas questões elencadas, destacavam-se as de cunho mercadológico – “Mãe de aluguel poderá ser profissão rendosa ainda este ano. O mercado já promete muito: cinquenta mulheres inglesas estão à espera da vez para terem seus bebês de proveta [...]” (VEJA, 1970c); as dúvidas de teor legal – “[...] E a quem pertencerá o filho? Aquela que fez o pedido ou à que

²⁶ Termo que toma de empréstimo o conceito de *mais-valia* de Karl Marx: uma expansão vital, o excedente temporal de um sem-fim de ações sobre si que o *homem* lança mão no presente para estender e *previdenciar* o futuro (RUSSO; MACHADO, 2018).

o carregou no ventre por meses?” (VEJA, 1970c); e os temores religiosos e morais – “Os sacerdotes e o próprio Vaticano [...] temem as consequências surpreendentes [...] que poderão surgir quando a fecundação em tubo se tornar uma rotina. ‘Quem poderá dizer, no futuro, como será a criança? Poder-se-á saber quem é o pai?’ [...]” (VEJA, 1970c). Em todo caso, mesmo em meio a tantas questões e incertezas, pareciam indubitáveis as marcas engendradas pela atuação dos cientistas que tangenciaram “[...] a esperança de milhões de mulheres impossibilitadas de ter filhos: nos tubos de ensaio de sua imaginação, elas vêem as fantasias carinhosamente criadas tomarem aos poucos a forma de uma criança” (VEJA, 1970c). No caso, a ciência atuara sobre o corpo humano, transpondo-lhe os limites que ora se configuravam como tais.

Em 1975, dois eventos de atuação biocientífica eram destacados pelo impresso: a alta procura por clínicas de sexologia por homens em busca de soluções à impotência sexual e o avanço tecnocientífico da cardiologia, que renovava as esperanças de pessoas já acometidas por problemas cardíacos ou das que poderiam ainda desenvolvê-los.

No primeiro evento, a sexologia fora descrita como

[...] um território da ciência médica que, superando os limites da psiquiatria e da fisiologia sexual, pretende ocupar-se sistematicamente do sexo, em todas as suas manifestações e disfunções. Mais que tudo, ao emergir agora com luz própria, a sexologia pode estar se tornando a corda de salvação para toda uma torturada faixa da humanidade – a dos desajustados sexuais [...]. (VEJA, 1975i).

No segundo, descreveram-se alguns dos avanços provenientes da recente revolução da cardiologia

[...] a cardiologia atravessou da treva para a luz, do medo para a esperança. A massagem cardíaca, instrumentos como o desfibrilador (que reativa o coração através de descarga elétrica), a nova linha de reabilitação, as cirurgias (25 000 por ano, só nos Estados Unidos) todo um conjunto de atitudes, aparelhos e técnicas conduz à certeza de que o cardíaco deixou de ser um condenado à espera da execução de sua sentença. Sobretudo, ele não é mais um imprestável, recusado como incapaz em quase todos os exames médicos para admissão em empregos o que, obviamente, só apressava seu fim. (VEJA, 1975j).

Ambas as ocasiões condicionavam o *homem* a uma posição passiva – a única posição possível em face dos temas em questão, talvez; passível, do mesmo modo, unicamente da atuação biomédica ora para sua salvação sexual, ora para ser absolvido da sentença presente ou futura do próprio coração.

Na década de 1980 passava a despontar, em duas matérias de capas da *Veja*, o tema da cirurgia plástica. Não obstante intervalados por cinco anos, os títulos e os subtítulos de ambas pouco diferiram entre si. Em 1981, “A medicina da beleza. A cada dia o ser humano descobre novas armas que o ajudam a vencer, das mais variadas formas, sua luta pela beleza e pela

juventude” (VEJA, 1981b) e, em 1986, “Construção da beleza. Com o progresso da medicina, a cirurgia plástica torna-se uma arma cada vez mais eficaz na luta pela melhoria estética e na busca da juventude” (VEJA, 1986a). A busca por beleza e juventude eram os imperativos estéticos em voga, e as *armas* estavam a cargo da medicina, nessa referida luta travada pela humanidade contra a imperfeição e a finitude orgânicas.

Na reportagem de 1981, a descrição do método da medicina para esculpir a beleza no corpo, acabava por atrelar tal prática estética, antes, à busca da felicidade, diferentemente de outras áreas da medicina que podiam apenas evitar o sofrimento físico. A beleza parecia se tornar sinônimo de felicidade.

De um modo geral toda essa parafernália de técnicas, métodos e substâncias, que se propõem a realizar a esperança do ser humano de ficar mais belo e manter-se jovem, segue em três sentidos básicos: consertar o que está errado; curar o que está doente – e por isso torna feio –; e conservar o que está bem, para que não estrague. [...] Seu rumo, porém, está definido [da medicina da beleza]. Ele tem o sentido da busca da felicidade e não só o de evitar o mal e suprimir o sofrimento físico, como ocorre com a maior parte dos demais campos da medicina do gênero ‘o que arde cura’. (VEJA, 1981b).

Na edição de 1986, a cirurgia plástica, então vinculada à prática do *culto ao corpo*, atuava no corpo para superar os limites do que a atividade física não era capaz.

A onda de culto ao corpo que marcou os anos recentes liberou milhares de mulheres e homens do temor das críticas e eles passaram a sentar-se nas salas de espera dos cirurgiões plásticos com uma desenvoltura cada vez maior. Boa parte dos candidatos à cirurgia estética são pessoas da geração *jogging*, gente que passou os últimos anos malhando nas academias de ginástica para finalmente concluir que os exercícios não resolvem tudo. (VEJA, 1986a).

Em suma, a chamada *medicina da beleza* performara, nas práticas do *homem* na década de 1980, tanto o avizinhamento do ideal da estética corpórea ao da felicidade quanto atuou transcendendo as limitações do *homem* que se via incapaz de modelar seu corpo, quando intentava atuar ele próprio sobre si mesmo.

Doravante, irrompia nas páginas do semanário, ainda na década de 1980, o destaque conferido ao ostensivo tema da *Engenharia Genética*. Logo na primeira edição da década, o título e o subtítulo da reportagem toda dedicada aos mais importantes avanços da tecnociência e da biociência – em que o computador e a biologia estavam dispostos com o mesmo grau de importância revolucionária que adviria à vida humana –, continham uma ressalva que levaria a biologia ao lugar de maior destaque década adentro: “As descobertas cibernéticas continuarão a assombrar a humanidade; mas, nos anos 80, a Biologia vai tomar o lugar de Rainha das Ciências” (VEJA, 1980a).

Tal destaque conferido à biologia era legatário, em boa medida, das esperanças do *homem* em face das atuações biocientíficas sobre sua saúde, seu corpo, sua longevidade orgânica – e, no limite, sobre seu futuro.

O campo mais explosivo da Biologia – que muitos veem como a “Rainha das Ciências” nos anos que se abrem à frente – é, sem dúvida, o da Engenharia Genética, esta fascinante pedra filosofal dos cientistas pela qual vida nova se cria atualmente nos laboratórios. [...] Pela implantação de genes humanos em bactérias, esses centros biológicos já conseguiram produzir um tipo de bactéria capaz de excretar insulina humana e, portanto, de alterar o curso da história da diabete. Outra libera um hormônio responsável pelo crescimento. Breve virão vacinas. Pode ser ainda um pouco cedo para a grande esperança, mas os engenheiros genéticos avançam silenciosamente rumo à invenção de um agente contra o câncer – e o retardamento da velhice, ou prolongamento da juventude, é algo que já se delinea com razoável clareza para o futuro. (VEJA, 1980a).

Em 1981, o tema foi retomado pelo semanário não só como a maior revolução científica desde então, mas também como o campo que remodelaria o futuro da ciência e da biologia.

No filão da Engenharia Genética não só se descobriu um grande negócio, mas também um dos grandes negócios do futuro, em torno de uma ciência que redesenhará uma parte desse futuro. Assim como a Engenharia Civil constrói prédios, a Engenharia Genética constrói organismos. E este novo mundo de criação racional tem, desde junho do ano passado, a proteção legal da Corte Suprema dos Estados Unidos, onde, pela primeira vez na existência, o homem reconheceu em si próprio o direito de criar – e, portanto, de explorar – a vida. [...] “Hoje, o estudo da Biologia é algo tão impensável sem a manipulação do DNA como o é a navegação sem a bússola” diz Charles Weissmann, o criador da empresa Biogen e fabricante do interferon na Suíça. “Nessa revolução” continua ele, “não há possibilidades de exagerar quando se pensa no que a Engenharia Genética poderá produzir.” (VEJA, 1981i).

Do excerto acima, vale ressaltar o condão auto-outorgado pelo *homem* para criar e explorar a vida; no limite, o *homem* (re)patenteava a vida, arrogando-a para si não mais como *ser vivente*, como quem porta a vida, mas como ser que podia, a despeito da forma tradicional da reprodução sexual, criar vida por mérito próprio – “Assim, a existência de novos organismos tornou-se patenteável, submetida às mesmas leis que protegem inventos, como o da frigideira que não gruda a fritura” (VEJA, 1981i).

E, como em qualquer advento considerado revolucionário, pululavam dúvidas e questionamentos de toda ordem; dentre essas, há aquela conferida ao futuro do *homem* defronte à sua nova ferramenta de manipulação genética:

Outra questão é saber-se se as técnicas da Engenharia Genética poderão um dia aplicar-se ao homem, diretamente, para mudar-lhe as características. Os genes são literalmente responsáveis por tudo o que molda um homem, da cor dos cabelos e do formato do nariz a sua resistência orgânica contra as doenças. Interferir na composição genética equivale, portanto, a alterar o rumo seguido na formação de um ser humano. (VEJA, 1981i).

Em tal cenário, do *homem* lhe era desdobrada uma espécie de campo de atuação, onde ora atuava como sujeito, ora como objeto de sua prática; uma vez que criara métodos que lhe permitiam intervir e manipular organismos, estava ciente de que tais interferências poderiam conferir, a si próprio, outra forma orgânica – e, quem sabe, controlar e modular seu próprio porvir:

A Engenharia Genética desenvolveu-se aceleradamente ao longo dos anos 70 e entra nesta década como uma promessa radiante para o futuro. [...] os laboratórios preparam-se para pôr em circulação um punhado de produtos miraculosos – fruto de uma técnica que é, de longe, o mais poderoso instrumento que o homem tem nas mãos, desde a liberação das forças do átomo, para moldar seu futuro. (VEJA, 1981i).

Como que à espreita das promessas alardeadas pela engenharia genética, *ipso facto*, outros enunciados ladearam seus passos na mesma década, ora com mais, ora com menos êxito. O câncer, por exemplo, que cinco anos antes fora tratado como uma *doença do ambiente e dos hábitos*, voltava a ser destaque de capa do semanário em razão do desenvolvimento de substâncias químicas que podiam combatê-lo. A despeito do reforço da engenharia genética, porém,

Na eterna guerra entre a engenhosidade do homem e um de seus mais antigos e impiedosos inimigos, o câncer, a quimioterapia surge como uma arma revolucionária. Não se trata de algum milagre. Apesar dos 15 000 pesquisadores que diariamente se debruçam sobre os microscópios eletrônicos, dos computadores que permitem o desenho de novas moléculas e dos prodígios da Engenharia Genética, a doença continua sua obra destruidora. (VEJA, 1981i).

Algo similar ocorria na investida da biociência genética a fim de amenizar as preocupações de pais e mães sobre a gestação dos filhos. Em 1987, o texto de capa da revista – “Riscos da gravidez. O medo de ter bebês que nascem com defeitos” – associados ao subtítulo da reportagem – “O árduo e comovente aprendizado de pais que veem nascer um filho anormal” (VEJA, 1987g) –, imprimiam o tom dos anseios em voga.

Os cientistas já conseguiram, para uma dezena dessas anomalias, até mesmo localizar dentro do cromossomo qual a porção genética responsável pelo distúrbio. Vai chegar o dia em que numa delicadíssima operação genética, os cientistas poderão simplesmente “desligar” quimicamente o gene defeituoso impedindo-o de gerar a aberração física ou mental. (VEJA, 1987g).

Embora os estudos genéticos já ofertassem aos pais algumas garantias gestacionais, os limites da genética eram evidenciados quando se alocava para o futuro a íntegra de sua pretensa (*Vai chegar o dia*). No fim da década de 1980, a engenharia genética ainda mantinha seu estatuto promissor, um tanto malgrado, todavia, na função de coadjuvar as demandas do *homem*.

Doravante, enquanto as expectativas sobre a área da biologia genética se arrefeciam com suas mais promissoras promessas (o *homem* que cria a vida e molda seu organismo e seu futuro orgânico) – não à toa desacreditadas no fim dos anos 1980 –, emergia no início da década de 1990 nas capas da *Veja*, um dos temas mais longevos do semanário dali em diante, o qual, ironicamente, fazia referência à obstinada busca do *homem* pela longevidade e pela manutenção da juventude.

[...] a pessoa que deu adeus à juventude há muito tempo e agora penetra numa zona cinzenta chamada velhice, que ninguém sabe direito quando começa, mas sempre se procura adiar ao máximo porque ela é sinônimo de solidão, desprestígio, insegurança e doenças. [...] “Todo mundo quer parecer jovem hoje em dia”, diz o cirurgião plástico paulista Pedro de Albuquerque. O pior é que o culto da juventude nas sociedades ocidentais faz as pessoas se sentir velhas cada vez mais cedo, antes de os netos aparecerem, antes da aposentadoria... (VEJA, 1990b).

A biociência, por sua vez, parecia bem alinhada e atenta a esse desejo do *homem*. “Mais do que em qualquer outro período da História da humanidade, a ciência vem penetrando nos segredos biológicos do envelhecimento e abrindo caminhos novos para tratamentos capazes de tornar a maturidade uma época produtiva” (VEJA, 1990b). Desejo que não seria suprido apenas pela extensão temporal orgânica; a maturidade deveria ser, também, uma extensão vitalista, ou seja, não apenas ampliar o tempo de vida, como manter, também, sua qualidade produtiva.

[...] “Estamos tentando acrescentar vida aos anos, e não anos à vida”, resume o geriatra Edward Schneider, da Universidade do Sul da Califórnia. Dito de outra maneira, o foco da medicina atualmente não é ganhar anos, alongando a velhice, mas torná-la cada vez mais parecida com os primeiros anos da idade madura. (VEJA, 1990b).

O embate do *homem* com o envelhecimento perduraria por toda a década de 1990, ainda que de forma subjacente em 1993, quando o semanário anunciava a nova descoberta científica relativa aos benefícios da complementação vitamínica ao organismo humano. Tanto o subtítulo – “Os cientistas descobrem que superdoses de algumas vitaminas podem ajudar a evitar o enfarte, certos tipos de câncer e retardar o envelhecimento” (VEJA, 1993c) – quanto o excerto que se segue, evidenciam o potencial das superdoses vitamínicas contra o envelhecimento, embora essa não fosse seu foco principal:

Só agora surgiram as primeiras evidências científicas incontestáveis de que o banho químico das vitaminas pode ser um bom investimento no corpo. No ano passado, o médico James Enstron, epidemiologista da Escola de Saúde Pública da Universidade da Califórnia, Los Angeles, divulgou um estudo que mostra o impacto do consumo de vitamina C na atenuação de alguns sinais de envelhecimento. (VEJA, 1993c).

Em todo caso, atuar e *investir no corpo* pelo *banho químico das vitaminas*, embora o benefício da ação contra o envelhecimento e a finitude do corpo humano emergisse ladeada na

reportagem se comparada aos outros proventos na saúde orgânica (enfarte e câncer), sua menção seria sempre benquista à época. Tanto que, dois anos mais tarde, em 1995, quando o semanário anunciava os novos subsídios químicos ofertados pela biociência permitindo à mulher transgredir os limites orgânicos impostos pela menopausa, o destaque maior atinava à promessa de que, pelo amparo hormonal, a mulher poderia ter sua vida prolongada, tanto cronológica quanto qualitativamente.

Não há nenhuma outra espécie, fora a humana, em que a vida prossiga tanto tempo depois do fim do período reprodutivo (assim como não há outra espécie que se case no cartório, mantenha em casa muitas vezes filhos até trintões, aplique dinheiro na poupança ou discuta de onde viemos e para onde vamos). Com os avanços da ciência, torna-se relativamente comum viver mais tempo sem os próprios hormônios do que com eles. É de cultura, portanto, que se está falando – com interesses e fins diametralmente opostos aos da natureza. Ovelhas, elefantas e gatas desconhecem a menopausa porque morrem antes dela. A mulher só a vive porque a espécie humana conseguiu prolongar a existência como nunca antes. (VEJA, 1995g).

A ciência parecia ter emancipado as mulheres do seu crivo natural, afiançando a elas a superação do determinismo orgânico que quase lhes findava a existência pela oferta de prorrogação do tempo e do bem-estar vital, mesmo depois da menopausa.

Os homens, por sua vez, também foram agraciados pela atuação da biociência em uma questão que, há pouco mais de vinte anos, ocasionava “[...] cerca de 50% dos suicídios de homens até 45 anos [...], causados pela impotência” (VEJA, 1975i). Era o advento do Viagra, ou da *pílula milagrosa* como quis a capa da Veja: “Pela primeira vez, um dos mais angustiantes, constrangedores e aterrorizantes problemas masculinos, a impotência, poderá ser tratado de forma tão simples quanto curar a dor de cabeça com uma aspirina” (VEJA, 1998a). Novamente, para além de sanar tal mazela masculina, o imperativo da juventude não deixava de ser mencionado na reportagem em questão:

A humanidade sempre correu atrás da fonte da juventude. Para os homens, isso significa manter a vitalidade sexual típica dos 18 anos ao longo de toda a vida. Não dá! Nenhum idoso está fadado necessariamente à impotência. Mas, com o passar dos anos, com a chegada de doenças típicas da velhice, com o somatório de hábitos pouco saudáveis, o cigarro, o álcool, as comidas gordurosas, as alterações hormonais, a potência sexual diminui mesmo. (VEJA, 1998a).

Mesmo que ali se salientasse, não obstante toda a atuação da biociência – das mais benfazejas, no caso –, que o corpo humano ainda padecia dos próprios limites orgânicos todavia intransponíveis, o intento de propiciar e exaltar uma espécie de mais-valia vital permanecia.

Ao que tange, todavia, o vultoso investimento e atuação da biociência a favor da longevidade, a despeito do envelhecimento, à guisa dos recentes avanços científicos da década

estampados no semanário, seria de esperar que seus contemporâneos imprimissem à própria vida outras práticas, que revisitassem seus hábitos e costumes. A biociência parecia fazer emergir uma camada vital outrora inexistente, passível, então, de exploração, afinal. Algo logo refletido no subtítulo do semanário em meados do ano 2000 – “Com os avanços da medicina e da estética, homens e mulheres encaram a meia-idade com viço, vigor e vida sexual muito mais ativa” (VEJA, 2000k) – e esmiuçado na reportagem:

Homens e mulheres na faixa dos 40 aos 60 anos mantêm atualmente uma vida sexual muito mais ativa do que a que tinham seus pais e avós na mesma idade. [...] “Quem tem 40, 50 anos hoje não tem cara de avô, não se veste como avô nem se comporta como avô”, observa Maria do Carmo de Andrade Silva, 47 anos, psicóloga e coordenadora do primeiro curso de mestrado em sexologia na América Latina, na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. “Já era esperado que minha geração, quando chegasse a essa idade, desejaria e procuraria sexo com muito mais frequência e prazer do que nossos pais” (VEJA, 2000k).

Se se podia, de fato, tangenciar que a geração da referida psicóloga *desejaria e procuraria sexo com muito mais frequência e prazer* se comparada à geração anterior, é difícil dizer. Trata-se, afinal, de uma afirmação à qual, embora remetida ao passado dela – para a geração de seus pais –, fora emitida do seu próprio tempo-presente, destino inexorável de qualquer enunciado. Mas, em face do recorte enunciativo que aqui se destaca – “*Já era esperado que minha geração, quando chegasse a essa idade, desejaria e procuraria sexo com muito mais frequência e prazer do que nossos pais.*” –, poder-se-ia supor que tal afirmação possivelmente causaria algum estranhamento, caso fosse proferida em um tempo em que, primeiro, mais da metade dos homens de até 45 anos se suicidavam devido à impotência sexual e, segundo, a *vida útil* das mulheres era crivada pelo determinismo do ciclo reprodutivo – “Com poucas exceções, as mães das jovens adultas de hoje [ano 2000] eram consideradas aposentadas para a beleza e para o sexo ali pelos 40 anos” (VEJA, 2000h).

Não se intenta, com isso, de forma alguma malfadar um enunciado que, no limite, não era o da psicóloga, embora estivesse nela personificado, materializado e tornado arquivo. Trata-se antes de ressaltar a reverência a um modo de se pensar a história – e que se tentou pormenorizar nos capítulos anteriores –, ao qual, ressalva-se, inviabiliza qualquer assertiva acerca do passado sem se defrontar com os valores que ali circulavam e operavam; trinta anos antes, esperar-se-ia, pois, que a geração do ano 2000 *desejaria e procuraria sexo com muito mais frequência e prazer?* O que se pode compreender, indubitavelmente, é que tal afirmação só pôde ser enunciada pois atrelada a um tempo em que

Essa geração de meia-idade não só deseja e procura como encontra o sexo, graças a uma sociedade menos preconceituosa, aos avanços da medicina nessa área e ao

empurrão da cosmética. A indústria já oferece Viagra para os homens e o Eros para as mulheres, um aparelho contra a frigidez. Há terapias de reposição hormonal que as despertam para a segunda vida sexual. Nas clínicas e consultórios, potes de cosméticos, ácidos e até uma toxina, o Botox, fazem milagres na remoção de rugas e no rejuvenescimento da pele. Junte-se a isso lipoaspiração, plástica, esportes, dietas, ginástica e moda mais acessível, e está pronta a receita de quarentões e cinquentões mais bonitos, mais atraentes e mais confiantes. (VEJA, 2000k).

Ou seja, uma época menos preconceituosa sexualmente e que dispunha de *Viagra, Eros, reposição hormonal, cosméticos, medicina da beleza* etc., talvez pudesse imprimir outros sentidos à noção e às práticas sexuais – estimulando, incitando, propiciando o desejo e a procura pelo ato, inclusive –, se comparado a décadas anteriores. Ademais, parece evidente, pelo que se viu até aqui, que entre *cooper, atividade física, alimentação saudável, culto ao corpo, cirurgia plástica, luta contra a velhice, vitaminas, hormônios, pílulas* etc., perpassava uma linha comum, e não por acaso – mas não se trata de identificar as possíveis causas nem nomear os imperativos temporais que lograriam tal avizinhamento. Trata-se, sim, de dar visibilidade à tal reunião de atuações do *homem* – direta ou indiretamente – sobre o próprio corpo, possível apenas em determinada suspensão temporal. Dar visibilidade a um conjunto de atuações que, imantadas pelos enunciados, não são outra coisa senão materialidades, práticas sociais produzidas junto aos jogos veridictivos de cada tempo.

Focaliza-se, pois, nos investimentos feitos no corpo do *homem* pela biociência, sejam quais fossem, *a priori*, suas intenções. E mesmo que a biociência ainda não pudesse prover ao *homem* a tão ambicionada juventude ilimitada, tampouco permitia que tais anseios se desvanecessem no horizonte: “Se não pode oferecer um século de juventude, e talvez não possa nunca, a ciência promete uma vida madura com menos doenças e mais vitalidade” (VEJA, 1990b). O que se visibilizava cada vez mais nos enunciados do semanário, nesse recorte sempre às voltas com o *modus operandi* científico, era a prerrogativa propagada pela biociência de manter inabalada, no *homem*, a crença em suas condições de predicados *futuríveis*, sempre em vias de – mantendo imaculado o ideal que atrela a ciência a um incontestado avanço progressivo, linear, evolutivo, ao passo que, enquanto a ciência puder ser pensada como *futurizadora*, então o *homem* poderia continuar imaginando-se um sujeito futurível, ambicionando, por exemplo, sua juventude ilimitada, ou qualquer outra coisa que venha e se tornar imperativa.

Doravante, em meados da década de 1990 a Genética recobriria seu protagonismo diante das atuações no corpo humano que, tal como se viu, não pudera sustentar décadas antes. Em 1996, por exemplo, a narrativa sobre a obesidade era ressignificada pelo prisma das descobertas no campo da biologia genética: se, há vinte anos, pensava-se as causas da obesidade menos relacionadas com a hereditariedade do que os hábitos alimentares – delegando ao próprio

homem a responsabilidade de atuar sobre seus hábitos de vida e modificar sua condição física (VEJA, 1974i) –, em 1996, a reportagem de capa anunciava uma atualização radical, tal que,

Pela primeira vez se reconhece amplamente, graças às pesquisas, que as pessoas obesas são derrotadas pelas dietas e abandonam logo a malhação, não por falta de força de vontade, mas por uma poderosa imposição genética. É uma libertação: os gordos não são mais vistos como depósitos humanos onde a gordura se acumula por preguiça ou gula. Gordura não é pecado. É doença, e como tal deve ser tratada. (VEJA, 1996h).

Desta feita, em face da ora iminente *imposição genética* sobre a obesidade, outorgou-se à biociência o protagonismo de atuação sobre o que passava a ser entendido como uma doença condicionada à genética, e não mais uma condição cuja hereditariedade patológica eram os hábitos alimentares, como se ventilara em 1974: se, em meados da década de 1970 a medicina responsabilizara o *homem* por suas escolhas alimentares, convocando a *força de vontade* para vencer o *vício* da obesidade, duas décadas mais tarde a *força de vontade* do *homem* tornava-se praticamente impotente (ou deveras limitada) diante de seu próprio imperativo genético.

Desencorajado de atuar ativamente sobre seu próprio corpo por via dos exercícios físicos, dieta alimentar etc., restava ao *homem*, pois, condescender com a promessa do mais novo ativo da biociência:

“Esta é a década do ataque final à obesidade crônica”, completa Krentzman, um entusiasta das novas drogas, várias delas já prescritas no Brasil. Elas são uma esperança real para os gordos derrotados pelas dietas mais exóticas e malhação de pára-quedista. (VEJA, 1996h).

Em meados da mesma década, contudo, atribuía-se à Genética uma função até então a ela pouco apregoada pelas reportagens de capa do semanário, a saber, a função de prevenção; isto é, de focar a atuação menos na cura de uma doença já instalada no organismo do que na ação de prevenir uma patologia cuja iminência poderia ser aferida, à época, por exames genéticos. Em 1995, com efeito, tanto a chamada de capa – “A saúde como herança: A genética descobre como prevenir doenças através do estudo dos problemas médicos de parentes” – como o subtítulo da reportagem – “A investigação da doença dos parentes ajuda a medicina a retardar ou evitar problemas fatais” (VEJA, 1995f) –, anunciavam a atuação preventiva da biociência, pormenorizada na reportagem:

Os médicos estão descobrindo que tudo o que aconteceu com avós, pais, irmãos, tios e primos serve de pistas concretas para diagnosticar e tratar pacientes. Com exceção dos acidentes e das moléstias infecciosas, todos os demais problemas de saúde têm suas raízes de alguma maneira entrelaçadas com a história familiar dos pacientes. “Não há nenhum instrumento ou técnica mais eficaz na medicina do que o conhecimento do estoque genético de um paciente”, diz o pesquisador Joseph

Thompson, do Centro de Saúde DePaul, em Saint Louis, Missouri, um dos mais avançados nesse campo em todo o mundo. (VEJA, 1995f).

De tal modo, a prevenção do futuro biológico do *homem* dependia, em grande medida, da quantidade de informações arregimentadas sobre seu passado genético e do levantamento do histórico das patologias familiares.

Cinco anos mais tarde, o método preventivo ganharia uma atualização: “A última palavra em prevenção de doenças é o chamado ‘check-up personalizado’ ou a medicina baseada em evidências fornecidas pela conversa disciplinada do médico com seu paciente” (VEJA, 2000l). O histórico familiar continuava sendo de grande valia para o diagnóstico e/ou o prognóstico clínico mas, ora somado ao estudo sobre o histórico médico e os hábitos, o paciente poderia

[...] ser encaminhado para exames específicos, mais adequados às suas necessidades que a batelada a que todo mundo era indiscriminadamente submetido nos *check-ups* do passado. O resultado de tudo isso é uma mercadoria de valor inestimável: maior quantidade de anos de vida saudável para quem aceita submeter-se a esses exames com regularidade. (VEJA, 2000l).

Arrogava-se à medicina preventiva o imperativo de ter de *ser encarada como um fato da vida* àqueles com mais de quarenta anos, principalmente; o ato preventivo desenhava-se como uma prática inerente ao cotidiano do *homem* visando, assim, aumentar a probabilidade de antever a manifestação da doença antes mesmo de essa se instalar no corpo, ou mesmo antecipar a intervenção médica no organismo para prevenir sua provável (pois já aferível por exames) manifestação:

Fazer um exame para descobrir um problema antes mesmo de a doença se manifestar não é mero exercício de adivinhação, nem desperdício de tecnologia e dinheiro. Muitas vezes é questão de vida ou morte. [...] Só agora, contudo, nesta virada de milênio, a tecnologia deu aos médicos ferramentas que realmente permitem avançar fundo no diagnóstico e na intervenção antecipada. São coisas como os testes genéticos, que somente entraram para o arsenal da medicina preventiva nos anos 90. (VEJA, 2000l).

Era *a cura pela prevenção*, como bem sintetizava o texto de capa da mesma edição. Intervir e prevenir, aliás, já se constituíam verbos inerentes ao cotidiano do trato da saúde, propícios para aqueles que gestavam (ou gestariam) as gerações vindouras pelas técnicas de reprodução assistida, inclusive; era, ao menos, o que se anunciava em 1999:

Milhares de bebês de proveta nascem no mundo todos os anos. O Brasil é um dos países mais ativos nessa área. Os pais, médicos e doadores envolvidos no processo, é natural, discutem as condições de segurança das intervenções. O que pouco se comenta é que se conversa também animadamente sobre as características físicas e até psicológicas que se desejam ver no bebê. Olhos azuis? Cabelos loiros e lisos?

Tendência ao esporte? Pendor para a matemática? Tudo isso é possível arranjar com alguma dose de certeza. Desde Adão e Eva que os pais indiretamente determinam as características que julgam mais desejáveis para os filhos, no ancestral processo de escolha dos parceiros. O que a medicina oferece agora é a oportunidade de essa escolha ser feita de modo direto, como num supermercado. (VEJA, 1999j).

Intervir e manipular geneticamente para determinar características físicas e algumas aptidões, no contexto embrionário, parecia ser mais simples, todavia, do que intervir geneticamente para prevenir patologias em que os fatores ambientais também entravam na equação, amplificando sobremaneira as variáveis intempestivas e diminuindo demasiadamente a exatidão do cálculo:

O maior desafio para os próximos anos, pelo menos sob o ponto de vista médico, é encontrar as origens genéticas das chamadas doenças provocadas por fatores múltiplos, que envolvem grande número de genes relacionados entre si. [...] “O problema é que os fatores ambientais têm um peso imenso na evolução de inúmeras doenças e mesmo na expressão dos genes”, explica o geneticista Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. (VEJA, 1999j).

O referido professor ponderava o alcance da atuação da genética biomolecular, imputando seus limites e impossibilidades de então: “A produção de um ser humano livre de doenças, bonito e perfeito não passa de ficção”, ao que a reportagem alentaria, talvez: “Já a escolha da cor dos olhos, do tipo de cabelo, da altura e do porte físico está ao alcance dos casais brasileiros” (VEJA, 1999j).

Duas características a respeito do deslocamento da atuação da biologia molecular e da genética sobre o corpo do homem, no decurso temporal do semanário, tornam-se foco de atenção ainda no transcurso da década de 1990.

Caso fora possível acompanhar a distinção aqui proposta entre os dois modos de atuação (complementares entre si) da biociência – seja de modo indireto, o *homem* atua sobre si mesmo partindo de discursos que lhe ensejavam responsabilidade e autonomia; seja por atuações mais diretas (novas drogas, hormônios; novas técnicas curativas ou preventivas; intervenções endógenas microcelulares/genéticas etc.), relegando o *homem* a coadjuvante na ação sobre o seu corpo –, então, provavelmente, também se tornou tangível o deslocamento inerente ao percurso científico, que, em geral, primeiro imputava a causa de alguma disfunção orgânica ao meio ambiente, para, anos mais tarde, deslocá-la ou agregá-la aos fatores genótipos individuais. Dos deslocamentos mais salientes, ressalta-se o operado pelo tema da obesidade, do câncer e, de certo modo, do culto ao corpo – neste caso, pela necessidade de intervenções endógenas (cirurgia plástica) devido às limitações do corpo em responder às atuações diretas do homem sobre ele (atividades físicas, por exemplo).

Mas, em meados da década de 1990, algo parecia indicar um novo prumo ao deslocamento causal diante das patologias médicas. A bem dizer, seria menos um redirecionamento do que uma espécie de convergência científica. Na reportagem de 21 de junho (já abordada linhas acima), *Veja* destaca em sua capa a genética como forma de prevenir doenças – “A saúde como herança: A genética descobre como prevenir doenças através do estudo dos problemas médicos de parentes” (VEJA, 1995f). Circunscrevendo-se ao texto da capa e considerando o noticiado em edições anteriores, nenhuma novidade. Sem embargo, entrando na reportagem, o protagonismo preventivo dantes atribuído quase exclusivamente à herança genética apareceria, então, redistribuído a outros elementos:

Nada saber sobre seu passado genético e, conseqüentemente, sobre seu futuro biológico, é um perigo. É útil informar-se sobre uma fragilidade específica capaz de provocar uma doença precoce e mortal. Com dieta adequada, hábitos saudáveis e exames mais frequentes, pode-se evitá-la ou tratá-la. (VEJA, 1995f).

Modicamente, outras modalidades de atuação foram realçadas no fim do exposto excerto: o tão reputado histórico genético não apenas passava a dividir seu ativo principal na oração (o da prevenção), como era avultado pelos cuidados com a alimentação, os hábitos saudáveis, os exames preventivos etc. A reboque da movência biocientífica que propagava, no horizonte da década, o predomínio das atuações intervencionistas da biomedicina, uma edição do semanário do fim de 1999 mantinha a mesma escrita, reequacionando somente a ordem dos termos, se comparada ao excerto acima.

Quando se pára para analisar por que o número de ataques cardíacos vem diminuindo no Brasil – e, de resto, nos países industrializados – fica evidente que boa parte disso se explica pela chegada à idade adulta de uma geração mais ligada em alimentação saudável e prática regular de esportes. Mas a mudança de hábito não justifica tudo. Certas condições não regridem sem que novas e potentes drogas sejam utilizadas. O desenvolvimento da família de drogas conhecidas como “estatinas” está entre as novidades mais significativas. (VEJA, 1999h).

Se, no excerto anterior são descritas atuações complementares à prevalência da biogenética, neste acima o que parecia sobrelevar a atuação ativa do *homem* com seu corpo e hábitos (*chegada à idade adulta de uma geração mais ligada em alimentação saudável e prática regular de esportes*), acaba por escamoteá-la quando se evidencia a insuficiente margem de ação do *homem* e sua dependência às *potentes* drogas recém-desenvolvidas. A atuação do *homem* sobre si – seus hábitos –, pois, permanecia suplementada, e tão somente às atuações biomédicas sobre seu corpo.

Uma viragem de prumo – ou uma convergência dos campos patológico-causais das atuações diretas ou indiretas da biociência –, por conseguinte, despontava na edição no fim do

ano 2000, quando a biociência discutia a pujança dos hábitos sobre a saúde do *homem*. Neste caso, uma viragem/convergência com duas singularidades: primeiro, pelo destaque à influência dos maus hábitos praticados por uma geração que, desde muito, fora caracterizada por seus costumes saudáveis, pelo culto ao corpo, pela forma física, boa alimentação, proteção à natureza etc. Segundo, e mais importante, acerca do deslocamento da atuação da biociência quando nivela o protagonismo dos fatores exógenos ao *homem* (embora por ele produzidos) tanto quanto os fatores endógenos, denotando uma espécie de recuo técnico/prático da biomedicina.

Explica-se:

O processo de industrialização e urbanização verificado nos últimos quarenta anos fez com que a modernidade também exibisse por cá a sua face sombria. Porque se alimentam mais de comida industrializada, dispõem de inúmeros confortos no cotidiano e trabalham num ritmo alucinante, os brasileiros estão mais gordos, inativos e estressados do que nunca. [...] As condições de meio ambiente, a herança genética e uma boa assistência médica têm uma influência pequena nesse sentido. Se uma pessoa se alimenta só com porcarias, não faz ginástica e é um poço de nervosismo, o risco de morrer mais cedo cresce exponencialmente. Não importa se ela mora numa casa com um quintal cheio de árvores. tem pais e avós longevos e seu plano de saúde é maravilhoso. (VEJA, 2000n).

O excerto acima alude, evidentemente, à supracitada pujança dos *hábitos* na causalidade patológica/disfuncional, inferindo abalos ao intento da medicina em lhe autoimputar saberes e técnicas hegemônicas no trato das patologias humanas: *meio ambiente, genética e intervenção médica*, pois tornavam-se quase impotentes em face da influência dos *hábitos* na saúde do *homem* na modernidade de alhures; o que tampouco significava um retrocesso da biociência:

Apesar de ainda haver um expressivo contingente de vírus e bactérias a ser derrotado, a verdade é que o grande adversário dos médicos não habita mais o universo microscópico. Ele está personificado no paciente que teima em não mudar a sua forma de viver. (VEJA, 2000n).

Ao largo de um retrocesso ou de uma impotência, o deslocamento do *adversário* da medicina sinalizava, antes, uma mudança de estratégia da atuação biocientífica: em vista da presumível limitação tecnocientífica no âmbito biomolecular, não seria nenhum disparate da biociência realocar seu foco interventivo do universo microscópico, molecular, no corpo do paciente que, afinal de contas, é o portador dos genes, de todas as molecularidades orgânicas, conhecidas ou não. Realocar o foco de atuação, no caso, consistia em intensificar a atuação no comportamento, no hábito e nos costumes do *homem*, legitimando seus saberes e performando ditames em práticas.

Mas quem disse que é fácil seguir o conselho do pessoal de branco? A civilização tecnológica parece ter o objetivo velado de entupir artérias e fazer brotar tumores. A

lei do mínimo esforço eliminou até mesmo as manivelas dos vidros dos carros, substituídas por dispositivos elétricos. Os almoços caseiros saíram de cena, para dar lugar às refeições desbalanceadas, engolidas às pressas nos balcões das lanchonetes. E a competição acirrada no mercado de trabalho resulta em expedientes cada vez mais longos, que esgotam física e mentalmente. [...] Pois bem, embora tudo conspira contra, aqui vai um reforço: você não só tem de mudar de vida, como deve fazê-lo urgentemente. As doenças da modernidade estão deixando de acometer somente os que têm mais de 40 anos. Pessoas mais jovens também começam a padecer delas. [...] Levar a população como um todo a adotar hábitos mais saudáveis representaria um salto para a medicina tanto quanto o foram a higiene, as vacinas e os antibióticos. (VEJA, 2000n).

Incitar os hábitos pelo sempre imperativo discurso biocientífico é, em certo sentido, não só governar o indivíduo como atuar sobre a atuação preventiva do *homem* sobre si mesmo, com a então peculiaridade de atuar indiretamente na molecularidade corpórea. Fazer o *homem* atuar em si mesmo é também fazê-lo atuar geneticamente em si mesmo, à guisa dos ditames biocientíficos.

b. Trabalho

Doravante, é hora de entrar no campo do trabalho. Analisado como uma empiricidade histórica do *homem*, é na formação histórica moderna que todo o rastro engendrado por um ser laboral será requerido pelas ciências humanas como modo de estabelecer conhecimento sobre o *homem*, caracterizado por essas como um meio de produção que permeia e transforma a sociedade – por trabalhar e consumir, por satisfazer suas necessidades e desejos. O conhecimento produzido, por sua vez, operacionaliza boa parte do regime discursivo sobre o *homem*, forjando visibilidades e enunciações. É pela extração destas nas reportagens do semanário que se delinearão, a seguir, seus movimentos e deslocamentos, alocando-os em eixos temáticos, tal como no campo anterior.

Topologia geopolítica

O primeiro eixo temático compreende os embates político-ideológicos e econômicos protagonizados, principalmente pelas nações a partir de 1968. Abarca, no limite, o modo pelo qual o *homem* lidou com a busca por satisfazer seus desejos e interesses no âmbito político-econômico entre países.

Tema de capa da primeira edição de *Veja*, a reportagem analisava os conflitos existentes nos países que compunham o bloco comunista.

Durante os últimos vinte anos, o mundo comunista pretendeu ser uma grande galáxia, unida e brilhante, onde um sol poderoso e infalível deveria dirigir o movimento de todos os planetas. Essa galáxia, formada depois da explosão que foi a última guerra,

estende-se desde as costas orientais do Pacífico até a cortina que divide a Europa ao meio. Ela sai mesmo dos seus limites naturais, chega até as Caribas, onde gravita um meteoro – Cuba. No seu centro, está a URSS, Moscou, o Kremlin. Dentro dela, catorze países, mais de um bilhão de habitantes – quase um terço da humanidade. Desde que a galáxia foi formada, o Kremlin tem-se esforçado por diversas maneiras em ser o sol único e incontestado. Aos países que lhe giram em volta, nem sequer foi reconhecido até hoje o papel de planetas: de fato, no Ocidente, eles são chamados de satélites. Entretanto, nem tudo tem ocorrido de acordo com os planos do Kremlin: os satélites, ora um, ora outro, ensaiam há tempos sua rebelião. E o sol, a cada vez, fica menos luminoso. Quando Berlim Ocidental se rebelou, em 1953, quando Budapeste resistiu à União Soviética, em 1956, o mundo comunista sofreu sérios arranhões, mas o Oriente se fechou sobre os acontecimentos que comoviam o Ocidente como o mar sobre os navios naufragados – e o sol do Kremlin ficou apenas um pouco menos brilhante. (VEJA, 1968a).

Dentre os satélites que intentavam alterar suas órbitas, destacam-se, na reportagem, a Hungria e a Checoslováquia:

No dia 1º de janeiro de 1968 entrou em vigor na Hungria a Nova Gestão Econômica, isto é, nova maneira de produzir e vender, muito mais próxima dos padrões ocidentais. A previsão é fácil: ela acabará provocando uma nova maneira de viver. A Nova Gestão se baseia nos seguintes pontos: a produção, livre dos moldes muito apertados dos planos, deve atender às exigências do mercado; a autonomia do chefe de empresa é muito ampliada; a concorrência entre as empresas é livre. [...] Em Praga, o Professor [...] Sik defende a descentralização da economia e o incentivo da produção, através de estímulos ao operário, como prêmios em dinheiro e redução das horas de trabalho. (VEJA, 1968a).

Órbita alterada ou não, era inconteste notabilizar sua trajetória pendendo aos ditames econômicos em voga no Ocidente, ou melhor, nos países capitalistas, visando, com efeito, novas formas de vida. Na própria União Soviética, o sol da galáxia socialista, relatou-se a circulação, em importantes publicações do país, de dizeres contrários aos que comumente eram a ele atrelados.

O homem não pode ser um parafuso do mecanismo social, ele tem direito à felicidade privada, à ética individual: é o que se lia num artigo publicado recentemente na revista “Questões de Filosofia”, a mais importante publicação filosófica da URSS. (VEJA, 1968a).

Nova gestão econômica de produção e venda, maior autonomia às empresas, concorrência econômica livre, recompensas individuais, direito à felicidade privada etc.; parecia o prenúncio de que o próprio sol socialista entabularia, junto a seus satélites, uma órbita gravitacional incitada pelo outro modelo político-econômico.

Indícios de um realinhamento econômico à parte por ora, vivia-se um período cujo grande temor existencial do *homem* pairava sobre um possível choque bélico-ideológico que poria fim em qualquer analogia cósmica, ou de qualquer ordem – não haveria mais palavras para discorrer sobre economia e política, enfim: “Pensar na guerra nuclear é pensar sobre o

impensável’, diz Herman Kahn, estrategista americano, autor de ‘O Ano 2000’” (VEJA, 1969p). E, muito embora os líderes das duas grandes potências à época tencionassem amenizar o hecatombe – “‘Nenhum cidadão sensato, nenhum líder político, nenhuma nação a deseja’ [...]”, dizia-se pelo lado dos Estados Unidos; e, pelo outro: “‘O povo soviético é amante da paz e nunca será o primeiro a desencadeá-la’ [...]” (VEJA, 1969p) –, o temor bélico perpassava todas as nações do mundo tal como apenas o sofisticado *míssil intercontinental* poderia transcender as fronteiras geográficas que separavam ambos os polos.

As guerras já tiveram vencidos e vencedores. Algumas, além da miséria habitual, fizeram a glória de reis, o nome de heróis, a auréola de mártires. Se vier outra Grande Guerra, a maior de todas as guerras, não haverá vencidos e vencedores — nem heróis, nem glória, nenhum mártir particular. Pois ela trocará a força dos exércitos pela fúria dos megatons, o fuzil e a espada pelo míssil intercontinental, a miséria comum pelo mais sinistro de todos os horrores. Os homens e as nações repudiam a idéia desse conflito apocalíptico. (VEJA, 1969p).

Temor existencial que a humanidade vivenciaria, em maior ou menor grau, até o fim da década de 1980; em maior grau em 1984, com o desassossego de um momento em que as orbitas político-ideológicas de EUA e URSS pareciam se aproximar, mas, dessa vez, rumo à aniquilação:

Hoje, como jamais ocorrera antes nesta década de 80, a guerra nuclear saiu dos manuais de ciência para explodir diariamente nas manchetes de jornais. Em 1945, quando Albert Einstein dizia não saber como seria travada a terceira guerra mundial, mas que a quarta certamente seria disputada com paus e pedras, sua frase soou brilhante, mas distante. Hoje, o astrofísico americano Carl Sagan garante que “as cinzas do capitalismo serão iguais às cinzas do comunismo” [...]. “Não tenho qualificação para discutir número de bombas”, afirma singelamente o violinista israelense Ytzahak Perlman, um dos grandes virtuosos vivos, resumindo a inquietação do homem comum. “Só quero ter um futuro”. (VEJA, 1984a).

E, em menor grau, quando ambos os países, no fim de 1987, mesmo acordando um processo mútuo de desmilitarização e de desarmamento – anunciado pela chamada de capa, título e subtítulo da *Veja*: “Vitória da paz. O fenômeno Gorbachev nos EUA. Noites de Moscou em Washington. Reagan e Gorbachev tiram suas bombas da Europa, encantam o mundo e avançam em direção à paz” (VEJA, 1987l) –, o momento já era o de um notável enfraquecimento (seguido do desmantelamento) do bloco socialista: primeiro em junho de 1988, quando Reagan e Gorbachev anunciaram o fim da Guerra Fria – “Reagan em Moscou: O fim da Guerra Fria [...]. Reagan e Gorbachev anunciam a morte do dragão da guerra fria e iniciam uma nova era nas relações entre EUA e URSS” (VEJA, 1988f) – e, por último, quando, no fim de 1991, decretou-se o *fim do império*: “A URSS se desmancha e Gorbachev cai no vazio da História” (VEJA, 1991h).

O anúncio do fim do bloco socialista não significou, porém, o fim das dinâmicas geopolíticas no globo, longe disso. O jogo político-ideológico continuou a ser disputado e outros jogadores entrariam no certame. Algumas décadas antes da derrocada socialista, precisamente em 1969, vale lembrar, o próprio tabuleiro da disputa transcendeu as fronteiras geográficas, ganhando dimensões cosmopolíticas:

Os americanos recebem seus heróis desfrutando, mais do que uma vitória de humanidade, o seu triunfo político sobre o rival soviético. E os russos, atrás de amigáveis frases e mensagens de saudações, amargam a derrota num combate que apresentaram apressadamente como uma luta entre o capitalismo e o socialismo. [...] De certa forma, a corrida patriótica para levar bandeiras nacionais aos outros mundos mudou para melhor o sentido da guerra fria. Antes, russos e americanos construíam foguetes apenas para levar bombas cada vez mais destruidoras: agora, além desta função aparentemente indescartável, os foguetes levam homens com bandeiras coloridas e seus orgulhos nacionais. (VEJA, 1969s).

Tão logo conquistada a então zona mais almejada do tabuleiro cósmico, a Lua, outras partes – agora novamente geopolíticas – voltaram a ser requisitadas – principalmente a América do Sul e a Europa. No fim de 1970, pela banda sul-americana, tal como ocorrera anos antes no Peru e na Bolívia, o Chile recém empossava um socialista como presidente e, na esteira do semanário, era o primeiro país afeito às *ideias marxistas* realmente capaz de exercer grande influência no continente:

[...] o Congresso Nacional do Chile confirmou o marxista Salvador Allende Goessens na presidência do país — e, a partir do dia 3 de novembro, a mais importante nação dos Andes começará a viver a experiência inédita de ter um governo esquerdista livremente escolhido pelo voto. Mais que isso, toda a América Latina passará a constatar se outros tempos, tempos incertos de esquerda, estarão de fato se iniciando no continente. [...] um dos mais respeitados países latino-americanos, com relativa estabilidade econômica e indiscutível paz política desde 1932, tantas veem apontado como exemplo para todo o continente. (VEJA, 1970l).

A importância, o respeito, a estabilidade econômica e política credenciavam o Chile a protagonizar os tempos de incerteza no continente, dessa vez pelo avanço dos valores socialistas.

No flanco além-mar, em 1973, as eleições na França a fizeram cá ser rotulada como o *Chile europeu*:

Como numa novela de ficção política, toda a França poderia transformar-se num novo país no espaço de uma semana. Em plena Europa ocidental, um outro Chile começaria a nascer: com a vitória da coligação esquerdista nas eleições legislativas, a França dos barões de Rothschild, do Maxim's e do Faubourg St. Honoré teria seus dias contados. Em seu lugar surgiria a terceira mais poderosa potência socialista do mundo, com 51 milhões de habitantes, armamento nuclear e indústria moderna — e, de um golpe, todo o equilíbrio europeu ficaria alterado. (VEJA, 1973f).

Parecia ser mais uma dura investida socialista no jogo político-ideológico; a França, afinal, pendia na balança ideológica como uma potência bem armada e industrializada. A surpresa do semanário em face da mudança eleitoral francesa – *uma novela de ficção política*, escrevera – arroga, curiosamente, o acontecimento de Maio de 68 como esteio argumentativo, que ora não repetiu a reação dos franceses de outrora:

Nada fazia lembrar o glorioso clima do “raz de marée” de 1968, quando os franceses, assustados com a explosão de anarquia do mês de maio, confiaram aos gaullistas 358 cadeiras na Câmara dos Deputados — a mais ampla maioria que o governo jamais conseguiu reunir. (VEJA, 1973f).

O sobressalto socialista permaneceria inquietando o bloco capitalista euro-americano. Em 1975, nas primeiras eleições diretas um ano depois de Portugal findar a ditadura fascista de Antônio Salazar, notava-se no país uma aparente transmutação dos valores político-ideológicos, a contrapelo das expectativas do lado capitalista da disputa: “[...] o fascismo substituiu o comunismo como xingamento, o capitalismo foi posto de lado para dar lugar ao socialismo, as prisões estão repletas de direitistas ao invés de esquerdistas” (VEJA, 1975b). Um ano mais tarde, por sua vez, foram as eleições italianas o foco do holofote geopolítico: “[...] a visão de comunistas sentados no gabinete da Itália passou a ser, para muitos, um temor real dentro e fora do país. [...] Sobretudo porque a sua participação no governo, mesmo minoritária, certamente teria consequências bem além das fronteiras da Itália” (VEJA, 1976g).

Se a participação de comunistas na política italiana poderia implicar consequências para além de suas fronteiras, a participação ativa dos EUA na Guerra do Vietnã um ano antes, vale a ressalva, já havia maculada a sua própria imagem de protagonista capitalista para muito além das fronteiras asiáticas do tabuleiro.

E a situação de aparente retração americana nos negócios mundiais proporciona acusações como o desabafo do embaixador sul-vietnamita nos Estados Unidos, Tran Kim Phuong: “Os EUA não estão movendo um dedo para ajudar o Vietnam do Sul. Agora o mundo inteiro vai pensar que é mais seguro ser aliado dos comunistas do que dos americanos”. (VEJA, 1975a).

Dos tantos rincões do tabuleiro geopolítico, não seria o Brasil o país a se descuidar de suas divisas político-ideológicas – como não descuidaria de outras tensões fronteiriças; das externas (comércio e capital estrangeiro) às internas (demarcação ambiental, reforma agrária). De todo modo, estampava-se nas reportagens do impresso uma série de tratativas nacionais pró-democracia e, por certo, antissocialistas.

A começar pela aprovação do famigerado Ato Inconstitucional nº 5, no governo do presidente militar Costa e Silva, já em meio à ditadura militar, alegando “[...] que a manipulação legal dos instrumentos de poder assegurados pela Constituição de 1967 não era tão rápida quanto as circunstâncias exigiam” (VEJA, 1968l) e, anunciando, pois, “[...] a vigência do Ato Institucional nº 5, com “meios necessários e instrumentos legais para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964” (VEJA, 1968l).

Anos mais tarde, do então presidente brasileiro Castelo Branco, acessou-se, pelas páginas do semanário, sua intenção em garantir a manutenção da democracia em território nacional.

[...] num rápido rascunho intitulado “D e L” (Democracia e Liberdade), Castelo rabiscara: “Forças Armadas não fazem democracia. Mas garantem-na. Não é possível haver democracia sem Forças Armadas que a garantam. Daí, dizer Forças Armadas democráticas. Como é isto, então? Sim. Entra na sua doutrinação o fim de defender as instituições democráticas”. (VEJA, 1972e).

Modus operandi militar de garantia da democracia que seria corroborado pelo intelectual brasileiro Gilberto Freire – destaque do semanário em junho de 1972 – em boa hora, a julgar o momento no qual a democracia parecia esmorecer no jogo político-ideológico:

“A democracia é uma palavra em crise no mundo todo. Agora está aberta a novos conteúdos”. Abaixa a cabeça, olha por baixo da sobancelha e, fixando-se num ponto imaginário no chão de lajotas vermelhas da varanda, onde passam borboletas marrons e pássaros, acrescenta: “Precisamos de uma mistura de autoritarismo com democracia. Durante o Império, a autoridade foi consagrada no exercício do Poder Moderador, que é uma invenção brasileira. O imperador tinha o direito indiscutível de interferir com sua autoridade sempre que as disputas entre as facções pudessem levar a impasses que prejudicassem a vida do país. Em 1964, não tínhamos nem a Coroa nem o Poder Moderador e a autoridade foi posta em perigo mortal. Agora, com a Revolução, a moderação está sendo exercida pelas Forças Armadas com o Executivo forte”. (VEJA, 1972h).

Nos anos seguintes, porém, uma inusitada reconfiguração dos polos que rivalizavam no jogo político-ideológico soerguia no tabuleiro geopolítico, decerto na América do Sul. Copioso de regimes militares em meados da década de 1970, o continente, já absorto das investidas socialistas, fazia deslocar as antigas tensões ideológicas. Na capa da edição de agosto de 1977, por exemplo, cuja chamada “*América Latina: os militares em busca de uma saída*” (VEJA, 1977j) antecipava o tema da reportagem, que destacava a reação da população de vários dos países governados por militares durante a visita de um enviado do então presidente estadunidense, Jimmy Carter.

A rápida passagem de Todman pela Plaza de Mayo encerra algo de exemplar. Pois o fato é que, neste segundo semestre de 1977, talvez um dos poucos espécimes capazes

de causar alguma comoção nas ruas, na América Latina, seja um enviado do presidente Jimmy Carter. Antes de sua escala na Argentina, Todman já fora protagonista, no Chile, de um episódio similar – em frente à Suprema Corte desse país, em Santiago, também deparara com uma manifestação de parentes de “desaparecidos”. E no Uruguai, país que visitou depois da Argentina, Todman seria saudado por gritos de “Viva Carter”, “Viva a democracia” e “Viva a liberdade” por parte de cerca de 200 pessoas que o observavam quando colocou uma coroa de flores no mausoléu dedicado ao herói nacional José Artigas, situado na Plaza Independencia, no centro de Montevideú. Sinal de novos tempos, certamente – e sinal de que mesmo os três mais fechados regimes militares do continente têm, nesses dias, flancos abertos às ideias democráticas. (VEJA, 1977j).

Estariam os militares agindo contra a democracia, perguntar-se-ia retoricamente, já que em duas edições subsequentes acerca da política brasileira, também de 1977, os textos do semanário findavam qualquer dúvida e esse respeito. A primeira, reportava o reposicionamento do então presidente Ernesto Geisel a respeito da distensão política – expressão comum à época para designar o processo *lento, gradual e seguro* que visava a diminuição da repressão, a consequente abertura política no país até a implementação de um regime democrático pleno.

Ao anunciar, pela televisão, o recesso do Congresso Nacional, na noite da última sexta-feira, o presidente Ernesto Geisel tacitamente abriu mão das últimas esperanças de que durante seu mandato pudesse acontecer uma vigorosa corrida das instituições políticas para a democracia plena, sonho acalentado no início de seu governo, sob o inspirado rótulo de distensão, e cada vez menos citado no mundo político, desde quando as preocupações econômicas começaram a se sobrepor às preocupações eminentemente institucionais. No fim da semana, com o Congresso fechado e a decisão de impor por via revolucionária não só a reforma do Judiciário como todas as outras que o governo julgar necessárias, pouco restava do sonho. (VEJA, 1977e).

Para, depois, cessar qualquer resquício dos políticos ainda auspiciosos sobre “[...] o sonho da distensão, esculpido em 1973 nos laboratórios do largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro, onde Geisel preparava seus planos de governo” (VEJA, 1977f); e, com efeito, eliminando qualquer expectativa de transição a um Estado democrático.

Ao arquivar o sonho agora, por via das reformas decretadas, estaria o presidente evitando que ele pudesse ser eliminado de vez mais adiante, por via de alguma traumática, trágica manifestação de força? É possível. Ao país, em todo caso, resta a certeza de que as esperanças de uma democracia plena foram, mais uma vez, adiadas por tempo indeterminado. (VEJA, 1977f).

A defesa pela manutenção da democracia e da liberdade dentre as divisas nacionais, outrora estandarte supremo dos regimes militares defronte à ameaça arrebatadora das ditaduras socialistas, teve o seu *modus faciendi* gradativamente atualizado nesse interim. Se antes o uso da força e da repressão de toda ordem eram justificadas para garantir a democracia e a liberdade, depois a mesma força e repressão foi redirecionada para combater tanto o ímpeto democrático quanto a própria consumação da democracia e da liberdade. No caso brasileiro, pois, os excertos

dos semanários ofertavam algum entendimento para tal inversão procedimental; seja pelo diagnóstico que o então ministro da fazenda fizera a respeito das greves em 1978, resultado da lenta, mas gradual distensão política,

“A prova de que o Brasil ainda não está preparado para o exercício das liberdades democráticas pode ser encontrada no período anterior a 1964, quando havia toda a sorte de baderna” [...] Mas mesmo [Eugênio] Gudim considera inevitável a ocorrência de alterações na ordem política e social, o que afetará, é claro, a economia. “O rumo a ser tomado, num processo de abertura política, é o das mãos fortes e das linhas bem traçadas”, diz ele. (VEJA, 1978c).

Seja na reportagem de pouco menos de um ano da primeira também sobre os movimentos dos trabalhadores; “Decididamente, a greve está no rigor da moda deste outono” (VEJA, 1979f):

Cresce, enfim, a sensação de que do ato de reivindicar já não resultam os riscos do passado – com o avanço do processo de abertura, a questão social não pode ser tratada como caso de polícia. [...] “As liberdades recém-adquiridas vêm sendo mal utilizadas, há movimentos grevistas claramente exagerados”, ressalva o mesmo ministro militar. “Mas, com o tempo e as novas experiências, as pessoas acabarão aprendendo a usar seus direitos” (VEJA, 1979f).

Nesse viés, a força e a repressão estariam, em parte, voltando-se contra a democracia e a liberdade pelo cálculo de que, com elas, haveria risco da oposição ganhar terreno e implantar um regime ditatorial socialista. O saldo que fica, curioso claro, demonstra que, para se garantir um excedente de democracia e liberdade futuras, haveria de se eliminar a democracia e a liberdade no momento-presente.

Ao que parece, o regime socialista, que entrava em sua década derradeira, ainda tinha força suficiente para, substantivado como uma iminência, ser usada para eclipsar/desfocar que as conspícuas e exitosas revoluções no jogo geopolítico nesse meio-tempo foram logradas justamente pelos democrata-capitalistas e operadas na mesma raia democrata-capitalista do tabuleiro.

A primeira delas, pode-se dizer, cujos contornos de visibilidade e de dizibilidade emergiram de modo mais verticalizado, compete ao Japão. Em setembro de 1982, pois, a reportagem de *Veja* lança a questão: “Um teste de questões internacionais para quem vive na década de 80: qual o país do Oriente que apresenta o maior desafio para a liderança mundial que os Estados Unidos exercem no capitalismo?” (VEJA, 1982e). Recurso retórico ou pergunta com o fito de induzir seus coetâneos ao erro – quem sabe, até, aos coetâneos desta pesquisa –, a resposta correta, clara está, é o Japão. O interessante, pois, está na conta de sua elaboração semântica ao incitar o leitor a mirar para uma zona geopolítica de grande visibilidade, cujo

excesso luminoso, contudo, acaba por ofuscar o verdadeiro alvo da reportagem. “Quem disse China está pelo menos dez anos atrasado” (VEJA, 1982e), prossegue o texto, referenciando, inclusive, outra nação socialista ao invés da URSS – talvez por alguma obviedade não tão imediata aos coetâneos da pesquisa. A seguir, retorna ao Japão.

Detonado a partir do início da década de 70, o fenômeno vai tomando contornos cada vez mais claros, e nada tem a ver com rivalidades no campo ideológico. Ao contrário, a principal ameaça à supremacia do capitalismo americano vem hoje de outro capitalismo, que mostra crescentes ambições de provar que funciona melhor, apresenta mais soluções para os problemas e tem maior capacidade de transformar o mundo contemporâneo. Com isso seria mais capaz, também, de moldar o futuro. (VEJA, 1982e).

A disputa geopolítica não conferia, há muito, à disputa político-ideológica então em voga, embora o espectro socialista, ainda não totalmente descorporificado, subsidiasse a manutenção das ditaduras militares de direita dos trópicos, de maior ou menor latitude. O Japão, atinado há muito pelos valores democrata-capitalistas, eminentemente “[...] a primeira potência industrial do século XXI”, ascendeu pela alta investida no campo da tecnologia baseada na eletrônica, gerando grande retorno ao desenvolvimento da robótica e automação do trabalho.

Através dela [tecnologia], vai ganhando volume uma estonteante revolução, provavelmente a mais vital de todas as que podem alterar a vida do homem moderno pois sobre essa disparada tecnológica, e o progresso econômico daí decorrente, estão sendo construídos os alicerces de uma nova civilização. (VEJA, 1982e).

Se, porventura, o condão de *moldar o futuro* alicerçando os valores da *nova civilização* balizasse o ápice do jogo geopolítico, conviria atribuir ao Japão, na década de 1980, a insígnia do triunfo – assim como, nas décadas de 1960/70, atribuir-se-ia aos EUA, ao menos no Ocidente, o protagonismo sobre os modos de vida futuro e pela civilização por vir. Tomado como modelo de desenvolvimento político e econômico, fez-se como tal para as economias em desenvolvimento; ao que toca à América do Sul, porém, o diagnóstico da reportagem é indigesto, embora oferte pequenos subsídios para se compreender suas ditaduras menos atreladas à ameaça socialista e mais à própria dinâmica capitalista.

Ao aplicar a fórmula, o Terceiro Mundo mostrou que tinha entendido bem pouco o que se passava no Japão. Confundiu trabalho a baixo custo por causa da produtividade e de um esforço nacional em viver de cintos apertados com salários miseráveis, confundiu disciplina com ditadura. Resultados: em lugar de uma democracia rica, ocupada por uma das sociedades mais homogêneas que o capitalismo já foi capaz de gerar, fizeram ditaduras endividadas e pobres, dilaceradas politicamente pelo desequilíbrio interno de renda. (VEJA, 1982e).

Mas se é certo que a visibilidade do apogeu japonês nos idos de 1980 se viabilizou de modo veemente e vertical – caso se tome o decurso histórico ocidental de modo linear –, então é insofismável que sua condição de possibilidade converge, para dizer o mínimo, com o processo político-econômico de outro expressivo aliado da ala democrata-capitalista: a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher. No fim de 1990, *Veja* dedicou-lhe uma edição logo depois de ela deixar o posto de primeira-ministra britânica, não sem antes ressaltar seu legado.

Acabou-se uma era na qual, guiada pela convicção absoluta de que a ingerência do Estado na economia e na sociedade é o mal e o mérito individual é o bem, Margaret Thatcher arrancou a Grã-Bretanha a fórceps da decadência econômica, empunhou a bandeira liberal, cujo apelo se espalhou pelo mundo inteiro, e liderou uma contrarrevolução paradoxalmente revolucionária. Junto com Ronald Reagan, ela deu o tom conservador dos anos 80. E, mais que o ex-presidente americano, radicalizou na postura neoliberal: enfrentou e quebrou os sindicatos, foi à guerra contra a Argentina para garantir a posse das ridículas Ilhas Malvinas, privatizou empresas e abalou os alicerces do Estado britânico provedor e perdulário. (VEJA, 1990h).

Thatcher com sua *contrarrevolução liberal* revolucionou o *modus operandi* político-econômico fomentando imperativos auscultados por décadas adiante: estado mínimo, meritocracia, dessindicalização, privatização etc. são termos costumazes e indissociáveis em qualquer debate sobre a dinâmica neoliberal de produção e organização da política econômica até os dias atuais – dificilmente algum dos estudos críticos da dinâmica econômica contemporânea os ladeariam, inclusive os livros supracitados no primeiro capítulo.

Outra passagem da mesma reportagem bem circunscreve tanto sua extensividade histórica quanto a incorporação intersticial da referida dinâmica econômica nas formas existenciais humanas. Abaixo, parênteses abertos à então ex-primeira-ministra:

“Minha política não se baseia em nenhuma teoria econômica, mas nas coisas que eu e milhões de pessoas iguais a mim aprendemos: pagamento honesto para uma jornada honesta de trabalho, viver de acordo com os próprios recursos, economizar para épocas das vacas magras, pagar as contas em dia”, explicou ela certa vez. Com as mesmas palavras simples, a Dama de Ferro mexeu mais fundo. “A economia é o método, o objetivo é mudar a alma”, disse ela, para indicar a revolução espiritual que tinha em mente [...]. (VEJA, 1990h).

Nas singelas e cortantes palavras – *a economia é o método, o objetivo é mudar a alma* –, está materializado o empreendimento de uma modulação anímica, uma forja de subjetivação no quinhão pertinente à fronteira democrata-capitalista, ao passo que qualquer mirada na direção de possíveis reverberações performativas no modo de vida do *homem* no horizonte ideológico socialista já seria malograda: nada mais parecia ser possível irromper do outro lado do tabuleiro – ao menos, é por essa trilha que seguiram (e seguem) muitos dos diagnósticos-prognósticos sobre o *homem* e a *sociedade* supracitados aqui ou não.

De qualquer forma, destarte o legado neoliberal de Thatcher pode ser visualizado de modo horizontal, pois extensivo e legatário de um sem-fim de (novas) searas, ramificações, variações: formas de se pensar as dinâmicas político-econômicas, o trabalho, a produção, o lucro, as formas de vida, os tratados/pesquisas/estudos (acadêmicos ou não) de toda ordem etc. Visíveis e enunciadas por todos os lados, não haveria de ser diferente nas reportagens do semanário, cujos imperativos econômicos se materializam copiosamente em suas palavras, como se verá nos próximos eixos temáticos.

Revoluções, pois, não careceram de uma ruptura abrupta no *modus vivendi*, o *modus operandi* capitalista parece ter se atualizado e se capilarizado gradativamente, performando outras práticas sociais desde a década de 1970 – como queria Noguera-Ramirez, evocado no primeiro capítulo deste trabalho. Não sem tensões e embates, claro, mas tampouco com tamanha mobilização, se comparada à resistência operada diante dos preceitos socialistas. No caso do Brasil, pelo menos, poder-se-á, inclusive, avizinhar a avultada repulsa socialista ao fortalecimento dos imperativos da economia neoliberal; isto é, na topologia discursiva do arquivo, torna-se patente o jogo de peso e contrapeso na balança ideológica que avalizava os interesses e o rumo econômico do país.

Topologia geoeconômica

Compete ao segundo eixo, pois, evidenciar as tensões, as investidas, as resistências, os acordos e os desacordos relacionados aos interesses econômicos tanto de algumas nações sobre outras, como a mobilização que tais interesses engendraram dentro de suas fronteiras. Desde a primeira edição do semanário, em 1968, é patente a atenção dada a tais ocasiões, cujo foco, comumente, direcionava-se aos eventos em torno do Brasil, de como e o que o jogo de interesses geoeconômicos reverberou e performou por estas terras.

Assim, esse eixo intentará dar relevo à movência dos valores e dos imperativos político-econômicos vigentes no Brasil em um arco temporal de pouco mais de trinta anos; do intento protetivo imposto pelo regime ditatorial à economia nos anos 1960, por exemplo, à eminente defesa pela abertura econômica nacional quase total ao capital global, já na década de 1990 – como se pode acompanhar, nas linhas acima, a respeito da globalização; sem vilipendiar, ademais, o modo como a ameaça socialista operou sistematicamente nos rumos econômicos nacionais.

No fim de 1969, inicia-se a primeira de uma série de reportagens de capa que sublinhavam a relação do Brasil com os Estados Unidos.

Se a palavra “filial” fosse substituída por Brasil e “matriz” por Estados Unidos, o discurso poético e simbolista do General Emílio Garrastazu Médici ficaria alterado de forma talvez profunda e, sem dúvida, fora das exatas intenções do novo presidente. Mas, curiosamente, a mudança corresponderia exatamente ao que pensa boa parte da população brasileira, uma camada ampla que reúne desde intelectuais e estudantes inquietos e irritados com “a grande nação do Norte” até mesmo à gente simples do povo, perplexa e às vezes amedrontada diante do poderio e da presença americana. (VEJA, 1969x).

No fim da década de 1960, a reportagem constatava o que já se podia ver e ouvir no país: uma então *inquietante, irritante, perplexa e ameaçadora* filiação nacional diante da presença ostensiva dos EUA; era nas ruas, decerto, que qualquer mirada de relance a atestava.

Subindo a Rua Augusta, área do comércio chique de São Paulo, um nacionalista preocupado encontra na esquina da Rua Estados Unidos a Panificadora Colúmbia. Ao seu lado, a loja de presentes Mickey. Seguindo os letreiros, os sinais do estigma se repetem. Meias Walter, Cine Park, Yellow Dog, Sister’s Shop, Good Joe, Kodak, Voom Voom, indefinidamente, na mesma língua que já foi estranha e hoje é uma espécie de segundo vernáculo. (VEJA, 1969x).

Se nas ruas das cidades a presença dos EUA era manifesta pela língua inglesa que batizava parte do comércio em geral, a mesma coisa ocorreria caso se atentasse, também, não só aos nomes de algumas empresas ativas no país, como também à sua origem: “[...] Catterpillar, Yale, Clark, Hyster e dos infelizmente poucos remédios de grandes laboratórios, como Pfizer, Squibb, Johnson & Johnson, Upjohn, Lilly, quase todos controlados por capitais americanos” (VEJA, 1969x). A presença estadunidense não apenas despontava pela influência nominal, como pelo controle do capital das empresas que por aqui funcionavam.

Foi acerca do tema do controle capital, subsumido à ideia de poder ou de ingerência externa no país, que a discussão ganhou novos contornos e maior precisão em 1975. Naquele momento, o léxico econômico acabava de ganhar um novo verbete.

Não existiam as multi ou transnacionais, falava-se sobre grandes trustes, xenofobia e remessa abusiva de lucros. E sob essas cristalinas denominações discutiam-se, nos jornais, nas tribunas, nas ruas, nas universidades, benefícios e malefícios da eterna influência externa na economia e na política brasileiras. (VEJA, 1975c).

Era às empresas multinacionais que se conferia tanto debate. E, se ainda não se conseguia mensurar se o Brasil teria benefícios e vantagens equivalentes aos *hóspedes* recebidos (VEJA, 1975c), evidentes eram os danos que as multinacionais poderiam causar na esfera política, haja vista a articulação entre um e outro, entre a esfera econômica e a política, “Principalmente porque as multinacionais tenderiam, cada vez mais, a se preocupar menos intensivamente com o simples lucro financeiro, para visar, simultaneamente, a um composto de vantagens políticas e de influência, capaz de garantir seus enormes investimentos” (VEJA, 1975c). Debate tal que o longo e então senador Saturnino Braga parecia entrever

cirurgicamente ao arrebatá-lo: “O que essas empresas buscam [...] é a maximização do poder.” (VEJA, 1975c).

Curiosamente, em 1976, há uma inversão polar no debate. Pois, se o que se discutia respeitava à temeridade diante da *maximização do poder das empresas* – à força das multinacionais que angariavam vantagens e influências políticas no Brasil –, um ano depois, discutiam-se os limites do poder do Estado em face das inúmeras empresas estatais na ocasião. Sobre isso, a reportagem destaca a ressalva feita por José Magalhães Pinto, presidente do Senado, ao então presidente Ernesto Geisel: “‘O meu receio’ [...] ‘é a estatização completa da economia, porque nesse dia acabará a democracia. [...] se houver uma estatização generalizada nós vamos para outro regime, exatamente o regime que nós combatemos.’” (VEJA, 1976f).

Na mesma toada do tema da estatização das empresas no país – e da insinuante inversão ideológica –, a capa da revista de novembro de 1977 destacava o *jogo político dos empresários brasileiros*, que insurgiam e demarcavam ao governo o “[...] irreprimível desejo de participar da formulação do destino político do Brasil, a começar pela crítica, em diversos tons, do atual modelo político econômico” (VEJA, 1977i). A crítica da comissão de empresariados tomava como subsídio, novamente, a inusitada inversão político-ideológica que uma economia estatizada e centralizada sugestionava: “A centralização da economia só tende a descambar para o socialismo” (VEJA, 1977i).

E, de modo parelho, as estatais voltam à capa da *Veja* em 1982, igualmente criticadas por fomentar e sustentar a malfadada ditadura do governo sobre a economia, mas, dessa vez, outorgando uma saída: “[...] a única maneira de evitar que o Estado acabe estabelecendo uma ditadura sobre a economia é trabalhar, progressivamente, para que elas passem ao controle dos acionistas, deixando de ser propriedade exclusiva do governo” (VEJA, 1982c). Embora sem evocar a reminiscência ideológica-socialista – de forma direta, pelo menos –, a reportagem não se furtou em conjurar outra, uma reminiscência de futuro, para corroborar a premência da pauta da desestatização: “É algo que o Brasil certamente precisa, se quiser entrar no século XXI com um grau de liberdade razoável em sua economia” (VEJA, 1982c).

Anos mais tarde, em 1986, irrompe um intenso embate entre José Sarney e Ronald Reagan, à época presidentes do Brasil e dos EUA, respectivamente. Em resumo, Reagan pressionava o governo brasileiro – então eleito pela via direta – a rever a política econômica protecionista, afrouxando as barreiras comerciais vigentes.

Vale lembrar que Reagan, em meados do ano de 1980, pré-candidato às eleições no mesmo ano em seu país – da qual sairia vitorioso –, fora apresentado pela capa do semanário como o responsável pelo *avanço da direita nos EUA*, seu *vento conservador* no período,

posicionando-se frontalmente contra a intervenção do Estado tanto na vida dos indivíduos quanto na economia. “Não há hoje bicho-papão maior nos EUA do que [...] imagem de um aparelho estatal central superdimensionado, que flagela os cidadãos com impostos considerados excessivos em troca de serviços insatisfatórios e emperra a atividade econômica por sua intervenção no mercado” (VEJA, 1980k).

De volta a 1986, em visita à capital estadunidense, Sarney “[...] foi tratado como o presidente de um país com dívidas atrasadas e rebelde às regras do livre comércio. ‘Nenhum país pode continuar exportando para outros se seus mercados domésticos estão fechados para a concorrência estrangeira’, disse Reagan a Sarney [...]” (VEJA, 1986c). E, nem bem o presidente brasileiro pisava no Brasil, o semanário dedicava a Reagan, um mês depois, uma edição que destacava uma entrevista por ele concedida. Em meio à calidez do embate binacional, o estadunidense não se eximiu de trazer à baila o controverso tema àquela conjuntura, mantendo sua postura: “O protecionismo não é a base para o crescimento econômico a longo prazo, é justamente o contrário. A expansão do comércio é a única solução a longo prazo para as dificuldades econômicas dos países em desenvolvimento” (VEJA, 1986e). Embora não trouxesse nada de muito novo, foi contundente na defesa de relações comerciais mais abrangentes, e prosseguiu, condicionando o desenvolvimento dos países a um sistema comercial livre e justo: “[...] os países em desenvolvimento só criarão novas oportunidades de exportação e obterão índices mais altos de crescimento econômico sustentado se oferecerem concessões comerciais recíprocas e participarem de um sistema internacional de trocas livre e justo” (VEJA, 1986e).

Na mesma entrevista, porém, Reagan enfatizou a imprescindibilidade da democracia para o mundo, tema sensível também às ditaduras ainda vigentes ou democracias recém-implementadas na América do Sul. “Os Estados Unidos têm sido consistentes em sua exortação a favor da democracia. [...] a defesa dos direitos humanos está intimamente ligada à questão da democratização. A longo prazo, instituições democráticas fornecem a melhor proteção para os direitos humanos” (VEJA, 1986e). A sustentação da defesa irrestrita ao modelo democrático-capitalista tocava também ao próprio país; quando questionado sobre a possibilidade de um declínio, haja vista outros exemplos na história, Reagan respondera: “Acredito firmemente que os Estados Unidos continuam no estágio ascendente do ciclo descrito nesse modelo. Ainda assim, devo dizer que a América, com suas liberdades únicas no mundo e seu povo, pode ser a primeira exceção à regra histórica de sua pergunta” (VEJA, 1986e).

Essa espécie de conjunção entre desenvolvimento econômico e política democrata-capitalista – pelo livre mercado e Estado não intervencionista – parece se tonificar

gradativamente ao longo da década de 1980, criando novos valores cujos imperativos não cessam de pulular no lado ocidental do globo, pelos países com excedentes econômicos e de produção que intentam, assim, angariar novos mercados – tal como se delineou nas linhas dessa mesma pesquisa, com o capitalismo japonês, com o neoliberalismo de Thatcher, com as investidas do mesmo Reagan. Ao passo que tal conjunção deixa de gerar desconfiança nos países menos abastados e, ao contrário, vai se capilarizando e materializando como a solução possível, uma saída rumo ao futuro.

Assim que, em outubro de 1987, foi a vez do ex-ministro do governo Geisel, Mário Henrique Simonsen, ganhar destaque na reportagem de *Veja* que lhe outorgou a incumbência de redigir um ensaio com diagnósticos e prognósticos da então conjuntura brasileira.

A grande questão que se deve debater no Brasil, agora, é o que preferimos: empobrecer os ricos ou enriquecer os pobres. [...] Se o objetivo é enriquecer os pobres, é hora de abandonar a sensibilidade inconsequente, declaratória e inepta e sepultar o mito de que a esquerda tem exclusividade autoral sobre a noção de progressismo – quando se vê, ao contrário, que o maior progresso, no mundo real, está hoje nas sociedades capitalistas abertas e democráticas. (*VEJA*, 1987i).

Simonsen opera, no mesmo golpe – e à guisa dos imperativos neoliberais que ali operavam, claro está – uma distinção e uma comunhão. Ao objetar a *exclusividade da esquerda* em definir o *progressismo* do país, por tabela ele franqueia à direita um lugar antagonista da noção de progresso, corroborado pela realidade dos países desenvolvidos, cujo modelo político-econômico é democrata-capitalista. Desse modo, esquerda e direita continuam operando em polos distintos; não pelo viés ideológico e estrutural (capitalista ou socialista), mas como polos de um mesmo eixo político-econômico – a comunhão, pois. Em outro trecho do ensaio, essa dupla operação evidencia-se ao caracterizar o que seria, para ele, um *capitalismo de direita versus um capitalismo de esquerda*:

Desfeito o mito da multiplicação de pães pelo Estado, o povo poderia realmente manifestar-se sobre as suas preferências: ter mais escolas, mais assistência médica, mais proteção policial ou, então, pagar funcionários públicos que ganham empregos sem trabalho, financiar usineiros e cobrir prejuízos de estatais. Hospedar multinacionais que trazem capital, tecnologia e geram empregos ou hostilizá-las para proteger o capitalismo cartorial das empresas brasileiras que engordam à custa da eliminação da concorrência. Participar indivisivelmente de empresas estatais, sem o direito de vender as suas cotas-partes e sem a capacidade de votar nas assembleias gerais, ou transformá-las em reais sociedades anônimas de capital aberto e pulverizado, em que qualquer acionista, por menor que seja, tem o direito de cobrar e protestar. (*VEJA*, 1987i).

Não se conferiu ao modelo *progressista de esquerda*, por exemplo, a possibilidade de insurgências, revoluções e todo o sem-fim de ameaças e riscos socialistas que facultou e subsidiou, por décadas, a permanência fundamentada de um regime militar ditatorial no país.

Ao contrário, toda a argumentação visava contrastar o grau de autonomia e liberdade (ou democracia) econômica e individual sempre de dentro do mesmo sistema capitalista.

No decorrer de alguns anos na mesma década, a tenra democracia brasileira rumava na direção das mais antigas, e, dentre outros, os dantes bifurcados partidos políticos se multiplicavam e se diferenciavam – mesmo que de dentro da égide democrata-capitalista –, estabelecendo, cada qual, contornos mais claros.

Desta feita, às vésperas do segundo turno da primeira eleição direta brasileira em 1989, *Veja* assegurava que aquela seria “[...] sem dúvida, uma eleição muito rica. [...] uma eleição na qual cada brasileiro terá a oportunidade, rara, de fazer sua escolha em torno de caminhos tão distintos” (*VEJA*, 1989e). Tal distinção, embora inconteste em um país onde imperou por décadas a fio uma ditadura política, pouco se diferenciava dos imperativos político-econômicos que circulavam já há mais de uma década. Não por acaso, o semanário, ao tratar de prognosticar as diferenças econômicas que norteariam o país do candidato vencedor, não fez outra coisa senão reportar os mesmos imperativos em voga à época – como não haveria deixar de ser, afinal. “O país de Collor é aquele que olha para as empresas privadas como o motor dinâmico do desenvolvimento – o Brasil de Lula tem muita fé na ação da máquina do Estado” (*VEJA*, 1989e).

De modo parelho, em meados de 1994, ano da eleição seguinte à de 1989, a revista atenta-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), então à frente, com Lula candidato, nas pesquisas eleitorais. Novamente amparada pelos valores que aparentavam se hegemonizar no âmbito econômico, a reportagem afirma que, a despeito delas, “[...] a legenda caminha na contracorrente das ideias dominantes no país e mesmo no mundo, o que torna difícil encontrar aliados para compor o governo” (*VEJA*, 1994b). Os motivos de tamanha rejeição – à parte o crescimento do partido e à liderança nas intenções de voto –, não eram novos, tampouco.

O PT é contra as privatizações de estatais e seu programa admite reestatizar empresas privatizadas. Diz que pretende estimular a geração de empregos retirando dinheiro estocado no mercado financeiro o que só seria possível através de intervenção no mercado de matiz caloteiro. (*VEJA*, 1994b).

Se o referido partido político, mesmo que em ascensão popular, estava na contramão dos imperativos econômicos do mundo, eram-lhes inerentes, pois, naquele momento, as prerrogativas privatizantes das empresas estatais, de um estado nacional não interventivo ou protecionista economicamente, e fiador responsável das dívidas públicas. Imperativos que, não obstante, passaram a ser profundamente questionados com a crise econômica enfrentada pelo México, em 1995.

O país, então referência aos olhos do sistema financeiro internacional, passara pouco antes por uma reestruturação à guisa dos ditames econômicos predominantes à época pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Consenso de Washington,²⁷ acabou sucumbindo, entretanto, à debandada massiva do capital externo. Afinal, alguns dos imperativos comumente prescritos com o fim de promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento em dificuldades eram bem coniventes com o fluxo circulatório dos investidores externos – livre comércio (liberalização das importações e eliminação de restrições quantitativas ou proteção comercial); liberalização do investimento estrangeiro direto interno; abolição das regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restringem a concorrência de empresas ou capitais externos etc. (VEJA, 1995d).

Como lição, na reportagem cirurgicamente intitulada *O capital que derrubou as fronteiras*, ficou, primeiro que

Não há dúvida de que os países devem procurar defender-se dos exageros e riscos do capital especulativo. A maneira mais eficiente é não depender dele para o básico. É preciso manter a economia do país sob boa gerência. Numa situação assim o dinheiro especulativo vem, é usado e pode sair quando quiser sem causar traumas. Aliás, quando um país é bem gerido, o *hot money* não sai. O drama, para os que vão mal das pernas na contabilidade, é que ele não tem a tolerância do dinheiro emprestado por governos ou instituições como o Banco Mundial. Se o ambiente econômico fica ruim, o *hot money* sai na hora. “Em alguns casos, esse capital obriga os governos a corrigir uma política errada”, diz David Thomas, presidente do Lloyds Bank no Brasil. É também por essa característica de impor uma disciplina rígida aos que o recebem, sejam empresas ou governos, que é tão temido. (VEJA, 1995d).

E, segundo – e o mais acachapante à época –, foi dimensionar o chamado *hot money*:

O que é fundamentalmente inédito é o tamanho do bolo e o ritmo com que o dinheiro muda de lugar quando alguma coisa o incomoda. Existe 1 trilhão de dólares em mãos de poupadores em todo o mundo. Basta que um em cada quatro deles decida trocar seus dólares por ienes ou marcos para que a economia mundial entre em colapso. Os volumes de recursos em poder dos mercados – investidores isolados, pools de investidores, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras e bancos – são tão grandes que não existem riquezas materiais capazes de se comparar com suas dimensões. (VEJA, 1995d).

Paradoxalmente, pois, por mais responsabilidade gestora que o governo de um país de economia em desenvolvimento ou frágil empregasse, isso não seria capaz de aplacar os

²⁷ O Consenso de Washington é um conjunto de grandes medidas, que se compõe de dez regras básicas, formuladas durante reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, baseadas em um texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy. As novas medidas estimulavam a competição entre as taxas de câmbio, davam incentivos às exportações e previam a gestão de finanças públicas, se tornando a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, no momento que passaram a ser “receitadas” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm> Acesso em: 20 ago. 2022.

interesses dos investidores donos do capital. Torna-se cada vez mais patente que tanto o terreno global das ofensivas entre fronteiras de diferentes nações, quanto o território pátrio, com toda sorte de mobilizações domésticas disputando o mais profícuo projeto nacional, estavam sendo perpassadas por uma espécie de estrato metafísico supranacional com interesses próprios – o de multiplicar infindavelmente o capital, e tão só. O que tampouco significa uma sobreposição desta última às primeiras, mas o advento de um pujante pendor no jogo de interesses geoeconômico; ou seja, tanto as disputas político-econômicas entre países ou os conflitos de ideais vernáculos não cessariam, mas teriam suas divisas nacionais antes bem delimitadas tomadas de assalto por interesses do mercado financeiro que as transcendem.

Doravante, a entrada brasileira nesse então “[...] mundo marcado por corporações que são economicamente mais fortes do que países [...]” (VEJA, 1999f) teve seu ápice anunciado em 1999, com a fusão das duas maiores empresas de bebidas nacionais – a fusão, à época, da Brahma com a Antarctica –, visando angariar força capital suficiente para competir no *capitalismo no século XXI*, onde “O futuro vem acompanhado de uma competição darwiniana. Só os maiores, mais fortes e mais eficientes sobrevivem” (VEJA, 1999f).

Do mesmo modo que uma transnacional brasileira inaugurava sua inserção no mercado global, o Brasil, contudo, passava a sofrer nova invasão econômica externa. Diferentemente da longínqua década de 1960 quando o país se incomodara com a invasão vernacular estadunidense pela entrada de algumas de suas empresas em solo nacional, na aurora do ano 2000, a reportagem do semanário logo anunciava a investida econômica que outrora gerou incômodo: “Eles estão chegando num movimento que poderia lembrar uma grande invasão” (VEJA, 2000d). Dessa vez, entretanto, caso perguntassem de *onde* eram os invasores, certamente essa seria uma questão caduca. Afinal, não se tratava mais de *onde*, mas de *quem* e, sobretudo, de *o quê*: “Só no ano passado, os investidores estrangeiros despejaram no Brasil 30 bilhões de seu arsenal de dólares” (VEJA, 2000d). Ora, investidores estrangeiros investindo bilhões de dólares no país; qual o problema, perguntar-se-ia. *Veja*, por sua vez, respondera que “É o pânico da chamada ‘desnacionalização’” (VEJA, 2000d):

Empresas espanholas, portuguesas, canadenses, americanas, italianas estão hoje entre os novos donos dos serviços de distribuição de energia, de telefonia fixa e de telefonia móvel. Em cada orelhão e em cada poste há uma lembrança da presença do capital estrangeiro. É natural que surja em muitas pessoas uma dúvida bastante peculiar: será que o Brasil não estará sendo fatiado como um pernil para ser servido em banquete aos estrangeiros? Será que a solução é mesmo ‘alugar o Brasil’ como diz a letra do rock *Aluga-se*, de Raul Seixas, regravado agora com sucesso pelo grupo Titãs? (VEJA, 2000d).

Ao que a reportagem continuava a explicar: “Os neonacionalistas brasileiros estão à esquerda de Fidel Castro. É uma posição desconfortável. Irracional ou não, fora de época, saudosista ou nostálgica, é inegável que o nacionalismo está flutuando numa maré montante no Brasil neste alvorecer do terceiro milênio” (VEJA, 2000d).

A reportagem pondera, todavia, que para quem se alinhava contra a nova invasão, a alcunha *nacionalista* era insuficiente. Eles cobravam maior intervenção do governo, não para criar barreiras aos estrangeiros, mas tampouco “[...] assistir passivamente à desnacionalização da economia brasileira [...]”; para tanto, [...] o governo precisa agir abrindo os cofres do dinheiro público para bons empresários brasileiros que estejam perdendo a disputa com o dólar que vem de fora apenas porque não conseguem financiamentos tão em conta quanto a horda estrangeira” (VEJA, 2000d). A expectativa consistia em uma ação estatal de equiparação de forças entre os concorrentes, menos por uma ação repressora – e já decrépita – contra a *horda estrangeira*, do que por um aporte que incitasse o empresariado brasileiro à competição.

Um enredo que se inicia com um profundo incômodo em face da invasão idiomática e econômica estadunidense, passa pela resistência nacional à disseminação das empresas multinacionais e o decorrente sobressalto frente ao progressivo poder a elas conferido; doravante, um enredo que, três décadas mais tarde, caracteriza-se por dar condições de possibilidade para um preeminente discurso em defesa do livre mercado, do capital externo e do Estado mínimo – diametralmente, então, quanto maior o Estado (e as estatais), maior o sobressalto –, mas que, no mesmo golpe, reconvoca-o a intervir haja vista as atualizadas regras da disputa geoconômica; tal enredo, pois, mereceria um escrutínio que não poderia ser subsidiado pela fonte aqui eleita e, mais importante, tampouco seria essa a fonte escolhida caso o intento da pesquisa fosse o de escrutinar o deslocamento dos imperativos político-econômicos. Afinal, a fonte já fora capaz de performar o que aqui importa: justamente os tais deslocamentos veridictivos, sua movência, cuja topologia opera pela superfície enunciativa da fonte, pelas continuidades e discontinuidades discursivas, ora.

No limite, na ponta final desse eixo forjado e arbitrário – como em qualquer gesto de tomar a fonte como arquivo à moda foucaultiana –, tem-se que, das tensões entre nações às disputas político-econômicas domésticas (entre a esquerda e a direita, por exemplo), ambas estariam operando perpassadas pelos mesmos imperativos do momento-presente, não sem resistências – muito embora os regimes veridictivos confirmem legitimidade mais a um lado do

que a outro, sempre. Daí que, partindo do mesmo *leitmotiv*, o que se performava, em ambos os lados, bem no cerne dos jogos veridictivos do presente, não era outra coisa senão aquilo que o estrato-tempo adjazia, mas que franqueava ao *homem* o condão de vislumbrar e fabular acerca do futuro mais aprazível, e tão só.

Topologia do capital

Resta agora tangenciar as enunciações das reportagens principais de *Veja* sobre o que se oportunizou circunscrever, aqui, como *capital*, haja vista sua versátil acepção no léxico econômico;²⁸ tudo o que, dizia-se, agregava valor a algo, seja o dinheiro em si – representação convencional de valor econômico nas sociedades capitalistas –, seja, por exemplo, o conhecimento/educação, comumente dimensionados a um valor agregado. No limite, tudo aquilo capaz de ser, proeminentemente, capitalizável.

E é precisamente a partir desse exemplo que a edição de *Veja* de março de 1969 alude diretamente à necessidade de um investimento maciço na educação para gerar desenvolvimento no Brasil – alusão essa que responde à própria interrogação da capa: “Como o país do futuro pode chegar ao futuro” (*VEJA*, 1969f). Para tanto, a revista tomava a biografia de Fernando Mendonça, cientista brasileiro promissor que havia se destacado em seu doutorado nos EUA.

Fernando Mendonça já era uma espécie de herói. Mas não em sua terra natal. No Ano Geofísico Internacional (o do lançamento do primeiro Sputnik) êle chamava a atenção de seus colegas com o sucesso obtido num curso de “Phylosophy Doctor” (doutoramento) na Universidade de Stanford, nos EUA. O início da idade do espaço fizera Mendonça e seus amigos acreditarem que era preciso voltar ao Brasil e fazer um plano para agarrar o futuro no nôvo mundo em formação. (*VEJA*, 1969f).

Não custa lembrar – como já vimos aqui – que, um mês antes, *Veja* anunciara o eminente papel social dos cientistas “[...] o cientista é a personagem-chave da aventura da humanidade, retém quase a totalidade do saber. Confirmada a tendência atual de influenciar cada vez mais, acabará também exercendo o poder, não diretamente, mas por fôrça de seus conselhos” (*VEJA*, 1969d).

O então notável cientista voltava ao Brasil com a incumbência de agregar conhecimento tecnocientífico, a fim de nivelá-lo aos mais avançados.

O futuro era difícil de agarrar sem uma boa receita. Mas êle julgava que tinha esta fórmula: “Formar uma elite pensante do mais alto nível, capaz de tirar o Brasil da

²⁸ Por exemplo, capital aberto: ações negociáveis em bolsas de valores e divididas entre muitos acionistas; capital de giro: empregado no financiamento da produção e pelo dinheiro disponível a curto prazo; capital de risco: investimento sem garantia de retorno; capital social: soma das contribuições dos sócios de uma empresa, organização etc. (HOUAISS [s.d.]). Acesso em: 24 fev. 2022.

dependência tecnológica estrangeira, com a força necessária para mover um país na rota do desenvolvimento.” Mendonça acha que sua “elite pensante” está pronta para receber o futuro. (VEJA, 1969f).

Impossível refutar que o valor agregado ao conhecimento, neste caso, sobrepujava a *equiparação tecnológica* ou o *desenvolvimento*: o investimento no conhecimento era a receita para se receber nada menos do que o futuro; se o conhecimento era o capital, sua mais-valia garantiria o futuro do país.

Em 1972, em reportagem que discutia a desigualdade de renda entre os brasileiros com base nos resultados de uma pesquisa socioeconômica conduzida no país, verificou-se, dentre outros, que, à exceção dos analfabetos, todas as outras *categorias* mantiveram ou melhoraram o valor de seus rendimentos mensais quando comparado aos dados de 1960. E, por conseguinte, que quanto mais alto o nível de instrução, maiores as rendas. Desse modo, evidencia-se primeiro, na reportagem, que a “[...] educação parece ser, portanto, a maior causa da diferenciação da renda e do aumento da desigualdade na década de 60” (VEJA, 1972e) e, segundo, “Chega-se também à conclusão de que o desenvolvimento econômico brasileiro – como o de qualquer país – é um mecanismo que naturalmente diferencia as pessoas, principalmente através da educação” (VEJA, 1972e). O grau de educação das pessoas passa a ser destacado como o investimento que determina o respectivo patamar socioeconômico da população; quanto maior o grau, maior a renda.

Se até então a educação poderia ser salientada como algo que gerava um valor diferencial – um *capital imaterial*, conceituação de valor que seria conferida também à educação, décadas mais tarde –, sua referenciação no semanário tardaria quase vinte anos para reaparecer, e, nesse ínterim, outras performances permearam a noção de capital.

Depois de ser tema de quatro reportagens de capa entre 1971 e 1972, a Bolsa de Valores brasileira passou pelo entusiasmo da promessa de rentabilidade fácil e rápida – tal como se lê no texto de capa e título da edição 142: *A multiplicação do Dinheiro, Bolsa é a vida do dinheiro* (VEJA, 1971e) –, pela sua primeira grande queda, no mesmo ano – *Mamãe Bôlsa, que será dos teus filhos?*; *A bôlsa sob a ação da gravidade* (VEJA, 1971f) –, ganhou, no fim do mesmo ano, uma reportagem justificando suas oscilações – “Os humores de uma bolsa muito jovem”, “A bolsa, ainda uma criança” (VEJA, 1971j) – até, no ano seguinte, virar alvo de desconfiança por conta de denúncias de possíveis manipulações e especulações – “Bolsa, o dilema do investidor”, “Lobos e cordeiros da bolsa” (VEJA, 1972f).

Coincidência ou não, um ano mais tarde, *Veja* noticiava em sua principal reportagem que “O mais novo santo do milagre brasileiro é o mercado imobiliário” (VEJA, 1973r).

Tamanho eufemismo, para além de seu próprio estilo narrativo, relacionava-se, também, ao descrédito da Bolsa de Valores como alvo de investimentos financeiros, haja vista, na mesma reportagem, algumas comparações ali tecidas entre o mercado imobiliário e a Bolsa de Valores: ao passo que, “Evidentemente, pelas suas características peculiares, o mercado imobiliário nunca conseguirá oferecer os instantes de delírio patrocinados pela Bolsa em 1971” (VEJA, 1973r), ao mesmo tempo, “Depois de ter exorcizado o canto de sereias da Bolsa de Valores, a classe média brasileira resolveu fincar suas economias em terra firme” (VEJA, 1973r). Ao que parece, naquela ocasião, ao menos, entre apostar na promessa de alta rentabilidade em uma superfície instável e efêmera, ou rentabilizar bem menos a curto prazo, mas sempre de modo regular e em *terra firme* – sem grandes sobressaltos em nenhum dos polos –, fincar raízes era a opção eleita. O capital, dessa vez, não se apresentava nem por seu aspecto imaterial, como tampouco de modo iminente, especulado; ele era concreto, material e registrado em cartório, no melhor dos casos.

Na primeira edição do ano de 1980, toda dedicada ao recorrente avizinhamo entre a ciência e o futuro, operando como uma relação de causalidade – como pudemos acessar em tópicos anteriores –, o título da reportagem sugeria algo nada módico, uma *revolução da vida*, atrelando-a aos avanços nos campos da cibernética (o computador, em especial) e da biologia. A respeito do primeiro, reputava-se à conjunção dos computadores com a telecomunicação – a *telemática*, como ali se designou – a verve necessária para alterar radicalmente o cotidiano do *homem*. (VEJA, 1980a). Para corroborar tamanha ocasião, a revista atentou para o que já ocorria nos Estados Unidos quanto ao dinheiro físico, ao papel-moeda.

[...] clientes de trinta bancos estão abandonando pouco a pouco as cédulas, talões de cheque e cartões de crédito para pagar muitas de suas despesas. Eles simplesmente pressionam alguns botões adaptados a seu telefone, em casa, e com isso, conseguem transferir dinheiro de suas contas para as contas dos credores. Nessa operação digital, acionam telefonicamente o computador que controla saldos na sede bancária. Caminha-se para a desinvenção do dinheiro e para a santificação do crédito. (VEJA, 1980a).

Para a revista, ainda que embrionária, essa *alteração na manipulação do dinheiro* constituir-se-ia em uma prática irreversível. Irrompia, assim, outra propriedade para conjurar o capital: nem mais material/imaterial ou especulativo, senão o crédito, uma espécie de abstração não especulativa do papel-moeda, pois uma abstração a ele precisa, correlata.

Em pouco tempo, a essa abstração capital, pois, foi atribuída uma materialidade plástica: era o *dinheiro de plástico*, como queria o texto de capa do semanário em 1982 – ou o apregoado cartão de crédito.

Com um cartão, caneta e tinta, compra-se tudo. [...] o ato de pagar exige que se conte o dinheiro a cada nota ou que se escreva cada algarismo do cheque. O ato de ‘cartear’ exige apenas que se assine e, quem quiser, pode alimentar a fantasia segundo a qual o problema da despesa deixou de existir, já que foi jogado para depois. (VEJA, 1982d).

Com o crédito plastificado – e bem ao alcance das mãos –, o poder de compra tornava-se quase ilimitado, ao menos no momento-presente, já que seria faturado no futuro; a efemeridade do crédito ilimitado passava a ser afiançada pelo capital futuro – o futuro afiançava o presente, em última análise.

Adiante, durante quase toda a década de 1990 – com ênfase maior em sua primeira metade –, o *saber* (termo cujo sentido abrange, no periódico, inteligência, educação, conhecimento, informação etc.) voltava às capas da revista primeiro como mercadoria, não qualquer, porém. Na reportagem que anunciava como as descobertas biocientíficas tornavam possíveis criar e expandir os limites da mente humana, uma de suas especificidades, a inteligência, emergia como centro de interesse; não à toa, era ela a mercadoria de maior valor. Valendo-se das palavras do economista americano Julian Simon, a revista enfatizava o valor da inteligência: “‘É a única coisa capaz de transformar um monte de areia num monte de dinheiro’ [...]” (VEJA, 1990g). O economista referia-se, especificamente, a “[...] cérebros da indústria de informática que fizeram de um mineral abundante e barato, o silício, matéria-prima dos componentes de computador, algo mais valioso que o ouro” (VEJA, 1990g).

A revista, como de costume, ofertara ao leitor uma breve contextualização histórica para, nesse caso, evidenciar, o quanto mais, a grande valia da *mercadoria-inteligência*: recorrendo aos economistas de então, creditava-se à inteligência o condão de agregar e gerar valor capital, inaugurando uma *terceira onda*, em que “A primeira foi a da matéria-prima (quem possuía as jazidas certas saía na frente), a segunda, a dos bens de capital (quem possuía a melhor máquina fabril levava vantagem) [...]”. Ao passo que, em face de seu valor capital, o que estava a valer era o rumo futuro do país, para o qual “[...] ter uma população alfabetizada e educada é preponderante sobre ter uma montanha de minério como Carajás. A força das ideias é o enorme tesouro da humanidade” (VEJA, 1990g). A inteligência, a educação, ao que parece, já capitalizava mais do que as matérias-primas, por exemplo, por sua faculdade de criar, transformar, agregar mais-valia a algo primário, como no caso do silício – e, por conseguinte, uma mais-valia subsidiária do progresso, do desenvolvimento; logo, a mais-valia parecia imantar-se ao futuro, de tal modo que o capital confundir-se-ia com o futuro, quiçá.

Ao largo da conjectura acima ser uma inflexão vã da *topologia do capital*, é logo corroborada pela capa e pelo título da reportagem em menos de um ano, respectivamente:

“Como o Brasil queima seu futuro em universidades perdulárias e ruins” e “O país arrisca o futuro nas universidades” (VEJA, 1991b). Ao futuro se irrompia, cada vez mais, uma indissociação com o saber, e *Veja* interpelava, a contragolpe, as condições e o funcionamento das universidades públicas brasileiras que estariam fissurando tal indissociação. Para ela, a despeito de sua *estrutura gigantesca*, as universidades, mal aparelhadas e dotadas de funcionamento ineficaz, comprometiam toda uma geração de *promissores estudantes*: “O futuro do país está ligado ao desempenho dessa máquina. Ela deveria ser o eixo monumental de saber, em torno do qual a sociedade brasileira encontraria seu caminho rumo ao próximo século” (VEJA, 1991b). Eis o futuro, novamente, dessa vez à iminência de ser esconjurado pelo trato então malfadado dele com o saber.

No início da década de 1990, o mapa do futuro estava cada vez mais flagrante: “No campo da educação, o brasileiro caiu na real. Pergunte hoje a uma pessoa qualquer o que o Brasil precisa fazer para sair da crise. Há uma grande chance de que ela responda que sem uma boa escola não há remédio” (VEJA, 1991g). A raridade da reportagem não estava no mapa – já um bordão deveras repetido –, mas em seu percurso. Afinal, além da crise do ensino superior, a educação básica também era diagnosticada com o mesmo mal: a contrapelo da solidez bussolar do futuro, sua trilha parecia se espraiar em solo movediço.²⁹

Os educadores estão de acordo num ponto: a escola brasileira deve formar cidadãos com capacidade intelectual para atuar na sociedade do próximo século, altamente marcada pela tecnologia. [...] Boa educação pública e modernização econômica são duas variáveis que andam juntas. Tanto é assim que os Tigres Asiáticos estão entre os países que, proporcionalmente, mais investem em educação. Da mesma forma, explosão demográfica rima com analfabetismo e pobreza. (VEJA, 1991g).

Era o Brasil, pois, quem teimava em tornar irreconciliável o futuro e a educação, ao mesmo tempo que parecia querer conciliar, isso sim, o presente a uma perene crise educacional.

Dentre uma menção ou outra de pouca pregnância nos idos da década, a educação tratada como investimento capital voltava à carga em reportagem de capa de 1998, não sem antes ser cotejada com a dinâmica da Bolsa de Valores – esta, tal como na ocasião do *mercado*

²⁹ Vale salientar que *Veja*, embora destacasse em ambas as edições a importância da educação para o desenvolvimento do país, atrelava as crises que acometiam as universidades e as escolas de ensino básico, respectivamente, como um problema eminentemente da elite econômica e, a outra, como um problema das classes mais pobres. Esta pesquisa, defronte a tantas variáveis e vetores, precisou eleger os seus; e, mesmo diante da visibilidade de um regime discursivo que estereotipa ricos e pobres aos valores do tempo – o que não é conferido só à revista propriamente, mas, antes, ao conjunto de valores em voga em que a revista mobiliza, ora passivamente como caixa de ressonância, ora ativamente, reverberando-os graúna medida de seus interesses editoriais –, optou por circunscrever e extrair os enunciados mais avultados e atinados ao futuro da forma-*homem*, tomada aqui como forma homogênea; ciente, contudo, de que, se a essa forma fosse dedicada a uma genealogia, constatar-se-ia, certamente, sua ascendência eurocêntrica, seu biotipo branco e sua inserção socioeconômica nas classes média-alta ou alta.

imobiliário, novamente funcionava como um pendur desvantajoso se comparado ao rentismo imobiliário, no primeiro caso, ou ao capital educacional imaterial, que gerava garantias futuras.

Para aqueles que olham para a alta dos juros, ou para o movimento das bolsas de valores, atenção. O melhor investimento de longo prazo que se pode fazer hoje é a educação. Veja o que está acontecendo no Brasil. Com a taxa média de desemprego em 8%, o contingente dos brasileiros que estudaram apenas seis anos enfrenta uma taxa de desemprego maior, de 9%. Entre os que fizeram faculdade, o índice cai para a faixa dos 2%. E, incrível, ele é de apenas 1% entre os pós-graduados. [...] Para a maioria das pessoas, contudo, estudar é crucial para determinar a posição e o salário que podem conquistar, e isso nunca foi tão verdadeiro quanto agora. (VEJA, 1998f).

A educação não só voltava à baila como um investimento certo e de baixo risco – pois presumidamente capitalizável –, como adjazia o tempo como um diferencial para maximizar sua rentabilidade; quanto mais anos dedicados aos estudos, maior a escalada na hierarquia educacional e, por consequência, maior garantia de seguridade e retorno financeiro no mercado de trabalho.

A era da informação é implacável: joga para escanteio quem não tem instrução e coloca no ápice quem estuda mais. Exigente e seletivo, o mercado de trabalho está passando por um terremoto. Quer profissionais graduados, que falem inglês, entendam de computador e estejam atentos às mudanças. Todo esse investimento tem retorno certo. [...] quanto mais estuda, maior é a chance de uma pessoa conseguir emprego, ganhar mais e fazer carreira bem-sucedida. (VEJA, 1998f).

A projeção do tempo como agregador de mais-valia à aplicação educacional associava-se à então incipiente *era da informação*, a qual, condicionada à popularização dos computadores pessoais e da Internet, parecia reclamar, ao *homem*, disponibilidade e disposição para absorver tanta informação corrente, incessantemente atualizada. Condição essa, quando associada à da *inteligência* – passível de tornar capitalizável quase qualquer coisa –, irrompe o condão de reconciliar sobremodo a educação e a inteligência ao futuro.

Cada vez mais, o papel do ser humano no mundo do trabalho é produzir novas ideias. O futuro, de acordo com os especialistas, não é das pessoas que apertam parafusos, mas de quem imagina um novo processo pelo qual os parafusos serão apertados. (VEJA, 1998f).

Investir em educação assegurava um futuro promissor, um posto laboral estratégico e não operacional – este, sempre ameaçado pela progressiva automação tecnológica – e, quanto maior o tempo aplicado, maior a dedução do risco, pois. A mais-valia da educação parecia equivaler a assegurar o futuro; investia-se para se garantir um futuro.

c. Linguagem

Chega-se, enfim, à última das três empiricidades; mas, bem no momento em que a essa se chega é que se faz necessário, subitamente, partir para franquear ao leitor, mesmo que sumariamente, aquilo a que aqui se tomou de empréstimo de *As palavras e as coisas* de Foucault, a *linguagem* como empiricidade do *homem*, e do que se alvitrou tomar distância, a fim de operacionalizá-la à guisa do arquivo arregimentado pela pesquisa.

Do avizinhamo principal, tal como nas duas outras empiricidades, tomou-se a noção da linguagem como uma *categoria* pertencente às ciências humanas desde sua emergência no século XIX, tornando-se, a linguagem,

[...] um objeto do conhecimento entre tantos outros: ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. Comporta, talvez, conceitos próprios, mas as análises que incidem sobre ela são enraizadas no mesmo nível que todas as que concernem aos conhecimentos empíricos. (FOUCAULT, 2016, p. 409-410).

Incide aí, contudo, uma impossibilidade do arquivo e, por conseguinte, desta pesquisa: diferentemente das empiricidades *vida* e *trabalho*, pelas quais a fonte da pesquisa, o semanário, pudera tanto tangenciar os deslocamentos das representações do *homem* na *superfície de projeção da biologia* como ser vivente – “[...] recebe estímulos [...], que responde a eles, que se adapta, evolui, submete-se às exigências do meio, [...] tem, em suma, condições de existência e a possibilidade de encontrar normas médias de ajustamento que lhe permitem exercer suas funções” (FOUCAULT, 2016, p. 494) –, quanto espreitar os mesmos deslocamentos tomando o *homem* como um ser laboral, agora na *superfície de projeção da economia* – enquanto “[...] tem necessidades e desejos, enquanto busca satisfazê-los, enquanto, pois, tem interesses, visa a lucros, opõe-se a outros homens; [...] numa irreduzível situação de conflito [...] instaura um conjunto de regras que são, ao mesmo tempo, limitação e dilatação do conflito” (FOUCAULT, 2016, p. 494). O mesmo não poderia ser conferido à *linguagem* tal como pensada no livro de 1966, nem por aproximação.

Caso levado à risca o modo como Foucault analisou a linguagem em *As palavras e as coisas*, seria preciso, ao menos de partida, mapear e extrair do arquivo certo ordenamento [fio condutor] da “[...] análise dos vestígios verbais que uma cultura ou um indivíduo podem deixar de si mesmos.” (FOUCAULT, 2016, p. 492) – mas não quaisquer vestígios. Afinal, aos estudos da linguagem, ora analisada como categoria das ciências no século XIX de modo disperso como filologia, linguística ou literatura, arroga-se uma *superfície de projeção* por onde

[...] as condutas do homem aparecem como querendo dizer alguma coisa; seus menores gestos, até em seus mecanismos involuntários e até em seus malogros, têm

um sentido; e tudo o que ele deposita em torno de si, em matéria de objetos, de ritos, de hábitos, de discurso, toda a esteira de rastros que deixa atrás de si constitui um conjunto coerente e um sistema de signos. (FOUCAULT, 2016, p. 494).³⁰

Ou seja, pela trilha foucaultiana, no estudo da linguagem, espreitar-se-ia, essencialmente, uma análise das significações e dos sistemas significantes, no qual as palavras só significam algo na medida em que passam a operar como parte integrante de uma organização gramatical que, por sua vez, assegura a coerência interna e autônoma da linguagem: um espaço por onde operam *as leis e as formas de uma linguagem* é também o nascedouro *da análise de todas as manifestações orais e de todos os documentos escritos do homem*, mas que, ao mesmo tempo, “[...] permanecem [leis e formas de uma linguagem] à margem de si mesmas, permitindo ao homem fazer aí passar o jogo de suas representações [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 492).

A noção de linguagem como empiricidade guarda, em face das outras empiricidades, a especificidade de ser invariavelmente a única via possível pela qual o saber – conhecimento, ciência, filosofia etc. – pode se apresentar discursivamente. “Ainda que seja ela própria disposta, desdobrada e analisada sob o olhar de uma ciência, ressurgue sempre do lado do sujeito que conhece – desde que se trate, para ele, de enunciar o que sabe” (FOUCAULT, 2016, p. 410).

Por isso, o encaço, aqui, não seguiu à guisa dos estudos da linguagem realocada como ciência do *homem* – reunida, na modernidade foucaultiana, como linguística, literatura, filologia etc. –, esse conjunto de saberes que toma como objeto as representações às quais o homem, do interior da linguagem à qual ele, ser falante, fala, engendra sobre o *sentido das palavras ou das proposições que enuncia*; ou seja, a representação da própria linguagem.

Difícilmente a fonte ora escolhida, a revista *Veja*, poderia subsidiar à pesquisa enunciações que detivessem a maneira como o *homem* ou a sociedade “[...] representam as palavras, utilizam sua forma e seu sentido, compõem discursos reais, mostram e escondem neles o que pensam, [...] uma massa de traços verbais que é preciso decifrar e restituir, tanto quanto possível, à sua vivacidade representativa” (FOUCAULT, 2016, p. 498), salvo, quiçá, se se focalizasse, em sua própria superfície textual, seu ordenamento discursivo, suas significações

³⁰ Se, com as outras empiricidades, decidiu-se por não fazer referência direta a Foucault e à sua pormenorização ao que compete a cada *superfície de projeção* (biologia, economia, linguagem) das ciências humanas, foi-o pela suposição de que: i) elas já estariam, em maior ou menor grau, franqueadas no percurso do trabalho; e ii) as breves introduções em cada subitem ofertariam um contorno suficiente. Afinal, não se intenta, aqui, dar seguimento à analítica foucaultiana da emergência da *episteme moderna* à guisa de empiricidades. Vida, trabalho e linguagem – sobretudo a linguagem –, embora tomadas, inicialmente, mais aproximadas tanto à moda foucaultiana quanto à de Deleuze, elas ora deles se distanciam, sem nunca se afastar totalmente, porém; estão sempre operando como inspições analíticas desta investigação.

e suas descontinuidades, seu sistema etc.; ou se, de outro modo, mobilizasse outra fonte para entrecruzar com a primeira – o que tampouco se cogitou como um foco desta pesquisa.

Por conseguinte, a lida com o arquivo possibilitou entrever vetores que se avizinhavam a certa noção de linguagem, que subsumiria, de um lado, deslocamentos e variações da lida do *homem* com a língua, a fala, o ato comunicativo; e, de outro, as transformações imprimidas pelos avanços tecnocientíficos à comunicação humana e, com efeito, à organização da vida e do trabalho, aos modos de existência. Um trajeto movente similar ao que se operacionalizou algumas músicas do Gilberto Gil, no primeiro capítulo deste trabalho – que forjaria um percurso balizando práticas de comunicação do *homem* com o rádio, o telefone, a televisão, o satélite, a parabólica, o computador e Internet –; sem querer, contudo, circunscrevê-lo como foco único de análise, seja como prática da comunicação ou como foco de experiência isolados das movências da *vida* e do *trabalho*.

Foi pela lida com o arquivo que se fez possível tanto operar com a linguagem atrelando-a mais à ideia de comunicação, como forjar, partindo dos vetores tangenciados pelo arquivo, alguns eixos temáticos que serão ora desdobrados.

Letra, imagem, movimento

O primeiro eixo foi delimitado tão logo retomou-se a primeira reportagem que constaria no já reeditado eixo temático *Linguagem maquínica*. A ideia era a de perfilar os deslocamentos ocorridos no campo das tecnologias de comunicação com os deslocamentos da chamada *Linguagem vernacular* – a linguagem escrita e falada –, a fim de cotejar possíveis convergências e descontinuidades entre ambos. Tal reportagem, não só prescreveu o citado eixo – que seria complementado por um segundo, algo como *Linguagem vernacular* –, como refez e reconfigurou toda a disposição temática da empiricidade linguagem.

O texto de capa e o título da referida reportagem, publicada no fim de 1970, faziam jus ao nome do extinto eixo (*Linguagem maquínica*): *A revolução das comunicações; O Brasil se comunica: viagem da pedra até a cibernética*. Ao passo que todo seu conteúdo parecia remeter à modernização dos meios de comunicação no país (satélite, correio etc.) – da *pedra* à *cibernética* –, fala atribuída a um engenheiro da então estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) suficiente para verter a atenção menos para a tecnologia de comunicação em si e mais para a forma do que se transmitia, a forma do transmissor/emissor: “Enquanto diminuía o tempo que separava o fato de sua divulgação, as comunicações entre os homens se transportavam da forma escrita para a forma oral. E, hoje, o processo evoluiu até para a forma visual” (VEJA, 1970m).

O engenheiro, provavelmente, referia-se à imagem proveniente da televisão (*forma visual*), como *evolução* última do processo iniciado com a carta (*forma escrita*) e seguido pelo rádio (*forma oral*). Em todo caso, ainda que no excerto haja, antes, uma referência ao efeito senso-temporal que diminuía com o avanço das tecnologias da comunicação, a menção da variação da forma de linguagem, por assim dizer, não só verteu a mirada temática deste tópico, como possibilitou entrever uma continuidade nas reportagens subsequentes.

Dez anos mais tarde, pois, foi a vez das máquinas fotográficas estamparem a capa do semanário com o texto *O Brasil de máquina na mão*, seguido pelo subtítulo *Nunca se fotografou tanto no Brasil*. Tratava-se, evidentemente, da popularização das máquinas fotográficas no país.

Ele deita seu olhar indiscreto sobretudo. O monumento, mulher monumental, a esposa e os filhos, o primeiro sorriso, a paisagem e a tia que veio para o batizado – tudo isso vai recheiar o álbum do fotógrafo amador, esse espécime relativamente recente na paisagem urbana brasileira e que está em fase de franca, veloz proliferação. (VEJA, 1980c).

Era a explosão das fotografias no país, no momento em que se tornava acessível, à classe média, a aquisição de câmeras fotográficas. Tamanho fenômeno que valeu uma análise do então dono da rede de lojas Fotoptica, a maior empresa do setor fotográfico à época: “No passado, o moço brasileiro de talento se expressava por meio das letras. Hoje, o rapaz de talento é fotógrafo, cineasta ou músico” (VEJA, 1980c). Uma década depois da afirmação que diagnosticava a primazia evolutiva da *forma visual* da [transmissão] da linguagem, o fenômeno-fotografia ora a corroborava, ora ocasionava, pelo predicado imagético, desde maior conteúdo aos álbuns memoriais familiares, até outra via de afluência para a expressão, quiçá profissional, do talento artístico – *fotografia, cinema e música*.

Doravante, a noticiada *invasão dos videocassetes*, pouco mais de um ano depois do evento-fotografia, fez insurgir, entre ambas as tecnologias, uma concorrência cujo maior agravo acometeu o então venerado álbum de família, que já “[...] aguarda resignado sua aposentadoria na alta classe média brasileira” (VEJA, 1981g).

Era a atualização de uma forma-linguagem que se iniciara com a televisão, e, com a chegada do videocassete, o novo concorrente *na praça do som e da imagem*, “[...] esse invasor japonês que grava e desgrava tudo o que aparece na TV e leva à sua tela tudo o que se pode imaginar [...]” (VEJA, 1981g), fez verter novamente à imagem-movimento dos vídeos o holofote ora partilhado com a imagem-retrato da fotografia.

Sua eminente popularização em solo brasileiro cinco anos mais tarde, pois, lançou o videocassete novamente à visibilidade do semanário, que, por sua vez, tomou de empréstimo o

vaticínio do autor do livro *Megatrends – sobre o impacto das conquistas tecnológicas* na década de 1980.

[John] Naisbitt acredita que o mundo ocidental, onde se espera que o preço dos vídeos continue despencando e seu tamanho se torne cada vez mais reduzido, vai “vender, ensinar e aprender a guardar sua História em fitas de vídeo”. Com certeza o acervo do nosso fim de século, se cair em mãos de historiadores futuros, será o mais rico de que se pode ter notícia. Gírias, modos de vestir e de trabalhar, a maneira como as famílias se organizam e fazem suas comemorações. Tudo isso poderá ser estudado com perfeição, num túnel do tempo que as gerações passadas não lograram nos deixar – a não ser na forma imprecisa de machados de pedra e pinturas rupestres. (VEJA, 1986g).

Ao mesmo tempo que os coetâneos do então momento-presente julgavam assegurar aos seus pósteros o *mais rico acervo* – pelo conteúdo filmográfico, decerto – de hábitos e costumes precisamente registrados, cujas reminiscências fílmicas portariam o condão da exatidão da feita historiográfica, afiançavam seus antepassados por lhes furtarem o legado de um acervo histórico *perfeito, preciso*, sem as lacunas, quiçá, que a forma-linguagem feitos pela pena (ou machado), das pinturas aos escritos – ao contrário da continuidade dos filmes – e, assim, interditem-lhes uma história passível de precisão, extensividade, pormenorização. Ao largo das querelas historiográficas dos coetâneos da década de 1980, o que ora se avulta, aqui, é o modo como se performa uma primazia conferida à forma-linguagem como imagem-movimento, a despeito da imagem-retrato, estática. Por exemplo, a propensão outorgada à *forma-imagem* diante das letras parecia ser, naquele momento, inconteste. Assim como a predileção, já no interior do campo da imagem, ao movimento em face da fixidez de uma fotografia, que parecia sedimentar-se gradativamente no decurso do tempo.

A prevalência da *forma-imagem* da linguagem saltava à vista em diversas ocasiões: seja em breve menção em uma reportagem de 1992 a respeito da capilaridade do videogame no cotidiano de crianças e jovens (e de suas possíveis consequências no comportamento e na saúde deles) – “O videogame dá movimento aos gibis e poder de interferência nos desenhos de TV” (VEJA, 1992b) –, no qual o brinquedo mais sofisticado de então tinha como característica notória o condão de ofertar movimento fílmico diante da imobilidade dos quadros de um gibi; ou melhor, não à imobilidade, mas ao movimento analógico dos quadrinhos; seja, em reportagem de 1998 à qual, no enalço da *evolução das crianças na era da informação*, explanava sobre o desenvolvimento infantil em meio à abundância de inovações tecnológicas.

Dentre tantas transformações, a revista de dezembro de 1998 destacava para o modo de pensar da criança, que passava a operar e conceber a realidade de maneira multidisciplinar, ao que, dizia-se, significava um *novo paradigma* de pensamento caso se as comparasse com o modo de pensar das crianças da década de 1970:

Para um garoto de 8 anos que frequentou a escola na década de 70, a vaca era um bicho que pastava e dava leite. Para a criança do final do milênio, a vaca não tem apenas essas características, mas é uma fonte de proteínas, um problema ambiental – já que os pastos devoram as florestas. É também um animal que pode ser geneticamente modificado para ficar com o couro verde ou amarelo. A criança de hoje não tem o pensamento linear. Por força dos métodos míopes de ensino, muitas crianças de gerações passadas transformavam as imagens em conceitos que eram obrigatoriamente resumidos em palavras para formar o pensamento. Atualmente, com a ajuda dos computadores, as crianças transformam a palavra em imagem. O cérebro delas trabalha muito com a associação de imagens. É a diferença que separa a cartilha do videoclipe. (VEJA, 1998j).

As crianças do fim da década de 1990, pelo aumento da *plasticidade cerebral* – isto é, pela capacidade de modulação neuronal aos estímulos externos (VEJA, 1998j) –, proveniente tanto da lida com diversos aparatos tecnológicos que se atualizavam sem cessar, como os computadores, quanto com a popularização da Internet, que amplificava exponencialmente o acesso ao conhecimento e à informação, passavam a operacionalizar o pensamento por camadas paralelas e sobrepostas funcionando em simultaneidade, o que as distanciavam evolutivamente, ao menos como queria a reportagem, das crianças de duas décadas anteriores de pensamento linear.

Não obstante, o que não findava de se reiterar era o avanço da *forma-imagem* da linguagem sobre a palavra, a *forma-escrita*. Da ocasião performadora tornada visível pela movência ora da *cartilha* ao *videoclipe*, dos *gibis* aos *videogames*, da *fotografia* ao *videocassete*, da *escrita* ao *visual*, coube ao termo vídeo fazer as vezes de prefixo – cuja etimologia refere-se ao verbo latino *vidēre* no sentido de ‘ver, olhar, compreender’ (HOUAISS, [s.d.]) –, e ser disposto sempre no ponto de chegada do deslocamento da *forma-linguagem*; o que não haveria de ser em vão: seu sentido léxico o atribui como *técnica de reprodução eletrônica de imagens em movimento*. Linguagem como imagem em movimento, pois.

Espaço-tempo ilimitado

O fim da década de 1990, sobretudo depois da popularização dos computadores pessoais e da Internet, foi comumente descrito como o momento no qual as pessoas vivenciaram amplas transformações em suas dinâmicas existenciais advindas, em grande parte, da progressiva relação com os inventos tecnológicos. As mais comuns, até nos dias atuais, talvez sejam aquelas que focalizaram a alteração sensorial das pessoas sobre o tempo: *aceleração da vida e do tempo* (como se as mesmas 24 horas de um dia passassem mais rapidamente), por exemplo, pode ser auferida tanto em conversas triviais, em revistas e jornais, quanto perscrutada extensivamente em estudos acadêmicos.

Outra modificação diagnosticada recorrentemente, em menor quantidade nos tempos mais atuais, diga-se, é a percepção espacial; frases como *distâncias encurtadas*, *planeta encolhendo*, *mundo sem fronteira* etc. passaram a circular com o advento de tecnologias como telefone, carro, avião, satélite etc. Em todo caso, do que se delineou, no item anterior, como forma-linguagem, não só se fez possível topografar suas variações materiais – palavra, fotografia, imagem, filme, vídeo etc. –, como se faz possível mapear suas performances sensoriais com efeito na dinâmica de vida das pessoas – em que pese, para a ordenação de ambos os eixos, o engancho da linguagem às tecnologias.

Enquanto se afirmava, nas páginas do semanário do fim de 1969, a retração do espaço físico em razão das transmissões via satélite que facultava aos donos de televisores o acesso a *imagens, gostos e opiniões de 63 países* – “O mundo começou a ficar menor para os brasileiros, desde sexta-feira passada, quando as imagens do Papa Paulo VI e cenas de Roma e Washington chegaram aos nossos aparelhos de TV” (VEJA, 1969e) –, uma reportagem do ano seguinte vislumbrava considerável mais-valia temporal, afiançada por um futuro equipado com as mais modernas tecnologias de comunicação: “Sistemas de ensino e outras transmissões de televisão – até mesmo de supermercados para a dona de casa fazer as compras – permitiriam recuperar mais horas hoje perdidas no congestionamento das ruas” (VEJA, 1970p). Nesse futuro benfazejo, ademais, “Todas as economias de tempo conquistadas pela aceitação da técnica moderna o homem ganharia para se dedicar às artes, à educação, à cultura” (VEJA, 1970p).

Ao largo do futuro fabulado e de volta ao presente de então, alguns anos adiante, contudo, a reportagem do semanário retomava a ênfase no ganho espacial proveniente, no caso, menos propriamente de um aparato tecnológico – a carta, afinal, não era exatamente uma novidade –, e mais na (questionada) logística dos Correios, um tanto obsoleto à época ora frustrando sua “[...] civilizadora missão de vencer as distâncias e entregar objetos, valores e principalmente as comunicações escritas entre os brasileiros, em cujo país era (e ainda é) o único contato de certos pontos distantes com o mundo exterior” (VEJA, 1973d). Agente responsável pelas funções, dentre outras, de *vencer as distâncias* ou *garantir a comunicação escrita*, suscitava e demandava, respectivamente, demasiada expectativa e maior investimento operacional, de modo que se arrogou ao então ministro das comunicações, a incumbência de suprir tanto as expectativas da população quanto a demanda por eficiência. De modo que “[...] embora bocejante, começa a conseguir o mínimo exigível de entregar cartas, desempenhando a finalidade que Voltaire chamava de ‘liame de todos os negócios, presença dos ausentes e consolação da vida’” (VEJA, 1973d). Assegurar a *presentificação na ausência*, predicado próprio das cartas, da comunicação escrita, pois, seria outra digna missão dos Correios.

Se a linguagem, moldada maquinicamente pela tecnologia, todavia performava outros modos de conceber o espaço e o tempo, eis que, no início da década de 1980, o processo que culminou no neologismo *telemática* – casamento entre as telecomunicações e a informática dos computadores (VEJA, 1980a) – ratificou uma singular variação sensorial, nem tanto pela espacialidade, nem pela temporalidade – embora tal variação não possa prescindir deles.

Na supracitada reportagem de 2 de janeiro de 1980, cujo mote pendia ao idiossincrático assombro pela vinculação dos rumos do presente e do futuro da humanidade no encaixo dos avanços da genética e da computação, eclodia, imantada à propagação dos computadores pessoais – “[...] cada vez mais próximo de um eletrodoméstico nos Estados Unidos” (VEJA, 1980a) – a noção, ainda um tanto incomum, de *banco de dados*. A reportagem, para bem introduzir o leitor à noção, toma como exemplo a atividade prestada pela empresa *Mead Data Control*, cujo diferencial era o de *depositar* toda a legislação e a jurisprudência estadunidense em *memória cibernética*, passíveis de acesso àqueles que assinavam o serviço. Do Brasil, a referência foi o Centro de Processamento do Senado (Prodasen), guarida *cibernética* de toda a *biografia retórica e de projetos de todos os parlamentares do país* (VEJA, 1980a).

Bancos de dados, como esses, proliferam como cogumelos em terreno favorável – e nada mais favorável que uma época que se move sobre o alicerce das informações. A própria Mead Data Control já estocou todo o material impresso nos últimos cinco anos pelos principais órgãos da imprensa americana – os jornais *New York Times* e *Washington Post*, e as revistas *Time* e *Newsweek*. Pelo equivalente a 100 cruzeiros, um assinante do serviço pode ficar uma hora inteira convocando reportagens desses órgãos à tela do seu computador ou de seu terminal. (VEJA, 1980a).

A mesma reportagem da década de 1980 não anunciava tão só a formação da ulterior famigerada *era da informação*, mas a atrelava – como não haveria de ser – à proliferação dos tais *bancos de dados*, transformados, para muito além da área jurídica, em espaço de *estoque* de importantes jornais e revistas à disposição, pelo comando de algumas teclas, de acesso nas telas dos computadores dos clientes. Ademais, constava que essas *bibliotecas eletrônicas*, assim intituladas ali, não padeceriam da falta de leitores; segundo a reportagem, ao contrário, os *leitores de telas* em *bibliotecas eletrônicas* já ensejavam uma mudança menos provável do que obrigatória, principalmente pela *invasão do computador caseiro* que se *hospedava* nos lares da população estadunidense, ao passo que “[...] o proprietário da casa começa a exigir serviços do novo hóspede em sua sala – e o acesso aos bancos de dados (bibliotecas eletrônicas) é um desses serviços” (VEJA, 1980a).

A noção de *banco de dados*, decerto, transmutou-se com o passar dos anos, ao passo que, no decurso de exatas duas décadas, seria indiretamente requerida pelo semanário a partir de sua forma então atualizada – mais próxima da dos dias atuais, diga-se –, por ocasião da já

aludida megafusão, no início do ano 2000, entre a jovem empresa do ramo da Internet AOL e a centenária Time Warner, um dos maiores conglomerados no ramo de comunicação e entretenimento audiovisual.

A reportagem de janeiro de 2000, pois, explicava que, meses antes, executivos de ambas as empresas estavam certos de que uma necessitava da outra para lidar com as demandas e as exigências que ora eclodiam – e as que, decerto, despontariam. Enquanto a “[...] Time Warner devia ‘digitalizar-se’ com urgência” (VEJA, 2000b), a AOL, para continuar sua expansão, precisava superar aquilo que considerava seu maior entrave, a falta de conteúdo audiovisual. “Com o negócio, a Time Warner dormiu uma empresa de mídia tradicional e acordou como queria, digitalizada, pronta para os desafios da internet” (VEJA, 2000b) e, por outro lado, a AOL pudera ofertar, à época, que “[...] filmes, produções de televisão, música de alta fidelidade, jornais e revistas estarão sendo colocados à disposição dos usuários pela via digital, principalmente por meio da internet, num volume inimaginável hoje em dia” (VEJA, 2000b).

Para além da legislação e da jurisprudência, dos jornais e das revistas *depositados em memória cibernética* nos anos 1980, chegava aos *usuários* do ano 2000 todo o conteúdo audiovisual digitalizado por meio da Internet, *seu grande meio de escoamento*. (VEJA, 2000b). No lugar dos dados *guardados* em memória cibernética em 1980, no ano 2000 havia um ilimitado conteúdo digital escoado via Internet; salvo as diferentes dimensões, ambas remetiam a um espaço de armazenamento – um banco de dados.

Poder-se-ia, por conseguinte, apontar duas questões, ao menos: primeira, sobre o que diferenciaria, no limite, a *biblioteca eletrônica* dos anos 1980 de um sítio da Internet que se apresenta como portal de conteúdo em 2000, já que ambos operavam como *bancos de dados* – salvo, seguramente, pelo que se armazenava em cada caso. Depois, perguntar-se-ia sobre o caráter singular do *banco de dados*, haja vista que, tanto em 1980 como em 2000, ele conferiu às pessoas um redimensionamento tanto espacial (pois livros, jornais, revistas, filmes, músicas puderam ser condensados nanometricamente), quanto temporal (já que o acesso a tal acervo demandaria não mais do que alguns minutos de movimentos manuais), algo que já fora conferido, em maior ou menor medida, pela carta, pelo satélite, pelo rádio, pela TV etc.

Uma única palavra, no entanto, acercaria de uma resposta a ambas as questões: ilimitabilidade. Não uma ilimitabilidade literal, mas como ideal, o modo como performou as dinâmicas humanas. No que tange à linguagem, por exemplo, enquanto em 1980 um assinante podia ficar *uma hora inteira convocando reportagens à tela do seu computador*, no ano 2000 seu potencial foi elevado exponencialmente: “A associação de empresas da internet com produtores de filmes, discos, jornais, revistas ou livros tem um potencial ilimitado. Ela reúne

produtores de conteúdo com canais de acesso abertos a milhões de pessoas” (VEJA, 2000b); um *potencial ilimitado*, como se lê, que *encontra na Internet seu grande meio de escoamento* para um sem-fim de conteúdo audiovisual, de conteúdo informativo a entretenimento. Uma biblioteca não mais eletrônica, mas digitalizada; embrionada, quiçá, em uma *época que se movia sobre o alicerce das informações* como a *biblioteca eletrônica* dos anos 1980, sua versão atualizada em duas décadas poderia ser, por que não, uma espécie de *biblioteca de Babel* de Borges (2007), um “[...] universo (que outros chamam a Biblioteca) [...]” (p. 39) que conteria tudo o que pôde ser dito em toda a história, e, por isso, seria um espaço capaz de abarcar, em um só lugar, todas as temporalidades. Nesse caso, pois, não mais uma biblioteca física, mas uma *biblioteca digital de Babel*.

Nova linguagem

Desde as primeiras edições da revista *Veja*, suas reportagens, vez ou outra, aventavam uma *nova linguagem* ou um *novo pensamento*: ora como uma advertência, uma necessidade, ora simples menção, o semanário aludia à tal *novidade*, o que não significa, claro, que haveria um projeto, uma linha de continuidade sobre o novo, um mesmo *novo pensamento* ou uma mesma *nova linguagem* no decurso das reportagens, senão o próprio termo.

No início de 1969, em uma das edições mais antigas, e já referida neste trabalho, a respeito do eminente papel social do cientista, *personagem-chave da aventura da humanidade*, por reter *quase a totalidade do saber* (VEJA, 1969d), enunciava que “A sociedade do futuro deverá ser dirigida por homens de mentalidade científica [...]”, onde os políticos haveriam de *raciocinar como cientistas*, logrando uma nova forma de pensar, cujos predicados de “Homens frios e racionais, capazes de eliminar a paixão das grandes decisões, para o que a mentalidade científica pode ajudar muito” (VEJA, 1969d).

Em outra ocasião, em janeiro de 1972, a alusão a uma *nova linguagem* materializava-se pelas palavras atribuídas a Torquato Neto em reportagem dedicada ao momento da música de Caetano Veloso, em uma breve análise feita pelo jornalista e parceiro do músico baiano sobre o cenário musical da época.

“Vivemos três anos de estagnação. Não surgiu nada em lugar nenhum. Estava tudo parado. Não se criava nada. [...]. Agora é a hora de dizer novamente chega. Uma nova linguagem está sendo descoberta. Um novo público está surgindo. Está todo mundo se organizando em torno da ideia geral da liberdade, em todos os níveis. É hora de voltar ao trabalho de criação”. [...] (VEJA, 1972c).

Três anos mais tarde, o clamor pelo *novo* também rodeava a ideia de liberdade. Em 1975, as linhas do semanário apresentavam a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

como *reduto da cultura brasileira* e ressaltava seu esforço para ampliar os limites do conhecimento na área das Humanidades, pela “[...] importação por prazo limitado de professores afastados entre si por especialidades, enfoques e até idiossincrasias políticas, mas ligados por uma especialização comum – ensinar as pessoas a pensar de maneira nova. E isso, no Brasil, não é certamente um produto supérfluo” (VEJA, 1975d). Por via de iniciativas tais, o objetivo era estimular a pluralidade de pensamento: “[...] a liberalização [do pensamento] tem um momento, um *timing*. Ultrapassado, desaparece a variedade de forças sociais que permitem a democratização” (VEJA, 1975d).

No fim do mesmo ano, na edição de novembro dedicada ao trato dos brasileiros com sua língua mãe – o português falado e escrito –, o subtítulo da reportagem parecia, antes, um apelo: “Ignorada, manipulada e distorcida, a língua pátria agoniza, advertem os puristas. Como salvá-la?” (VEJA, 1975l). Em meio ao debate textual dos especialistas ladeados pela reportagem, onde ora defendia-se a conservação de uma língua pura, estática; ora argumentava-se acerca de sua invariável mutação e adaptação aos porvires do tempo, o semanário, contudo, constatava que, a despeito do posicionamento dos estudiosos, a modificação da língua ocorria tanto nas gírias dos jovens, por exemplo, quanto nos próprios meios acadêmicos e profissionais:

Novas línguas, ou pelo menos novos dialetos, continuam surgindo não apenas na política, e não apenas no Brasil. A economia, o direito, a burocracia, a universidade, o jornalismo, todos se dão ao direito de empinar seus neologismos exclusivos, desfigurando a gramática, estabelecer sua própria prosódia. (VEJA, 1975l).

Ao que parece, a almejada *mentalidade científica* de 1969 estava, de certo modo, despontando em 1975, ao menos, por via da linguagem fragmentada em nichos científicos específicos; cada qual, pois, fomentando sua *nova linguagem*. Tese que ganharia sustentação, mais de uma década depois, quando se verifica que parte dos 30 mil novos verbetes acrescidos à mais nova edição do dicionário Aurélio, em 1987, devia-se, direta ou indiretamente à influência do discurso tecnocientífico.

[...] a modificação mais visível no Português na última década foi a proliferação de palavras estrangeiras, especialmente as inglesas. Principalmente na área ligada à tecnologia e à ciência, não há muito como escapar da influência estrangeira [...] O país que domina a tecnologia não só a exporta como exporta os seus termos técnicos. (VEJA, 1987a).

Grosso modo, se a insinuação ao *novo pensamento* ou *linguagem* ventilada pelo semanário se atrelava à ideia de liberdade, a dicionarização de 1987 mostrou que os novos vocábulos apontavam, antes, para uma linguagem à guisa dos imperativos da cientificidade operante naquelas décadas – o que não exclui a transmutação performada por outros eventos,

tal como, no Brasil, a luta pela democracia etc. Em meados da década de 1990, por conseguinte, outra ocorrência tecnocientífica justapõe a *linguagem-comunicação* à linguagem dos computadores, ou seja, aos *bits* (abreviação de *binary digit*, ou dígito binário); *digitalizar* conteúdos audiovisuais, como vimos no tópico anterior, consiste, justamente, em convertê-los em linguagem binária em que o *bit* é a menor unidade de informação usada na computação que pode ser armazenada ou transmitida.³¹ Em suma,

Os anos 90 estão entregues à alta tecnologia, à indústria da informação e de transformação digital. Ela se define pelo poder de empacotar todas as manifestações culturais na forma de bits, a unidade menor da linguagem dos computadores. “Nossa época está sendo marcada pela transformação dos átomos em bits”, diz Nicholas Negroponte, do MIT. (VEJA, 1995c).

Por esse prisma, a *nova linguagem* (como também o *novo pensamento*, por que não) que estaria emergindo na década de 1990 depende menos tanto do ar que sai dos pulmões fazendo vibrar as cordas vocais da laringe sonorizado pela modulação de lábios, dentes e línguas – dos predicados biológicos do *homem*, pois –, quanto das transformações culturais que culminam em novos verbetes; uma *nova linguagem* seria, mormente, a reescrita em *bit* de todos os significantes e sistemas gramaticais da linguagem escrita e falada.

Transformar átomos em bits significa digitalizar, reescrever a informação contida na voz, na cor, nas luzes, nas letras, nos filmes e nas formas, colocando tudo isso para viajar de uma tela para outra. [...] Canções podem ser digitalizadas – como já são nos CDs musicais –, e assim passeiam pela Internet. Jornais inteiros são igualmente transformados em bits e postos à disposição de assinantes. Dinheiro pode também trafegar como mensagem cibernética, na forma de números de cartão de crédito. (VEJA, 1995c).

A digitalização da linguagem irrompe como mais um meio de comunicação, seja atualizando antigas tecnologias, como a máquina datilográfica, o videocassete, o *walkman*, o telefone fixo com fio, o jornal e a revista impressa etc. – algumas quase em desuso pelas atualizações digitais, outras operando em concomitância; seja pelo advento de outras, como o próprio computador, a Internet, as salas de bate-papo (*chats*), o telefone móvel, dentre outros. Tal como o átomo para a física das matérias, o *bit* comparava-se por ser a menor unidade da *linguagem dos computadores* cuja propriedade propiciou sua fluída transmissão pelas malhas das redes digitais de comunicação, a Internet, uma espécie de “[...] infovia, uma estrada digital por onde trafegam riquezas devidamente transformadas em bits” (VEJA, 1995c).

³¹ Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/227-o-que-e-bit-.htm>. Acesso em: 7 set. 2021.

3.3. Empiricidades: deslocamentos e tensionamentos

No tópico anterior, visou-se forjar uma espécie de história dos deslocamentos das empiricidades do *homem*, ele, pois, sempre operando em dupla camada performadora: a que produz os rastros enunciativos de suas empiricidades (e sua movência), e a que, no mesmo golpe e sempre imantada à outra, faz irromper outros regimes de poder e de veridicção em cada tempo, imprimindo-lhe na pele as marcas dos regimes em movimento – dupla-operatividade que se pode entender como processos de subjetivação.

O intento de enredar breves histórias à guisa dos enunciados do semanário, deu-se não sem antes enveredar-se pela árdua tarefa de arregimentar, montar, remontar, avizinhar, editar etc. temas tão díspares, dispersos e aleatórios no encaço de eventos proeminentes acerca do *homem* e da sociedade, apregoados, oportunamente, nas capas do semanário.

Cabe a esta pesquisa, então, operar um gesto tal qual o de uma decantação de vetores que mobilizaram – dentre tantos outros, em maior grau de intensidade e visibilidade –, a movência das empiricidades e o que se imprimiu sobremaneira no *homem*, para, quiçá, dentre tantas linhas que forçam uma continuidade histórica e enunciativa à forma-*homem*, pinçar algumas que portariam, ao contrário, traços de discontinuidades e tensionamentos que poderiam porventura apontar, caso fosse, vestígios do que já deixava de operar, de funcionar, do que já poderia ocasionar algum zumbido dissonante no coro uníssono e quase silencioso – porque quase hegemônicos, e não por não haver disputas de narrativas – nas regularidades discursivas que acabam por manter estável as condições de visibilidade e dizibilidade do *homem*, naturalizando-o como uma forma metaestável.

Três foram os vetores que puderam ser decantados de cada empiricidade ora desdobrada, cuja visibilidade/tangibilidade não operou na ordem de um desvelamento de largada na fonte documental, tampouco nos primeiros contatos com ela, nem sequer durante ou depois de sua leitura pormenorizada, na trilha de sua disposição indexada ou por sua cronologia temática. Ao largo de serem objetivos, neutros ou dotados de alguma pré-ordenação, decantar e pinçar tais vetores sucedeu da lida e da espreira a toda a extensão da fonte documental, do seu arquivamento e da imergência na barafunda dos enunciados com a pretensa de esquadrinhá-los, ordená-los, editá-los; montar, enfim, um arquivo no encaço das interrogações a ele imputadas.

Montagem que imprescinde das perfurações na empiria documental lograda pelos agulhões compostos pelas conjecturas e problemas iniciais da investigação. Perfurações que logo se mostram como aberturas pelas quais se oportunizam, ~~por eles~~ perpassar outras linhas, tecer uma trama outra em face daquelas que já se apresentam de pronto, seja na História

hegemônica, seja nos discursos legitimados, seja nos enunciados do semanário engessados pelo tempo etc.

Assim, com sorte, para a visibilidade dos vetores faz-se necessário espremer os enunciados do arquivo bem onde antes se perfurou, remexer a fenda, não deixar que cicatrize – *soprar levemente a brasa* lá no meio das cinzas, acossar algum calor, alguma intensidade. Não obstante, outras aberturas não cessarão de se insinuar, impingindo de iminências a tessitura de tantas outras tramas possíveis. Nesta pesquisa, os vetores que puderam emergir, supuraram, antes, pelos cortes abertos pelo agulhão das empiricidades. Vetores esses que, ora depurados, permitiram verificar que se constituíam por tensionamentos operacionalizados pelo *homem* e nele performados – no mesmo golpe, sempre – no transcurso do recorte temporal do arquivo.

Da empiricidade *vida*, depurou-se a tensão entre *autonomia* e *subordinação/determinismo*; do *trabalho*, *fluxo* e *fronteira*; da *linguagem*, *mutação* e *indexação*. Sem embargo, não se deve alvitrar que cada uma dessas tensões haveria de permanecer alocada estaticamente no campo da empiricidade em que puderam ser concebidas. A leitura que se segue haverá, na melhor das hipóteses, de fluir de modo que se tornem manifestos os entrecruzamentos, as sucessões, as sobreposições dos vetores de tensões dentre os limites das empiricidades.

a. Autonomia versus subordinação/determinismo

O *homem*, seja na relação com a tecnologia, na lida com a dicotomia natureza e progresso, seja em face da atuação direta ou indireta da biociência em seu corpo – por meio de práticas interventivas ou pelos discursos que incitavam uma ação sobre si mesmo –, esteve sempre operando pelas vicissitudes das tensões, ora em uma dinâmica de autonomia, ora de subordinação.

Da posição de grande entusiasmo do *homem* diante dos promissores avanços tecnológicos desde 1968 – da viagem espacial que presentificava seus vislumbres mais benfazejos de futuro, dos aportes maquínicos e bioquímicos que lhe amplificavam e/ou ofertavam sobrevida orgânica (marca-passo, exoesqueleto, córnea e globo ocular artificiais, medicamentos psicoativos, agrotóxicos etc.), da iminente conquista dos rincões fontes de riquezas ainda inexplorados (da Amazônia ao fundo do oceano, por exemplo), dentre outros –, a ela logo se sobrepuseram deslocamentos, ambivalências, críticas e receios sobre seu presente e futuro.

Como já se explorou nas linhas pregressas deste trabalho, o *homem*, diante dos feitos da tecnociência, passou de um então estado de confiança pujante a um mais parcimonioso, operando de modo ambivalente às suas promessas de um futuro, ao mesmo tempo, assegurado e onipotente. Não por acaso, apostou no progresso tecnocientífico a despeito da preservação da natureza, ainda que tal arbítrio pudesse ser recobrado não a ele, mas às gerações vindouras.

Ainda na mesma toada, tanto a referida relação do *homem* com o carro ou a ressignificação biocientífica dos fatores da obesidade, para se ater somente a esses dois, performaram constantes tensionamentos dinâmicos ao *homem*, ora governando a própria vida de modo mais autônomo, ora mais subordinado.

No caso da *invasão do automóvel* noticiada em 1969, uma série de novas práticas/hábitos ocasionou esse processo; o *homem* que ora o adquiria, beneficiava-se dos valores que a ele eram imputados à época: status social, principalmente – “[...] a forma mais fácil de alguém comunicar seu ‘status’ social. A média das pessoas distingue mais facilmente um Volks 68 de um 65 que um terno de tropical inglês comprado sob medida de um terno de tergal comprado pronto” (VEJA, 1969i) –, mas também toda a gama de *novos apelos* – velocidade, prazeres sexuais, acesso aos *cines drive-in*, cuja tela era uma atração menor para os casais (VEJA, 1969i). O carro ensejava ao *homem*, pois, uma autonomia peculiar, para além do deslocamento espacial que nem sequer fora mencionado na reportagem, mas que não se absteve de salientar que, dentre os novos apelos automobilísticos, era outorgada autonomia também às prostitutas que, *pioneiras*, passavam a usar o próprio carro para o *ofício*, sobrepujando assim o próprio lucro.

Mas, se, de um lado, a relação com o carro logrou autonomia ao *homem*, o afiançou, também, por uma sequência de contrapartidas e contratempos que acarretaram no decurso do tempo: em menor grau, para usufruir dos proventos oriundos do carro, o *homem* precisou acrescentar novos hábitos a sua rotina a fim de preservar o objeto que lhe alçava, socialmente, a outro patamar – “[...] cuidar diariamente do carro, limpá-lo, enfeitá-lo de badulaques, como quem cuida da sua própria imagem pessoal” (VEJA, 1969i); doravante, o *homem* foi incumbido de conciliar o carro a seu hábitat, necessitando adaptar suas casas e cidades à crescente demanda espacial dos automóveis, construindo avenidas, estradas, pontes etc. onde o *verde da natureza era engolido progressivamente pelo cinzento das cidades* (VEJA, 1973l) – onerando as gerações futuras –, ou tratando de remediar os males diretos ocasionados pelo carro a sua saúde ou existência, do *mal das rodas* (as dores físicas que acometia quem extrapolava o uso), ao gradativo problema da poluição e das mortes no trânsito – “No Brasil, o pedestre e veículo ainda não tiveram tempo de se acomodar um com o outro” (VEJA, 1976e). Tornava-se patente,

pois, todo o esforço devotado pelo *homem* – por vezes em detrimento de sua própria preservação, presente ou futura – em prover tudo o que o carro passara a lhe demandar, intentando manter inexorável tal relação.

Sobre o tema da obesidade, por sua vez, a vicissitude entre autonomia e subordinação fora performada de modo mais tangível no semanário: enquanto em 1974 a ciência refutava qualquer influência hereditária na causa da obesidade, imputando totalmente ao *homem* a responsabilidade, por via da *força de vontade*, de modificar os próprios hábitos alimentares, o único fator considerado *hereditário* à época (VEJA, 1974i), duas décadas mais tarde, a ciência outorgava à obesidade o estatuto de doença fruto de uma *poderosa imposição genética* digna de tratamento medicamentoso à qual, a *força de vontade*, embora não fosse totalmente desdenhada, pouco poderia sublevar ao tratamento (VEJA, 1996h). Do *homem* destituía-se autonomia para atuar no próprio corpo ao passo que se abria um leque de opções médicas à custa da subordinação.

Em todo caso, ressalva-se, a tensão autonomia-subordinação não operava sempre em polaridade absoluta – ou subordinado, ou autônomo –, tampouco de modo maniqueísta, supondo, de antemão, que um termo da tensão superaria o outro. O *homem* parecia ora querer estar ativamente subordinado, ora exercer autonomia de modo passivo, por exemplo – ou, em outras palavras, de um lado, fazer uso da autonomia para gozar da subordinação e, de outro, subordinar-se para desfrutar da autonomia. Sua relação com o computador oportuniza tangenciar a operatividade da subordinação ativa: em 1981, em face ainda da popularização escassa do então pouco trivial aparato tecnológico cuja capacidade e desenvolvimento tecnológico ensejava desconfianças e receios de toda ordem, o *homem* dizia temer mais a possibilidade de não poder usufruir do computador do que ser, quiçá, *escravizado* futuramente pela máquina, em constante evolução tecnológica (VEJA, 1981e). O *homem*, pois, aceitava subordinar-se aos riscos ora exequíveis do computador, contanto que lhe fosse assegurada sua manutenção no cotidiano.

De outro modo, no que toca o logro de autonomia à custa, quiçá, da subordinação, o tema da segurança pareceu melhor ensejar alguma visibilidade. Apartadas por exatas duas décadas, duas reportagens de capa do semanário davam destaque, cada qual a seu modo – seja pelo foco adjacente, seja pelos imperativos de cada época –, ao mesmo tema: o medo imperante nas cidades brasileiras. Em 1974, o medo provinha dos efeitos do eminente *superpovoamento* urbano e, em 1994, estava atrelado à população pobre. Em que pese o intervalo de vinte anos, ambas as edições tanto adjetivaram como *indesejáveis* as pessoas que amedrontavam outras – comumente mais privilegiadas –, como noticiaram a solução encontrada por aqueles que

buscavam se proteger, curiosamente a mesma em ambas: cercarem-se por muros. Em meio à década de 1970, quem ansiava por maior segurança – e por uma vida com mais lazer e natureza – encontrava a guarida dos muros em regiões mais afastadas do centro urbano:

Essa saudável maneira de viver tem encontrado adeptos no mundo inteiro. Hoje, nas principais cidades brasileiras, nada é mais anunciado, nas páginas de imóveis, do que loteamentos situados a quilômetros do centro da cidade, onde o homem urbano brasileiro poderá descobrir antiquíssimas novidades, como o sol (“O pôr do sol, lembra-se?”), diz um anúncio de uma imobiliária paulista), o canto dos pássaros e eventualmente usufruir dessas delícias dentro de uma área cercada por muros altos, com guardas armados no único portão de entrada, para impedir a incursão de indesejáveis. (VEJA, 1974k).

Na década de 1990, o anseio por segurança fez migrar para os arredores murados distantes dos centros das cidades todos aqueles que temiam – e que podiam pagar – ser acometido por alguma violência urbana, tal como há vinte anos:

Em agosto de 1989, quando o Muro de Berlim começava a esboroar-se prenunciando o advento de um mundo sem barreiras, o austríaco Hans-Peter Martin, especialista em urbanismo e na época correspondente do semanário alemão *Der Spiegel* no Brasil, teve interesse profissional em ver de perto a experiência de Alphaville. “Foi um choque. Achei um total absurdo, como uma peça de Samuel Beckett. Justamente na época em que ruía a separação de Berlim, o Brasil parecia enveredar pela contramão da História, murando-se contra outros cidadãos. Pois bem, hoje vejo que não era bem assim. No mundo inteiro erguem-se muros e mais muros, e é essa tendência que haverá de prevalecer. De Nova Delhi a Moscou, erguem-se barreiras contra os pobres. [...] O cidadão da Áustria se sente como o cidadão de Alphaville, vivendo ao lado do Terceiro Mundo: no caso, a “favela” a seu lado é a Eslováquia, só que sem a proteção física de uma barreira. “Estamos construindo muros sem muros: a tecnologia se encarrega de pegar e expulsar os indesejáveis” observa. (VEJA, 1994f).

Em comum, dentre tantas outras similitudes ou disparidades temporais, constava que para garantir a segurança carecia-se de distância e barreiras diante daquilo que ameaçava. Liberdade e autonomia, pois, dependiam do cerceamento da ameaça; ou seja, a autonomia só poderia ser empreendida se, antes, houvesse subordinação ao limite espacial imposto pelos muros – a autonomia dependia da subordinação espacial; a noção de liberdade se tornava plena se cercada por muros.

Caso se possa aqui avizinhar o sentido dos termos *autonomia* ao de *liberdade/democracia*, então poder-se-ia igualmente cotejar as vicissitudes dinâmicas oriundas do tema *medo-indesejáveis ou pobres-segurança-muro* – da autonomia conquistada à guisa da subordinação – à tensão da política brasileira durante o governo militar, quando se advogava a necessidade de se exercer grande repressão ideológico-militar com a finalidade de afastar a ameaça comunista que, dizia-se, atemorizava e se acercava do país na década de 1960. Primeiro,

de posse da força bélica, os militares destituíram o então presidente eleito pela via democrática, instalando um governo ditatorial para assegurar, assim, a democracia e a liberdade.

Em 1972, pois, ao militar-presidente à época se atribuíram os dizeres: “Forças Armadas não fazem democracia. Mas garantem-na. Não é possível haver democracia sem Forças Armadas que a garantam. Daí, dizer Forças Armadas democráticas. [...] Entra na sua doutrinação o fim de defender as instituições democráticas” (VEJA, 1972e). Em um segundo momento, incumbiram-se de tutelar o grau de liberdade/autonomia do país, reprimindo tudo o que parecia ser excessivo, para, gradualmente, *distenderem*³² o grau de repressão política sobre a população, caso acreditassem que o país estaria, enfim, preparado para reaver a liberdade e a democracia – contanto que sem insurgências comunistas.

Em geral, ambas as dinâmicas oriundas ora da cadeia *medo-indesejáveis ou pobres-segurança-muro*, ora do *medo-comunismo-segurança-ditadura/repressão*, irrompiam a tensão autonomia-subordinação, cuja lógica operava reequacionando seus termos: para empreender autonomia – quiçá hoje, mas, decerto amanhã –, fazia-se necessária a subordinação, seja pelos muros, seja pela repressão ou pela tutela política.

De qualquer forma, no que diz respeito ao campo da empiricidade *vida*, parece que o *homem* esteve sempre perpassado (performando e sendo marcado) por uma dinâmica relacional que ora o incitava à prerrogativa da autonomia, ora o vinculava a uma posição de subordinação, de assujeitamento. Possivelmente, acaso se quisesse retomar o item da empiricidade *vida*, oportunizar-se-ia de poder subsumi-lo no encaixe da tensão autonomia-subordinação. Mas, para além das ocasiões de tensão aqui retomadas, o que deveras propiciou seu cotejamento foram os enunciados do semanário, os quais, operando como um holofote, lançaram luz tanto à noção de autonomia quanto à de subordinação desde as primeiras linhas das primeiras edições da fonte documental.

No decurso do temporal do arquivo, duas culminâncias, em especial, puderam trazer à baila o modo como tal tensão performou e se imprimiu ao *homem* desde 1968, ao menos. A primeira delas foi aqui balizada, desde o início, como *prefixo-auto*; coadunada, conforme a transcorrência cronológica da análise da fonte, pela afamada expressão *do it your self* (*faça-você-mesmo*), convergindo, por fim, no termo *autonomia*.

Culminâncias: prefixo-auto, faça-você-mesmo, autonomia

³² *Distensão política* foi termo comumente usado à época para designar o processo gradual de abertura democrática no país até sua total retomada.

A edição do semanário publicada em janeiro de 1972 tratava da expansão de uma prática comercial recém-implementada no Brasil, mas que já estava bem consolidada nos EUA, que apostava em um novo *modus operandi* dinâmico e espacial: o supermercado.

Uma loja americana de alimentos, para fugir da falência, acabou então com o balcão. Com isso, pôde dispensar parte de seus empregados e, pela redução dos custos operacionais, baratear o preço dos produtos que os fregueses apanhavam pessoalmente nas prateleiras. Nascia o auto-serviço, semente fértil de uma nobre descendência de supermercados. [...] Apesar do ceticismo inicial – muitos acharam um disparate pretender que o comprador se servisse sozinho – em dois anos surgiram mais de duzentas lojas imitando a pioneira, em todo o país. Hoje, a evolução contínua do auto-serviço se reflete na avançada estrutura funcional de cerca de 60 000 supermercados americanos, onde se vende praticamente tudo que é do varejo. (VEJA, 1972a).

Atribuído à deposição do balcão e consequente disposição de prateleiras com produtos acessíveis ao consumidor, o autosserviço parecia irromper menos como sinônimo de supermercado, e mais como um *leitmotiv* que passava a operar nas mais diversas práticas cotidianas, não sem percalços, contudo: em terras brasileiras, o primeiro supermercado fora inaugurado em 1956 no Rio de Janeiro, com direito a publicidade radiofônica e imensa curiosidade do público “[...] maravilhado diante de tantos produtos ao alcance das mãos, sem o clássico balcão servindo de barreira” (VEJA, 1972a). Não obstante, não demorou para que os estoques se esgotassem, *pilhados* e não comprados: “Nelson da Rocha Deus, proprietário da loja, lembra que das sessenta garrafas de uísque colocadas nas prateleiras sobraram apenas duas, embora nenhuma venda fôsse registrada na saída” (VEJA, 1972a). A incipiente prática da autonomia no campo do comércio, pois, parecera demasiadamente excessiva às pessoas da época, então habituadas, quiçá, com a barreira imposta pelo balcão que acabava por subordiná-las, invariavelmente, ao vendedor. Autonomia e subordinação, pois, pareciam amalgamadas, operando, sempre, no mesmo golpe.

O autosserviço praticado no supermercado, por sua vez, operava em comunhão com outro elemento de prefixo *auto*:

“[...] não se pode negar a evidência de que o auto-serviço, a partir da década de 60, vem conquistando um número cada vez maior de frequentadores graças à proliferação do automóvel. Dispondo de amplas e convenientes áreas de estacionamento e escolhendo estratégicas regiões densamente povoadas por pessoas da classe média e alta, o supermercado acabou revelando no ano passado a sua predisposição para o gigantismo.” (VEJA, 1972a).

O automóvel, ao facultar ao consumidor sua locomoção e o transporte das mercadorias nesses espaços de compras cada vez maiores nas grandes cidades de um país que nunca

favoreceu o transporte público, acabava por subvencionar um *modus operandi* que se efetivava sobremaneira à guisa do supermercado; a *auto* mobilidade coadunava-se ao *auto* serviço.

Modus operandi que parecia perpassar as dinâmicas do *homem* para além ou aquém do supermercado, incrustando noutros hábitos, dos mais aos menos triviais; por conseguinte, um ano depois de evidenciar o autosserviço operante nos supermercados, o destaque de capa do semanário aventava, dentre outros temas relacionados aos Correios, a mais nova prestação ofertada pela estatal a seus usuários – as *caixas coletoras*:

A maior transformação – Essas caixas coletoras, assim como todo o esforço do Correio em se atualizar, correm o risco de se tornarem simples complementos da paisagem urbana, se o público, por sua vez, permanecer agarrado aos costumes antigos. Um deles, observado em todas as capitais, é o de só confiar no Correio Central – como se, ao final do dia, os volumes ali depositados não se juntassem, no mesmo posto de triagem, aos recebidos pelos postos de bairros. (VEJA, 1973d).

A aposta nas *caixas coletoras* poderia até não cumprir seu objetivo, tal como advertia a reportagem de 1973 – o que, sabemos, não só cumpriu como, com o desuso das cartas décadas mais tarde, se extinguiram. Sinalizava, contudo, mais um advento cujo mote não era outro senão o autosserviço – “A pessoa escreve no aerograma, dobra, cola e, sem qualquer interferência, deposita ela mesma numa agência do Correio ou em caixas coletoras, de fibra de vidro, a serem espalhadas pelas cidades” (VEJA 1973d) –, cujos termos, como *sem qualquer interferência* e *depositar* (fazer algo) *ela mesma*, emergiam como predicados da *autonomia* como *modus operandi*.

No decorrer da década de 1980, tais predicados pulularam nas reportagens principais de *Veja*. A *tendência à autodefesa* no Brasil de 1984 diante da crescente violência urbana que já acometia os bairros de classe média alta das grandes cidades, estimulou, pois, os “[...] brasileiros de que [era] preciso cuidar da própria sobrevivência. [...] com os cidadãos comprando cada vez mais armas, multiplicando a instalação de equipamentos de segurança e financiando o que já se tornou um verdadeiro exército de guardas particulares” (VEJA, 1984c). Na esfera da autodefesa, os termos *cuidar da própria sobrevivência*, empreendendo *um verdadeiro exército de guardas particulares* seguem o mesmo mote e se coadunam com os do parágrafo anterior.

Do mesmo modo, em uma das reportagens sobre o videocassete, o argumento escolhido para endossar seu caráter revolucionário evidenciava o lema *do it yourself* pelo qual, dizia-se, os estadunidenses empreenderam em sua vida na década de 1960: “[...] o faça você mesmo, através do qual as pessoas aprenderam que podiam modificar suas casas, móveis, consertar torneiras e aparelhos eletrodomésticos, territórios antes cobertos por um manto de mistério e a

cargo apenas de especialistas” (VEJA, 1986g). Segundo o semanário, o aparelho os fazia reviver *a sensação de descoberta e de mobilidade* ocorrida no *boom* do *faça-você-mesmo*, logrando, à época, *o veja você mesmo*, ao libertar o telespectador das grades das programações das emissoras de TV pela premissa ímpar de autonomia: “Com o vídeo, vê-se o que se quer, quando se deseja e, ainda, pode-se repetir a mesma cena quantas vezes se aprouver” (VEJA 1986g).

A década de 1980 ocasionou de alçar, todavia, os planos de previdência privada à capa do semanário pela primeira vez desde 1968; intitulada de “A compra do futuro” (VEJA, 1983c), advogava-se a favor dos aportes mensais para o trabalhador suplementar a aposentadoria pública a fim de garantir *segurança e bem-estar no futuro* – “É possível, então, tirar a gravata com prazer” (VEJA, 1983c). Caberia, pois, ao *homem comprar* (em prestações mensais) seu futuro, assegurando o bem-estar por vir e arrogando a si mais autonomia e menos sujeição às intempéries do tempo.

Da série *prefixo-auto* – combinação de automóvel, autosserviço, autodefesa – às práticas perpassadas pelo lema *faça-você-mesmo* – desdobrada ao limite do *compre seu futuro* –, visualiza-se todo um *modus operandi* ativo que está ao largo de esgotar a noção de autonomia e sua performance nos modos de vida do *homem* – não à toa, em muitos dos diagnósticos-prognósticos, ora aventados nesta pesquisa, a ideia de autonomia e subordinação são pormenorizados na relação do *homem* com a biologia ou com a tecnociência, nas dinâmicas neoliberais etc.

Aqui, elas ocasionaram, antes, tão somente uma forma de subsidiar, no encaço do arquivo, a proeminência do par autonomia-subordinação na lida do *homem* com seu corpo – passivo e ativo dos eventos fisiológicos, sociais, culturais etc. – tensionando-o incessantemente, forjando-se, pois, como uma das culminâncias deste subcapítulo. Sua expressão mais visceral, quiçá, ou ao menos uma que ocasiona a visibilidade de uma performatividade às avessas da autonomia, compete a um pequeno excerto alocado em meio a uma reportagem que não atrairia o olhar pela temática.

Os portugueses, ainda no início de uma semana de abril de 1974 *formavam ao olhos do mundo um povo envelhecido de imigrantes, sem planos para o futuro vivendo numa nação entorpecida pela censura e pelo eterno pesadelo colonial*; eles recém saíam de um ininterrupto regime ditatorial de mais de quatro décadas e, dizia o semanário, *bruscamente passaram de um universo para outro: ao decidirem romper com o passado, adaptar-se ao presente e estruturar um novo futuro, os portugueses ouviam falar*, pela primeira vez desde muito, em seus direitos de cidadãos. Daí que, um jornalista, *exausto pela noite em claro e pelas sucessivas edições extraordinárias, fixava seu próprio artigo estampado na edição numa tarde de sexta-feira e,*

como se se tratasse de algum fenômeno meteorológico inexplicável, atônito, comentava repetidamente: ‘saiu o que eu escrevi; essa é a primeira vez que nos sentimos realmente jornalistas’, embora ressaltasse que, profissionalmente, os jornalistas, como ele, teriam que nascer de novo: ““Estamos completamente deformados pela censura e, sobretudo, pela autocensura”” (VEJA, 1974g).

Mulheres: subordinação, autonomia, forma-homem

Antes de adentrar na senda da segunda culminância de visibilidade à luz da tensão autonomia-subordinação, poder-se-á ser de bom grado seguir a trilha, oportunizada pelos enunciados do semanário, da performatividade que tal tensionamento imprimiu às mulheres no transcurso do arco temporal desta pesquisa. Nenhuma dinâmica operou e gerou, de modo tão sobressalente, tantos resquícios enunciativos da operatividade da referida tensão.

Em 1970, pois, a mulher era mencionada na reportagem principal não como tema, mas como elemento argumentativo para inferir sobre a necessidade do governo em *controlar* o conteúdo televisivo. Para tanto, um estudo conduzido para *analisar a psicologia dos jovens e os defeitos que podem causar neles certas “atitudes negativas”* provenientes, dentre outros, dos meios de comunicação, à guisa de instruir as autoridades do governo militar, descrevia *uma menina de dezesseis a dezoito anos*, como portadora de

[...] uma pressuposta autoconfiança, acha que sabe o que quer. Quer realizar seus próprios anseios sem a interferência de terceiros. A conduta emocional está solidamente ligada à rotulagem moderna de pretensos direitos adquiridos pelo nível de idade. As moças brasileiras menores de dezoito anos estão vivendo uma transição de importação de direitos incompatíveis com a moral da família brasileira. A pressão dos meios de comunicação, dos grupos de amigos, da escola, do emprego alimenta uma falsa exigência psicológica que se instala no plano do subconsciente, criando uma luta entre as restrições familiares e os anseios psicológicos. Certas atitudes ou exemplos apresentados objetiva ou subjetivamente podem desencadear a confusão do lícito e do ilícito. (VEJA, 1970j).

Desde o início, salienta-se no semanário um conflito psicológico entre o desejo da mulher – ocasionado, seja por *pretensos direitos* ou por *pressões* culturais – e os valores morais vigentes. Da mulher, não se destituía o condão de querer, embora o subordinasse a algo que proviria de *rótulos modernos*, das *pressões* sociais etc., de modo a corroborar a ideia de um querer duvidoso oriundo de *pretensos* direitos ou de uma *falsa* exigência psicológica: ela *acha que sabe o que quer*, e quer fazer *sem interferência* de outrem. Haveria então uma aparente autonomia, já que subsidiada por falsas ou pretensas influências sociais, que abalaria sua subordinação à moral e às restrições da família brasileira e, no limite, uma autonomia potencialmente nociva, passível de desencadear *confusão entre o lícito e o ilícito*. A autonomia

da mulher a despeito da subordinação a terceiros, ainda que totalmente influenciada pelo meio, parecia ser um grande risco não apenas à família, mas a ela própria.

Depois de um hiato enunciativo de exatos sete anos, as mulheres retornavam à capa de *Veja* de modo mais preponderante, em um momento em que se trazia à baila um debate de contornos nacionais ocorrido em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) criada pelo Congresso brasileiro para examinar a *situação da mulher na sociedade brasileira*, com foco maior na discriminação sofrida pela mulher que trabalhava ou queria trabalhar, por opção ou necessidade, *fora do lar*. Na ocasião, o relatório final da CPI, elaborado *pela deputada Lúcia Lessa Bastos (Arena-RJ), a única mulher do Congresso*, constatou “[...] ‘indisfarçável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores da atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira’, conclui o relatório, ressaltando que “não há nenhuma razão científica para essa discriminação [...]” (VEJA, 1977k).

Se, em 1970, o argumento do referido estudo encomendado para avaliar a necessidade de controle televisivo atribuíra aos quereres e anseios das jovens mulheres – então *meninas de dezesseis a dezoito anos* – a orientação de um rígido controle televisivo para cessar as influências externas de *instalarem* desejos em seus *subconscientes* a contrapelo da moral social, sete anos mais tarde, o argumento para questionar o sem-fim de discriminação e validar a aceitação da mulher nas práticas então a elas restritas – como o trabalho remunerado –, amparava-se na ciência: haja vista não haver nenhuma ressalva científica à mulher, não haveria motivo para restringir, em parte, sua autonomia – ou afrouxar sua subordinação.

Obtenção parcial de autonomia, ressalva-se, pois mesmo depois de quase uma década, o temor por um possível desmantelamento da estrutura familiar à custa de mais direitos às mulheres operava fortemente:

O advogado [...], com dezessete anos de experiência em causas trabalhistas, teme que a expansão do trabalho feminino até o horário noturno – “que já ocorre extra-oficialmente”, recorda ele – acabe se transformando num grave fator de desagregação familiar. “A família da classe operária não tem condições de suprir a ausência da mulher no lar”, adverte [...]. (VEJA, 1977k).

Em que pese a convocação do prestigiado discurso científico para diminuir as restrições, o embate com os temores da desestruturação familiar-social limitava, todavia, um maior movimento das mulheres em direção a sua inserção lar afora.

Na contramão da estrutura e do ordenamento familiar, a que se esperava das mulheres o cumprimento de um papel majoritariamente dentro do contorno dos lares, foi que muitas delas entraram na década de 1980 não sem maiores efeitos nos alicerces da organização familiar, motivo de constante temor dos homens à época. A reportagem dedicada a *investigar a*

verdadeira mulher daquele tempo, antecipara a conclusão já no subtítulo: “Nem Amélia nem ativista, a brasileira dos anos 80 é conservadora e tímida, mas sabe que sua filha deve conquistar a independência” (VEJA, 1980q). Ao largo da recusa em constituir famílias, as mulheres pareciam querer, o quanto antes, romper com a dependência financeira do marido. À guisa dos relatos de mulheres ouvidas pela reportagem, a premissa da independência, mesmo que dentro de um casamento, era quase unânime:

Elas educam as filhas para serem mulheres, preferencialmente casadas, mas ambiciosamente independentes. “Minha mãe era uma carcaça do que queriam que ela fosse”, diz uma das entrevistadas, enquanto outra acrescenta: “Minha filha tem que estudar para trabalhar. Trabalhar primeiro, acima de tudo”. (VEJA, 1980q).

Além da pretensa independência destinada ora às filhas, as mulheres ansiavam romper, sobretudo, com o determinismo sociofamiliar imperante na geração anterior – *Minha mãe era uma carcaça do que queriam que ela fosse* – e, tal como uma *carcaça*, sua forma final seria moldada por outrem. Desta feita, a exigência do estudo e do trabalho delas às filhas seria uma maneira de proporcioná-lhes alguma autonomia futura para, então independentes, conquistarem o condão de quererem por si mesmas – *preferencialmente casadas*, entretanto. As gerações vindouras, pois, são comumente legatárias das idealizações em voga no presente, sempre à guisa dos coetâneos de cada tempo. No início da década de 1980, a independência idealizada dependia, antes, da submissão aos estudos e ao trabalho. Variação pujante, em todo caso, haja vista a subordinação quase absoluta de outrora, às quais as mulheres de então defrontavam com aparente veemência.

Com efeito, dois anos mais tarde, noticiava-se o novo padrão estético atribuído às mulheres que entravam gradativamente no mercado de trabalho, pelo qual *beleza* passava a não excluir *saúde*. Em 1982, o relato de uma *colunável* à reportagem de capa arrebatava: ““A mulher gordinha do passado foi feita para ficar em casa numa vida de ócio’, raciocina, ‘enquanto a mulher de hoje precisa se livrar das banhas e ganhar a energia que a vida moderna exige de todas”” (VEJA 1982f). Para ela, a mudança do padrão de beleza da mulher, que passava a favorecer as mais atléticas e dinâmicas, seria resultado de uma mudança na sociedade e não de um *redirecionamento na sensibilidade estética*. O estímulo por um corpo saudável e exercitado – além de belo –, atrelava-se invariavelmente ao campo do trabalho: “[...] a preparação do corpo para a vida competitiva do trabalho torna-se uma preocupação de primeira ordem na vida da maioria das mulheres” (VEJA, 1982f). A onerosa conquista das mulheres – sua inserção ainda gradativa no mundo do trabalho –, continuava a cobrar sua fatura, dessa vez no valor de um

corpo apto às condições e competições laborais; tal fatura, assim como as outras, parecia ainda ser menos custosa se comparada à condição de *ficar em casa numa vida de ócio*.

Diante de tamanha visibilidade perante profundas transformações, coube, em 1987, à nova edição do recém-lançado dicionário Aurélio cumprir seu papel de *espelho possível das mudanças do país* e revisitar o já desatualizado verbete *mulher*:

Da primeira para a segunda edição, por exemplo, passaram-se onze anos, que fizeram com que o verbete “mulher” fosse sensivelmente alterado. Antes, a maioria das acepções sobre mulher eram pejorativas. “Mas, com o feminismo e a conscientização das mulheres, tivemos de mudar o verbete” [...]. (VEJA, 1987a).

Atualização léxica que tão somente condizia com toda a luta da mulher contra uma condição de subordinação em favor, pois, de alguma autonomia. No limite, o dicionário *espelhava* a subversão de uma fronteira outrora intransponível, a qual a já referida edição de setembro de 1980 não só antecipava a prescrição de alguns vocábulos – “As velhas expressões ‘prendas do lar’ e ‘doméstica’ já começam a cair em desuso” (VEJA, 1980q) –, como decretava, à *mulher casada brasileira*, o fim de um ciclo: “Foi educada por sua mãe de forma muito semelhante àquela que já ensinara a avó, no entanto dá à filha conselhos que construirão gerações de mulheres diferentes” (VEJA, 1980q). Não à toa, sociólogos da época desconfiavam de que aquela poderia ser a *última geração de donas de casa* nas grandes cidades do Brasil.

No alvorecer da década de 1990, contudo, foi quando tamanha ruptura à subordinação moral sociofamiliar passou a performar significativas transformações na dinâmica de vida das mulheres: novos arranjos familiares, novas faturas no mundo do trabalho, novas vontades, maior paridade diante dos homens; mutações acachapantes, cada qual passível de visibilidade e de destaque em diferentes capas do semanário.

Quanto aos novos arranjos familiares, atrelava-se, em 1991, tais mudanças à irreversível inserção das mulheres no campo do trabalho. Despontando, *na porção urbana de bom poder aquisitivo do Brasil*, uma *nova célula social*: “[...] a família pequena, que luta para deixar o filho na escola particular, que se vale de creches e babás, que se ressentem com a criação um tanto impessoal das crianças por falta de tempo” (VEJA, 1991c).

A mulher no trabalho ocasionava uma diminuição no número de filhos e isso, à época, significava a emergência de *um novo ambiente doméstico da família de classe média* brasileira; afinal, “Nos ambientes competitivos do trabalho, em que as mulheres hoje buscam seguir suas carreiras com o mesmo afincamento e sucesso que os homens, ter poucos filhos é a única saída” (VEJA, 1991c). Menos subordinadas ao determinismo da maternidade, ainda que não garantisse, pelo menos ampliava as chances das mulheres – mais autônomas – ascenderem no

trabalho. Ademais, do excerto que indica o intento das mulheres em trilhar o mesmo caminho profissional dos homens, enseja conjecturar que, naquele momento, toda a reconfiguração familiar ocorria menos como uma adaptação das mulheres às exigências profissionais em detrimento da família e mais como priorização dela ao trabalho; à custa, pois, da antiga estrutura familiar, preço que a mulher – mais autônoma e menos subordinada ao provento do cônjuge – dispunha-se a pagar de bom grado.

Tal conjectura seria corroborada, sete anos mais tarde, em nova reportagem a respeito das mulheres – e dos novos *fenômenos* sociais. Dentre eles, o de maior relevo toca às *mães tardias*, “[...] resultado de uma brutal mudança de comportamento que está redesenhando a família no mundo inteiro e também no Brasil” (VEJA, 1998i). Segundo o semanário, as explicações para tal fenômeno – o de *adiar o sonho da maternidade para ter mais liberdade em sua carreira* – tangia ao cumprimento das novas exigências da formação educacional e experiência profissional: em média de quinze anos para a obtenção da graduação universitária, somado a mais três anos reservados a uma pós-graduação, somado a mais alguns anos de experiência no trabalho, acarretariam, então, *empurrar os planos de maternidade para depois dos 30* (VEJA, 1998i). Ademais, em 1998, “[...] entre os 20 e os 40 anos, a mulher quer firmar-se como profissional fora de casa, ganhar independência, ter tempo para o romance, as viagens, o sonho sem as responsabilidades de uma dona de casa com uma penca de crianças” (VEJA, 1998i).

Com efeito, a maternidade teria de ser adiada para perto dos quarenta anos de idade; autonomia temporal afiançada, sem maiores problemas, pela ciência no fim do século XX, momento em que “[...] as pesquisas científicas sobre o comportamento, a saúde e a psicologia feminina se multiplicaram [...]”, assegurando a manutenção *da aparência, do vigor e a saúde da juventude* às mulheres com mais de acima dos quarenta anos: “A possibilidade de envelhecer com beleza e saúde é uma conquista recente na história das mulheres” (VEJA, 2000h). A autonomia de engravidar e ter filhos depois de lograda a independência financeira oportunizava às mulheres desfrutarem, além da estabilidade profissional, no mesmo golpe, *um período da juventude no qual em outros tempos estariam subordinadas às fraldas e mamadeiras*. “As mulheres agora querem aproveitar mais a vida” (VEJA, 1998i), concluía a reportagem.

Abria-se, assim, a reboque da reestruturação familiar operada pelas mulheres, todo um campo atinente a seus quereres que, por sua vez, atualizavam-se à medida que a polaridade da tensão autonomia-subordinação parecia se inverter: quanto menos subordinação aos imperativos do outro, mais autonomia aos próprios quereres e demandas – à primeira vista, ao menos, tal equação parecia incólume.

O primeiro desses quereres ventilado pelo semanário revelou-se em 1993 e concernia ao campo do prazer e do sexo: “A mulher entrou firme no mercado de trabalho, ganhou auto-suficiência econômica e bastante poder político. Ela está nas artes, na televisão, no esporte. Parece ter chegado o momento de também exigir mais num terreno antes proibido – o sexo” (VEJA, 1993d). A demanda por sexo, seja ela quantitativa ou qualitativa, direcionava-se inegavelmente a seu par, ao outro, ao homem; “Agora, a cobrança incômoda é dirigida individualmente a cada namorado, parceiro, marido. Em resumo, as mulheres estão menos satisfeitas do que se poderia imaginar com a vida sexual que levam. Querem mais. E querem melhor” (VEJA, 1993d). Se até então era às mulheres que se canalizava um sem-fim de responsabilidades, expectativas, obrigações etc., naquele momento mais outra equação parecia se inverter: autônoma, a mulher passava a demandar, a querer exercer seus desejos e, caso fosse, cobrar e responsabilizar o homem.

A Angústia do macho: Inseguro diante da mulher, preocupado com a forma física e o desempenho sexual, o homem acuado (VEJA, 1996b) – com efeito, em pouco mais de dois anos, a chamada de capa do semanário escancarava, *ipsis litteris*, toda a tensão instaurada no cotidiano dos homens, no qual

Tende a sentir que trabalha demais, que perdeu importância em casa e, pior ainda, que já não pode ter aquela segurança antiga no terreno do sexo e do amor. Antigamente era mais fácil. Não havia tanta competição no trabalho [...] e, em casa, se o prazer sexual não era compartilhado, tanto pior para a mulher [...]. (VEJA, 1996b).

A eminente demanda das mulheres aproximava, à época, o tempo de expiração da forma-*homem*, que outrora prevalente e dominante, parecia então caducar diante dos novos imperativos que se engendravam pelos regimes veridictivos forjados nas relações de poder na aurora do novo século.

[...] as mulheres que desnortearam os homens – e aponta como saída, inaceitável para muitos, uma masculinidade moderna diferente da antiga, “múltipla, sutil, indissolavelmente ligada ao feminino”. É mesmo um sonho de macho – *soft*, da última geração, com tecnologia de ponta, capaz de combinar solidez com sensibilidade, como um carrão. [...] O homem, para ser homem, tem de ser meio mulher. No entanto, os deuses e os homens sabem da devastação que uma mulher rejeitada é capaz de promover na Terra. Que doçura é essa? (VEJA, 1996b).

No entanto, enquanto aventavam-se novos predicados aos homens – menos, ao que parece, para talhar um novo homem do que para recauchutá-lo –, da mulher não se desvencilharam alguns determinismos socioculturais datados desde muito antes da notabilidade de seu processo emancipatório. A locução adversativa alocada justo na linha derradeira da reportagem – *No entanto, os deuses e os homens sabem da devastação que uma mulher*

rejeitada promove na Terra –, acabava por ventilar um estado psicológico invariavelmente subordinado, em algum grau, ao crivo amoroso dos homens.

De todo modo, o que se anunciava no fim do século XX conferia ao estreitamento do *modus vivendi* das mulheres e dos homens; àquela altura, tornava-se impossível não dar a devida visibilidade à nova posição das mulheres perante os homens – e, por conseguinte, perante a sociedade: “A mulher conquistou autonomia, deixou de se dedicar exclusivamente ao companheiro, e tornou as relações entre os sexos mais equilibradas’, diz o psicólogo [...]” (VEJA, 1999a).

Legitimada por especialistas, inclusive, o maior equilíbrio relacional entre mulheres e homens franqueava tal avizinhamento dos modos de vida: ambos pareciam compartilhar, mais e mais, dos mesmos anseios, desejos, objetivos, demandas etc. “[...] os universos masculino e feminino nunca estiveram tão entrelaçados como agora. Homens e mulheres querem e cobram um do outro sexo bom, namoros e casamentos de cumplicidade e uma divisão justa das tarefas envolvidas na educação dos filhos” (VEJA, 1999a). *Os dois estavam cobertos de razão*, avalizava, ao final, a reportagem de 1999. Se ainda não plenamente equiparados, estavam ambos, ao menos, *cobertos de razão*.

Mas, caso fosse certo que ambos estavam *cobertos de razão*, então também seria correto afirmar que as mulheres haviam, enfim, se emancipado da subordinação dos homens e do determinismo biossocial. Em que pese toda a luta travada pelas mulheres para protagonizar a própria vida, ao projetar e almejar uma equiparação diante dos homens, tomando-os como bússola, contudo, a insurreição lograda não lhes confere autonomia frente ao *modus operandi* do *homem*. Não era contra o *homem* que as mulheres se insurgiam, mas contra os homens. *Homem*, aqui, diz de uma performatividade subjetiva produzida e datada, cuja forma depende, indelevelmente, de subsídios veridictivos dos discursos forjados e propagados nas práticas sociais – biociência, tecnologia, psicologia, sexualidade, segurança etc. –, os quais, atualizados de tempos em tempos, acabam por não deixar prescrever tal produção subjetiva – que, embora datada, pois forjada em um dado tempo, é também a mais bem-acabada, já que seu prazo de validade, ainda que sempre expirado, não cessa de ser estendido, o que não lhe garante um estatuto metafísico, tampouco permite seu *desvanecimento*.

Com sua forma multifacetada e constantemente atualizada, pois, mulher poderia ser apenas mais uma face à qual, muito antes de se opor a forma-*homem*, perfomava, mutuamente com os homens (e, talvez, com outros grupos identitários que despontavam), sua atualização veridictiva, reafirmando e mantendo em circulação determinados valores, lançando luz a desejos e anseios já em voga.

Se, antes, era outorgado às mulheres, de modo geral, o dever de cuidar do lar e da família, em contraste com a função dos homens, no fim do século XX as mulheres outorgam a si mesmas outros deveres, funções ou objetivos – estudar, trabalhar, ser independente, ser feliz, ter prazer etc. –, embora deveres ora coadunados com os homens e, na melhor das hipóteses, deveres desejados por elas próprias. Desta feita, as mulheres não se oporiam aos homens pois, no limite, o que se intentou e se logrou (ainda parcialmente) foi uma equiparação. Mulheres e homens operariam sob a égide das políticas de verdade já amalgamadas à forma-*homem*.

Inesperadamente, foi o semanário que melhor materializou a posição das mulheres diante do *homem*, e não dos homens; em 1991, meio que a contrapelo das acachapantes conquistas das mulheres à época, a reportagem interpelava o conteúdo da história de conquistas femininas que se ventilava à época. Para a revista, as mulheres do futuro perceberiam que sua história fora escrita de modo tão *unilateral e tendenciosa* quanto aquela escrita pelos homens. E, assim, imbuídas pelo impasse, *possivelmente seriam* “[...] obrigadas a admitir que não houve conquistas femininas. A mulher é que foi conquistada, passivamente, por uma nova organização social e sua família teve de se adaptar” (VEJA, 1991c).

Difícilmente a referida posição *passiva* das mulheres feita pela reportagem não causaria algum incômodo ou desconforto; contudo, se toda sua ação esteve direcionada para a insurreição e conquista de autonomia perante os homens, então, na mesma medida da autonomia conquistada foi que se optou por um reenquadramento e adaptação às demandas de uma (*nova*) *organização social* em constante atualização – ou, em outros termos, sempre em constante alinhamento às atualizações do *modus operandi* da forma-*homem*.

Culminâncias: Aids versus Câncer

Na trilha da biociência, muito além da ambivalência causal da obesidade – que ora facultava o *homem* de responsabilidade e ora o subordinava a sua própria condição genética –, pode-se dizer que duas foram as mazelas fisiológicas que se sobrelevaram no íterim dos anos 1968 e 2000: o câncer, antigo inimigo do *homem*, assombro presente em seu cotidiano desde muito, e a Aids, doença que o tomou de assalto em meados da década de 1980 e, daí em diante, operou uma revolução em seus hábitos e práticas sociais. Peculiaridades biológicas à parte, a iminente comparação entre as duas das mais letais e temerosas doenças do último terço do século XX oportunizou, a esta pesquisa, o condão de tangenciar a operatividade da tensão autonomia-subordinação e sua performatividade nos modos de vida do *homem*.

Durante a década de 1970, o câncer fora tematizado em duas capas do periódico; a primeira, intitulada *Uma tragédia brasileira* (Veja, 1973h), ressaltava a dificuldade em fazer

os diagnósticos da doença no país, por conta de “[...] duas tristes certezas – a ignorância e a falta de recursos estão na base da tragédia brasileira do câncer” (VEJA, 1973h), ou seja, a *tragédia* era resultado tanto da passividade da população que, desinformada, tardava em se examinar, quanto da insuficiência das estruturas e recursos para a saúde no país.

Em 1976, contudo, o mote da então reportagem apontava para outra direção: no encalço das adversidades biocientíficas em encontrar as causas e as soluções para a doença no âmbito do organismo, passava-se a questionar se “[...] o câncer não seria também um produto da própria vida que se leva [...]” (VEJA, 1976c). A hipótese em voga atrelava a doença menos a disfunções meramente biológicas e endógenas, e mais a fatores do meio ambiente, acarretados pelo desenvolvimento e pelo progresso da sociedade, que acabavam por modificar os hábitos e os modos de vida – “O simples ato de comer, beber, tocar um objeto ou respirar já pode ser suficiente para condenar qualquer indivíduo ao câncer” (VEJA, 1976c). Nesse cenário, por mais informada que fosse a população ou por mais estrutura que a ela se disponibilizasse, a relevância de tais proventos diminuiria significativamente diante do jugo ambiental e da pouca margem de ação conferida ao *homem* em 1976.

De todo modo, o câncer constituía o cotidiano do *homem* e era comumente arrolado à capa do semanário sempre que a biociência avançava na direção de alguma nova técnica que agia, se não para curar, ao menos para acrescer a probabilidade de cura. No raiar da década de 1980, pois, o texto de capa do semanário condizia com o júbilo da sociedade diante das mais benfazejas promessas de futuro que se abria com a esperança depositada na cibernética e na nova engenharia genética. *Do computador à biologia: o futuro e a ciência* (VEJA, 1980a), a reportagem não se furtou a listar o câncer no campo da esperança: “Pode ser ainda um pouco cedo para a grande esperança, mas os engenheiros genéticos avançam silenciosamente rumo à invenção de um agente contra o câncer” (VEJA, 1980a). Já em 1981, a chamada de capa – *Câncer: a cura está mais próxima* – e o título da reportagem suscitavam ainda mais expectativas nos avanços da ciência contra o câncer: “A esperança química. A descoberta de novas drogas contra o câncer aumenta as possibilidades de cura e sugere que será possível cercar esse flagelo da humanidade” (VEJA, 1980a). A novidade era a aposta na *quimioterapia, que surgia como uma arma revolucionária*.

As anúncios do impresso seguiriam pelo mesmo prumo até meados de 1998, sempre à espreita do mais novo avanço científico na luta contra o câncer para estampar na capa; na edição da vez, noticiava-se, novamente, o *Câncer no rumo da cura*: “Drogas que eliminavam o câncer em ratos vão agora ser testadas em humanos. Agem contra todos os tipos de tumor. Pode ser o cerco final à doença” (VEJA, 1998b).

Tipografadas em capas do semanário, a relação do *homem* com o câncer, ainda que permeada pelo assombro, por três décadas parecia portar certo grau de estabilidade. Afinal, ladeada por muitas promessas e alguns avanços tecno-interventivos que ampliavam a probabilidade de cura, a biociência ofertava ao *homem* poucos recursos de *atuação direta* para prevenir a doença, mantendo-o em uma posição perenemente passiva: o câncer matava como sempre ao passo que o *homem* ansiava a cura como sempre. A ideia de um determinismo orgânico mediava a posição do *homem* em relação ao câncer; *a priori*, lançado à própria sorte e, caso malfadado, subordinado à atuação da medicina.

Mas, se a lida com o câncer era antiga, cotidiana, temerosa, porém estável, outra mazela acometeria abruptamente o *homem* em meados da década de 1980, cuja lida só se assemelharia à primeira pelo temor pujante incutido na humanidade; no mais, tratava-se de uma doença nova e desconhecida, que viria desestabilizar sobremodo os hábitos e os modos de vida do *homem*, exigindo-lhe radical transmutação dos costumes – sexuais, a princípio, mas muito além – a fim de possibilitar alguma adaptação e meios de mútua convivência. Quando do destaque do semanário à Aids, em agosto de 1985, já se conferia a ela o estatuto de epidemia e, como tal, propagava-se celeremente pelo Brasil e pelo mundo, difundindo, além do iminente atestado de óbito certificado pelo vírus, também um sem-fim de dúvidas e preconceitos, ocasionando à época a performatividade de outros costumes e práticas cotidianas.

Discrepâncias entre a Aids e o câncer podiam ser observadas logo na primeira edição de 1985. Em que pese em ambas a letalidade, o medo e a distância da cura, as causas da Aids já eram, em certa medida, conhecidas: “A dupla constatação de que a AIDS é ao mesmo tempo, fatal e evitável conduz com certeza as comunidades assoladas pelo vírus a uma preferência sexual mais comedida. ‘Não se trata de moralismos, pois a questão é biológica’, diz o médico [...]” (VEJA, 1985b). A ressalva do médico não era vã: parecia claro que não se tratava de *moralizar* as práticas sexuais, mas de cercear o aspecto *biológico* do contágio, principalmente quando se antevia a ameaça de retrocesso da moral e dos costumes.

É muito curioso que às vésperas do século XXI, um tempo que se aproxima cercado de utopias anunciadoras de maravilhas técnicas e conforto material sem precedentes, para não falar em tolerância e liberdade de costumes, o mundo se veja invadido por um vírus que ameaça jogá-lo exatamente na porta contrária e fazê-lo recuar nos séculos. (VEJA, 1985b).

Em um tempo *de ilimitada crença na ciência*, toda a esperança do *homem* pairava em seu célere contragolpe. *Mas, e se isso não ocorrer* – indagava o semanário para então avistar um cenário *suavemente* distópico: “Neste caso, abre-se espaço para especulações em que uma

revolução nos costumes, com a volta ao puritanismo e à confusão entre sexo e castigo, se apresenta apenas como a face mais suave” (VEJA, 1985b).

O esforço de enfatizar o prisma biológico das condutas preventivas de contágio para não as confundir com um ajuizamento dos costumes não resultou como o esperado, acometendo moralmente as mais diversas práticas sociais:

À medida que ninguém mais parece saber, ao certo, se está ou não imune à doença, o medo do vírus começa a contaminar a sociedade como um todo. Hábitos sexuais, estilo de vida, princípios morais e padrões de cultura estão sendo reavaliados à luz deste medo. (VEJA, 1985b).

E, embora elucidada pela ciência, a causa principal causa de contaminação, seu *ineditismo na história do homem*, sua súbita aparição corroborava um momento rodeado muito mais pelas dúvidas e pelo desconhecimento do que pelas certezas, científicas ou não. A Aids já operava nos hábitos daquele presente, e do porvir.

“[...] a AIDS está se transformando num poderoso agente de reformas da sexualidade, moralidade e comportamento do homem moderno. Abstinência ou monogamia sexual, uso de preservativos, cautela com o uso de drogas, fim do culto da magreza são apenas alguns indícios do que pode estar por vir. [...] aumentará a pressão em favor de maior comedimento e conservadorismo. A prática de sexo anal, as escapadas no mundo da prostituição feminina, a alegre roda-viva de parcerias sexuais, podem estar começando a entrar em declínio, mesmo que só temporariamente, na esteira dos primeiros sustos. Significativamente, as zonas de prostituição tanto feminina quanto masculina nas principais capitais do Ocidente registram uma sensível baixa de movimento. (VEJA, 1985b).

O caráter *evitável* da doença, ora já detectado pela ciência, implicava o *homem* e lhe imputava um encargo a ele nunca conferido diante do câncer. A Aids, pois, fatal porém evitável, comportava, no mesmo golpe, tanto o determinismo da morte iminente decorrente da inoperância orgânica e científica, quanto a oportunidade de prevenção pela autonomia de atuar sobre si mesmo, sobre seus hábitos sexuais, nas práticas matrimoniais, familiares etc.

Não por acaso, dois anos mais tarde, em uma reportagem cujo mote era a então *onda de casamentos e valorização do matrimônio* no fim dos anos 1980, questionava-se o que parecia ser um contrassenso histórico das práticas sexuais e afetivas, ou um *refluxo do liberalismo dos costumes*, nas palavras de seu subtítulo.

Para aqueles que atravessaram a fase heróica da liberação sexual, a rebeldia estudantil, a explosão da pílula anticoncepcional, o movimento hippie e as contestações variadas dos anos 60, ou então viveram nos 70 a disseminação dos “casamentos abertos”, das “amizades coloridas” e das uniões de casais sem maiores formalidades, a atual onda de casamentos nos anos 80 soa como uma reviravolta das expectativas. (VEJA, 1987k).

Tencionando elencar argumentos que justificassem tal *reviravolta*, conferia-se ao temor à Aids um eminente catalisador das relações monogâmicas; como se o casamento, tal como o uso do preservativo no sexo, fizesse as vezes de métodos profiláticos ao contágio: “[...] ‘Casamento é bom’ diz Inês [...]. ‘Esse negócio de amizades coloridas é algo que ficou para trás porque, além de ser algo vazio, hoje as pessoas têm medo da Aids’” (VEJA, 1987k). Ironicamente, outro elemento que favorecia o casamento era a possibilidade do divórcio: sua gradativa naturalização facultava ao casal maior autonomia para apostar no casório, seja para consumá-lo ou findá-lo, caso assim o fosse: “Freqüentemente, quase como regra geral, os descasados retornam ao círculo: conhecer alguém que é atraente, namorá-lo, conhecê-lo e casar novamente” (VEJA, 1987k).

Essa revalorização do casamento parecia alicerçar-se, pois, na coadunação da Aids e do divórcio – ou, em outras palavras, pela tensão autonomia-subordinação: embora aparentemente antagônicos, a ideia de proteção contra a Aids incitava o *homem* a sujeitar-se às restrições e aos limites – aparentemente superados ou reformulados nas décadas anteriores – do contrato matrimonial, e o divórcio, por sua vez, assegurava, ao casal, autonomia para findar e reiniciar o vínculo. No que concernia à Aids, o casamento despontava como alternativa de segurança não apenas ao contágio, mas, antes, a toda liberdade sexual outrora conquistada, pela subordinação aos limites de um contrato que, no limite, operava como na lógica dos muros, com uma diferença: com os muros, sua sujeição parecia lograr autonomia, mesmo que no interior do contorno por eles delimitado, ao passo que edificar os muros do casamento garantiria somente contenção de risco e sobrevivência e não mais autonomia, teoricamente, ao menos.

Doravante, nos derradeiros anos de 1980 até o fim da década de 1990, as transformações e os desdobramentos sociais e científicos em torno da Aids permaneceriam como tônica em muitas das capas do semanário: *Pais e filhos: Confusões da educação sexual na era da AIDS* foi o texto de capa da edição 1025, em 1988, no enalço das novas dinâmicas familiares e educação sexual; no mesmo ano, a edição 1040, *AIDS: Os que vão morrer contam sua agonia*, abordou a lida das pessoas contagiadas à espera da morte iminente; em 1989, a Aids foi tematizada, encarnada no corpo adoecido do jovem cantor e compositor Cazuza contra a doença, pela sua luta e sofrimento – *Cazuza: Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública* (VEJA, 1989c).

No início da década de 1990, sem demora, a notícia do contágio do então maior jogador de basquete do mundo, o estadunidense Magic Johnson, aventava a *discussão sobre o contágio fora dos grupos de risco*, caracterizados, à época, principalmente por pessoas com muitos parceiros e vida sexual ativa, bi ou homossexuais e usuários de drogas injetáveis. (VEJA,

1991f). Em 1993, a confissão da atriz e *símbolo sexual de uma geração* Sandra Bréa sobre ser portadora do vírus lançava luz ao exponencial aumento de vítimas entre as mulheres, discussão que seria retomada em 1998, na capa da edição 1570: “*Peguei AIDS do meu marido*”: *Histórias dramáticas de mulheres que foram contaminadas pelos homens em quem confiavam cegamente*; na ocasião, estimava-se que *sete em cada dez mulheres aidéticas tivessem sido infectadas por seus maridos* (VEJA, 1998h), estatística que confirmava a ineficiência do casamento quando tomado como método de profilaxia ao vírus – afinal, os homens não renunciaram à autonomia sexual, ainda que subordinados à clausura da monogamia prevista no contrato matrimonial, a única que, de fato, poderia deter a contaminação.

Mas o ano de 1996, em que pese novamente a Aids protagonizar a capa do semanário como responsável pela morte de Renato Russo, outro icônico músico brasileiro (VEJA, 1996g), foi também a ocasião do anúncio do *coquetel de drogas que animava os cientistas a falar no fim da Aids como doença fatal*: “‘Pela primeira vez temos os instrumentos para combater a Aids: estamos de volta ao comando’, diz, eufórico, o imunologista [...]. A palavra ‘cura’ baila nos lábios dos médicos mas não é pronunciada, pelo menos publicamente” (VEJA, 1996f).

Não obstante, não seria nada surpreendente se tal promessa fosse prontamente posta em suspeição; não seria a primeira e tampouco a última quiçá descumprida ou realizada apenas parcialmente pela biociência. A seu favor, contudo, havia a irrefutabilidade de que nenhum oncologista tivera afirmações tão contundentes sublinhadas nas reportagens do semanário quanto as proferidas pelo infectologista – *estamos de volta ao comando*. E ainda que não *pronunciada publicamente*, a resposta da ciência à Aids parecia muito mais tangível e lograda em bem menos tempo de investimentos e esforços se comparada à longínqua lida do *homem* com o câncer.

Ademais, à guisa da lida com a Aids, toda a autonomia afiançada pala atuação direta do *homem* sobre seu próprio corpo e hábitos – preservativos, casamento, monogamia, castidade, uso de drogas com redução de danos etc. –, decorreu, em grande medida, do espaço franqueado desde o advento da doença e por onde circulou toda ordem discursos sobre ela, de intolerância moral e religiosa a valores mais progressistas e identitários.

Decerto, o tema da sexualidade foi discutido e o que mais circulou socialmente: da primeva culpabilização dos homossexuais e usuários de drogas, passando tanto pela infidelidade matrimonial quanto pela eventual bissexualidade dos homens casados, aumentando, com efeito, o contágio das esposas. No ano 2000, o diagnóstico veio estampado na reportagem que tratava da homossexualidade como *identidade sexual* cada vez menos solapada socialmente: “[...] ‘É difícil achar um lado bom da Aids, mas a doença levou as

famílias a tratar da sexualidade com mais clareza' [...]. Na avaliação da psiquiatra, além das mudanças na estrutura familiar, a sociedade está mais evoluída para aceitar os gays” (VEJA, 2000e).

A ciência também ofertava mais autonomia ao *homem* no caso de atuação preventiva malograda, ainda que pela subordinação à intervenção direta do *coquetel de drogas*. Se, na década de 1980, o assombro gerado pela letalidade da doença somado à possibilidade de prevenção descoberta pela ciência outorgava ao *homem* o encargo da responsabilidade sobre si mesmo e sobre o outro, em pouco mais de uma década tal responsabilidade passava a ser compartilhada com a atuação indireta da medicina, amortizando sua requerida e esperada implicação. O que parecia não amortizar a responsabilidade dos jovens do fim do século XX: *A geração que fez a revolução sexual está pasma com a precocidade e a liberdade da vida amorosa de seus filhos* (VEJA, 2000c). O subtítulo da reportagem corroborava ser aquele um momento de maior tematização e liberdade sexual, e provavelmente concordaria com a referida edição que tomou a Aids como um de seus principais vetores, mas tamanha autonomia sexual, e, sobretudo, de conhecimento e informação, seria recobrada dos jovens, afinal, “Nunca uma geração esteve tão bem informada sobre métodos anticoncepcionais e a necessidade de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis” (VEJA, 2000c).

Doravante, em edição publicada no mesmo ano de 1996, todavia, relevou-se o modo como a tensão aqui aventada, autonomia/subordinação-determinismo, performava as dinâmicas do *homem* diante de tudo (ou quase tudo) que permeou a lida com seu corpo: dos estímulos e das respostas fisiológicas e sociais, ou seja, como se adapta aos determinismos ou acometimentos biológicos, ou às exigências e assujeitamentos do meio. A referida edição de 1996 voltava à carga com o câncer, enfatizando, em uma linguagem sobremodo belicosa, a infundável guerra travada pela ciência, ora reforçada por alguns avanços oriundos da aguda mobilização da medicina no *front* de batalha, contra um *inimigo que não cessava de desafiar os esforços de prevenção e*, com efeito, chegaria ao próximo século como a doença que mais mata no mundo (VEJA, 1996e), tal como já diagnosticava o subtítulo da reportagem – contrastando com supracitada edição publicada poucos meses depois, que exaltava a promissora terapia com o *coquetel de drogas* para os portadores do vírus da Aids.

Mas, de fato, o que ocasionara o avizinhamiento das duas doenças não foram os ânimos antagônicos tipografados em cada uma das edições, e sim o próprio conteúdo da reportagem daquele abril:

Não admira que o câncer seja encarado pela maioria das pessoas como uma sentença de morte. Nas últimas décadas, apenas a Aids ameaçou roubar-lhe o título de doença

que causa mais horror e pânico à humanidade. Há, no entanto, uma diferença fundamental: a síndrome da imunodeficiência adquirida é um mal que se pode prevenir totalmente. O câncer, não. Descontados alguns fatores de risco, ter ou não ter a doença é uma loteria, que mata por ano mais de 4 milhões de pessoas, 90 000 no Brasil. (VEJA, 1996e).

Em comum, câncer e Aids, duas sentenças de morte que assolavam o *homem* e provavelmente continuariam a assolar século afora. Em oposição, a Aids era passível de prevenção pela conduta dos hábitos, ao passo que o câncer era condicionado ao preceito de um determinismo biológico, uma *loteria*. O caráter preventivo da Aids não suprimia do *homem* sua autonomia, ainda que precisasse outorgar a si um autogoverno de modo a prevenir o contágio; aliás, autonomia aqui operada de modo ambivalente: a possibilidade de prevenção solejava a noção de autonomia ao *homem* à medida que, ocasionalmente, ser-lhe-ia cerceada, circunscrita pelas requeridas restrições dos hábitos. O câncer, por sua vez, lançava o *homem* a um estado de total determinismo biológico e resignação ao contingencial; pois, no limite, quase nenhuma ação lhe era imputada; não havia como escapar de um estado de subordinação à imprevisibilidade orgânica – o faça-você-mesmo estava longe de ser operativo.

Não à toa, na década em que a genética recobrava seu protagonismo no campo das pesquisas e intervenções biomoleculares, “Nos centros de pesquisa dos países ricos [...], o principal campo de batalha se situa no próprio coração das células. Debruçados sobre o micromundo molecular, os pesquisadores tratam de abrir a caixa-preta que regula o funcionamento das células malignas” (VEJA, 1996e). Ora, em face do determinismo celular do câncer, cabia ao *homem* investir e apostar no confronto endógeno, no cerne das atuações cancerígenas; visando a prevenção ou a cura na molecularidade do corpo.

De todo modo, aprumadas as edições, decantadas as reportagens de capa; arquivizadas, arroladas, editadas, cortadas, reeditadas etc.; cada excerto extraído depois de imantá-los a outros, operaria não mais como retrato, fotografia, instantâneo ou *frame* de um filme congelado, e mais como foto-movimento, como pesquisa-cinema, no melhor dos cenários. E, como tal, em movência – ora mais linear e contínuo, ora difuso sinuoso e descontínuo, ora ramificado em afluentes que desembocarão ou não nas mesmas águas, pontas soltas –, faz-se possível extrair e ressaltar algumas performatividades que não poderiam se sobrelevar à mirada caso a fonte documental estivesse, todavia, em seu formato inicial: estático, fotográfico.

Avizinados e em movimento, a lida com o arquivo ocasionou, primeiro, inferir que a tensão ora proposta não opera sem um dos termos: sempre que há autonomia, há determinismo e subordinação. Foi o que a movência dos enunciados à guisa das mulheres deu a ver: não se trata de superação do determinismo ou da subordinação (biológico, psicológico ou social), como, tampouco, conceber que gozar de plena autonomia faculta uma conquista, uma vitória sobre qualquer coisa.

A noção de autonomia mostra-se cada vez mais cerceada por imperativos que operam menos pela lógica dos muros atijolados, como limites exógenos a serem superados, do que por incitação, ou seja, por normas e regras internalizadas e naturalizadas pelo discurso científico/especializado, como se viu majoritariamente. Tal naturalização, pois, funciona como muros invisíveis; tudo é *homem*, afinal, e esse é o muro, a delimitação do possível: a forma-*homem* performa, incessantemente, o permitido e o proibido, o verdadeiro e o falso, a autonomia e os determinismos de cada tempo. Engendrado pelo dispositivo de sua época, o sujeito não é soberano, mas filho de seu tempo – embora acredite ser autônomo/empreendedor de si mesmo; não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época.

Segundo, tornar exponencial a oposição entre a Aids e o Câncer ocasionou verificar dois modos distintos de atuação: do *homem* sobre si mesmo e sobre sua molecularidade. A lida com a Aids ajudou a catalisar todo um governo dos hábitos, dos costumes e das práticas; um governo das condutas. Com o Câncer, por sua vez, endossou-se a necessidade de se atuar nas molecularidades do *homem*, então único lugar efetivo de ação. E, como se viu anteriormente, muito embora se ressaltasse, no fim do século XX, um deslocamento estratégico da biociência sobre seu foco interventivo – do plano molecular ao dos hábitos –, isso não significou a substituição de um pelo outro: seja por conta da constatação de que um plano não independe do outro – isto é, que os modos de vida influem nas moléculas e vice-versa –, seja pela então insuficiência biotecnológica que todavia limitava sua autonomia aos fatores exógenos ao corpo; é patente que ela, a biociência, nunca renunciou a explorar esse novo rincão – tal qual explorara o cosmos ou as profundezas do oceano.

Por fim, talvez a filmografia dos enunciados do semanário materializasse, a seu modo, algo similar ao que fora aventado por Foucault ainda em meados da década de 1970: pela movência do prefixo-*auto*, a noção de autonomia talvez fosse, antes, apenas um termo a mais nessa cadeia movente composta por outros termos de igual prefixo (além do *faça-você-mesmo*), cuja etimologia “no sentido de ‘direito de reger-se segundo leis próprias’”, atribui seu sufixo ao “grego *nómos* [...], o que é de lei e de direito” (HOUAISS, [s.d.]).

Afinal, depois de cotejar os contrastes das enunciações relacionadas à Aids e ao câncer foi que outro termo de prefixo-*auto* pôde ser sublevado: do governo das condutas vinculado à Aids e pelo pretense governo das (onco)molecularidades, se não o fez despontar, ao menos propiciou visibilidade à prática do autogoverno, de modo que incitar o *homem* a se autogovernar é fazê-lo atuar tanto nas práticas sociais quanto nas molecularidades do corpo, contanto que à guisa das coordenadas dos ditames biocientíficos, no caso. Desta feita, o ideal de autonomia manter-se-ia imaculado: ao imprimir no *homem* a faculdade de empreender um governo de si, ainda que constantemente incitado por toda sorte de políticas de veridicção e em face do, quiçá, último *determinismo*, a irreversível finitude orgânica, em todo mais, a subordinação reverberaria como uma mácula aos imperativos em voga; uma negatividade, uma anormalidade, uma disfunção etc., a depender do juízo de cada autoridade.

Em todo caso, forjar as coordenadas e atuar sobre o autogoverno não seria outra coisa senão uma forma de governar não só o *homem* como seu futuro, bem no cerne das práticas sociais, hábitos e costumes vindouros.

b. Fluxo versus fronteira

Por ocasião de revisitar as três topologias desdobradas no campo da empiricidade *trabalho* à luz da tensão fronteira-fluxo, provavelmente não seria difícil entrever, em cada uma delas, sua performatividade. Todo o eixo geopolítico, permeado por conflitos político-ideológicos entre países, tem como baluarte as fronteiras nacionais em convergência da ideológica política ou econômica; ora convinha empreender o embate ideológico visando expandir as fronteiras territoriais ou culturais, ora buscar acordos a fim de limitar os fluxos, bélicos, por exemplo, potencialmente irreversíveis. Do mesmo modo que o eixo geoeconômico sobrepuja os riscos e os benefícios oriundos dos interesses econômicos, que podiam investir em afrouxar ou endurecer as fronteiras econômicas de um país em benefício de outro, gerando ou limitando o fluxo do capital externo dentro de um território nacional; e, por fim, a topologia do capital deu visibilidade às variações dos agregadores de valor na sociedade, portando ora a materialidade do dinheiro ou de um imóvel – limitado a circular entre fronteiras –, ora a imaterialidade do conhecimento/educação ou do capital especulativo – cujo atributo favorece maior fluxo.

Ora, a tensão ocasionada no eixo bipolar de fluxos e fronteiras permeou e performou o *homem* que ora se põe em situação de conflito a fim de satisfazer suas necessidades, quereres e

interesses, e ora recua, defende-se, forja barreiras, todo um conjunto de leis, normas e regras para limitar menos o conflito do que sua completa dominação. O *homem*, representado por seus vestígios empíricos como um ser que trabalha, produz e consome, torna o conflito algo a ele inerente, ao passo que, pela trilha dos enunciados do semanário, pode-se tangenciar tal qual os termos fluxo e fronteira tensionaram sobremaneira as investidas e os recuos do *homem* à guisa dos seus interesses e das suas dinâmicas produtivas.

E, se correto for a premissa de que a tensão fluxo-fronteira salta à vista em face das topologias aventadas, então é tempo de entrar nos demais estratos por onde tal tensão performara as dinâmicas do *homem*, tanto naquele em que os termos fluxo ou fronteiras são acentuados/culminados, quanto nos quais a tensão operou exponencialmente, engendrando novos arranjos existenciais, transvalorando imperativos ora em voga e os modos de vida no fim do século XX.

Glosa para a tensão fluxo-fronteira: *laissez-aller, laissez-passer, laissez-faire*

A fim de exponenciar, agora, uma face do *leitmotiv* da tensão fluxo-fronteira que operou pelo menos entre as décadas de 1960 e 2000, faz-se necessário tecer uma espécie de glosa, cuja única premissa, embora inalienável, é a de seguir sempre no encaicho dos enunciados do semanário; neste caso, contudo, diferentemente do que se logrou até então com o arquivo, suas lacunas, ou seja, todo o entremeio inerente a uma edição e outra, ou de um retrato a outro, será tratado com menos rigor e, por isso, as linhas por vir estão menos referenciadas ao semanário, autorizando-se mais à forja de conexões e aproximações de fatos e de eventos históricos um tanto atípicas. Embora em ambos os casos – do que se produziu até aqui e das linhas a seguir –, a lida com as lacunas de um arquivo – inerente a ele, como se viu – enseje sempre ao arquivista-pesquisador uma responsabilidade de cunho ético-política, importa ressaltar, então, que o que ora se intitula glosa visa contrastar eminentemente com qualquer acepção de cunho historiográfico.

Explica-se: os três substantivos de origem francesa tomados no subtítulo, por exemplo, comporiam uma espécie de cabideiro, cuja única premissa é garantir tanto o mote da tensão fluxo-fronteira como a linha comum de uma racionalidade que, crê-se, operaria como um alicerce da tensão. Assim, partindo da estrutura comum a todos – *laisser* (deixar, em português) –, buscou-se perfilar termos, enunciados e temas a fim de ampliar – e até exagerar – a forja de uma continuidade operativa entre eventos históricos, embora por vezes esparsos temporalmente no semanário, e sem conexão sobressalente. Imantados, pois, pelo verbo que enseja, no francês, as famigeradas expressões, eventos históricos como direitos humanos, ecologia, petróleo, FMI-

dívida externa, abertura comercial etc., arregimentar-se-iam, cada qual, por cada uma das expressões: arrogou-se a *laissez-aller* – tomado aqui como “falta de cuidado; negligência, relaxamento” (HOUAISS, [s.d.]) – os temas dos direitos humanos e ecologia; *laissez-passer* – permissão ou “documento que autoriza alguém a entrar, sair e/ou circular livremente; salvo-conduto” (HOUAISS, [s.d.]) –, agrupou o tema dos direitos humanos e do petróleo; e, por fim, a *laissez-faire* – “atitude que consiste em não intervir” e “doutrina que preconiza a liberdade absoluta de produção e comercialização de mercadorias” (HOUAISS, [s.d.]) – arregimentou o combo FMI, dívida externa, abertura econômica.

Antes de se entrar nos referidos temas, faz-se necessário um breve preâmbulo sobre a relação dos EUA com alguns países sul-americanos. Fartos documentos denotam as investidas dos EUA, na década de 1960, nos países da América do Sul que, à época, pareciam pender, em algum grau, às ideologias margeadas pelo socialismo. É documentado que isso se passou, dentre outros, com o Brasil – presidido, então, por João Goulart – e com o Chile de Salvador Allende (no caso chileno, um graduado agente de inteligência estadunidense assumira, em entrevista publicada na própria *Veja*, os conluios fomentados pelos EUA contra o governo do país).

O sucesso de tais investidas, que visavam desestabilizar os governos eleitos democraticamente, ocasionou, por via de golpes militares de Estado, a instauração de regimes ditatoriais a serem governados pelo exército de cada nação para exercerem grande repressão e controle a qualquer coisa que significasse uma ameaça comunista – mesmo que, para tanto, a tão proclamada democracia e liberdade, famigerados estandartes estadunidenses, fosse comumente extirpada e traída em nome de uma tutela ditatorial transitória à qual, supostamente, ponderaria e avaliaria o momento mais seguro e estável para a redemocratização.

Acontecimentos contingentes, contudo, acometeram o mundo propiciando novas ações e estratégias dos EUA, principalmente: enquanto a então superpotência norte-americana assegurava sua influência nos países da América – fortalecendo suas fronteiras político-ideológicas e culturais por quase todo o continente americano contra as possíveis invasões ou investidas da URSS –, irrompeu, na década de 1970, uma *severa crise do petróleo* “[...] decretada unilateralmente pela imposição do boicote seletivo dos países produtores árabes [...] afetando o abastecimento das nações industrializadas” (VEJA, 1973u); de modo a tensionar os países ocidentais favoráveis a Israel na guerra com os *árabes*,³³ os países da região lhes impuseram restrições e barreiras econômicas no acesso ao petróleo em um momento em que

³³ Nas primeiras reportagens sobre o tema, o semanário comumente não especificava o(s) país(es) em disputa com Israel, generalizando-o(s) como *árabes*: VEJA (1972m; 1973n; 1973q; 1973s).

concentravam boa parte do fornecimento. Como saldo, em 1973 os preços do barril de petróleo aumentaram consideravelmente – 400% de outubro de 1973 a março de 1974 –, acarretando prolongada recessão nos EUA e na Europa que desestabilizou a economia de todo o mundo.

Os efeitos da fronteira tarifária imposta pelos árabes sobre o petróleo aos países do Ocidente abarcou um sem-fim de capas do semanário até meados da década de 1980. Para além do saldo econômico, tal barreira ocasionou inúmeras transformações (ou ameaças de) no cotidiano das pessoas, como: “[...] sensíveis mudanças nos padrões de comportamento e consumo até agora praticados no Brasil podem ser entrevistas no rastro da economia de petróleo. ‘O *American way of life* [...] hoje só é viável para os países da OPEP’” (VEJA, 1977a). De modo geral, “[...] as sociedades afluentes do ocidente, acostumadas à fartura, [...] se mostram perplexas e frustradas com a escassez compulsória” (VEJA, 1973u).

A ideia do desabastecimento de petróleo aterrorizou o mundo de modo que inúmeras medidas compensatórias eram pensadas; tanto o temor quanto as possíveis medidas – o *acionamento de combustível*, por exemplo – tornaram-se corriqueiras e triviais nas capas e títulos do semanário: *A ameaça do racionamento*, *Racionamento à vista?* (VEJA, 1976k); *A gasolina mais difícil*, *No ar, o programa de racionalização* (VEJA, 1977a); *Vamos ficar sem petróleo?*, *O tremor do petróleo*, *O mundo pergunta: vai faltar gasolina? Os preços vão disparar?* (VEJA, 1979b).

A título de curiosidade, embora a copiosa medida de racionamento de gasolina nunca tenha se tornado uma política pública no Brasil, outras estratégias, porém, intentaram controlar seu uso excessivo: primeiro, o programa de racionamento de veículos (espécie de rodízio, muito comum atualmente em grandes cidades), com outros, emergiram como “Corretivos à febre de rodovias, [...] e ao descuido do transporte de massa em proveito da condução individual [...] sem dúvida encontram forte estímulo na crise deflagrada pelo petróleo” (VEJA, 1977a). E, depois, com a implementação do limite de velocidade nas rodovias: “[...] é compreensível o desafio lançado por uma considerável parcela de motoristas à ordem emanada do ministro da Justiça [...]: a limitação, por todas as estradas do país, da velocidade máxima em 80 quilômetros/hora” (VEJA, 1977a). Determinações corriqueiras nos dias atuais, suscita interesse o fato de que, na década de 1970, tais medidas estavam atreladas à crise econômica do petróleo, e não a questões do trânsito e da poluição urbana, ou à diminuição de acidentes automotivos.

De volta à então crise do petróleo que assolava o mundo, eis que outro debate, ainda na década de 1970, ganhava cada vez mais destaque nas capas do semanário; tratava-se do tema dos *direitos humanos*, costumeiramente atrelado às ideias de liberdade e de democracia. A capa da edição de março de 1977 não deixava dúvidas: *Direitos Humanos: um debate mundial*. Com

seu título dúbio à mira, contudo – *Pela condição humana: de repente, a ideia de moral na política* (VEJA, 1977d) –, não é difícil condicionar o tema dos direitos humanos a interesses outros, principalmente depois de examinar toda a reportagem.

O resultado de tudo isso é que se passou a assistir, de um ponto a outro do mundo, a uma renovada consciência do respeito pelo ser humano. Não que a opressão, na prática, de alguma forma tenha diminuído. Mas o fato é que, no sentido contrário, hoje engrossa a cada dia uma inédita, poderosa corrente de protesto e denúncia contra a violação dos direitos humanos. “Os direitos humanos são uma dessas idéias cuja hora finalmente chegou” [...]. (VEJA, 1977d).

Com efeito, à medida de que o trato dos países em relação aos direitos humanos se tornava incontestado e irreversível, instaurava-se um julgamento da comunidade mundial aos governos militares alicerçado por uma espécie de *laissez-aller*; eram vistos como países que negligenciavam seu próprio povo e, por extensão, o novo ser humano que emergia: aquele detentor de direitos, garantias individuais, liberdade de escolha e de consumo etc.

Entretanto, a dúvida suscitada na reportagem questionava os reais interesses dos EUA, então maiores promotores e defensores dos direitos individuais e da *condição humana*: “[...] a questão de saber se os EUA estariam ou não interferindo nos negócios de outros países, em sua atual campanha” (VEJA, 1977d). Ao que o então presidente estadunidense esclarece: “Todos os signatários da Carta das Nações Unidas se comprometeram a respeitar os direitos humanos básicos [...]. Portanto, nenhum membro das Nações Unidas pode afirmar que o mau trato de seus cidadãos seja um assunto próprio” (VEJA, 1977d). Amparado pela Carta da ONU, o presidente mantém a ambiguidade; afinal, enquanto o acordo multinacional internacionaliza o trato dado por cada nação à sua população, nenhum país igualmente, fora (supostamente) obrigado a assiná-la. No limite, o *laissez-aller* de cada nação sabidamente ditatorial, repressor e avesso às liberdades e direitos individuais, ofertaram, a cada país com regime democrático consolidado – à época, os países desenvolvidos considerados potências, em geral –, uma espécie de *laissez-passer*.

O *salvo-conduto* nas mãos das potências democráticas mundiais poderia ensejar, antes, um feixe de esperança a todo um contingente de pessoas que sofriam alguma forma de violência dentro das fronteiras de seu país, e talvez até tenha ensejado. Mas, em face do panorama econômico do mundo à época, o bem-estar da população dos países de *terceiro mundo* (ou subdesenvolvidos – e, mais recentemente, em desenvolvimento), só não passava ao largo dos interesses, pois era justamente o que os subsidiava. Embora consideradas então potências econômicas do mundo, estavam às voltas com cenários economicamente desfavoráveis, principalmente pela crise do petróleo.

Uma alternativa possível, ao menos para os EUA, foi expandir suas relações comerciais com mais países, a fim de criar um grande superávit comercial e tornar os valores das exportações bem maiores do que o das importações. Não à toa, foi justamente na mesma década que os EUA passaram a assediar sobremodo o Brasil a fim de que afrouxasse as barreiras comerciais, facilitando tanto o fluxo das exportações de produtos quanto a instalação de suas empresas no país, como se viu no item *Topologia geoeconômica*. Contudo, uma das características do regime militar brasileiro (tal como a de outros países sul-americanos), consistia em priorizar suas empresas estatais, estabelecendo contundentes fronteiras comerciais que dificultavam o fluxo de entrada e acesso comercial requerido pelos EUA.

Em posse do *laissez-passer* (adquirido pelo *laissez-aller* dos direitos humanos), os EUA tinham passe livre para pressionar energicamente todas as ditaduras signatárias da Carta, tensionando, gradativamente, a legitimidade das ditaduras, seja para a comunidade interna, seja para e externa. Com o domínio ideológico-cultural assegurado há tempos, no fim da década de 1970 e início da de 1980, os EUA já não se beneficiavam dos governos militares nacionalistas e protecionistas.

Era hora, então, da nova empreitada: de um lado, enquanto o *laissez-passer* pressionava as práticas dos governos ditatoriais em defesa dos direitos, da liberdade e da democracia, de outro, com a Inglaterra, difundia o modelo de economia *laissez-faire*, no qual os governos deveriam *deixar o mercado fazer*, ou seja, sem interferir nas dinâmicas econômicas; para tal modelo econômico, a democracia era imprescindível, pois só ela poderia implodir, endogenamente, as fronteiras comerciais de cada país. As chances de um governo eleito e rotativo acatar os imperativos econômicos então em voga, defendidos como modelos de sucesso pelos países ricos, sobrelevar-se-ia frente a um regime militar.

Em que pese o fato de as fronteiras nacionais não romperem prontamente depois da posse do primeiro presidente brasileiro pós-redemocratização, é inegável que o combo *laissez-aller*, *laissez-passer* e, a partir de meados da década de 1980, a economia *laissez-faire*, reequacionaram o posicionamento do país, não só sobre suas fronteiras político-econômicas, como também imprimiram outra lógica diante da tensão fluxo-fronteira.

A pecha de um país *com dívidas atrasadas* e ao mesmo tempo *rebelde às regras do livre comércio*, propiciava aos EUA um acosso cada vez maior ao Brasil: “‘Nenhum país pode continuar exportando para outros se seus mercados domésticos estão fechados para a concorrência estrangeira’ [...]”, asseverava a grande potência. O *laissez-aller* brasileiro ganharia ainda outra vertente quando a questão ecológica despontou como preocupação mundial no fim dos anos de 1980 e começo de 1990; àquela altura o Brasil, já redemocratizado

e hiperendividado, passava a sofrer outras ameaças, ainda que indiretas, principalmente depois de ser acusado de negligenciar a maior reserva natural do mundo com o assassinato do icônico ativista Chico Mendes: ““O Brasil tem uma grande floresta tropical e uma grande dívida externa [...]. Poderia haver algum vínculo entre as duas coisas?”” (VEJA, 1989b), insinuavam os EUA.

E, ainda que, à ocasião, a resposta brasileira a tal insinuação tenha sido incisiva – ““O Brasil não vai se tornar a reserva ecológica do resto da humanidade [...]. Nosso maior compromisso é com o desenvolvimento econômico”” (VEJA, 1989b) –, sabe-se que, no decurso da década de 1990, o país já estava às voltas com os valores e os imperativos neoliberais. Não por acaso, as duas eleições seguintes foram vencidas pelo candidato que mais se alinhava ao *laissez-faire* econômico: livre mercado, austeridade fiscal, privatizações etc.

Por fim, se na América do Sul outros países seguiram pela mesma trilha do Brasil, as fronteiras dos países árabes que impuseram barreiras sobre o petróleo foram demolidas de outra forma, de modo bélico. A questão do petróleo também pareceu lograr, aos EUA, um *laissez-passer*; todos os países e regiões que ameaçaram o *mercado de petróleo* se envolveriam em alguma guerra com a participação, direta ou indireta, dos EUA. ““*Laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*”, que significa: ‘Deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo’” (FERNANDES, [s.d.]), já dizia a frase atribuída aos fisiocratas franceses do século XVIII que se tornou o lema dos países de doutrina liberal da economia.

Globalização

Acaso tomado exclusivamente à guisa dos enunciados do semanário, o famigerado episódio da globalização culminante na década de 1990 poderia ser axiomatizado como uma das ocasiões históricas que performou as mais vultosas mutações nas formas de vida do *homem* no último terço do século XX. Ocasião revolucionária, ademais, não só das topologias *geopolítica*, *geoeconômica* e *capital* aqui circunscritas, como de todos os campos empíricos do *homem – vida, trabalho, linguagem*. Desta feita, não seria imprudente frisar o processo de globalização, intensificado e propagado no fim do século XX, como a materialização mais bem acabada da convergência de inúmeros vetores – sejam econômicos, políticos, ideológicos, científicos, tecnológicos, culturais etc.

Em face novamente das topologias *geopolítica* e *geoeconômica* aqui circunscritas, viu-se que, no transcorrer das décadas, ambas se apuraram ideológica e economicamente para a democracia e para o capitalismo *laissez-faire*, respectivamente. Ideologicamente, pela trilha das *topologias*, pode-se visualizar a tonificação do capitalismo patrocinada e subsidiada pela égide belicosa e diplomática dos EUA (munido de *laissez-aller* e *laissez-passer*). Em um segundo

momento, as inovações tecnológicas e a automação do trabalho transformaram o processo de produção e, com isso, aprimoraram as dinâmicas capitalistas. Em seguida, a pregnância anímica neoliberal instaurada e difundida tanto pela Inglaterra como pelos EUA nos anos de 1980, culminou na prevalência quase total dos imperativos democrata-capitalistas na geologia global. Se a prevalência ainda não podia ser considerada hegemônica – haja vista, todavia, o então mirrado espectro socialista –, nos idos finais da década de 1980, pois, o anúncio da criação de uma comunidade única europeia, capitalista, ratificava de uma vez a hegemonia de tais imperativos político-ideológicos e econômicos.

Europa: A potência do século XXI; era maio de 1988 quando a revista *Veja* prognosticava, logo na capa, aquela que parecia irromper como a mais nova potência mundial. O subtítulo da reportagem complementava o prognóstico: “Uma Europa como se fosse um só país, de 320 milhões de habitantes e riquezas conjugadas - isso começa em 1992”. (*VEJA*, 1988e). A comunidade, que passaria a operar no último dia do ano de 1992, assegurava que a partir daí todas as barreiras cairiam, “[...] as barreiras comerciais, industriais, de circulação de pessoas, de serviços, bens e capitais que hoje se confundem com essa invenção chamada ‘país’. O entusiasmo é grande – e a aposta no futuro é colossal” (*VEJA*, 1988e).

A colossal aposta no futuro da vez era afiançada por uma espécie de desobstrução das fronteiras nacionais outrora tão resguardadas diante das intermitentes investidas ideológicas, pelo menos. Ora, era essa a nova revolução, uma atualização da noção de fronteiras e, com efeito, de nação: “O que vai acontecer são coisas de mexer profundamente com os conceitos correntes de ‘Estado’ ou ‘fronteira’. Os próprios postos de fronteira, para começar, pelos planos não existirão mais, fisicamente, entre os países da Comunidade” (*VEJA*, 1988e).

De certa forma, poder-se-ia afirmar que, do capitalismo assegurado a fórceps nas décadas de 1960 e de 1970; passando pelas novas dinâmicas de produção capitalista pela tecnologia de automação entre os anos finais de 1970 e início de 1980; ao neoliberalismo fomentado a partir da década de 1980; boa parte dos países desenvolvidos já constituíam, antes, uma comunhão radicada eminentemente pelos imperativos político-econômicos capitalistas – comunhão pretensamente global, diga-se. Ou seja, se as fronteiras dos eminentes países democrata-capitalistas estavam, todavia, erigidas, essas já eram perpassadas pelos fluxos dos valores político-econômicos.

Perguntar-se-ia, pois, se o anúncio da comunidade que viria a se consolidar como União Europeia seria um prelúdio do processo de globalização, ou ambas já eram performadas a reboque do dinâmica do *fluxo* operado, em parte, pela tríade *laissez-aller*, *laissez-passer*, *laissez-faire*, a despeito das *fronteiras* das nações. Em todo caso, talvez se possa extrair algum

contorno avizinhando os dizeres esperançosos do astronauta que rumava à Lua em 1969, com a queixa inusitada do enxadrista multicampeão em 1997. O astronauta, quase duas décadas antes do processo de globalização, dizia esperar que os humanos, em face de uma inédita perspectiva fotográfica da Terra, “[...] ao vê-la pequena, compacta, unida, compreendam que ela é a habitação de todos os homens. Que as fronteiras nacionais e as diferenças não têm mais sentido. Que vivemos todos numa ilha” (VEJA, 1968m). O enxadrista, depois de quase uma década do anúncio da comunidade europeia e às voltas com a operatividade impetuosa da globalização, ao ser desafiado a enfrentar o mais avançado computador projetado pela estadunidense IBM, incomodava-se, dias antes, mais com as bandeiras que seriam alocadas ao lado de cada oponente do que com a partida em si.

“Se não sou russo, e sim meio judeu e meio armênio, por que vocês querem plantar uma bandeira da Rússia do meu lado? E por que uma bandeira americana do lado do computador? Está tudo errado”, desabafou o campeão mundial. “Minha bandeira deve ser a da humanidade” (VEJA, 1997e).

Os ditos do astronauta estadunidense, em franca disputa tecnocientífica com a URSS, e o de Kasparov, enxadrista prestado a reviver outra disputa tecnocientífica entre nações, talvez conferissem outra mirada ao tema das fronteiras e da origem genealógica. Kasparov, por seu turno, sem compreender o afã estadunidense em reavivar uma aparentemente antiga e caduca disputa geopolítica, acabava franqueando outra disputa: a dos humanos contra as máquinas – computadores, inteligência artificial etc.

De todo modo, era a lida do *homem* com o gradativo processo de globalização o que se realçaria peremptoriamente nas reportagens do semanário. Desde seu primeiro destaque de capa, em 1996, o tema da globalização foi impresso no melhor estilo retumbante: *Globalização: Desemprego, ansiedade, riqueza e outras promessas da revolução que está derrubando fronteiras e lançando o capitalismo numa velocidade jamais vista* (VEJA, 1996d). Caracterizada de antemão como uma revolução em processo, a edição de 1996 debruçava-se menos sobre o advento da globalização do que sobre seus efeitos nos diversos campos da vida humana, tratando-a tal qual um novo foco de experiência.

O que está provocando todo esse misto de ansiedade e ressentimento se chama globalização. É um processo de aceleração capitalista, num ritmo jamais visto, em que o produtor vai comprar matéria-prima em qualquer lugar do mundo onde ela seja melhor e mais barata. Instala a fábrica nos países onde a mão-de-obra fique mais em conta, não importa se no Vietnã ou na Guatemala. Vende a mercadoria para o mundo inteiro. Em resumo: o entrelaçamento econômico das paróquias é um processo que começou na Pré-História, mas sempre progrediu em marcha lenta. Neste momento, está na velocidade da luz. Essa é a diferença. Ao lado de seu tremendo potencial para criar soluções e riquezas num ritmo alucinante, pode causar dor. (VEJA, 1996d).

A revista ofertava, antes, um contorno ao fenômeno que tanto se auscultava à época, ressaltando que o vertiginoso entrelaçamento e fluxo econômico entre países tinha, ressaltava a reportagem, sua força motriz catalisada ao cabo dos avanços tecnológicos diametralmente acelerados no último terço do século XX, com destaque ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação e dos transportes. O processo de globalização estava em seu início e, como tal, pouca coisa era passível de constatação, ainda que o semanário, a despeito disso, empenhou-se em difundir as previsões dos especialistas, que já esboçavam o melhor e o pior dos cenários quanto às consequências do fenômeno na vida do *homem*.

Dos prognósticos mais otimistas, aferia-se “[...] uma nova espécie de processo social, uma coisa nunca vista antes: uma civilização genuinamente transnacional, alimentada pela exposição à tecnologia e pelas mesmas fontes de informação [...]” (VEJA, 1996d). E, para o pior cenário, constava a menção dos estudos de economistas que apontavam a inevitável escalada do desemprego, agora como um problema estrutural e não mais ondulatório, como antes da globalização: “O desemprego estrutural é um processo cruel porque significa que as fábricas robotizadas não precisam mais de tantos operários e os escritórios informatizados podem dispensar a maioria de seus datilógrafos, contadores, gerentes” (VEJA, 1996d).

Ademais, adjazia no mesmo prognóstico uma aporia das novas práticas da economia global:

Ele se ergueu para produzir coisas boas e baratas, vendidas numa escala planetária, fabricadas em grande parte por robôs, que são orientados por computadores. Mas, por cortar o emprego das pessoas e sua renda, não terá para quem vender seus carros reluzentes e seus computadores multimídia. (VEJA, 1996d).

A equação era simples: se se faz possível aumentar sobremaneira a produção, o decréscimo estrutural da quantidade de postos de trabalho resultaria em um contingente incapaz de consumir o excedente.

Doravante, um dos diagnósticos mais imediatos focava nas mutações senso-temporais provenientes das novas dinâmicas econômicas:

A globalização criou modificações em tal profundidade que ainda é difícil avaliar todos os aspectos do fenômeno. Ela transformou os padrões de tempo. Quando a Bolsa de Valores de Tóquio começa a funcionar, alguns corretores brasileiros, trabalhando de madrugada, estão atentos à sua movimentação. Especialistas em software na Índia solucionam, de dia, problemas deixados por colegas que foram dormir do outro lado do planeta. Há uma modificação no campo da velocidade. (VEJA, 1996d).

Isso significava que o tempo cronológico pouco importava em tempos de fluxo econômico. O convencional fuso horário parecia estancar a fluidez da economia tal como as

fronteiras geográficas de um país; a noção de tempo e espaço se atualizavam na esteira das novas dinâmicas econômicas.

Outro diagnóstico apossava o *leitmotiv* das dinâmicas político-econômicas da disposição geopolítica tal qual então se concebia. Com a economia global cada vez mais conectada e com o conseqüente enfraquecimento das economias nacionais, logo um novo arranjo das forças político-econômicas arrebatava novamente os rincões do tabuleiro político e econômico. Mas, dessa vez, não à moda de uma disputa cujo ápice seria a hegemonização de uma ideologia política. Ao contrário, no jogo político-econômico globalizado, ganhava quem produzia e detinha mais capital, fosse uma nação, uma corporação multinacional, um investidor do mercado financeiro etc.

É um poder de dimensões assustadoras. [...] a força dessas corporações e sua atuação geográfica – operam praticamente em todos os países – mudaram o enfoque do jogo econômico. No passado, quem fazia as grandes decisões econômicas eram os governos. Agora são as empresas. “As maiores corporações mundiais estão decidindo basicamente o que, como, quando e onde produzir os bens e serviços utilizados pelos seres humanos” [...]. (VEJA, 1996d).

Estava na conta da globalização, pois, se não a responsabilidade pela sua total implosão, ao menos a derradeira marretada nas fronteiras nacionais (como em qualquer fronteira espaço-temporal). Com efeito, o incontrolável fluxo do apátrido capital internacional tensionava as fronteiras dos países em proveito dos próprios interesses – sua multiplicação, decerto –, haja vista a gradativa incapacidade dos Estados em controlar ou regular as investidas do capital internacional.

De qualquer forma, a reportagem, ao largo de emanar um pleno otimismo sobre o futuro do país em tempos de globalização, resignava-se em face da imprescindível entrada na nova roda econômica – e de se deixar girar no ritmo de sua cadência, fosse qual fosse.

Com esforço, e um grau de alta ansiedade, os brasileiros estão deixando o seu isolamento para entrar nessa corrente. A ginástica pode ser cansativa e dolorida, mas não há outra maneira de ingressar no futuro. Ou de não comer poeira, ficando no passado. (VEJA, 1996d).

No melhor dos casos, *ingressar no futuro* e não *comer a poeira* do passado seria o único excedente a ser recuperado ali, no momento-presente.

Não por acaso, ainda no rastro das mutações das dinâmicas econômicas, foi que a edição publicada em 1999 retomou, mormente, os problemas e os riscos econômicos enfrentados pelos países nos anos subsequentes. “Na economia globalizada, os países têm telhado de vidro. São permanentemente vigiados. Se eles descuidam de suas contas públicas, fazem acionar os

alarmes da selva financeira global” (VEJA, 1999b). Ao que parece, depois de alguns anos, já se fazia possível visualizar mais algumas das características da globalização.

Decerto, a ambivalência de sua operatividade já era passível de demarcação e atenção por parte de especialistas; um deles alertava para a necessidade de um aprendizado imediato, haja vista sua incredulidade na capacidade de os países conseguirem controlar o fluxo da economia, se não mais por meio de fronteiras nacionais, ao menos por barreiras e regulações legais:

“Precisamos ainda aprender a controlar as forças desencadeadas pela globalização” [...]. Só agora, anos depois que esse processo de integração mundial dos mercados financeiros teve início, ainda sobre os escombros do comunismo, ele começa a ser plenamente entendido. Essa usina ora construtiva, ora destrutiva deriva da liberdade de fluxo que os capitais privados, as tecnologias, os bens de consumo e os serviços passaram a desfrutar nos últimos anos. [...] A globalização, portanto, pode produzir o bem ou o mal das economias nacionais quase instantaneamente. Poucos analistas acreditam na eficiência de tentar controlar esse fluxo nervoso de capital por meio de taxações e leis. (VEJA, 1999b).

Mais do que *aprender* a lidar com as incertezas delineadas pela dinâmica dos *fluxos nervosos*, tal cenário intimava a necessidade de uma lida belicosa, cuja monta, demasiada e incerta, seria por bem reputada aos governantes do futuro: “‘A luta para domar a globalização será sem dúvida uma das tarefas prioritárias para os governos no próximo milênio’, afirma [o subsecretário para Assuntos Econômicos do Departamento de Estado Americano]” (VEJA, 1999b). Domar a tensão bipolar da globalização era a nova pauta mundial, mais ainda nos países de frágil economia, com pouca força político-econômica capaz de ora atrair e manter o capital externo circulando na própria economia, ora reequilibrar as contas, caso esse debande. Era o caso do Brasil:

Em seus tempos de calma, a globalização provoca mudanças positivas. Em seus tempos de crise, arrasa economias frágeis. Por maiores que sejam os riscos colocados pela interligação dos mercados mundiais, é vã a esperança de que o Brasil possa criar suas próprias regras de convívio ou escapar ileso do clube global, cujo ingresso buscou com sofreguidão [...]. Nesse período, fez sacrifícios enormes para se adaptar às regras do novo jogo econômico planetário e ensaiar a entrada no milênio. Mais de 100 000 pessoas perderam o emprego ao cabo do processo de privatização das estatais. (VEJA, 1999b).

Em face da realidade que se estendeu ao país daí em diante, o impresso pareceu, por um momento, se render à condição obscura e ambígua do Brasil na roda da globalização no fim do século XX: “Agora, o Brasil está diante de um futuro desconhecido. Há risco de recessão e o fantasma da inflação ameaça reencarnar. É bom que o país se acostume com essas reações desmesuradas vindas de fora” (VEJA, 1999b).

Em que pese o esforço feito pelo país para *ingressar no futuro*, como queria a edição de 1996, não se esperava que o futuro se revelasse tão incerto e pouco estável. Para as enunciações do semanário, contudo, o investimento rumo ao futuro não foi feito a fundo perdido; afinal, se porventura bem logrado, o retorno seria inconteste: “Pode parecer assustador. Não é. A maioria dos países aprendeu a conviver no mundo global e tirar proveito dele adquirindo bens, capitais e tecnologias onde eles são mais baratos, em benefício do bem-estar de seus cidadãos” (VEJA, 1999b). A aposta, pois, residia ainda no condão brasileiro em domesticar o humor da economia globalizada: “O Brasil pode ainda encontrar o lado certo de montar o potro selvagem da globalização” (VEJA, 1999b).

No limite, importava pouco se a globalização era ou não um bom fundo de investimento, pois já não havia mais diversificação na mesa de apostas. Essa era a única aposta, a única roleta de um jogo cujas regras também eram ditadas pelos imperativos econômicos em voga. Uma economia interligada globalmente que, de um lado, implodiu quase por completo as fronteiras das nações para dar vazão à sua natureza dinâmica, que opera por fluxos a fim de lograr sua mais-valia capital, em um ciclo de automultiplicação; de outro, não se omitia em recorrer às mesmas fronteiras, ou a seus escombros, cujas regulações legais, permeadas pelos imperativos do *laissez-faire* econômico, tendiam a socorrê-la no caso de investidas capitais malogradas. Ali, bem no entardecer do século XX, os ditames do *laissez-faire* econômico imperavam como o único modelo de prosperidade possível.

Aldeia global, Internet, nova economia

A origem do termo *aldeia global* é comumente atrelada ao sociólogo canadense Marshall McLuhan, que o cunhou para compreender um mundo que parecia se tornar cada vez menor por conta dos avanços das tecnologias dos sistemas de comunicação que interligavam cada vez mais as pessoas, instaurando condições sociais que seriam próprias de uma aldeia, onde todos poderiam se comunicar entre si, e onde tal comunicação poderia ganhar dimensão global. Consta que tal expressão foi popularizada em sua obra *A galáxia de Gutenberg* (1962) e, posteriormente, em *Os meios de comunicação como extensão do homem* (1964), em um contexto em que o autor remetia o termo, principalmente, à televisão (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2018).

Não obstante, depois do advento do videocassete, o termo *aldeia global* foi retomado em 1986 pelo semanário, a contrapelo do sentido original: se a televisão interligava as pessoas ofertando-lhes conteúdos comuns, o videocassete, por sua vez, ao *libertar os telespectadores das imagens que chegavam a seus televisores*, outorgando-lhes autonomia para *se ver o quê*,

quando e o quanto se quer, estaria findando, assim, o “[...] mito da ‘aldeia global’ que deveria reunir massas humanas em diferentes pontos do planeta sintonizadas numa imagem única emitida por uma tela brilhante” (VEJA, 1986g).

Pouco menos de uma década, porém, foi o intervalo de tempo necessário para o outrora superado *mito* da aldeia global se transformasse em uma *profecia* em vias de se realizar. Na edição março de 1995, a chamada de capa do semanário advertia – *Internet: A rede planetária em que você ainda vai se plugar*, e exaltava: “A Internet inaugura a aldeia global na maior aventura tecnológica da História da humanidade” (VEJA, 1995c). Resgatando a concepção de aldeia global atribuída à televisão, mas em contraste da dispersão conectiva propiciada pelo videocassete, a Internet era a *concretização mais bem acabada da profecia da aldeia global*.

Hoje, o computador pode comunicar-se com outros computadores através de uma linha telefônica. Basta que a pessoa instale no seu micro um pequeno aparelho chamado modem, que transforma os códigos digitais para o tráfego no fio, e está tudo pronto para a maior viagem que a tecnologia já ofereceu ao ser humano. (VEJA, 1995c).

Laissez-faire, globalização, aldeia global/mundo interconectado: com todos esses predicados à vista, era compreensível amalgamar a dinâmica econômica dos fluxos globalizados à emergência de uma tecnologia de comunicação dessa magnitude/porte. Ademais, o fluxo da *viagem tecnológica* proveniente do tráfego de códigos digitais interconectados por computadores não era de usufruto exclusivo das dinâmicas econômicas. Não por acaso, outro termo notabilizou-se na ocasião: vivia-se na *era da informação*: “Em cada época, surge um grupo de inovações que toma conta da indústria e marca o ritmo de toda a sociedade. [...] Os anos 90 estão entregues à alta tecnologia, à indústria da informação e de transformação digital” (VEJA, 1995c).

Com efeito, “Pela primeira vez na História da humanidade, existe uma geração que, em escala planetária, sob o bombardeio de uma onipresente indústria cultural e com extraordinário acesso à informação, sente, quer, veste, ouve e vê as mesmas coisas” (VEJA, 1995e). Por fim, “Trata-se de uma nova espécie de processo social, uma coisa nunca vista antes: uma civilização genuinamente transnacional, alimentada pela exposição à tecnologia e pelas mesmas fontes de informação” (VEJA, 1996d).

Era patente, pois, que a informação – predicado do conhecimento e da educação – notabilizou-se por operar pelo fluxo tecnológico interconectado globalmente. Pela trilha do item topologia do capital, pois, viu-se que, na *era da informação* era consenso que a educação, em que pese sua imaterialidade, irrompia como um empreendimento mais promissor do que o investimento nas materialidades de imóveis, poupança, previdência e afins. A mais-valia da

educação, afinal, seria recuperada invariavelmente no futuro; investir em educação significava a garantia de um futuro benfazejo.

Depois de um sem-fim de reportagens que urdiu, com as linhas do fluxo da informação, o campo de visibilidade em que a educação eclodia como sua mercadoria mais rentável na década de 1990, eis que, logo nos primeiros dias do ano 2000 e em face da força da ocasião, o semanário apregoava nada menos que *o nascimento da nova economia*. No limite, atribuíam-se à compra do gigante e centenário conglomerado de comunicação e entretenimento Time Warner pelo promissor, porém tenro, provedor AOL (VARELLA, 2015), a inauguração de *uma nova era do capitalismo*.

Dentre as razões que certificavam tal gênese econômica levava-se em conta, por exemplo, a *subversão da escala de valores dominante na escala biológica da selva do capitalismo* que culminou na megafusão, cujo “[...] comprador não foi a veneranda e gigante Time Warner [...]”, mas a jovial e promissora AOL, com nem sequer com quinze anos completos, à época. Em analogia com o mercado da Internet que revolucionava a economia, tal foi a síntese do evento: “O mouse que ruge da nova economia engoliu o leão da economia tradicional e antecipou o futuro” (VEJA, 2000b).

Dentre tantas contextualizações e justificativas para corroborar o épico nascimento da *nova economia*, um excerto seguramente oportunizou frisar a performatividade topológica do capital na chamada *nova economia*.

Testemunhas juram ser verdadeira a reação do presidente da empresa aos espantosos resultados financeiros da GM que lhe foram apresentados numa das reuniões feitas para tratar do negócio. Nesse encontro, disse a frase que se tornou o bordão da turma convertida à nova economia: “Lucros são para perdedores”. Pode ser apenas uma lenda, mas por trás dessa frase esconde-se a larga diferença de conceitos e de valores que separa a velha economia do arranjo de negócios que surgiu com a explosão da internet. Com pouquíssimas exceções, as empresas típicas da internet, chamadas de *dotcom* (pontocom), não sabem o que é lucro. Vivem no vermelho. Vivem de seu potencial, do que podem vir a ser no futuro imediato. (VEJA, 2000b).

Se se versava, há pouco, sobre a gradativa associação entre educação e futuro – de modo que assegurar o futuro irrompia como sua mais-valia –, ocasiona-se pensar, pois, que ao largo definitivamente de qualquer espécime material de valor, o capital passava a ser mensurado pelo seu potencial futuro: sem nenhuma materialização física diante de uma espécie de capital virtualizado, pois sempre em iminência a capitalização exponencial. Apenas um mês depois, o tema voltava a ser destaque no semanário, agregando outros diagnósticos da nova economia.

Na topografia da nova economia tocada pelos cliques da internet, o valor de uma empresa tornou-se uma questão muito abstrata. [...] dar lucro não é condição essencial para que um serviço on-line valha milhões ou bilhões. [...] Esses serviços vivem da

esperança de que no dia seguinte voltarão a ser visitados por milhares ou milhões de pessoas. Neste momento, tais abstrações valem dinheiro. (VEJA, 2000f).

A diferença cabal que parecia emergir distanciava a mais-valia/capitalização da educação por outra cuja capitalização efetivava-se imediatamente. Ao passo que a mais-valia atrelada ao investimento em educação seria recobrada no futuro; na *nova economia* a mais-valia provinha do potencial de futuro que algo conferia ao presente, por uma espécie de aferição lograda também no presente.

Em outras palavras, se a educação era uma forma de, no presente, garantir mais-valia capital virtualizada no futuro, mais-valia futurível de capital – como um fundo de investimento rentável e estável passível de resgate póstero –, a *nova economia* presentifica a mais-valia, pois a atrela a seu potencial de futuro, passível, porém, de ser resgatado já no presente. Enquanto a educação capitaliza o futuro, a nova economia capitaliza o presente do potencial futuro.

As empresas de internet, por mais vermelhas que sejam suas finanças, valem muito não só porque utilizam a *web* para realizar seus negócios. É mais do que isso: elas são vistas pelo mercado como as corporações que terão lugar garantido no futuro e se tornarão as máquinas de fazer dinheiro do século XXI. Suas ações valem muito porque todo mundo acredita que elas valerão mais ainda dentro de pouco tempo. (VEJA, 2000b).

Em todo caso, se pela via do *capital*-educação o investimento era direcionado à seguridade do futuro, pelo *capital*-potencial investe-se no futuro garantido, simplesmente porque não se faz necessário investir na segurança: essa já está dada de antemão pelo mercado, pelo jogo veredictivo que permite a *todo mundo acreditar* – ou seja, menos o investimento para garantir o futuro e mais o investimento no futuro garantido. Essa exponencial capitalização do presente garantida pela probabilidade futurível, ou seja, essa nova mutação na topologia do capital, só pode irromper à guisa da tensão fluxo-fronteira, cujo tensionamento, ao largo de operar somente nos muros das nações, operou sobremaneira tanto nas condições espaço-temporais do *homem* (na distância e na velocidade das coisas, por exemplo), como, não obstante, atribuiu a mais-valia, o capitalizável: do material ao crédito, do imaterial da educação à presentificação do potencial futuro; do presente virtualizado no futuro como futurível ao futuro virtualizado no presente que afere sem cessar o valor do futurível.

c. Mutação e indexação

“‘A língua pátria está agonizante’. É possível que haja exagero nesse desabafo. Mas, certamente, o português falado e escrito hoje em dia no Brasil está vivendo alguns dos seus piores momentos [...]” (VEJA, 19751). Tais foram as primeiras linhas da reportagem que visava

destacar o (des)trato dos brasileiros com sua língua mãe, na forma escrita ou falada. Tanto os *puristas* da língua quanto os não *puristas* entreviam que a linguagem vernacular estava distinta, variando: *agonizando* ou em *legítima evolução*, decerto concordavam quanto ao processo de mutação da linguagem em sua forma-escrita e em sua forma-oral.

Em certo momento, a reportagem de 1975 elencou argumentos de autoridades (com ou sem *expertise* científica) que defendiam a conservação da linguagem – uma língua incólume, imaculada, quiçá –, e dos que reputavam a mutação da linguagem como algo inerente à lida do *homem* diante do decurso do tempo. Aos primeiros,

[...] a situação [do idioma] pareceu suficientemente grave para que a Aliança Renovadora Nacional se interessasse pelo tema incluindo recentemente em seu programa, por sugestão do senador Gustavo Capanema, a responsabilidade pela defesa do português. E em Minas, empunhando o estandarte da ‘Campanha de Restauração da Linguagem’, uma nova milícia do idioma, capitaneada pelo professor Jair Barbosa Costa, encaminhou, um ano atrás, um longo memorial ao presidente da República pedindo, entre outras coisas, a proibição de nomes estrangeiros em marcas comerciais. [...] A proposta não foi concretizada mas pelo menos teve o mérito de levantar, através de um organismo do Ministério da Educação e Cultura, legítimas dúvidas sobre o futuro do idioma. (VEJA, 1975).

Ao passo que, para as autoridades do segundo grupo, não havia problemas nas mutações sofridas (e ocasionadas) na língua; ao contrário, entendiam, cada qual do seu jeito, as transformações da linguagem como algo intrínseco, processual e irrefreável.

“Não há por que viver um pânico lingüístico” adverte o professor Ayres da Mata Machado Filho, filólogo da Universidade Federal de Minas Gerais. Outro mineiro, o professor Tarcísio Ferreira, confessa igualmente sua desconfiança diante das campanhas que insistem numa depuração da linguagem – lembrando que “o gramaticismo só atrapalha, sufoca a exploração de novos recursos de comunicação”. E a baiana Joselice Macedo, professora de lingüística, argumenta que “não existe nenhuma língua em decomposição, empobrecimento ou decadência”, mas sim um processo evolutivo, permanente e contínuo. (VEJA, 1975).

Ao largo de querer subvencionar um dos lados desse debate – quiçá nem sequer ele existisse depois de mais de uma década –, foi que, em 1987, o destaque dado pelo semanário ao lançamento da segunda edição do dicionário Aurélio, acabaria por endossar fatidicamente a inevitabilidade do processo de mutação e atualização da língua.

Menos até pelo aspecto quantitativo, haja vista que a “[...] obra ganhou mais 400 páginas, 30 000 novos verbetes (totalizando 150 000) [...]” (VEJA, 1987a), e mais pelo relato do próprio lexicografista sobre o ato de dicionarizar o idioma: “‘É impossível afirmar que a língua é composta de tantas ou quantas palavras [...], pois ela muda todos os dias’” (VEJA, 1987a). Relato que enseja a conclusão da mesma reportagem: “Mutável e instável como o idioma, o Aurélio está longe de ser obra acabada. [...] não há última palavra à vista. Se houvesse,

o idioma estaria mumificado e os acadêmicos poderiam dissecá-lo à vontade, chegando a verdades definitivas” (VEJA, 1987a).

Ao mesmo tempo que se pudera visualizar os deslocamentos da aqui nominada *linguagem vernacular*, também se pôde tangenciar a movência da *linguagem maquínica* – termo que não se opõe ao primeiro (*vernacular versus maquínico*, por exemplo), mas que visa delinear, antes, os avanços tecnológicos no campo da comunicação humana. O eixo temático *Letra, imagem, movimento* dedicou-se a dar a ver as mutações e irrupções ocasionadas pela tecnologia, e suas performatividades na relação do *homem* com a linguagem; uma justaposição de diferentes formas de linguagem e comunicação na cultura: a *forma-escrita* das cartas, a *forma-oral* do rádio e a *forma-imagem* – esta, por sua vez, ramificada pela *forma-imagem-estática* da fotografia e dos gibis, por exemplo; e a *forma-imagem-movimento* da televisão, do cinema, do videoclipe, do videogame, do videocassete etc. Cada qual cumprindo uma função na sociedade e na cultura, sem que nenhuma fosse extinta pelo advento da outra – atualizadas sim, decerto, tal qual, em certa medida, as cartas de papel em face do *e-mail*, ou correio eletrônico. Formas sempre passíveis, enfim, de variações e prevalências, a depender das políticas de pensamento de um dado tempo.

Do mesmo modo, pudera-se entrever, na metade da década de 1990, o advento de uma *nova linguagem*, tratada anteriormente no eixo homônimo. Nascimento que não visava substituir a *linguagem vernácula*, nem sequer irromper ou destituir alguma das formas-linguagem supracitadas. Efetivamente, a *nova linguagem* operou uma recodificação de todas as *formas-linguagem* para um suporte digital, convertendo todas elas – textos, imagens, vídeos, músicas – em códigos binários (*bits*, a menor unidade de informação usada na computação) para ser significadas pelo sistema de linguagem dos computadores. *Grosso modo*, a *nova linguagem* tem, antes, o mesmo funcionamento da *linguagem vernacular* e o mesmo conteúdo das *formas-linguagem*, mas digitalizada e operando em uma espécie de estrato que, por sua faculdade imaterial similar à dos *bits*, convencionou-se chamar de virtual.

A década de 1990, em suma, oportunizou a temporalidade exata para a articulação de quatro feitos indispensáveis para a mutação da *linguagem-maquínica*, três dos quais já balizados no transcurso desta pesquisa: i) a popularização e a disseminação dos computadores pessoais e ii) do acesso à rede global de interconexão dos computadores (Internet) e, por fim, iii) a digitalização de todas as *formas-linguagem* (escrita, oral, imagem). Se a convergência dos três primeiros engendrou uma mutação maquínica sem precedentes na linguagem e na comunicação humana, a falta do quarto elemento – bem menos ventilado do que os outros, aparentemente – muito provavelmente teria modificado a amplitude da maior mutação

tecnológica no entardecer do século. E, se é certo que a comunhão dos três feitos – computadores, Internet e digitalização – alcunhou a primeira parte do nome deste item em questão – *mutação* –, o quarto elemento facultou o outro termo da tensão: *indexação*, pois.

Peça última para fazer funcionar a engrenagem da linguagem maquínica tal como conhecemos, a *indexação* de todos aqueles conteúdos digitalizados ora dispersos nas malhas virtuais da rede global de computadores interconectados foi considerada o *Click de Midas* da alvorada do ano 2000 – este era o título da reportagem daquele março, em alusão *ao mito do rei Midas, que transformava em ouro tudo o que tocava* (MICHAELIS, 2022a):

Henry Ford descobriu que o automóvel só se popularizaria se fosse barato o bastante para que o operário que o fabricava pudesse comprá-lo. Bill Gates construiu sua fortuna inventando um sistema gráfico, o Windows, que transformaria o computador num aparelho de uso doméstico. Jerry Yang descobriu desde cedo que a internet só saltaria com fúria das fronteiras da universidade se pudesse ser organizada, indexada e pesquisada com facilidade. Ele acabou fazendo com o conteúdo das páginas da internet o que a Enciclopédia Britânica fizera séculos antes com o conhecimento acadêmico. [...] Yahoo é uma sigla para ‘yet another hierarchical officious oracle’. Numa tradução livre significa ‘mais um oráculo hierárquico não oficial’. Enfim, um nome pomposo para índice. O primeiro ímpeto de Yang foi organizar o caos. É exatamente o que o Yahoo! vem fazendo desde o começo: pôr ordem na bagunça da internet, fazer um índice dinâmico da rede, colocar toda a tonelagem de informação ao alcance de um clique do mouse. (VEJA, 2000i).

A bem dizer, poder-se-ia questionar se a coadunação dos termos *mutação* e *indexação* operariam como uma tensão tal qual os pares autonomia-subordinação/determinismo e fluxo-fronteira. Decerto, tanto *mutação* quanto *indexação* – decantados dos enunciados atrelados ao campo da *linguagem* – imprimiram variações nas práticas e nos modos existências do *homem*; menos, porém, operando como pares de postos cuja ambivalência inerente era a que culminava os tensionamentos, do que pela tensão gerada por cada um deles em separado, ligados, entretanto, por cíclica dinâmica/espiral: *mutação*, *atualização*, *indexação ad infinitum*.

Mutação e *indexação* como dinâmica cíclica fez-se visível no arquivo primeiro à guisa da *linguagem vernacular*: tanto pelo patente processo de *mutação* incessante da língua portuguesa reverberada na capa do semanário em 1975 – momento no qual a linguagem ora se apresentava “[...] francamente errada, ou sem nexos [...]” ora estava “[...] viciada, aqui e ali, por todo tipo de pragas: empolgação, tecnicismo, vulgaridade, hermetismo, impropriedade” (VEJA, 1975l); quanto pela dicionarização/*indexação*, doze anos depois, de boa parte da *mutação* engendrada na língua – com a inclusão de gírias, estrangeirismos, neologismos; a *atualização* de verbetes caducos (*mulher*, como já se viu) e extinção de outros etc. –, à moda de como a *Enciclopédia Britânica fizera séculos antes com o conhecimento acadêmico*, segundo a mesma reportagem de março de 2000.

Doravante, no que tange à *linguagem maquínica*, a indexação ocasionada pela plataforma *Yahoo!*, capitalizou, no mesmo golpe, dois quinhões todavia inexplorados nesse novo estrato existencial humano: uma vez que de “[...] todos os meses 100 milhões de usuários, um em cada três de todos os internautas do planeta, fazem pelo menos um ‘pit stop’ no Yahoo!” – franqueando espaços de visibilidade para publicidade –, o então mais acessado índice da Internet passava a ser visto “[...] pelas megaempresas da economia tradicional como uma espécie de portal de entrada para a economia do futuro” (VEJA, 2000i). Ora, se para a *nova economia tocada pelos cliques da Internet* o que contava era a *esperança de que no dia seguinte determinado sítio ou serviço on-line voltaria a ser visitado por milhares ou milhões de pessoas*, e se “[...] vai tornar-se necessário no futuro para um grupo de clientes fiéis [...]” (VEJA, 2000f), então apenas isso já imputava ao índice da Internet monta incomensurável. Contudo, o condão de ser comumente um portal de entrada para boa parte dos internautas, tanto lhe garantia supremacia na topografia virtual aferida *pelos cliques da internet* – isto é, pelo número de visitantes presentes e futuros –, como outorgava, ao portal índice de entrada da rede, a possibilidade de aferir, ele mesmo, a *curvografia*³⁴ das buscas feitas no portal.

No limite, a própria faculdade de portal lhe permitia armazenar, em seu banco de dados, os cliques e as buscas dos internautas, oportunizando-lhe mensurar quais serviços e sítios on-line mais acessados, e assim mapear desde as tendências de interesses e desejos das pessoas até o *potencial futuro* de qualquer segmento da vida humana, desde que devidamente interconectado e indexado nas malhas virtuais. Controlar um portal de entrada que funcionava como índice digital, mas que também podia armazenar qualquer clique e busca na Internet, permitiria, ademais, além de mapear as tendências e os potenciais futuros, conduzir as ações ou incitar os desejos dos internautas; um modo de governo no estrato digitalizado e virtual, pois.

Poder-se-ia lograr a título de conclusão, por exemplo, todo um entabulamento dos entrecruzamentos das tensões no arco longitudinal do arquivo. De súbito e aleatoriamente, poderiam saltar à vista ocasiões como a extinção dos balcões no comércio (e a consolidação dos supermercados) durante as décadas de 1960 e de 1970, o que, no mesmo golpe, imprimiu

³⁴ Neologismo criado por Maurizio Lazzarato (1999), *curvografia* tem como raiz a *curva dos gráficos* e visa uma descrição da sociedade pela sua dinâmica temporal, de tendências, e não como *imagem estática do que acontece*. Para ele, *a estatística deve apreender o social como evento*.

ao *homem* maior autonomia à custa de maior estímulo ao fluxo. No polo oposto, ainda que pela mesma lógica, operou o tema da segurança: o *homem* erigia à sua volta fronteiras cimentadas para gozar de autonomia, ainda que enclausurado por muros; no primeiro caso, o fluxo imprimiu autonomia e, no segundo, a autonomia exerceu-se sob fronteiras.

Um sem-fim de outros entrelaçamentos das tensões decantadas do campo da *vida* e do *trabalho* poderiam ser aqui elencados, poucas ocasiões, todavia, contemplam o par *mutação* e *indexação* articulado às outras – salvo quando anunciam o advento de alguma tecnologia da comunicação ou, no que respeita à *linguagem vernacular*, pela circunstância da atualização do dicionário.

A indexação vernacular quiçá seja a materialização mais bem acabada – ainda que em constante atualização – da contextualização de dado tempo, como uma fotografia que, se comparada a uma anterior (a edição precedente, no caso), daria a ver alguns dos movimentos, dos deslocamentos, das continuidades e das descontinuidades das representações empíricas logradas pelo *homem*: seja à guisa do verbete mulher, como se viu anteriormente, como pelo acréscimo de termos estrangeiros ou tecnocientíficos – todas exemplos de mutações dos modos de vida do *homem* que adquiriram alguma visibilidade e puderam ser representadas na atualização léxica empreendida pelo dicionário.

Em que pese sempre a necessidade de espreita diante das políticas de poder e veridicção de cada tempo, a indexação dos termos pode ser tomada, indubitavelmente, como fonte histórica inestimável: publicado em 1987 e caracterizado como um *espelho possível das mudanças do país*, só os coetâneos do dicionário poderiam, de fato, compreender o motivo para que tais verbetes fossem elencados como *corriqueiros*: “[...] estão presentes os sentidos corriqueiros de ‘ambiental’, ‘cambalacho’, ‘credenciar’, ‘cruzado’, ‘metalinguagem’, ‘óvni’ (acrônimo de objeto voador não identificado), ‘lipoaspiração’, ‘pinel’ (significando ‘louco’), ‘estruturalismo’ e ‘biônico’ (para os senadores que não foram eleitos, mas nomeados)” (VEJA, 1987a). Ou, ainda, receber e assimilar os novos termos inseridos pelos dicionaristas que, “[...] sensíveis às modificações nos costumes e na política, também incorporaram os vocábulos aidético’ (portador da Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida), ‘amizade colorida’, ‘peemedebista’ (ainda que emedebista tenha sido mantido) e ‘petista’ [...]”, somadas a outros como “[...] ‘aftosa’, ‘aiatolá’, ‘apartidário’, ‘biomédico’, ‘calçadão’, ‘cervejota’ e ‘curandeirismo’” (VEJA, 1987a), que nem sequer constavam no Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, base a que *todo dicionário feito no Brasil deveria ter* (VEJA, 1987a).

Não obstante muitos dos coetâneos mais distantes cronologicamente dos termos listados tampouco os tomassem como triviais ou se mantivessem inertes às atualizações: a moeda *cruzado* ou o senador *biônico* poderiam gerar tanta estranheza aos jovens da época quanto *lipoaspiração* ou *amizade colorida* para os mais velhos. Assim como não é garantido mesmo para quem esteve imerso nos acontecimentos e nas problematizações de seu tempo cotejar tal atualização vernacular como um retrato do próprio presente, isso tampouco destitui o dicionário (ou qualquer outra fonte) do condão de operar como matéria documental das mutações de um tempo, caso mobilizado e perspectivado como tal por pesquisadores pósteros.

Ademais, o dicionário corrobora, ainda, a dupla operatividade da linguagem: do mesmo modo que linguistas, filólogos, lexicógrafos etc. arremetem os rastros empíricos do *homem* em um dicionário, será sempre pela própria matéria da linguagem que tais rastros serão representados; no caso, pela *forma-escrita*. Aqui, por exemplo, o gesto de entabular diferentes edições de um dicionário pode ser pensado como maneira de forjar visibilidades que franqueariam a articulação das empiricidades e dos tensionamentos – o caso dos termos *ambiental* e *pinel* sem atualizações, por exemplo –, e de cotejá-las à temporalidade – *aidético* e *petista*, termos que despontaram pelas mutações sociais e foram logo indexados.

Por conta da dupla-operatividade conferida ao campo da empiricidade *linguagem*, de ocasionar tanto os rastros da vida do *homem* com a linguagem – na qualidade de ser falante e que se comunica – tomada como representações do *homem* pelas ciências a fim de estudar o próprio *homem*, quanto ser ela a própria matéria do vestígio, a única via pela qual as ciências podem acessar não só a linguagem, mas toda a tríade empírica do *homem* – *vida e trabalho* –, toca à empiricidade *linguagem* uma peculiaridade que não toca as outras: a tensão (ou o ciclo) *mutação e indexação* que ora foi possível salientar à guisa de tal campo empírico do *homem* – seja pelo deslocamento da *linguagem vernacular* seja pela *linguagem maquínica* –, comumente acomete e perpassa as tensões decantadas das outras duas empiricidades – autonomia e subordinação/determinismo e fluxo e fronteira.

Tal qual sobreavisou-se nesta pesquisa, articulações entre as tensões são imanentes à natureza delas; desde o início do tópico já se podia entrever os entrelaçamentos entre si ou nos campos de que foram decantadas. O que ainda não se dava a ver, entretanto – e só ganhou espessura, em parte pela vida com o arquivo, mas, sobretudo, no ato mesmo da escrita –, era que o tensionamento ocasionado à guisa da *linguagem maquínica*, em especial, pudesse operar como uma espécie de catalisador dos termos das outras tensões. A *mutação* e a *indexação* que condicionaram a significação das *formas-linguagem* e seu léxico no sistema binário da

linguagem digital (a *nova linguagem*) no fim século XX, amplificaram as tensões de modo a parecer crível certa prevalência de um dos termos de cada par de tensão ao outro.

Pelo rastro da *indexação* digital, pois, poder-se-ia conferir à *autonomia* um primado sobre a *subordinação*; afinal, o portal indexado “Colocou o internauta no controle. Essa é sua contribuição básica. ‘O sistema de indexação e busca do Yahoo! permitiu ao mais despreparado dos internautas navegar pela rede como se tivesse um mapa nas mãos’ [...]” (VEJA, 2000i). Do mesmo modo que o embotamento das fronteiras em favor do fluxo já era manifesto em todos os âmbitos: “[...] a internet só saltaria com fúria das fronteiras da universidade se pudesse ser organizada, indexada e pesquisada com facilidade” (VEJA, 2000i).

Outras tantas ocasiões poderiam ser elencadas com base nos deslocamentos das empiricidades mapeadas anteriormente: ora, à primeira vista, seria vão pôr em suspeição a prevalência da *autonomia* e do *fluxo* como vetores imperativos e em maior circulação em cada tempo; quer dizer, ambos pareciam ser gradativamente mais incitados em meio aos jogos veridictivos desde o fim da década de 1960, no mínimo, onde seus coetâneos já se insurgiam, em vários âmbitos, contra a subordinação/determinismo social e biológico (performados pelo faça-você-mesmo, por exemplo) ou contra as fronteiras que cerceavam o progresso ou alguns costumes e hábitos. E, sobretudo no fim do século XX, soaria deveras redundante questionar aos coetâneos de então – e ainda mesmo para nós, da atualidade – se haveria alguma predileção entre *autonomia* e *subordinação/determinismo*, e entre *fluxo* ou *movimento líquido* e *fronteira* ou *inércia/imobilidade*.

Tomar tais primados como insuspeitos, por sua vez, poderia entrevar todo o *modus operandi* ambivalente e insidioso que as dinâmicas das tensões dimensionaram; pois, ao mesmo tempo, como primar um termo do par *autonomia-subordinação* diante de um estrato digital virtualizado pelo qual, de um lado, opera uma tensão ocasionada pela promessa de navegação autônoma/livre e acesso quase ilimitado aos conteúdos da Internet; e, de outro, uma tensão acarretada pela subordinação do navegante aos *mapas* previamente indexados, determinados. Ou, ainda, o par *fluxo-fronteira* que tensiona sobremaneira as dinâmicas em torno da mesma Internet, haja vista que a mais fluída rede de comunicação humana depende dos interesses e das condições das estruturas físicas condicionadas por empresas e Estados – tanto a precariedade econômica ou estrutural de um país, quanto as distintas ideologias políticas podem facilmente cercear qualquer fluxo tecnológico. Sem falar, claro, da concomitância entre o tensionamento do fluxo eminente de entrada e saída de capital nos mercados globais, mas que, não raro, se escora nas fronteiras dos países, ora tensionando-os por subvenção caso o cálculo de tendências (*curvografia*) e potencial futuro malogrem.

Sublevar a *linguagem digital* e o *estrato virtual* a um patamar operativo que redimensionaria outras tensões, ou dar visibilidade, dentre tantas, a algumas das ocasiões performativas pelo mote das tensões não imputa a esta investigação o afã de reproduzir a verve das *Humanidades* de intentar/pretender diagnosticar os mais novos (ou os ainda não atentados) predicados do *homem* e/ou prognosticar a face por vir do novo *homem*; ambos sempre no encaço da *ideia de um sujeito outro a ser obrado, sempre fadado a uma adjetivação qualquer* – algo como uma *sujeitofilia*.³⁵ Enseja, antes, não mais do franquear que algo de grande magnitude estava emergindo nas dinâmicas existenciais do *homem*.

Não haveria de ser em vão que, ao largo dos estudos *sujeitofílicos* das *Humanidades*, expressões como *nova linguagem, nova economia, nova biologia*; frases como *a maior aventura tecnológica da História da humanidade*, ou mesmo ter o futuro novamente presentificado – *O futuro chegou: Os limites da Ciência às portas do ano 2000*, ou *O futuro chegou. E agora?* –, estivessem pululando nas chamadas de capa ou nas reportagens principais do semanário na última década do século XX. Algo decerto circulava e perpassava todos os espaços sociais, para além dos rincões acadêmicos ou científicos, reverberando e sendo propagado por uma caixa de ressonância tal qual a *Veja*.

Desta feita, resta reunir, a seguir, parte/fragmentos do que já foi possível esquadrihar da *movência* longitudinal das empiricidades, quanto dos *tensionamentos* latitudinais, decantando daí ocasiões de eminente performatividade nos modos existenciais humanos e o que se pudera imprimir aos contornos que ora margeavam (e, quiçá, margeiam todavia) a forma-*homem*.

De partida, convém assinalar que cada campo empírico deu a ver, em meados da década de 1990, a inusitada culminância dos menores elementos atrelados às respectivas especificidades científicas (ou, por assim dizer, as *miudezas* da humanidade à guisa das empiricidades); pois bem, por alguma razão, as ciências mais avizinhas a cada empiricidade – a biologia ou a psicologia à *vida*, a economia política ou a sociologia ao *trabalho*, e a filologia, a linguística ou a literatura à *linguagem* (FOUCAULT, 2016); e, para esta pesquisa, somam-se à linguagem as ciências e as tecnologias da comunicação – que delimitaram, reapropriaram-se

³⁵ Pensamento engenhoso, tão caro a esta pesquisa, tomado de empréstimo do professor Julio Groppa Aquino, provavelmente proferido em algum grupo de orientação.

ou ensejaram, em simultaneidade temporal, *microelementos* que revolucionariam, em algum grau, não só as próprias ciências, mas também boa parte das práticas humanas e sociais. O sobressalto, vale dizer, justifica-se, primeiro, pela cronologia das culminâncias, as quais, nas páginas do periódico, datam do período entre março de 1995 a abril de 1996; e, depois, pelo próprio microdimensionamento dos elementos, cujas propriedades operativas são exponenciais. Ressalva-se ainda que, embora cotejando suas emergências, todas imprescindiram de um processo constituinte.

No campo da *vida*, os avanços nas pesquisas sobre o gene viabilizaram uma atuação mais direta e eficaz no organismo humano – ou melhor, nas *molecularidades do corpo* – pela engenharia genética. E, enquanto os genes em cadeia franqueavam e ampliavam a mirada da biociência para a prática de prevenção – seja pelo mapeamento das predisposições patológicas, seja pela disciplina dos hábitos (ou ambos) –, outra *miudeza* não deixava esmorecer a esperança do *homem* diante das promessas da ciência: “Debruçados sobre o micromundo molecular, os pesquisadores tratam de abrir a caixa-preta que regula o funcionamento das células malignas” (VEJA, 1996e). Atuar, dominar e manipular as molecularidades nesse micromundo orgânico parecia ser o sumo da pretensa da biociência, viabilizada tão logo se discerniram os genes e as moléculas.

No campo do *trabalho*, *miudeza* seria, antes, uma força de expressão para manter o mesmo atributo a todas as culminâncias, em que pese o fato de o capital especulativo (ou *hot money*) – uma das culminâncias desse campo –, haja vista seu deslocamento topológico, pudesse sim, acaso de bom grado, receber tal atributo: a contrapelo da tangibilidade do imóvel, do dinheiro, do cartão de crédito, da educação/conhecimento etc., o então aspecto do capital engendrava toda sorte de abstrações. *O capital que derrubou as fronteiras* em 1995 – título da reportagem que o balizou como uma culminância –, pois, só pudera ser mensurado por antítese: “Os volumes de recursos em poder dos mercados [...] são tão grandes que não existem riquezas materiais capazes de se comparar com suas dimensões” (VEJA, 1995d).

Capital especulativo cujo ineditismo foi o de transgredir tanto sua medida físico-material, quanto o expoente de fluxo, sua cadência movente no espaço – ritmo com que o capital mudava de lugar quando era incomodado (VEJA, 1995d). Se o primeiro termo desse capital imensurável e irrefreável adveio das dinâmicas do mercado financeiro especulativo – *investidores isolados, pools de investidores, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras e bancos* –, as breves variações topológicas do valor-capital, ora vinculado com a imaterialidade do conhecimento/ideias/educação, ora com a virtualidade do potencial futuro, resignificaria seu estatuto de entidade quase metafísica., em que o valor-capital se vincularia ora com a

imaterialidade do conhecimento/ideias/educação, ora com a virtualidade do potencial futuro. Em todo caso, para além ou aquém da dimensão material do capital – imensurável, imaterial, virtual –, decerto quanto menos tangível, mais fluido e operativo ele se tornava ele operava.

Por fim, no campo da *linguagem* o *bit* despontou, indubitavelmente, como a miudeza que imprimiu maior visibilidade por conta de sua operatividade disruptiva. Em março de 1995, a notícia era a transformação dos átomos em *bits* – *a unidade menor da linguagem dos computadores*: “Transformar átomos em bits significa digitalizar, reescrever a informação contida na voz, na cor, nas luzes, nas letras, nos filmes e nas formas, colocando tudo isso para viajar de uma tela para outra” (VEJA, 1995c). Os *bits* tornaram os conteúdos da linguagem escrita, oral e imagética irreconciliáveis de qualquer materialidade física ao espelhar toda a matéria audiovisual para um estrato imaterial, virtual: textos, músicas/áudios, fotografias e filmes, por exemplo, já podiam se aparatar dos papéis, discos, cassetes, fitas magnéticas etc. No limite, os *bits* facultaram digitalizar tais conteúdos de modo a transpor as significações da *linguagem vernacular* para serem ressignificados em um novo sistema de linguagem; uma *nova linguagem* que dispensou os átomos e qualquer suporte material, propiciando sua propagação como fluxos digitais pelas *infovias* virtuais.

E, se conveio iniciar tal reunião dos fragmentos performativos pelo escrutínio das miudezas do *homem* do fim do século XX, foi porque, com e a partir dessas, possibilitou-se forjar mais visibilidades para outros vetores que performaram os arranjos existenciais humanos à época, focalizando/perspectivando, então, menos os elementos anímicos de cada empiricidade e mais as dinâmicas que, embora se compusessem dos matizes de cada miudeza, operavam nas molaridades do *homem*. Em outras palavras, franqueou-se, pela decantação das miudezas da *vida, trabalho e linguagem*, perspectivar uma dinâmica performativa que, em comunhão com as molecularidades do corpo, a imaterialidade do capital ou a significação da linguagem maquínica/comunicação, operava nos limites molares da forma-*homem*.

Se as pistas acossadas até então estiverem corretas quanto, primeiro, à promessa de atuação ilimitada no micromundo molecular ambicionada pela biociência; segundo, à intangibilidade do volume do valor-capital que, ao operar em fluxo ora de modo especulativo e volátil, ora de modo imaterial ou potencial viabilizaria sua multiplicação ilimitada; e, enfim, à virtualização de um estrato ilimitado por onde se sistematiza uma *nova linguagem*; caberá então admitir toda uma política de governo constituída, gradativamente e *a priori*, no âmbito de cada empiricidade, mas, posteriormente, operando amalgamadas à guisa dos mesmos vetores, incitando e imprimindo no *homem* os mesmos imperativos – não sem antes ressaltar a emergência do *ilimitado* como um atributo comum a todas as *miudezas*; da atuação e da

combinação genética e molecular; da multiplicação do capital; da significação e da sistematização dos *bits*.³⁶

Um governmento que operava incitando determinados hábitos de saúde tem a prática de prevenção das patologias – muito embora considerada um marco da *biogovernamentalidade* por muitos especialistas – não mais do que uma das suas faces, haja vista toda a performatividade ocasionada pela Aids em meados da década de 1980 em diante. Muito além de visar disciplinar os modos de prevenção ou práticas sexuais, a Aids imprimiu, dentre tantos, desde um resgate de valores (casamento e monogamia contraceptiva, por exemplo), até variações nos arranjos amorosos (*monogamia temporária*, estabilidade/fidelidade de curta duração), bem como franqueou deveras a pauta da sexualidade na sociedade à época – orientação sexual, direito das *minorias*, educação etc. Ressalva-se, ademais, que não fora o advento da Aids que engendrou tais práticas – ou mesmo que o referido governmento irrompeu no século XX; ao largo de intentar genealogizar tais técnicas (o que Foucault já fizera magistralmente, diga-se), focaliza-se, tão só, o intento de dar visibilidade a ocasiões que intensificaram e operaram como catalisadores dos imperativos/normatizações de um tempo.

Daí que a Aids, pela performatividade supracitada, alinhada ao câncer, realçou a biociência ao patamar mais elevado, o de prover os anseios e esperanças do *homem*: subordinação quase total a seus ditames e técnicas pela esperança de que se cumpra a promessa de lograr, ao *homem*, uma autonomia oxalá ilimitada sobre seu corpo/organismo – longevidade, beleza, cura, prevenção etc. E, pela chave inversa, pelo lado do *modus operandi* da autonomia – que se avizinha ao autogoverno, à prática do *faça-você-mesmo*, ao empreendedor de si –, o *homem* arroga a si o condão de se aprimorar e controlar o quanto mais, dentro dos limites de sua finitude – cada vez mais esgarçados, crê –, a intempestividade, o contingente, de modo a pensar, muito em função das promessas da biociência, que o controla de alguma forma.

Doravante, um governmento que operava também no encaço dos imperativos político-econômicos vigentes no mesmo período só poderia ter a globalização como o processo que melhor arregimentou os vetores que performaram os modos de vida do *homem* no fim do século.

Se se quisesse corroborar seu acachapante potencial revolucionário, bastaria retomar o modo como o semanário tratou as disputas presidenciais brasileiras no decorrer da década. Em resumo, o segundo turno de cada uma delas realçava a dicotomia deveras imperativa à época,

³⁶ Ressalva que provém da percepção de Deleuze (1988) que, em meados da década de 1980, entrevira uma mutação/atualização que perpassava todas as empiricidades do *homem* à qual chamou *finito-ilimitado*; alcunha essa que interrogava se já era tempo da nova ruptura nos limites da forma-*homem*. Análise vigorosa e provocativa que, por isso mesmo, será retomada mais adiante nesta pesquisa.

sempre representada por um candidato político-economicamente associado à direita e outro à esquerda. Em 1989, um tanto mais comedida, *Veja* descrevera, primeiro, aquele que seria o Brasil da direita: “[...] o que olha para as empresas privadas como o motor dinâmico do desenvolvimento [...]”, e que seria “[...] preciso primeiro fazer a economia voltar aos trilhos para depois distribuir as fatias do bolo entre os mais pobres [...]” (VEJA, 1989e). O da esquerda “[...] tem muita fé na ação da máquina do Estado” e “[...] planeja inaugurar sua administração com propostas destinadas a melhorar a vida dos mais humildes e, simultaneamente, dar uma nova injeção na economia” (VEJA, 1989e).

Já em 1994, o tom foi mais enfático em oposição aos valores político-econômicos associados à esquerda brasileira; em caso de vitória, o semanário asseverou “[...] a possibilidade de elevação da temperatura social do país, com greves e invasões de terras numa escala como nunca se viu” (VEJA, 1994b); isto porque a esquerda decerto estaria em minoria parlamentar justamente por *caminhar* “[...] na contracorrente das idéias dominantes no país e mesmo no mundo, o que torna difícil encontrar aliados para compor o governo” (VEJA, 1994b). Cenário esse totalmente coerente quando a esquerda dizia coisas como *ser contra as privatizações de estatais, admitir reestatizar empresas privatizadas e pretender* “[...] estimular a geração de empregos retirando dinheiro estocado no mercado financeiro o que só seria possível através de intervenção no mercado de matiz caloteiro” (VEJA, 1994b).

Crê-se não ser preciso lembrar qual o lado – ou melhor, quais os imperativos – vitorioso em toda a década; até porque, em última análise, tratava-se menos sobre tal ou qual partido e mais dos valores atinentes a uma racionalidade que se hegemonizava, ainda que sempre em disputa com outras. Ora, à guisa dos valores difundidos e legitimados, dentre outros, pelos países considerados potências à época, não se podia esperar outra coisa quando, no mesmo golpe, uma corrente política se opôs frontalmente a dois dos alicerces da racionalidade econômica preponderante à época; a derrocada das fronteiras econômicas (pela oposição às privatizações das empresas estatais e defesa da reestatização das já privatizadas) e o fluxo de capital do mercado financeiro (ameaçado de ter seu movimento e ritmo alterado pelo Estado). Sem levar em conta, ademais, que, àquela altura, *a força e atuação geográfica das corporações financeiras* já haviam mudado *o enfoque do jogo econômico*; “No passado, quem fazia as grandes decisões econômicas eram os governos. Agora são as empresas” (VEJA, 1996d). Os Estados, pois, já *não conseguiam* “[...] mais deter os movimentos do capital internacional. Por isso, seu controle sobre política econômica interna está se esgarçando” (VEJA, 1996d).

Vale ressaltar que não interessa, nesta pesquisa, ajuizar e sentenciar, aqui da atualidade, alguma condenação (histórica) à revista pela sua clara predileção político-econômica. Interessa,

porém, dar a ver que, posicionamento político à parte, o semanário estava antes, como tantos, alinhado aos imperativos legatários do combo econômico *laissez-aller, laissez-passer, laissez-faire*; de certo modo, aliás, poder-se-ia considerar a formação da União Europeia e o processo de globalização, respectivamente, um epígono e um epílogo (sua máxima expressão) do combo-*laissez*, ou melhor, de toda uma dinâmica que, muito além da esfera econômica, performara o *homem* animicamente, tal como queria Thatcher – *a economia é o método, o objetivo é mudar a alma*.

E se se pôde tomar a globalização como a máxima expressão dessa mutação anímica operada, em parte, pelos imperativos tomados da economia (*economia como método*), foi porque, decerto, estava estampado sobremaneira no semanário: “Neste primeiro momento da globalização já se percebem desdobramentos para terrenos fora do econômico. A Internet, por exemplo” (VEJA, 1996d). A Internet, indubitavelmente, não era tão só um exemplo; *grosso modo*, se a globalização era a expressão mais bem acabada de toda uma convergência dinâmica de governamento, então a Internet seria seu produto mais eficaz. “Com o acesso ao mesmo tipo de informação, revelam pesquisas feitas em amplitude mundial, os jovens de classe média estão tendendo para um mesmo padrão de consumo, comportamento, aspirações” (VEJA, 1996d). Por meio da Internet, imprimiu-se uma eminente modulação dos modos existenciais humanos em qualquer rincão do globo que, porventura, estivesse conectado à rede mundial de computadores.

No limite, foi todo um processo de incitação de modos de existência que trazia à baila, reiteradamente, o jogo de prevalências dos termos das tensões; *a priori*, tudo parecia lançar luz à pujança da *autonomia* e do *fluxo*, ao passo que, em última instância, ambas sempre acabavam por retroiluminar, a reboque, seus pares *subordinação* e *fronteira*. Era o que o semanário dava a ver:

[...] a aparente liberdade de escolha [...], às voltas com uma infinidade de possibilidades geradas pelo bem-estar material, na verdade esconde um intenso processo de massificação e inculcamento de valores conservadores, que no passado recebeu o nome de alienação e hoje ganhou nova roupagem, a da globalização. (VEJA, 1995e).

Se, de um lado, as noções de liberdade e autonomia pairavam como primeira ordem do então momento presente, logo seu duplo insurgia engendrando, comumente, aporias: de um lado, ser livre e autônomo, ao mesmo tempo que incitado a desejar sempre a mesma coisa (contanto que em voga) e sempre o mesmo que todos; e, de outro, poder transcender qualquer fronteira – nacional, cultural etc. –, ao mesmo tempo que retorna aos imperativos da *aldeia*, da aldeia global, é bem verdade. [Noutra passagem da reportagem – quando se atrelava ao processo de globalização a acentuação do *individualismo* nas pessoas –, estava tipografada,

provavelmente, a síntese mais precisa a respeito das tais aporias: “Hoje, ele quer ter a sua própria televisão, o seu computador, o seu carro. Isso é expressão do individualismo exacerbado que tomou conta de todos [...]”. (VEJA, 1995e); isto é, incitava-se um individualismo generalizado, replicado a todos.].

O *homem* era sumariamente incitado a ser livre, autônomo e individualista para, então, querer, fazer e ter as mesmas coisas, para se manter igual – como forma-subjetiva, talvez. Afinal, arrematava, em tempo, a reportagem: “É difícil ser autônomo quando existe um controle muito rígido dos papéis sociais. [...]” (VEJA, 1995e); eis toda a ambivalência da operatividade das tensões: o governmento que incita a autonomia e franqueia o fluxo faz, por isso mesmo, insurgir o determinismo e a imobilidade. Autonomia e fluxo axiomatizam-se de modo que não se deseja lograr nada afora; o governmento do desejo tanto o subordina à autonomia como cerceia o fluxo com contornos rígidos (pois imperativos) de determinados *papéis sociais*, e não quaisquer.

E, enfim, poder-se-iam cotejar as peculiaridades da operatividade do governmento no estrato digitalizado e virtual, pois sistematizado pela *nova linguagem* digital. Entretanto, vale antes ressaltar que, possivelmente, tal estrato oportuniza, mais do que em qualquer outra ocasião, dimensionar o aporismo inerente ao referido governmento. Jogo paradoxal que podia ser facilmente aferido nas dinâmicas da Internet; autonomia e fluxo, de um lado, e subordinação/limitação e fronteiras/impedimentos, de outro; de certa forma, nada poderia ser mais acachapante, no fim do século XX, do que a promessa (tecnocientífica) de poder redimensionar o exercício da autonomia e do fluxo à enésima potência, contanto que imbuído no próprio estrato digital virtual.

O governmento que se instaurou no último terço do século XX talvez não possa ser condicionado/atribuído tão só à ordem político-econômica, liberal ou neoliberal; tampouco à biociência, à genética etc.; talvez seja, antes, um governmento da ordem das virtualidades, ou seja, um governo do virtual, no sentido estritamente léxico: um governo que opera naquilo que existe apenas em potência ou como faculdade; um governo que age naquilo que pode vir a ser, existir, acontecer; um governmento do porvir, do futurível, sempre à espreita do que poderia ou não irromper, exatamente para não deixar a forma-*homem* arrefecer, esgotar-se, padecer. Um governmento, gestor anímico do porvir, não objetiva outra coisa senão dedicar-se na manutenção da forma-*homem*, em não deixar prescrever sua data de validade, já que constantemente atualizada, retorcida à guisa dos acontecimentos e das problematizações do tempo.

Um governo que não prescinde ou tem como requisito a existência do próprio estrato digital – a Internet, sobretudo –, embora sua forja seja, quiçá, uma espécie de produto, uma sofisticação operacional do governo. Outrossim, tampouco haveria de ser mera coincidência arregimentar gradativamente em um único estrato todo o contingente de populacional, por onde não apenas se incitariam condutas e/ou se estimariam as tendências – para isso não seria necessário tal estrato, já se exercia isso antes. Mas bem no âmago do estrato digitalizado e virtual, entretanto, poder-se-ia exercer um governo passível de controlar a única linguagem que ali opera, da significação ao sistema, da digitalização dos *bits* à indexação mais tangível de então, a indexação das tendências, dos possíveis porvires: neste caso, um governo autocrático do futurível.

3.4. Reminiscências do tempo: breve inventário topológico do futuro

Tendo em conta que, primeiro, o esquadramento longitudinal, descritivo e cronológico da camada dos enunciados relativos às empiricidades do *homem* (o que, por uma espécie de sismologia, balizou as continuidades e os deslocamentos [vicissitudes] das empirias) e, por conseguinte, o decantamento das tensões verticais decorrentes do deslocamento temporal da mesma camada enunciativa (tensionamentos pensados aqui como uma espécie de *leitmotiv* operativo à guisa das empiricidades), puderam descortinar uma miríade de ocasiões performativas dos modos existenciais humanos, então é tempo de cotejá-las, enfim, com a camada dos enunciados das temporalidades.

O intuito de cotejar a camada dos enunciados das empiricidades com os da temporalidade justifica-se pelo intento de dar relevo às ocasiões mais ufanas e celebradas ou às mais vilipendiadas e aviltadas, as que ensejaram as expectativas mais pujantes ou os desassossegos mais atrozes, sempre relacionados ao presente ou ao futuro do *homem* e, especialmente, com o que tange a sua lida com os limites do corpo ou de seu meio, às dinâmicas político-econômicas ou de produção e suas formas de comunicação.

Arregimentar tais ocasiões seria uma forma de, quem sabe, oportunizar pensar *nós mesmos* na atualidade no enalço daquilo que pensávamos ser e daquilo que queríamos ou temíamos vir a ser – não para responder a um afã persistente (o que somos e o que seremos), mas para tomá-las como o ensejo de uma problemática que mobilizaria toda uma maquinaria veridictiva/normativa de governo que parece visar garantir, sobretudo, a manutenção da forma-*homem* – atualizando-a, variando-a, recauchutando-a.

Para tanto, mover-se analiticamente pela camada da temporalidade é uma das tarefas mais insidiosas dentre as pretensas desta investigação. Afinal, tomar um certo estrato do tempo como objeto empírico implica em lidar, simultaneamente, com outros estratos temporais: primeiro, tem-se que qualquer enunciado forjado como arquivo já se remete a uma época, a um passado com suas próprias políticas discursivas e veridictivas forjadas nas relações de poder atinentes ao próprio tempo.

Daí que, para esta pesquisa, quando um de seus agulhões busca desconjuntar os enunciados que tratavam o próprio tempo com alguma solenidade, é preciso discernir que se trata de uma seleção que transcende a seleção feita pelo crivo e pelos interesses da própria revista; afinal, sabe-se de antemão que só temas dotados de alguma suntuosidade ou notoriedade haveriam de estampar o espaço de maior visibilidade de uma revista, a capa. Desta feita, o escopo das enunciações temporais, aqui, valeu-se tanto dessa primeira apreciação exercida pelo semanário, mesmo que de modo indireto – da qual não se objetiva, em hipótese alguma, tecer qualquer exame sobre tal crivo; caso contrário, tratar-se-ia de uma investigação tendo a *Veja* como objeto e não como um portal, uma caixa de ressonância dos enunciados –, quanto do recorte que decanta as enunciações que solenizaram deveras algum aspecto da temporalidade; uma dupla depuração, mas que a segunda não se condiciona à primeira, isto é, nem toda reportagem principal da revista, nem toda matéria digna de capa guarnecia invariavelmente os tais enunciados temporais.

Ressalvas à parte, o intento de cotejar as camadas dependeu, antes, tanto de uma edição longitudinal das culminâncias cronológicas dos acontecimentos pretensa/potencialmente notórios, quanto do logro de *uma espécie de taxonomia* deles, haja vista *sua proliferação e dispersão contínuas* (AQUINO, 2022) por toda a extensão do semanário. No caso, sob tal plataforma discursiva configurada longitudinal e cronologicamente, calçou-se qualquer enunciação que viesse a avultar, em alguma medida, o presente ou o ideal de futuro daquele mesmo presente; qualquer inclinação enunciativa que evidenciasse alguma celeuma, algum jugo do *homem* sobre os efeitos dos eventos noticiados no presente ou no futuro: dos mais ufanos e celebrados aos mais vilipendiados e aviltados.

Em suma, a partir da configuração de uma plataforma longitudinal dos enunciados foi que se pôde confeccionar uma espécie de pequeno inventário topológico a fim de dar a ver os anseios do *homem* diante das culminâncias/acontecimentos no decurso do tempo.

Para o logro desse suscinto inventário topológico de ocasiões que ensejaram um trato discursivo distinto do semanário diante dos eventos do *futuro do presente*, esta investigação valeu-se dos enunciados reunidos na camada temporal; ou seja, de todas as reportagens que enfatizaram os acontecimentos do próprio tempo, sobretudo as que faziam alguma referência ao futuro do *homem* ou da sociedade à luz de determinados acontecimentos. Para inventariar as topologias do futuro – isto é, para dispor os enunciados que miravam ao tempo futuro –, fez-se necessário criar uma espécie de taxonomia dos acontecimentos ora materializados discursivamente no semanário à medida que, pela labuta com o arquivo, franqueava-se uma concentração ou avizinhamentos dos enunciados-futuro atrelados a determinadas categorias, por assim dizer. Isso não significa, necessariamente, que a visibilidade de tais categorias temáticas tenha se dado pela quantidade de capas a elas dedicadas – o que ocorreu muitas vezes, contudo; mas, sobretudo, deu-se pela ênfase temporal ofertada pelas reportagens em meio a determinados temas.

1968-1969: *vejam o que chegou de repente, o futuro*

Nos dois últimos anos da década de 1960, o mundo estava diante da acirrada disputa político-ideológica entre as maiores potências de então: os EUA e a URSS. O conflito mobilizava um sem-fim de esferas sociais e, por isso mesmo, tal foi a tônica do semanário em muitas das capas, desde sua primeira edição, inclusive.

No entardecer da década, pois, o conflito pautava-se menos por ações diretas e belicosas – ainda que sempre na iminência de, era o que se difundia e alarmava –, e mais por uma espécie de disputa tecnológica; a corrida espacial, mais precisamente. Nesse caso, os EUA saíram vitoriosos; a chegada do *homem* à Lua foi, para os *americanos*, *mais do que uma vitória de humanidade*, foi *triunfo político sobre o rival soviético*, ou melhor, uma vitória do *capitalismo sobre o socialismo*. *Os astronautas, cansados da viagem do milênio, reencontravam a Terra também cansada, confusa; pois, depois dos oito dias da viagem do milênio, lá estavam as mesmas guerras no planeta, as vilanias, as prepotências, e mesquinhez; e a fome de seus semelhantes, imemorial, aparentemente imbatível, mesmo para a civilização que soube fazer dois homens andarem na Lua*. Mesmo assim, a Terra os recebia com a *esperança do início de uma nova era* (VEJA, 1969s).

A nova era, decerto, seria aquela em que, ao menos, a Humanidade não estaria comumente à mercê da ameaça da guerra total, nuclear, apocalíptica. Não bastassem as afrontas oriundas dos polos político-ideológicos opostos, o mundo também estava ao sabor das *duas grandes potências do mundo comunista*, quando russos e chineses disputavam entre si

fronteiras *muitas vezes mal estabelecidas*, empurrando-se *mutuamente para a guerra franca e declarada* que, caso chegasse, poderia *ser combatida com armas atômicas*. E, *se a guerra de fato irrompesse, as relações de Washington com Moscou, por conseguinte, mergulhariam num estado de suspeita e animosidade mais profundas do que aquelas dos piores momentos da guerra fria, e o mundo inteiro estaria, mais do que nunca, ameaçado pela destruição geral* (VEJA, 1969u).

Mas, enquanto a esperada *nova era* não chegava, a Igreja Católica outorgava a si certa responsabilidade sobre o conflito que *cansava* dos astronautas à Terra: “O Concílio Vaticano II afirmou que ‘A Igreja é o fermento da renovação do mundo [...], é como que o fermento ou a arma da sociedade humana [...]’” (VEJA, 1968b). Ainda que se alinhassem ao capitalismo, propagavam que *ainda que fosse legítimo, poderia haver abuso*, enquanto o *socialismo e o comunismo eram contrários à ordem natural das coisas, à lei de Deus; um cristão poderia aceitar a doutrina econômica do socialismo sem aceitar o materialismo*, o que significava que *a propriedade privada era acessória se comparada à função social do homem* diante das *desigualdades excessivas entre as classes, poder exercido injustamente*, etc. (VEJA, 1968b).

Igualmente contrário aos abusos, às desigualdades, aos usos indevidos do poder etc. no sistema capitalista, mas frontalmente contra o regime militar e ditatorial que se instalara no país, o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro foi destaque da edição de outubro de 1968, junto de outros intelectuais cassados e exilados pelos militares. Para ele, os valores *esquerdistas* engendravam *a consciência necessária para os povos aperceberem que seu atraso não era natural, nem necessário, e de que ele persiste porque serve a uma minoria que não quer abrir mão de seus privilégios*; tal consciência substituiria *a atitude tradicional de resignação com a pobreza, por uma atitude rebelde*. Assim, ainda existia *a alegria de quem ainda confiava na nova geração brasileira para a luta contra as mazelas sociais e contra o regime ditatorial* (VEJA, 1968d).

De todo modo, acerca do cenário político brasileiro chegavam notícias auspiciosas. A reboque da transição presidencial indireta, Garrastazu Médici tirou a palavra *segurança* do binômio que caracterizava a meta do governo anterior: do antigo binômio *desinflação-segurança*, do ex-presidente militar Castelo Branco, falava-se então em *democracia-desenvolvimento*; *talvez seja nesta palavra mágica “democracia” que os parlamentares depositaram suas esperanças*, cunhou o semanário (VEJA, 1969w). Mesmo porque, no atribulado Brasil de dezembro de 1968, véspera da instauração do AI-5, já era tempo de se resgatar *uma velha e válida frase repetida com frequência nos momentos graves para a vida política brasileira: o pior Congresso é melhor do que nenhum Congresso* (VEJA, 1968e).

Malgrado os eventos relacionados à famigerada e eminente disputa político-ideológica (tanto no globo como no país), as expectativas e os anseios sobre o futuro, ou até mesmo a esperança do início de uma nova era, o que faticamente cravou, naquele presente, o futuro, foram as conquistas e os avanços da ciência, com destaque à tecnociência e biociência: *o futuro chegou de repente e começou sábado*, logo no primeiro do ano de 1969, ostentado na capa de *Veja*.

Era o primeiro dia de janeiro daquele ano quando, em tal edição, *o professor geneticista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*, sabia que *o futuro* nascera e caminhava rápido; por um lado, *as conquistas da ciência nuclear, da Biologia e da Genética*, à época, *que pareciam por demais remotas para um homem de trinta anos atrás*, não o deixava mais dizer o que *o futuro* era longínquo. Por outro, anunciava-se a *aproximação da solução final* a todos os problemas da Humanidade, iniciada no momento em que *o homem moderno aceitou a ambição eletrônica como um dos caminhos do futuro conjunto do homem e da máquina*. Por tal raciocínio, se *o homem fosse capaz de construir um computador que o superasse em inteligência*, então tal *computador seria capaz de criar um computador ainda mais inteligente*, de modo que *não* haveria mais *nada que a humanidade – e sua criação, a máquina – não pudesse fazer* (VEJA, 1969a). Se era certo que *o futuro* chegava na esteira científica, então haveria de estar igualmente correto que *a sociedade do futuro* seria *dirigida por homens de mentalidade científica*, por políticos *que*, assessorados pelos cientistas, pudessem raciocinar como eles, como *homens frios e racionais, capazes de eliminar a paixão das grandes decisões* (VEJA, 1969d).

Pois era justamente no enalço do desenvolvimento da ciência no país que o Brasil afixava seu próprio desenvolvimento e progresso: *Como o país do futuro pode chegar ao futuro; Prontos para o futuro* (VEJA, 1969f) eram os textos de capa e do título da reportagem de março de 1969. Logo na chamada de capa, a anáfora temporal dava a ver tanto que já se tinha em conta o Brasil como o país do futuro, quanto que ele poderia realmente alcançá-lo. Para tanto, noticiava-se que um grupo de cientistas brasileiros radicados nas mais importantes universidades do exterior, em face dos sublimes avanços científicos de então, voltavam ao país natal com o intuito de *fazer um plano para agarrar o futuro no novo mundo em formação*. Confiantes de que o país já estava *pronto para receber o futuro*, o plano consistia em *formar uma elite pensante do mais alto nível, capaz de tirar o Brasil da dependência tecnológica estrangeira, movendo o país na rota do desenvolvimento*, além de formar e capacitar *cidadãos adiante de seu tempo, homens que pensassem em dar saltos para acompanhar o progresso* (VEJA, 1969f).

Fazer o país do futuro alcançar o futuro não parecia ser apenas uma figura de linguagem de *Veja*; enquanto o semanário noticiava que *o mundo começava a ficar menor para os brasileiros* desde que *as imagens do Papa Paulo VI e cenas de Roma e Washington* chegaram aos aparelhos de TV do país por sinais transmitidos pela primeira vez via satélite, algo inédito até então, as enormes desigualdades socioeconômicas brasileiras expressavam tal advento tecnológico remetendo-o à *uma expressão grandiloqüente do campo da sociologia*: o Brasil vivia uma *contemporaneidade do não-coetâneo*. Desse modo, tratava-se menos de um país de potencial reconhecido chegar no futuro e mais de um desenvolvimento que coexistia com o atraso. De qualquer forma, tal reflexão sociológica parecia findar rapidamente depois *da primeira transmissão do Intelsat III*, dando lugar a outra conclusão, a de *um sociólogo carioca* que, em meio à magnitude de um evento que assegurava que *o satélite nunca mais seria desligado sob pena de remeter o país ao passado*, previu um país desde então *contemporâneo do futuro* (VEJA, 1969e).

Mas, ao passo que os avanços científicos avalizavam a ufanista justaposição do tempo-futuro no presente, no mesmo golpe, insurgiam anseios e dúvidas sobre tais progressos e impactos da ciência na sociedade. Algumas pareciam ser dúvidas e desconfianças mais pontuais; uma delas, motivada pela inoperância do sistema de telefonia brasileiro e mundial, foi interrogada explicitamente pelo semanário: “[...] será que é amplamente justificada esta confiança cega no progresso dos estranhos objetos eletrônicos?” (VEJA, 1969o), que, sem poder oferecer alguma resposta a isso, advertiu, ao menos, que *o Brasil deveria preparar-se para ter mais telefones*, continuando assim sua escalada para o futuro, como *também preparar-se para enfrentar as consequências da invasão de novas hordas desses diabólicos monstros negros*. (VEJA, 1969o).

Outros anseios do *homem*, por sua vez, pareciam querer sinalizar problemas mais agudos no *modus faciendi* da Humanidade; *do futuro* que parecia estar *mais próximo depois da emblemática viagem à Lua*, o então sumo pontífice advertiu *os planejadores do futuro*: “Que a euforia dêste dia memorável, verdadeiro triunfo dos meios produzidos pelo homem para o domínio do cosmo, não nos faça esquecer os perigos de idolatria dos instrumentos do progresso técnico [...]” (VEJA, 1969s). Tal advertência, embora parecesse, antes, fazer coro com a incertezas advindas do telefone, serviu de ensejo para a reportagem problematizar aquilo que parecia irromper, à época, como uma das aporias do *homem*: “[...] os astronautas trazem a mensagem do quanto o homem é capaz de fazer, do poder do homem [...], difícil de aceitar nesta época em que multidões sofrem as consequências da incapacidade, das vilanias, da crueldade, das vacilações, das limitações do homem” (VEJA, 1969s).

O *homem*, pois, mostrava-se perdulário quando acreditava precisar evidenciar suas capacidades, ao passo que, sua aparente indiferença diante de outras tantas situações, ressaltava sua limitação. Tomando de empréstimo a frase da edição supracitada – “[...] um contraste do Brasil-futuro encravado numa área do Brasil-passado” (VEJA, 1969f) –, tal aporia poderia ser sintetizada de modo paralelo: o contraste do *homem* do futuro e do progresso encravado numa área do *homem* do passado e do atraso, acaso pensada por uma lógica temporal evolutiva, sucessória e linear – tal qual parecia operar na ocasião; lógica necessária para alicerçar o problema do paradoxo exposto pelo semanário.

Ainda assim, defronte da complexidade da questão aventada, o semanário afigurava tencionar desatar tal aporia com os arremates das duas edições que trataram da famigerada viagem espacial, algo que só pôde dar-se a ver perfilando os respectivos parágrafos finais.

Primeiro, diante da anunciada limitação do *homem* – afinal, aporias não acometem seres onipotentes –, a reportagem desafiava o *velho homem-macaco a erguer um pouco mais sua cabeça, olhar para além das fronteiras de cada civilização, arrancar das cavernas os homens primitivos para mostrar ser realmente um sábio; para tanto, teria que eliminar definitivamente os restos de brutalidade, preguiça e falhas de caráter que o acompanharam em toda a extraordinária epopéia de homem-macaco a homo sapiens; no melhor dos cenários, se realmente o homem conseguisse dar este salto, então a Lua onde pisara representaria, com toda a certeza, o caminho das estrêlas, a ante-sala do infinito* (VEJA, 1969r).

Corrigidas suas falhas de caráter, extirpados de si os predicados que aparentavam entrevar seu aprimoramento – frisando, antes, suas limitações e contradições –, seria tempo do *homem* impingir sua primazia; cósmica, quiçá. Portanto, *não seria o caso de negar o valor da magnífica jornada do homem para dentro do cosmo* – orientavam as linhas derradeiras –, mas de *aproveitar o marco colocado no tempo pela Apollo 11 para submeter as máquinas aos objetivos de humanidade. E para iniciar agora a longa jornada para dentro do homem* (VEJA, 1969s).

O semanário, decerto, funcionando como uma caixa de ressonâncias da discursividade do tempo, era acometido e fazia reverberar as fabulações e anseios dos quais não lhe eram exclusivos, já que pertenciam, antes, ao próprio *homem*. O mesmo *homem* que, no mesmo golpe, intentava inculcar, em si mesmo, algum horizonte possível, alguma aposta, um caminho por vir.

1970-1974: debitar ao passado os erros do presente a serem creditados ao futuro

Mal raiava a década e o mundo já podia sentir o sopro do vento que espalhava os pólenes de liberdade e democracia. No Brasil, o então presidente-ditador, ao apontar que a *principal dificuldade das nações ao longo deste século* seria a *conquista do desenvolvimento sem sacrifício total das liberdades*, fazia crer que a *opção da Revolução brasileira de provar a viabilidade desse caminho* (do desenvolvimento com liberdade), mantinha-se *firme e determinada*. Outros políticos influentes na ditadura, diziam acreditar os *direitos humanos* continuavam sendo *um objetivo a ser alcançado e preservado para que se obter uma autêntica democracia* (VEJA, 1970d). Seriam os mesmos ventos que polinizavam o ideal de liberdade na cultura nacional, decerto. Segundo o jornalista e letrista Torquato Neto, embora *os últimos anos* [tenham sido] *de estagnação* no âmbito musical – *estava tudo parado, não se criava nada* –, iniciava-se a *hora de voltar ao trabalho de criação*: “Uma nova linguagem está sendo descoberta. Um novo público está surgindo. Está todo mundo se organizando em torno da idéia geral da liberdade, em todos os níveis” (VEJA, 1972c).

Ventos que sopravam além-mar, em Portugal e na Grécia, precisamente. Os portugueses viviam *tempos de grandiloquência, sentimentos arrebatados, euforia inquieta*, afinal, com a queda da ditadura fascista de Antônio Salazar, *certos de que o passado já acabara*, esperavam *o futuro* por vir na *antevéspera da tão sonhada aventura democrática* (VEJA, 1974h). Os gregos, por sua vez, celebravam a *volta à Grécia do ex-primeiro-ministro Constantin Karamanlis após um exílio voluntário de onze anos para conduzir a nação no seu ainda incerto rompimento com mais de sete anos de ditadura militar*, tempos em que os termos *democracia e a liberdade foram expulsas desde o golpe dos coronéis de abril de 1967* (VEJA, 1974j).

Mas as lufadas que disseminavam as esperanças na direção dos ideais de liberdade e democracia, também propagavam as ideologias socialistas mundo afora: a América do Sul acordou apreensiva ao saber que o Chile *começaria a viver a experiência inédita de ter um governo esquerdista livremente escolhido pelo voto*. A tensão provinha pela tentativa de entrever se *os tempos por virem, os tempos incertos de esquerda, estariam de fato se iniciando no continente*. Afinal, “[...] um Chile socialista teoricamente teria condições de exercer na América Latina, a curto prazo, uma influência que Cuba não conseguiu ter nestes seus onze anos de fidelismo” (VEJA, 1970l).

E, tal qual as rajadas da democracia e da liberdade, as da esquerda também se moviam noutros rincões: *como numa novela de ficção política, toda a França poderia transformar-se, em plena Europa ocidental, na terceira mais poderosa potência socialista do mundo, com armamento nuclear e indústria moderna; os Estados Unidos, de seu lado, se veriam dramaticamente obrigados a reformular toda a sua política européia de segurança* (VEJA,

1973f). De concreto, ao menos segundo o prisma de um semanário oriundo de país que instaurou uma ditadura para proteger a democracia do socialismo, enquanto os ventos da democracia e da liberdade levavam o frescor de esperança e de entusiasmo por onde passavam, as socialistas pareciam mais como rajadas ideológicas que só causavam atribulações e anseios, seja no lugar onde o vento soprava, seja dentro do próprio território brasileiro; muito embora se tratasse de governos eleitos em um sistema democrático.

Em que pese o fato de que os ventos político-ideológicos continuavam, também no início da década de 1970, bipolarizando os ânimos mundo afora, o período ficou marcado, sobretudo, pelas alterações de humor ou pelos vaticínios otimistas e pessimistas ocasionados pelo célere progresso urbano e tecnológico e suas consequências no meio ambiente e nas dinâmicas de vida do *homem*; ao menos foi o que o semanário deu a ver. Pois, enquanto os anos finais da década de 1960 noticiavam muito mais os prenúncios de uma sociedade que tinha a ciência como bússola, a década seguinte foi aquela que ensinou um sem-fim de reportagens que tratavam dos efeitos práticos do projeto e do progresso tecnocientífico.

O Brasil, definitivamente, queria ser grande, uma potência mundial. Tanto que *na primeira reunião de trabalho no Ministério do Planejamento do presidente Garrastazu Médici*, o então ministro era o encarregado de apresentar seu sólido plano de diretrizes para o governo enfrentar os dias de 1970 e o começo da marcha para o ano 2000, uma plataforma sobre a qual se construiria um “Brasil, Grande Potência” que levariam o país aceleradamente ao encontro “de seu grande futuro” (VEJA, 1970a). Pelo mesmo fito foi que, *de Brasília*, o Presidente Médici deu a ordem para o início de uma grande ofensiva educacional; era o início oficial do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral –, com a finalidade de liquidar o analfabetismo no Brasil, não por uma fórmula milagrosa e inócua; ao contrário, era a resposta racional de um país que procurava corrigir seus antigos erros no caminho do desenvolvimento para um de seus maiores problemas (VEJA, ed.1970).

Ademais, embora o país ainda padecesse por conta do incipiente e disfuncional sistema de telefonia – ou por isso mesmo –, o governo tomou uma decisão irreversível: abandonou um amargo passado de ineficiência e politicagem para adotar a técnica como o único caminho possível criando o Ministério das Comunicações. Dentre outras ações, a compra de novos e modernos equipamentos, Telefunken, os mesmos utilizados na Europa fez o então presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) afirmar que “[...] ‘em matéria de comunicações, o Brasil está dando um salto da idade da pedra para a era da cibernética’” (VEJA, 1970m).

E, do mesmo modo que a cidade do Rio de Janeiro estava *acordando para o futuro* ao instituir *uma Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia* e dotada de *uma Comissão do Ano 2000* (VEJA, 1969h), o então prefeito de São Paulo, que frisava não ser um político, mas *um técnico*, garantia que o *crescimento urbano deixaria de ser desvairado como a Paulicéia de Mário de Andrade para se tornar ordenado*. Segundo os planejadores e urbanistas envolvidos no projeto, o que se idealizava era *uma cidade que proporcionasse a seus habitantes uma sensação de bem-estar inconsciente, contínua e automática; e, ao mesmo tempo uma sensação de grandeza*. Por esta trilha, a reportagem concluía que *o planejamento racional e contínuo (um município, por menor que seja, é um organismo dinâmico), mesmo no mundo-cidade do futuro, poderia fazer com que a metrópole ou a vila cumprissem efetivamente sua missão; afinal, a cidade nasceu para servir ao homem* (VEJA, 1971a).

Era o eixo da ciência, do tecnicismo, do planejamento etc. que imperava em quase todas as reportagens que tratavam – comumente enfatizando alguma extremidade deste eixo – do presente e do futuro do *homem* diante dos seus feitos e dos seus efeitos.

Na edição do fim de 1970, a reportagem de capa deu voz a alguns especialistas a fim de dissertar sobre os benefícios e os malefícios, presentes e futuros, do vertiginoso processo de urbanização pelo qual o mundo era acometido. Um dos especialistas antevia que a cidade do futuro seria aquela que incorporasse e humanizasse *a tecnologia de então partindo de computadores que permitiriam que algumas tarefas fossem feitas em casa em um processo a distância, a partir de um terminal eletrônico, para eliminar deslocamentos e recuperar mais horas perdidas no congestionamento das ruas: seria a cidade do ócio, dos homens que trabalhariam três a quatro horas por dia e depois se divertiriam, andariam pelas casas dos amigos a pé*, de modo que toda a *economia de tempo conquistada pela aceitação da técnica moderna o homem ganharia para se dedicar às artes, à educação, à cultura*. Outro especialista diagnosticava que o *homem estava em condições de transcender a máquina e de criar um novo ambiente biológico e social, onde seriam realizadas as mais elevadas possibilidades de existência humana*. E o último acreditava que o *homem, ciente de que a construção de seu habitat era a tarefa de que haveria de enfrentar – por estarem acabando o ar, a água, o equilíbrio e as condições de vida –, já estavam se esforçando tentando recriar as condições vitais, criando novas coisas* (VEJA, 1970p).

No limite, esperava-se o mesmo do *homem* em relação à natureza: não uma postura passiva objetivando preservá-la, deixando-a intocada, e sim uma ação que pudesse conciliar a necessidade do progresso humano com a manutenção daquela, contanto que a subordinando a seus interesses. Assim, *dentro de alguns anos, talvez no começo do século XXI, o homem*

poderá ver, no lugar da atual grande floresta amazônica, o extraordinário paraíso tropical onde a civilização conseguiu pela primeira vez harmonizar a natureza com o progresso (VEJA, 1970k).

Mas, enquanto alguns conferiam ao *homem* a habilidade para *harmonizar a natureza com o progresso*, muitos outros duvidavam rigorosamente do tal condão. A começar pelas próprias cidades – seu *hábitat* cada vez mais legítimo –, o *homem* parecia passar ao largo de replicar a tal *mentalidade científica* que o faria mais capaz de lidar com o dilema do progresso.

As notícias causavam alarde; primeiro, pelos vaticínios populacionais: *em termos do fatídico ano 2000 as perspectivas tornam-se arrepiantes, três bilhões de pessoas viveriam nas cidades, mais de 50% da humanidade (VEJA, 1970p)*. Embora se tratasse de previsões, os efeitos da migração às cidades e da urbanização já se sentiam à época.

Além da *febre de progresso que se* alastrava nas grandes cidades brasileiras, por onde, em busca de soluções para o problema do crescimento populacional, *da noite para o dia* rasgavam-se *avenidas*, erguiam-se *viadutos*, alteravam-se *os cursos dos rios* etc., mas que, no final do dia, *as soluções transformaram-se logo em problemas ainda mais graves (VEJA, 1973i)*, difundia-se, também entre as pessoas, maneiras para *suportar o atordoante way of life metropolitano*, pelo menos para aqueles que podiam bancá-las; as notícias destacavam que *nas principais cidades brasileiras*, uma das formas de solucionar o mal-estar urbano era buscar *loteamentos situados a quilômetros do centro da cidade, onde o homem urbano brasileiro* poderia, no mesmo golpe, afastar-se da densidade do centro urbano, *(re)descobrir antiquíssimas novidades como o sol ou o canto dos pássaros de dentro de uma área cercada por muros altos, com guardas armados no único portão de entrada, para impedir a incursão de indesejáveis (VEJA, 1974k)*.

De todo modo, o que ora estarrecia sobremaneira o *homem* vinha tipografado nas capas do semanário de muitas maneiras, mas podia ser sintetizado, *grosso modo*, por um excerto que considerava a possibilidade da inabilidade do mesmo *homem* em lidar com tamanho dilema naquele presente, comprometendo, assim, o futuro; *um futuro* que poderia *ser cinzento e absurdo: era a década que, para o bem ou para o mal, seria lançada a sorte da maior e última reserva natural do planeta* e, quiçá, do próprio *homem (VEJA, 1970k)*.

Sorte lançada, tão logo o semanário noticiava um futuro potencialmente malfadado; em um deles comparavam-se os acordos bélicos aos dos recursos naturais; sustentava, pois, que o *homem* avançara *tanto em termos de destruição, poluição e guerras, que era obrigado a sentar-se em volta de uma mesa para chegar a acordos sobre a não-proliferação de armas nucleares em igual prioridade com quem discutia a qualidade do ar que respirava (VEJA, 1971g)*. Em

duas outras edições, a ênfase dedicada aos desfeitos do *homem*, parecia querer antecipar a sentença de um futuro malfadado.

A primeira, surpreendia-se com os dados de *todos esses ecologistas, botânicos, naturalistas e outros profetas do caos* que demonstravam *que o descaso, o desprezo e a ânsia de destruir* – consequências da *burrice, a cobiça, a cegueira histórica do brasileiro no trato de suas plantas* – equivaliam e até superavam *tanta vastidão de recursos naturais*: “[...] se não forem tomadas rápidas e eficazes medidas protetoras, toda a riqueza brasileira será inapelavelmente perdida” (VEJA, 1973t), alertava o paisagista Roberto Burle Marx. Para ele, a *devastação da flora, que se acentuava de dia para dia* significava *um atentado da humanidade contra as fontes de vida e a destruição das gerações futuras*; a acusação se assemelhava a outras: *o homem moderno ter associado o cimento e o asfalto à ideia de progresso* (VEJA, 1973t). Tal como a primeira, o vaticínio da outra reportagem ressaltava o risco existencial: “[...] se não fizermos alguma coisa dramática a respeito do controle da população e preservação do meio ambiente, e não fizermos isso agora, não há esperanças de que a civilização sobreviva” (VEJA, 1974b).

Outrossim, todos os alertas pareciam querer evidenciar aquilo que pode ser considerada a tônica desta primeira metade da década: o modo como o presente afiançava o futuro pelos seus equívocos; o que trazia a reboque, todavia, uma questão que não era nova ao *homem*, aquela que o fazia confrontar consigo mesmo, ou melhor, com seus próprios limites, com sua finitude; afinal, tal como exposto no semanário, perguntar-se-ia se seria possível ao *homem encontrar uma saída para o grande dilema do crescimento infinito num mundo finito* (VEJA, 1974b).

1975-1979: teria o futuro válido a pena?

A segunda metade da década foi permeada e retratada pelo semanário, principalmente, por dois motes que pulularam em suas capas desde os anos precedentes – o do progresso e da liberdade/democracia –, como também por outra temática ora incipiente, mas que passaria, gradualmente, a atrair os holofotes midiáticos – e da sociedade, por conseguinte: o das dinâmicas econômicas.

As asserções em torno da economia permearam, basicamente, as desconfianças e o entusiasmo ocasionadas pela *discussão sobre a convivência da economia brasileira com os capitais externos*, os quais, à época, eram corporificados pelas empresas multinacionais; o então presidente brasileiro admitiu a dificuldade em aferir o *potencial*, para o país, dos *novos protagonistas singulares* no cenário mundial, *as grandes empresas multinacionais*, que, *para*

o bem ou, talvez, para o mal, ainda não lhes era dado avaliar (VEJA, 1975c). Para os críticos mais contundentes da entrada de tais empresas no território e na economia nacionais, tratava-se menos de focalizar a questão nas multinacionais em si, mas de ter em conta os *abusos do poder econômico, as pressões e as distorções que grupos internacionais, muitas vezes coligados a empresários brasileiros, poderiam cometer, causando dificuldades a empresas brasileiras e, inclusive, prejudicando a própria política econômica do governo (VEJA, 1975c).*

Posteriormente, a pressão do capital estrangeiro nas fronteiras da economia brasileira voltaria a cobrar do governo um posicionamento a esse respeito; naquela altura, o debate apelou aos argumentos político-ideológicos: *o receio era a estatização completa da economia, porque desse modo, acabaria a democracia; caso houvesse uma estatização generalizada o país iria para outro regime, exatamente o regime que ele combatia (VEJA, 1976f).* Em outras palavras, *a centralização da economia pelo estado tenderia a descambar para o socialismo (VEJA, 1977i).*

Não obstante o espectro do socialismo tenha servido para advogar em favor da abertura econômica, os enunciados davam a ver que os ideais de democracia e de liberdade não cessavam de circular nos debates da sociedade brasileira. Tais enunciados abundaram nas reportagens principais do impresso: “[...] é que hoje se torna fundamental flexibilizar o sistema no Brasil, fazendo com que os diferentes grupos de opinião possam se manifestar através dos partidos” (VEJA, 1975d); “[...] a liberdade pode permitir excessos, mas, se formos comparar o bem que ela traz aos povos e às nações com os seus eventuais males, chegaremos à conclusão de que o saldo em favor da liberdade é bem maior” (VEJA, 1976a); “Está começando, portanto, apesar de todas as dúvidas, objeções e ceticismos, mais um esforço partidário em busca da distensão política e da democracia plena” (VEJA, 1977c); “O mal que dizima e amargura a nação tem só um diagnóstico – ausência de democracia” (VEJA, 1977h); e, por fim, toda essa circulação enunciativa parecia ser *senal de novos tempos, certamente; afinal, mesmo os três mais fechados regimes militares da América do Sul – o argentino, o brasileiro e o chileno – tinham, naqueles dias, flancos abertos às ideias democráticas (VEJA, 1977j).*

É bem verdade, contudo, que, na mesma medida da tamanha polinização de liberdade e democracia, grandes sobressaltos despontavam sobre ela no Brasil. Diante de diversas manifestações e reivindicações no campo trabalhista, mormente, os governantes passaram a questionar se algumas *distensões políticas* por eles logradas haviam sido demasiadas: a partir das notórias manifestações mobilizadas por lideranças sindicais ocorridas no fim da década de 1970 no ABC paulista, *o país poderia iniciar sua entrada num túnel de retrocessos políticos, sem se saber quando, como e onde estaria a saída (VEJA, 1979c).* Por isso mesmo, um dos

ministros do regime militar advertia que *as liberdades recém adquiridas* estavam *sendo mal utilizadas*, como em *movimentos grevistas claramente exagerados*, ainda que fosse patente a *sensação de que do ato de reivindicar já não resultava os riscos do passado*; acreditava, contudo, que *com o tempo e as novas experiências, as pessoas acabariam aprendendo a usar seus direitos* (VEJA, 1979f).

Doravante, nada imprimia mais enunciados temporais do que a lida do *homem* com o progresso, todavia. Mas, se na primeira metade da década a tônica temporal pautava-se por legar ao futuro os efeitos do afã pelo progresso, àquela altura já se podia testemunhar, pelos enunciados de então, algumas conjecturas mais agudas do *homem* sobre si; uma espécie de arrependimento, de nostalgia em face das consequências do desmedido progresso atrelado ao crescimento urbano, sobretudo – possivelmente, por conta dos malgrados efeitos que já eram balizados sobremaneira no presente de tal modo que, afiançá-los somente ao futuro passava ser então insustentável, uma aposta a fundo perdido.

Em duas edições distintas, o semanário convocara os mortos – alguns ilustres e outros anônimos – para embasar sua interrogação acerca do caminho trilhado pela Humanidade; uma questão que punha em xeque a pertinência de parte dos feitos do *homem*; uma indagação quase existencial, pois. Na primeira, à guisa dos mortos ilustres, interpelava seus coetâneos:

Se acaso revissem hoje a cidade que germinou em torno do colégio dos jesuítas, Manuel de Nóbrega e José de Anchieta seguramente se espantariam. Da semente religiosa lançada em 1554 no planalto de Piratininga surgiria o monstruoso aglomerado urbano dos anos 70, uma das sete cidades do mundo com mais de 10 milhões de habitantes na área metropolitana. E os protagonistas e espectadores desse pesadelo moderno são justamente os herdeiros de seu primitivo rebanho. Aos fundadores do que viria a ser uma megalópole, entretanto, talvez ocorresse uma dúvida: teria valido a pena? (VEJA, 1976b).

A reportagem em questão, claro está, abordava outra vez mais o *fenômeno da urbanização intensiva, detectado em todo o mundo*. Àquela altura, todavia, ressaltava que tal fenômeno estava *apenas começando a produzir seus efeitos mais perturbadores*, ou seja, que suas consequências, em que pesasse o vaticínio de piora gradativa, já implicava deveras o próprio presente. *As consequências do fenômeno que em menos de 100 anos transformara em urbano um planeta essencialmente rural*, eram *brandidas por inquietos especialistas internacionais: pobreza urbana, desmoronamento dos serviços públicos, decadência generalizada das cidades, privações culturais nos subúrbios*, eram algumas delas (VEJA, 1976b).

Em outra oportunidade, a revista convocara antepassados anônimos para ora cotejarem os feitos epígonos:

Durante quase cinco séculos, bem ou mal, um povo construiu a sua história. Gerações e gerações de brasileiros ergueram suas casas, plantaram seus jardins, cantaram, construíram confeitarias e templos, palácios e fortes. Alimentaram-se, escreveram livros, subiram a palcos, púlpitos e tribunas, dançaram, travaram batalhas, filmaram beijos de amor. Se ressuscitassem agora, em 1976, como se sentiriam nossos mortos ante o descaso, o desprezo até, com que seus compatriotas vivos tratam suas realizações mais notáveis? (VEJA, 1976i).

Em tal caso, embora o mote da reportagem não abordasse o progresso diretamente, tratava de uma de suas consequências mais cabais: o modo como o patrimônio histórico do país era vilipendiado, em grande medida, pela verve do *homem* pelo progresso. Assim que, novamente, a mesma reportagem mobilizava outro morto a fim de convidar o leitor a imaginar *o espanto de Tomé de Sousa, governador geral na Bahia em 1549, ao procurar a delicada igreja de taipa que mandou erigir na parte mais alta da cidade que se chamaria Salvador. O sólido monumento, concluía o texto, fora sumariamente demolido com a cumplicidade do bispado em 1933 para dar passagem ao progresso, isto é, aos bondes da Light* (VEJA, 1976i).

No limite, o recurso argumentativo de que ambas as edições lançaram mão parecia operar como uma espécie de topologia ucrônica, com o fito de problematizar os efeitos do progresso implicando, então, a história, os mortos, o passado, avizinando, pois, o presente do passado, os coetâneos de seus antepassados; diferenciando-se, assim, do modo de arguir pelo qual lança luz aos cenários futuros, às projeções, aos vaticínios mais distópicos acerca do porvir ou da geração vindoura.

1980-1984: moldar o futuro (e ajustar o presente)

Os anos de 1980 irrompem suscitando anseios bélico-nucleares apocalípticos que provavelmente acarretariam curiosidade naqueles que, contemporâneos da atualidade e cientes dos eventos passados, puderam verificar a lassidão da URSS. Na ocasião, *a guerra fria, subitamente, voltava a marcar o tom da política mundial, como nos anos 50 – e o mundo começava, assustadamente, a vaticinar que talvez não atravessasse a década de 80 sem que seja ferido o grande conflito que vem sendo adiado desde 1945* (VEJA, 1980b). Em outra ocasião, a própria reportagem reconhecia a demasiada circulação da ameaça da *guerra nuclear* que saíra dos manuais de ciência para explodir diariamente nas manchetes de jornais daqueles anos, como jamais ocorrera antes da década de 80. A atemorização diante da possível extinção difundia-se de tal modo que levou tanto um reconhecido *astrofísico americano* lembrar o mundo que *as cinzas do capitalismo* seriam iguais às *cinzas do comunismo*, quanto um

violinista israelense, *um dos grandes virtuosos vivos resumir a inquietação do homem comum: só quero ter um futuro* (VEJA, 1984a).

De qualquer forma, talvez não fosse em vão, à época, a especificidade do anseio pelo futuro ou, pelo menos, sua maior circulação afirmativa – *só quero ter um futuro* – em um momento que nem de longe oportunizara a maior atribulação bélica político-ideológica. Decerto não se apregoa, aqui, que, em algum momento da história, as pessoas não quiseram (ou quiseram menos), assegurar sua existência ou seu futuro – ainda que seja problemático replicar, ao passado, uma análise que tome como análoga a lida do *homem* com o tempo, como o concebe e racionaliza o futuro afora no último terço do século XX – período referente ao corte temporal desta investigação e que a avaliza alcunhar *homem* tal qual uma produção subjetiva hegemônica do Ocidente, quando menos.

As sinalizações fáticas dos enunciados de então tangenciavam uma faculdade ímpar ao *homem* para lidar consigo mesmo, com seu corpo, com sua condição social etc.; as ciências lhe outorgavam o condão de moldar tanto a si mesmo como as coisas ao seu redor; por conseguinte, prometiam-lhe a prerrogativa de moldar o futuro.

Sobretudo o *filão da Engenharia Genética* franqueou *um dos grandes negócios do futuro, em torno de uma ciência que redesenharia uma parte daquele futuro*: tal como a *Engenharia Civil* podia construir *prédios*, a *Engenharia Genética* poderia construir organismos; desta feita, anunciava-se pelo semanário que, pela *primeira vez na existência*, o *homem* reconhecia *em si próprio o direito de criar – e, portanto, de explorar – a vida*. Além de outorgar ao *homem* um poder quase ilimitado de manipulação, criação e exploração genética, ainda que incipiente, o célere desenvolvimento da *Engenharia Genética* ao longo dos anos 70 a fizera despontar na *década* posterior *como uma promessa radiante para o futuro; fruto de uma técnica que era, de longe, o mais poderoso instrumento que o homem jamais tivera nas mãos, desde a liberação das forças do átomo, para moldar seu futuro* (VEJA, 1981i).

Outra área da *fascinante revolução tecnológica* ocasionada nos primeiros anos da década de 1980 que já oferecia *os resultados mais imediatos* era a *dos computadores*. Tais *máquinas* encontraram *um campo cada vez mais amplo ao suplementar a ação humana*. Assim, *como resultado do casamento entre as telecomunicações e a informática dos computadores*, o *cotidiano do homem* estaria *a caminho de conhecer espetaculares alterações nos anos por vir* (VEJA, 1980a). Ainda sobre a área da computação, noticiava-se a entrada do *homem naquilo que começava a ser chamado de micromilênio: um futuro moldado, impulsionado e comandado, até onde a vista alcance, pela microeletrônica* (VEJA, 1981e).

O poder dos avanços tecnológicos mostrava-se tamanho que transcendeu a esfera comezinha do *homem* para eclodir na contenda político-econômica das nações; não por acaso, *a principal ameaça à então supremacia do capitalismo americano* advinha não de países socialistas, mas do também capitalista Japão, o qual, para mostrar suas *ambições de provar que poderia funcionar melhor*, apresentar *mais soluções para os problemas e ter maior capacidade de transformar o mundo contemporâneo*, tornou-se *a primeira potência industrial do século XXI*, cujo *passo decisivo* foi *conquistar uma posição imbatível no campo da alta tecnologia baseada na eletrônica*. *Através dela*, ganhou *volume uma estonteante revolução, provavelmente a mais vital de todas as que poderiam alterar a vida do homem moderno pois sobre essa disparada tecnológica, e o progresso econômico daí decorrente*, construía-se *os alicerces de uma nova civilização, mais capaz, com isso também, de moldar o futuro* (VEJA, 1982e).

Defronte e de posse de tantas ferramentas capazes de moldar o futuro, quiçá instigou o *homem* a se incumbir, antes de entrever o futuro, da responsabilidade de corrigir e consertar parte das falhas e dos equívocos que cometera e ora fora diagnosticado, seja vaticinando o pior dos mundos para a geração por vir – ou até mesmo sua extinção –, seja mobilizando os mortos para cotejar seus feitos com as expectativas do passado, ambas mirando a possibilidade de atuar no próprio presente. Assim, diante do constantemente temerário problema da superpopulação, creditava-se ao *homem* o condão de modificar o presente: “[...] ainda há tempo para que o Brasil implante uma efetiva política de planejamento familiar e escape ao destino da China e da Índia – mas não muito” (VEJA, 1983i). Anos antes, sobre o mesmo problema populacional, o semanário imputava ao *homem* totais faculdades para arreglar a complexa questão, como se dependesse menos da capacidade e mais da vontade: *gostando ou não, as sociedades do final de século XX* “[...] terão um dia de agir sério para limitar suas populações a números compatíveis com seus recursos – não se tratando, aí, de uma escolha ideológica, mas sim de um princípio de lógica” (VEJA, 1981a).

O *homem* e a ciência pareciam consubstanciados de um modo que, se não inédito, ao menos de uma forma que os realçava a um patamar de incontestada capacidade e potencial tanto para moldar o futuro, quanto para arreglar os limites a ele endógenos ou exógenos. Como bem sintetizou uma das reportagens do semanário, *sempre que o homem se baseou na ciência, tornou ele mesmo mais inteligente*. *E, pelo que se sabe até agora, o homem estará condenado a resolver sozinho não só os problemas da natureza como também os que inventou; afinal, o homem arrisca-se mais pelo mau desenvolvimento de sua sociedade que por fatores cósmicos* (VEJA, 1982b).

De todo modo, talvez por isso algumas reportagens no campo da educação passavam a ganhar destaque de capa: pela via da informação e do conhecimento, poder-se-ia moldar não só o futuro da Humanidade, mas o cotidiano das pessoas. No Brasil, por exemplo, *a progressiva rendição dos nativos aos encantos do inglês era favorecida pela certeza de que conhecer esse idioma contaria pontos decisivos na luta por bons empregos; o inglês era condição necessária para o brasileiro progredir* (VEJA, 1983h). Em outra ocasião, a edição do semanário que tematizava o ano em que o vestibular universitário inaugurava *a era da informática* concluía que *trabalhar com computadores era a receita perfeitamente viável para conciliar vocação e segurança*, corroborada por alguns jovens que acreditavam que *a informática iria garantir o futuro de muita gente, um futuro melhor que o de outros profissionais* (VEJA, 1983j).

Outrossim, a primeira metade da década poderia ser reconhecida por uma espécie de torção no que se refere aos anunciados limites do *homem* do fim da década de 1960 até meados da de 1970. Mais que lançar mão do ainda incipiente condão de moldar o futuro, ou, provavelmente, por conta disso mesmo, este início de década logrou ao *homem* a possibilidade de engendrar uma espécie de ilimitabilidade em predicados finitos do seu organismo ou dinâmicas sociais.

Esse esgarçamento dos limites da finitude podia ser verificado, no processo de *miniaturização dos computadores, capaz de produzir um processador com 64 000 transistores* – que levaria *a vida humana a modificações tão profundas e espetaculares que o homem ainda não é capaz de compreendê-las direito* (VEJA, 1981e); em operações eletrônicas por onde se acionava *telefonicamente o computador que controla saldos na sede bancária* ocasionando, primeiro, uma *desinvenção do dinheiro e para a santificação do crédito* (VEJA, 1980a) e, depois, pelo advento de um *pequeno pedaço de plástico que literalmente substituía o dinheiro do bolso pelo ideia do crédito, que exorcizava para sempre o fantasma da ideia infantil de que não se poderia comprar uma coisa devido à falta de dinheiro à mão; com um cartão, caneta e tinta, comprava-se tudo* (VEJA, 1982d); e, por fim, o campo da biociência, no qual já se podia sonhar com *o retardamento da velhice, ou prolongamento da juventude, algo que se delineava com razoável clareza para o futuro* (VEJA, 1980a), ou já *realizar a esperança de ficar mais belo e manter-se jovem* (VEJA, 1981b) e, enfim, somada à *Medicina, à Biomecânica, à Psicologia, à Genética e à Eletrônica*, formava-se *um conjunto que, visando o mundo do esporte olímpico, contava com avanços tecnológicos sem precedentes que empurravam efetivamente o atleta um passo além dos seus limites humanos* (VEJA, 1984e).

1985-1989: futuro, do recuo ao entusiasmo colossal

Provavelmente nada resumiria melhor a segunda metade da década de 1980 do que um excerto da edição de agosto de 1985, a primeira toda dedicada à então quase desconhecida e aterradora epidemia da Aids:

É muito curioso que às vésperas do século XXI, um tempo que se aproxima cercado de utopias anunciadoras de maravilhas técnicas e conforto material sem precedentes, para não falar em tolerância e liberdade de costumes, o mundo se veja invadido por um vírus que ameaça jogá-lo exatamente na porta contrária e fazê-lo recuar nos séculos. (VEJA, 1985b).

Depois de um começo de século promissor, a Aids parecia imprimir no *homem* algum resquício de hesitação e ambivalência sobre as promessas científicas: *a verdade é que vivia-se um tempo de ilimitada crença na ciência, e as maiores apostas eram de que em breve se encontraria a cura ou uma vacina contra a Aids*, diagnosticava a reportagem, mas não a impediu de interrogar o desalentador oposto: *mas, e se isso não ocorrer? Neste caso, abrir-se-ia espaço para um sem-fim de especulações, cuja face mais suave seria aquela em que incorreria uma revolução nos costumes, com a volta ao puritanismo e à confusão entre sexo e castigo*. E, no pior dos cenários, *seria a de cidades inteiras devastadas pela doença, como a Veneza do século XVI, que, entre 1575 e 1577, perdeu 50 000 habitantes num surto de peste bubônica* (VEJA, 1985b).

A doença transformava-se exponencialmente em um *problema de proporções mundiais*, e qualquer *pessoa com a mínima capacidade de ora enxergar um pouco à frente* poderia entrever que se tratava de uma *doença com o potencial para se transformar na pior coisa que a humanidade já experimentou em todos os tempos*. Diante de tamanha gravidade e impotência em conter o avanço das infecções e das mortes decorrentes, a reportagem intentava alertar, ao menos, ao risco de se criar intolerância e discriminação contra os infectados; ressaltava que *a ignorância, o preconceito e a falta de compaixão não ajudariam em nada na detenção de uma epidemia: a história e o simples bom senso* haveriam de ensinar *que o que se devia combater era a doença, e não o doente*; afinal, *concluía não haver notícia de um vírus que tenha sido exterminado pelo ódio a uma minoria, ou pelo estigma lançado contra o paciente* (VEJA, 1985b).

A impotência da ciência e do *homem* diante da nova doença acabou por dar o tom nada ufanista aos enunciados temporais das reportagens de capa. Tônica que começou a se alterar pelo *chute inicial dado pelos cientistas que colocaram em marcha estudos que deveriam resultar, até o fim do século*, em uma *transformação radical da paisagem do planeta*: com o característico entusiasmo que rareava nas edições passadas, o impresso assegurava o tamanho da revolução gerada pelos supercondutores – eles seriam, *para a década de 90, o que foram o*

transistor para os anos 50 e o microprocessador para a década passada: naquele momento, de novo, não havia limites para o homem (VEJA, 1987j).

Mas, enquanto os supercondutores apenas esboçavam uma melhora no ânimo do *homem*, dois outros acontecimentos determinaram de vez o resgate do entusiasmo e das expectativas; em última instância, recuperaram e redimiram o próprio futuro.

O primeiro deles dava conta de *uma elite de pesquisadores que, recrutados entre os cérebros mais poderosos e criativos da comunidade científica internacional, redesenhava, às custas da IBM, o futuro não apenas da empresa, mas da própria ciência naquele fim de século. Por conta da intensidade das sinapses no cérebro de seus cientistas mais criativos, a IBM estava ajudando a mudar a face não apenas da empresa mais lucrativa do mundo, mas, certamente, estava moldando o cotidiano do futuro; o então momento da maior empresa de computadores do mundo era o de preparar o caminho para o futuro, rumo ao ano 2000 (VEJA, 1988c).*

O outro, referia-se a uma dinâmica eminentemente econômica que se tornava imperativa naqueles anos; a descentralização do Estado, a abertura comercial, as investidas do capital estrangeiro etc. – em suma, o combo *laissez-faire, laissez-aller, laissez-passer* –, tudo isso se materializava, em grande parte, com o anúncio da criação da União Europeia, momento da queda de *todas as barreiras: as barreiras comerciais, industriais, de circulação de pessoas, de serviços, bens e capitais*; em resumo, tudo o que até então se confundia *com a invenção chamada país*. Eis que quase no fim da década de 1980 o *entusiasmo* voltava a ser *grande* – e a *aposta no futuro* voltava a ser *colossal* (VEJA, 1988e).

1990-1994: o futuro marcando passo (verve retrotopológica)

Iniciava-se a década de 1990, e nenhum eufemismo era capaz de amenizar a trágica situação econômica brasileira; para o Brasil, ao menos, a aposta em um futuro colossal no encalço da economia era algo intangível naquele momento. Quiçá, sequer uma miríade de capas seria suficiente para dar conta de tanta frustração; uma das reportagens comparava a situação do país com a dos EUA pós quebra da Bolsa em 1929: pairava um *sentimento de perda e ansiedade de que, num futuro que não se sabia quando ou até se se materializaria, fábricas fossem fechadas, empresas quebrassem, o desemprego atingisse níveis colossais* etc. (VEJA, 1990a).

Em que pesasse que o país passara *do autoritarismo para a democracia, que se votara uma Constituição, que havia liberdade, partidos e sindicatos e um maior espaço para o exercício da cidadania* – somada à *capacidade praticamente inesgotável da sociedade brasileira de se adaptar a situações surpreendentes e difíceis* –, na imagem que os brasileiros

ora faziam *de seu país*, segundo a reportagem da *Veja*, houvera *uma corrosão progressiva de sonhos e esperanças*, a ponto de fazer *com que a esperança no país do futuro, na grandeza nacional, viesse se desgastando* ao passo *da decepção ante a promessa não cumprida de um país de progresso e bem-estar*; no limite, as promessas de *um país de mudanças, pacotes e planos em profusão* permanecia, no entanto, *o mesmo país de outrora, marcando passo* (VEJA, 1990a).

Outra edição do mesmo ano, embora menos complacente com o contexto brasileiro se comparada à reportagem supracitada, *entrevia uma saída*. Faticamente, o antes país do futuro havia ficado no passado: dizia-se ser *um drama único no século XX*, pois enquanto *o mundo desenvolvido* caminhava *para um lado, o do progresso, o Brasil* deslizava *para o outro, o da estagnação e do atraso*. Àquela altura, *o Brasil não podia mais ser chamado de país do futuro, senão de a grande vítima do presente* (VEJA, 1990c). Apesar de tudo, iniciava, daí em diante, uma certa insistência do impresso que dizia respeito menos para o fato de constantemente frisar a existência de uma solução, e mais em discernir qual era ela: para a reportagem, pois, *seria possível romper com o passado e criar uma sociedade onde todos se sentissem tratados como cidadãos iguais*, mas, para tanto, *o país precisaria de uma utopia que o fizesse caminhar* (VEJA, 1990c).

Mesmo sem explicitar muito o que seria a tal utopia que alavancaria o Brasil rumo ao futuro, a reincidência da proposição despontaria meses depois:

Certamente, ainda há espaço para idealismo nos anos 90. Mas as causas não são tão interessantes. Talvez falte alguma coisa mais forte para os adolescentes acreditarem. além da conveniência de defender as baleias e a Mata Atlântica. [...] Nos anos 60, a geração que chegava às portas do mundo dos adultos tentou viver uma nova ética e fracassou. Nada aconteceu depois disso. [...] O que pode estar faltando é um sonho qualquer, uma utopia. A geração dos pais deixou na estrada um pacote de maus exemplos e outras invenções muito boas. Talvez a sua contribuição mais importante para os filhos seja ensinar-lhes o caminho perdido do idealismo. (VEJA, 1990f).

Neste caso, ao que parece, a responsabilidade pela situação do país era repartida com a jovem geração de então. Uma geração que, por *ser mais realista* – e, *por isso*, preocupar-se mais *consigo mesma* –, *não estava mais interessada em mudar o país*, contrastando com a *geração de 1960*, que sempre *procurava uma solução política e social para seus problemas* (VEJA, 1990f). Se era certo que a responsabilidade passava a ser dividida entre as gerações, também seria correto que quem a estava repartindo era justamente a geração anterior à de 1990, ou seja, eram os próprios genitores desta juventude que lhe outorgavam a incumbência de alguma movimentação, implicação, utopias.

Ademais, os enunciados dos primeiros anos da década davam a ver, novamente, mais uma formação topológica do *futuro do pretérito* do que uma topologia *do futuro do presente*; isto quer dizer, pois, que os enunciados da época faziam emergir, no presente, uma discursividade atracada mais aos ideais ou fabulações de futuro de outrora – geralmente frustrados –, do que às projeções e prognósticos de futuros que, ocasionalmente, adviriam dos acontecimentos do presente. A discursividade do semanário se remetia, frequentemente, àquilo que era abundante no passado e rareava no presente, comprometendo, sobremodo, o futuro; eis o jogo discursivo-temporal dos primeiros anos de 1990.

Outros acontecimentos da década, porém, engendrariam um reequacionamento nas formações discursivo-temporais, no momento em que até mesmo as referências aos ideais de futuro do passado minguavam no semanário a ponto de dar lugar, tão só, às nostálgicas menções das qualidades de um tempo que não existia mais, salvo como reminiscência. Embora tais menções ao passado pululassem pelo semanário, caso de posse de um sismógrafo que aferisse as *retro-topologias*, possivelmente a edição que mais referências fez a reminiscências de um tempo passado foi a que tematizou as mutações no campo do trabalho em um mundo que ora girava bem no cerne da roda do processo de globalização:

No passado até que era fácil. O cidadão, com o seu canudo universitário debaixo do braço, conseguia emprego em alguma firma, ajeitava-se na escrivania e esperava pela promoção por tempo de serviço. Trabalhar na firma não era complicado. Não se gastava neurônio, porque pensar era tarefa do chefe. Não havia risco, porque as decisões fundamentais vinham do patrão e toda a tribo apenas obedecia. As exigências eram poucas. Esperava-se do funcionário que se vestisse adequadamente, fosse assíduo, pontual e cordato. Se ele falasse inglês, era ilustre erudito. Nessa firma tradicional, o inglês era tão útil quanto o iídiche. Esqueça essa firma em preto e branco, porque ela acabou. Esqueça também esse tipo de emprego. Nos últimos quinze anos, as empresas mudaram tão radicalmente que os especialistas em administração se referem a esse período como anos revolucionários. (VEJA, 1994e).

O mundo do velho emprego estava acabando, entrevista a reportagem; por mais difícil que fosse para os coetâneos de então, o conceito de emprego *para toda a vida que impregnou a experiência dos pais e avós* daquela geração estava fadada *ao desaparecimento*. Naquele novo mundo transnacional e de economia globalizada, *intensificou-se a competição*, e mesmo aqueles *acostumados a um ninho mais macio, tiveram de entrar na corrida para não desaparecer* (VEJA, 1994e). Em outra oportunidade, reconhecia-se que o *diploma de uma faculdade de renome, a competência específica numa área e a opção por uma carreira tradicionalmente bem remunerada já não garantiam um bom emprego*; ele estava reservado *a quem possuía energia e disciplina para seguir as constantes mudanças de rumo* provocadas pela nova dinâmica econômica globalizada (VEJA, 1993f).

A verve *retrotopológica*, por assim dizer, deu ensejo, outrossim, à religiosidade recuperar alguma visibilidade – menos para elucidar ou superar os limites do *homem* do que para o acolher diante do contingente – que a ciência, há muito, monopolizava: “A ciência e a vida moderna cuidaram de esvaziar esse céu mágico. O mundo [...] desencantou-se. A religiosidade, no entanto, continua sendo na alma humana o mesmo lago plácido onde o homem busca repouso nas horas de sofrimento extremo” (VEJA, 1991i). Em ocasião parelha, o diagnóstico foi o mesmo: a marca da ciência no período, em um *século que foi marcado pelo progresso espantoso da ciência e do deslumbramento diante dela*; o prognóstico, por sua vez, peculiar: “[...] Boa ou ruim, a tecnologia foi a dona da cena neste século e a tendência natural agora é que venha a recuperação do Eu e de seus mistérios [...]” (VEJA, 1990e).

1995-1999: o futuro chegou; e agora?

Depois dos primevos anos de globalização, o Brasil parecia, enfim, marchar com alguma confiança – menos pela pretensa não tão distante de efetivar, no presente, sua conferida qualidade de *país do futuro*, do que por ter em mãos o mapa/roteiro que o direcionaria ao futuro, cujas coordenadas foram estabelecidas pelos imperativos das novas dinâmicas da economia globalizada. De qualquer forma, os enunciados do impresso davam a ver que, embora árduo, o curso rumo ao futuro dependia, mormente, de passos atinados às tais coordenadas. Na trilha das diretrizes do mapa, por uma delas o Brasil não apenas se atinha no tino, como já havia adiantado os primeiros passos: “Com esforço, e um grau de alta ansiedade, os brasileiros estão deixando o seu isolamento para entrar nessa corrente” (VEJA, 1996d); uma das coordenadas da economia globalizada era entrar na roda do mercado globalizado, baixar fronteiras comerciais, angariar mercados para exportar etc. Tal *ginástica* podia ser *cansativa e dolorida*, observava o semanário, *mas para ingressar no futuro sem comer poeira ou ficar no passado, não havia outra maneira.* (VEJA, 1996d).

Constava, ademais, que os *economistas e especialistas* ouvidos pelo periódico eram *quase unânimes* sobre a *inserção do Brasil no processo de globalização* ser irreversível; além dos *compromissos externos a cumprir e uma dependência externa de componentes básicos, como petróleo, trigo e tecnologias* cruciais, o país sequer era *autossuficiente em comida*. Assim, o semanário ressaltava, novamente, a necessidade do país em seguir as diretrizes da nova economia: *por mais assustadora que pudesse parecer, não era* – acalentava a reportagem; afinal, “[...] a maioria dos países aprendeu a conviver no mundo global e tirar proveito dele adquirindo bens, capitais e tecnologias onde eles são mais baratos, em benefício do bem-estar

de seus cidadãos” (VEJA, 1999b). Restava ao *Brasil encontrar o lado certo de montar o potro selvagem da globalização* (VEJA, 1999b).

Naquele momento, mesmo as críticas ao presente ou as reminiscências mobilizadas para admoestar as atribulações e as vicissitudes das dinâmicas do mundo globalizado despontavam envoltas por algum eufemismo, se comparadas aos anos anteriores: noticiava-se, por um lado, que o *mundo que* emergia era *de empregos escassos e mais complicado para quem* estava *acostumado a receber contracheque no final do mês e planejava se aposentar trabalhando na mesma empresa a vida toda*; mas, por outro lado, tal cenário era mitigado, pois seria, ademais, um mundo menos *monótono e mais instigante* e que engendraria, além do mais, *novas formas de trabalho* (VEJA, 1996c).

E ainda que *o esforço dos brasileiros para entrar no vagão da modernidade* fosse notável, com as *pessoas grudando-se à tela do computador e debruçando-se na Internet – como numa janela para o futuro –*, o diagnóstico dava conta de que *o Brasil*, ainda sim, permaneceria diante *de um futuro desconhecido*, na iminência *de recessão e do fantasma da inflação* que poderia *reencarnar* a qualquer momento; era inexecutável, ressaltava a reportagem, a possibilidade de *o Brasil escapar ileso do clube global, cujo ingresso, como bem se observou, fora buscado com sofreguidão nos últimos anos da década; período em que fizera sacrifícios enormes para se adaptar às regras – e seguir as coordenadas do mapa – do novo jogo econômico planetário, o único ensaio para a entrada no novo milênio*; um dos imperativos/coordenadas da economia à época era levar a cabo as privatizações das empresas estatais, processo que redeu, ao fim e ao cabo, *mais de 100 000* desempregados. Na *economia globalizada*, pois, seria de bom grado *que o país se acostumassem com tais reações desmesuradas vindas de fora, da selva financeira global* (VEJA, 1999b).

Apesar de tudo, já se podia melhor diagnosticar as mazelas humanas em meio ao mundo globalizado; o que estava *angustiando as pessoas, os governos, os empresários* etc. era um *mundo marcado por corporações economicamente mais fortes do que países, a quem cabia, portanto, a decisão de dar emprego ou tirá-lo*. O futuro parecia ter chegado de modo célere e vertiginoso, explanava o semanário: *a mudança econômica dos anos 90 fora rápida demais, drástica a ponto de causar tontura. Com as informações correndo pela internet, as bolsas de valores conectadas e interagindo etc., preocupações desconhecidas há dez anos passavam a fazer parte do cotidiano da época* (VEJA, 1999f).

De todo modo, enquanto o Brasil padecia para alcançar o futuro à guisa da economia globalizada – um futuro aparentemente próximo e já presentificado nos países desenvolvidos – , o campo da tecnociência, por sua vez, já havia apregoado a chegada do futuro, sobretudo pelo

advento, disseminação e popularização da Internet – similar, em alguma medida, desta que se conhece na atualidade, haja vista a imprescindibilidade de dois componentes: um computador pessoal e um meio de conexão (na década de 1990, uma linha telefônica).

A biociência, por seu turno, não ficava atrás: com hormônios, deu qualidade, sobrevida e, principalmente, esperança às mulheres no período pós-menopausa (VEJA, 1995g); com comprimidos, tratou de *um dos mais angustiantes, constrangedores e aterrorizantes problemas masculinos, a impotência* (VEJA, 1998a); com uma combinação medicamentosa, fazia gradualmente a Aids sair *da lista de doenças fatais para integrar o rol das moléstias crônicas graves – um alívio sem precedentes na história da doença* (VEJA, 1996f); com estudos e pesquisas, avançou o conhecimento sobre o cérebro – “[...] finalmente estamos entrando dentro do cérebro. [...] o século XXI deverá ser o século cerebral” (VEJA, 1998e); com o *desenvolvimento de drogas conhecidas como estatinas, fez o número de ataques cardíacos diminuir* consideravelmente (VEJA, 1999h); *graças aos avanços da medicina na prevenção e na cura das doenças, fez a expectativa de vida quase dobrar* (VEJA, 1998i); com psicoativos benzodiazepínicos, aliviou o estresse tanto *da dona de casa que não aguentava mais o tédio das tarefas domésticas* quanto do *executivo perseguido pela exaustão constante devido ao acúmulo de trabalho* (VEJA, 1997b); dentre tantos outros, como nunca a biociência fizera em tão curto espaço de tempo, decerto.

Mas o feito biocientífico que mais ganhou notoriedade na segunda metade da década foi, provavelmente, a clonagem de outro ser vivo, a ovelha Dolly, produzida artificial e assexuadamente em laboratório. Enquanto que foi o único feito da biociência no período que mereceu solene menção temporal do semanário, anunciado como aquele que *inaugurou abruptamente o século XXI*; foi também o que fez eclodir anseios de toda sorte, alguns deles tratados na reportagem: sobre ética, vaticinava-se que, *depois dos clones de ovelhas viriam os de outros animais tão ou mais úteis à humanidade, como as vacas e galinhas*; chegaria o dia cuja *inocência perdida com o anúncio da existência de Dolly desaguasse no indizível, no impensável, na suprema arrogância dos mortais: a cópia de um ser humano em laboratório*. Outro prognóstico interpelou os efeitos na estrutura familiar da sociedade: *há um bom tempo tentara-se obter prazer sexual sem gerar filhos*, explanava a reportagem, e *com os bebês de proveta* conseguira-se *filhos sem prazer*; assim, no momento em que se aproximava a possibilidade de *prover filhos sem prazer e sem espermatozoide*, então, *evidentemente, a estrutura familiar num mundo de clones nunca mais seria a mesma* (VEJA, 1997c).

No entanto, a ponderação termitente perante o ato da clonagem referia-se à iminência daquela que seria a quarta revolução antropocêntrica da biografia humana:

As almas mais sensíveis se chocarão ainda muito com a ousadia dos anjos tortos de jaleco branco e suas criaturas aberrantes. A chamada quarta revolução, a da engenharia genética, está apenas desabrochando. Sigmund Freud dizia que a psicanálise era a terceira grande reviravolta na maneira de pensar da humanidade, depois do darwinismo, que tirou o homem da esfera divina e o colocou ao lado dos animais, e do Sistema de Nicolau Copérnico, revelador da verdade de que a Terra não era o centro do universo. A quarta revolução, a revolução de Ian Wilmut, põe a humanidade cara a cara com uma outra dolorida verdade, o indivíduo não é mais sequer único. A ciência poderá em breve produzir dezenas de cópias mesmo do mais egocêntrico dos homens. As três revoluções anteriores cumpriram um ciclo bastante preciso. Causaram repulsa e revolta num primeiro momento. Em seguida, ajudaram a libertar o homem, como só a verdade pode fazer. (VEJA, 1997c).

Qual seria, ou do que o *homem* se libertaria em face da revolução que poria em suspeição sua própria individualidade justo em um tempo em que autonomia e mobilidade imantavam-se a um sem-fim de atuações sobre um *si mesmo* – um eu pensado como um empreendimento, um autogoverno de si –, o semanário, pois, furtou-se de esclarecer; o *homem* libertar-se-ia de si mesmo, fracionaria, diante de cópias, seu ideal de *eu* a ponto de implodir sua forma-subjetiva, poder-se-ia elucubrar.

Mesmo ensejando tanta celeuma, a clonagem pareceu atizar menos seus coetâneos – e o impresso – diante do advento que garantia ser *a maior aventura tecnológica da História da humanidade*, a Internet; desde 1969, então facultado pelas viagens espaciais, o futuro chegava novamente, 26 anos depois. Um fim de século marcado por tantas atribulações e vicissitudes em um espaço-tempo tão diminuto – seja pelas dinâmicas da globalização, pelos adventos tecnológicos, e ora pela iminente quarta revolução existencial do humano, para ficar somente com estas –, decerto guardava singularidades apartadas daquele outro período igualmente atribulado, a segunda metade da década de 1960, e que já havia recepcionado e anunciado a chegada do futuro com pompa pelo semanário – *vejam o que chegou de repente: o futuro* (VEJA, 1969a). Em 1995, por sua vez, a ocasião desta outra anúncio/aparição do futuro foi reconhecida quando um notório cientista do campo da tecnociência, comumente um profeta da área, dizia o semanário, deixou de ser apontado como *um anunciador do amanhã*, simplesmente porque, de súbito, notou que aquilo sobre o que falava há algum tempo não se remetia mais ao porvir, e sim ao próprio presente; se aquilo que antevia presentificou-se, então, dizia-se, foi porque o futuro havia chegado e se avizinhou ao presente (VEJA, 1995c).

A fim de tornar patente as variações temporais que deram condições para a aparição/chegada do futuro em cada época, vale ressaltar, antes, ser no mínimo curioso que uma miríade de feitos e conquistas científicas desde meados da década de 1990 pelo menos, sequer foram anunciadas com as costumeiras ufânicas textuais referenciando-as ao futuro; o que induz a interrogação – anacrônica, por certo –, se tais feitos não seriam anunciados de modo mais

ufanista, solene e com ênfase no porvir do *homem* caso fossem logrados anos ou décadas antes, quiçá.

De todo modo, retomando o intento anterior, se porventura os usos do termo *futuro* – mormente no substantivo – fossem arrolados desde a primeira edição do semanário, ver-se-ia algumas patentes variações semânticas no decurso temporal. Desde 1969, conquanto apregoara-se a eminente chegada do futuro, verificar-se-ia, em quase todas as referências subsequentes, um distanciamento espaço-temporal a ele, ao futuro: “[...] todos os outros homens viram que tinham pela frente o futuro, fascinante, vertiginoso”; “Hoje não se pode dizer o que é um futuro longínquo”; “Loehlin espera construir no futuro verdadeiras réplicas mecânicas das personalidades de seus pacientes”; “Esta humildade sugerida por Gatland é um bom estado de espírito para o homem receber o futuro” (1969a); “Mas, enquanto o futuro não chega [...]”; “A sociedade do futuro deverá ser dirigida por homens de mentalidade científica [...]” (1969d); “[...] era preciso voltar ao Brasil e fazer um plano para agarrar o futuro no novo mundo em formação” (1969f); “[...] a verdade é que o Rio está acordando para o futuro” (1969h); “[...] um futuro que pareceu mais próximo depois da viagem histórica” (1969s); “[...] a democracia brasileira está abrindo um clarão no futuro [...]” (1969v); “[...] conjunto de regras econômicas que levariam o país aceleradamente ao encontro ‘de seu grande futuro’” (1970a).

Grosso modo, o futuro era comumente convocado para fazer as vezes de uma espécie de entidade utópica, algo como um estrato virtual passível de serem alocadas quaisquer fabulações, vaticínios, prognósticos, solenes ou aviltadas, contanto que guardando um vultoso distanciamento temporal; ou seja, se o futuro chegara de repente em 1969, foi mais como um espectro, uma aparição efêmera, mas que, decerto, performou e imprimiu-se, em alguma medida, na racionalidade, nos regimes discursivos de então.

Em um segundo momento, o futuro passaria a se afigurar, gradativamente, menos como um estrato utópico de fabulações longínquas e mais como uma virtualidade uma imagem temporal cada vez mais próxima: “Se o Brasil, ao ‘inventar o seu futuro’, conseguir evitar esses erros, pode alimentar a esperança [...]” (1972k); “[...] o Brasil, através dos tempos, tenha cometido o erro de debitar ao passado os erros do presente, cujas omissões sempre foram creditadas ao futuro” (1972l); “[...] ele sustenta que o homem do futuro construirá sua casa com a mesma facilidade com que hoje se programa um computador” (1973k); “[...] Enquanto os carros do futuro não vêm, tudo o que se pode fazer é usar adequadamente os que existem” (1975m); “[...] as sociedades do futuro serão basicamente sociedades de classe média” (1975n); “Nem se pode imaginar um futuro de total negação do que as cirurgias proporcionam em segurança [...]” (1976j); “Ele seria, na opinião de seus entusiasmados defensores, o passaporte

seguro para um futuro energético sem problemas” (1978c); “[...] e o retardamento da velhice, ou prolongamento da juventude, é algo que já se delineia com razoável clareza para o futuro” (1980a); “Mas o álcool tomou, definitivamente, o rumo das coisas que vieram para ficar – e o futuro, desde já, não pode mais ser concebido sem ele” (1980p); “[...] um futuro moldado, impulsionado e comandado, até onde a vista alcance, pela microeletrônica” (1981e); “A Engenharia Genética desenvolveu-se aceleradamente ao longo dos anos 70 e entra nesta década como uma promessa radiante para o futuro, em torno de uma ciência que redesenhará uma parte desse futuro” (1981i).

Mais adiante, por vezes o uso do termo futuro deixou de arregimentar as pessoas na condição de sociedade, Humanidade, *homem*, para referenciar algo pessoalizado, individualizado ou privado: “[...] ‘A informática me garantirá um futuro melhor que o de outros profissionais’, constata” (1983j); “[...] Só quero ter um futuro” (1984a); “[...] a máquina de saber, que deve ser a universidade, vai emperrar. Quando isso ocorrer, uma geração inteira de brasileiros estará dando as costas para futuro” (1991b); “Preocupado com o futuro das crianças? Como vão entrar na faculdade, que tipo de emprego conseguirão depois, qual a situação do país e do mundo até lá?” (1992b).

Até um momento em que o futuro parece avizinhar-se sobremaneira ao tempo-presente da época: “O futuro não é o do desenho animado dos Jetsons, do filme 2001 – Uma Odisséia no Espaço ou do seriado Jornada nas Estrelas. Mas é um futuro em que existem o videocassete, o fax e a calculadora eletrônica” (1991d); “Num futuro muito próximo, não conseguirão trabalho nem no caixa do supermercado. ‘No futuro, quem não souber usar computador terá dificuldades até para ser porteiro’ [...]” (1994e); “O futuro chegou” 1381; “Nada saber sobre seu passado genético e, conseqüentemente, sobre seu futuro biológico é um perigo” (1995f); “[...] não há outra maneira de ingressar no futuro. Ou de não comer poeira, ficando no passado” (1996d); “O futuro, de acordo com os especialistas, não é das pessoas que apertam parafusos, mas de quem imagina um novo processo pelo qual os parafusos serão apertados” (1998f); “As pessoas grudaram-se à tela do computador e debruçam-se na internet como numa janela para o futuro” (1999b); “O futuro vem acompanhado de uma competição darwiniana. Só os maiores, mais fortes e mais eficientes sobrevivem” (1999f).

E, se o futuro de fato se avizinhava do presente nos últimos anos do século XX então, não por acaso, a poucos meses do ano 2000 – *como se queria no passado, o ano 2000 era o marco do futuro* (VEJA, 1999i) – o título da então reportagem parecia convocar o *homem* a refletir, quem sabe, sobre sua existência, seus feitos, ou mesmo sobre o que ele faria depois da chegada fática do futuro, depois de sua lassidão – talvez tivesse sido por isso que se arrogou

aos jovens, em meio da década de 1990, a responsabilidade de se criar alguma utopia, algum idealismo, visto que o *homem* já estava diante do fim da história: *O futuro chegou. E agora?*

Agora que falta pouco mais de dois meses para sua chegada, é possível afirmar sem medo de errar: quase todas as previsões de futurólogos e cientistas sobre como seria o ano 2000 passaram longe do alvo. O mundo no começo do milênio, segundo as cabeças que tentaram enxergar à frente de seu tempo, deveria ser terrivelmente pior ou maravilhosamente melhor do que aquele em que vamos acordar na manhã do primeiro dia de janeiro do próximo ano. Ou não seria mundo algum. (VEJA, 1999i).

A reportagem em questão, enquanto tencionava fazer uma recapitulação do que fora vaticinado, fabulado, prognosticado para o fim do século (ainda que, para iniciar o próximo, restasse terminar o derradeiro, o ano 2000), aventava as possíveis causas de tamanha disparidade entre o que fora conjecturado no passado e o contexto do então presente.

Onde e por que erraram os futuristas, questionava o semanário, para, em seguida, explicar: “[...] erraram por deixar sua visão ser moldada pelos sentimentos de sua época. Erraram também por não enxergar os tons cinza, ou seja, por prever ora o inferno, ora o paraíso. A realidade teimou em ficar no meio-termo” (VEJA, 1999i); deduziu-se que *os futurólogos* haviam quebrado *a cara por tentarem adivinhar as tecnologias, os comportamentos e o funcionamento da sociedade do ano 2000 sem que se preocupassem em acompanhar como o mundo em que viviam estava se desenvolvendo* (VEJA, 1999i). Em que pese o fato de os futurólogos *não conseguirem prever a própria extinção* – ironizava a reportagem e tão logo, prosseguia –, *eles deram uma contribuição valiosa à arte de tentar antever eventos futuros: não tentavam mais adivinhar o futuro mais provável, mas traçar estratégias para os futuros possíveis*; descobriram, assim, *o óbvio*, arrematava a matéria: *o futuro tinha de ser construído* (VEJA, 1999i).

Ano 2000: futuro antecipado, porvir imediato

No enalço dos enunciados do semanário, pois, a grande torção ocasionada na década de 1990 – cuja visibilidade se franqueou, sobremodo, no ano 2000 –, foi aquela que tanto imprimiu uma dissociação no que se refere ao uso/noção do termo futuro, quanto a que fez culminar uma variação semântica de futuro que pouco se assemelhava com determinada noção de futuro prosaica na década de 1960, correntemente imantada à ideia de utopia e projetada, cronologicamente, em um espaço-tempo demasiadamente distante, quase intangível – talvez por isso, à época, fosse tão comum se deparar com enunciados que davam a ver o futuro funcionando como uma espécie de fiador dos desatinos, passados e presentes, do *homem*.

No despertar do ano 2000, depois de espoliar o futuro de seu traço utópico – esse estrato virtual das fabulações do *homem*, por vezes distópicas, inclusive, de modo que, aqui, a distopia de modo algum objeta a utopia –,³⁷ mas antes ainda de pensar o futuro como uma noção temporal que foi *presentificada*, tornada quase indissociável do tempo presente, poder-se-ia dizer, quem sabe, que o futuro passara a operar, naquele presente, como espécie de estrato virtualizado e imagético: é como se a noção de futuro ganhasse uma espécie de *topia* performativa no tempo presente, não uma tópica material e espacial, mas uma *topia* operativa no estrato virtual.

Partindo de uma bricolagem conceitual no encaixo do modo como Foucault elaborou a noção de espelho na conferência *Outros espaços* (1967), aqui se tentará montar um paralelo que opera imputando-lhe uma distorção: em vez de objetar utopia e heterotopia, um espelho que performaria imagens utópicas e, ao mesmo tempo, *futurotópicas*, por assim dizer, para manter alguma proximidade semântica.

Seria como se se justapusesse à noção de futuro outro estrato virtual que operasse como uma utopia do porvir no sentido conferido às décadas de 1960-1970, mas pelo avesso, contudo, do ora desmedido distanciamento temporal: o vir a ser (o futuro) não estaria mais alocado em uma acronia, e sim no *quanto antes* (um quase-presente). Seria, no limite, uma espécie de desvio à noção temporal linear, sucessiva e teleológica, de modo que o estrato-virtual *futurotópico* passaria, tão logo, a tensionar e performar o *homem*.

Feitas as primeiras considerações, torna-se impossível não arriscar um avizinhamiento entre o exemplo foucaultiano do espelho a isso que se denominou aqui como um estrato virtual do porvir, ou uma *futurotopia*, para simplificar.

O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. [...] Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. [...] no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe. (FOUCAULT, 2013b, p. 417-418).

Não se trata de fazer caber a fórceps dentro da noção foucaultiana algo que operaria menos como *espaços, alocações e posições*: que *futuro*, lexicalmente, não tem matéria, que

³⁷ “[...] As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais.” (FOUCAULT, 2013b, p. 417-418).

significa lugar ou espaço, isso já se sabe. Mas, de qualquer forma, não deixa de ser tentador avizinhar essa aparente deformação da noção de futuro aqui aventada, que funcionaria mais como um estrato das virtualidades/imagens de si, que não cessa de performar, a uma espécie de topologia virtual.

Em consonância com o argumento foucaultiano do espelho como refletor de imagens utópicas e *futurotópicas*, faz-se necessário complementar o entabulamento semântico do termo futuro, fazendo-o chegar ao ano 2000: “O mouse que ruge da nova economia engoliu o leão da economia tradicional e antecipou o futuro” (2000b); “[empresas da internet] Vivem de seu potencial, do que podem vir a ser no futuro imediato” (2000b); “[Os serviços on-line mais valorizados] vivem da esperança de que no dia seguinte voltarão a ser visitados por milhares ou milhões de pessoas. Neste momento, tais abstrações valem dinheiro” (2000f); “O que conta neste momento é a percepção de que determinado serviço on-line vai tornar-se necessário no futuro para um grupo de clientes fiéis. [...]” (2000f); “[...] todos os meses 100 milhões de usuários [...] fazem pelo menos um ‘pit stop’ no Yahoo! Não é por outra razão que a empresa [...] é vista [...] como uma espécie de portal de entrada para a economia do futuro” (2000i).

Com alguma boa vontade – haja vista certas objeções que serão abordadas adiante –, não é tão difícil apurar, em tais topologias temporais discursivas, uma indissociação que transcende a que coadunaria com o presente e o futuro – ainda que seja possível focalizar lá também –, mas uma que não dissociaria, antes, o futuro das coisas do tempo-presente dos outros objetos, dos lugares.

Retomando os enunciados acima, agora com outras palavras, dar-se-ia a ver, mais do que um estrato/abstração, certa materialidade performando a noção de futuro: seja a mega-aquisição no presente que assombra/antecipa o futuro; seja o valor conferido, agora, ao vir a ser, pois um porvir valorado de imediato; seja a esperança no amanhã (as *abstrações*) que já capitaliza o agora/presente; seja precisar perceber o que seria necessário amanhã por via de aferições precisas hoje (haja vista a *curvografia* algorítmica); seja uma economia do futuro cujo portal é acessado ontem e hoje, por milhões de pessoas.

O futuro, pois, não é mais o que era; aqui, menos porque já não se sabia pensar nele com confiança ao que se induz, como queria o ensaísta francês Paul Valéry,³⁸ mas pelo fato de o futuro não mais operar tão só como um estrato virtual da utopia, mas, sobretudo, operar, à época, tal qual um espelho das virtualidades (estrato virtual *futurotópico*). E até mesmo para

³⁸ Les forces spirituelles. Conferência de Paul Valery em 17 fev. 1937. Disponível em: https://diccan.com/Autres_auteurs/Valery-forces.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

voltar a funcionar como um estrato utópico, necessitava emular, no entorno enunciativo do futuro, um tempo-passado para fazer a utopia irromper de lá, do passado daquele presente, pois, de certo modo, o futuro/utopia como se via operando décadas atrás nas páginas do semanário só teria lugar mesmo como reminiscência. A utopia só se fazia tangível, naquele momento-presente, caso remetido do passado e destinado ao futuro.

A edição de março de 2000 dava a ver tal montagem discursiva, ao discorrer sobre os efeitos da economia globalizada no âmbito do trabalho; *Mais lazer e menos trabalho? Esquece: A tecnologia e os sindicatos prometiam reduzir as horas do batente. Deu o contrário* (VEJA, 2000j), foi a chamada de capa.

Com o avanço da mecanização e da computação nas empresas, somado às crescentes conquistas sindicais, imaginou-se, em meados do século XX, que no fim dele as pessoas trabalhariam cada vez menos e disporiam de um tempo maior para o lazer, as artes, a natureza e a família. Sonho futurista, como aquele segundo o qual os automóveis voariam. As pessoas estão trabalhando cada vez mais, dispõem de menos tempo para o lazer e ficaram mais estressadas. (VEJA, 2000j).

A começar pelo título, *Tempos modernos* – talvez em alusão ao icônico filme de Charles Chaplin que retrata a vida de um trabalhador em busca de se estabelecer em uma sociedade cheia de inovações tecnológicas, mas que não se adapta à atividade repetitiva e às cobranças por produtividade em uma fábrica cujos donos visam aumentar os lucros explorando trabalhadores –, a reportagem, para discorrer sobre as agudas mazelas do então presente – *O expediente das 8 às 5, grande conquista do sindicalismo, já era. Empurradas pela concorrência, as pessoas estão trabalhando cada vez mais*, sintetizadas no subtítulo –, recorria constantemente às utopias do passado. A própria conjugação verbal tinha de se inclinar ao futuro do pretérito – isso não significa que o futuro passou a ser usado somente de tal ou qual forma, mas, ao mesmo tempo, não se pode furtar-se de marcar certos usos incomuns décadas atrás.

No Brasil de Getúlio Vargas, prosseguia a reportagem, os trabalhadores ganharam direito a férias, descanso semanal remunerado e jornada de 48 horas e, na década de 1980, o forte movimento sindical conseguiu implantar na Constituição o teto de 44 horas de trabalho por semana; pensava-se que o futuro seria trabalhar cada vez menos e ganhar cada vez mais. Nada disso aconteceu, lembrava o semanário; afinal o futuro configurou-se ao avesso daquilo: os movimentos sindicais perderam força, a produtividade ideal aumentou vertiginosamente e a tecnologia, embora tenha de fato diminuído alguns afazeres, aumentou outros (VEJA, 2000j).

Trazer novamente à baila antigas aspirações talvez fosse um recurso argumentativo para tensionar o presente, cotejando-o com as utopias do passado. Em todo caso, não deixa de

ser curioso verificar que o termo *futuro* passava a ser mais usado, em tal superfície discursiva, fazendo as vezes de *futuro do pretérito* – ou como heterotopia, como se deu a ver. Neste caso, por fim, parece que os enunciados à guisa do *futuro-utopia* rareavam, talvez porque já soassem distantes e estranhos ao *homem* de então, porque já não cabia no regime discursivo da época, porque reconciliava a fórceps o *homem* àquilo que ele já deixava de ser, que já não lhe pertencia.

Doravante, poder-se-ia objetar, oportunamente, a comedida quantidade de enunciados de futuro para sustentar tais esboços/delineações analíticos, pois. Sobre isso, vale salientar que a pretensa desta investigação nunca foi a de disputar qualquer legitimidade/estatuto de verdade na contenda dos diagnósticos-prognósticos, senão honrar o *modus operandi* procedimental que esta pesquisa tomou de empréstimo: a escrita de uma história outra, partindo de diálogos e inflexões extemporâneos com os valores e os imperativos prógonos, a fim de ser reutilizado quiçá noutro tempo

Assim, se o ora arquivista facultava-se a editar uma história mediante a fragmentação e a dispersão inerentes ao arquivo, então o que se fez possível forjar foi uma topologia que visou apreender e dar a ver as variações e os deslocamentos, diante dos discursos de um arquivo montado e editado, acerca do futuro do *homem* – ou melhor, do que se enunciou sobre o tempo-futuro quando associado diretamente ao *homem*, indivíduo ou sociedade. No limite, aferições de descontinuidades que, embora incipientes, porventura sinalizem algo de que o *homem* se distanciava, deixava de ser – e algo que, por algum motivo, ganhava visibilidade pela razoável recorrência.

INFLEXÕES EXTEMPORÂNEAS

Eu poderia lhes dizer: afinal de contas, eram pistas para seguir, pouco importava para onde iam; importava mesmo que não levassem a parte alguma, em todo caso não numa direção determinada de antemão; eram como que pontilhados.

Michel Foucault (2005, p. 6).

Implicada por um determinado ordenamento estrutural de pesquisa e análise acadêmica – um modo de *conclusão* – que, neste caso, outorga-lhe a responsabilidade de esboçar um entrelaçamento entre os saldos analíticos provenientes das duas camadas operativas do arquivo, a saber, a dos enunciados-empiricidade e dos enunciados-temporalidade, respectivamente, coube a esta investigação não se furtar de fazê-lo, com três condições autoimputadas, entretanto. A primeira, a de fazê-lo como, ainda que à guisa de conclusão, um fechamento incipiente e parcial – quase desprezioso, dir-se-ia –, porém bifurcado: um para desdobrar e facultar mais espessura à conjectura de um governo do porvir, por via de atuações *antropotécnicas* do *homem* sobre si, e o outro para ocasionar visibilidade a uma breve projeção de um *processo de subjetivação* à guisa de quatro reportagens do semanário dedicadas a retratar os jovens em tempos distintos. A segunda condição, a de mobilizar, para tanto, uma miúda parcela dos enunciados da empiria, todavia. E, por fim, a de tentar, pelos desdobramentos deste requerido ordenamento, dar a ver as razões pelas quais se fez necessária a feitura de tal entrelaçamento e o motivo pelo qual ele poderia ser considerado, no máximo, uma conclusão parcial.

Governo do porvir: antropotécnicas *finito-ilimitadas*

Apesar de ainda haver um expressivo contingente de vírus e bactérias a ser derrotado, a verdade é que o grande adversário dos médicos não habita mais o universo microscópico. Ele está personificado no paciente que teima em não mudar a sua forma de viver. Mas quem disse que é fácil seguir o conselho do pessoal de branco? A civilização tecnológica parece ter o objetivo velado de entupir artérias e fazer brotar tumores. A lei do mínimo esforço eliminou até mesmo as manivelas dos vidros dos carros, substituídas por dispositivos elétricos. Os almoços caseiros saíram de cena, para dar lugar às refeições desbalanceadas, engolidas às pressas nos balcões das lanchonetes. E a competição acirrada no mercado de trabalho resulta em expedientes cada vez mais longos, que esgotam física e mentalmente. [...] Pois bem, embora tudo conspire contra, aqui vai um reforço: você não só tem de mudar de vida, como deve fazê-lo urgentemente. As doenças da modernidade estão deixando de acometer somente os que têm mais de 40 anos. Pessoas mais jovens também começam a padecer delas. [...] Levantar a população como um todo a adotar hábitos mais saudáveis representaria um salto para a medicina tanto quanto o foram a higiene, as vacinas e os antibióticos. (VEJA, 2000n).

O excerto acima, ainda que supracitado em outro tópico desta investigação, não poderia emergir em melhor hora. De certo modo, parece sintetizar – como uma espécie de *frame* estático de uma película pausada – a exata ocasião performadora no espaço-tempo que coaduna o governmento do porvir, das virtualidades, do futurível ao estrato virtual operando como um espelho virtual (*futuretópico*); o que não quer dizer que tal coadunação tenha irrompido só ou exatamente naquele momento. É como se o excerto de novembro de 2000 estivesse caprichosamente alocado naquele tempo para dar visibilidade a uma engrenagem que tem o governo do porvir correlato ao estrato-futuro virtual, ao *espelho futuretópico*.

Pois um governmento que de antemão supõe a prevenção e a autonomia só poderia maximizar a condução das condutas do *homem* se pareado a um estrato temporal que faz operar os ideais futuríveis: tornava-se patente à prática médica que seu foco justapunha a atuação direta no organismo do indivíduo (a manipulação molecular e genética) com uma atuação nos hábitos da população. Àquela altura, é como se voltassem à carga resquícios da medicina social do século XVIII estudada por Foucault (2011d), cujo paralelo com algo tão distante temporalmente (pois iniciada dois séculos antes) limita-se a resgatar a característica de uma prática médica que transcendia a relação doente/doença e intervinha em todo o corpo social, conectando-se com outros saberes ou instituições (FOUCAULT, 2011d).

Mas ali, no ano 2000, ainda que o *adversário dos médicos estivesse* personificado no paciente *que teima em não mudar a sua forma de viver*, o tensionamento dos imperativos temporais imprimia uma mobilização que poderia ser conjugada no *futuro do pretérito*: há de fazer algo para ontem – expressão que talvez merecesse sua própria genealogia, mas que dificilmente estaria, senão na sua emergência, tão apartada daquele presente. Ademais, *embora tudo* conspirasse contra a mudança, a reportagem ofertava *um reforço: você não só tem de mudar de vida, como deve fazê-lo urgentemente, as doenças da modernidade estão* acometendo os *mais jovens* (VEJA, 2000n) – *a escolha é sua*, poder-se-ia acrescer à matéria como mais um dos usuais vetores de incitação e governmento à época.

Agir no presente para assegurar o futuro, diante da projeção especular no *espelho futuretópico* de si, enseja e propicia o autogoverno: o *homem* autogoverna-se pelo que, ao se espelhar, passa a fabular – dentro dos regimes veridictivos do tempo – uma imagem de si que ainda não existe no presente, uma imagem do que ele gostaria de se tornar: belo, rico, inteligente, famoso, elegante ou qualquer um dos predicados que estivesse circulando em algum grau como imperativo. Nesse momento, porém, o reflexo opera pela utopia, aquela que primeiro consola, apazigua, dá um contorno, pois o insere na roda veridictivo-normativa. Mas, no mesmo

golpe, essa imagem escópica sobre aquilo que se deseja ser logo convoca um porvir, mas um porvir colonizado por uma *futurotopia*, já que, operando por uma noção de futuro imediato, incita e demanda uma atuação imediata e urgente; um porvir que precisaria efetivar-se hoje, agora, ou, quanto melhor, para ontem.

Uma ideia de futuro que passa a operar como espelho *futurotópico* – ainda que uma *topia*, sem espaço, salvo como virtualidades – outorga ao *homem*, incessantemente, uma ação sobre si. Somem-se a isso o individualismo, a autonomia (do faça-você-mesmo ao empreendedor de si), o fluxo/mobilidade (toda a racionalidade *laissez-faire*, *laissez-aller*, *laissez-passer*), e se verá uma engrenagem de governmentação do porvir que, visando sempre à manutenção da forma-*homem*, opera com a face da liberdade, da satisfação, do direito e da felicidade: o *homem* autogoverna-se, torna-se o empreendedor de si, tem direitos e liberdade, vive em uma democracia. Ora, nesse sentido, seu desejo privado, sua vontade individualizada seria por ele reconhecida como o que o conduz: o desejo alocado no futuro, a vontade do que quer vir a ser.

Em face de tal espelho do porvir, tampouco seria por um mero acaso, nas páginas do semanário, o advento, naquele momento, de *um espécime típico do século XX*: a celebridade (VEJA, 2000a). Claro que não se tratava, ali, da emergência da celebridade em sentido amplo, mas de uma eminente *reprodução com espantosa velocidade nos quatro cantos do planeta* da celebridade então *caracterizada por não depender de algum mérito tradicional para ter alcançado fama e fortuna*: turbinada pelos *meios de comunicação e entretenimento*, a celebridade era *famosa por ser famosa, e ponto final*, explicava a reportagem (VEJA, 2000a). Segundo os especialistas da reportagem, *o interesse pelas celebridades* foi alimentado por uma vontade de *extensão daquelas grandes famílias de antigamente*, mas com algumas diferenças: primeiro, elas faziam as vezes de *'parentes' com os quais se poderia conviver diariamente*, mas sem precisar *arcar com as consequências* das tais relações *na vida real*; segundo, *podia-se trocar de 'parentes' acaso deles se cansasse*. Para o semanário, era mais um exemplo da *brevidade das celebridades instantâneas* (VEJA, 2000a).

Mas a ocasião fulcral de um governmentação do porvir então atrelado ao *espelho futurotópico* era a que franqueava ao *cidadão comum*, que estabelecia um *vínculo de intimidade* à distância com *as celebridades*, a possibilidade de *sonhar* com a esperança *de também vir a ser ungido pela fama: se aconteceu com ele, por que não comigo?*, perguntava o semanário no lugar do cidadão (VEJA, 2000a). Nesse caso, pouco ou nada diferenciaria a celebridade de uma espécie de *espelho futurotópico*, cujo reflexo imprimia no *homem* o mais aprazível porvir utópico (ou a promessa de), incitando-o a atuar sobre si mesmo por meio de um repertório

infindável de procedimentos para, quem sabe, alcançar reflexo similar daquele que a *celebridade* lhe emitia.

Para pôr em marcha a imagem do porvir ali especulada – a fundo perdido, decerto, ainda que uma probabilidade qualquer pudesse ser o suficiente –, a *indústria de celebridades* produzia *ilusões, bilhões delas a cada dia* (VEJA, 2000a). Trata-se nada menos do que uma maquinaria que produz incessantemente as utópicas imagens de futuro que subsidiam o governo do porvir.

Esse *espelho futurotópico* parecia poder se acoplar a qualquer coisa para dele extrair e virtualizar algum substrato: medicina/saúde, celebridade/fama, biociência/*mais-vida*, economia globalizada/empreendedorismo-educação etc. Talvez isso justificasse, mesmo parcialmente, reportagens que, à época, davam visibilidade (e parecia ampliar o repertório) a outros porvires – certamente aos porvires já crivados pelos regimes de veridicção do tempo-presente. Fosse no contexto de uma identidade/subjetividade,

[...] a sociedade está mais evoluída para aceitar os gays. Há boates, restaurantes, bares livrarias. Locadoras de vídeo, agências de turismo, hotéis, tudo destinado a homossexuais. A comunidade gay está crescendo tanto que já clama por serviços até outro dia impensáveis. Em São Paulo, um grupo de professores, a maioria homossexual, montou um cursinho pré-vestibular voltado a estudantes gays. Na semana passada, também em São Paulo, anunciava-se a criação de um spa para “entendidos” (VEJA, 2000e).

Fosse no contexto da tão aventada oportunidade empreendedora que se abria nos recônditos e pouco explorados espaços digitalizados da Internet:

O que chama a atenção agora é o enorme segundo time de serviços recém-criados e ainda desconhecidos do grande público, mas que já despertaram a cobiça dos investidores de alto risco. No Brasil a estimativa é que exista atualmente 1.3 bilhão de dólares prontos a ir para as mãos de jovens que se acham aptos a lançar um negócio on-line. [...] Esse segmento mais espevitado da internet, ocupado pelos pequenos empreendedores, é uma ponta apenas da nova economia montada em torno do computador, uma onda de choque que está revolucionando o capitalismo no mundo. (VEJA, 2000f).

Um presente que não cessava de incitar e franquear o porvir, desde que já tornado *futurível*, ou seja, colonizado pelos valores vigentes; o que não impedia de que algo ora não legitimado passasse a ser *futurizado* mais adiante, a depender dos movimentos das peças no tabuleiro das veridicções.

Poder-se-ia questionar, contudo, o porquê da insistência em aventar e sustentar uma operatividade ao estrato virtual *futuretópico*, oriundo das mutações propiciadas pela lida do *homem* com a noção de tempo/temporalidade. Afinal, em que pese o fato de se ter extraído do arquivo uma recorrência enunciativa da lida temporal e uma aparente mutação da noção de futuro entre o ano de 1968 e 2000, sua incipiência analítica justificaria seguir, contudo, por caminhos decerto menos melindrosos e insidiosos desde que no encaixo das pegadas já calcadas por intelectuais das *Humanidades*. Por exemplo, o de tomar, justamente, a lida das pessoas com o estrato digital/virtual da Internet (redes sociais etc.) como um *foco de experiência* ou, acaso se quisesse arriscar um pouco mais, aventar a própria Internet como uma espécie de espaço heterotópico por excelência da atualidade, passível de cotejá-la, em alguma medida, com a designação de Foucault acerca da função do navio no século XVI – a Internet como *a maior reserva de imaginação*, como uma *heterotopia por excelência*, cuja ausência faria os *sonhos se esgotarem em uma civilização* – e, assim, assegurar certa filiação às noções legitimadas pela reconhecida envergadura de tais intelectuais.

[...] se imaginarmos, afinal, que o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada em escapada para a terra, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins, você compreenderá por que o barco foi para a nossa civilização, do século XVI aos nossos dias, ao mesmo tempo não apenas, certamente, o maior instrumento de desenvolvimento econômico [...], mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam. (FOUCAULT, 2013b, p. 424)

A despeito de estar totalmente avizinhada e tomada pelo pensamento de muitos dos autores da *Humanidades*, se esta investigação tanto insiste na culminância de um estrato virtual de governo e em uma *futuretopia*, isso decorre de um único motivo: tentar dar a ver, muito por conta das conjecturas feitas com o arquivo, que esse governo das virtualidades, do porvir, que teria a ressignificação da relação do *homem* e o tempo-futuro como seu correlato, não teria irrompido tão só no fim do século XX com o advento da digitalização ou com a atualização da noção de virtual propiciada pela informática.

Em tal sentido, sob as lentes deste trabalho, não seria um despropósito tomar esse governo do porvir imantado por uma *futuretopia* também como um epígono da conjuntura de 1968 que, tal como a conjectura de Noguera-Ramirez, teria embrionado a torção procedimental de Foucault que irromperia anos mais tarde, em meados da década de 1970, muito pela incipiente e latente dinâmica neoliberal que despontava já no fim da década de 1960.

Para além, aquém ou em justaposição ao espectro neoliberal que irrompia e passava a performar naquele contexto, antes e depois de 1968, poder-se-ia considerar que, na mesma contenda, emergia esse estrato das virtualidades vinculado à lida temporal, esse cerceamento do porvir operando como uma tecnologia de governo colonizador dos ideais de futuro, ou melhor, futurível. As utopias (ou distopias, aqui elas não se opõem, ressalva-se) de *homem* e de sociedade aparentemente menos governadas e projetadas em um espaço-tempo longínquo ou remoto (no ano 2000, por exemplo), ainda recorrentes na década de 1960, deram lugar a um ideal de futuro mais imediato e mais urgente, um futuro mais governado pelo que poderia ou não advir e ser almejado em dado tempo, um futuro menos franco e mais delimitado; no limite, um futuro menos passível de fabulações utópicas e mais crivado por projeções mais ou menos futuríveis.

Sabe-se, entretanto, que Foucault (1987) tanto já escrutinou a ambiência-temporal por onde as enunciações se faziam ou não possíveis – a *lei do que pode ser dito* em um tempo – quanto pormenorizou, em 1978, os dispositivos de segurança que alicerçavam a então primeva noção de *governamentalidade*³⁹ (FOUCAULT, 2008). Ao contrastar os mecanismos de disciplina aos dispositivos de segurança próprios da prática de governo, vê-se que, enquanto para o primeiro o ponto de partida era a própria norma e só dela estabelecia-se o normal e o anormal, para o segundo, a norma era estabelecida como uma medida para o comportamento da população, sendo o resultado das curvas de normalidade passíveis de serem desenhadas conforme as vicissitudes da população (NOGUERA-RAMÍREZ, 2009).

Desta feita, objetar-se-ia sobre a peculiaridade que poderia atestar a necessidade de diferenciar o governo das virtualidades de todas essas práticas e técnicas de cerceamento e condução dos indivíduos e da população tão bem esmiuçadas e propaladas por Foucault, haja vista que não só os discursos eram ordenados e regulados, como também o governo de Estado (liberal e neoliberal) já imputava à população técnicas de governo a distância.

Para tentar responder a isso, haver-se-ia que apostar em apenas um aspecto, aquele que talvez tenha sido a grande contribuição do prognóstico de Deleuze para esta pesquisa e que só foi possível problematizá-la como tal, agora; pois, de largada, tomou-se o prognóstico tão só como uma conjectura que entrevia novas dinâmicas subjetivas no fim da década de 1980.

³⁹ Vale destacar que, ainda que a noção de governo/governamentalidade seja amplamente usada nos estudos e pesquisas de influência foucaultiana – ao menos no campo educacional (AQUINO, 2019) –, trata-se, como quase qualquer tópica foucaultiana, de uma noção datada, forjada para ajudá-lo a responder a problemas específicos. Esta, por seu turno, foi gradativamente elaborada, desdobrada, mobilizada, ampliada, escrutinada etc. amiúde por Foucault pelo menos de 1978 até seus últimos anos. Sobre isso, consultar Noguera-Ramírez (2009).

Partindo daquilo que, para ele, seria *o princípio geral de Foucault* – “[...] toda forma é um composto de relações de forças. Estando dadas forças, perguntar-se-á então primeiramente com que forças de fora elas entram em relação e, em seguida, qual a forma resultante” (DELEUZE, 1988, p. 132) –, Deleuze estava à espreita de uma *força de fora*, ora atual, que passava a perpassar a forma-*homem* a partir da segunda metade do século XX. Tratava-se da ocasião propícia para uma nova relação de forma e força que já performava; se não ainda uma outra *formação histórica* ou *episteme*, ao menos, outros valores, regimes veridictivos, subjetivações. Uma atualização do *modus-operandi* do pensamento pela força finito-ilimitada, “[...] se dermos esse nome a toda situação de força em que um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações [...]” (DELEUZE, 1988, p. 141).

Àquela altura, a força *finito-ilimitada* já se imprimia nas ciências: redimensionava a vida ao liberar a biologia molar e orgânica para a biologia molecular operar ilimitadas manipulações genéticas que prometiam expandir a finitude, bem como reagrupava as dinâmicas de produção, de trabalho e econômica às *máquinas cibernéticas ou informáticas*, tornando irreversível a convergência do trabalho à informática – e, no limite, do humano à tecnociência – que, dada sua capacidade de processamento ilimitado de combinações, já apontava para a superação de outros limites humanos (DELEUZE, 1988).

O que parecia irromper era, na projeção de futuro, um reflexo do efeito da força *finito-ilimitada*, um resgate na esperança humana diante das promessas científicas vinculadas à tríade-empírica do *homem*: promessa de atuação ilimitada no micromundo molecular ambicionada pela biociência para expandir o tempo vital; promessa de empreender e investir ilimitadamente em si mesmo, aprimorando o tempo potencial; promessa de uma miríade de oportunidades em face do estrato digital virtual ilimitado, oportunizada pela linguagem dos *bits*, tal como estava patente no arquivo.

E se o governo de Estado tinha seus dispositivos de segurança/controle, o governo do porvir evidenciaria sua operatividade mais efetiva quando maquinado com o *espelho futurotópico*, cujos reflexos acarretariam ações *antropotécnicas* (SLOTERDIJK, 2012) do *homem* sobre si mesmo. O termo do filósofo alemão Peter Sloterdijk opera oportunamente aqui, pois supõe que *o homem produz o homem vivendo sua vida em diversas formas de exercícios*, ao definir “[...] como exercício qualquer operação mediante a qual se obtém ou se melhora a qualificação do que atua para a seguinte execução da mesma operação, independente de que se declare ou não se declare a esta como um exercício” (SLOTERDIJK, 2012, p. 17, tradução nossa).

Valendo-se do pensador alemão, objetiva-se afastar-se da ideia de um governmento que estaria invariavelmente atrelado à racionalidade neoliberal ou às práticas da biologia molecular/genética, tal como alguns intelectuais passaram a analisar o *homem* no último terço do século passado – *bioidentidade*, *bioascese*, *biossociabilidade* etc. O que tampouco quer dizer que tais dinâmicas ou práticas não estivessem fervilhando na contenda veridicitiva da época.

Mas, ao pensar um governmento que opera por meio de exercícios antropotécnicos do *homem* sobre si – “[...] um conjunto de técnicas desenvolvidas para modificar e otimizar o comportamento humano” (CASTRO-GÓMEZ, 2012, p. 67, tradução nossa) –, pode-se então considerar uma justaposição de um governmento operando no polo do medo/segurança com um governmento que a todo tempo e a todo o custo tenta controlar o porvir do *homem*, fazendo-o pelo desejo de uma existência *finito-ilimitada*: um corpo-saúde-vitalidade-productividade-liberdade-beleza-inteligência etc. ilimitados; uma dinâmica de produção autônoma-empreendedora-fluída (sem regras ou hierarquia, sem compromissos – uma *monogamia do agora*), o *faça-você-mesmo* meritocrático; uma linguagem-comunicação de alcance cósmico e incessante – ainda que ciente, o *homem*, da finitude do corpo, da finitude da força e da produção, e da finitude da duração e do tempo.

No limite, poder-se-ia interrogar, pois, se os diagnósticos-prognósticos dos intelectuais das *Humanidades* estariam remetendo a não mais que descrições fenomenológicas antropotécnicas que não diriam sobre outra coisa se não da permanência da forma-*homem*, só que pelo avesso: ao analisarem as condições de supostas rupturas subjetivas para logo batizar a forma por vir, estariam, antes, logrando uma minuciosa descrição de toda uma engrenagem que, ao largo de sinalizar fissuras, assinalavam, antes, tão só as variações antropotécnicas do mesmo *homem* em voga em dado presente – o mesmo homem/humano variando como *além*, *pós*, *ampliado*, *trans*, *pós-orgânico*, *ciborgue*, *biônico*, *híbrido*, *virtual*, *trans-*, *neo-*, *para-*, *meta-*, *sobre-*, *pós-* etc.

Jovens: retrato do presente, epígonos do *homem*

Foram quatro as edições de *Veja* dedicadas a traçar um perfil dos jovens que ora despontavam como a mais nova geração desde 1968. Cotejá-las entre si, mesmo que brevemente, é um modo de dar visibilidade ao que, pelas páginas impressas de cada tempo, o *homem* deixara de ser, ao que deveria ser e ao que era. O retrato das novas gerações, seja em 1984, 1990, 1995, seja em 1998, decerto reluzia, antes, os contornos do que o *homem* constantemente deixava de ser, das suas mutações e variações, sempre em face e em resposta a

um *éthos* temporal, dos imperativos e dos tensionamentos ocasionados pelas políticas de verdade forjadas nas relações de poder.

O jovem seria mesmo esse ser permanentemente em movimento, buliçoso, desafiador dos valores e da moral vigentes? Nem tanto (VEJA, 1984b), perguntava a reportagem de maio de 1984, para logo ensejar dúvidas sobre quem *desde a década de 60 – com seu furacão de rebeliões estudantis, Beatles, Che Guevara, hippies, destampamento sexual e outros fenômenos afins* –, não imaginaria o jovem de outra maneira: *acima de tudo, um contestador, alguém destinado a questionar eternamente seus pais e professores e colocar a sociedade de pernas para o ar*. Uma pesquisa realizada com jovens entre 15 a 24 anos mostrava que *a noção corrente de que o jovem seria, por natureza, um rebelde em potencial pecava pela base*. Mostrava, ao contrário, *a existência de uma maioria silenciosa de jovens que não estavam interessados em romper com a tradição: era muito mais tímido do que se imaginava em suas convicções sobre o comportamento sexual, condenava a infidelidade conjugal e o homossexualismo e tinha dúvidas sobre se o aborto deveria ou não ser liberado* (VEJA, 1984b).

A tradição talvez representasse um dos poucos consensos daquela geração. Comumente idealizada como *um grupo homogêneo que sempre corria com entusiasmo atrás de mudanças de comportamento*, segundo os dados da pesquisa e os pareceres de alguns especialistas, tratava-se, ao contrário, de *uma juventude diversificada e pluralista*; a complexidade da sociedade oferecia *aos jovens, bem como aos adultos, um grande número de papéis a desempenhar*, afirmava um deles à reportagem, o que era corroborado também por alguns dos jovens: *nós não pensamos só em praia, asa delta e trepidação, não somos todos iguais. Nós somos iguais apenas nisso: o homem é igual à mulher* (VEJA, 1984b). Vale lembrar que se tratava de um retrato geracional em um contexto pré-democratização, em um momento em que já eram patentes os efeitos das gradativas *distensões políticas* que ocasionavam mais direitos e liberdades.

Seis anos depois, o retrato da juventude apresentado em outubro de 1990 pelo semanário diferia pouco do anterior, embora ofertasse pormenores que ou não haviam sido explorados em 1984, ou não se deram a ver. Em comum, as reportagens cotejavam a juventude da época com a da década de 1960. Nesta, contudo, debruçou-se mais em elencar e detalhar os contrastes geracionais: primeiro, apontava que, enquanto *os adolescentes da década de 60 eram rebeldes*, seus filhos, *os adolescentes dos anos 90, eram acomodados aos valores da família*. Segundo, que a *geração da Guerra do Vietnã e das barricadas estudantis da Paris de 1968* estavam lá *para derrubar e reconstruir*, ao passo que o jovem de 1990 *não estava a fim de derrubar nada e aceitava o mundo mais ou menos como era*. Terceiro, enquanto o *adolescente* de outrora

desafiava a cultura da competição e vestia-se com um desmazelo espantoso e proposital, o jovem de 1990 queria vencer na vida e desenvolvia um estilo quase obsessivo para roupas e acessórios. Quarto, que a geração de 1960 procurava soluções políticas e sociais para seus problemas, mas a de 1990, mais realista, preocupava-se consigo mesma e não se interessava em mudar o país. E, por fim, que a coesão da tribo juvenil dos anos 60 em sua negação do universo adulto gerava menos dificuldades na busca de identidade do que os adolescentes de então, unidos mais pelos bens que consumiam do que por uma cultura comum (VEJA, 1990f).

Ademais, a geração de 1990 foi tributada pela falta de *um sonho qualquer, uma utopia*, haja vista que, conforme a reportagem, *nada mais aconteceu depois* que a geração de 1960, apesar de fracassar, tentou *viver uma nova ética*. Não teriam ensinado a seus filhos, ainda, *o caminho perdido do idealismo* – para o semanário, não os mais *interessantes* à época: *talvez faltasse alguma coisa mais forte para os adolescentes acreditarem, além da conveniência de defender as baleias e a Mata Atlântica (VEJA, 1990f)*. Diante da reportagem, não se pode negar, contudo, que tal geração, enfim imbuída das práticas democráticas e em meio à corrente mobilização ecológica em voga, foi a que mais lidou com um mundo sempre ameaçado pela iminência do fim, seja pela belicosidade político-ideológica, seja pelos destratos do *homem à natureza* em favor do progresso.

O terceiro cenário geracional foi retratado no início da popularização da Internet, e já em meio ao processo de globalização. A veemência textual da reportagem foi, certamente, legatária da solenidade imputada ao momento: “Pela primeira vez na História da humanidade, existe uma geração que, em escala planetária, sob o bombardeio de uma onipresente indústria cultural e com extraordinário acesso à informação, sente, quer, veste, ouve e vê as mesmas coisas” (VEJA, 1995e). Este foi o ensejo para um diagnóstico mais apurado a respeito da juventude e dos acontecimentos de então. De partida, frisaram-se as práticas mais individualistas que se tornavam mais visíveis entre os jovens, devido, quem sabe, à *encruzilhada do desejo de um mundo mais equânime e da impotência, ou o desinteresse em desfaldar bandeiras de luta política* – “[...] ele quer ter a sua própria televisão, o seu computador, o seu carro. Isso é expressão do individualismo exacerbado que tomou conta de todos [...]” (VEJA, 1995e).

Doravante, a reportagem identificava uma tríade composta por *individualismo, ceticismo e desconfiança política* no comportamento dos jovens, resultado *de um longo e ininterrupto trabalho de enquadramento no sistema capitalista*: o jovem de então era *o que capitalismo sempre sonhou*, asseverava a matéria. Afinal, *a aparente liberdade de escolha às voltas com uma infinidade de possibilidades geradas pelo bem-estar material* escondia um

intenso processo de massificação e inculcamento de valores conservadores que antes chamavam de alienação mas, naquele momento, chamava-se globalização. Os jovens tinham que estar dentro de uma das fôrmas criadas pela indústria cultural para ser considerados normais (VEJA, 1995e).

Empreendido quase às vésperas do novo milênio, o último retrato geracional focalizou mais as crianças do que os jovens, e enfatizou os contornos de uma geração que crescia no meio das tecnologias digitais – de videogames e computadores a tudo o que a Internet podia proporcionar no fim do século XX, gerando toda sorte de sobressaltos:

Os professores foram os primeiros a acusar a nova onda. Estão lidando com crianças que vão para a sala de aula aos 7, 8 ou 9 anos de idade com conhecimentos, interesses e curiosidades que muitas vezes eles não estão preparados para satisfazer. A menininha aparece falando inglês e torna obsoleto o currículo normal da escola, planejado para lhe ensinar apenas palavras básicas do idioma estrangeiro. O garoto surge com conceitos detalhados sobre a Idade Média, meio ambiente e dúvidas intrigantes sobre equações matemáticas de que ele precisava para a programação de seu computador. (VEJA, 1998j).

De modo geral, a reportagem destacava que aquelas crianças tinham, *na média, cabeças melhores do que tiveram seus pais e avós na mesma idade*: “O cérebro delas é mais atento, tem mais recursos do que o de gerações passadas [...]” (VEJA, 1998j). A diferença entre a tal geração e a anterior estava, *principalmente, no fato de que a qualidade e a diversidade dos estímulos externos eram, à época, bem maiores*. Como saldo, surgiam as crianças *mais espertas, mais ousadas, mais imaginativas de que já se teve notícia* (VEJA, 1998j).

Aliás, esse foi o único retrato geracional logrado pelo semanário cuja geração da década 1960 não foi tomada para pender, ao seu lado, o fiel da balança. Ao contrário, de acordo com os especialistas consultados por *Veja*, o que estava em curso, bem ali no final do milênio, era a *primeira revolução da história da humanidade comandada pelas crianças*. Ainda que os pesquisadores indicassem uma revolução *mais silenciosa*, ela seria, certamente, *bem mais duradoura e significativa do que o agito comportamental dos jovens nos anos 1960*. Ademais – frisavam, todavia, os especialistas –, tais crianças, em certa medida, tampouco seriam filhos da geração da década de 1960, nem de qualquer outra: eram, sobretudo, *filhos da tecnologia da informação*, pois, *mais do que os pais, quem lhes fazia a cabeça eram os estímulos do mundo moderno* (VEJA, 1998j).

Tornar órfã a geração potencialmente revolucionária não haveria de causar nenhuma celeuma, sobretudo quando sua filiação renegava a geração da década de 1960. Ora, o que a então geração rebelde, politizada, sonhadora, propositiva e mobilizada político-ideologicamente da década de 1960 poderia legar aos seus, salvo justamente o condão de

fabular, criar ideais, crer nas ideologias, fomentar utopias – tudo o que, curiosamente até a década de 1990, querer-se-ia sobremaneira que se legasse aos seus rebentos; mas não mais. No limite, isso não diz outra coisa senão dos processos de subjetivação: sempre em deslocamento, a forma-*homem* não condiz com uma forma subjetiva fixa, final, absoluta.

Daí não ser possível, por um lado, afirmar o *homem* como um sujeito/subjetividade, por exemplo, pois se trata de uma peleja constante em torno da uma forma que jamais se materializa de fato, já que sempre consubstanciada temporalmente no interstício do *não mais* e do *não ainda* (AQUINO, 2011) ou entre *um estado no qual ainda não existe a um estado no qual ele já desapareceu* (DELUZE, 2006). Por outro lado, isso não significa que o *homem* não exista ou que não tenha forma: ora, caso o fosse, não seria possível justificar sua incessante aparição e materialização discursiva, seja nas racionalidades, seja nas projeções imagéticas que fazemos de nós mesmos etc. O *homem* opera sempre em *delay*, contudo, como uma fotografia de algo em constante desfazimento e atualização.

Decerto, aquelas não eram reportagens que tratavam exclusivamente dos jovens ou crianças – embora assim se apregoasse nas chamadas de capa. Tratava-se, antes, de retratos dispersos daquilo sobre o que era possível visualizar em cada geração, mas que, quando perfilados, faziam emergir parte dos valores e das práticas que o *homem* já estranhava ou passava a não reconhecer em si próprio, delegando-os aos seus pósteros.

Retratos esses que, alocados tal qual um pequeno álbum fotográfico – ou como *frames* de um curta-metragem –, dão a ver a movência da forma-*homem*, os deslocamentos ocasionados pelos tensionamentos dos acontecimentos. Uma breve projeção do *homem* velho sobre o jovem *homem*, acerca do que se deixava de ser, afinal: das utopias, dos idealismos e de uma revolução aparentemente malfadada da década de 1960 a um retorno às tradições ora remodeladas, plurais e diversificadas, nos limites temporais da década de 1980; do incontestante contraste entre os costumes e os ideais que emergiam em 1990 ao individualismo, despolitização, ceticismo generalizado diante das atribulações fáticas da globalização e inovações tecnológicas sem precedentes. Até, por fim, deparar-se às vésperas do ano 2000, com a incumbência de *construir o próprio futuro*, logo facultando-a para a então pujante geração tecnológica do fim do século, reconhecida e legitimada como aquela capaz de, definitivamente desde a década de 1960, revolucionar as práticas sociais, os valores, os arranjos existenciais.

Ou, por outro lado, o *homem* reconheceu e imputou na *geração 2000* menos o condão *revolucionário* – talvez porque sequer se quereria alguma mutação, embora ela já parecesse estar de sobreaviso – e mais, tão só, a tarefa de conseguir criar formas de vida para tudo aquilo que advinha de súbito – globalização, molecularização, digitalização, virtualização etc. – mas

que ele já sentia não lhe pertencer e/ou de que ele já não quisesse se encarregar: tempos instáveis, futuros movediços.

Assim, a projeção movente do *homem* velho da década de 1960 aos jovens *homens* dos anos seguintes tampouco ratificaria o esgotamento de uma forma (*homem*) e o surgimento de outra (*jovem*): advogar em favor dos processos de subjetivação sempre em produção e em imanência ao tempo e à história não acarreta afirmar que as formas-subjetivas são fugazes a ponto de desaparecerem a todo instante. Tal projeção, talvez, apenas propicie verificar o que, porventura, aos poucos se deixava de ser – sem querer supor, contudo, que a forma-*homem* já se tornara outra.

Em todo caso, dizia-se de um porvir desmesurado, instável, insidioso, desconhecido e difícil de antever; tal qual uma onda que se avoluma gradativamente no horizonte e, sem que se possa ver todo o processo, acerca-se mais e mais da orla, até que, sem se dar conta, num átimo entre uma mirada e outra, faz-se possível verificar toda sua envergadura quando ela já está demasiadamente rente, justo naquele instante quando ele estava, quiçá, tão só na beira do mar desenhando seu próprio rosto na areia.

Saldo final: dois desvios e um sobressalto

O que a labuta com o arquivo tem de apaixonante e de irreversível no que toca ao pensamento (ético-político), tem também de sordidez. Em tal relação, ou o arquivista é (ou aprende, celeremente, a ser) matreiro para, no escopo discursivo e na esteira do seu problema, forjar as continuidades e descontinuidades, avizinhar ou descartar partes do arquivo etc., ou é engolido seja pela vastidão, seja pela vacância dos enunciados. Claro que não é predicado do arquivo a sordidez: ela vem de um modo de lida em que morosidade e obsessão são irreconciliáveis à pressa, à urgência.

E, caso superado o impasse inicial, resta ao arquivista a ardileza da montagem/edição de um arquivo: como lidar com o tempo que urge em face da vagareza exigida pelas montagens, remontagens, (re)remontagens, edições, voltas, retomadas de uma fonte, de uma ideia, refazimentos do tópico, criação de outro, eliminação do seguinte, montagem, remontagem – e escrita? Vagareza exigida ou morosidade própria do arquivista, perguntar-se-ia: ocorre que, dia após dia, os passos dados, na medida em que giram, obedecem à movência rítmica típica das formigas – grão por grão, *frame* por *frame*, reportagem por reportagem etc. Como acelerar o processo, perguntava-se o tempo todo, a fundo perdido.

E eis que, quando se acerca do fim, o arquivista é instado a prestar contas do saldo final da relação com o arquivo. Pois, para além da analítica lograda no encaço de ditos e escritos de um tempo passado, serão eles próprios que farão irromper, no presente da pesquisa, os desatinos que arrebatarão o arquivista, seja em face das hipóteses primevas malfadadas, seja em face de um sobressalto final: desvios que de modo algum eram um fato desconhecido de partida. O espanto vem pelo modo como o arquivo desterritorializa, bem no momento em que se pensava pisar em terra firme.

O primeiro desvio refere-se à malfadada aposta desta pesquisa que espreitou os diagnósticos-prognósticos do fim do século XX como sinal dos tempos, ou melhor, como sintomas plausíveis de esgotamento da forma-*homem*. Desvio que talvez possa ser balizado com um paralelo que convoca o memorioso personagem de Borges, *Ireneo Funes*, que custa a conceber que uma coisa vista por diferentes perspectivas poderia ser a mesma coisa:

[a Funes] Não só lhe custava compreender que o símbolo genérico cachorro abrangesse tantos indivíduos díspares de diversos tamanhos e diversa forma; incomodava-o que o cachorro das três horas e catorze minutos (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cachorro das três e quinze (visto de frente). Seu próprio rosto no espelho, suas próprias mãos, surpreendiam-no a cada vez. (BORGES, 2007, p. 107).

Ainda que Funes, por hábito, pareça sempre conseguir despojar algum “[...] acontecimento da roupagem demasiado ampla que o banaliza e racionaliza [...]” (BORGES, 2007, p. 107), não seria do seu feitio lograr, como diria Veyne, *um esforço intelectual para ir assim até a mais precisa descrição da diferença última daquilo que vê* (2011). Cada mirada ao cão ou ao espelho seria como fotografias impassíveis de relação, de conexão. Seria como um filme fracionado pela separação de cada um de seus *frames*, a ponto de lhe furtar qualquer possibilidade de conexão e, por isso, de movimento. Ora, Funes não reconhece o mesmo cão, caso apercebido em espaço ou tempo distinto. Surpreende-se até com o reflexo das próprias mãos e da face: um estranhamento tal como quereria Foucault, já em 1980, acerca da sua visão do *homem*, da forma-*homem*, talvez:

[...] os homens jamais deixaram de construir a si mesmos, quer dizer, de deslocar, continuamente, sua subjetividade, de se constituírem em uma série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que jamais nos colocarão em face de alguma coisa que seria o homem. Os homens engajam-se perpetuamente em um processo que, constituindo objetos, os desloca, ao mesmo tempo que os deforma, os transforma e os transfigura como sujeitos. (FOUCAULT, 2010b, p. 325-326).

Assim, deslindar a primeira sinuosidade torna-se mais simples: todos aqueles diagnósticos-prognósticos que pareciam sinalizar fissuras irreversíveis na forma-*homem* talvez

estivessem tão só descrevendo os fenômenos de um problema que ainda não podiam alcançar, como se apontassem, antes, os efeitos e os resultados das problematizações históricas do fim do século, mas não exatamente o que estava em jogo ou em crise ali; estavam, todavia, apartados da própria problematização.

Quem sabe se aqueles tantos diagnósticos-prognósticos dos pensadores das *Humanidades* que ofertaram e ofertam ao *homem* copiosas faces reiteradamente batizadas com os predicados em voga em determinado espaço-tempo desde 1968, não sejam nada mais do que espécimes das minuciosas representações de Funes em desconexão, tal como fotografias espalhadas ou *frames* desencadeados. Do mesmo modo, os diagnósticos-prognósticos até descreveriam o *homem* de forma *sui generis*, inclusive. Mas, tal como taxidermistas do momento-presente, em vez de esmiuçar, estariam ratificando o mesmo *homem* em distintas perspectivas, focalizado de ângulos distanciados, também, por sua nuance empírica – *vida, trabalho e linguagem* –, nuance que se dava a ver pelo átimo luminoso do *flash* fotográfico.

Daí que a preocupação concernente a este trabalho, vertida por conta do arquivo, passou mais a interrogar – ao largo de tomar os distintos diagnósticos e prognósticos sobre o *homem* pelas suas diferenças concebidas desprovidas de historicidade – o que haveria em comum, por exemplo, entre a *bioidentidade* de um *homem bioascético e endividado*, entre um *homem-máquina* autônomo e empresário de si mesmo produzindo 24/7, e um *homem da cibercultura* sempre conectado e de prontidão para as tecnologias digitais (um *homem da geração Z*, decerto), visto que poderiam ser o mesmo *homem* taxidermizado por outros ângulos, em fotografias que se diferenciariam pelos fragmentos de suas empiricidades.

Ou, quem sabe, haver-se-ia de se preocupar, então, em interpelar uma espécie de *leitmotiv* coetâneo aos diagnósticos-prognósticos em questão, que tenderia a descontinuar o *homem* em faces, formas ou subjetividades distintas, ao menos desde o vultoso mal-estar gerado quando do diagnóstico da *morte do homem* – sem muita comoção ou lágrimas, por sinal – pois, nessa perspectiva, pareceu ter custado mais cogitar a *morte do homem* ou emitir seu atestado de óbito do que mutilar sua face em miradas afiadas pelas veridicções do tempo.

Em outras palavras, é como se, antes de permitir aventar uma descontinuidade da *forma-homem*, os diagnósticos-prognósticos que descreveram algumas das deformações relativas às suas empiricidades ocorridas nas décadas subsequentes a 1968 mantivessem, assim mesmo, a continuidade discursiva do *homem* imaculada, justamente porque, se, de um lado, se apregoou o fim da história e o último *homem* na última década do século, de outro, a história parecia ser franqueada pelas promessas da biociência e pelas inovações da tecnociência: toda uma experiência existencial finito-ilimitada facultada pela mais vida orgânico-corporal, pela

exponencial capitalização do potencial futuro e pelo advento da Internet, sobretudo por conta do seu estrato digital e virtual.

Destarte, poder-se-ia perguntar se, em 1968, o que se esperava do Foucault de *As palavras e as coisas* seria o mesmo que se esperava de Cohn-Bendit, quando diz não querer tomar o Estado, sequer substituí-lo: quiçá esperava-se deles, respectivamente, algum prognóstico da forma por vir e alguma sociedade/ideologia substitutiva que apaziguasse o susto solapado pela contingência tanto do desaparecimento iminente da então forma-sujeito, quanto da não oferta de um outro modelo de vida e sociedade.

No fim do século XX, por sua vez, ao *homem* nada restava além do que aguardar o alvorecer do terceiro milênio. Afinal, como bem versou o semanário, embora *muitas mudanças fundamentais já* ocorriam e estavam *refletidas nos olhos da geração melhor preparada para a eterna luta entre esperança e realidade que define o futuro*, daquela vez *ninguém* poderia *prever que mundo* tal geração construiria em *alguns anos* (VEJA, 1998j).

Em última análise, se em 1968 acusavam Foucault e Cohn-Bendit de quererem dilapidar a forma-*homem* e os arranjos sociais sem ao menos afiançarem uma nova utopia de *homem* e de sociedade, no ano 2000 pareciam legar à nova geração o próprio futuro na esteira da iminente *revolução por vir* – quiçá fosse essa a última utopia futurista do *homem* no século XX.

Em todo caso, tanto o *homem* da década de 1960 quanto o *homem* do novo milênio pareciam outorgar à geração vindoura o dever de garantir alguma utopia – quem sabe, para caucionar alguma intensidade, algum sentido ao cabo de experiências disruptivas, tal como era, em certa medida, a hesitação de Salles em *No intenso agora*: enquanto da insolência disruptiva dos *jovens* Foucault e Cohn-Bendit se esperavam novas utopias reparadoras/mantenedoras, o condão revolucionário da *geração 2000* configurava-se como a própria utopia do *homem* diante das anunciadas incertezas de então.

O segundo desvio decorrente da lida com o arquivo mira a própria operatividade dos diagnósticos-prognósticos sobre o *homem*: viu-se que eles, dos mais ou menos disruptivos, estariam sempre performando/operando de modo similar na contenda veridictiva do presente – fosse conservando a forma-*homem* ao tomá-lo como substrato absoluto, fosse regalando à mesma contenda os mais novos adjetivos e descrições precisas dos fenômenos do tempo. Disputa veridictiva que parece ser estéril, já que, ensejado pela *febre para escrever, expressar-se, montar sua hipótese própria sobre o sentido do acontecimento* (PELBART; FERNANDES, 2021b), que também contempla a verve *sujeitofílica*, estariam justamente tentando responder o que nós somos ou seremos, sugerindo desta feita que nós sempre seremos algo passível de ser

apreendido, num ciclo de atualizações predicativas que não só é infundável como infla mais e mais o presente com novos semblantes do mesmo *homem*.

E, caso seja esse mesmo o *modus operandi* dos diagnósticos-prognósticos – seria esse o problema do *presentismo* no campo historiográfico? –, perguntar-se-ia, antes, o que fez com que tal ocorrência se presentificasse em nosso tempo como uma questão, um problema; e, depois, o que faz com que o nosso tempo tanto nos incite a projeções instantâneas de futuro não mais utópicas ou distópicas – tanto faz a polaridade –, mas uma espécie de fabulação pragmática, propositiva, educativa etc.; projeções que se dediquem a responder, sempre agora, o que somos e o que seremos.

Daí que irrompe, por fim, o sobressalto: em que pese o fato de esta investigação demarcar, a todo instante, não querer replicar mais um diagnóstico ou prognóstico, nem tampouco operar perpassada pelo afã de intentar responder sobre aquilo seríamos ou seremos, perguntar-se-ia, no instante em que se perfila tudo o que aqui se arrematou – um governo do porvir, uma *futuretopia*, as antropotécnicas *finito-ilimitadas* etc. –, se tudo isso já não diria de uma investigação acachapada pelos contornos do próprio tempo.

Se o que se logrou aqui foi nada além do que mais um excesso discursivo azeitado pela suposta verve da atualidade, então que ao menos estas linhas derradeiras sirvam, antes, como uma problematização embrionária passível de ser tomada como arquivo de segunda mão, como enunciados datados que, no melhor dos casos, ofertaria, aos arquivistas de outro tempo, um punhado das cinzas das problematizações que um dia foram brasa: nada mais do que entrar na roda do eterno recomeço, tal como é a história das problematizações (FOUCAULT, 2000b).

Sobre os dois desvios e o derradeiro sobressalto, intentar-se-á, aqui, ser um pouco mais comedido que Foucault em *As palavras e as coisas*, findando este texto tal qual ele (quase) o fez caso o arrematasse apenas dois parágrafos antes dos últimos, justamente aqueles que diagnosticavam a *morte do homem*, ou o seu desvanecimento, para bem dizer: “Certamente, não se trata aí de afirmações, quando muito de questões às quais não é possível responder; é preciso deixá-las em suspenso lá onde elas se colocam, sabendo apenas que a possibilidade de as colocar abre, sem dúvida, para um pensamento futuro” (FOUCAULT, 2016, p. 535). Menos responder às demandas imperativas do presente, inflacionando-o, do que dispô-las em suspeição, passível de ser içada: eis a redenção que se espera desta investigação.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRASCO. **Estimativas do impacto da Covid-19 na mortalidade no Brasil**. [S. l.], 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/estimativas-do-impacto-da-covid-19-na-mortalidade-no-brasil/46151/#:~:text=A%20tabela%20%20mostra%20que,de%20taxas%20de%20letalidade%20italianas>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- AGAMBEN, Giorgio. A Potência do Pensamento. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-33.
- AGAMBEN, Giorgio. Reflexiones sobre la peste. In: AMADEO, Pablo (Ed.). **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias**. [S. l.]: ASPO, 2020. p. 135-138. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 23 out. 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. A história cultural no Brasil: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. In: **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.1, p. 09-33, jan. /jun. 2016.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019b.
- ALPENDRE, Sérgio. Forçada, narração de João Moreira Salles joga o filme para baixo. **FOLHA DE S. PAULO**, [S. l.], 27 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1878791-forcada-narracao-de-joaomoreira-salles-joga-o-filme-para-baixo.shtml>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- ALVES, Alaina. **A profissão docente em foco: um estudo acerca das imagens de professores na Revista *Veja* (1996-2008)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AMADEO, Pablo (Ed.). **Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. [S. l.]: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- AQUINO, Julio G. A educação por vir: interpelações ao tempo presente. In: AQUINO, Julio G.; RIBEIRO, Cintya. R. (Orgs.). **A educação por vir: experiências com o cinema**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13-23.
- AQUINO, Julio G. **Educação pelo arquivo: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- AQUINO, Julio G. O arquivo e a pesquisa educacional: aproximações. In: BUTTURI JUNIOR, Atilio; CANDIOTTO, Cesar; SOUZA, Pedro; CAPONI, Sandra. (Orgs.) **Foucault & as**

práticas de liberdade II: topologias políticas & heterotopologias. Campinas: Pontes Editores, 2019a. p. 207-226.

AQUINO, Julio G. Operação arquivo: pesquisar em educação com Foucault. In: AQUINO, Julio G. (Org.). **Foucault, arquivo, educação: dez pesquisas.** São Paulo: FEUSP, 2020, p. 337-353.

AQUINO, Julio G. A discursividade educacional contemporânea: uma aproximação exploratória. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/8804>. Acesso em: 14 jun. 2022

BADIOU, Alain. Sobre la situación epidémica. In: AMADEO, Pablo (Ed.). **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias.** [S. l.]: ASPO, 2020, p. 67-78. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 23 out. 2020.

BALL, Stephen. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 144-155, maio/ago. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BORGES, Jorge L. **Cinco visões pessoais.** Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1987.

BORGES, Jorge L. **Ficções.** São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BORGES, Jorge L. **O Aleph.** São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

BORGES, Jorge L. **Poesia.** São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus límites. In: AMADEO, P. (ed.). **Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias.** [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. p. 59-65.

CASADEI, Eliza B. **Os Códigos Padrões de Narração e a Reportagem: por uma história do jornalismo de revista no século XX.** 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. **Maió de 68: a brecha.** São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Sobre el concepto de antropotécnica en Peter Sloterdijk. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá: Universidad de los Andes, n. 43, p. 63-73, 2012.

COELHO, Gleisson Roger de Paula; LARA, Marina Garcia. Resenha - Sopa de Wuhan: pensamento contemporâneo em tempos de pandemias. **Aceno** - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 7 (14): 301-305, maio a agosto de 2020.

COELHO, Marcelo. Em meio à pandemia, gurus de esquerda deliram ao lado de bolsonaristas: Com a crise do coronavírus, luminares do ‘pensamento crítico’ entram em parafuso. **FOLHA**

DE S. PAULO, [S. l.], 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2020/04/gurus-de-esquerda-deliram-e-nao-de-febre.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2022

COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk. **Maió de 68**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2018.

CORAZZA, Sandra M. Abertura 18 – Opus 68. Maio 68 ≠ 2018 [50 anos]. In: CORAZZA, Sandra M.; PINTO, F. N.; RODRIGUES, C. G. (Orgs.). **MAIO 1968 ≠ 2018 [50 ANOS]**. [S. l.: s. n.], 2018, p. 5-16. *E-book* (86 p.).

DAVIS, Mike, et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault: as formações históricas 2**. São Paulo: n-1 Edições e Editora Filosófica Politeia, 2017b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, 2012.

DUGARTE, Ramón Alonso. Resenha - Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. **Presente y pasado**. Revista de Historia, Mérida, ano 26, ed. 51, p. 209-210, Enero-Junio 2021.

ESCOLA EDUCAÇÃO. **Aldeia Global: Marshall McLuhan deduziu as consequências da globalização para a comunicação e sua teoria se torna cada vez mais atual com o passar dos anos**. 15 nov. 2018. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/aldeia-global/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**. São Paulo: Ensaio, 1988.

FOLHA DE S. PAULO. OMS batiza novo coronavírus de covid-19 e diz que ele é ameaça grave: Entidade debate a epidemia com 400 cientistas e vê chance de parar a disseminação. In: *Folha de S. Paulo*. [S. l.], 11 fev. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/oms-batiza-o-novo-coronavirus-de-covid-19-e-diz-que-ele-e-ameaca-grave.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus: Paciente esteve na Itália durante explosão de casos; Ministério da Saúde confirmou informação nesta quarta

(26). In: *Folha de S. Paulo*. [S. l.], 25 fev. 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/oms-batiza-o-novo-coronavirus-de-covid-19-e-diz-que-ele-e-ameaca-grave.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus. *Folha de S. Paulo*, [S. l.], p. 1-2, 18 mar. 2020c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/embaixador-da-china-no-brasil-reage-a-eduardo-e-diz-que-deputado-nao-tem-visao-internacional.shtml>. Acesso em: 3 set. 2022.

FONSECA, Rodrigo. No Intenso Agora. “Hoje não há mais um projeto único capaz de organizar o entusiasmo coletivo”, diz diretor. **Omelete**. Disponível em: <https://omelete.uol.com.br/filmes/entrevista/no-intenso-agora-hoje-uniúnico-ha-mais-um-projeúnicoico-capaz-de-organizar-o-entusiasmo-coletivo-diz-diretor/>. 2017. Acesso em: 7 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp. 89-128.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 253-278.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a, p. 145-146.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c, p. 283-295.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000d, p. 307-334.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000e, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 203-221.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 289-347.

FOUCAULT, Michel. A Cena da filosofia. In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a, p. 222-247.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b, p. 259-268.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, as Respostas do Filósofo. In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c, p. 343-356

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011d, p. 402-424.

FOUCAULT, Michel. Na Berlinda. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade, prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 37-42.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a, p. 268-302.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b, p. 414-424.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no Collège de France (1970-1971). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito**: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b, p. 331-344.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c, p. 13-34.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d, p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FRANÇA, Renné O. **40 Anos em Revista**: Representações e memória social nas capas de Veja. 2011. Tese (Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FRANCO, Diego M. V. **No intenso agora**: ensaio sobre o cinema de arquivo. Orientador: Consuelo Lins. 2019. 148 f. Dissertação (Mestre em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. Humano, pós-humano, transhumano. In: NOVAES, Adauto. **Mutações**: novas configurações do mundo. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

GIL, Gilberto. **Memória Roda Viva**. [S. l.], 8 nov. 1996. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/247/samba/entrevistados/. Acesso em: 3 mar. 2019.

GIL, Gilberto. **Pela Internet**. EUA & Canadá: Preta Music, 1996. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_2017.php? Acesso em: 4 jun. 2018.

GIL, Gilberto. **Pela Internet 2**. EUA & Canadá: Preta Music, 2018. Disponível em: http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_2017.php?. Acesso em: 4 jun. 2018.

GIL, Gilberto. **Futurível**. [S. l.], 2000. Disponível em: <https://gilbertogil.com.br/conteudo/musicas/?busca=futur%C3%ADvel#modal-musica-1593>. Acesso em: 30 out. 2019.

HABERMAS, Jürgen. Une flèche dans le cœur du temps present. **Critique**, Paris, août-septembre 1986, p. 794-799. (Traduzido do alemão por Christinan Bouchindhomme).

HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: AMADEO, P. (ed.). **Sopa de Wuhan**: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. p. 97-112.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue**: As vertigens do pós-humano, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavirus. In: AMADEO, P. (ed.). **Sopa de Wuhan: Pensamento contemporâneo em tempos de pandemias**. [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. p. 79-96.

HOUAISS, Antônio. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. [s.d.]. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#5. Acesso em: 15 de out. de 2020.

INDALÉCIO, Anderson B.; RIBEIRO, Maria G. M. Gerações Z e Alfa: os novos desafios para a educação contemporânea. **Revista Unifev Ciência e Tecnologia**, Votuporanga, v. 2. n. 2, p. 137-148, ago. 2016.

JABBOUR, Elias. A China (muito) além da “Sopa de Wuhan”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], 17 abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-china-muito-alem-da-sopa-de-wuhan/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

KÄMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento. **ComCiência**, Campinas, n. 131, set. 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=-8&edicao=70&id=870>. Acesso em: 21 mar. 2017.

KUNIGAMI, André Keiji. Racismo, redes sociais e covid-19: um vírus amarelo? **Carta Capital**, [S. l.], 25 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/racismo-redes-sociais-e-covid-19-um-virus-amarelo/>. Acesso em: 8 ago. 2022

LAZZARATO, Maurizio. Para uma definição do conceito de “bio-política”. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, RJ, n. 05-06, p. 81-96. 1999.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 Edições, 2014.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACHADO, Eduardo V. **A concepção de gestão escolar na grande mídia no Brasil: um estudo sobre a revista Veja, no período de 1997 a 2014**. 2017. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

MACHADO, Maria L.; FREITAS, Rebeca. O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. **Nexo Políticas Públicas**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos>. Acesso em: 5 set. 2022.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2022a. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário Inglês**. Editora Melhoramentos, 2022b. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MILANEZ, Nilton. **As aventuras do corpo**: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

NAVIERA, Miguel C. Resenha - Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. **CAMPOS: Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 21, ed. 2, p. 206-209, 2020.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos E. **O governmento pedagógico**: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos E. La última lección del profesor Foucault. In: ESPINEL, Oscar. (org.). **En Educación y pensamiento contemporáneo. Práctica, experiencia y educación**. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios UNIMINUTO, p. 217-235, 2020.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques et al. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1989, p.45-55.

NUNES, Ivan. Como viver depois da intensidade. Público, Rio de Janeiro, 11 mar. 2018. **Cinema**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/11/culturaipsilon/noticia/o-incomodo-e-uma-posicao-confortavel-1805939>. Acesso em: 7 abr. 2021.

OLIVEIRA, Airton D. **Os movimentos sociais na capa da revista Veja**: uma análise discursiva. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

OLIVEIRA, Verônica A.; CRUZ, Breno P. A. **Geração alfa e as possibilidades de futuras pesquisas em marketing**. Congressos ESPM, XI Congresso Internacional de Administração e Marketing, 2016. Disponível em: <http://ocs.espm.br/index.php/simposio2016/C2016/paper/view/33>. Acesso em: 28 fev. 2018.

OLIVEIRA, Lucas. Gilberto Gil lança nova versão de ‘Pela internet’ e reclama de ‘haters’: ‘Me mataram duas vezes!’: Em letra inédita, cantor e compositor encara a rede de forma mais crítica. **O Globo**, [S. l.], 31 jan. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/gilberto-gil-lanca-nova-versao-de-pela-internet-reclama-de-haters-me-mataram-duas-vezes-22347964>. Acesso em: 3 abr. 2018.

ORTEGA, Francisco. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **Cadernos Saúde Coletiva**, 11(1), 2003, p. 59-77.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus (COVID-19) Deaths. In: **Research and data to make progress against the world’s largest problems**. [S. l.], 28 fev. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PÉCORA, Alcir. A Musa Falida. A perda da centralidade da literatura na cultura globalizada, 01/2015, **Biblos** (Coimbra), Vol. 1, 2015, pp.203-235, Coimbra, 2015.

PELBART, Peter P; FERNANDES, Ricardo M. (coord.). **Pandemia crítica - outono 2020**. São Paulo: Edições SESC; n-1 edições, 2021a.

PELBART, Peter P.; FERNANDES, Ricardo M. (coord.). **Pandemia crítica - inverno 2020**. São Paulo: Edições SESC; n-1 edições, 2021b.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIRES, Cibelia R. da S. **A construção da imagem do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista Veja**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRECIADO, P. Aprendiendo del virus. In: AMADEO, P. (ed.). **Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. [S. l.]: Editorial ASPO, 2020. p. 163-185.

QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. Uma sopa de ideias. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 6, 2020.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder Hoje. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**. n. 24, p. 27-54, 2006.

RICARDO FILHO, Geraldo S. **A boa escola no discurso da mídia: um exame das representações sobre educação na revista Veja (1995-2001)**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RODRIGUES, Heliana B. C. Caixa de ferramentas para uma atitude histórico-crítica na pesquisa-intervenção. **Polis e Psique**, v. 5, p. 6-31, 2015.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

RUSSO, D. R. B.; MACHADO, A. M. Práticas de saúde e subjetivação: a emergência do sujeito previdenciário. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 31, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/202395>. Acesso em: 1º out. 2022.

RUY, José C. 1968: A Revolução do Eu. **Revista Princípios**, [s. l.], ed. 95, 2008. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/95/cat/733/1968-a-revolucao-do-eu-.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SALLES, João M. “Todo filme é um filme-limite” – entrevista concedida a Adriane Canan, Fábio Brüggemann, Flávia Person e Iur Gomez. **Lado C: cinema e audiovisual**, Florianópolis, p. 4-7, 2011.

SALLES, João M. **No Intenso Agora**. Brasil: Videofilmes, 2017. DVD.

SANCHES, Mariana; MAGENTA, Matheus. Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus. **BBC News Brasil**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730>. Acesso em: 5 set. 2022.

SANDER, Roberto. **1968**: Quando a Terra tremeu. São Paulo: Vestígio, 2018.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2015.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SILVA, Leonardo W. Internet foi criada em 1969 com o nome de “Arpanet” nos EUA. **Folha de S. Paulo**, 12 ago. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>. Acesso em: 30 out. 2019.

SILVA, Mariana D. J. **Em nome do pai**: Articulações discursivas em matérias sobre parricídio. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVESTRE, Aglaé. **O sujeito e o pathos na mídia**: Uma análise do discurso sobre saúde nas matérias de capa das revistas *Veja* e *Época*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SLOTERDIJK, Peter. **Has de cambiar tu vida**: Sobre antropotécnica. Valencia: Editorial Pre-Textos, 2012.

THE TELEGRAPH. **Gen Z Gen Y baby boomers – a guide to the generations**: As a new report says Generation Z are smarter and more prudent than Gen Y, here’s a guide to all those complex generational labels. Do you know your Baby Boomers from your Millennials? [*S. l.*], 31 jul. 2014. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/features/11002767/Gen-Z-Gen-Y-baby-boomers-a-guide-to-the-generations.html>. Acesso em: 13 jul 2020.

VAL, Gisela M. **A chamada da educação**: sobre a governamentalização pedagógica nos textos jornalísticos. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VARELLA, João. Deu tudo errado: A americana AOL fez o maior negócio da história ao se unir à Time Warner, em 2000. Sua venda para a Verizon marca o fim de uma época. **ISTOÉ Dinheiro**, [*S. l.*], 15 maio 2015. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/deu-tudo-errado/>. Acesso em: 17 maio 2022.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o que fizemos de nós. São Paulo: Editora Objetiva, 2013.

VEYNE, Paul. **Foucault**: o pensamento, a pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZIZEK, Slavoj. Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de ‘Kill Bill’ y podría conducir a la reinvencción del comunismo. In: AMADEO, Pablo (Ed.). **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias. [S. l.]: ASPO, 2020. p. 21-28. Disponível em: <https://bit.ly/sopadewuhan>. Acesso em: 23 out. 2020.

OBRAS CONSULTADAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **História**: a arte de inventar o passado. Curitiba: Editora Appris, 2019a.

COMAZZETTO, Letícia R.; VASCONCELLOS, Sílvia J. L., PERRONE, Cláudia M.; GONÇALVES, Julia. A geração Y no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 36(1): 2016, p. 145-157.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. São Paulo: n-1 Edições e Editora Filosófica Politeia, 2017a.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas 3. São Paulo: n-1 Edições e Editora Filosófica Politeia, 2017c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

NOVAES, Adauto. Onze notas sobre o novo espírito utópico. In: NOVAES, Adauto. **Mutações**: o novo espírito utópico. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Biontes, bioides e borgues. In: NOVAES, Adauto. **O homem-máquina**: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Liberdades reguladas** (p. 30-45). Petrópolis: Vozes, 1998.

SALLES, João. M.; DEBS, Sylvie. Entrevista com João Moreira Salles. De Santiago a No intenso agora, **Cinemas d'Amérique latine** [on-line], 26 | 2018, Disponível em: <https://journals.openedition.org/cinelatino/5332>. Acesso em: 06 out. 2021.

FONTES: REPORTAGENS DE CAPA

REBELIÃO na galáxia vermelha. **Revista VEJA**, ed. 1, 11/09/1968. (1968a).

NOVAS crenças na igreja. **Revista VEJA**, ed. 2, 18/09/1968. (1968b).

O LÍDER foragido e sua mulher. **Revista VEJA**, ed. 3, 25/09/1968. (1968c).

A ESPERANÇA dos cassados. **Revista VEJA**, ed. 4, 02/10/1968. (1968d).

DESTRUIÇÃO e morte. Por quê? **Revista VEJA**, ed.5, 09/10/1968. (1968e).

HORA de votar nos EUA, **Revista VEJA**, ed.9, 06/11/1968. (1968f).

DEUS. (nos). salve a rainha da crise, **Revista VEJA**, ed. 10, 13/11/1968. (1968g).

A CAÇADA, **Revista VEJA**, ed. 11, 20/11/1968. (1968h).

ÊLES dizem “Não”, mas todo mundo aplaude, **Revista VEJA**, ed. 12, 27/11/1968. (1968i).

AFINAL, quem ameaça o congresso? **Revista VEJA**, ed. 13, 04/12/1968. (1968j).

EDSON, o Super-Pelé, **Revista VEJA**, ed. 14, 11/12/1968. (1968k).

REVOLUÇÃO, ano zero. **Revista VEJA**, ed. 15, 18/12/1968. (1968l).

LÁ se foi o homem ver a lua. **Revista VEJA**, ed. 16, 25/12/1968. (1968m).

VEJAM o que chegou de repente: o futuro. **Revista VEJA**, ed. 17, 01/01/1969. (1969a).

ISRAEL: os riscos de ganhar uma guerra. **Revista VEJA**, ed. 18, 08/01/1969. (1969b).

A SEGUNDA revolta de Praga. **Revista VEJA**, ed. 21 29/01/1969. (1969c).

A SOCIEDADE industrial fêz surgir o operário, a sociedade pós-industrial vê aparecer o cientista, o homem mais importante dêste século. **Revista VEJA**, ed. 22, 05/02/1969. (1969d).

O MUNDO vem chegando. **Revista VEJA**, ed. 26, 05/03/1969. (1969e).

PRONTOS para o futuro. **Revista VEJA**, ed. 27, 12/03/1969. (1969f).

O BRASIL declara renda. **Revista VEJA**, ed. 28, 19/03/1969. (1969g).

AS GRANDES cidades estão mudando. **Revista VEJA**, ed. 31, 09/04/1969. (1969h).

OS CARROS Invadem o Brasil. **Revista VEJA**, ed. 32, 16/04/1969. (1969i).

ISTO É um Assalto: A escalada do crime. **Revista VEJA**, ed. 33, 23/04/1969. (1969j).

- O NOSSO Cinema Internacional. **Revista VEJA**, ed. 38, 28/05/1969. (1969l).
- VIOLENTA América Latina. **Revista VEJA**, ed. 39, 04/06/1969. (1969m).
- OS OLHOS de Washington. **Revista VEJA**, ed. 41, 18/06/1969. (1969n).
- OS TELEFONES vão falar? **Revista VEJA**, ed. 42, 25/06/1969. (1969o).
- A PAZ da bomba. **Revista VEJA**, ed. 43, 02/07/1969. (1969p).
- PORTUGAL procura seus amigos. **Revista VEJA**, ed. 44, 09/07/1969. (1969q).
- CHEGARAM. **Revista VEJA**, ed. 46, 23/07/1969. (1969r).
- QUE FUTURO traz esta lua? **Revista VEJA**, ed. 47, 30/07/1969. (1969s).
- A REVOLTA dos vencidos. **Revista VEJA**, ed. 48, 06/08/1969. (1969t).
- RUSSOS e Chineses a caminho da bomba? **Revista VEJA**, ed. 50, 20/08/1969. (1969u).
- DISCUTE-SE a sucessão ed. 54, 17/09/1969. (1969v).
- OS NOVOS limites do congresso. **Revista VEJA**, ed. 59, 22/10/1969. . (1969w).
- BRASIL-EUA no jogo da verdade. **Revista VEJA**, ed. 61, 05/11/1969. (1969x).
- VELLOSO e seus ‘grandes impactos’. **Revista VEJA**, ed. 71, 14/01/1970. (1970a).
- A CONSAGRADA família: era grande, encolheu, vai acabar? **Revista VEJA**, ed. 77, 25/02/1970. (1970b).
- O ESTRANHO filho da sra. Allen. **Revista VEJA**, ed. 78, 04/03/1970. (1970c).
- A DEMOCRACIA; um regime posto a prova. **Revista VEJA**, ed. 83, 08/04/1970. (1970d).
- CAVALEIROS da tradição **Revista VEJA**, ed. 89, 20/05/1970. (1970e).
- O MOMENTO mágico de Jorge Bem. **Revista VEJA**, ed. 90, 27/05/1970. (1970f).
- UM PROGRAMA à brasileira: a integração social através de um fundo sem igual. **Revista VEJA**, ed. 103, 26/08/1970. (1970g).
- A REDESCOBERTA do Brasil. **Revista VEJA**, ed. 104, 02/09/1970. (1970h).
- A DERROTA da ignorância. **Revista VEJA**, ed. 105, 09/09/1970. (1970i).
- TV: ELA merece isso? **Revista VEJA**, ed. 109, 07/10/1970. (1970j).

AMAZONIA: do mito à descrença e à esperança. **Revista VEJA**, ed. 110, 14/10/1970. (1970k).

SANTIAGO, Lima, La paz: o tom vermelho nos Andes. **Revista VEJA**, ed. 112, 29/10/1970. (1970l).

O BRASIL se comunica: viagem da pedra até a cibernética. **Revista VEJA**, ed. 113, 04/11/1970. (1970m).

GOMIDE na prisão do terror: imagens e palavras do Consul sequestrado. **Revista VEJA**, ed. 114, 11/11/1970. (1970n).

A JOVEM maioria silenciosa. **Revista VEJA**, ed. 115, 18/11/1970. (1970º).

CARRO x Cidade. **Revista VEJA**, ed. 116, 25/11/1970. (1970p).

O CENSO revela a nova população e o ritmo de seu crescimento. **Revista VEJA**, ed. 120, 23/12/1970. (1970q).

SÃO PAULO: Dores e alegrias da explosão urbana. **Revista VEJA**, ed. 125, 27/01/1971. (1971a).

A DURA lição da professora; na reforma do ensino, a sua grande esperança. **Revista VEJA**, ed. 130, 03/03/1971. (1971b).

RETRATO do contribuinte. **Revista VEJA**, ed. 132, 17/03/1971. (1971c).

HERÓI improvisado do ensino. **Revista VEJA**, ed. 135, 07/04/1971. (1971d).

BOLSA é a vida do dinheiro. **Revista VEJA**, ed. 142, 26/05/1971. (1971e).

A BOLSA sob a ação da gravidade. **Revista VEJA**, ed. 148, 07/07/1971. (1971f).

A AMAZÔNIA à espera dos conquistadores. **Revista VEJA**, ed. 153, 11/08/1971. (1971g).

A PAZ do silêncio no campus. **Revista VEJA**, ed. 156, 01/09/1971. (1971h).

BRASIL: Patriotismo nacional. **Revista VEJA**, ed. 157, 08/09/1971. (1971i).

A BOLSA, ainda uma criança. **Revista VEJA**, ed. 167, 17/11/1971. (1971j).

A SEDUÇÃO do supermercado. **Revista VEJA**, ed. 174, 05/01/1972. (1972a).

ENTRE as cores e o melhor nível. **Revista VEJA**, ed. 175, 12/01/1972. (1972b).

CAETANO Superstar. **Revista VEJA**, ed. 176, 19/01/1972. (1972c).

O ENCONTRO de Pequim. **Revista VEJA**, ed. 181, 23/02/1972. (1972d).

CASTELO Branco: as revelações dos arquivos de um revolucionário. **Revista VEJA**, ed. 187, 05/04/1972. (1972e).

LOBOS e cordeiros da bolsa. **Revista VEJA**, ed. 194, 24/05/1972. (1972f).

A RENDA dos brasileiros. **Revista VEJA**, ed. 196, 07/06/1972. (1972g)

A POLÍTICA, segundo Gilberto Freire. **Revista VEJA**, ed. 198, 21/06/1972. (1972h).

COOPER, religião aeróbica. **Revista VEJA**, ed. 203, 26/07/1972. (1972i).

CAÇA aos tesouros do Brasil. **Revista VEJA**, ed. 206, 16/08/1972. (1972j).

BRAVA gente brasileira. **Revista VEJA**, ed. 207, 23/08/1972. (1972k).

E FICOU a pátria livre. **Revista VEJA**, ed. 209, 06/09/1972. (1972l).

O FIM do sonho olímpico. **Revista VEJA**, ed. 210 13/09/1972. (1972m).

RIO-SANTOS: a descoberta do paraíso. **Revista VEJA**, ed. 217 01/11/1972. (1972a).

OS VILLAS BOAS e os índios gigantes e outras aventuras. **Revista VEJA**, ed. 218 08/11/1972. (1972b).

EM NOME da lei. **Revista VEJA**, ed. 222 06/12/1972. (1972c).

E AGORA, pode-se confiar no Correio? **Revista VEJA**, ed. 226, 03/01/1973. (1973d).

O ENCONTRO com os gigantes. **Revista VEJA**, ed. 232 14/02/1973. (1973e).

O GAULISMO em xeque. **Revista VEJA**, ed. 236, 14/03/1973. (1973f).

ASSASSINOS ao volante. **Revista VEJA**, ed. 238, 28/03/1973. (1973g).

UMA TRAGÉDIA brasileira. **Revista VEJA**, ed. 239, 04/04/1973. (1973h).

O DESESPERO das metrópoles. **Revista VEJA**, ed. 241, 18/04/1973. (1973i).

LIBERTADOR e revolucionário. **Revista VEJA**, ed. 249 13/06/1973. (1973j).

O DESAFIO ao arquiteto. **Revista VEJA**, ed. 250 20/06/1973. (1973k).

ESTE RIO desfigurado. **Revista VEJA**, ed. 261, 05/09/1973. (1973l).

DIAS INCERTOS em Santiago. **Revista VEJA**, ed. 264 26/09/1973. (1973m).

DIA de guerra durante o dia do perdão. **Revista VEJA**, ed. 266 10/10/1973. (1973n).

OITO dias sem vitória na guerra santa. **Revista VEJA**, ed. 267, 17/10/1973. (1973o).

- A SORTE lançada no Sinai. **Revista VEJA**, ed. 268, 24/10/1973. (1973p).
- DEPOIS do alerta, a paz frágil. **Revista VEJA**, ed. 269, 31/10/1973. (1973q).
- IMÓVEIS; a grande feira imobiliária. **Revista VEJA**, ed. 270, 07/11/1973. (1973r).
- A DURA paz do petróleo. **Revista VEJA**, ed. 271, 14/11/1973. (1973s).
- ROBERTO Burle Marx. As pobreza de um país rico. **Revista VEJA**, ed. 273, 28/11/1973. (1973t).
- O DESTINO de uma crise. **Revista VEJA**, ed. 274, 05/12/1973. (1973u).
- DELÍCIAS do verão. **Revista VEJA**, ed. 275, 12/12/1973. (1973v).
- POBRE consumidor brasileiro. **Revista VEJA**, ed. 276, 19/12/1973. (1973w).
- KOHOUTEK superstar. **Revista VEJA**, ed. 277, 26/12/1973. (1973x).
- GRITO de acusação. **Revista VEJA**, ed. 279 09/01/1974. (1974a).
- ATÉ QUANDO cresceremos? **Revista VEJA**, ed. 280, 16/01/1974. . (1974b).
- A LONGA rota sobre o mar. **Revista VEJA**, ed. 287, 06/03/1974. (1974c).
- DEZ ANOS; da fácil vitória em 1964 aos êxitos da economia. **Revista VEJA**, ed. 291, 03/04/1974. (1974d).
- O AUMENTO dos preços e os problemas do abastecimento. **Revista VEJA**, ed. 292, 10/04/1974. (1974e).
- AGRICULTURA e custo de vida. **Revista VEJA**, ed. 293, 17/04/1974. (1974f).
- PORTUGAL livra-se do passado. **Revista VEJA**, ed. 295, 01/05/1974. (1974g).
- A VERTIGEM da liberdade. **Revista VEJA**, ed. 296, 08/05/1974. (1974h).
- A GALOPANTE dietomania. **Revista VEJA**, ed. 299, 29/05/1974. (1974i).
- ECLIPSE para os coronéis. **Revista VEJA**, ed. 308, 31/07/1974. (1974j).
- A EXPLOSÃO das cidades. **Revista VEJA**, ed. 312, 28/08/1974. (1974k).
- SAÚDE, uma doença nacional. **Revista VEJA**, ed. 313, 04/09/1974. (1974l).
- O MÉDICO brasileiro: a procura de um rumo. **Revista VEJA**, ed. 320, 23/10/1974. (1974m).
- A FOME no mundo. **Revista VEJA**, ed. 323, 13/11/1974. (1974n).
- O NOVO milagre brasileiro. **Revista VEJA**, ed. 326, 04/12/1974. (1974o).

- A AGONIA de um fim de guerra. **Revista VEJA**, ed. 344, 09/04/1975. (1975a).
- AS ELEIÇÕES moderadas. **Revista VEJA**, ed. 347, 30/04/1975. (1975b).
- UM MOMENTO para discussões. **Revista VEJA**, ed. 350, 21/05/1975. (1975c).
- PRESTE ATENÇÃO em campinas. **Revista VEJA**, ed. 352, 04/06/1975. (1975d).
- A POLUIÇÃO avança. Como na profecia de João. **Revista VEJA**, ed. 353, 11/06/1975. (1975e).
- A FAVOR da distensão: a missão de um governador. **Revista VEJA**, ed. 355, 25/06/1975. (1975f).
- UMA DURA lição aos políticos. **Revista VEJA**, ed. 357, 09/07/1975. (1975g).
- NEM SÓ de PIB vive o homem. **Revista VEJA**, ed. 361, 06/08/1975. (1975h).
- A SEXOLOGIA e seu mundo. **Revista VEJA**, ed. 362, 13/08/1975. (1975i).
- NOVA vida para o coração. **Revista VEJA**, ed. 367, 17/09/1975. (1975j).
- OS ANDARILHOS solitários. **Revista VEJA**, ed. 368 24/09/1975. (1975k).
- O NOSSO pobre português. **Revista VEJA**, ed. 375, 12/11/1975. (1975l).
- HORA de esvaziar os tanques. **Revista VEJA**, ed. 377, 26/11/1975. (1975m).
- CLASSE média, um mito? **Revista VEJA**, ed. 380, 17/12/1975. (1975n).
- A ATRAÇÃO do ano novo. **Revista VEJA**, ed. 383, 07/01/1976. (1976a).
- PIOR que tudo é o cotidiano. **Revista VEJA**, ed. 387, 04/02/1976. (1976b).
- DE ONDE vem o câncer. **Revista VEJA**, ed. 388, 11/02/1976. (1976c).
- A BUSCA do novo modelo. **Revista VEJA**, ed. 397, 14/04/1976. (1976d).
- OS CRIMES sem castigo. **Revista VEJA**, ed. 399, 28/04/1976. (1976e).
- ATÉ ONDE vai o estado. **Revista VEJA**, ed. 402, 19/05/1976. (1976f).
- O MOMENTO da opção eleitoral. **Revista VEJA**, ed. 405, 09/06/1976. (1976g).
- A GRANDE festa americana. **Revista VEJA**, ed. 409, 07/07/1976. (1976h).
- ONDE está o passado? **Revista VEJA**, ed. 413, 04/08/1976. (1976i).
- NASCER: a volta à natureza. **Revista VEJA**, ed. 423, 13/10/1976. (1976j).

- RACIONAMENTO à vista? **Revista VEJA**, ed. 433, 22/12/1976. (1976k).
- NO AR, o programa de racionalização. **Revista VEJA**, ed. 437, 19/01/1977. (1977a).
- O CIBERNÉTICO galeão. **Revista VEJA**, ed. 438, 26/01/1977. (1977b).
- AS REFORMAS voltam à mesa. **Revista VEJA**, ed. 444, 09/03/1977. (1977c).
- PELA CONDIÇÃO humana. **Revista VEJA**, ed. 446, 23/03/1977. (1977d).
- OS RISCOS do recesso. **Revista VEJA**, ed. 448, 06/04/1977. (1977e).
- ACABOU o sonho político. **Revista VEJA**, ed. 449, 13/04/1977. (1977f).
- O FUTURO foi adiado. **Revista VEJA**, ed. 450 20/04/1977. (1977g).
- E O MDB ficou sem líder. **Revista VEJA**, ed. 461, 06/07/1977. (1977h).
- UMA carta de aniversário. **Revista VEJA**, ed. 467 17/08/1977. (1977i).
- OS MILITARES em busca de saídas. **Revista VEJA**, ed. 468, 24/08/1977. (1977j).
- DIFERENTES mas não inferiores. **Revista VEJA**, ed. 475, 12/10/1977. (1977k).
- CARTAS sobre a mesa. **Revista VEJA**, ed. 479, 09/11/1977. (1977l).
- PÉREZ entra em cena. **Revista VEJA**, ed. 480 16/11/1977. (1977m).
- O QUE faz São Paulo. **Revista VEJA**, ed. 503 26/04/1978. (1978a).
- AFINAL, o que se pode comer? **Revista VEJA**, ed. 514, 12/07/1978. (1978b).
- VIVENDO com as greves. **Revista VEJA**, ed. 522, 06/09/1978. (1978c).
- SOB O IMPÉRIO da lei. **Revista VEJA**, ed. 530 01/11/1978. (1978d).
- ELEIÇÕES: o futuro começa no dia 15. **Revista VEJA**, ed. 531, 08/11/1978. (1978e).
- UMA NOVA força no MDB. **Revista VEJA**, ed. 534, 29/11/1978. (1978f).
- SEM CHORO nem vela. **Revista VEJA**, ed. 536, 13/12/1978. (1978g).
- A PRIMEIRA advertência. **Revista VEJA**, ed. 543 30/01/1979. (1979a).
- O TREMOR do petróleo. **Revista VEJA**, ed. 548, 07/03/1979. (1979b).
- DIAS de intervenção. **Revista VEJA**, ed. 551, 28/03/1979. (1979c).
- DEPOIS do confronto. **Revista VEJA**, ed. 552 04/04/1979. (1979d).

- UM LONGO pesadelo. **Revista VEJA**, ed. 553 11/04/1979. (1979e).
- O PAÍS aguenta isso? **Revista VEJA**, ed. 556, 02/05/1979. (1979f).
- O NOVO pacote das 10. **Revista VEJA**, ed. 559 23/05/1979. (1979g).
- O PETRÓLEO da cana. **Revista VEJA**, ed. 562 13/06/1979. (1979h).
- O CULTO do corpo: o suor entrou na moda. **Revista VEJA**, ed. 578, 03/10/1979. (1979i).
- A UNE volta para ficar. **Revista VEJA**, ed. 579 10/10/1979. (1979j).
- DOCA vai, mata e vence. **Revista VEJA**, ed. 581 24/10/1979. (1979k).
- DEUS está renascendo. **Revista VEJA**, ed. 589, 19/12/1979. (1979l).
- A REVOLUÇÃO da vida. **Revista VEJA**, ed. 591, 02/01/1980. (1980a).
- MOSCOU rompe a trégua. **Revista VEJA**, ed. 592, 09/01/1980. (1980b).
- A HORA da fotografia. **Revista VEJA**, ed. 595, 30/01/1980. (1980c).
- A ELEIÇÃO da abertura. **Revista VEJA**, ed. 600 05/03/1980. (1980d).
- O CAMPO conta os lucros da super safra. **Revista VEJA**, ed. 603 26/03/1980. (1980e).
- A EPIDEMIA do século. **Revista VEJA**, ed. 606, 16/04/1980. (1980f).
- E O LEÃO ficou bravo. **Revista VEJA**, ed. 607 23/04/1980. (1980g).
- O PLANALTO sitia o ABC. **Revista VEJA**, ed. 608 30/04/1980. (1980h).
- A ÁGUIA acorrentada. **Revista VEJA**, ed. 609 07/05/1980. (1980i).
- O SALTO DA MODA. **Revista VEJA**, ed. 611 21/05/1980. (1980j).
- O VENTO conservador. **Revista VEJA**, ed. 612, 28/05/1980. (1980k).
- A FERA ganhou os 100%. **Revista VEJA**, ed. 615 18/06/1980. (1980l).
- JOÃO PAULO II une o Brasil. **Revista VEJA**, ed. 618 09/07/1980. (1980m).
- A FACE cruel do Brasil. **Revista VEJA**, ed. 619 16/07/1980. (1980n).
- PARA SALVAR o coração. **Revista VEJA**, ed. 623, 13/08/1980. (1980o).
- A EXPLOSÃO do álcool. **Revista VEJA**, ed. 628 17/09/1980p. (1980p).
- A MULHER de verdade. **Revista VEJA**, ed. 629, 24/09/1980. (1980q).

- O DIREITO de evitar. **Revista VEJA**, ed. 646, 21/01/1981. (1981a).
- A MEDICINA da beleza. **Revista VEJA**, ed. 658, 15/04/1981. (1981b).
- O TRIUNFO do Columbia. **Revista VEJA**, ed. 659 22/04/1981. (1981c).
- OS CÍRCULOS do terror. **Revista VEJA**, ed. 664 27/05/1981. (1981d).
- A VIDA cibernética. **Revista VEJA**, ed. 666, 10/06/1981. (1981e).
- EM MEIO à tempestade. **Revista VEJA**, ed. 671 15/07/1981. (1981f).
- A LIBERTAÇÃO do vídeo. **Revista VEJA**, ed. 672, 22/07/1981. (1981g).
- A FÚRIA do desemprego. **Revista VEJA**, ed. 676 19/08/1981. (1981h).
- AS FÁBRICAS de vida. **Revista VEJA**, ed. 678, 02/09/1981. (1981i).
- O AVANÇO dos crentes. **Revista VEJA**, ed. 683 07/10/1981. (1981h).
- A AMEAÇA engarrafada. **Revista VEJA**, ed. 685 21/10/1981. (1981k).
- A ESPERANÇA química. **Revista VEJA**, ed. 689, 18/11/1981. (1981l).
- OS ATLETAS da natureza. **Revista VEJA**, ed. 700 03/02/1982. (1982a).
- O FASCÍNIO do cosmos. **Revista VEJA**, ed. 702, 17/02/1982. (1982b).
- AS ESTATAIS na dança da inflação. **Revista VEJA**, ed. 723, 14/07/1982. (1982c).
- O AVANÇO dos cartões. **Revista VEJA**, ed. 727, 11/08/1982. (1982d).
- JAPÃO, o número um. **Revista VEJA**, ed. 730, 01/09/1982. (1982e).
- A BELA Isabel, boa de bola. **Revista VEJA**, ed. 732, 15/09/1982. (1982f).
- O DIA da esperança. **Revista VEJA**, ed. 758 16/03/1983. (1983a).
- 4 DE ABRIL de 1983. **Revista VEJA**, ed. 762 13/04/1983. (1983b).
- A COMPRA do futuro. **Revista VEJA**, ed. 768, 25/05/1983. (1983c).
- O GUERREIRO da fé hoje, na Polônia. **Revista VEJA**, ed. 772 22/06/1983. (1983d).
- O SUL na guerra das águas. **Revista VEJA**, ed. 776 20/07/1983. (1983e).
- SEM QUALQUER defesa. **Revista VEJA**, ed. 783 07/09/1983. (1983f).
- A EXECUÇÃO do 2024. **Revista VEJA**, ed. 786 28/09/1983. (1983g).

- O BRASIL *speaks english*. **Revista VEJA**, ed. 789, 19/10/1983. (1983h).
- UM ABISMO a evitar. **Revista VEJA**, ed. 793, 16/11/1983. (1983i).
- O DIPLOMA do futuro. **Revista VEJA**, ed. 797, 14/12/1983. (1983j).
- CHEGA O Dia Seguinte. **Revista VEJA**, ed. 802, 18/01/1984. (1984a).
- A VOZ da maioria **Revista VEJA**, ed. 818, 09/05/1984. (1984b).
- COM O DEDO no gatilho. **Revista VEJA**, ed. 822, 06/06/1984. (1984c).
- A REVOLUÇÃO das FMs. **Revista VEJA**, ed. 825, 27/06/1984. (1984d).
- O RECORDE é o limite. **Revista VEJA**, ed. 827, 11/07/1984. (1984e).
- A FEBRE paralisante. **Revista VEJA**, ed. 870, 08/05/1985. (1985a).
- A MULTIPLICAÇÃO do mal: a AIDS se espalha. **Revista VEJA**, ed. 884, 14/08/1985. (1985b).
- CONSTRUÇÃO da beleza. **Revista VEJA**, ed. 933, 23/07/1986. (1986a).
- O IMPÉRIO sob ataque. **Revista VEJA**, ed. 937 20/08/1986. (1986b).
- ATRITO em Washington. **Revista VEJA**, ed. 941, 17/09/1986. (1986c).
- TREMORES no cruzado. **Revista VEJA**, ed. 943 01/10/1986. (1986d).
- COMO chegar ao ano 2000 e fazer História. **Revista VEJA**, ed. 944, 08/10/1986. (1986e).
- EXCLUSIVO: Entrevista com Sarney. **Revista VEJA**, ed. 949 12/11/1986. (1986f).
- HÁ VIDA no vídeo. **Revista VEJA**, ed. 955, 24/12/1986. (1986g).
- A ÚLTIMA palavra em dicionário ainda é Aurélio. **Revista VEJA**, ed. 957, 07/01/1987. (1987a).
- O BRASIL fica mais verde. **Revista VEJA**, ed. 962, 11/02/1987. (1987b).
- O CAMPO mostra os dentes para o governo. **Revista VEJA**, ed. 963 18/02/1987. (1987c).
- A CRISE aberta de um ensino falido. **Revista VEJA**, ed. 973 29/04/1987. (1987d).
- COMEÇOU o jogo. **Revista VEJA**, ed. 978 03/06/1987. (1987e).
- A FAMÍLIA aumenta. **Revista VEJA**, ed. 984, 15/07/1987. (1987f).
- CHOQUE com a vida. **Revista VEJA**, ed. 993, 16/09/1987. (1987g).

A COR do perigo. **Revista VEJA**, ed. 996 07/10/1987. (1987h).

O RISCO de optar pelo atraso. **Revista VEJA**, ed. 997, 14/10/1987. (1987i).

UM NOBEL para o salto do supercondutor. **Revista VEJA**, ed. 998, 21/10/1987. (1987j).

A VALSA das alianças. **Revista VEJA**, ed. 1004, 02/12/1987. (1987k).

NOITES de Moscou em Washington. **Revista VEJA**, ed. 1006, 16/12/1987. (1987l).

OS FILHOS do divórcio. **Revista VEJA**, ed. 1012, 27/01/1988. (1988a).

OS BRASILEIROS vão à luta: bye-bye, Brasil. **Revista VEJA**, ed. 1019 16/03/1988. (1988b).

FUTURO em construção. **Revista VEJA**, ed. 1023, 13/04/1988. (1988c).

IDADE da incerteza. **Revista VEJA**, ed. 1025, 27/04/1988. (1988d).

A CAMINHO da Grande Nação. **Revista VEJA**, ed. 1028, 18/05/1988. (1988e).

CAÇA ao dragão em Moscou. **Revista VEJA**, ed. 1031, 08/06/1988. (1988f).

A ARTE de criar filhos. **Revista VEJA**, ed. 1036 13/07/1988. (1988g).

MORRENDO aos poucos a cada dia. **Revista VEJA**, ed. 1040, 10/08/1988. (1988h).

O NOVO nome da prosperidade. **Revista VEJA**, ed. 1045 14/09/1988. (1988i).

UM GRITO de socorro. **Revista VEJA**, ed. 1061, 04/01/1989. (1989a).

ECOLOGIA: O mundo faz pressão sobre o Brasil. **Revista VEJA**, ed. 1065b, 01/02/1989. (1989b).

A LUTA em público contra a Aids. **Revista VEJA**, ed. 1077, 26/04/1989. (1989c).

O BRASIL subterrâneo. **Revista VEJA**, ed. 1087 12/07/1989. (1989d).

O BRASIL de cada um. **Revista VEJA**, ed. 1109, 13/12/1989. (1989e).

PACOTE na cabeça. **Revista VEJA**, ed. 1126, 18/04/1990. (1990a).

FONTE da juventude. **Revista VEJA**, ed. 1140, 25/07/1990. (1990b).

EXISTE uma saída. **Revista VEJA**, ed. 1141, 01/08/1990. (1990c).

O TIRANO joga bruto. **Revista VEJA**, ed. 1142 08/08/1990. (1990d).

O MAGO nas alturas. **Revista VEJA**, ed. 1144, 22/08/1990. (1990e).

EM PAZ e com amor. **Revista VEJA**, ed. 1154, 31/10/1990. (1990f).

COMO se cria e se expande a inteligência. **Revista VEJA**, ed. 1157, 20/11/1990. (1990g).

A GUERREIRA indomável sai de cena. **Revista VEJA**, ed. 1158, 27/11/1990. (1990h).

O PROBLEMA do Brasil. **Revista VEJA**, ed. 1161 18/12/1990. (1990i).

CONSUMIDORES armados até os dentes. **Revista VEJA**, ed. 1174 20/03/1991. (1991a).

O PAÍS arrisca o futuro nas universidades. **Revista VEJA**, ed. 1181, 08/05/1991. (1991b).

SOCIEDADE limitada. **Revista VEJA**, ed. 1185, 05/06/1991. (1991c).

ENSAIO do ano 2000. **Revista VEJA**, ed. 1195, 14/08/1991. (1991d).

A CIÊNCIA afasta o perigo do desastre global. **Revista VEJA**, ed. 1203, 09/10/1991. (1991e).

O ÍDOLO marcado. **Revista VEJA**, ed. 1208, 13/11/1991. (1991f).

A MÁQUINA que cospe crianças. **Revista VEJA**, ed. 1209, 20/11/1991. (1991g).

O FIM do império. **Revista VEJA**, ed. 1213, 18/12/1991. (1991h).

FÉ em desencanto. **Revista VEJA**, ed. 1214, 25/12/1991. (1991i).

A AGENDA do futuro. **Revista VEJA**, ed. 1231 22/04/1992a

COMO os jogos eletrônicos afetam a mente das crianças, **Revista VEJA**, ed. 1265, 09/12/1992. (1992b).

SUAVE é a noite. **Revista VEJA**, ed. 1271, 20/01/1993. (1993a).

A HORA de uma decisão cara e inescapável. **Revista VEJA**, ed. 1282 07/04/1993. (1993b).

A QUÍMICA da vida. **Revista VEJA**, ed. 1294, 30/06/1993. (1993c).

As MULHERES em busca do prazer. **Revista VEJA**, ed. 1299, 04/08/1993. (1993d).

O CHOQUE da Aids na vida da estrela. **Revista VEJA**, ed. 1302, 25/08/1993. (1993e).

O QUE ESTÁ mudando nas profissões. **Revista VEJA**, ed. 1305, 15/09/1993. (1993f).

BONITA, rica e boa de briga. **Revista VEJA**, ed.1341, 25/05/1994. (1994a).

O PT brilha e também mete medo. **Revista VEJA**, ed. 1344, 15/06/1994. (1994b).

A TROMBADA do fim do mundo. **Revista VEJA**, ed. 1348 13/07/1994. (1994c).

- UMA NOVA luz na viagem do homem. **Revista VEJA**, ed. 1359 28/09/1994. (1994d).
- A REVOLUÇÃO que liquidou o emprego. **Revista VEJA**, ed. 1362, 19/10/1994. (1994e).
- A CENTRÍFUGA do medo na cidade. **Revista VEJA**, ed. 1367, 23/11/1994. (1994f).
- A CHAVE para ganhar a guerra do peso. **Revista VEJA**, ed. 1371, 21/12/1994. (1994g).
- ASSÉDIO sexual com jeitinho bem brasileiro. **Revista VEJA**, ed. 1379, 15/02/1995. (1995a).
- O CONGRESSO diz sim. **Revista VEJA**, ed. 1380 22/02/1995. (1995b).
- A REDE que abraça todo o planeta. **Revista VEJA**, ed. 1381, 01/03/1995. (1995c).
- O CAPITAL que derrubou as fronteiras. **Revista VEJA**, ed. 1385, 29/03/1995. (1995d).
- O PLANETA *teen*. **Revista VEJA**, ed. 1388, 19/04/1995. (1995e).
- AS PISTAS no álbum de família **Revista VEJA**, ed. 1397, 21/06/1995. (1995f).
- A BATALHA começa aos quarenta. **Revista VEJA**, ed. 1399, 05/07/1995. (1995g).
- A VITÓRIA sobre o espelho. **Revista VEJA**, ed. 1406, 23/08/1995. (1995h).
- O BRASILEIRO segundo ele mesmo. **Revista VEJA**, ed. 1426 10/01/1996. (1996a).
- O MACHO acorda do nocaute. **Revista VEJA**, ed. 1428, 24/01/1996. (1996b).
- O QUE está havendo com seu emprego. **Revista VEJA**, ed. 1430, 07/02/1996. (1996c).
- A RODA global. **Revista VEJA**, ed. 1438, 03/04/1996. (1996d).
- GUERRA ao câncer. **Revista VEJA**, ed. 1440, 17/04/1996. (1996e).
- ENFIM, a esperança. **Revista VEJA**, ed. 1452, 10/07/1996. (1996f).
- O REBELDE se vai. **Revista VEJA**, ed. 1466, 16/10/1996. (1996g).
- GORDURA tem rem remédio. **Revista VEJA**, ed. 1472, 27/11/1996. (1996h).
- O FUNIL estreitou. **Revista VEJA**, ed. 1473 04/12/1996. (1996i).
- QUANDO a emoção é inteligência. **Revista VEJA**, ed. 1478, 15/01/1997. (1997a).
- À BEIRA de um ataque de nervos. **Revista VEJA**, ed. 1484, 26/02/1997. (1997b).
- DOLLY, a revolução dos clones. **Revista VEJA**, ed. 1485, 05/03/1997. (1997c).
- CRER em deus, hoje. **Revista VEJA**, ed. 1489, 02/04/1997. (1997d).

- ONDE está o rei? **Revista VEJA**, ed. 1494, 07/05/1997. (1997e).
- REINO da terra. **Revista VEJA**, ed. 1502 02/07/1997. (1997f).
- A FURIA NATURAL. **Revista VEJA**, ed. 1516 08/10/1997. (1997g).
- SATISFAÇÃO garantida. **Revista VEJA**, ed. 1540, 01/04/1998. (1998a).
- NA ROTA da cura. **Revista VEJA**, ed. 1546, 13/05/1998. (1998b).
- O QUE ELES QUEREM. **Revista VEJA**, ed. 1549 03/06/1998. (1998c).
- VAI sobrar telefone. **Revista VEJA**, ed. 1557 29/07/1998. (1998d).
- A FORÇA da mente. **Revista VEJA**, ed. 1560, 19/08/1998. (1998e).
- ESTUDAR vale ouro. **Revista VEJA**, ed. 1565, 23/09/1998. (1998f).
- CHEGOU a pílula que reduz em 30% a absorção de gorduras. **Revista VEJA**, ed. 1569, 21/10/1998. (1998g).
- HISTÓRIAS dramáticas de mulheres que foram contaminadas pelos homens em quem confiavam cegamente. **Revista VEJA**, ed. 1570, 28/10/1998. (1998h).
- O COMEÇO da vida aos 40. **Revista VEJA**, ed. 1575, 02/12/1998. (1998i).
- MELHORES que os pais. **Revista VEJA**, ed. 1577, 16/12/1998. (1998j).
- O QUE as mulheres não gostam nos homens e os homens detestam nas mulheres. **Revista VEJA**, ed. 1579, 06/01/1999. (1999a).
- A VIDA globalizada. **Revista VEJA**, ed. 1582, 27/01/1999. (1999b).
- UNIDOS pelo divórcio. **Revista VEJA**, ed. 1589 17/03/1999. (1999c).
- O INFERNO DA GUERRA PÓS-MODERNA. **Revista VEJA**, ed. 1593 14/04/1999. (1999d).
- OS ESPECIALISTAS dizem que os pais precisam impor limites para educar os filhos. **Revista VEJA**, ed. 1602, 16/06/1999. (1999e).
- A FUSÃO da Brahma com a Antártica mostra como será o capitalismo no século XXI. **Revista VEJA**, ed. 1605, 07/07/1999. (1999f).
- A IDADE real. **Revista VEJA**, ed. 1614 08/09/1999. (1999g).
- A VITÓRIA do coração. **Revista VEJA**, ed. 1618, 06/10/1999. (1999h).
- O FUTURO chegou. E agora? **Revista VEJA**, ed. 1620, 20/10/1999. (1999i).

EM BUSCA do bebê perfeito. **Revista VEJA**, ed. 1622, 03/11/1999. (1999j).

A ERA das celebridades. **Revista VEJA**, ed. 1631, 12/01/2000. (2000a).

NASCE a nova economia: AL e Time Warner se fundem no maior negócio da história e inauguram na internet uma nova era do capitalismo. **Revista VEJA**, ed. 1632, 19/01/2000. (2000b).

COMO os pais estão lidando com a iniciação amorosa dos filhos adolescentes. **Revista VEJA**, ed. 1633, 26/01/2000. (2000c).

CHUVA de dólares. **Revista VEJA**, ed. 1634, 02/02/2000. (2000d).

"PAI, eu sou gay". **Revista VEJA**, ed. 1636, 16/02/2000. (2000e).

FIQUEIRICO.com.br. **Revista VEJA**, ed. 1637, 23/02/2000. (2000f).

ISLÃ. A derrota do fanatismo. **Revista VEJA**, ed. 1638, 01/03/2000. (2000g).

NA IDADE da beleza. **Revista VEJA**, ed. 1639, 08/03/2000. (2000h).

CLICK de midas. **Revista VEJA**, ed. 1640, 15/03/2000. (2000i).

TEMPOS modernos. **Revista VEJA**, ed. 1643, 05/04/2000. (2000j).

SEXO depois dos 40. (agora fora das telas). **Revista VEJA**, ed. 1650, 24/05/2000. (2000k).

A CURA pela prevenção. **Revista VEJA**, ed. 1655, 28/06/2000. (2000l).

LARRY Ellison; o profeta do caos. **Revista VEJA**, ed. 1671 18/10/2000. (2000m).

AS DOENÇAS da modernidade. **Revista VEJA**, ed.1673, 01/11/2000. (2000n).